

**EXÉRCITO BRASILEIRO - COMANDO MILITAR DO SUL
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE
DO BRASIL/RS**

**- Academia General Rinaldo Pereira da Câmara -
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO
RIO GRANDE DO SUL**

O EXÉRCITO REPUBLICANO

Período da República: 1889 até os dias atuais

**Este trabalho é uma reprodução comentada, em formato
16 x 23 cm, das seguintes obras:**

**Estado-Maior do Exército. História do Exército Brasileiro.
Brasília: EME/IBGE, 1972, 3 vol.**

**Biblioteca do Exército - Editora. O Exército na História do
Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998, 4 vol.**

**General de Exército Virgílio Ribeiro Muxfeldt
Luiz Ernani Caminha Giorgis, Coronel**

Porto Alegre - 2022

© de Virgílio Ribeiro Muxfeldt e Luiz Ernani Caminha Giorgis.

Esta obra é propriedade do Exército Brasileiro.

O projeto gráfico da capa é de autoria dos autores.

1ª edição condensada: 2022.

Revisão: dos autores

Produção gráfica e Impressão: Renascença

M993e Muxfeldt, Virgílio Ribeiro
O Exército Republicano/Virgílio Ribeiro Muxfeldt, Luiz
Ernani Caminha Giorgis - Porto Alegre: Renascença,
2022.
580p.: Il; 16 x 23cm.

ISBN 978-65-86229-18-9

Contém fotos.

1. História do Brasil – Exército – Período
Republicano I. Giorgis, Luiz Ernani Caminha II. Título.

CDU 355/359:981.07/.08

Bibliotecário responsável: Antonio Carlos Dias de Oliveira CRB 10/961.

E-mail dos autores:
vrmuxfeldt@gmail.com
lecaminha@gmail.com

Dedicatória (s)



AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a todos aqueles companheiros e amigos que estimularam, motivaram e ajudaram na realização desta obra, principalmente aos chefes militares que souberam, com a sensibilidade exata e precisa, perceber a importância do trabalho para as gerações atuais e futuras do Exército.

É fundamental, para todos nós, conhecer a História da nossa Instituição.

“Onde existe uma vontade existe um caminho” (Goethe).

“A História é o êmulo do tempo, repositório de fatos, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir.”

Miguel de Cervantes y Saavedra

APRESENTAÇÃO

Este volume é o terceiro da trilogia da Síntese da História do Exército.

O primeiro foi o intitulado “Raízes do Exército Brasileiro”, lançado em outubro de 2019, que tratou do Período Colonial (1500 a 1822).

O segundo volume tratou do Período Imperial, ou seja, de 1822 até 1889.

Este terceiro e último volume trata do Período Republicano, ou seja, desde 1889 até os nossos dias.

Destacamos que a continuação deste projeto “Síntese da História do Exército Brasileiro” conta com a autorização do Comandante do EB, em resposta ao ofício Nr 01/20, AHIMTB/RS - Pessoal, de 15 Set 20.

Com os três volumes prontos, esperamos oferecer aos leitores e pesquisadores uma síntese bem apurada da História do EB, que é muito rica de ensinamentos e lições de profissão e de vida.

Está mantido o objetivo maior, o de oferecer gratuitamente aos cadetes da AMAN, futuros oficiais, a História da instituição à qual pertencem.

Da mesma forma que os dois anteriores, este livro traz os assuntos bem na ordem cronológica, procurando privilegiar o fato, essencialmente, e deixando para o leitor as devidas interpretações.

Assim, estão presentes os elementos básicos de cada fato ou passagem: o quê, onde, quem, quando, como, por quê e para quê.

A intenção dos autores é que o leitor se sinta estimulado a buscar outras fontes e ampliar sua pesquisa sobre os eventos históricos.

Não esgota o assunto, portanto, mas procura propor outras dimensões para os fatos, sempre com o objetivo de esclarecê-los, interpretá-los e assim contribuir até mesmo para a formulação de doutrinas específicas para uso da força terrestre.

Válido ressaltar, entretanto, que entender cada processo histórico é fundamental para o completo entendimento.

O período republicano, embora tenha, até agora, somente 132 anos, e é o segundo menor dos três períodos, é repleto de acontecimentos, conflitos diversos internos e externos e, de uma forma ou outra, estabelece uma relação de correspondência, ou seja, uma relação de causa e efeito entre a Colônia/Império e a República na História do Brasil.

O século XX é caracterizado pela gama de eventos históricos importantes na História do nosso país. E o EB nele está inserido, como protagonista ou não.

No que se refere à formação do Exército Brasileiro, a Era Republicana reveste-se de maior importância em relação às anteriores, posto que delineou, mormente na primeira metade dos anos 1900, o perfil da força terrestre e de sua estrutura administrativa destacando-se, neste contexto, o estabelecido pelas constituições de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Portanto, neste período, seis textos constitucionais.

O livro está dividido em capítulos conforme os grupos de assuntos relacionados entre si e sempre na ordem cronológica, obedecendo o disposto nas obras anteriores.

O Glossário foi colocado no início, buscando informar o leitor sobre siglas, expressões, palavras e definições importantes, etc.

A Introdução procura lembrar ao leitor fatos importantes do livro anterior, o do Período Imperial.

Como este trabalho se destina, precipuamente, aos cadetes, futuros oficiais, não esqueçamos nunca do nosso lema nos três movimentos do “Apresentar Armas” com a espada/espadim: punho à boca – pela minha honra; ponta ao céu – pelo meu Deus; e ponta ao solo – pela minha Pátria¹.

As notas de rodapé não devem ser ignoradas, pois são importantes. Vamos em frente e que Deus nos acompanhe.

Os autores



¹ MD - EB - EME. Manual de Campanha - Ordem Unida. Brasília: EGGCF, 2000, 3ª ed.

SUMÁRIO

Folha de Guarda, Folha de Rosto, Ficha catalográfica, Agradecimentos, Apresentação, Sumário, Prefácio, Glossário, Introdução... 1 a 16

Capítulo I - AS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA.....	25
A consolidação da república.....	26
A Revolta Federalista de 1893/95 no RS, SC e PR e a Revolta da Armada.....	33
O Florianismo.....	78
A intrusão francesa no Amapá em 1895 e o massacre da Vila do Espírito Santo do Amapá	80
A Campanha de Canudos.....	82
Mato Grosso: lutas irregulares entre 1891 e 1906.....	117
O governo Prudente de Moraes e os militares.....	125
A Campanha do Acre (1899-1903) e a questão com o Peru.....	127
A Revolta da vacina e a Revolta da Escola Militar.....	151
As revoltas da Fortaleza de Santa Cruz da Barra (1905), da Chibata (ou dos marinheiros, 1910) e do Batalhão Naval (1910).....	162
A Revolta de Juazeiro. O Padre Cícero.....	163
A Revolução Sertaneja na Bahia.....	170
A Campanha do Contestado.....	175
Contribuições do Exército para a integração nacional no começo da República.....	217
As reformas militares nas primeiras décadas da República	227
Capítulo II - DA PRIMEIRA À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	237
A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial.....	238
A Revolução de 1922.....	252
A Revolução de 1923 no RS	266
A Revolta Tenentista de 1924	278
A Revolução de 1924/25 no RS	291
A Revolução de 1926 no RS	303
A Revolução de 1930.....	308
Evolução do Exército brasileiro na década de 1920/30	323
A Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo.....	326
A Intentona Comunista de 1935.....	346
O Estado Novo – 1937.....	365
O Levante Integralista de 1938.....	369
Evolução do Exército na década de 1930	378
O Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial.....	386

Capítulo III - A VOCAÇÃO DEMOCRÁTICA DO EB	433
Do Estado Novo ao fim da Era Vargas.....	434
Antecedentes da Contrarrevolução Democrática de 31 de março de 1964.....	434
A Contrarrevolução de 31 de março de 1964.....	461
Os presidentes militares	475
A vocação democrática do Exército.....	494
Doutrina Militar e Força Terrestre.....	496
Participação do Exército na vida nacional.....	506
O novo esforço de modernização.....	520
Missões de Paz na África, Ásia, América Latina e Europa.....	534
A Missão de Paz no Oriente Médio.....	549
A Missão de Paz na República Dominicana.....	555
A Aviação do Exército.....	563
Evolução e inovações no EB nos últimos anos.....	569
Final.....	572
Bibliografia	573



PREFÁCIO

Gen Ex Sergio Westphalen Etchegoyen

A sequência de episódios que marca a evolução social e política do Brasil, desde os primeiros sinais de que por aqui brotava um sentimento comum de nacionalidade em meio a um povo com basicamente três origens - indígena, europeia e africana - até nossos dias, tem no Exército Brasileiro o seu protagonista mais frequente e com cujos anseios sempre se identificou.

Mais do que instrumento inequívoco na formação da nacionalidade, nossa Força Terrestre foi o farol a apontar, em todos os momentos, o rumo do interesse maior da sociedade que o originou.

Na colônia, capitães portugueses romperam Tordesilhas e estenderam nossas fronteiras para oeste e para o sul, rechaçaram franceses, ingleses e outros aventureiros no litoral, enquanto brasileiros varriam o invasor no Nordeste.

A independência trouxe a autonomia a um povo que já se reconhecia como nação, tinha um território que o abrigava e uma língua comum, ambos presentes portugueses e certamente a maior obra de toda a crônica lusitana.

A espada do Império garantiu a integridade territorial pacificando internamente, consolidando os limites coloniais e conformando o entorno estratégico à sua conveniência.

A república chega no final Século XIX desfraldando a bandeira do pacifismo. Podia fazê-lo, a monarquia cumprira o que lhe impunha o seu momento histórico e criara as condições para tanto.

Pois é sobre o Exército na República que se debruçaram o General de Exército Virgílio Ribeiro Muxfeldt e o Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis para nos apresentar esta obra que só o pesquisador atento e talentoso, dotado de espírito crítico, vasto conhecimento e honestidade intelectual pode produzir.

Se o Império logrou coroar a construção da Nação, o verdadeiro espírito nacional poucas vezes se manifestou na República tal a dificuldade que esta sempre encontrou para emular, identificar e mesmo orientar-se segundo o interesse coletivo.

Em contraposição, o Exército, desde a sua gênese, manteve-o sempre como a baliza de suas posições.

Talvez por isso mesmo as pesquisas de opinião sobre confiança popular há muito refletem a liderança das Forças Armadas, com larga

vantagem, em relação a outras instituições do Estado brasileiro e da sociedade como um todo.

Contar essa história não é falar de uma trajetória isenta de equívocos, afinal é obra humana, mas de um caminho percorrido todo ele sobre o alicerce dos valores militares, essa constelação de atributos perenes que caracterizam o conjunto castrense e seus integrantes.

Desde a Constituição do Império, de 1824, a missão das FFAA permanece, guardados os estilos de cada época, praticamente a mesma, defender a pátria e garantir a Lei e a ordem, se preciso, com o sacrifício da própria vida.

O recrutamento de profissionais e temporários para o cumprimento da missão que vem de 1824, sempre se deu em meio a nossa sociedade, cujos valores sofreram extensas e intensas transformações nestes quase dois séculos.

São, pois, o culto e a prática daqueles valores perenes que asseguraram a continuidade dos compromissos com o interesse nacional e do espírito de renúncia, essenciais à profissão e à preservação do verdadeiro estado democrático de direito.

Muito já se escreveu sobre o período objeto desta obra, poucas vezes porém, livre de preconceitos e de estereótipos e jamais com tanto alcance factual e temporal.

O trabalho do General Muxfeldt e do Coronel Caminha ilumina os fatos que marcaram os difíceis avanços pela consolidação do regime e da democracia em meio a embates políticos que opunham oligarquias, empulhações ideológicas, populismos e boa fé, para identificar quando e por quais razões a trajetória retilínea do Exército Brasileiro, sempre orientada pelo interesse nacional e conduzida segundo os já citados valores militares, tangenciou o tortuoso caminho da política nacional para influenciá-la de alguma forma, ao mesmo tempo em que se empenhava pelo aperfeiçoamento do profissionalismo de seus quadros, obra só consolidada no governo Castello Branco.

Descrever o Brasil do Século XX, inserido num mundo completamente encoberto pela névoa espessa da expansão do marxismo é trabalho árduo e que exige alta capacidade de análise, especialmente num país cuja historiografia foi maldosamente empobrecida pelo revisionismo que não se constrangeu em destruir personalidades nem em distorcer fatos sempre que isso interessou aos focos de irradiação do movimento comunista internacional.

Nesse cenário caótico, turbulento e marcado por três conflitos mundiais (não se pode esquecer a Guerra Fria!) e inúmeros outros que ainda nos assombram e por movimentos dramáticos no tabuleiro

da distribuição mundial de poder, nossas Forças Armadas, e com elas o Exército, foram invariavelmente reféns tanto da necessidade de suprir a falta do Estado em vastíssimas regiões do nosso território, quanto da histórica e irresponsável miopia de nossas lideranças políticas para as questões de Defesa e Soberania.

A despeito de tantos óbices e dificuldades, estamos há quase cinquenta anos entre as dez maiores economias do mundo, já somos os segundos produtores de alimentos e inegavelmente os primeiros em diversidade ambiental.

São marcas que se por um lado mostram a enorme capacidade da nossa gente e igual potencial para promover a prosperidade, por outro expõem a crua realidade que tem sido a falta de visão estratégica e de noção da grandeza que nos pode tocar se nossa elite política entender definitivamente a grande lição que nos deixou o Barão do Rio Branco na alvorada da república: *“não se pode ser pacífico sem ser forte”*.

Este é um livro que descreve a relação entre uma nação e o seu exército ao longo de quase século e meio, período no qual cidadãos e soldados cooperaram para construir um futuro de prosperidade que seguirá distante enquanto nossos representantes acreditarem que apenas retórica e boas intenções sejam capazes de sustentar o espírito pacifista trazido com o advento da república.



GLOSSÁRIO

Ação retardadora. Movimento retrógrado em que uma força ganha tempo em troca de espaço, procurando infligir ao inimigo o maior dano possível e o máximo de retardamento, sem se empenhar em ações decisivas.

Anspeçada. Antiga graduação na hierarquia do Exército entre o soldado e o cabo. Palavra de origem italiana (Lancia Spezatta, lança quebrada) e designa (metafóricamente) um soldado experiente, eis que quebrar uma lança era uma ocorrência que viria a acontecer, mais cedo ou mais tarde, aos combatentes.

Apoio (Ap). Auxílio, proteção, complementação fornecida por elemento organizacional ou por uma força em benefício de outra.

Apoio Administrativo (Ap Adm). Apoio a uma organização militar relativo a serviços administrativos, tais como pessoal, suprimento, finanças.

Apoio Logístico (Ap Log). Conjunto de atividades de pessoal, suprimento, transporte, manutenção, saúde e construção, que visa a proporcionar os recursos e serviços necessários às organizações e forças militares.

Apoio Aéreo (Ap Aé). Todas as formas de apoio fornecido por forças aéreas a forças em terra ou no mar, transporte aéreo, defesa antiaérea, bombardeio e reconhecimento aéreo, etc.

Apoio ao Combate (Ap Cmb). Apoio prestado numa operação aos elementos de combate, traduzido pelo apoio de fogo, apoio ao movimento e apoio à capacidade de coordenação e controle.

Aproveitamento do Êxito (Aprv Ext). Operação que se segue a um ataque bem sucedido, ou que se inicia quando a força inimiga demonstra flagrante dificuldade em manter suas posições. Caracteriza-se por um avanço rápido e contínuo para destruir a capacidade do inimigo de se reorganizar ou de realizar um movimento retrógrado ordenado.

Artilharia Antiaérea (Art AAé). Artilharia dotada de pessoal e equipamento especializado - canhões, metralhadoras, mísseis, material de comunicações, de direção de tiro, eletrônico, etc. para dar combate a alvos aéreos.

Artilharia de Costa (Art Cos). Artilharia dotada de pessoal e equipamento especializado para dar combate a alvos marítimos.

Aviação Militar (Av Mil). Antigamente, aviação pertencente ao Exército.

Balões cativos. Balões ligados por cabos ao terreno, utilizados antigamente para a observação e, mais modernamente, na defesa antiaérea, visando a dificultar a ação da aviação inimiga contra cidades, portos, pontes, etc..

Batalhão (Btl). Unidade de emprego tático (conjunto de tropas destinado a constituir uma só unidade em combate). Inicialmente, agrupamento de companhias de infantaria sob comando único; havia, também, batalhões de artilharia, constituídos de duas ou mais baterias.

Batalhão de Infantaria de Selva (BIS). OM Inf de ambiente amazônico.

Bateria (Bia). Subunidade de OM de Art.

Blindado (Bld). Viatura sobre rodas (VSR) ou sobre lagartas (VSL), dotada de blindagem (chapas e componentes de aço) capaz de dar certo grau de

proteção à sua guarnição e a seu equipamento contra estilhaços ou tiro direto.

Brigada (Bda). Unidade operacional da força terrestre, de constituição variável. Antigamente composta de dois regimentos, ou de dois batalhões, de infantaria ou de artilharia. Hoje, grande-unidade de emprego básico das forças terrestres, constituída de tropa de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. Há brigadas especializadas: motorizadas, blindadas, de montanha, de selva, de pára-quedistas, etc.

Cabeça-de-ponte (C Pnt). Área ou posição na margem inimiga de um curso d'água (ou de um desfiladeiro), que uma força conquista e mantém, a fim de assegurar condições para o prosseguimento das operações.

Carros de Combate (CC). Viatura blindada sobre lagartas ou sobre rodas, dotada de armamento (canhão, metralhadora, míssil etc). Nome popular: tanque.

CMG. Capitão-de-Mar-e-Guerra (Marinha).

Comando (Cmdo). Autoridade, decorrente de lei ou de regulamento, atribuída a um militar para dirigir e controlar forças, sob todos os aspectos, em razão de seu posto ou função. Organização militar de proporções e estrutura variáveis, com determinada finalidade e missão, colocada sob as ordens de um comandante.

Comandos (Cmdos). Originário do nome cunhado pelos ingleses - comando. Tropa pequena, altamente adestrada e qualificada para operar sob circunstâncias e em ambiente particularmente duros, cumprindo missões táticas ou estratégicas, envolvendo ações de curta duração e violentas - destruição de instalações, morte ou captura de chefes militares, corte de linhas de comunicações, busca de informações, etc.

Contratorpedeiro. Navio de combate de alta velocidade, mobilidade, porte médio, pouca autonomia e nenhuma blindagem lateral. Possui canhões, metralhadoras e torpedos (seu armamento principal). Em inglês: destroyer.

Corpo de Exército (CEx). Grande comando operacional das forças terrestres, constituído de grandes unidades e unidades, organizado com a finalidade básica de coordenar seu emprego.

Cruzador. Navio de combate de porte médio, veloz, de blindagem limitada, grande raio de ação, boa mobilidade, armamento de calibre médio e tiro rápido. Empregado em operações de reconhecimento, cobertura, escolta, contra-ataques de superfície, corso, bombardeio de costas, etc.

Destacamentos mistos (Dst Ms). Grupamento de unidades e frações de tropa, independente, de organização variável, sob um comando único, de existência permanente, ou constituído para o cumprimento de determinada missão.

Duplo envolvimento. O envolvimento é uma forma de manobra ofensiva em que a força atacante contorna a posição principal do inimigo, atacando em um de seus flancos, para conquistar objetivo situado profundamente à retaguarda, com as finalidades de forçá-lo a abandonar a posição ou desviar forças importantes para fazer face à ameaça, e de destruí-lo em local e

ocasião escolhidos. No duplo envolvimento utilizam-se duas forças atacantes, cada uma delas atuando sobre um flanco do inimigo.

ECD. Em condições de.

Engenharia de Combate (Eng Cmb). Tropa da arma de Engenharia empregada no apoio ao combate, cumprindo missões tais como a construção e recuperação de estradas e pontes, demolições, balizamento e remoção de campos minados, etc.

Estivas. Paus, galhos de árvore utilizados para consolidar estradas e caminhos em terrenos alagadiços e arenosos, permitindo a passagem de veículos. **Exército de Campanha (Ex Cmp).** Grande comando operacional e administrativo das forças terrestres, que executa operações estratégicas, planeja e conduz operações táticas de elementos subordinados e prevê o apoio administrativo das unidades que lhe são orgânicas ou que o integram. É constituído de um comando de tropas de exército e enquadra número variável de divisões, brigadas e unidades de combate, apoio ao combate e apoio administrativo.

FTer. Força Terrestre – é o instrumento de ação do Exército, estruturada e preparada para cumprir missões operacionais terrestres (Pondé, 1994, p. 6)

Fustigamento e fuga. Atuação sobre a tropa inimiga mediante o fogo e o movimento, visando a afetar-lhe a capacidade de combate, perturbando-lhe o sossego, dificultando-lhe o deslocamento, diminuindo-lhe o moral, causando-lhe baixas. O fustigamento é seguido de retraimento, de forma a evitar o engajamento pelo inimigo.

Gás de combate (GCmb). Agente químico tóxico ou irritante difundido na atmosfera, destinado a causar baixas mediante a inalação ou o depósito sobre a pele.

Grandes-unidades (GU). 1 - Grande-unidade é uma organização militar que reúne unidades das armas e dos serviços, segundo estrutura prevista, capaz de servir e de ser empregada como um todo. 2 - Organização militar com capacidade de atuação operacional independente, básica para a combinação de armas e integrada por unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

Grupamento tático (Gp T). Grande unidade de combinação de armas, constituída, basicamente, por um regimento de infantaria e um grupo de artilharia, mais unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio administrativo, com capacidade de atuar independentemente e de durar na ação. Hoje substituído pela brigada.

Grupo (Gp). Unidade de emprego tático da artilharia e da aviação, constituído, em princípio, de três baterias de tiro ou de dois ou mais esquadrões de aeronaves, e mais elementos de comando e de serviços.

Grupo de Combate (GC). Grupo de cerca de 10 soldados nucleados em torno de uma arma automática, o fuzil-metralhadora, sob o comando de um sargento, constituindo uma fração de emprego tático em combate.

Guarnições. Guarnição é o conjunto de unidades com sede ou aquarteladas em uma cidade.

Guerra Nuclear (G Nuc). Conflito armado entre Estados ou coligações de Estados, no qual são, ou há possibilidade de serem empregadas armas nucleares.

Guerra Psicológica (G Psico). Categoria das ações psicológicas destinadas a gerar emoções, atitudes ou comportamentos em grupos inimigos e hostis, com o objetivo de combater seu ânimo, destruir seu moral ou levá-los à rendição.

Guerrilha (Guer). Forma de guerra irregular que compreende as operações de combate executadas por forças predominantemente locais, de um modo militar ou paramilitar, a fim de reduzir a eficiência do governo estabelecido ou do poder de ocupação, nos campos político, econômico, psicossocial e militar.

Hon. Honorário.

Ini. Inimigo.

Inquietação (Inqt). Atuação sobre a tropa inimiga mediante o fogo e o movimento, visando a perturbar-lhe o sossego, dificultar-lhe o deslocamento, diminuir-lhe o moral, causar-lhe baixas, afetando-lhe a capacidade de combate. O fustigamento ou inquietação é seguido de retraimento, de forma a evitar o engajamento pelo inimigo.

Intendente, intendência (Int). Militar do Exército pertencente ao Serviço de Intendência, ao qual compete fornecer o apoio em víveres e forragem, pagamento, recursos financeiros etc. No RS antigo, prefeito e prefeitura.

Itn. Itinerário.

Lastreamento. Lançamento de material diverso - areia, brita, madeira, etc. - no leito da estrada, de modo a reforçar-lhe a resistência e a permeabilidade, proporcionando melhores condições para o tráfego.

Linha de atiradores (L At). Antiga formação de combate em que os homens, os atiradores, se estendiam em linha no terreno, para fazer fogo e manobrar.

Mineiros. Soldados especializados no lançamento de minas, utilizadas na defesa de posições.

Minagem do terreno. Lançamento de minas de combate no terreno, como meio de fortalecer a defesa.

Oficiais das armas. Oficiais pertencentes a uma das armas do Exército: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações.

Oficiais dos serviços. Oficiais pertencentes a um dos serviços: Intendência, Saúde, Veterinária, Material Bélico.

Oficiais-Generais. Oficiais de posto imediatamente superior ao de coronel.

Oficial de Dia (Of Dia). Oficial diariamente escalado, que permanece durante 24 horas no aquartelamento e é responsável pela sua guarda e segurança.

Organização do terreno (OT). Aproveitamento e preparação do terreno para a defesa, mediante adequada disposição da tropa e construção de trincheiras e obstáculos que facilitem a ação do defensor e dificultem a do atacante.

Organização Militar (OM). Qualquer unidade militar autônoma.

Patrulhamento, Patrulha (Pa). Exército - Atividades de uma força à frente da linha de contato, com o objetivo de colher informes sobre o inimigo, o terreno e instalações, bem como para executar missões de destruição, inquietação, segurança, limpeza do terreno, tomada de prisioneiros e outras.

Praças. Militares de nível inferior ao de oficial (de Sd a Sub Ten).

Quadrado. Antiga formação defensiva em que a tropa de infantaria se dispunha no terreno formando um quadrado, de maneira a defender-se do ataque, em especial das cargas de cavalaria em quatro direções, e a facilitar o recompletamento das baixas e o remuniciamento a partir do centro do dispositivo.

Quadros. Oficiais e sargentos. Os que comandam, enquadram a tropa. Categoria de oficiais especializados na execução de determinadas atividades: Quadro de Estado-Maior, Quadro Complementar de Oficiais, Quadro de Material Bélico.

Regimento (Rgt). Unidade de infantaria (RI) ou Cavalaria (RC), constituída de batalhões ou esquadrões, ou de artilharia, formada por grupos.

Regimento de Carros de Combate (RCC). OM Cav, equipada com CC.

Regimento de Cavalaria de Guarda (RCG). OM de Cav destinada a guarda.

Remonta (Remt). Fornecimento e recompletamento de cavalos para a tropa.

Rg. Retaguarda.

Serviços (Sv). Conjunto de atividades que se traduzem no apoio logístico às forças de combate.

Técnica de Estado-Maior. Conjunto de métodos e processos utilizados pelo oficial de estado-maior para o assessoramento do chefe no planejamento, coordenação e controle de operações militares.

Tender. Navio oficina - navio auxiliar para apoiar navios de combate, prover meios de reparos e aprovisionamento de determinados materiais.

Tropas divisionárias. Tropas que permanecem sob o comando direto do comandante de uma divisão.

Valor brigada. Tropa de efetivo e equipamento aproximadamente igual ao de uma brigada.

Vg. Vanguarda.

Nota dos autores: abreviaturas e siglas de acordo com o Manual de Campanha C 21-30 - Abreviaturas, Símbolos e Convenções cartográficas, EME, 4ª edição, 2002 e com o livro PONDÉ, Frederico de Paula e Azevedo. Organização e Administração do Ministério do Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1994.

INTRODUÇÃO

Esta Introdução servirá de base para aqueles leitores que não tiveram acesso aos dois primeiros volumes da trilogia da síntese da História do nosso Exército, além de ser uma condensação.

Para isso nos valeremos, entre outras fontes, do 1º volume e do resumo elaborado pelo Capitão Nilo Val - Formação do Exército Brasileiro e sua evolução no século XIX - publicado na Revista do IHGB, volume VII e defendido no Congresso Internacional de História da América, realizado entre 08 e 15 de setembro de 1922 no RJ.

As forças militares coloniais foram formadas em função das contingências impostas pelos fatores de ordem histórica, política e geográfica e tendo em vista os elementos fundamentais: o homem, o terreno e o armamento, sempre em defesa do território e das riquezas.

Desde o descobrimento, corsários e aventureiros atacaram as costas brasileiras, o que provocou o rei português a enviar a esquadra de Cristóvão Jacques em duas oportunidades. Desembarcando, Jacques fundou uma feitoria fortificada na região onde hoje é Recife, capital de Pernambuco. Foi a primeira fortificação brasileira.

Na etapa seguinte, Portugal criou as Capitânicas Hereditárias, as quais tiveram a incumbência de formar, cada uma, tropas armadas de arcabuzes, espingardas, bestas, lanças, chuços, espadas, etc. Foram as milícias. As fazendas e engenhos tiveram as mesmas incumbências e cada morador era obrigado a possuir, pelo menos, uma arma. Em vários pontos do litoral foram construídas trincheiras e fortins dotados de uma artilharia ainda incipiente e grosseira.

A Marinha Real Portuguesa não tinha condições de proteger adequadamente a costa brasileira, o que só evoluiu a partir dos resultados dos novos parâmetros de navegação estabelecidos pela chamada Escola de Sagres sob a direção do Infante Dom Henrique.

Para a engenharia naval no Brasil, a abundante madeira foi aproveitada para construção e conservação, e depósitos de material naval foram criados no RJ, BA e PA. Foram as taracenas, ou tercenas.

Com a extinção das Capitânicas Hereditárias e a instituição do Governo-Geral os esforços de defesa ficaram centralizados e por isso mais eficazes. O Regimento de 17 Dez 1548, imposto por Dom João III, regulou a administração colonial, inclusive a defesa. Fortificações e fortins foram construídos no litoral e tropas regulares foram organizadas, principalmente com a chegada de uma força de 600 homens trazida pelo Primeiro Governador-Geral Tomé de Souza, o qual instituiu,

pela primeira vez no Brasil, o serviço militar obrigatório. Esta tropa deu origem ao chamado Terço Velho da Bahia.

Os inimigos eram, de fora para dentro: os corsários e piratas; do interior para o litoral: os indígenas. Duas armas somente, a Infantaria (os terços²) e a Artilharia. Não havia nenhuma doutrina. Os choques eram diretos, de massa, força bruta e coragem. Somente no século XVII surgiram as fortificações nas formas de baluartes e bastiões.

O segundo Governador-Geral, Duarte da Costa Casemiro, enfrentou rebeliões indígenas e as derrotou em batalha. Nesta época, os franceses instigavam o gentio a lutar contra os portugueses.

Em meados do século XVI, para expulsar os franceses da Guanabara, a primeira tropa regular foi um “troço”, oriundo do Terço Velho da Bahia, depois chamado Terço do Rio de Janeiro³, formado pelos militares que participaram das operações sob o comando de Mem de Sá e de seu sobrinho Estácio. Uma parte deste terço era de indígenas. O Terço do Rio, instituído por Mem de Sá em 1567, conhecido também como “Terço Novo” recebeu em seguida um corpo de artilharia com duas companhias.

Três anos depois, em 10 Dez 1570 o rei Dom Sebastião baixou o chamado Regimento dos Capitães-Mores, que foi o primeiro regulamento militar aplicado no Brasil. Ele regulava a “ordenança e exercícios das armas”. O nome completo do documento é *Regimento dos Capitães Mores, & mais Capitães, & Officiaes das companhias da gente de pé, & de cauallo: da ordem que terão em fe (sic) exercitarem*⁴.

As capitanias formaram os Terços de Ordenanças comandados, cada um, pelo Capitão-Mor (Ten Cel). O efetivo era de 250 homens, e reunia elementos civis de qualquer origem. Os capitães-mores e os sargentos-mores (Majores) eram eleitos pelas Câmaras. Estas tropas também garantiam a ordem interna.

No início do século XVII, um dos Sargentos-Mores - Diogo de Campos Moreno, escreveu (1612) uma obra fundamental, o *LIVRO QVEDA REZAO DO ESTADO DO BRASIL* (Livro que dá razão do Estado do Brasil). Esta obra regulava presídios, fortificações, vencimentos, milícias, ordenanças, efetivos de oficiais e praças, cargos, funções, armamentos, munição, etc. Ou seja, a organização militar.

² O terço era a terceira parte de um regimento de infantaria.

³ CARVALHO, Nelson Rodrigues de. Do Terço Velho do Sampaio da FEB. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1953, p. 23.

⁴ Raízes do EB, p. 35.

Em meados do século XVII as forças territoriais e navais enfrentaram a invasão holandesa no Nordeste, contexto no qual surgiu a gênese do EB. A chamada “guerra brasílica” projetou-se como uma maneira “sui generis” de luta.

Neste século, começaram as lutas contra ingleses, holandeses e franceses na Amazônia e também a luta contra os franceses no Maranhão. Na Amazônia, destacaram-se Bento Maciel Parente, Pedro Teixeira e Luís Aranha, entre outros. No final do século, no Prata, as lutas entre portugueses e espanhóis pela Colônia do Sacramento.

Nesta fase da História do Brasil surgiram as Entradas e Bandeiras, organizações de caráter militar que tanto contribuíram para a expansão territorial e também para as práticas guerreiras.

Problemas sérios de revoltas internas também caracterizaram o período. As freguesias do interior receberam ordens para organizar Corpos de Ordenanças, destinados a auxiliar a ação da Justiça e da arrecadação de impostos.

Mas a instrução ainda era deficiente e, para atender essa carência, em 1698 o governo português criou no Rio uma “aula” de uso e manejo da artilharia. No ano seguinte, foi criada outra “aula” de fortificações. Para as duas aulas foi nomeado o Capitão Gregorio Gomes.

Já em 1736, o Governador do Rio Dom Antônio Gomes Freire de Andrade e Castro mandou organizar um corpo de artilharia com dez companhias. Nesta época, os corpos de artilharia eram chamados de “Pés de Castelo”, os comandantes eram os “Condestáveis⁵” e os demais oficiais eram os “Sota-Condestáveis”.

Já em 1747/49 as denominações das tropas regulares pagas mudaram para “Regimento”, permanecendo o terço somente nos Corpos de Ordenanças. Ainda insuficientes para a defesa externa e interna, a metrópole determinou a criação dos Corpos Auxiliares, cujos oficiais eram retirados da tropa de linha ou das ordenanças. Os Cmt desses Corpos eram os Mestres-de-Campo (Coronel). O alistamento abrangia todos, independente de classe, mas separados entre brancos, pardos e pretos, como foi na Insurreição Pernambucana. O responsável pela disciplina era um Sgt-Mor de tropa paga.

O Capitão Nilo Val destaca que havia preconceito de raça, mas tendendo a sumir. Um aviso régio de 1767 determinou que oficiais dos

⁵ Condestável (do latim condestabre): em Portugal, posto militar de maior graduação; Cmt de Artilharia; Alto chefe militar; Título honorífico; Cabo apontador na artilharia de milícia.

regimentos de “Henriques” (pretos) e índios/pardos (tropas de Felipe Camarão) fossem preparados para instrutores desses corpos.

Em 1754, inicia no sul a Guerra Guaranítica, colocando de um lado portugueses e espanhóis e do outro os indígenas guaranis. Superado este problema, durante toda a 2ª metade deste século recrudesceram as lutas pelo poder na região do Prata, agora entre lusos e espanhóis. No processo de reconquista do RS invadido sobressaíram-se homens como o Gen João Henrique Böhm, José Marcelino de Figueiredo e outros. Grandes ensinamentos foram assimilados nestas lutas, posto que o Gen Böhm era discípulo do Conde de Lippe, que havia reformado o Exército Português, inclusive doutrinariamente. Reformas que chegaram às forças coloniais portuguesas em todo o mundo.

Em 1765, o Vice-rei Conde da Cunha (Dom Antonio Álvares da Cunha) havia determinado construir na Ponta da Misericórdia (Rio) um parque de artilharia, que foi o antecessor do AGRJ. Nesta fase, a capital foi reforçada com os regimentos portugueses de Bragança, de Elvas e de Extremoz. Este último foi destacado para Ouro Preto, em função da Inconfidência Mineira (1789).

O vice-rei sucessor, Dom Rodrigo de Souza Coutinho - Conde de Linhares, já no sec. XIX, priorizou a instrução da tropa com a tática de infantaria e fortificação, inclusive com exercícios frequentes.

Já no Brasil em 1808, o Príncipe Regente Dom João criou o Ministério da Guerra e Estrangeiros, e o ministro Conde de Linhares passou a remodelar a estrutura militar, inclusive com a criação da Academia Real Militar e do cargo de Ajudante-General.

Com estas providências, entre outras, e com os oficiais passando paulatinamente a ser cidadãos natos, o Exército passou a ter uma conformação com forte presença brasileira. Linhares criou também, na infantaria, os batalhões de granadeiros, os de caçadores e os de fuzileiros. Na artilharia, foi adotada a Art a cavalo, já existente na Europa, onde foi criada por Frederico II - o Grande, da Prússia e adotada em primeiro lugar pelos espanhóis nas defesas de Montevideo e Buenos Aires ao final do século XVIII. No Brasil ela surgiu, portanto, no início do século XIX.

Na cavalaria, foi criado o 1º Regimento de Cavalaria de 1ª linha.

Portanto, a partir de 1809, estavam já organizadas as três armas no Exército Brasileiro.

As forças militares foram forjadas na defesa do território em todos os quadrantes. No SE, contra os franceses; no sul, contra os espanhóis; no NE, contra os holandeses e franceses; no norte e na Amazônia, con-

tra holandeses, ingleses e franceses; no oeste, contra os espanhóis e indígenas. E no centro, revoltas internas ao longo do tempo.

Uma questão é relevante: a Logística. De que forma os militares eram sustentados na paz ou na guerra, principalmente em alimentos, armas e munição?

Conforme os estudos do Gen Ex Marco Antônio de Farias e do professor Adler Homero Fonseca de Castro, era necessário um mínimo de condições para o funcionamento das tropas. Como se abasteciam as tropas? A frase: “**amadores pensam em estratégia, generais em logística**”, traz a realidade daquela época, como agora, da questão do abastecimento, que deve ser sempre central nos planejamentos. Sem suprimentos, uma força não tem condições de lutar.

Em tempo de paz, os Cmt das unidades do exército podiam contratar fornecedores de alimentos. Mas em operações de guerra o consumo crescia muito e esses contratos ficavam mais difíceis. Na época colonial, um outro item de suprimento era o dos cavalos. A perda desses animais era uma grande vulnerabilidade. Ao final da Guerra do Paraguai, já no período imperial, o Cmt Conde d’Eu contratou fornecedores particulares, principalmente argentinos, para o suprimento de 2.000 cavalos/mês para que o EB mantivesse a sua mobilidade.

A logística das forças armadas tinha elevado custo, e ele não era momentâneo e sim permanente. Alguns itens eram permanentes, como as armas, mas outros tinham que ser substituídos pelo desgaste, como os calçados. As necessidades de consumo de um exército trazem o interesse na logística de uma campanha militar.

Não se sabe com certeza o número e efetivos das unidades militares no Período Colonial, e dados sobre a estrutura logística são difíceis de obter. Parte do material fornecido às forças armadas era enviado de Portugal e/ou da Europa, como as armas ou o tecido para uniformes. O pano das fardas até 1910 era a lã, tecido não produzido no Brasil. Outros itens eram produzidos no Brasil, como reparos de artilharia, que era mais econômico e conveniente, já que um pedido feito para a Europa podia levar anos para ser atendido. Essa foi a razão pela qual foram implantadas manufaturas nas colônias portuguesas, para atender as necessidades locais em itens mais necessários.

Na época da Insurreição Pernambucana, por exemplo, meados do século XVII, o Porto de Nazareth no Cabo de Santo Agostinho era a porta de entrada de suprimentos para as forças luso-brasileiras.

No período de governo do Marquês do Pombal (século XVIII) foram criados os Arsenais de Guerra e de Marinha, tanto no Brasil quanto em

Portugal. Anteriormente, já haviam os chamados “Trens”⁶, para produzir artigos militares. No Brasil foram criadas instalações em Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Cuiabá. E também os laboratórios pirotécnicos para a fabricação de munição em todas as províncias. Até esta época, o Brasil foi dependente e completamente subordinado à economia europeia.

O EB foi forjado também nas lutas contra José Gervásio Artigas na Banda Oriental nos dois primeiros decênios do século XIX, nas quais se destacou o Marechal Joaquim Xavier Curado como organizador da força terrestre.

A partir de 1816, Curado passou a contar com a Divisão de Voluntários D’El-Rey, comandada pelo Tenente-General português Carlos Frederico de Lecór. Exército formado, portanto, por tropas mistas, contexto que somente seria alterado com a independência.

E assim, bastaram os 13 anos que a Corte portuguesa funcionou no Rio de Janeiro para que o Brasil adquirisse todas as características de uma nação independente.

Tentativas de recolonização do Brasil pelo governo constitucionalista instalado em Lisboa foram habilmente neutralizados pela ação dos estadistas que impulsionaram a formação do Império brasileiro.

A elevação do Brasil a Império correspondia à sua extensão territorial e à necessidade de caracterizar a ruptura com Portugal.

Os problemas militares imediatos com que se defrontou a nova nação foram a necessidade de lutar contra as forças portuguesas que aqui ficaram e a manutenção de forças regulares e milícias destinadas a confrontar as ameaças existentes na bacia do Prata, onde grassava a instabilidade política e territorial resultante da colonização espanhola.

Esses problemas eram agravados pelo fato de não haver uma Marinha nacional, pois a até então existente, portuguesa, regressara à Europa, deixando aqui poucos navios e tripulantes.

Os fatos que se seguiram à independência mostraram, entretanto, que a nação que emergia já dispunha de força militar suficiente para enfrentar e vencer os óbices que se apresentaram.

As falhas ocorridas deveram-se ao fato dos órgãos de comando existentes serem, na sua maioria, portugueses, não havendo ainda nacionais em número e qualidade suficiente para substituí-los quando

⁶ Trem de Guerra: instalação militar, Arsenal de guerra, depósito de munições ou oficina militar. Refere-se também às colunas de transporte de suprimentos.

de seu regresso a Portugal. A Academia Real Militar não produzira ainda frutos suficientes e, os que formara, não eram oficiais de tropa.

Ao Império não restou outra opção que não fosse a contratação de estrangeiros para reforçar sua força militar, particularmente para a Marinha, constituindo-se uma poderosa força naval.

A força terrestre que se reorganizou seguiu o modelo lusitano: unidades de linha, milícias e ordenanças irmanando os cidadãos e os soldados para, unidos pelos mesmos ideais de Pátria, assegurarem a soberania do país, que se desenhava altamente promissora.

Dom Pedro I, consciente de que só com tropas com condições de emprego imediato poderia levar a bom termo o seu reinado, tratou desde logo de organizá-las e assim, em decreto de 25 de setembro de 1822, fixou as bases do novo exército que surgia, o Exército Brasileiro, criando, extinguindo e transformando corpos de tropa.

O papel do Exército Brasileiro na vida nacional foi a seguir institucionalizado pela Constituição do Império de 1824, quando em seu artigo 145 estabeleceu que sua finalidade seria “sustentar a independência e a integridade do Império”.

Institucionalizado, o EB foi reorganizado várias vezes, em natural evolução, visando bem cumprir seu dever constitucional de apoiar as políticas internas e externas estabelecidas pelo Império.

Em suma, a vinda da família real, o Exército Português reconstruído depois de 1808 pelos ingleses, a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve, a organização da Infantaria em unidades de caçadores, as lutas no Prata e contra a Revolução Pernambucana de 1817, entre outros, foram os fatores que forjaram um nascente Exército Brasileiro. Mas, surgiu a exagerada afirmação de que “monarquia é sinônimo de exército antiquado e ineficiente”⁷.

O período republicano, então nascituro, trouxe o acirramento da luta pelo poder no Brasil. O Exército não poderia ficar alheio a esse processo, já que tinha sido a garantia da instalação da ordem republicana. E o primeiro Presidente da República eleito foi justamente aquele que a proclamou: o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Conforme o Cel J. B. Magalhães, até 1880 “O Exército era Caxias e Osorio, e estes estejavam a Monarquia” (Magalhães, 2001, p. 303). Mas as mortes de ambos, em 1879 (Osorio) e 1880 (Caxias) tiraram do EB suas principais referências. E acrescenta: “Daí por diante, não havia mais, no Exército, chefe capaz de conter, por sua personalidade, qualquer excitação a rebeldias” (Idem).

⁷ Conforme MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército. BIBLIEx, 1998, p. 150.

As lutas se sucederam. Deodoro renunciou em 23 Nov 1891 e entregou o poder ao seu vice, o também Mar Floriano Vieira Peixoto.

No ano seguinte, estourava a I Revolta da Armada; dois anos depois, no sul, a Revolução Federalista e a II Revolta da Armada; em 1895, a Questão da Guiana Francesa; em 1896 a Revolta da Escola Militar; no mesmo ano iniciava a Guerra de Canudos; em 1899 começava a Questão do Acre; em 1904 a Revolta da Escola Militar da Praia Vermelha; em 1905 a Revolta da Fortaleza de Santa Cruz; em 1906, a Revolta de Cuiabá; em 1910, a Revolta do Batalhão Naval, no Rio de Janeiro; em 1912, iniciavam as lutas na Região do Contestado (PR e SC); e em 1914, começava a I Guerra Mundial.

Após um período de relativa calma, em 1922 começavam as lutas do Movimento Tenentista, com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana; no ano seguinte, no sul, tinha início a chamada Revolução de 1923; no ano seguinte começava a Revolução de 1924 em São Paulo; em seguida, a Coluna Miguel Costa-Prestes; em 1926, revoltaram-se os tenentes Etchegoyen em Santa Maria, contra o governo Artur Bernardes; em 1930, iniciava uma das maiores revoluções brasileiras, a de 1930, capitaneada por Getúlio Vargas; mas, dois anos depois, teve início a Revolução Constitucionalista de São Paulo; em 1935 a Intentona Comunista; em 1937, o governo instituiu o chamado Estado Novo; no ano seguinte a Revolta Integralista; e em 1939 começava a II Guerra Mundial, que exigiu a presença brasileira na Itália em 1944.

Onze anos depois, no governo Vargas, houve a chamada Crise de 1955; em 1964, a Contrarrevolução Democrática de 31 de março; no mesmo contexto, a guerrilha de Caparaó (MG) em 1967; e a do Araguaia, que começou por volta de 1967 e se prolongou até 1974.

O EB participou, direta ou indiretamente, de todos estes eventos.

Tivemos ainda, na primeira metade do século XX, a atuação dos Jovens Turcos, a Missão Indígena na Escola do Realengo e a Missão Militar Francesa de Instrução no EB.

A História do Exército foi balizada por estes acontecimentos. Outros eventos contribuíram para essa História como, por exemplo, a inauguração e início do funcionamento da Academia Militar das Agulhas Negras em 1944, preponderante no campo do ensino e da formação dos nossos oficiais. A formação de oficiais do EB pode ser dividida em antes da AMAN e depois do advento desta escola.

Com a Reforma Administrativa de 1967, o Ministério da Guerra tomou a denominação de Ministério do Exército. Com a criação do Ministério da Defesa em 10 de junho de 1999 o Min Ex passou a ser o

Comando do Exército Brasileiro. A Organização Básica do EB está na Portaria nº 012 - EME, de 29 de janeiro de 2014.

O Estado-Maior do Exército (EME) foi criado pela Lei n 403, de 24 Out 1896, que criou também a então Intendência-Geral da Guerra.

Esta é a síntese do que aconteceu no final do século XIX e no século XX em relação ao EB.

Os autores





Capítulo I

***As primeiras
décadas da
República***

A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA

As lutas pelo poder na alvorada republicana

*“Gloria á Patria! Honra aos heroes do dia
15 de novembro de 1889”.*

(Revista Illustrada, Rio de Janeiro)

Em alguns momentos da vida política do Brasil-Colônia se fez presente o desejo de implantar o regime republicano na nova nação que surgiria. Entretanto, a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 trouxe a continuidade do Regime Monárquico português no Brasil até 1822 e depois até 1889 (1º e 2º reinados).

Assim, em 1815, a elevação do Brasil a “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”, encaminhou esta fase do processo de evolução política até 1822, culminando com a declaração da independência em 7 de setembro por parte do Príncipe Regente Dom Pedro, que se tornaria o primeiro Imperador Constitucional⁸ do Império Brasileiro.

O ideal republicano, mantido durante 67 anos de Império⁹, revigoreu-se quando um grupo de defensores da República publicou, em 03 Dez 1870, o Manifesto Republicano, escrito por Quintino Bocaiúva. Em 18 Abr 1873 nascia o Partido Republicano Paulista, na cidade de Itu.

A Proclamação da República só aconteceria em 15 de novembro de 1889, quando aos ideais republicanos, se somou a decadência da monarquia, causada pela crise econômica decorrente das enormes despesas com a Guerra do Paraguai - a “maldita guerra”, agravada pelas questões militar e religiosa, a abolição da escravidão e a delicada situação da sucessão de Dom Pedro II, pois nem todos viam com bons olhos a ascensão de uma mulher¹⁰ ao trono brasileiro.

O Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, principal chefe do exército brasileiro, liderou o movimento que levou à queda de Dom Pedro II, à sua saída e da família imperial do país e à implantação da forma republicana e do sistema presidencialista no Brasil, nos moldes do existente nos Estados Unidos da América.

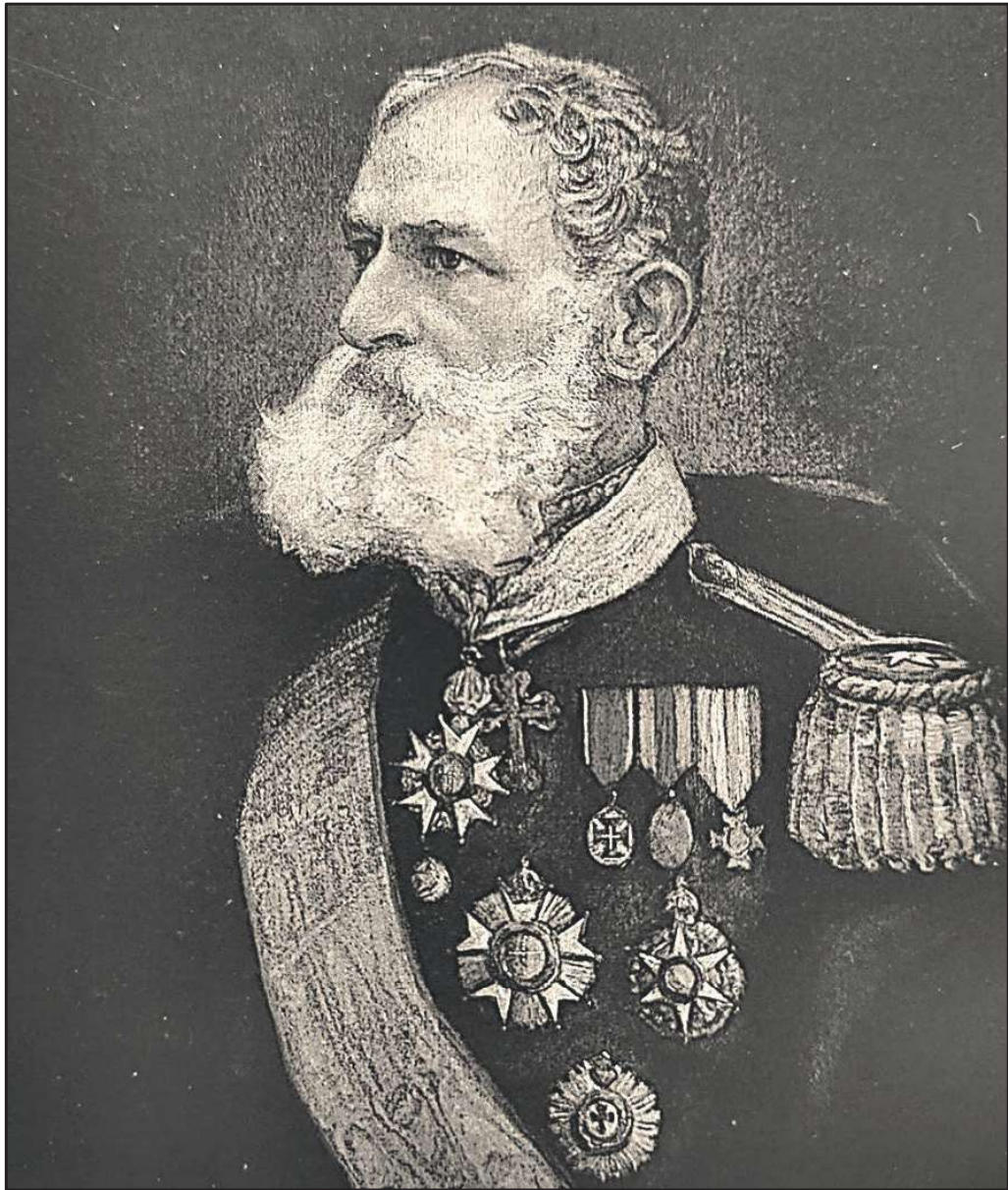
Após a deposição do governo imperial (manhã do dia 15 Nov), na tarde desse dia Deodoro, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva e ou-

⁸ A primeira constituição do Brasil foi a de 1824.

⁹ Primeiro Império: de 1822 a 1830; Segundo Império: de 1830 a 1889, sendo os 10 primeiros sob o regime da Regência, até a Maioridade de Dom Pedro II em 1840.

¹⁰ Princesa Isabel, a herdeira do trono, casada com o francês Conde D’Eu - Marechal Gastão de Orleans.

tos líderes do movimento republicano reuniram-se preocupados em evitar um vazio de poder e estabeleceram um governo provisório, incumbido de reger os destinos do país.



Marechal Deodoro da Fonseca (Fonte: BIBLIEx, 1998, 3º vol. p. 12)

O governo provisório tinha como principais figuras o Marechal Deodoro como presidente, Benjamim Constant como Ministro da Guerra e o Almirante Eduardo Wandenkolk como Ministro da Marinha.

Nessa mesma tarde, o governo provisório expediu o Decreto nº 1, determinando que ficava proclamada a República e, provisoriamente decretada a República Federativa.

O presidente Deodoro, pelo Decreto nº 511, de 23 de junho de 1890, conhecido como Regulamento Alvim (elaborado por José Cesá-

rio de Faria Alvim) regulamentou a eleição para a constituição de um Congresso Nacional Constituinte, destinado a elaborar uma nova Constituição para o país.

No dia 15 de setembro de 1890 ocorreram as eleições destinadas a constituir uma Câmara de Deputados e o Senado Federal. As duas casas legislativas, separadamente, iniciaram seus trabalhos em 4 de novembro e, a 15 de novembro, as duas casas se fundiram e instalou-se a segunda Assembleia Nacional Constituinte da História do Brasil.

Finalmente, em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

No dia seguinte, como o Regulamento Alvim determinava que a primeira eleição presidencial deveria ser efetuada pelos congressistas eleitos para a Constituinte, procedeu-se à eleição do presidente e do vice-presidente da República. O escrutínio apontou a vitória dos Marechais Manoel Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que haviam concorrido em chapas opostas.

Apesar da longa maturação do projeto republicano, o País não estava ainda preparado para o regime federativo: nas disposições transitórias da Constituição de 1891, que legitimou a mudança de regime, previu-se a eleição do primeiro Presidente pelo Congresso, por não estar o povo perfeitamente esclarecido quanto ao voto livre.

O início do novo regime foi conturbado, pois as forças que se uniram para a derrubada do Império eram bastante heterogêneas. Aos republicanos autênticos se uniram, sem muita convicção, a juventude exaltada, com ideias revolucionárias, liderada por Antônio da Silva Jardim; os jovens militares, orientados por Benjamim Constant, adeptos das doutrinas de Augusto Comte; os militares mais antigos, convencidos de que o Império representava um regime superado; os monarquistas escravistas, descontentes com a promulgação da Lei Áurea; e católicos ressentidos com o desfecho da Questão Religiosa¹¹.

¹¹ A Questão Religiosa (ou Questão Epíscopo-Maçônica) começou quando o Bispo de Olinda, PE, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, aplicou em sua diocese a encíclica papal *Quanta Cura* na qual o Papa condenava a Maçonaria, que abrigava muitos católicos. Foi apoiado pelo bispo Dom Antônio de Macedo Costa, do Pará. Para a aplicação da encíclica era necessária a autorização do Imperador, que a negou. O Conselho de Estado concluiu que os bispos desrespeitaram a Constituição. Eles foram presos, julgados e condenados à prisão. O Imperador ainda tentou uma conciliação através do papa Pio IX, sem resultado. O povo condenou a prisão e ficou contra a monarquia. A suspensão da pena e a anistia ocorreram quando o Duque de Caxias aceitou presidir o Gabinete, a 17 Set 1875. A Maçonaria parecia ter sido vitoriosa, mas esvaziou-se rapidamente (BIBLIEx, 1998, p. 12).



Posse do Mar Deodoro em 26 Fev 1891 (BIBLIEx, 1998, 3º v., p. 13)

Consumada a derrubada do Império e implantada a República, essas forças, antagônicas entre si, logo evidenciaram a fragilidade da aliança que apoiou o advento da República.

Enfrentando uma oposição sistemática no Congresso, nascida durante o Governo Provisório, o Marechal Deodoro, que não era afeito ao jogo da política, terminou por dissolver o Congresso a 3 de novembro de 1891 sem ter poderes legais para isso.

O ato arbitrário provocou a reação, 20 dias depois, do Contra-Almirante Custódio José de Melo que, apoiado pelas guarnições dos navios de guerra Riachuelo e 1º de Março, ameaçou bombardear a cidade do Rio de Janeiro.

Embora Deodoro tivesse apoio e possibilidade de sufocar a revolta, preferiu renunciar, evitando o desencadeamento de uma guerra civil, demonstrando assim patriotismo e desprendimento.

Encerrava-se desta forma sua brilhante carreira militar e política. Embora impulsivo, tinha sido um chefe bravo e generoso na guerra e um patriota na política.

A situação política do país não mudou com a renúncia de Deodoro. Floriano era um homem austero e de energia inesgotável. Chefe nato, destacava-se pela frieza com que impunha sua vontade.

Ao lado, o Marechal Floriano Peixoto (Fonte: BIBLIEx, 1998, 3º v., p. 14).

Agindo rapidamente, superou o episódio que passaria à história como a “Primeira Revolta da Armada”, chamando Custódio de Melo para ser seu Ministro da Marinha. Reabriu o Congresso e destituiu todos os presidentes de estado que se haviam mostrado solidários com Deodoro, sem que tivesse poderes legais para esses atos, ocasionando uma série de distúrbios nos estados afetados.

Entendeu ele que, tendo sido eleito indiretamente, por uma Disposição Transitória da Constituição, podia completar o mandato de quatro anos que havia sido conferido a Deodoro e, portanto, não era obrigado a convocar novas eleições diretas para Presidente, como estava claro no artigo nº 42 dessa mesma Constituição.

Essa polêmica chegou a inflamar o país, com fortes razões expostas pelos contendores de ambos os lados. Dentro deste contexto, 13 oficiais-generais publicaram, a 06 Abr 1892, um pronunciamento nos jornais no qual concitavam o Vice-Presidente a convocar eleições para o cargo de Presidente da República. Floriano reformou 11 e transferiu dois para a 2ª classe¹². Entre os 13, o Almirante Eduardo Wanden-



¹² 2ª classe na Marinha era a Reserva não remunerada.

kolk¹³, o que resultaria em graves acontecimentos futuros. Toda essa agitação produziu uma aberração: o Cel João da Silva Barbosa e o Major Antônio Aníbal da Motta tomaram o controle da intendência de Corumbá e ali instalaram uma Junta Governativa separatista, fundando, em 22 Jan 1892, a República Transatlântica de Mato Grosso¹⁴, de curta vida.

O Exército no início da República

Com a proclamação da República tem início um esforço de recuperar a eficiência operacional das Forças Armadas (Marinha e Exército) que havia decaído nos últimos anos da Monarquia. Tiveram lugar uma série de iniciativas que, evidentemente, só apresentariam resultados concretos a médio e longo prazos.

A principal iniciativa foi o Dec. nº 431 de 2 de julho de 1891, assinado por Deodoro e pelo seu Ministro da Guerra, Gen Antonio Nicolau Falcão da Frota que, em seus dois primeiros artigos, promove uma profunda reorganização territorial da força terrestre (transcrição)¹⁵:

Art. 1º O territorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil fica dividido em sete districtos militares, formados de Estados differentes, do seguinte modo:

- 1º Amazonas, Pará, Maranhão e Piauhy, com sede na capital do Pará;
- 2º Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Pernambuco, com sede na de Pernambuco;
- 3º Bahia, Sergipe e Alagôas, com sede na da Bahia;
- 4º S. Paulo, Minas Geraes e Goyaz, com sede na de S. Paulo;
- 5º Paraná e Santa Catharina, com sede na do Paraná;
- 6º Rio Grande do Sul; e
- 7º Matto Grosso.

As forças existentes na Capital Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e Espirito Santo ficam sob as immediatas ordens do ajudante general do Exército.

¹³ Reformado por decreto de 07 Abr 1892, e, embora senador da República, foi preso e enviado para Tabatinga, no Amazonas, onde permaneceu detido com outros presos políticos (CPDOC/FGV).

¹⁴ Ou Estado Livre de Mato Grosso (território do atual MS). Esta sedição acabou em Mai 1892, controlada pelo governo, que voltou às mãos do Dr. Manuel Murтинho.

¹⁵ Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-431-2-julho-1891-525018-publicacaooriginal-1-pe.html>

Art. 2º Ficam extinctos os actuaes commandos de armas e de brigada e bem assim as repartições de encarregados do pessoal e material do Exército, juntos aos Governos dos Estados, creadas pelo decreto n. 296 de 29 de março de 1890.

Neste decreto está a origem dos atuais comandos militares de área, criados em 1985.

Imediatamente após a instituição da República, a reorganização do EB, decretada em 19 Dez 1889, estabelecia: Infantaria: 36 batalhões; Cavalaria: 12 regimentos; Artilharia: cinco regimentos e cinco batalhões; Engenharia: dois batalhões; e o Corpo de Trem com 278 integrantes (Magalhães, 2001, p. 311).

Por outro lado, na área do ensino, em 12 Abr 1890, foi realizada a mais importante reforma da época substituída, entretanto, em 1898, por outra denominada de “Regulamento Benjamin Constant”. Esta comportava, como prioridade, de acordo com o Cel J. B. Magalhães, uma concepção de preparação intelectual de tipo científico enciclopédico (Idem, p. 309) e vinha inspirada nos pressupostos do Ten Cel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor da Escola Central.



A REVOLTA FEDERALISTA DE 1893/95¹⁶ NO RS, SC e PR E A REVOLTA DA ARMADA

"Chefe de partido, como correligionário peço, como riograndense suplico: guerra civil não, pois é o maior flagelo que pode cair sobre um povo".

(Gaspar Martins a Joca Tavares)

"Há uma ordem só: resistência a todo transe".

(Gomes Carneiro, na Lapa)

As Revoltas Federalista e da Armada são abordadas neste trabalho tendo por base geográfica os estados do país onde houve combate, ou sejam, o RS, o RJ, SC e PR, nesta ordem. É necessário que o leitor/pesquisador tenha isto em mente para fazer a clivagem e depois a integração dos dois contextos. Foram duas revoltas que se uniram nos seus propósitos. SC se rendeu às revoltas em 30 Set 1893. O federalista Gumercindo Saraiva¹⁷ entrou em SC a 07 Nov 1893. No PR, as forças legalistas foram vencidas no início de 1894.

A Proclamação da República e a transformação da Província do Rio Grande do Sul em Estado, como as demais províncias do Império, não foram feitas sem turbulências políticas.

Estavam em atividade no RS três partidos: o Liberal, sob Gaspar Silveira Martins¹⁸; o Republicano, sob Júlio Prates de Castilhos¹⁹; e o Conservador. Quando se instalou no Rio o Governo Provisório do Mar Deodoro da Fonseca, os republicanos gaúchos indicaram o Mar José

¹⁶ Nota dos autores (NA): essa revolta foi contra a constituição positivista de Júlio de Castilhos no RS, mas não conseguiu atingir seus objetivos. A maioria dos "federalistas" não tinha a menor noção de federalismo, salvo os seus chefes. Foi uma Revolta Anti-Castilhista. Germano Hasslocher em "A verdade sobre a revolução" (Porto Alegre: Mazeroa, 1894, p. 14) referiu-se às hostes anti-castilhistas/federalistas como uma multidão inconsciente que segue o chefe arrastada pelo furor e se transforma em instrumento, sem saber porque luta.

¹⁷ Gumercindo Saraiva (Arroio Grande, 1852 - Carovi, 1894) foi um caudilho revolucionário federalista e um dos comandantes das tropas rebeldes (Maragatos) durante a Revolução Federalista. Antes disso, era fazendeiro em Santa Vitória do Palmar, RS.

¹⁸ Gaspar da Silveira Martins (Cerro Largo, Uruguai, 1835 - Montevideu, 1901) foi advogado, magistrado e político. Foi Juiz Municipal, deputado provincial, deputado geral, presidente de província, ministro da Fazenda e senador do Império do Brasil. Foi presidente da Província do RS e também conselheiro de estado.

¹⁹ Júlio Prates de Castilhos (São Martinho, 1860 - Porto Alegre, 1903) foi jornalista, político e presidente do RS por duas vezes. Foi o principal autor da Constituição Estadual de 1891. Foi um dos divulgadores do positivismo no Brasil.

Antonio Correia da Câmara - 2º Visconde de Pelotas²⁰, para o governo interino do RS. Com isso, o Partido Liberal, que lutava pela liderança política no RS, teve diminuída a sua posição de poder no estado.

Vários presidentes nomeados por Deodoro se sucederam na presidência do RS. Júlio de Castilhos (1860-1903), líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), dedicava-se com afinco ao trabalho parlamentar²¹, primeiramente na Assembleia Nacional Constituinte e logo após no Congresso Constituinte gaúcho, onde conseguiu a aprovação, em 14 de julho de 1891, de um projeto constitucional de sua autoria, moldada na filosofia política positivista de Augusto Comte²² e a seguir, sem oposição, ser eleito presidente do estado, por esse mesmo Congresso, tomando posse em 15 de julho de 1891²³.

Deodoro fechou o Congresso Nacional por 20 dias em 03 Nov 1891. Júlio de Castilhos apoiou a medida mas, face a protestos de seus companheiros de partido e a não aceitação do fechamento do Congresso pelas guarnições militares do RS, foi obrigado a renunciar à presidência do estado em 13 Nov 1891, entregando o poder a uma Junta Governativa²⁴. Em poucos dias, esta Junta entregou o governo ao General Domingos Barreto Leite. Este o entregou ao Dr. João de Barros Cassal e este, por sua vez, passou o cargo ao Visconde de Pelotas.

Em 23 Nov 1891, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca renunciou ao cargo de Presidente da República do Brasil, sendo sucedido pelo Marechal Floriano Vieira Peixoto.

Entre 15 Nov 1889 e 15 Jul 1891 sucederam-se no RS seis presidentes (governadores) sendo cinco militares e dois civis, a saber, na se-

²⁰ José Antônio Correia da Câmara (Porto Alegre, 1824 - Rio de Janeiro, 1893) foi militar e político. Lutou contra a Revolução Farroupilha, contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosas e foi herói na Guerra do Paraguai. Já Brigadeiro, eram suas as tropas que atacaram os paraguaios em Cerro Corá, onde Solano López foi baleado e morto. Foi promovido a Marechal em 1870.

²¹ O PRR investiu no poder o Marechal José Antonio Correia da Câmara, 2º Visconde de Pelotas como Presidente do Estado, o Gen Honorário João Nunes da Silva Tavares (Joca) como Vice e Júlio de Castilhos como Secretário. Câmara era do Partido Liberal.

²² O Positivismo do francês Auguste Comte foi um ramo pragmático do cientificismo do Conde de Saint-Simon. Este, é uma corrente filosófica que surgiu na França no início do século XIX e que defende a ideia de que o conhecimento científico seria a única forma de conhecimento verdadeiro. O termo "positivismo" surgiu com o filósofo francês, Claude-Henri de Rouvroy (1760-1825), mas foi o seu discípulo Auguste Comte (1798-1857) que se apropriou do termo para denominar sua corrente filosófica.

²³ O PRR estava sozinho na política riograndense nessa fase, e a Constituição foi praticamente imposta por Júlio de Castilhos.

²⁴ Início do período apelidado de "Governicho" pelo próprio Júlio de Castilhos. O governicho perdurou até 25 Jan 1893.

quência: Marechal José Antonio Correia da Câmara, General Júlio Anacleto Falcão da Frota, Dr. Francisco da Silva Tavares (irmão de Joca Tavares), General Carlos Machado Bittencourt, General Cândido José da Costa e Dr. Fernando Fernandes Abbott²⁵ (1857-1924).

A situação política gaúcha se agravou quando Gaspar Silveira Martins, antigo líder do Partido Liberal no Império, que estava exilado na Europa, regressou a Porto Alegre (21 Fev 1892) e foi aclamado presidente do Partido Republicano Federal²⁶, de oposição ao PRR.

Enquanto o PRR, de inspiração positivista, defendia o presidencialismo e resguardava a autonomia estadual, o Partido Federalista defendia o sistema parlamentar de governo, o fortalecimento do poder federal e a autonomia dos municípios para eleger seus intendentess (prefeitos), alegando que o sistema presidencialista não atendia à causa da Democracia. Esta foi a principal causa política da revolta.

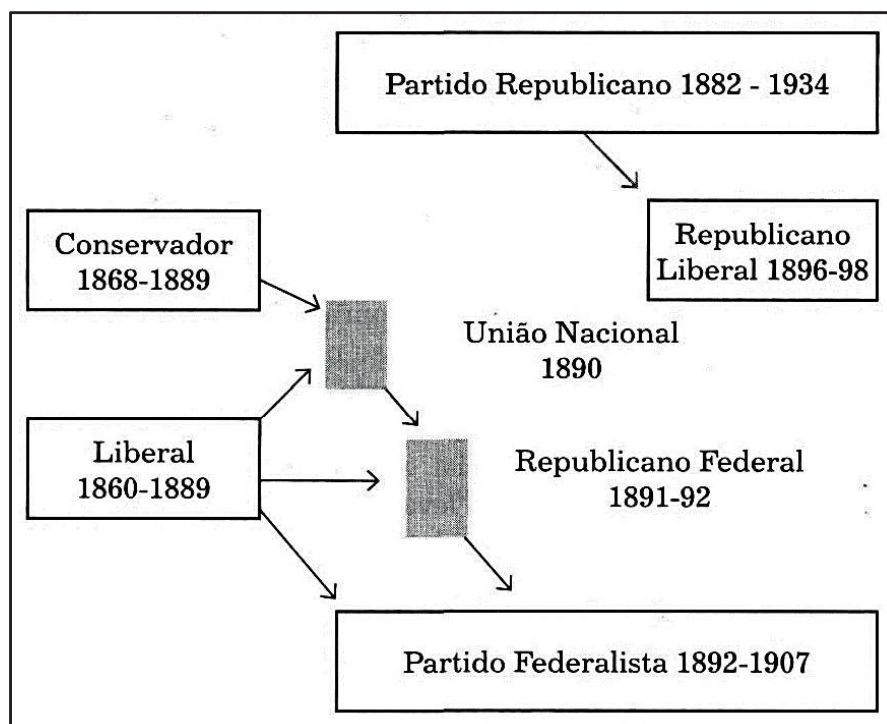
Em 17 Jun 1892, Júlio de Castilhos foi aclamado Presidente do RS.

O acirramento das tensões políticas no RS

Cinco dias depois da posse de Castilhos, os opositores João de Barros Cassal e Capitão-Tenente Cândido dos Santos Lara, embarcados na canhoneira Marajó e tendo sob seu comando o barco Camocim, comandado pelo Tenente Aníbal Eloy Cardoso, intimaram o Cmt do Distrito Militar Gen Bernardo Vasques a abandonar o governo. Mas em 23 Jun a Camocim abandonou Porto Alegre e voltou para Rio Grande. Não atendida a intimação, às 1000 h a Marajó começou a bombardear Porto Alegre. Os primeiros tiros foram de pólvora seca; os seguintes, de munição real, mas que passaram por cima do Palácio. Conforme Beltrão (2019, p. 211) “Incessante fogo de canhão e cerradas descargas de fuzilaria obrigaram a Marajó a fugir [...], desaparecendo [...] para o Rio Grande”.

²⁵ O Dr. Fernando Abbott voltou interinamente ao governo do RS em 27 Set 1892. Neste período, foi assinado o Ato n° 357, de 15 Out 1892, que criou a Brigada Militar do RS (BMRS) como força armada, nos mesmos moldes do Exército e em defesa da República.

²⁶ O PRF (ou Partido Federalista), fundado em 31 Mar 1892 em Bagé, teve Silveira Martins como 1° presidente. Federalista não deve ser confundido com “federativo”, já que “pugnava pela maior predominância do poder federal sobre o estadual” (Ferreira Filho, 1960, p. 126) e autonomia municipal. Os federalistas eram conhecidos pejorativamente por “maragatos”, em alusão ao departamento uruguaio de San José, onde existiam imigrantes da Maragateria, região espanhola de León.



Esquematisação partidária no RS na década de 1890.
Fonte: Flores; Flores, 2016, p. 25 apud Souza Docca, 1954.

Os ódios entre federalistas e legalistas se tornaram acirrados. Em 18 Jun 1892, em Passo Fundo, foi assassinado o Cel GN Francisco Marques Xavier Chicuta, veterano do Paraguai. Era republicano. Em Cruz Alta, os federalistas assassinaram o líder republicano Maj GN Evaristo Teixeira do Amaral (Carneiro, 1965, p. 78). Ocorreram outras mortes em outros locais. Em Porto Alegre, na madrugada de 01 Nov 1892, com ordem de captura e prisão, as autoridades policiais cercaram a residência do federalista Ten Cel GN José Facundo da Silva Tavares (1825-1904), irmão de Joca Tavares, arrombaram a porta e foram recebidas a tiros. Revidando, morreram os dois filhos de Facundo e este foi ferido e preso. A situação havia se tornado tensa e muito perigosa.

Júlio Prates de Castilhos e Joca Tavares

No ano seguinte Júlio de Castilhos, sem concorrentes, foi eleito presidente do Estado pela segunda vez e tomou posse mediante um golpe a 25 Jan 1893. Contra esta situação ergueram-se os líderes federalistas Gaspar Silveira Martins e João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares, 1818-1906), que consideravam que a eleição de Júlio de Castilhos havia sido fraudada.

João Nunes da Silva Tavares (Joca) foi um destacado militar. Aos 17 anos lutou ao lado do pai contra a Revolução Farroupilha (1835/45), ao

lado do Império. Ao final foi promovido, por bravura, a major da GN. Participou das guerras contra Oribe e Rosas e do Paraguai; neste, de Uruguaiana até Cerro Corá²⁷. Foi Brigadeiro Honorário do EB.²⁸

Logo após a posse de Júlio de Castilhos, Joca Tavares, na condição de Vice-presidente do RS, esboçou em Bagé uma reação contra o golpe de Castilhos, política na qual o RS havia mergulhado desde o advento da República. Joca convocou seus correligionários mas, face à aproximação das tropas do Cel Arthur Oscar de Andrade Guimarães, vindas de Pelotas, mandou emissários ao encontro deste oferecendo-lhe a dissolução de suas forças com a condição de que as vidas e propriedades dos seus seguidores seriam preservadas e que não entrariam na cidade as tropas dos coronéis da GN Manoel Pedroso e Bernardino Motta. Joca se retirou, então, para sua fazenda no Uruguai.

O Cel Arthur Oscar havia concordado com Joca Tavares, mas foi desautorizado através de um telegrama passado pelas autoridades do governo em Porto Alegre (Castilhos, Vitorino Monteiro e o Gen Bernardino Vasques). Tudo em nome de Floriano Peixoto. Depostas as armas, Manoel Pedroso de Oliveira²⁹ e Bernardino Motta invadiram Bagé com suas milícias³⁰, cometendo toda sorte de tropelias e perseguições, no episódio que passou à história como a “Traição de Bagé”, que deu origem às posteriores atrocidades cometidas em Rio Negro.

²⁷ Joca Tavares era Brig Honorário (concedido pelo Império) do Exército e Cel da Guarda Nacional. Na Proclamação da República era Cmt da Fronteira Sul (de Jaguarão até Barra do Quaraí). Era filho do Visconde de Serro Alegre - João da Silva Tavares. Era o Cmt das tropas brasileiras por ocasião da tentativa de captura de Solano López em 1870, que resultou na morte do ditador paraguaio às margens do riacho Aquidabanguí.

²⁸ “Honorário” - título honorífico conferido a um civil ou a um militar não pertencente à força armada, ou depois de afastado dela, como honraria e preito de gratidão; não mais utilizado no EB. O oficial honorário tinha direito às prerrogativas, exceto salário.

²⁹ Manoel Pedroso de Oliveira foi um dos degolados pelos federalistas no Rio Negro em 28 Nov 1893. Conforme o Cel Claudio Moreira Bento (O massacre federalista do Rio Negro em Bagé, em 28 Nov 1893. In: Revista do IHGB n°s 378/379, Rio, 1993) citando Joseph L. Love, reproduz o depoimento de um coronel republicano: “Logo que se apoderaram dos nossos em Rio Negro, os federalistas separaram o general e os militares, que ficaram prisioneiros e, as demais forças civis a [...] degoladores, sendo então todos estes degolados” (Love, 1971, s/pág.).

³⁰ Os corpos de Manoel Pedroso de Oliveira e Bernardino da Silva Motta faziam parte de uma brigada civil organizada em Pelotas sob o comando do Cel Luiz Alves Pereira que foi General Honorário do Exército. Após a entrada em Bagé, o general acampou fora da cidade. Depois, retirou-se para Pelotas, onde ficou encarregado da defesa da cidade. Pedroso e Motta passaram a fazer parte da Divisão comandada pelo Gen Bda João Batista da Silva Telles. Os legalistas eram chamados de “pica-paus”.

Utilizando seu prestígio com os chefes locais da campanha gaúcha e do norte do Uruguai Joca Tavares, aos 76 anos de idade reuniu, em fins de janeiro de 1893, na região ao sul de Bagé, uma força insurgente para contestar a Constituição estadual de 1891 e a retirar Júlio de Castilhos do poder. Os federalistas passaram a ser conhecidos por “maragatos”.

Os revoltosos sempre afirmaram não lutar contra a União ou contra o Exército Brasileiro, mas sim contra Júlio de Castilhos.

Em 01 Nov 1892, o Gen João Batista da Silva Teles, enviado a Bagé pelo Mar Floriano para conferenciar com seu amigo Joca Tavares, tentou demover este da revolta. Não teve êxito. Em seguida, o general informou o Mar Floriano da situação na fronteira por telegrama³¹.

Em 02 Fev 1893, o caudilho gaúcho Gumercindo Saraiva, opositor de Júlio de Castilhos, refugiado no Uruguai para escapar de perseguições políticas pelos castilhistas, comuns naqueles tempos, à testa de uma tropa constituída por 400 combatentes reunidos no Uruguai e nas localidades fronteiriças, atravessou a fronteira do RS e se uniu a Joca Tavares, formando um exército de cerca de três mil homens, o “Exército Libertador”. Era o início da Revolta Federalista³².

A Revolta dos Federalistas

O Exército Libertador Rio-Grandense possuía em suas hostes militares do Exército que aderiram à revolta, como o Cel EB Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado³³ e o Ten Isidoro Dias Lopes³⁴, sendo que o primeiro foi investido no posto de “general”. O grosso da tropa era formado por civis arregimentados por caudilhos locais.

³¹ Neste telegrama, o Gen Telles informou ao Mar Floriano que Joca Tavares não aceitava conciliação e que a revolta era inevitável; alertava sobre “os horrores” que acontecem em Bagé, propôs estado de sítio para o RS e pediu a nomeação de um governador militar. O texto integral está disponível em VILLALBA, Epaminondas. Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.

³² Gaspar Silveira Martins era contrário à revolta, e dirigiu um telegrama a Joca Tavares nos seguintes termos: “Chefe de partido, como correligionário peço, como rio-grandense suplico: guerra civil não, pois é o maior flagelo que pode cair sobre um povo” (Bento, 1993, p. 4). O pedido de Silveira Martins não surtiu efeito.

³³ Antes, Cmt do 6º BI em Uruguaiana. Foi considerado desertor e depois anistiado.

³⁴ Com a deflagração da Revolta Federalista em Fev 1893, Isidoro abandonou o Exército e se juntou às forças rebeldes que combatiam o governo de Júlio de Castilhos, passando a atuar como um dos Cmt das tropas lideradas pelo caudilho Gumercindo Saraiva (CPDOC/FGV).

Com o apoio de Floriano, que era contra o regime parlamentarista pregado por Silveira Martins, por considerá-lo uma ameaça à República recentemente constituída, Júlio de Castilhos, para se opor à investida federalista, organizou diversas brigadas civis, da GN, da Brigada Militar do Estado e contingentes civis, sendo a Divisão do Norte a melhor organizada, equipada e aguerrida, e a que teve maior destaque no conflito. Foram agregadas também unidades do EB.

Para coordenar o apoio do Exército ao governo estadual, Floriano Peixoto deslocou para o RS o seu Ministro da Guerra Gen Francisco Antônio de Moura³⁵, que foi licenciado do seu cargo. O Gen Moura não tomou parte ativa na campanha que se seguiu, limitando-se a assessorar o Presidente do Estado Dr. Júlio Prates de Castilhos.

O primeiro combate da revolta foi em 11 Fev 1893 na região do Arroio Salsinho, 40 Km NE de Dom Pedrito, entre Gumercindo Saraiva e forças civis do Cel EB Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto. Perseguido, Gumercindo recuou até a fronteira.

Entre 15 e 16 Fev + - 800 rebeldes mal armados, comandados por Marcelino Pina de Albuquerque e José Serafim de Castilhos (Juca Tigre) cruzaram a fronteira na direção de Santana do Livramento. Entre 17 e 20, os revoltosos Rafael Cabeda, com 1.000 homens, e Ulisses Reverbel, com mais 280, se incorporaram à coluna federalista.

Enquanto isso, Joca Tavares invadiu o RS e também se dirigiu à Livramento, passando por Dom Pedrito. Nesta guarnição, em 22 Fev, houve um combate entre os revoltosos e as forças legais do 6º RC, comandado pelo Ten Cel EB Alfredo Barbosa. Joca Tavares tinha entre 2500 e 3000 homens. O 6º RC contava, além do seu efetivo, com 200 civis. Total de 600 homens. Após duas horas de fogo, houve negociações que não chegaram a bom termo. Reiniciada a luta, a cidade se rendeu na manhã seguinte. Os revoltosos amealharam armamento e munição. Joca Tavares liberou todos os militares efetivos, inclusive o Cmt. As baixas foram um morto de cada lado e três feridos (Donato, 1996, p. 280). O morto do lado legal foi o Cabo Benedito Pacheco.

Em 28 Fev, o chefe rebelde Jacques de Simoni foi batido e morto no Itaroquem por tropas legais comandadas por Salvador Ayres Pinheiro Machado, investido no posto de Coronel.

³⁵ O Gen Moura sucedeu ao Gen Antonio José Maria Pego Júnior. Este, teria resistido às propostas indevidas de Júlio de Castilhos e conseguido garantir a tranquilidade em Porto Alegre. Sobre o Gen Pego Júnior, o Gen Joaquim de Souza Mursa o considerou um herói (Durwal Ferreira, Revista Flama, Santos, SP, março de 1944; disponível em www.novomilenio.inf.br/santos/h0052.htm; acesso em 06 Nov 2020):

Neste mesmo dia, Joca Tavares cercou Livramento, que era defendida pelas tropas do Gen Div Isidoro Fernandes, o qual recebeu o apoio do Gen João Batista da Silva Teles que, tendo chegado de Bagé em 15 Mar, tinha na vanguarda 800 homens comandados pelo Cel Francisco Rodrigues Portugal. Este, superou Gumerindo Saraiva no Upacarái e venceu o Maj GN Antônio Ferreira Prestes Guimarães nas Caneleiras, embora com maior número de baixas.

Em março, o revoltoso Marcelino Pina de Albuquerque toma Alegrete. Enquanto isso, Joca Tavares deixa Rafael Cabeda nas proximidades de Livramento. Com o afastamento dessas tropas de Livramento termina o “cerco” à cidade, impossível e nunca completo em face da ligação direta com a uruguaia Rivera. Em 26 Mar, Joca Tavares é obrigado a levantar um cerco em Bagé, diante da aproximação das forças do Gen João Teles. Em 27 Mar, os revoltosos obtiveram uma grande vitória na região de Jararaca sobre as tropas do Ten comissionado Cel Joaquim Tomaz dos Santos e Silva Filho. Baixas de 200 homens. Silva Filho foi ferido e preso.

Atividades legalistas em São Borja e Uruguaiana - 1893

Os legalistas Gen Bda Honorário Francisco Rodrigues Lima e Gen Bda (também Honorário) José Gomes Pinheiro Machado, senador pelo RS, reuniram em São Borja (março) uma tropa de 2.000 homens formada por contingentes de São Borja, São Luiz Gonzaga e Itaqui. Seguiram em direção a Uruguaiana, onde fizeram junção com a tropa do Brig Hon Hipólito Antonio Ribeiro, que contava com 500 homens (total: 2.500). Hipólito era veterano do Paraguai e oficial da GN.

Em 02 Abr, Rodrigues Lima e Pinheiro Machado formaram a Divisão do Norte (DN), já citada, sob o comando do primeiro. Foi a principal força de Júlio de Castilhos para o combate aos revoltosos. Na região do Butuí a Divisão recebeu o reforço do 30º BI, vindo de Bagé.

Esta Div foi formada por cinco brigadas entre 02 e 22 de abril: 4ª [Salvador Ayres Pinheiro Machado³⁶, com quatro Corpos Provisórios (CP)]; 5ª (Cel Manuel do Nascimento Vargas³⁷, com quatro CP); 6ª (Cel Filipe Nery do Amaral, com quatro CP); 7ª (Cel Arthur Oscar de Andrade Guimarães, contando com o 30º BI do Maj Antônio Tupy Fer-

³⁶ Irmão do Senador Pinheiro Machado e futuro Cel Honorário.

³⁷ Depois, promovido a Gen Hon pelo Presidente Floriano Peixoto.

reira Caldas³⁸) e 8ª (Cel Constâncio Rodrigues da Silva, com três CP)³⁹. A artilharia contava com oito canhões La Hitte sob o comando do Cel GN Aparício Mariense da Silva, que contava com o concurso do Capitão EB comissionado⁴⁰ Tenente-Coronel Fernando Setembrino de Carvalho, futuro Marechal e Ministro da Guerra. Foram criadas, posteriormente, outras três brigadas, totalizando oito.

O Combate do Inhanduí

O primeiro confronto bélico de envergadura da Divisão foi o combate do Inhanduí, no município de Alegrete, em 05 Mai 1893. Alguns historiadores consideram que, pelo aspecto dos efetivos envolvidos, foi o combate mais importante de toda a luta contra a Revolta Federalista.

O Combate do Inhanduí⁴¹ foi travado no interior do Alegrete, no qual forças republicanas, com um efetivo de cerca de 4.500 homens, lutaram contra o “Exército Libertador” constituído por 6.000 combatentes e no qual estavam presentes os principais chefes: Joca Tavares, Luiz Salgado, Gumercindo e Aparício Saraiva, Prestes Guimarães, Vasco Alves, Timóteo Paim, Manuel Machado, Juca Tigre, Torquato Severo, Marcelino Pina e Carlos Nogueira da Gama.

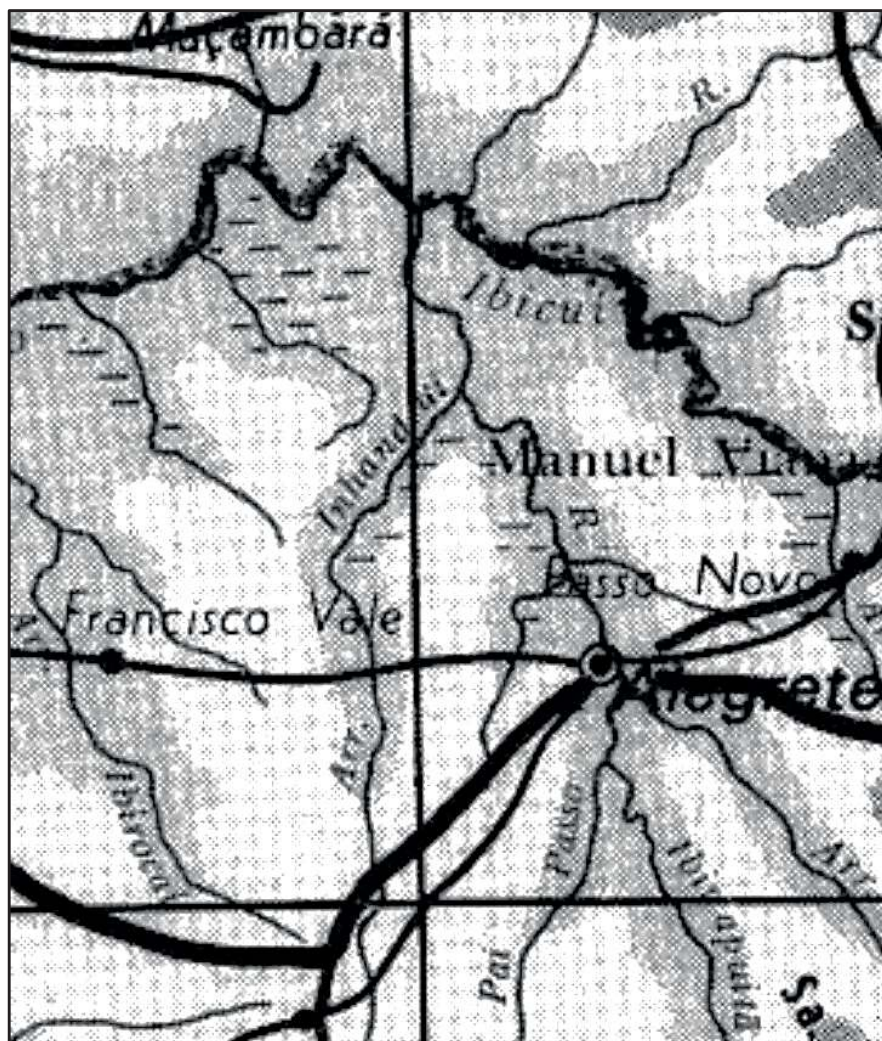
Desde o início das hostilidades os rebeldes, cientes de que não possuíam armamento e logística à altura dos recursos de que dispunham as forças de Júlio de Castilhos (Brigada Militar, unidades do Exército e milícias civis), procuraram evitar enfrentamentos decisivos, empreendendo uma guerra de movimentos rápidos que inicialmente lhes foi favorável na fronteira do RS com o Uruguai.

³⁸ Tupy Caldas (1849-1897) era de Infantaria. Destacou-se pela bravura na luta contra os federalistas e, já Ten Cel, em Canudos, no Cmdo da 4ª Bda, quando morreu em combate no último dia. Como Cap, fez parte da expedição do etnólogo alemão Karl von den Steinen ao Xingu em 1887 (m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo.canudos).

³⁹ Tropa formada em São Francisco de Assis e Povinho (atual Santiago do Boqueirão).

⁴⁰ Oficial com cargo “em comissão”, temporário, geralmente de um ou dois postos acima.

⁴¹ Afluente da margem esquerda do rio Ibirapuitã. O combate foi no Passo da Marmota.



Ao lado, o corte do Arroio Inhanduí.
 Fonte: PAWELS, Geraldo José, Padre. Atlas Geográfico Melhoramentos. São Paulo: Melhoramentos/Jornal da Tarde, 1994.

Sabedor da mobilização de forças republicanas formadas pela Divisão do Norte, e tropas do Gen Hipólito Ribeiro na fronteira oeste, o comando federalista preparou-se para enfrentá-las em um combate decisivo no corte do arroio Inhanduí.

Na busca do inimigo, o Gen Hon Francisco Rodrigues Lima, Cmt da Divisão do Norte, atravessou o rio Ibicuí e fez a divisão avançar em acelerado até o Inhanduí e deu início ao combate com os federalistas.

Ao transpor o arroio, a vanguarda legalista chocou-se com Elm inimigos que estavam sob os comandos de Gumercindo Saraiva e do Ten Cel Antonio Fernandes dos Santos, que estavam em melhor posição. A tropa legal foi obrigada a adotar atitude defensiva. Houve luta corpo-a-corpo. A DN adotou este dispositivo: ao centro, a tropa do Cel Arthur Oscar e a Art; à direita, a 4^a, 5^a e 6^a brigadas; e à esquerda, a 8^a Bda. O Ini atacou fortemente o centro, sendo repellido pelo 30^o BI do Maj Tupy Caldas, ocasião na qual se revelaram, ambos, tropa e Cmt, excepcionais (Ferreira Filho, 1960, p. 131).

Por diversas vezes, a esquerda governista foi atacada pela cavalaria de Vasco Alves Nunes Pereira⁴². Outras tentativas, de duplo flanqueamento, foram repelidas. Durante duas horas a DN se manteve nas posições. O próprio Senador Pinheiro Machado teve de acionar o seu piquete para rechaçar os ataques de Vasco Alves, inclusive com combate corpo-a-corpo. A ameaça de envolvimento era flagrante. O Gen Rodrigues Lima contra-atacou com sucesso com o 30° BI do Maj Tupy Caldas. Ato contínuo, chega ao local a Div do Brig Hipólito Ribeiro, que reforçou o flanco esquerdo, permitiu aos republicanos passar ao contra-ataque e obrigou as hostes rebeldes a abandonarem suas posições.

Ao anoitecer os combates cessaram, o inimigo rompeu o contato e retraiu, retirando-se para a fronteira. Estava ganha a batalha pelos legalistas. As perdas foram moderadas. A repercussão moral da vitória foi alta. Caiu o desânimo entre os rebeldes.

O Cel (Gen) Salgado tentou se justificar dizendo que havia a informação (falsa) de que se aproximava do Inhanduí uma força de três mil homens do Gen João Batista da Silva Teles.

Os revoltosos, na retirada de 03 Mai, se dividiram em três colunas: uma sob o Cmdo de Joca Tavares, outra sob o “Gen” Salgado e a terceira sob Prestes Guimarães e Manoel Machado que seguiram, estes, para a Serra do Caverá.

O exército legalista levantou acampamento no dia 05 Mai, passando a perseguir o inimigo. Em 07, sob pressão legalista, as colunas rebeldes, já reunidas no Caverá, seguiram em direção a Dom Pedrito.

A retirada dos rebeldes após o Inhanduí causou, aparentemente, uma divergência entre as lideranças revoltosas. Conforme Glauco Carneiro,

“na noite do dia 13 de maio de 1893, à sombra de um velho umbuzeiro, os chefes federalistas reuniram-se e o Gen Salgado fez uma exposição da situação, sugerindo então a dissolução das forças, à espera de melhor oportunidade” (Carneiro, 1965, p. 80/81).

Enquanto Joca Tavares optou por “se internar” no Uruguai com suas tropas, para reagrupá-las e esperar pela chegada de novas e modernas armas, Gumercindo Saraiva, que tinha motivos pessoais para se opor a Júlio de Castilhos, decidiu permanecer em território rio-

⁴² Filho do Brig Hon Vasco Alves Pereira, patrono do 7° R C Mec, Livramento.

grandense e levar a cabo o que mais sabia fazer, uma guerra “à gaúcha”, com pequenos efetivos, negaceando e caindo de surpresa, surpreendendo guarnições isoladas dos castilhistas. Típicas ações de guerrilha.

No final de julho de 1893, Gumercindo Saraiva, agora “general” do Exército Libertador, juntou suas tropas com as do Cel EB Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado (Cel do Exército que aderiu aos federalistas, recebendo o posto de general), que tinham permanecido no RS, e juntos, no comando de uma força de 2.000 combatentes, passaram a atacar e ocupar pequenas povoações da campanha gaúcha.

A seguir, o croqui do itinerário seguido por Gumercindo Saraiva até ser morto na região de Caroví, em 10 Ago 1894 com 42 anos de idade, o que representou um rude golpe na revolta, como se verá.



Itinerário da coluna de Gumercindo Saraiva
(Fonte: EME, 1972, vol. 2, p. 695)

O Combate do Cerro do Ouro

Em 17 Jul 1893, os maragatos invadiram o RS pela 2ª vez pela região de Ponche Verde, Dom Pedrito. O Gen Salgado e Gumer- cindo marcharam em colunas paralelas em direção a Caçapava e Encruzilhada. Em 22 Ago souberam da presença das tropas legalistas do Cel Francisco Portugal (900 homens). O encontro foi em 26 Ago no Cerro do Ouro, município de São Gabriel, quando a coluna de Gumer- cindo Saraiva obteve uma importante vitória. Foi uma revanche do Combate de Inhanduí, além da vitória lhes proporcionar vultosos recursos para a continuação da luta. Conforme Luiz de Senna Guasina,

Gumer- cindo estendeu uma linha de atiradores contra outra do inimigo [...] como demorava o desfecho do combate mandou carregar seus lanceiros sobre a coluna inimiga [...] que se retirou em debandada (Guasina, 1999, p. 9).

Conforme o pesquisador Coralio Cabeda, Cerro do Ouro foi

uma vitória tática e estratégica na qual se frustrou manobra de cerco (legalista) batendo-se o inimigo antes que se pudesse realizar a junção planejada. A decisão foi obtida pelas cargas de cavalaria, explorando-se o defeituoso dispositivo (Cabeda, 1993, p. 155. In: Revista A Defesa Nacional n° 761, BIBLIEx, Rio).

Conforme Glauco Carneiro “A 10 de setembro, a Divisão do Norte começou a famosa perseguição aos maragatos, que só terminaria com a morte de Gumer- cindo” (Carneiro, 1965, 1º vol, p. 81).

O cerco de Bagé

Enquanto a luta continuava no RS, a Revolta Federalista se desenvolvia em SC e no Paraná, conforme veremos à frente.

Em fins de novembro de 1893, após sua estadia no Uruguai para se recuperar da derrota no Inhanduí, Joca Tavares retornou ao RS com aproximadamente três mil homens e abriu outra frente de combate na região de Bagé. Uma força governista de 1.200 homens comandada pelo Mar Isidoro Fernandes foi por ele dominada às margens do rio Negro, nas proximidades de Bagé, em 28 Nov, após dois dias de combates. Após esses combates há relato de ter ocorrido uma das maiores atrocidades de todo o período insurrecional quando, na

noite do dia 28, parte dos combatentes governistas feitos prisioneiros teriam sido executados por degola⁴³.

Ao mesmo tempo em que tomava a estação ferroviária do Rio Negro, Joca Tavares apostava todas suas forças para tomar Bagé. Para Joca, tomar Bagé de assalto possuía um valor simbólico muito forte pois, além de ser o local de sua residência (e de Gaspar Silveira Martins), essa cidade era o berço do movimento federalista. Além disso, Bagé era sede de uma bem-armada guarnição militar, possuía ligação ferroviária com o porto de Rio Grande e era a cidade de maior relevo da região da Campanha. Em 29 Nov começou o cerco. Contudo, Joca Tavares não contava com a obstinação do comandante da guarnição, Cel Carlos Maria da Silva Teles⁴⁴, que resistiu bravamente às investidas federalistas. Um apelo de onze oficiais que deixaram o EB para aderirem aos federalistas teve a seguinte resposta de Carlos Teles:

“Comando da guarnição e fronteira de Bagé. O Coronel Carlos Teles, respondendo ao apelo que, de Pirai, foi dirigido aos oficiais desta guarnição, em data de ontem, e assinado por 11 indivíduos, declara, por si e por seus comandados, que não toma conhecimento do mesmo apelo, porque não quer nem deve corresponder-se com desertores do Exército. Bagé, 23 de novembro de 1893” (Almeida, 1959, 3 vol., p. 478).

Em 22 Dez, os federalistas apertaram o cerco, deixando para o Cel Teles somente a região da Praça da Matriz, mas os governistas resistiram até o dia 08 Jan 1894, quando os federalistas suspenderam as ações e se retiraram de Bagé depois de 47 dias, seguindo em direção a Sant’Ana do Livramento. Foi uma vitória legalista.

⁴³ Arthur Ferreira Filho dá conta de que teriam sido 300 os mortos, já prisioneiros (1960, p. 137). Os dados sobre a degola, que realmente aconteceu, são contraditórios, e não teriam sido 300 os degolados, mas um número bem menor. Conforme os historiadores Moacyr e Hilda Flores, Joca Tavares expediu um documento no dia seguinte dizendo que o cálculo dos castilhistas incluía todos os mortos em combate e que “os degolados foram 23 notórios bandidos”; e ainda que foram encontrados “15 maragatos degolados” (Flores; Flores, 2016, p. 83). Ou seja, 300 é um número exagerado.

⁴⁴ Carlos Teles era veterano da Guerra do Paraguai, da luta contra os Muckers do Ferrabraz (1874, RS), da Revolta Federalista e de Canudos (1897, Bahia).

Outras operações no RS

Diversas operações tiveram sequência na luta entre maragatos e legalistas. Em Jan 1894, na região de Umbú os governistas, comandados pelos coronéis José Gabriel da Silva Lima, Gervásio Lucas Annes e João David foram vencidos pelo revoltoso Elisiário Prestes, que se utilizou de “sucessivas cargas de lanças” (Almeida, 1959, p. 482). Em 09 Fev, no mesmo local, o Cel Santos Filho vence o rebelde Veríssimo José da Veiga em violenta luta, após receber cargas de cavalaria contra a sua infantaria, que foi rompida. Após uma feroz luta corpo-a-corpo os governistas dominaram o campo de batalha.

No prosseguimento, os rebeldes atingiram Rosário do Sul e, em 05 Fev, se dividiram em três colunas. Uma delas, sob o comando de Marcelino Pina de Albuquerque, veterano do Paraguai, seguiu para São Gabriel, com 800 homens (Flores; Flores, 2016, p. 85). Outra, sob Rafael Cabeda, também com 800 homens, cruzou o rio Santa Maria e fez junção com a tropa de Davi Martins (Idem); a coluna de Joca Tavares seguiu para Dom Pedrito com 600 combatentes (Ibidem).

Em 14 Fev, Pina foi atacado e vencido pelo Cel João Cesar Sampaio em São Gabriel. A sua coluna se evadiu para São Sepé e Caçapava. Em São Francisco de Paula, a 08 Fev, o Cel Thomaz Thompson Flores obteve uma vitória importante, conquistando a localidade. Em 08 Mar, Pina conquistou Santa Maria, vencendo o Ten Cel Tito Pedro Escobar. Em seguida, Pina se dirigiu para São Gabriel, chegando em 17 Mar, de onde seguiu para Dom Pedrito. Ainda em março, os revoltosos ocupavam São Borja e Passo Fundo (Almeida, 1959, p. 480).

No final de março, o revoltoso Ubaldino Machado ocupou a Vila de Palmeira (hoje Palmeira das Missões). O grosso da brigada rebelde ocupou a região de Boi Preto. Em 05 Abr, o legalista Cel GN Firmino de Paula e Silva consegue surpreender a tropa rebelde e prender, pelo menos, 250 homens dos quais, entre 30 e 40, foram passados para o lado legalista. As versões, conflitantes, dão conta de que os demais foram degolados. Conforme o Gen Antônio da Rocha Almeida “Foi uma inútil e bárbara carnificina a mortandade desse dia, para sempre empanando o brilho das armas castilhistas” (1959, p. 483).

Entre março e junho de 1894 duas colunas rebeldes simplesmente desapareceram do cenário bélico, quais sejam, o 2º Corpo, do Cel EB Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado (Idem, p. 485) após a derrota em Rio Grande e a consequente internação no Uruguai (Donato, 1996, p. 469), e a coluna de José Serafim de Castilhos (Juca Tigre) a qual, após

deixar um “rastros de violência e saques”⁴⁵ foi vencida pelo Cel Braz Benjamin da Silva Abrantes em Guarapuava, PR (Jun 1894), no retorno das tropas de Gumercingo Saraiva do PR. Esta coluna foi dissolvida na Colônia Militar do Iguaçu.

Em Cruz Alta, a 04 Abr, uma força de 370 maragatos comandada por um “tenente” foi cercada e rendida pelo Cel Firmino de Paula. Alguns rebeldes foram incorporados à tropas legais e outros foram simplesmente fuzilados ou degolados⁴⁶

Em 07 Jun, o rebelde Maj GN Marcelino Pina foi vencido pelo Cel João César Sampaio junto ao banhado de Piquiri. Suas tropas foram dissolvidas mas, recompostas em Out 1894, continuaram atuando.

De volta do PR e SC, no dia 24 Jun Gumercingo Saraiva entrava em solo gaúcho quando fez junção com as tropas do Major GN Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Já em 27 Jun ocorre um dos maiores combates - o de Passo Fundo, ou do Pulador, entre Gumercingo e a Divisão do Norte, comandada pelo Brig Hon Francisco Rodrigues Lima, veterano do Paraguai, que será analisado à frente.

Depois de várias escaramuças, Gumercingo ainda venceu o Ten Cel EB Fabrício Batista de Oliveira Pilar a 10 Ago. Nesse mesmo dia, Gumercingo foi atingido por um tiro que lhe causou um ferimento. Duas horas depois estava morto. Sepultado nos Capuchinhos, foi desenterrado e decapitado. Sua cabeça foi levada para Júlio de Castilhos que ficou furioso e rejeitou a “encomenda” (Almeida, 1959, p. 487).

Em 27 Out, o revoltoso Bento Xavier, na região da Vila de Rosário, atacou e venceu uma força legal comandada pelo Major Ramiro de Oliveira. Em seguida, atacado pelo Cel Bento Porto, Xavier retraiu em direção a Quaraí. Ainda em outubro o Cel EB Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto atacou as tropas dos rebeldes Barcelos e Carrion no Rincão do Inferno, que se retiraram combatendo.

Em 06 Nov, em Bagé, o Cel EB comissionado Joaquim Pantaleão Teles de Queiroz Filho teve sua tropa atacada pelos revoltosos Gaspar Barreto e Joca Tavares. Um Btl (230 homens) era comandado pelo Cap Cipriano da Costa Ferreira, que foi atacado por 600 rebeldes. Costa Ferreira resistiu bravamente. Este foi o Combate das Traíras, que teve um total de 76 mortos.

⁴⁵ Franco, 2010, p. 57 apud BORMANN, José Bernardino. Dias fratricidas. Curitiba: s/ed., 1901/1906.

⁴⁶ Flores; Flores, 2016, p. 86 apud SOARES, Mozart Pereira. Santo Antônio da Palmeira. Porto Alegre: Bels, 1974.

Já em 1895, o rebelde Cel GN José Maria Guerreiro Vitória, um veterano das guerras contra Oribe e Rosas, Uruguai e Paraguai, tomou Piratini e logo em seguida Camaquã, onde foi vencido, em 16 Fev, pelo então Cel Cláudio do Amaral Savaget, veterano do Paraguai.

Em 28 Fev, o maragato Aparício Saraiva, com 600 homens, surpreende e derrota o Cel João César Sampaio no Passo das Pedras (Livramento), o qual possuía somente 200 homens. Em 05 Mar, as colunas de Aparício e a do legalista Cel Hon José Elias Amaro combateram sem resultado definido, embora tenha havido mortes de ambos os lados.

Enquanto isso, Guerreiro Vitória seguiu para Bagé onde foi encontrar nova derrota frente ao Cel Carlos Teles em 11 de março. Sua última ação foi na Serrilhada (a seguir) depois da junção com Aparício.

Em 16 Mar, aconteceu o Combate da Serrilhada, quando as tropas de Carlos Teles foram fragorosamente derrotadas pelos lanceiros de Aparício Saraiva. Houve grandes perdas de ambos os lados.

Em 20 Mar, Carlos Teles e Elias Amaro encontraram as tropas de Aparício no local Estiva, região de Ponche Verde, Dom Pedrito. Inicialmente, os rebeldes rechaçaram os legalistas mas Aparício, percebendo a possibilidade de derrota, retraiu. Uma parte dos revoltosos emigrou e a outra parte foi acampar na Serrilhada, onde Aparício soube das negociações para o armistício.

Conforme o Gen Antônio da Rocha Almeida (1959, p. 491):

Depois de todos esses encontros, uns vitoriosos, é verdade, mas em sua maioria desanimadores para o ideal revoltoso, o movimento ia descambando para o fim.

Mas restava a força de vontade e a alta noção de honra do Alm Saldanha da Gama. Este oficial conseguiu organizar quatro corpos sob seu comando. Estes corpos tiveram os seguintes comandantes: 1º Corpo: Aparício Saraiva; 2º Corpo: Cel EB Antônio Carlos da Silva Piragibe; 3º Corpo: José Maria Guerreiro Vitória; e 4º Corpo (que não chegou a ter efetivo): Maj GN Antônio Ferreira Prestes Guimarães.

Em 15 Nov 1894, o Mar Floriano Peixoto transmitia o cargo de Presidente da República para o eleito Dr. Prudente José de Moraes Barros, o qual procurou, desde logo, dar fim à Revolta Federalista.

Do lado legalista, no RS, já em 1895, as tropas eram as seguintes, sob o Cmdo do Min da Guerra Gen Div Francisco Antônio de Moura: a Divisão do Norte, sob o Cmdo do Gen Hon Francisco Rodrigues Lima; a Divisão do Oeste, sob o Cmdo do Gen Hon Hipólito Antônio Ribeiro; a Divisão do Sul, sob o Cmdo do Cel João César Sampaio; a Divisão do

Centro, sob o Cmdo do Gen Hon (Ten Cel Cav EB) Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto; a Brigada Militar do RS, sob o Cmdo do Ten Cel Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz Filho; a Brigada Santos Filho (Cap EB Joaquim Tomaz dos Santos e Silva Filho); e tropas de linha de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé (Idem, p. 492).

Enquanto os chefes legalistas e gasparistas já tratavam da pacificação, em 22 Abr 1895, o Alm Saldanha da Gama transpõe a fronteira e entra no RS com 400 homens em Quaraí, local conhecido como Campo Osório. Saldanha foi atacado por Hipólito Ribeiro e pelo Ten Cel Hon João Francisco Pereira de Souza - a Hiena do Cati, que possuíam 1.300 combatentes. Uma decisiva carga de cavalaria resolveu o combate a favor dos legalistas e colocou fim na Revolta Federalista. Conforme o Gen Rocha Almeida “da carga brutal passou-se ao massacre tumultuoso” (1959, p. 493). Quase todos os 400 homens de Saldanha foram mortos por tiros ou degolados. O Almirante morreu (aos 49 anos) atingido por dois golpes de lança e várias cutiladas na cabeça. E teve suas orelhas cortadas. Mais 14 oficiais morreram junto ao seu Cmt. As hostilidades cessaram a 1º de maio de 1895.

O início da segunda Revolta da Armada (1893-1894) e sua ligação com a Revolta Federalista

A primeira revolta da Armada aconteceu em novembro de 1891, a qual provocou a renúncia do Marechal Deodoro (23 Nov).

Em 06 Set 1893, quase dois anos após a primeira, a notícia da irrupção, no Rio, da segunda Revolta da Armada, esta também sob a liderança do Alm Custódio José de Mello, que se rebelou contra o governo de Floriano Peixoto, deu novo alento aos combatentes federalistas. O Alm Custódio, dispondo de três encouraçados, quatro cruzadores, sete torpedeiros, nove navios menores e alguns mercantes, imaginou que a demonstração de força abalaria o governo.

O governo resistiu e o Congresso autorizou o Estado de Sítio. Os navios de guerra estrangeiros impediram os revoltosos de bombardearem o Rio de Janeiro. O Alm Custódio dirigiu a sua esquadra para o sul, bloqueando a costa catarinense e tomando o porto da então Desterro, hoje Florianópolis. O governo catarinense e o CMG Frederico Guilherme de Lorena⁴⁷ aderiram à revolta. No Rio, em 07 Dez, o

⁴⁷ Lorena era Cmt do cruzador Alm Tamandaré e foi considerado desertor. Em 14 Out 1893, Custódio lhe conferiu plenos poderes em SC. Após a Revolta, Lorena foi localizado e preso em Montevideu e fuzilado em 1º Jun 1894 na Fortaleza de Santa Cruz de

Contra-Alm Luis Phelippe de Saldanha da Gama assumiu o Cmdo dos revoltosos na baía da Guanabara.

No RS, a pressão da Divisão do Norte, sob a liderança do senador Pinheiro Machado e do Gen Rodrigues Lima, que prosseguia no encalço das tropas de Gumercindo Saraiva e do Gen Salgado fez com que os federalistas se decidissem ir ao encontro dos revoltosos navais que haviam ocupado o porto de Desterro, na ilha de Santa Catarina.

Divergências entre Gumercindo e Salgado terminaram por dividir o Exército Libertador, que operava no norte do RS, em duas colunas. Uma ficou com Salgado e a outra com Gumercindo. Após atravessar o rio Pelotas no Passo do inferno, limite entre RS e SC, em 02 Nov 1893, a coluna de Gumercindo (1º Corpo do Exército Libertador), rumou para Lajes e conseguiu chegar a Blumenau e Itajaí. Em 06 Nov, a coluna do Gen Salgado (2º Cp do Exército Libertador - EL), seguiu pelo litoral, passando por Araranguá, Criciúma, Tubarão e Laguna. Nesta localidade, montada a defesa, Salgado foi ao Desterro conferenciar com a Junta Governativa, com a qual não se entendeu e, de onde, desgostoso, retornou a Laguna (Flores; Flores, 2016, p. 88).

A motivação da segunda Revolta da Armada

A Proclamação da República, liderada pelo Exército, resultou no fortalecimento político desta força, o que obviamente passou a despertar na outra força, a Armada, um sentimento de inferioridade, amortecido, em parte, pela primeira Revolta da Armada, liderada pelo Alm Custódio de Mello, deflagrada a 23 Nov 1891, e que culminou com a renúncia do Mar Deodoro e a consequente ascensão do vice-presidente, Mar Floriano Peixoto, ao cargo de Presidente.

Floriano Peixoto nomeou Custódio de Mello como Ministro da Marinha, arrefecendo assim a animosidade dessa força. A designação de Custódio como Ministro não impediu a deflagração de dois incidentes graves, envolvendo a canhoneira Marajó e o navio-frigorífico Júpiter, em 25 Mai e 08 Jul 1892, respectivamente, na capital do RS.

Em 25 Mai a canhoneira Marajó, sob o comando do Cap-Ten Cândido Santos Lara, descontente com o rumo que os acontecimentos políticos estavam se desenvolvendo em Porto Alegre, abriu fogo contra a cidade, sem causar maiores danos (ver p. 34).

Com a demissão do Alm Custódio de Mello do cargo de Ministro da Marinha em 30 Abr 1893, por discordar da política no RS, recrudescceu a crescente oposição naval a Floriano. O Alm Eduardo Wandenkolk, que nunca perdoara o fato de ter sido reformado e preso pelo Presidente, havia embarcado para Buenos Aires em 13 Abr, utilizando um nome falso. Na capital argentina, ele entabulou conversações com o chefe federalista Gaspar Silveira Martins. Mesmo ausente, Wandenkolk foi eleito presidente do Clube Naval, em um sinal de rebeldia dado por oficiais da Armada. O Capitão-de-Fragata Alexandrino de Alencar, eleito vice-presidente, assumiu a presidência do Clube.

Wandenkolk e Gaspar Martins planejaram atacar o porto de Rio Grande por mar, enquanto Gumerindo Saraiva, com seus gaúchos, atacaria por terra. Em cumprimento do acertado, no dia 06 Jul 1893 partiu de Buenos Aires o navio-frigorífico Júpiter, que fora tomado de assalto por cem rebeldes comandados por Wandenkolk. Quando o Júpiter chegou à barra do canal do porto de Rio Grande, o Cel federalista Laurentino Pinto Filho ocupou o navio mercante Itália, que estava fundeado no porto, tendo a bordo 650.000 cartuchos para armas curtas e dez caixas de armamento e se deslocou para perto do Júpiter.

Wandenkolk permaneceu inerte de 08 a 12 Jul, aguardando a chegada de Gumerindo. Este, que não fora avisado do plano, não apareceu. Face à preparação de tropas do Exército para defender a cidade, sob o Cmdo do Cel EB João César Sampaio, Wandenkolk, com inferioridade de meios, decidiu se retirar navegando para o norte.

Fundeando em Canasvieiras, após ser interceptado pelo cruzador República, que fora enviado à sua procura, Wandenkolk se entregou ao Cap Fragata Álvaro Nunes Ribeiro Belfort. Seus amotinados foram transferidos para o paquete Santos e levados presos para o RJ.

Esses incidentes e a eleição de Wandenkolk para presidente do Clube Naval eram apenas alguns dos sinais de reação contra o governo de Floriano Peixoto, considerado por muitos como ilegítimo, por não ter convocado novas eleições, como mandava a Constituição.

A principal queixa da oficialidade da Marinha era a de considerar que a Armada tinha, após a proclamação da república, sido relegada a uma posição secundária entre as principais preocupações nacionais.

Conluios contra o governo eram feitos nas casas dos oficiais ou no Clube Naval. A pacífica proclamação do novo regime transformara-se em um caldeirão de dissensões que explodiam, algumas sangrentas como ocorria no sul do país, e que iriam se repetir no mar. Para a armada se revoltar, só faltava um chefe de prestígio que a liderasse.

Sondado, o Alm Saldanha da Gama recusou, pois era contra a participação dos militares na vida política. Em 18 Jul 1893, em assembleia no Clube Naval, decidiu-se que a Marinha se revoltaria sob o comando do Alm Custódio de Melo, com o objetivo de “reivindicar a honra da corporação, pacificar o país e impedir a ditadura” (www.novomilenio.inf.br/santos/h0052.htm).

Custódio de Mello, definido como chefe da revolta, imediatamente começou a estabelecer os planos a serem seguidos. O plano estratégico previa tomar posse dos navios de guerra e dos navios mercantes que estivessem na baía da Guanabara (GB), neles embarcar o Batalhão Naval (fuzileiros) e o Corpo de Marinheiros Nacionais, assim formando uma força de desembarque. Isso, após abastecer a esquadra rebelde nos paióis e armazéns existente na baía, forçar a barra e seguir para Santos, que seria ocupada. Ocupada Santos, com o reforço de elementos locais, subir a serra e apossar-se de São Paulo onde seria estabelecido um Governo Provisório. Após organizar um Exército com apoio dos Estados que aderissem, levá-lo por mar até Sepetiba, de onde marcharia ao Rio para depor o governo Floriano.

Em 06 Set 1893 Custódio de Mello, a bordo do Aquidabã, o navio com maior poder de fogo existente na Armada, e no comando⁴⁸ de uma esquadra composta por três encouraçados, quatro cruzadores, sete torpedeiras, alguns navios menores e navios mercantes confiscados para o Ap Log, lançou uma Proclamação à Nação, em que pregava a deposição de Floriano Peixoto. Era o início da segunda Revolta da Armada.

A reação de Floriano Peixoto

Floriano, que acompanhara todos os preparativos dos revoltosos, reagiu com frieza. Obteve do Congresso a decretação do Estado de Sítio em todo o território nacional, reforçou a artilharia das fortalezas que lhe permaneciam fiéis, iniciou a organização de Batalhões Patrióticos e mobilizou a Guarda Nacional.

Dando início ao seu plano, Custódio sondou o Cmt da Fortaleza de Santa Cruz para aderir à revolta, o que lhe daria o controle da entrada e saída de navios da baía, o que foi recusado. A seguir, Custódio tentou um desembarque em Niterói, repellido pela guarnição do EB que defendia a cidade.

⁴⁸ O Cmt Geral foi o CMG Frederico Guilherme de Lorena (Carneiro, 1965, p. 82).

Custódio não obteve a adesão do Alm Luis Phelippe Saldanha da Gama, chefe da Marinha, Cmt da Escola Naval e do Corpo de Marinheiros Nacionais, o que condenou os destinos da revolta. Saldanha da Gama declarou-se neutro. No futuro, mudou de opinião e aderiu, como se verá adiante. Os primeiros dias da revolta foram de expectativas de adesões por parte dos revoltosos e de medidas emergenciais por parte do Governo.

Custódio iniciou o bombardeio contra o Rio de Janeiro em 13 Set. Na noite de 12, os navios estrangeiros atracados no porto e os jornais foram notificados. O bombardeio criou pânico na população que, com medo, iniciou um êxodo para os subúrbios e comunidades próximas.

As forças legais responderam bombardeando os navios atacantes. No dia 14 ficou evidente que o 23 de novembro não se repetiria, pois as autoridades legais continuaram a mobilizar suas forças, remunciar as fortalezas e artilhar as elevações da cidade. Iniciava-se a “guerra das fortalezas” que por meses causaria baixas entre os contendores e na população civil, vítima de tiros erráticos.

Os navios de guerra estrangeiros surtos na baía da GB alertaram Custódio de Melo para não bombardear alvos civis no porto e na capital, frustrando assim o grande trunfo dos revoltosos.

A neutralidade de Saldanha da Gama

O Alm Saldanha da Gama era contra militares na política do país. Para evitar que o seu prestígio na Armada fosse colocado a serviço do Presidente Floriano, em quem não confiava, e de ter recusado ser seu Ministro da Marinha, decidiu manter neutra a Escola Naval e o Corpo de Marinheiros Nacionais da Ilha de Villegaignon, OMs da Marinha sobre as quais tinha influência direta.

A ocupação da cidade de Desterro, SC

Estabelecido o impasse criado pelo duelo entre as fortificações de terra e os navios rebelados, Custódio determinou que uma Divisão Naval forçasse a barra da baía e se dirigisse para o sul. No dia 16 Set 1893, a flotilha⁴⁹ sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena não conseguiu passar pelas fortalezas que defendiam a entrada da baía. Mas nos dias seguintes as

⁴⁹ Navios República, Marcílio Dias e Pallas. A seguir, saiu o Meteoro, depois o Uranus, o Aquidaban, o Esperança e o Íris.

naves da flotilha conseguiram passar e seguiram para Santos, onde trocaram fogos com as fortalezas que defendiam a cidade e seguiram para o sul.

Em SC, o cruzador República, nau capitânia, apontou seus canhões contra a cidade de Desterro e seu comandante iniciou tentou obter a capitulação do governante local – o Cel EB Julião Augusto Serra Martins, o que acabou por ocorrer a 30 Set. A 02 Out o Cmt Lorena desembarcou para assumir a cidade. O governo provisório foi instalado em 14 Out, sob os protestos de Gaspar Martins. A partir daí já não houve acordo do governo do Desterro com os federalistas, representados em SC pelo conselheiro Francisco Bernardo Antunes Maciel.

Na prática, ainda não havia plano de ações combinadas entre as duas revoltas, a Federalista e a da Armada já que, depois de uma reunião dos rebeldes realizada em dezembro, nada foi resolvido.

Agrava-se a situação de Custódio na baía da Guanabara (GB)

Após a saída da flotilha do Cmt Lorena, a situação na GB seguiu sua rotina de duelos de artilharia entre os navios e as fortalezas. A população do centro da cidade e da orla marítima seguia em seu êxodo para o interior, fugindo das ogivas de artilharia perdidas. Incurções de pequenos efetivos dos dois lados em busca da conquista de posições vantajosas para o prosseguimento das ações tiveram relativo êxito, com perda de vidas e de suprimentos valiosos.

No fim de Set, Custódio emitiu um manifesto à nação em que enaltecia os êxitos alcançados, como a saída da baía da Divisão Naval nos dias 16 e 17 de setembro afrontando as fortalezas que defendiam a barra e o crescimento do apoio popular à sua causa. Mas o manifesto não teve nenhuma consequência prática.

A intervenção estrangeira por solicitação de Floriano Peixoto

Asituação instável da política brasileira desde a Proclamação da República, resultou na presença ostensiva de navios de guerra das maiores potências marítimas da época no interior da baía da GB, em missão de “observação”, mas na realidade aguardando o momento em que julgassem necessário intervir, em defesa de seus navios comerciais ancorados no porto, de seus nacionais residentes no Rio de Janeiro e de suas firmas comerciais e industriais instaladas no Brasil.

Quando da eclosão da Revolta da Armada, estavam ancorados na baía navios de guerra⁵⁰ da França, Inglaterra, Itália e Portugal. Navios alemães e norte-americanos a eles se juntaram. Apesar de inicialmente agir com isenção, não tardaram os Cmt estrangeiros a agir com fins “humanitários”, isto é, de proteção às populações afetadas pelos bombardeios, o que veio a favorecer o governo.

Prosseguindo o duelo entre os navios revoltosos e as baterias de terra, aumentou o risco de civis e estrangeiros, bem como de suas propriedades, serem atingidos pelos canhões, o que levou os comandantes dos navios estrangeiros a solicitar aos respectivos governos instruções sobre como agir caso o pânico se alastrasse em terra a ponto de pôr em risco os seus conterrâneos.

As respostas demoraram a chegar, e foi organizada uma força internacional composta por 750 combatentes, sob o comando do Capitão-de-Fragata português Augusto de Castilho, para desembarcar e estabelecer uma “zona de proteção” no Largo do Paço (atual Praça XV), para onde deveriam acorrer os estrangeiros que se sentissem em perigo. Ao tomar conhecimento disso, o governo reagiu afirmando que não permitiria esse desembarque e que tinha meios para impedir qualquer tumulto que viesse a ocorrer (Martins, 1997, p. 192).

Outubro: continuam as operações na baía da Guanabara

Devido ao impasse na “guerra das fortalezas” só restava aos revoltosos a obtenção de novos meios para tentar desembarcar, ou então irem para o sul apoiar a revolução contra Floriano, que prosseguia. Custódio de Melo, tomando conhecimento que a 14 Out fora constituído em Desterro um “Governo Nacional Provisório”, sob a presidência do Cmt Frederico de Lorena, decidiu reforçá-lo enviando dois navios - Meteoro e Uranus, que conseguiram forçar a barra e seguir para o sul. No dia 23 Out, com base na “Constituição do Governo Provisório” em SC, Custódio tentou, sem êxito, obter reconhecimento internacional como beligerante.

⁵⁰ Navios de guerra estrangeiros surtos na Baía da Guanabara: três ingleses, um francês, um português e um italiano. Nos dias seguintes: mais três cruzadores dos EUA, um cruzador italiano e uma corveta portuguesa (BIBLIEx, 1998, p. 18).

A Esquadra legal: a “Esquadra de Papelão”

Para enfrentar os revoltosos, Floriano decidiu formar uma nova Esquadra, reunindo os navios que estavam fora do RJ e não aderido à revolta. E também navios a serem comprados nos EUA e Europa. Para comandar essa esquadra foi escolhido o Alm Reformado Jerônimo Francisco Gonçalves, de destacada atuação na Guerra do Paraguai. No dia 12 Out 1893, o Alm Gonçalves foi nomeado Cmt-em-chefe da esquadra em operações entre o RJ e o Rio da Prata.

Neste mesmo dia, Gonçalves embarcou em um navio de passageiros inglês com destino a Montevideú, levando consigo oficiais, sargentos, praças e marinheiros contratados no cais do porto. Na capital uruguaia o Almirante conseguiu reunir quatro navios, que formaram o embrião da Esquadra Legal⁵¹. Aderiram à essa esquadra os navios das flotilhas do alto Uruguai, do porto de Rio Grande e de Ladário, Mato Grosso.

Para encorpar a Esquadra Legal, o governo comprou, nos EUA e Europa, navios disponíveis para seguir para o Brasil. Esses navios, já antigos, tiveram que superar, com urgência, uma série de dificuldades para enfrentar os rebeldes no mar.

O Governo Provisório de Desterro

Após a Proclamação da República, como em outros estados, o poder executivo de SC foi ocupado por várias personalidades que conflitavam entre si, causando um revezamento entre os Partidos Republicano e Federalista, este último simpático aos riograndenses da Revolta Federalista em seu estado no dia 05 Fev 1893.

Os choques entre republicanos e federalistas foram se agravando e, a 31 Jul 1893, o chefe republicano Hercílio Luz atacou Desterro e obrigou o presidente Elizeu Guilherme, federalista, a renunciar. Elizeu abandonou o Palácio do Governo e pediu auxílio para Floriano. Este, decidiu que a Constituição estadual deveria ser respeitada e que as tropas federais deveriam observar neutralidade, obrigando assim Hercílio Luz a se retirar para Blumenau, onde tinha sua base política.

Era este o quadro político, de franca rebelião federalista em que se encontrava SC quando a Divisão Naval de Frederico de Lorena apare-

⁵¹ A Esquadra Legal recebeu dos rebeldes, injustamente, o desdenhoso nome de “Esquadra de Papelão”, pois se desmancharia ao primeiro tiro de canhão.

ceu diante de Desterro. Estava dado o primeiro passo para a união de esforços entre as Revoltas Federalista gaúcha e a da Armada.

O Governo Provisório Revolucionário dos Estados Unidos do Brasil (rebelde) foi estabelecido a 14 Out, quando começaram, oficialmente, as vinculações (efêmeras) da Armada com a Revolta Federalista.

Uma das primeiras medidas do Governo Provisório foi a constituição dos 1º e 2º Corpos do Exército Nacional Provisório, uma heterogênea reunião de forças oriundas do EB, GN, Polícia estadual e batalhões de milícias, sendo que só o 1º Corpo entrou efetivamente em operações.

Novembro de 1893: esgota-se a capacidade operativa dos navios rebeldes surtos na baía da Guanabara (GB)

Em novembro, a imobilidade tática e estratégica da esquadra rebelde que operava na baía da GB cobrou o seu preço. Ela, que tinha como objetivo demolir as muralhas de pedra das fortalezas, sofria muito desgaste causado pelos canhões inimigos nos cascos dos navios, além do natural desgaste de suas tripulações.

Em 22 Nov, o Monitor Encouraçado Javari, que dispunha de poderosa artilharia, foi atingido na popa e foi a pique. Ainda em Nov, diante da impopularidade da revolta entre os civis, a situação da mesma ficou insustentável. Foi quando dois fatos novos a dinamizaram, fazendo-a entrar em uma segunda fase: a crescente ligação com a Revolta Federalista em SC e o fim da neutralidade do Alm Saldanha da Gama.

O fim da neutralidade do Almirante Saldanha da Gama

A deterioração da esquadra que operava na Guanabara era do conhecimento de Saldanha da Gama, que decidiu agir. Em Novembro mesmo, Custódio de Melo convenceu Saldanha da Gama de que o melhor para a Marinha seria a retirada dos navios mais poderosos da esquadra da GB para serem empregados no domínio do mar, ameaçado pela Esquadra Legal, que precisava ser destruída antes de que tivesse poder suficiente para enfrentar os navios revoltosos.

Em 01 Dez 1893 Custódio, no comando do Aquidabã e de um cruzador, cruzou a barra do RJ, com o propósito de reforçar a Divisão Naval que operava no sul e cooperar com a Revolta Federalista, deixando com Saldanha da Gama a reponsabilidade de comandar os navios que permaneciam na Guanabara, ou seja, um conjunto de pontões artilhados, alguns navios mercantes armados, lanchas a vapor e

rebocadores. A 05 Dez, Custódio chegou à Desterro, SC, e a 07 Saldanha da Gama lançou um manifesto à nação em que comunicava sua adesão à revolta.

Saldanha da Gama tenta retomar a iniciativa na baía da GB

Saldanha da Gama assumiu o comando da esquadra rebelde em 10 Dez. Tratou de reorganizar os meios e elaborar um plano que, em linhas gerais, era desembarcar forças terrestres em alguma praia situada nas imediações da cidade do Rio de Janeiro que, a seguir, seria conquistada. Essas tropas viriam do sul transportadas em navios que estavam fora da Baía da Guanabara (“esquadra de fora”).

As tropas legalistas, entretanto, decidiram tomar a ofensiva contra Saldanha da Gama, atacando e conquistando, a 17, as ilhas do Engenho e do Governador, importantes fontes de suprimentos para os rebeldes.

No dia 21 as forças florianistas ocuparam a ilha de Mocanguê-Grande. O duelo de artilharia entre legalistas e revoltosos prosseguia.

Em Jan 1894 Saldanha da Gama tomou ciência de que não devia esperar nenhum reforço de tropas vindas do sul e que deveria preparar sua retirada da baía da Guanabara. E, a 09 Fev, lançou um ataque anfíbio contra a Ponta da Armação em Niterói. O escalão de desembarque, com 430 combatentes, apoiado pelos canhões dos navios que conferiam suporte a Saldanha, conquistou todos os objetivos fixados, mas os legalistas contra-atacaram, levando Saldanha a ordenar o reembarque.

Essa operação frustrada convenceu Saldanha da Gama que a campanha na GB não tinha mais futuro. Restava seguir para o norte e atacar a Esquadra legalista antes que tomasse corpo ou seguir para o sul e travar em Desterro o combate final. Prevaleceu esta última linha de ação, sendo planejada a retirada da “esquadra de dentro” (da Baía).

No dia 10 Mar, o embrião da Esquadra Legal fundeu na Praia Vermelha, fora da baía. O governo Floriano impôs um ultimato aos rebeldes pelo qual deveriam se render em 48 horas, sob pena de serem atacados pelas baterias de terra e dos navios da “Esquadra de Papelão”.

Esgotadas todas as possibilidades de resistência, a 11 Mar Saldanha da Gama e o que restou de suas tropas pediram asilo a dois navios portugueses surtos na Guanabara. Após as negociações, o asilo foi concedido e, a 18 Mar, os navios portugueses seguiram para o Prata repletos de rebeldes, atracando em Buenos Aires a 25 e 26 de março.

Acordo entre o Governo do Desterro e Custódio de Melo

Com a chegada de Custódio de Melo à cidade de Desterro, foi combinada uma reunião entre comandantes da Armada, federalistas e representantes do Governo Provisório, organizado pelo CMG Frederico Guilherme de Lorena, para estabelecer um acordo que unificasse as ações revolucionárias. Um grupo de militares, chefiado pelo Marechal Reformado Manuel de Almeida Gama Lobo Coelho D'Eça - Barão de Batovi,⁵² apoiou os rebeldes.

Estando presentes vários líderes rebeldes, como Cristóvão Pires, Gen Salgado, Custódio de Melo, Francisco Antunes Maciel, Alexandrino de Alencar, José Seabra, Francisco Tavares, João de Barros Casal e outros membros do Governo Provisório, nenhum consenso foi alcançado. Assim, em fins de dezembro, Gumerindo e Salgado voltaram para seus acampamentos e os outros políticos federalistas gaúchos voltaram para o RS, rompendo com o Governo Provisório.

Mesmo com esse ambiente conflitante, surpreendentemente, foi planejada a operação bélica mais bem executada pelos rebeldes, que foi a ocupação do Paraná.

Ocupação do Paraná pelos rebeldes

Em 04 Jan 1894, Gumerindo Saraiva e os chefes militares do Governo provisório, exceto o Gen Salgado, que estava imobilizado em Laguna, haviam combinado atacar as forças legalistas empregando duas colunas. Uma a oeste, sob o comando de Gumerindo e de Laurentino Pinto Filho (Cmt do 2º Corpo do Exército Nacional Provisório, 1º CENP), para conquistar a cidade da Lapa. Outra, a leste, sob o Cmdo do Gen Antônio Piragibe (Cel do Exército comissionado como Gen Cmt do 1º CENP), para conquistar Tijucas do Sul. Simultaneamente, as forças de Custódio de Melo desbordariam esses redutos legalistas e seguiriam para ocupar Curitiba (Martins, 1997, p. 288).

O desembarque em Paranaguá e a tomada de Curitiba

A Força Naval, sob o comando de Custódio de Melo, capitaneada pelo navio República, transportava cerca de 500 homens como tropa de desembarque; a 13 Jan cruzou a barra da baía

⁵² O Barão de Batovi, veterano do Paraguai, foi mandado fuzilar por Floriano Peixoto na Fortaleza de Anhatomirim em 24 Abr 1894.

de Paranaguá, enfrentando os canhões da fortaleza da Ilha do Mel, que foi ocupada pela referida força de desembarque. Após bombardear as baterias que defendiam a cidade, Custódio colocou em terra o restante da força de desembarque e ocupou Paranaguá em 17 Jan, aprisionando o comandante da resistência, Cel Eugênio de Melo.

O Gen Antônio José Maria Pego Júnior, Cmt do 5º Distrito Militar (estados de PR e SC), que estava em Morretes e que havia dividido o grosso de suas tropas entre Paranaguá, Tijucas do Sul e a cidade da Lapa, retornou apressadamente para Curitiba onde suas forças apresentaram mui fraca resistência aos rebeldes. Daí, a partir de 18 Jan, descrente das suas tropas, dirigiu parte delas para Itararé e Castro, terminando por desistir da luta⁵³, juntamente com o presidente do PR.

Conforme Durwal Ferreira em www.novomilenio.inf.br/santos/h0052.htm, a onda revolucionária havia se propagado no PR. A Esquadra revoltada faria um desembarque. Pego Jr. foi a Paranaguá montar resistência. Aos primeiros tiros dos canhões revoltosos, sobre a cidade, o general notou o lamentável desânimo das fileiras legais. Uma ordem de retirada se transformaria em debandada. Acompanhado de outros oficiais deslocou-se para Morretes buscando encontrar melhores soldados e ânimos dispostos a lutar contra as tropas revoltadas. Em Morretes encontra o mesmo desânimo, e assim por todo caminho. Constatou a falta de soldados aguerridos, de alimentação, de munições e do prometido apoio de Floriano. Seguiu para Itararé, onde se desfecharia a resistência final. Nesta altura, os revoltosos federalistas estavam apertando o cerco sobre a Lapa, que ficou completamente cercada e sua guarnição teve um fim inglório - capitulou.

Em uma última tentativa, Pego Júnior desviou as tropas para Castro, onde o terreno era mais convidativo à luta mas, devido aos empecilhos acima aludidos, perdeu as esperanças de vitória e resolveu passar um telegrama ao presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, solicitando suprimentos e uma conferência com Floriano no Rio. A seguir, Pego Júnior chega em SP acompanhado de 30 oficiais e 154 praças completamente abatidos. Dentre estes, figuravam oficiais com capacidades técnico-militares e de comprovada bravura.

Sem encontrar resistência, a 20 Jan 1894 Custódio de Melo e Gomerindo entraram em Curitiba, onde foram festivamente recebidos.

⁵³ Pego Jr., monarquista e veterano do Paraguai, foi condenado à morte mas indultado.

A conquista de Tijucas do Sul e o cerco da Lapa

Em 11 Jan 1894, Gumercindo fez a primeira investida contra Tijucas do Sul, sendo repellido com pesadas perdas. No dia 14, o Cel Adriano Pimentel, veterano da Guerra do Paraguai, chegou à cidade com 200 combatentes, o que aumentou a resistência dos legalistas, mas a 19, com a notícia de que Paranaguá havia caído em mãos dos rebeldes, a guarnição de Tijucas do Sul se rendeu. Enquanto isso, Floriano preparou uma esquadra para se antepor a Custódio de Melo e designou o Cel EB Antônio Ernesto Gomes Carneiro⁵⁴ (ao lado) para bloquear o avanço rebelde no PR por terra. Gomes Carneiro, com um pequeno efetivo de 1.400 homens, foi ao encontro do adversário e, retrocedendo, se fixou na Lapa, 70 km ao sul de Curitiba. Floriano Peixoto prometeu reforços a Gomes Carneiro, mas eles nunca chegaram. Na Lapa, a 1ª Brigada, encarregada do setor Sul de defesa da cidade e com seu esforço defensivo voltado para a direção Sudeste, foi comandada pelo Cel EB Julião Augusto Serra Martins.

A Lapa foi atacada pelas tropas de Gumercindo e Aparício Saraiwa, Laurentino Pinto Filho, Jacques Ourique e Gen Antônio Carlos da Silva Piragibe, reforçadas pela cavalaria de Torquato Severo e Juca Tigre. Resistiu de 14 Jan a 11 Fev 1894, quando ocorreu a rendição, dois dias depois da morte de Gomes Carneiro em decorrência de ferimento recebido em combate⁵⁵.

O Cerco da Lapa entrou para o histórico da consolidação da República. Gomes Carneiro resistiu o suficiente para que reforços governistas pudessem se instalar em Itararé, limite entre SP e Paraná, de



⁵⁴ Gomes Carneiro (1846-1894) era beneditino e se alistou para a Guerra do Paraguai.

⁵⁵ Gomes Carneiro foi atingido em 07 Fev 1894 por um projétil que lhe perfurou o tórax, o esôfago e o fígado. Socorrido, expirou em 09 Fev dizendo: "A ordem é uma só: resistência, resistência a todo transe".

modo a barrar qualquer tentativa dos rebeldes de levar a revolução para o centro do país. Com a queda da Lapa, Gumercindo seguiu de trem para Curitiba, ao encontro de Custódio de Melo. Mas os dois não se acertaram sobre como seria o prosseguimento da campanha.

Seguindo em direção a SP, Gumercindo instalou seu QG em Ponta Grossa e Piragibe em Castro, com sua vanguarda atingindo Jaguariaíva, a poucos quilômetros de Itararé, fronteira do estado de São Paulo.

Abaixo, transcrevemos um extrato da epopeia de Gomes Carneiro na Lapa, conforme a obra do Gen Antônio da Rocha Almeida (ALMEIDA, Antônio da Rocha, General. História do Brasil. Porto Alegre: PU-CRS, 1959, 3º volume, p. 506/509).

...No dia 17 completa-se o cerco da Lapa. Nesse dia, saiu o último trem, levando o Cap Lauro Severiano Müller com uma mensagem ao Gen Pego Jr. Chegado a Curitiba, conferenciou o emissário com esta autoridade e com o Governador Dr. Vicente Machado, que imaginam um plano geral de retraimento sobre Castro. Nesse dia travou-se o primeiro combate na Lapa que registrou dois mortos e quatro feridos contra 10 mortos dos atacantes. Tinha o efetivo de 639 homens a força do Cel Gomes Carneiro. A Lapa resistiu 28 dias e 28 noites contra três Corpos de Exército com três mil e tantos homens! [...] A 19, o Cel Adriano Pimentel assinava com Gomercindo Saraiva, [...] a capitulação de Tijucas, ao saber do abandono de Paranaguá e Curitiba, embora ainda lhe fosse possível resistir com os elementos de que dispunha. Em 20, os revolucionários ocupam Curitiba, assumindo o governo o Dr. João de Menezes Doria. O dia 22 Jan foi um dos mais sangrentos da história do memorável cerco. Do violento ataque federalista resultaram oito mortos e 14 feridos. Nesse dia, os revolucionários mandaram o Tenente Pedro Chiquet Filho parlamentar com o Cel Carneiro, que mandou que ele voltasse com aquele “trapo sujo”, referindo-se à bandeira branca do parlamentar. Do dia 27 em diante o cerco se apertou e o tiroteio passou a ser ininterrupto, verdadeira caçada humana, de ambos os lados. No ataque de 2 de fevereiro os rebeldes infligiram aos ocupantes da praça perdas enormes [...] No dia 3 de fevereiro manda o Comandante da Lapa um de seus ajudantes de ordens, o Capitão Homem Bom Justo Cavalcanti, como emissário, buscar reforços em Itararé. Esse homem, dedicadíssimo à causa de Floriano e amigo sincero de Gomes Carneiro, quando lá chegou, depois de incrível odisseia, seu chefe já estava sepultado. No dia 7 os federalistas atacaram a guarnição, já reduzidíssima, da Lapa, com 2.000 homens. A guarnição era quase nada e a cidade um montão de escombros,

mas havia uma circunstância ponderável e decisiva: Antônio Ernesto Gomes Carneiro ainda vivia! Nesse dia tombavam o Major José Amintas da Costa Barros, o Cel Cândido Dulcídio Pereira, o Ten Henrique dos Santos e os alferes Fidêncio dos Santos Guimarães e Roschendorf. Ficaram feridos gravemente os tenentes Lebon Regis, Argolo Mendes e César Franco. Ao socorrer o Ten Henrique dos Santos, Gomes Carneiro caiu gravemente ferido com o estômago e o fígado trespassado por um projétil. Conduzido para uma casa próxima, foi atendido pelo Dr. João Cândido Ferreira. Agoniza durante dois dias o grande soldado, que só falava para incitar seus subordinados a resistir a todo transe. E estes choravam pelos corredores ao saberem do estado do Chefe querido e bravo, e desviavam os transeuntes da calçada para evitar qualquer ruído que o incomodasse. Às 1830 h de 09 Fev extinguia-se aquela vida preciosa para a Pátria e para a família. Morria assim aquele que legara à República o que a maioria dos chamados republicanos históricos nunca lhe oferecera: o derradeiro alento de uma existência útil e produtiva. “Mas a República estava salva, e os federalistas, retidos na Lapa durante a heróica resistência, nunca mais atingiriam São Paulo, nunca mais chegariam ao Rio de Janeiro” (Almeida, 1959, p. 507). Fardado com seu uniforme de Coronel de Engenheiros, cobriram-lhe o corpo com a bandeira do 17º de linha. Fora sua tropa querida durante o cerco e o regimento que com ela se formou mais tarde o 7º de Infantaria – que tem hoje o nome de “Regimento Gomes Carneiro” em sua honra. Às 0800 h de 10 Fev seus oficiais o sepultavam na sacristia da matriz da Lapa, a antiga Vila do Príncipe [...] Gomes Carneiro foi, por Decreto de 26 Mar 1894 do Marechal Floriano Peixoto, promovido ao posto de Gen Bda, com data de 8 de fevereiro, véspera de seu falecimento. Depois que ele foi enterrado, na Lapa só havia uma preocupação - a rendição! No mesmo dia do sepultamento o Dr. José Pacheco enviava a Laurentino Pinto Filho, Cmt do 2º CENP uma sua ex-escrava, pedindo-lhe que enviasse, que seria bem recebido, um parlamentar ao Cel Lacerda para negociar a paz. Não era desonra a capitulação. A tropa - ficou provado - estava isolada e havia tempo que resistia sozinha. Em 11 Fev era firmado o documento de capitulação, levando as assinaturas de Gomercindo, Antonio Carlos da Silva Piragibe e Laurentino Pinto Filho pelo exército revolucionário e mais 41 oficiais legalistas, começando pelo mais graduado, que era o Cel Julião Augusto de Serra Martins⁵⁶, apesar de não ser o

⁵⁶ Cel Inf do EB, Cmt da 1ª Bda na Lapa. Veterano do Uruguai e do Paraguai, rendeu-se aos federalistas em Florianópolis em 29 Set 1893, prometendo nunca mais pegar

comandante da praça pela razão que já vimos. Não o assinaram todos os oficiais. Faltam, por exemplo, as firmas dos Tenentes Lebon Regis e Argolo Mendes [...] Logo depois da cerimônia da rendição, entram no depósito de material bélico os soldados federalistas e, com eles, o degolador Cisério Saraiva, primo-irmão do comandante, que nunca respeitou, na hora do saque e da degola, os seis galões brancos que a revolução lhe pregara nos punhos. Ao Major Felipe Schmitt, que era o quartel-mestre, disse que o Coronel Carneiro lhe fora dado em vida pelo chefe da coluna. Se ele ainda vivesse e o tivessem escondido, deviam entregá-lo. Também sua bagagem lhe pertencia. Que “o herói estava morto e seu corpo sepultado em sagrado, na sacristia da matriz”, teria sido a resposta do Major. E sentando-se sobre a arca que pertencera ao Cel Gomes Carneiro, onde estavam seus uniformes, o binóculo, o exemplar de "Dom Quixote", seus papéis, seu diário e a espada-prêmio de estudos da Escola de Tiro - declarou ao bandido que tudo aquilo pertencia à família do malgrado comandante. O Major Schmitt arriscava a vida, mas defendia, ante a arrogância do bandido, o espólio de seu chefe e amigo. Logo que ele virou as costas o "Coronel" Cisério arrombou a arca e daqueles preciosos objetos nunca mais se teve notícia. Dominado o reduto da Lapa - que foi inexpugnável enquanto Gomes Carneiro teve um alento de vida - estava o Paraná completamente em mãos dos federalistas. Prosseguindo em sua marcha, que havia sido retardada pela heróica resistência da Lapa, apressou Gomercindo Saraiva a organização de batalhões em Curitiba e no interior do Paraná, visando invadir São Paulo por Jaguariaíva. Essa operação seria dirigida pelo General Piragibe, com a cooperação da cavalaria do Cel José Serafim de Castilhos (Juca Tigre). De Ponta Grossa, essa coluna, já com 3.000 homens, recuou para Castro e depois de transpor o Iapó, afluente do Tabagi, atingiu, a 12 de março Piraí, já na comarca de São José de Bela Vista. [...] Tendo se apossado do Paraná e de Santa Catarina, preparava-se Gomercindo para iniciar a invasão de São Paulo. Foi então que o Marechal Floriano tratou de organizar um Corpo de Exército de 5.800 combatentes, cujo comando entregou ao General de Brigada Francisco Raimundo Ewerton Quadros, nomeado também Comandante do 5º Distrito Militar. Essa coluna, que partia à 23 Mar 1894, de Itararé, compunha-se de duas Divisões, com quatro Brigadas e um comando geral de Artilharia. Os comandantes de Divisão eram o Coronéis Firmino Pires Ferreira e Manoel Eufrásio dos Santos Dias. As brigadas eram comandadas pelos coronéis Brás

em armas contra os revoltosos, promessa que não pode cumprir. Lutou em Canudos.

Benjamim da Silva Abrantes, João Francisco da Silva Braga, José Maria Marinho da Silva e Delgado. O comandante da artilharia foi o Cel Ricardo Fernandes da Silva. O Dr. Vicente Machado, que se havia retirado para Itararé, lançou dali um manifesto "Aos Paranaenses" com data de 7 de março de 1894. Foi então que Gomercindo Saraiva, vendo a inutilidade de sua resistência, resolveu deixar o campo de ação que tanto lhe custara conquistar, para regressar ao RS, onde a proximidade da fronteira internacional sempre era uma esperança nos casos de insucesso e também poderia continuar sua tática de guerrilhas, pela natureza do terreno. A Revolta tinha sido detida em SP.

A "Esquadra de Papelão" entra em combate

A heterogênea esquadra "de papelão" tinha também tripulações compostas por mercenários estrangeiros, portuários, praças do exército, civis voluntários e um pequeno número de marinheiros nacionais que havia se mantido fiel ao governo.

Essa esquadra, sem preparo e adestramento fez-se ao mar, largando de Recife e Salvador e seguindo para o RJ onde chegou no dia 11 Mar 1894, a tempo de participar da capitulação de Saldanha da Gama.

O fracassado ataque ao porto de Rio Grande

Gomercindo Saraiva decidiu retornar ao RS, onde poderia continuar a revolução se contasse com o porto de Rio Grande. Ele convenceu Custódio de Melo a ocupar esse porto.

Custódio, no comando de uma flotilha que conduzia 650 combatentes do 2º CENP de Laurentino Pinto Filho e 1.200 combatentes do Gen Salgado que estavam em Laguna, seguiu para Rio Grande em Abr 1894. Em 06 Abr, a flotilha entrou no canal que dava acesso ao porto do Rio Grande. Inexplicavelmente, Custódio em vez de se dirigir para o porto, situado no centro da cidade, optou por atracar seus navios num trapiche longe da cidade e aí desembarcou o contingente de Laurentino Pinto Filho com a missão de atacar um entrincheiramento existente na estrada de ferro que ligava Rio Grande a Pelotas.

Na noite de 6/7 Abr, o Gen Antônio Joaquim Bacelar, Cmt do 6º Distrito Militar, mandou afundar chatas e velhos cascos de navios no canal, interditando-o para navios maiores. O Gen Salgado, na mesma noite, desembarcou sua força para unir-se às tropas de Laurentino. Avançando com o navio República até onde era possível, Custódio bombardeou as posições dos defensores e intimou que se rendessem.

A 09 Abr chegaram de Pelotas 1.500 homens sob o comando do Gen Carlos Teles, para reforçar os legalistas. A 11 Abr, na impossibilidade de ser realizado um ataque bem-sucedido às trincheiras legalistas, até mesmo por falta de munição, as tropas rebeldes foram embarcadas nos navios; estes, saíram do canal às seis horas da tarde.

A esquadra seguiu para o sul. A 13 Abr a tropa foi desembarcada em Castilhos, Uruguai. A esquadra seguiu para Buenos Aires, onde fundeou a 16 Abr. Em carta ao presidente da República Argentina, Custódio fez a entrega da esquadra à essa nação. Estava derrotado. A entrega do que restava da esquadra à Argentina só não representou o fim da Segunda Revolta da Armada porque, no mesmo dia, o Aquidabã, no Desterro, seria o protagonista do último episódio da revolta.

O combate naval de 16 de abril em Santa Catarina

O encouraçado Aquidabã foi deixado por Custódio de Melo em SC para defender o porto de Desterro. No dia 08 Abr 1894 a “Esquadra de Papelão”, reforçada por novos navios, suspendeu do RJ com destino ao sul. Após breve descanso em Porto Belo, o Alm Jerônimo Gonçalves⁵⁷, sabendo o local exato em que o Aquidabã estava fundeado, decidiu atacá-lo na noite de 15 para 16 de abril.

Após bombardear as fortalezas que guarneciam a ilha de Santa Catarina, o Alm Gonçalves destacou o caça-torpedeiro Gustavo Sampaio, chefiando uma flotilha de torpedeiras, para atacar o Aquidabã, que se encontrava no canal sul que divide a ilha do continente. O ataque teve início na madrugada do dia 16. Um torpedo, lançado pelo Gustavo Sampaio, comandado pelo 1º Ten Altino Flávio de Miranda Corrêa, atingiu a proa do encouraçado que perdeu a capacidade de manobrar e afundou lentamente, até tocar o fundo do canal, ficando inerte. A tripulação desembarcou e tomou vários destinos. O comandante, Alexandrino de Alencar, juntou-se às forças de Gumercindo Saraiva que vinham em retirada para o sul e, após tomar parte em combates junto à cavalaria gaúcha, acabou internando-se na Argentina. Com o Aquidabã fora de combate⁵⁸ findava a Segunda Revolta da Armada.

⁵⁷ Salvador, 1835 - Rio de Janeiro, 1903. Veterano do Paraguai. Já reformado, voltou à Marinha em 1893 no posto de Alm para combater a Revolta da Armada.

⁵⁸ O navio foi reflutuado, reparado e modernizado na Europa (nafragiosdobrasil.com).

O fim do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil

A 17 Abr a cidade de Desterro foi ocupada pelas forças legais. As autoridades civis, tanto do Governo Provisório como do estadual haviam-na abandonado. Em 22 de abril aportava na ilha o Ten Cel Antônio Moreira César, designado governador provisório de SC. Moreira César conduziu a restauração institucional de SC com mão de ferro. Pelo menos 43 pessoas, entre militares e civis, foram presas e fuziladas por ordem dele, sem processo legal, inclusive o Barão de Batovi, o CMG Lorena e autoridades civis locais.

Ainda em 1894, Hercílio Luz, governador eleito sancionou, em 01 Out 1894 a lei, aprovada pela Assembleia Legislativa catarinense, que mudou o nome da cidade de Desterro para Florianópolis.

No PR, o Cmt Militar Gen Francisco Raimundo Ewerton Quadros demitiu funcionários públicos e prendeu pessoas sob a acusação de colaboração com os "maragatos". Várias delas, sob falsas acusações, foram fuziladas em 20 Mai 1894 no Km 65 da ferrovia Paranaguá-Curitiba. Entre elas, Ildelfonso Pereira Correia - Barão do Serro Azul. O Gen Ewerton não foi processado e não respondeu pelos crimes perpetrados.

A Restauração da Armada

A 04 Mai a Esquadra legal, comandada pelo Alm Jerônimo Gonçalves, rumou para Buenos Aires para reaver os navios entregues por Custódio de Melo às autoridades argentinas. Os navios foram rebocados para Montevideu onde passaram por reparos. A 24 Mai o Aquidabã foi colocado em condições de navegar. No dia 23 de junho a Esquadra Legal, vitoriosa, entrou na baía da Guanabara trazendo de volta os principais navios que haviam se rebelado. Jerônimo Gonçalves, da reserva da Marinha, era um vitorioso.

A retirada de Gumerindo Saraiva para o Rio Grande do Sul

Em fins de abril de 1894, como já foi visto, Gumerindo Saraiva abandonou Curitiba e decidiu retornar ao RS para juntar-se às forças federalistas que ainda resistiam no estado.

Para a retirada formaram-se três colunas, chefiadas por Juca Tigre a oeste, Gumercindo ao centro⁵⁹ e Aparício Saraiva a leste, com junção prevista no sul de SC, na confluência dos rios Pelotas e do Peixe. Juca Tigre, fustigado por uma coluna legalista chefiada pelo Cel Braz Arantes, foi empurrado para o oeste e acabou se internando na Argentina.

Gumercindo e Aparício uniram suas colunas em Campos Novos, SC. A partir de 31 Mai, passaram a ser atacados pelas tropas comandadas por Pinheiro Machado, Menna Barreto e Arthur Oscar. Atravesando o rio Pelotas, já no RS, refugiaram-se em Barracão.

Em 24 Jun, Gumercindo Saraiva levou de roldão duas brigadas da Divisão do Norte que tentaram obstruir sua marcha e ocupou Passo Fundo, que tinha sido liberada pela ação de Prestes Guimarães.

A Batalha de Passo Fundo, ou do Pulador

Após montar acampamento em Passo Fundo, Gumercindo decidiu empreender uma ofensiva, como ocorrera em Inhanduí. Os revoltosos procuraram, de novo, dividir os legalistas, por meio de rápidas investidas seguidas de retiradas, o que surtiu efeito. Logo após se reagruparam e atacaram de surpresa o inimigo que permanecia acampado, constituído por cinco brigadas. Essas brigadas só não foram totalmente destruídas graças à ação da brigada do Cel Salvador Pinheiro Machado, que contra-atacou com êxito.

Nesses combates, um dos recursos dos rebeldes, aproveitando o vento, era atear fogo na campina em que se encontravam os governistas, lhes destruindo parte da munição e obrigando-os a recuar.

Em 27 Jun 1894, a Divisão do Norte (Cel Salvador Pinheiro Machado) atacou os federalistas em Passo Fundo. Foi o sangrento combate que passou para a história como a Batalha do Pulador. Aparício Saraiva contra-atacou e Salvador recuou. As brigadas legalistas eram comandadas pelo Major Tupy Caldas (1ª Bda, ao centro); Cel Santos Filho (2ª Bda, à direita); e Cel Firmino de Paula (5ª Bda, à esquerda). Os revoltosos atacaram com a Infantaria e com a Cavalaria. A cavalaria legalista combateu a pé por falta de cavalos. Ao final do dia Gumercindo, contando 100 mortos e 300 feridos (Ferreira Filho, 1960, p. 142)

⁵⁹ Ao passar pela Colônia Militar de Chapecó, Gumercindo teria consultado o Cmt, Cel Bernardino Bormann, veterano do Paraguai, se este “hostilizaria a coluna, que passaria de armas ao ombro pela colônia”. Bormann teria respondido dizendo que “Pela frente dos baluartes, pela frente da bandeira nacional, não desfilam tropas rebeldes enquanto eu tiver um tiro de metralha” (Carneiro, 1965, p. 86/87). Gumercindo passou ao largo.

decidiu romper o contato e prosseguir para o sul. A Batalha do Pular foi o último grande combate dessa trágica campanha.

A refrega durou seis horas; os revoltosos se retiraram por falta de munição e com 300 baixas. Entre os feridos, Lima, Aparício Saraiva, Cesário Saraiva (que perdeu um olho) e Alexandrino Faria de Alencar, então Capitão de Fragata desertor da Marinha. Conforme Cabeda (2004, p. 23) sobre a batalha:

Inicialmente, no intuito de mascarar o seu dispositivo, Gumercindo mandou atear fogo ao campo, obrigando Lima a recuar para posição adrede escolhida, após responder com o "contra-fogo" na mesma intenção. A Divisão do Norte formou três grandes quadrados com as Brigadas Santos Filho (2^a) e uma seção de artilharia, à direita; Firmino de Paula (5^a) e uma metralhadora, à esquerda; Tupy Caldas (1^a), 7^o Corpo civil e outra seção de artilharia, ao centro. Em escalão, à direita, a Brigada Pithan (7^a). À frente, linha de atiradores, ocultando os quadrados. A Brigada Salvador Ayres (4^a), que atraía o inimigo, veio postar-se à direita da 7^a Brigada. Note-se que ainda usávamos a formação táctica em quadrado, já ultrapassada pela evolução do armamento, mas ainda utilizada nas campanhas coloniais das potências europeias e, no nosso caso, pelo largo emprego das cargas de lançeiros e por menor dotação de meios modernos. Contra esse dispositivo Gumercindo lançou sua infantaria de poloneses, italianos, alemães e brasileiros, procurando forçar os quadrados a se desdobrarem, possibilitando a ação da cavalaria de Prestes Guimarães, antes da chegada da Divisão do Centro, esperada para qualquer momento ... Depois de seis horas de violento combate, em que ambos os contendores rivalizaram em arrojo e valentia, os quadrados não foram rompidos. A muralha de ferro e fogo, protegida por banhados e profundos valos, quebrou o ímpeto de infantes e cavalarianos. Segundo Grabowski⁶⁰, metade dos poloneses ficou no campo e as baixas só não foram maiores por não ter havido perseguição. Lima alegou não dispor de cavalaria para tanto. O Gen Raymundo Maximiano Negrão Torres, no prefácio à 2^a edição das citadas memórias, chama a atenção para outra falha de Gumercindo, apontada pelo Coronel Bodziak, comandante dos poloneses: o mau emprego das reservas, que não se posicionaram de maneira a acolher e apoiar os infantes em re-

⁶⁰ GRABOWSKI, Francisco. Memórias da Revolução Brasileira de 1893-94. Curitiba: Editora do Autor, 2002.

tirada. Analisando-se o sucedido no Pulador, verifica-se que o Gen Lima venceu por ter melhor observado os princípios de guerra. Se não contou com o concurso da Divisão do Centro (princípio da cooperação), de cuja proximidade Gumercindo estava consciente e assim operou, soube aplicar judiciosamente os princípios do objetivo, da massa, da economia de forças, da manobra (movimento) e da surpresa.

Os rebeldes não conseguiram vencer os “quadrados” legalistas, que se mostraram intransponíveis para a cavalaria dos maragatos.

Em 10 Ago, houve um combate das duas vanguardas no Capão do Carovi. Eram comandadas pelos coronéis Fabrício Pilar e Bento Porto (legalistas) e as revoltosas por Dinarte Dorneles e Aparício Saraiva.

Ainda em 10 Ago, Gumercindo Saraiva, que fazia um reconhecimento junto com alguns integrantes de seu Estado-Maior na mesma região do Capão do Carovi, foi reconhecido por um soldado que estivera preso na Lapa e abatido por um certo tiro que atingiu seu pulmão, vindo a morrer horas depois.

Episódio trágico no fim da Revolta Federalista

Com a morte de Gumercindo Saraiva, a Revolução Federalista caminhava para o ocaso. A partir de setembro de 1894, só haviam pequenos grupos de federalistas que ainda combatiam na fronteira do Brasil com o Uruguai. O epílogo dessa trágica revolução foi lamentável, pois houve crueldade e vingança de alguns governistas contra os rebeldes vencidos. Vários opositores ao governo de Floriano Peixoto foram sumariamente fuzilados no Paraná.

Em Santa Catarina, a repressão conduzida pelo Cel Moreira César também fuzilou sumariamente personalidades como o Barão de Batoivi⁶¹, o CMG Frederico Guilherme de Lorena e vários aderentes ao governo provisório do Desterro que apoiaram os revoltosos.

É importante também destacar o episódio de 05 Abr 1894, quando a coluna federalista do Cel Ubaldino Demétrio Machado, acampou tranquilamente na localidade de Boi Preto, perto do atual município de Chapada, situado no noroeste do Rio Grande do Sul. O Cel Firmino de Paula, à testa da 5ª Bda da Divisão do Norte, sabedor desse fato, tomou a iniciativa de atacar o acampamento de Ubaldino. Antes de raiar o sol, a 5ª Bda atacou os soldados maragatos que dormiam des-

⁶¹ Marechal Manuel de Almeida da Gama Lobo Coelho d'Eça.

preocupadamente, matando em torno de 400 soldados federalistas e praticamente destruindo toda a coluna de Ubaldino. Há um relato, não confirmado, de que Firmino de Paula, que ficaria famoso por sua ferocidade, em vingança ao que aconteceu no Rio Negro (Bagé) em Nov 1893, mandou degolar os federalistas que foram aprisionados, uma parte no local do massacre e os demais durante a sua marcha para o sudoeste.

Um último episódio da revolução ainda estava por acontecer, como consequência do Alm Saldanha da Gama ter assumido, por designação de Silveira Martins o Comando-em-Chefe da Revolta Federalista.

O comando de Saldanha da Gama e o fim da Revolta Federalista

Em fins de 1894, enquanto uma parte dos federalistas internados na Argentina e no Uruguai deixava-se abater pelo desânimo, arrostando dificuldades materiais e esperando uma atitude pacificadora de Prudente de Moraes, a ser empossado na Presidência do Brasil o levasse a anistiá-los, novo alento aos rebeldes veio com a constituição de um Corpo Expedicionário a ser comandado por Saldanha da Gama, que fora convidado por Silveira Martins para assumir o comando-em-chefe de uma revolução em agonia.

Após assumir o comando, Saldanha da Gama organizou no Uruguai três colunas, a que chamou Corpos de Exército, com as quais pretendia invadir o RS. Os comandos dessas colunas foram confiados a Aparício Saraiva, Antônio Piragibe e Guerreiro Vitória. Haveria ainda um batalhão composto por marinheiros e fuzileiros internados no Uruguai.

Em fins de 1894 e início de 1895, saindo do norte do Uruguai, os “Corpos de Exército” federalistas invadiram o RS, travando combates com as forças legalistas que guarneciam a fronteira. Na presença de forças superiores, retornavam à segurança do território uruguaio.

Ao amanhecer de 22 de abril de 1895, Saldanha da Gama, juntando seus marinheiros e combatentes federalistas que estavam dispersos ao longo da fronteira Brasil-Uruguai, atravessou o rio Quaraí a fim de juntar-se a uma coluna de revoltosos comandada por Aparício Saraiva que, na região de Serrilhada, ao sul de Bagé, ainda permanecia na luta e montou acampamento na margem direita desse rio.

Em 24 Jun 1895, no Campo Osório, Santana do Livramento, Saldanha da Gama foi envolvido por uma força comandada pelo Cel BMRS João Francisco Pereira de Souza - a Hiena do Cati. Tentou retrair em direção ao Uruguai, mas foi lanceado e morto pelo Cap Salvador de Sena Tambeiro. Com sua morte, terminava a Revolta Federalista.

Em 23 Ago, em Piratini, RS, o representante do Presidente Prudente de Moraes⁶², Gen Inocêncio de Galvão Queiroz, ajustou uma paz honrosa com o Gen João Nunes da Silva Tavares, terminando assim, oficialmente a guerra civil que opôs federalistas e governistas. O Dec. legislativo n° 310, de 21 Out 1895, concedeu anistia aos revoltosos.

Estima-se que nessa guerra civil morreram cerca de dez mil combatentes, o que correspondia a 1% da população do estado do RS. A luta havia durado 31 meses e causado grandes prejuízos materiais (Ferreira Filho, 1960, p. 148).

Hernani Donato (São Paulo: IBRASA, 1996, p. 139/140) lista 109 confrontos durante a revolta federalista, alguns com resultado indefinido, sendo o último em 15 Mar 1903 em Rivera, Uruguai, oito anos após o fim da revolta, mas ainda como um reflexo dela.

Considerações militares críticas e Florianismo

Esta revolta, e a luta contra ela, tiveram características já existentes em outros conflitos. As tropas oponentes estavam sempre em contínuo deslocamento. Os estacionamentos foram, em sua maioria, bivaques, eventualmente acantonamentos. Foram comuns as passagens de indivíduos e/ou de grupos de um lado para o outro.

Os revoltosos usaram amiúde a tática da guerrilha, a chamada “guerra à gaúcha”, ou seja, a cavalo, com incursões rápidas e sem engajamentos decisivos. A milícia estadual era a única que contava com unidades regulares de infantaria (Meira; Cabeda, 2009, p. 35).

Mesmo assim, as tropas legais procuraram sempre se utilizar das doutrinas convencionais de guerra. Usaram-se as técnicas do cerco e do sítio, como foi o caso em Bagé. Nas emboscadas e ciladas procurou-se sempre usar um elemento como chamariz, para atrair o inimigo para um terreno favorável ao emboscante. Foram comuns os combates corpo-a-corpo, sempre violentos e ferozes, assim como as degolas de prisioneiros, que caracterizaram todo o processo histórico desta revolta. O uso das reservas foi comum de ambos os lados, confirmando a importância disso. Os contra-ataques foram utilizados sempre que necessários. Em diversas ocasiões, foi constatada a existência de divergências entre os comandantes, em ambos os lados o que, certamente, influenciou no desenvolvimento das operações. Os princípios de guerra foram utilizados em muitas circunstâncias de forma pragmática, ou seja, sem arroubos ou considerações doutrinárias.

⁶² Prudente de Moraes assumiu a Presidência da República em 15 Nov 1894.

Na questão dos suprimentos, a falta de comida, água e munição foram constantes em toda a revolta. Conforme o Cel Claudio Moreira Bento, foram comuns as “requisições, remontas e recrutamentos violentos” (1993, p. 3). O cavalo era considerado arma de guerra e, por isso, sujeito à requisição ou confisco. As unidades eram, ainda que com sérias restrições, todas hipomóveis, inclusive a artilharia (cavalos e mulas), cuja alimentação era totalmente de pastagens nativas. Os recursos veterinários eram escassos. Os animais que adoeciam eram abandonados no caminho, entregues à sua própria sorte. A falta ou deficiência de arreios e selas, estribos, freios, pelegos, etc. prejudicou muito os deslocamentos a cavalo. O Gen Carlos Teles declarou, em sua parte de combate do cerco de Bagé, que a sua atitude defensiva foi adotada pela falta absoluta de Cavalaria, um dos mais imprescindíveis recursos nas guerras sul-americanas (Bento, 2016, p. 124).

Foram muito utilizados os recursos locais no que se refere à “munição de boca” (alimentos), ou seja, o abate de gado bovino ou ovino. Outros itens importantes para os combatentes foram o fumo, a erva-mate e o sal. O transporte era, pelo menos parcialmente, feito através de carretas puxadas por cavalos ou mulas. Era comum a falta de médicos nas unidades. As enfermarias eram verdadeiros quadros de horrores, com os doentes abandonados à própria sorte, sem medicamentos e sem cuidados adequados. Quando em deslocamento, o doente era simplesmente abandonado. As doenças mais comuns foram a varíola, mas houve casos de tuberculose, pneumonia, gripe, diarreias, pragas, pestes e infecções.

A falta de munição influenciou nos resultados de muitas batalhas. Na Lapa, foram utilizadas bombas de dinamite pelos legalistas. Em algumas ocasiões, foi utilizado o expediente de atear fogo na vegetação, para rechaçar algum ataque ou como uma maneira de intervir no combate. Foram usadas as metralhadoras Hotchkiss e Nordenfeldt, fuzis Comblain, Minié, Winchester, Marlin, Remington, Chassepot, Mannlicher, Kropatschek, Mauser (diversos calibres), canhões Krupp, La Hitte e Whitworth, e carabinas Spencer. Os revólveres mais utilizados foram o Girard, Nagant e Lefauchaux (Meira, 2009, p. 73).

A falta de itens de vestuário era constante, principalmente botas. No inverno essas carências tornavam-se particularmente graves. A utilização do poncho foi quase sempre preciosa, porque ele servia para o frio, contra a chuva e como coberta à noite, mas nem todos o possuíam.

Conclusões

A motivação para a Revolta Federalista foi exclusivamente política e fruto de graves ressentimentos. Ainda hoje, depois de 127 anos, perduram esses ressentimentos. Depois de finda a revolta, Júlio de Castilhos ainda governou o RS por dois anos. Morreu com 33 anos em 24 Out 1903. Arthur Ferreira Filho diz que a História não pode debitar as causas desta revolta aos líderes políticos Gaspar Silveira Martins e Júlio Prates de Castilhos. Ambos não a desejaram.

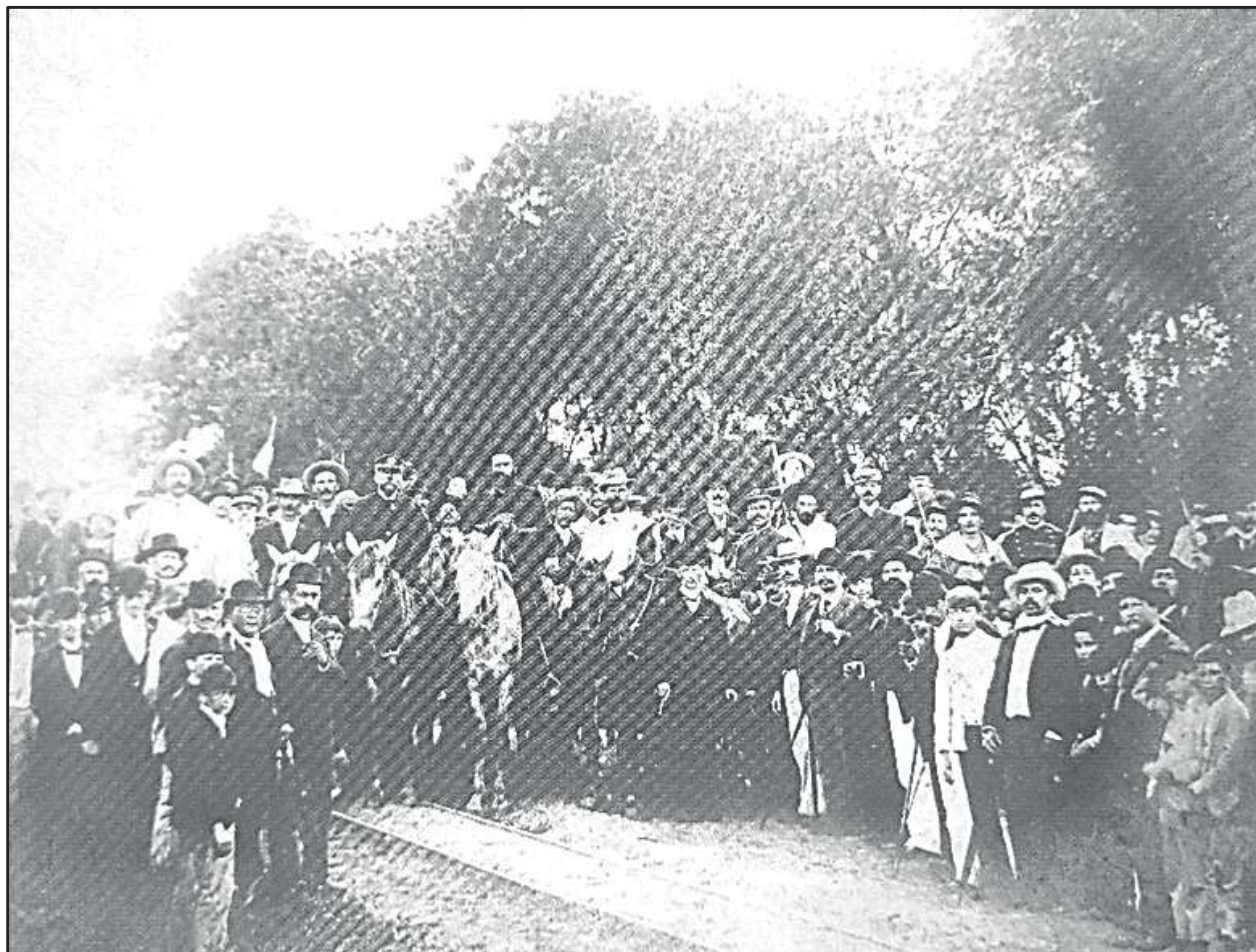
A estimativa de mortos foi de 10 mil (Bento, 2016, p. 123).

Conforme o Prof. Arno Wheling, antigo Presidente do IHGB (1996-2019) no Prefácio da obra *A Revolta da Armada*:

Estavam em jogo - no contexto da Revolta da Armada e da Revolução Federalista - a consolidação da forma de governo prevista na Constituição republicana, a república presidencial; a definição das relações centro-periferia, isto é, da União com os estados federados; o papel das Forças Armadas, e particularmente da Marinha, na nova estrutura de poder; a afirmação de uma ideologia republicana, oscilante entre os modelos da República francesa, da dos Estados Unidos ou da ditadura positivista, todos eles confrontados com a indesejada realidade do caudilhismo latino-americano. O Brasil encontrava-se, portanto, numa guerra civil. O entrelaçamento de forças deste conflito teve como resultante o estabelecimento de um modelo político na cúpula do Estado que acentuou dois traços aparentemente antagônicos da constituição republicana, fato já destacado por Antonio Paim: a coexistência de um presidente forte com uma União fraca. Tal situação, a que se acrescentava o poder político dos proprietários da terra por todo o território nacional, gerou, pouco depois, a "política dos estados" ou "dos governadores" com o mandonismo rural na base do sistema e o "rotativismo mineiro-paulista" no seu topo. Por tal desdobramento posterior da conjuntura nacional e pela própria carga ideológica presente nos dois conflitos, a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, não é fácil adentrar o terreno, frequentemente minado pelas paixões. A Revolução Federalista, considerada isoladamente, tem um tom emocional alto, pela oposição de maragatos-federalistas e castilhistas-positivistas, além das próprias sequelas da violência deixada nas sociedades paranaense, catarinense e rio-grandense (Wehling, Arno. Prefácio. In: Martins, Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1997, p. 9).

Iconografia da Revolta Federalista/Revolta da Armada

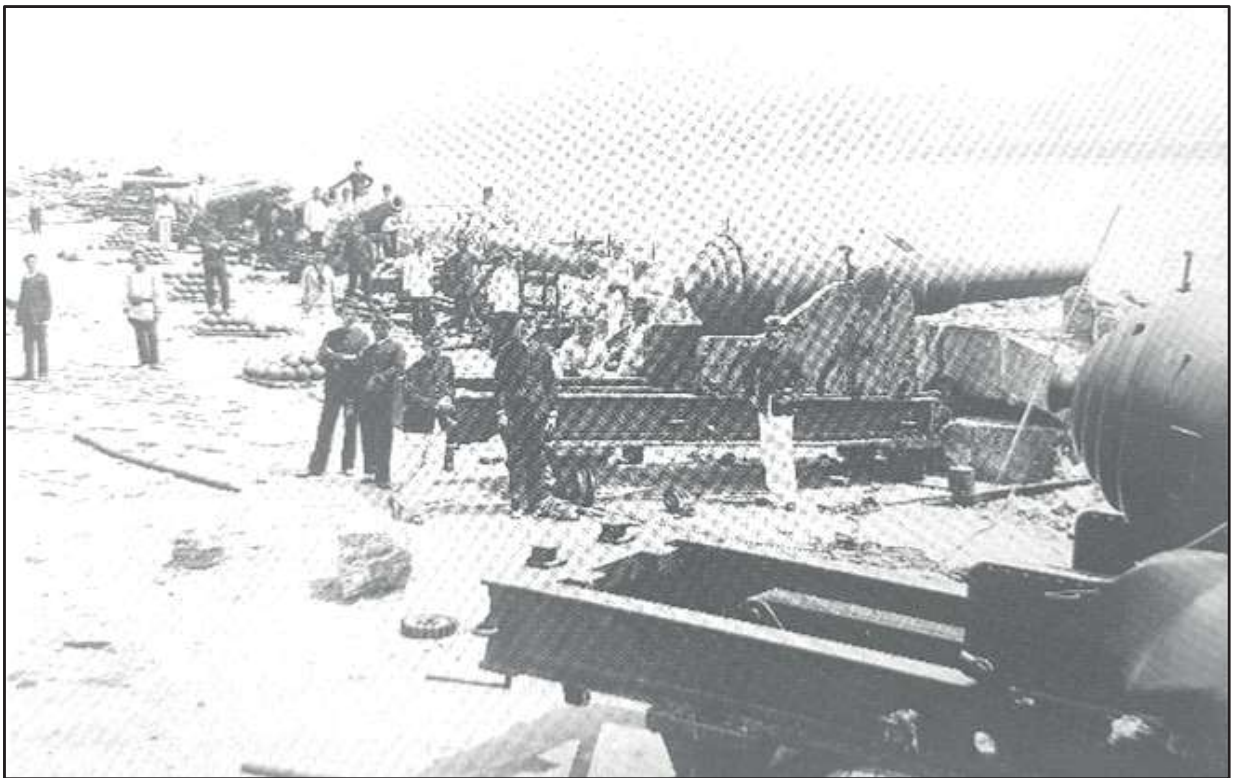
Federalistas no interior do RS (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 16)



Encontro de Gumercindo com Custódio no PR (Fonte: BIBLIEx, 1998, 17)



**Cel Gomes Carneiro (ao centro, com “x”) na Lapa
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 18)**



Art legalista na Ilha de Villegaignon (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 19)



O FLORIANISMO

“A vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos. Diz-se e repete-se que ela está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa”.

(Trecho do “Testamento Político” do Marechal Floriano Peixoto).

Durante o governo de Floriano Peixoto, após a sua saída do governo em 14 Nov 1894 e até mesmo depois de sua morte em 29 Jun 1895 permaneceu durante muito tempo nas forças armadas, mormente no EB, uma atitude de adesão e apoio à política, aos princípios e à figura do Marechal como militar. Ou seja, um fenômeno centrado na sua liderança republicana, sendo montado um protagonismo que recebeu a adesão de setores tanto militares quanto civis.

No contexto nacional, com o advento da república, o principal ator passou a ser o Exército Brasileiro. Neste mesmo contexto, o florianismo muito influenciou os militares, chegando até à Escola Militar da Praia Vermelha (EMPV).

Em março de 1895, no início do ano letivo, a indisciplina e a insubordinação estavam presentes na Escola. O Cmt era o Gen Joaquim Mendes Ourique Jacques, um anti-florianista político que era considerado um antigo desafeto de Floriano Peixoto desde a Guerra do Paraguai quando ambos combateram juntos (Calaza, 2014, p. 8).

Em uma determinada ocasião, na Escola, o Gen Ourique Jacques foi vaiado aos gritos de “vivas” a Floriano. Foram expulsos 60 alunos e a escola foi ocupada por tropas do EB. Os alunos protestaram pela imprensa, causando a suspensão das aulas e a dispensa dos alunos (Marcusso, 2012, p. 53).

Em 29 de junho de 1898, terceiro aniversário da morte do Marechal Floriano, houve um violento conflito entre a polícia e os alunos da Escola Militar, que haviam organizado uma manifestação em frente ao Cemitério São João Batista, onde foi sepultado o Marechal Floriano. O tumulto resultou em 23 feridos, dois mortos e uma enorme crise política. O mal-estar foi tão grande que o Presidente Manuel Ferraz de Campos Sales compareceu pessoalmente à Câmara onde destacou a

necessidade dos alunos da EMPV serem educados nas lições do verdadeiro patriotismo. E disse ainda:

Ser militar não significa ser violento. Ser patriota não significa supor que ninguém mais possa ser também. O comportamento desses meninos é resultado de anos de abandono. Por muito tempo o governo tratou com descaso o ensino militar. A Monarquia permitiu a bacharelização do exército e o governo de Floriano, a quem eu não nego méritos na consolidação das instituições republicanas, alimentou os ódios dos soldados que em qualquer país civilizado são amigos do governo (Oliveira, 2014, p. 5, apud Jornal “A Gazeta de Notícias”, Rio de Janeiro, edição de 30 de junho de 1898).

No ano seguinte, conforme Rodrigo Perez Oliveira,

os conflitos do dia 29 de junho de 1899 foram ainda piores que aqueles do ano anterior e mais uma vez apresentaram repercussões políticas. O cenário é bastante parecido com o que havia acontecido em 1898; os estudantes da Escola Militar outra vez contrariaram as determinações do General Teixeira Jr. e promoveram uma cerimônia no cemitério São João Batista. Mais uma vez foi violento o choque entre os estudantes e as forças governistas. O saldo do conflito foi 36 feridos e 8 mortos (Jornal “A Gazeta de Notícias”, 30 de junho de 1899). A reação da direção da Escola Militar foi imediata, o General Teixeira Jr desligou da instituição os segundos Tenentes Arthur de O. Almeida, Augusto Freyre da Silva Sobrinho, Jose Ribeiro Gomes e Isidoro Leite da Silva Araújo, acusados de liderar a “baderna no cemitério de São João Batista” (Jornal “A Tribuna”, 02 de julho de 1899) (Oliveira, 2014, p. 6).

O espírito do florianismo ainda permaneceria no EB, mesmo latente, durante muitos anos, projetando-se pelas décadas seguintes.



A INTRUSÃO FRANCESA NO AMAPÁ EM 1895 E O MASSACRE DA VILA DO ESPÍRITO SANTO DO AMAPÁ

*“Um brasileiro não se rende a bandidos”
(Cabralzinho em resposta ao Cap Lunier)*

Desde o período colonial, o Brasil teve problemas de fronteiras com a França por causa da Guiana. Foi a chamada Questão do Amapá ou da Guiana Francesa.

O Tratado de Utrecht de 1713 definiu como fronteira o rio Oiapoque (ou de Vicente Pinzón), mas a questão foi a de definir com precisão qual era realmente o rio Oiapoque.

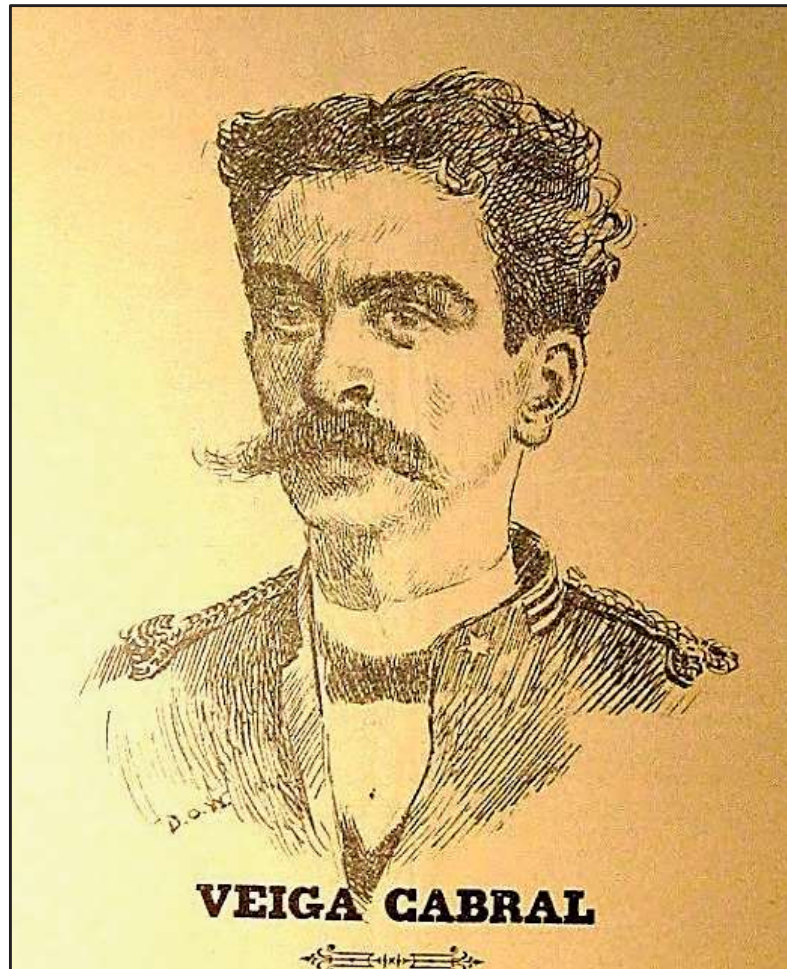
O Brasil pretendia que esse rio fosse o que deságua no Oceano a oeste do Cabo Orange. A França defendia que o Oiapoque fosse o rio Araguari, que deságua no Oceano ao sul do Cabo Norte (Rodrigues; Seitenfus, 1995, p. 242).

Em 1855/56 e em 1861, os diplomatas Paulino José Soares de Souza e Joaquim Caetano da Silva, respectivamente, defenderam as posições brasileiras em Paris⁶³.

Em 1894, foi descoberto ouro nas cabeceiras dos rios, o que agravou a questão. Conforme Bento; Giorgis (2014, p. 339), em 15 Mai 1895...

...teve lugar na Vila Amapá, localidade principal do território contestado entre a França e o Brasil, entre os rios Oiapoque e Araguari, um sangrento confronto armado entre brasileiros e franceses, seguido de um massacre na população brasileira civil da Vila Amapá por tropas de Infantaria da Marinha da França, enviadas de Caiena a bordo da canhoneira Bengali. Estas tropas foram enviadas com a missão de libertar o colaboracionista brasileiro Trajano, que representava interesses franceses, e de prender o líder [...] civil brasileiro Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho), do Triunvirato que governava o território contestado em nome de interesses brasileiros.

⁶³ A questão subjacente, a da “fronteira interior”, defendida pelo Brasil como sendo o paralelo de 2° 24’ do Oiapoque até a fronteira com o hoje Suriname já tinha sido aceita pela França em 1817 (idem, p. 243).



Acima, Francisco Xavier Veiga Cabral – o Cabralzinho.

Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2020/10/historia-e-memoria-intrusao-francesa-no.html>

Este combate passou à História como Combate da Vila Amapá. A invasão militar francesa foi derrotada pelo comerciante civil Cabralzinho, que foi consagrado Herói do Amapá e general honorário do Exército Brasileiro. A expedição francesa foi comandada pelo Comandante Audibert, da Bengali, e o ataque da Infantaria francesa à Vila Amapá, com 60 homens, foi comandado pelo Cap Lunier, que foi morto por Cabralzinho.

Para combater os franceses, Cabralzinho criou o Exército Defensor do Amapá, que contou com a colaboração decisiva do povo da vila, que assumiu a defesa da mesma e lutou para rechaçar os invasores. Na verdade, foi uma luta pela sobrevivência e que envolvia brasileiros, franceses, mercenários, aventureiros, forasteiros, indígenas, religiosos, etc. (www.diariodoamapa.com.br).

Submetida a questão à arbitragem, em 01 Dez 1900 o Presidente da Confederação Suíça, Walter Hauser, Presidente da Comissão de Arbi-

tramento, reconheceu o direito do Brasil ao Contestado (o atual Amapá), sendo advogado do Brasil o Barão do Rio Branco, em razão de Rui Barbosa haver hesitado em assumir a defesa.

Em 1901, pelo Decreto nº 938, de 21 de janeiro, o Amapá foi incorporado ao Estado do Pará.

Não aprofundaremos este evento da HMB porque não envolve o EB.



A CAMPANHA DE CANUDOS

“os soldados viam tombar, mas ressurgir imediatamente, [...] o mesmo busto, apontando-lhes a espingarda. Alvejavam-no de novo. Viam-no outra vez cair, de braços, baleado. Mas viam outra vez erguer-se, invulnerável, assombroso, terrível, abatendo-se e aprumando-se, o atirador fantástico”.

(Euclides da Cunha – Os sertões)

Origens

Antônio Vicente Mendes Maciel, nascido em Quixeramobim, Ceará, em 13 Mar 1830, era membro da família dos Maciel, sempre em luta com a dos Araújo – dois clãs cujas violências ensanguentaram e mantiveram em permanente intranquilidade o interior do Estado. Seu pai se chamava Vicente Mendes Maciel e sua mãe Maria Joaquina de Jesus. Antônio Vicente era surdo e muito desconfiado de tudo. Chegou às raias do alcoolismo. Perdeu a mãe em 1835 e seu pai casou de novo com Francisca Maria da Conceição. Perdeu o pai em 1855 e a madrasta no ano seguinte. Casado com uma prima, Brasilina Laurentina de Lima, o casal teve dois filhos.

A partir de 1859 passou a residir em Sobral e depois em Ipu, onde um sargento conquistou-lhe a esposa. Separando-se dela, passou por Santa Quitéria em 1863 onde trabalhou no foro e viveu com Joana Imaginária (Joana das Imagens), com quem teve um filho, Aprígio (Littrento, 1998, p. 89). Em seguida, mudou-se para o Crato, fez voto de castidade e, dedicando-se à fé católica, tornou-se fanático, embre-

nhando-se pelo sertão nordestino em constantes peregrinações e pregações. Tornou-se um asceta, dormindo no chão duro, alimentando-se de cereais e vivendo de esmolas. Passou a doutrinar as populações ignorantes do interior. Logo tornou-se adorado, sendo chamado de “santo”. Ia sempre seguido de um grupo de adeptos, através dos sertões de Pernambuco, do Ceará, do Piauí, de Sergipe e da Bahia.

Parando em fazendas, de cujos proprietários exigia alimentação e pousada para si e seus seguidores, trabalhando como pedreiro no levantamento de muros em cemitérios ou em pequenas barragens de açudes, seu prestígio foi crescendo e com ele o número dos que o seguiam. Passou a ser conhecido como Antônio “Conselheiro”.

Em 1876, foi preso em Itapicuru, sob a acusação de matricídio, o que não se confirmou, vindo ele a ser absolvido. No ano seguinte, reaparece nos sertões baianos com maior prestígio e se torna construtor e reformador de capelas, muros de cemitérios, etc. Passa a ser um “benemérito dos sertões” (<http://josecalasans.com/downloads/artigos/44.pdf>). Nesta atividade, em nome do milenarismo⁶⁴ e do sebastianismo⁶⁵, passa vários anos, sempre pregando em um ambiente de aura messiânica.

Em 1892, após a benção da capela do Bom Jesus, por ele construída no arraial do Bom Jesus, hoje cidade de Crisópolis, os jornais dão as primeiras notícias das pregações antirrepublicanas do Conselheiro. Passou a usar um roupão de tecido azul, usar um bordão e não cortar o cabelo nem a barba. Conforme Pedro Calmon (1959, vol. 6, p. 2002) o beato declarou que na época da monarquia “...reconhecia o governo; hoje não, porque não reconheço a República”. Renegava ele a igreja separada do estado, o casamento civil⁶⁶, a substituição do signo monárquico, que tinha uma cruz, por um novo sem ela (Idem, p. 2001). Além disso, em 1893 ele se revoltou contra os tributos impostos à população e promoveu a destruição dos editais que publicavam os mesmos.

⁶⁴ Doutrina religiosa baseada na Bíblia que anuncia o regresso de Jesus Cristo à terra para a constituição de um reino com duração de mil anos.

⁶⁵ Crença popular de origem portuguesa que se alastrou para o Brasil. Surgiu da crença na volta de Dom Sebastião, rei de Portugal, desaparecido na Batalha de Alcácer-Quebir, Marrocos, em 04 Ago 1578, quando comandava tropas portuguesas. Como ninguém o viu morto, surgiu a lenda de seu retorno como um “salvador da pátria”.

⁶⁶ Conforme Oliveiros Lessa Litrento (1998, p. 22), a República havia “decretado a separação entre a Igreja e o Estado, estabelecendo o casamento civil, razão daí do indomável ódio” de AC, “que já advinha de um casamento frustrado” (Idem).

Conforme o Gen Antônio da Rocha Almeida (1959, p. 540), os seguidores de Antônio Conselheiro (daqui em diante AC) os jagunços⁶⁷ passaram a assaltar fazendas, extorquir bens alheios e perturbar a ordem pública. Em função disto, o governador Luiz Viana envia contra os jagunços uma pequena expedição de 35 policiais, comandados pelo Tenente Virgílio de Almeida. Depois desta, mais duas houve, sem resultados positivos. E já em 1893, houve um enfrentamento bem maior, com grandes baixas de ambos os lados, o que motivou o Conselheiro a se transferir para Canudos, então uma fazenda de gado.

Sua primeira visita a Canudos havia sido em 1885. Desta vez, em 1893, decidiu fixar raízes. Iniciou-se então o crescimento desordenado do pequeno arraial, rebatizado de Belo Monte⁶⁸, em consequência do afluxo, em número cada vez maior, de fanáticos e de místicos, atraídos pela fama dos milagres de Conselheiro. Considerando Canudos sua cidadela, independente do restante do país, seus seguidores começaram a praticar desmandos pelas redondezas, chamando a atenção das autoridades. O massacre de uma força policial de 30 homens por sequazes de Antônio Conselheiro em Masseté, interior de Tucano, em 26 Mai 1893, levou o governo estadual à ação, deflagrando a chamada Guerra de Canudos, que durante um ano inteiro agitou a nova República, de norte a sul. A crença geral era de que se Canudos não fosse destruída outros Belos Montes surgiriam pelo sertão baiano.

Como parecia um fenômeno religioso, em 1895 o Presidente da BA Luís Vianna enviou a Canudos dois padres, que não constataram nada de extraordinário. Trouxeram, porém, um falso retrato de Conselheiro: inimigo da República, o que traria trágicas consequências.

O estopim do conflito viria a seguir, resultado do “messianismo da alma sertaneja, sua miséria e inconformismo [...] como plataforma a uma vida melhor” (Litrento, 1998, p. 24). Em Out 1896, conforme COSTA, Carla. Cronologia resumida da Guerra de Canudos. Brasília: Museu da República/Ministério da Cultura, 2017:

Para continuar as obras na Igreja de Bom Jesus – a Igreja Nova – a comunidade encomenda madeira em Juazeiro, e realiza previamente o pagamento do material. Mas há um atraso na entrega e surgem boatos de que os canudenses iriam se deslocar até a cidade e pegar a madeira à força. As autoridades de Juazeiro ficam temerosas com o boato de invasão e solicitam tropas ao

⁶⁷ Corruptela de zarguncho, uma arma de guerra africana.

⁶⁸ Belo Monte praticava uma agricultura de subsistência com plantações de mandioca, milho, feijão, cana de açúcar e criação de cabras.

governo da Bahia. Esse episódio é o início do conflito armado entre os conselheiristas e as forças armadas que se estenderá ao longo de quatro expedições militares contra Canudos.

Dentro deste mesmo contexto, o imaginário sertanejo estava impregnado pelo fim do século e pelo advento promissor de um novo.

A Expedição Pires Ferreira – 1ª Expedição

A participação do Exército Brasileiro na campanha de Canudos, a princípio modesta, aumentou à medida que os contínuos insucessos das expedições extravasaram o âmbito local e atingiram a todo o país.

Para enfrentar uma ameaça de saque a Juazeiro, após o fracasso da força policial enviada para reprimir os sequazes de AC, o governo da Bahia solicitou ao Gen Frederico Solon, Cmt 3º Distrito Militar, um reforço de 100 homens do Exército.

A 07 Nov 1896, utilizando a ferrovia, a força - três oficiais e 104 praças do 9º BI de Salvador, chegou a Juazeiro. O Cmt era o Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, a quem cabia cumprir a missão, após autorização do Juiz de Direito local.

A expedição não estava convenientemente preparada para a missão, pois os problemas locais eram desconhecidos do Exército, já que o governo estadual, longe de admitir a gravidade deles, minimizava seus efeitos, não permitindo revelar o verdadeiro quadro da situação.

A chegada do contingente foi imediatamente comunicada a AC pelos seus simpatizantes. Já o Ten Pires Ferreira obteve as mais variadas e contraditórias informações sobre quem deveria combater. Até 12 Nov a força ficou retida em Juazeiro, entre outros motivos, pela dificuldade de obtenção de meios imprescindíveis ao deslocamento para a região de Canudos. Cioso da missão que recebera e disposto a cumpri-la de qualquer maneira, o Ten Pires Ferreira deslocou a tropa em direção a Uauá, distante 193 Km de Juazeiro e 78 Km de Canudos, guiado por elementos locais, na procura dos adeptos de AC. Foi uma marcha difícil, realizada em sete dias, através de terreno adverso onde, além do calor sufocante e do sol inclemente, havia a necessidade de se abastecer de água somente nas cacimbas distantes, uma da outra, por vezes, 40 quilômetros. Muito extenuada, a pequena força atingiu Uauá a 19 de novembro e constatou o desaparecimento de toda a população do lugarejo, que levava consigo haveres e animais, toman-

do destino desconhecido, no temor de um iminente confronto que se anunciava.

Em 1896, conforme José Calasans (<http://josecalasans.com/downloads/artigos/44.pdf>)

Antonio Conselheiro, por intermédio de Joaquim Macambira, contrata a aquisição de madeira para a capela em construção, com comerciantes juazeirenses que retardaram a entrega de parte da encomenda, previamente paga. Espalhou-se em Juazeiro, que os jagunços iriam buscar o material. Temeu-se a invasão da cidade. O juiz de direito, Dr. Arlindo Leoni, transmitiu ao governador Luís Viana a notícia da ameaça. Para garantia do povo de Juazeiro seguiu uma tropa de linha, comandada pelo Ten EB Manoel da Silva Pires Ferreira. O oficial resolveu marchar contra Canudos e foi surpreendido, no povoado de Uauá, a 21 Nov pelos jagunços, que ele conseguiu pôr em retirada, mas ficou sem recursos para continuar. Estava iniciada a Guerra de Canudos.

O ataque

A 1ª Expedição contra Canudos, desenvolveu-se de 6 a 24 Nov 1897 e possuía três oficiais e 104 praças do 9º BI. Em Uauá, a 78 Km de Canudos, a tropa acampou. Na madrugada de 21 Nov surgiu no local um grupo de 500 conselheiristas, deslocando-se como uma procissão.

Conforme Almeida (1959, p. 543), os jagunços estavam disfarçados no meio do grupo de adeptos de AC. Vinham armados de velhas carabinas, chuços, foices, machados, facões, etc. Aos gritos de "Viva Nosso Bom Jesus! Viva Nosso Conselheiro! Viva a Monarquia!", os fanáticos lançaram-se com destemor contra a tropa entrincheirada nas casas. Caíram furiosamente sobre a tropa regular, que estava, na maior parte, ainda a dormir. Um soldado sentinela, Teotônio Pereira Baccelar, foi degolado e esquartejado a faca. A tropa do Ten Pires Ferreira reagiu e resistiu, bem instalada e, depois de quatro horas de luta, conseguiu fazer com que os jagunços abandonassem a luta. Um Alferes, Carlos Augusto Coelho dos Santos, foi atingido e morreu, assim como um Sgt, um cabo, um Anspeçada e três soldados. Os conselheiristas deixaram mais de 150 cadáveres. Mostraram ser uma "malta de criminosos e desordeiros" (Idem, p. 544).

Não era com pouco efetivo e com pouca logística que seriam vencidos os conselheiristas. Pires Ferreira foi obrigado a retrair por falta dos dois fatores. Ao avaliar sua situação em material e pessoal, consi-

derando o potencial humano de Canudos, o Ten Pires Ferreira julgou melhor regressar a Juazeiro, o que foi feito após o sepultamento dos mortos, chegando no final de novembro.

Encerrara-se a primeira participação do Exército na luta contra os fanáticos de AC. Ficara evidenciada a disposição de luta dos jagunços, que no futuro evitariam o embate a peito aberto, preferindo combater em posições protegidas e realizar ataques furtivos.

Divergências entre o comando militar e as autoridades estaduais

O relativo insucesso da expedição Pires Ferreira reacendeu as divergências entre o comandante militar e o Presidente do Estado. O Gen Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, compreendendo a extensão e os perigos que envolviam a insurreição, afirmava que a força militar deveria ser suficiente para evitar "retiradas prejudiciais e indecorosas". Seus argumentos contrapunham-se aos do Presidente da BA que, para preservar a autonomia do Estado, repelia a intervenção militar, que caracterizava a impossibilidade de manter a ordem pública. As autoridades civis estaduais procuravam minimizar a importância dos acontecimentos, considerando "mais do que suficientes as medidas tomadas para debelar e extinguir o grupo de fanáticos e não haver necessidade de reforçar a força federal para tal" e também "não ser numeroso o grupo de AC, indo pouco além de 500 homens".

O procedimento das autoridades estaduais era fruto da situação política da época, no início da República, quando as unidades da Federação, ciosas de seu novo status no quadro nacional, mantinham-se infensas a qualquer possibilidade de intervenção do poder central.

Prevaleceu o ponto de vista estadual. O General Sólton acabaria sendo transferido para outra comissão.

Paralelamente à polêmica, continuavam as providências de natureza militar, em ambas as facções. Do lado dos insurretos, levados pelo fanatismo, ações destinadas a melhorar a defesa e aumentar o poderio através da aquisição, do contrabando e do roubo de tudo que fosse necessário, inclusive armamento. Do lado governista, a preparação da tropa sofria os efeitos das divergências entre os chefes militar e civil.

Considerações logísticas sobre a 1ª Expedição

Conforme o livro de Aristides Augusto Milton⁶⁹, o Ten Pires Ferreira deixou os seguintes registros sobre a sua expedição:

- **Armamento:** Fuzil Mannlicher, de repetição, grande alcance, projétil de grande força de penetração, com tiro de muita “justeza”, mas que não compensam a delicadeza de seu mecanismo que facilmente se estraga ficando reduzido ao uso como arma branca através do sabre-punhal (baioneta). Os “bandidos” estavam armados com carabinas Comblain e Chuchu, bacamartes, garruchas e pistolas, facões, foices e machados (p. 43). Foram armas usadas nas revoltas de 1893 e continuaram a ser usadas nas expedições seguintes.

- **Fardamento:** facilmente estragado em função do sol, chuva e poeira, e pelo uso constante. Os militares não só o usavam o dia inteiro como com ele dormiam, muitas vezes sem a proteção das barracas. Muitas peças, como túnicas de flanela e calças garança, resultavam rasgadas pelos galhos e espinhos das picadas. Outras foram furadas a bala ou por ação do facão. O calçado foi incapaz de resistir às marchas, ficando muitas praças descalças. Não havia reposição (p. 45); e

Disciplina: mantida “em toda a sua plenitude”. Sem infrações dignas de nota durante todo o período (p. 45).

A Expedição Febrônio de Brito – 2ª Expedição

Atendendo a ordens do Ministro da Guerra interino, Gen Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, organizou-se nova força expedicionária, constituída de elementos do Exército e da Polícia, com 100 e 200 praças respectivamente, sob o comando do baiano Major Febrônio de Brito⁷⁰ que a 26 Nov, de trem, chegava a Queimadas. Esta expedição foi de 25 Nov 1896 a 22 Jan 1897. Tropa: 557 homens do 9º BI (Salvador), 33º BI (Maceió), 26º BI (Sergipe), 5º R Art e mais a PM da Bahia. Armamento: dois canhões Krupp 7,5 e três Mtr Nordenfelt. Comandante: Maj Febrônio de Brito.

⁶⁹ A Campanha de Canudos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

⁷⁰ Voluntário da Pátria no Paraguai com 14 anos. Transferido para o EB em 1868 por bravura. Ficou cinco anos no Paraguai. Ten em 26 Abr 1879 e Cap em 02 Out 1889. Submetido a Conselho de Guerra, foi reformado e recolhido à sua cidade natal.

Em face dos reveses anteriores e da importância da missão, o Cmt do Distrito solicitou reforços de SE e de AL, que permitissem a realização de uma manobra de cerco com duas colunas.

Malgrado as informações vagas e desconexas sobre os rebeldes e o pequeno efetivo disponível, o Major Febrônio deslocou-se para Monte Santo, solicitando urgência na remessa de tropas de reforço, a fim de que pudesse marchar sobre Canudos, mas recebeu ordens do Gen Solon, preocupado com seu destino, para que regressasse a Queimadas. Foi nesta oportunidade que culminaram as desavenças entre os chefes civil e militar, com o resultado do afastamento do Gen Solon. O Ministro da Guerra determinou o avanço da coluna sobre Canudos em Jan 1897, com o acréscimo de 300 homens do Exército e da Polícia, o que elevava o efetivo para 557 praças, além dos oficiais.

Febrônio organizou sua força em três colunas: a 1^a, sob o comando do Ten Hilário Francisco Dias; a 2^a, sob o comando do Cap Joaquim José de Andrade; e a 3^a, sob o comando do Cap Virgílio Pereira de Almeida. Seria a primeira expedição regular contra o arraial. Embora cheia de falhas e dificuldades, havia muito otimismo sobre a vitória, mas havia também falta de informações adequadas sobre os jagunços.

Os insurretos, ao contrário, apoiados inclusive por influentes personagens locais, segundo se dizia, obtinham todas as informações desejadas sobre as forças legalistas, tarefa de simpatizantes e espões com livre trânsito pela cidade de Monte Santo.

O insucesso

Seguindo pela estrada Monte Santo - Cambaio, a coluna Febrônio defrontou-se, a 16 Jan 1897, com uma posição defensiva dos jagunços na serra de Cambaio. A 17, começou a acabar a comida.

A 18, na impossibilidade de uma ação frontal, resolveu o comandante desbordar a posição, mesmo debaixo de forte tiroteio, culminando com um assalto às trincheiras dos jagunços, no qual se evidenciou o destemor dos soldados legalistas, arremetendo morro acima, em terreno adverso e contra um inimigo fortemente entrincheirado e com boas posições de tiro. Depois de um ataque de cinco horas de duração, com apoio de artilharia, o inimigo foi desalojado da posição. As forças legais encontravam-se a cinco quilômetros de Canudos. No dia 19, ao iniciar a marcha sobre o arraial, a expedição foi cercada em Taboleirinhos de Canudos por mais de quatro mil insurretos que pareciam brotar do chão e que se atiravam de peito aberto contra as

forças legalistas, formadas em quadrados, aos gritos de "Viva o Conselheiro!". O chefe dos jagunços era João Grande⁷¹.

O número de baixas crescia sem cessar, principalmente do lado dos revoltosos. A munição da coluna escasseava, tanto a da Art como a de Inf. Fazia-se sentir a carência de víveres e a fraqueza dos animais de carga, quase sem condições para tracionar a artilharia. O comandante da expedição, em plena luta, reuniu os oficiais em conselho de guerra para opinar sobre a melhor alternativa a tomar - prosseguimento da missão ou retirada, em vista das grandes dificuldades que se apresentavam. Por unanimidade, lavrada em ata, optou-se pela retirada, desde que não fossem abandonados feridos, equipamento e armamento. Julgou-se conveniente que os mortos fossem enterrados.

Do debate no conselho ressaltaram os seguintes aspectos:

- Os jagunços possuíam elevado número de combatentes cujo conhecimento do terreno e fanatismo compensavam a inferioridade de armamento;
- A ocorrência de baixas não arrefeceu o ímpeto dos rebeldes;
- A força legal não se alimentava desde o dia 17 e estava na iminência de ver seu estoque de água esgotado; a pequena lagoa existente nas proximidades estava atulhada de cadáveres; e
- As dificuldades de suprimento e de remonta se agravariam ainda mais, tornando impossível o prosseguimento da ação e mais tarde poderiam dificultar a retirada, acarretando a destruição da coluna.

Não obstante os resultados das refregas, atestados pelo elevado número de baixas causadas aos fanáticos, a coluna Febrônio rompeu o cerco e retraiu para Monte Santo. O retraimento foi em perfeita ordem, principalmente consideradas as péssimas condições de suprimento e de remonta, mas a retirada foi trágica. Sem água e sem alimentos, a coluna ainda foi atacada pelos jagunços chefiados por Pa-jeú, inclusive tendo mortos por pedras lançadas de posições mais altas. O último ataque foi em Bendegó de Baixo. Mas a coluna chegou salva em Santo Amaro em 23 Jan 1897 em estado deplorável, lamentando 10 mortes.

O insucesso no cumprimento da missão causou grande mal-estar e obteve enorme repercussão, de norte a sul do país. Ainda não bem solidificados os alicerces, a jovem República viu crescer desde aí o espectro que punha em risco sua existência.

⁷¹ Foi um dos principais guerrilheiros de AC. Tinha fama de manejar bem o facão nas lutas. Era corpulento, cara chata, barba curta; morreu despedaçado por uma granada.

A opinião pública nacional ficou alarmada. Foi divulgado que Canudos era um reduto monarquista ligado aos partidários da restauração monárquica em São Paulo e Rio. O Cel Antonio Moreira César (07 Jul 1850 - 04 Mar 1897) foi nomeado Cmt da Terceira Expedição, formada por 1.300 homens de todas as armas.

A Expedição Antônio Moreira César - 3ª Expedição

As circunstâncias exigiam uma expedição melhor preparada. Para isso foi convidado o Cel Antônio Moreira César, recém-chegado de Santa Catarina, onde participara da luta e da pacificação contra os revoltosos de 1893. Era um dos mais distintos oficiais do EB. Profissional competente, dedicava-se ao trato de assuntos puramente militares o que lhe dava confiança nas decisões. A retidão de caráter, moral elevada e altivez o mantinham no caminho do dever.

As experiências dos insucessos anteriores não foram, entretanto, devidamente apreciadas, tanto pelo governo federal como pelo comandante da nova expedição. O governo, embora reconhecendo a importância da campanha, negligenciava o fornecimento de recursos adequados; o armamento (fuzis Mannlicher e Comblain) estava em mau estado e a cadeia de suprimentos simplesmente não existia.

Moreira César era impetuoso. Chegando a Salvador em 06 Fev 1897, partiu no dia seguinte para Queimadas, tendo tomado conhecimento do adversário pelas informações oficiais, mas desprezando as experiências anteriores, em especial da coluna do Major Febrônio de Brito. Já se falava em uma possível fuga de AC de Canudos.

A expedição foi constituída por três batalhões de Infantaria, um esquadrão de Cavalaria, uma bateria de Artilharia e de pequeno contingente da força policial estadual. Conforme Bento, 2014, p. 125:

3ª Expedição: duração de 6 Fev a 4 Mar 1897. Tropa: uma brigada com cerca de 1.300 homens, 7º BI (Rio), 9º BI (Salvador), 16º BI (São João d'El Rei), uma Bateria do 2º RAC (Rio), um Esquadrão do 9º RC (Rio) e 157 soldados da PMBA. Armamento: Fuzis Mannlicher e Comblain e seis canhões Krupp. A expedição fracassou em 4 Mar 97, após a morte do comandante. Houve debandada geral para Queimados. Mortos: 13 Of e 53 Sd do EB e 50 soldados da PMBA; um total de 126 mortos.

O 7º BI era comandado pelo Major Rafael Augusto da Cunha Matos; o 9º BI, pelo Cel Pedro Nunes Batista Ferreira Tamarindo; e o 16º BI, pelo Cel Francisco Agostinho de Melo Souza Menezes. Conforme Al-

meida (1959, p. 549), Moreira César dispunha de 15 milhões de cartuchos de fuzil e 70 tiros de Art.

No sertão, a vitória dos jagunços sobre a coluna Febrônio confirmou os poderes de AC, provocando um afluxo dos mais diversos tipos humanos na direção de Canudos, desde os pequenos criadores e vaqueiros crédulos até os sanguinários facínoras sertanejos. Alguns eram atraídos pelo misticismo, outros buscavam um abrigo seguro contra a lei.

A 17 Fev, o Cel Moreira César seguiu com a expedição para Monte Santo, onde chegou em 18, deixando em Queimadas uma pequena guarnição. Neste dia, Moreira César sofreu uma síncope, tratada pelo Cap médico Dr. Everaldino, o qual aplicou-lhe um sinapismo (cataplasma de mostarda). A suspeita, depois confirmada, era de epilepsia.

Em 23 Fev, a coluna partiu para Cumbe e depois Fazenda Cajazeira, onde acampou. A 26, seguiu para Serra Branca e depois Fazenda Rosário. Em 02 Mar seguia para Rancho do Vigário, sempre hostilizada e vigiada pelos guerrilheiros de AC.

As Operações de Combate

Em Monte Santo foi montada uma base de operações guarnecida por 80 praças, sob as ordens do Cel Souza Menezes, um dos comandantes de batalhão. Moreira César dirigiu-se para Rosário, onde acampou no dia 26 Fev. A 02 Mar, conduziu a coluna para a região de Rancho do Vigário, equidistante 20 Km de Rosário e Canudos. Após um descanso que se fazia necessário, na manhã de 04 Mar, inesperadamente, Moreira César decidiu atacar Canudos.

A 6 Km de Canudos, Moreira César determinou dois tiros de Art 75 mm sobre a cidadela, o que denunciou a posição de sua coluna e despertou a atenção do inimigo. Em seguida, a Art foi deslocada para um local a 800 m do reduto central de AC. A tropa estava cansada, depois de 20 Km de marcha. Mas Moreira César decidiu atacar. Às 1100 h estava pronto o dispositivo, no alto do Morro Favela, para o ataque.

Na manhã de 03 Mar, Moreira César avançou o 7º BI pela esquerda do objetivo e os 9º e 16º BI em ataque frontal. A tropa da PMBA protegia o seu flanco esquerdo. A Cavalaria foi colocada na estrada para Jeremoabo. A ordem era para não atirar. Moreira César queria atacar à baioneta. O 7º conseguiu tomar a Igreja Velha e mais 11 casas.

Mas, no interior das vielas e casebres fragmentou-se a coluna atacante, prejudicando a ação de comando. A luta passou a ser travada em pequenas frações, com todo tipo de armas, desde as de fogo até

facas, punhais, facões e porretes, numa luta feroz pela posse de cada casa.



Fonte: <https://www.alamy.com/canudos-cartografico-plano-de-operacoes-de-guerra-no-estado-da-bahia-image228818999.html>

O 9º conseguiu invadir as outras duas igrejas e causou um rombo na linha de defesa inimiga. Recuou em seguida, por falta de munição.

Em determinado momento Moreira César, sentindo a necessidade de uma ação de comando mais cerrada, já que a tropa estava dispersa pelo povoado, decidiu dirigir-se à frente, recebendo, às 1500 h, um tiro de Comblain no ventre. Quando, ainda a cavalo, retirava-se para a retaguarda, foi ferido novamente. Na falta de um comandante enérgico e com os predicados do Cel Moreira César, a situação haveria de piorar, apesar da existência de chefes capazes. Às 1700 h, a situação da tropa legalista era insustentável. Às 1900 h, foi dado o toque de “Retirar”, iniciando-se assim o retratamento dos atacantes, que se concentraram novamente em Fazenda Velha.

O estado de ânimo da tropa estava baixo e se agravava com o ferimento do comandante. Assumiu o comando, como mais antigo comandante de batalhão, o Cel Pedro Nunes Batista Ferreira Tamarindo (1837-1897). Estava recebendo um encargo superior às suas forças.

Enfermo Moreira César, com ferimentos graves e desconhecendo a extensão do desastre, insistia para que se fizesse ainda novo ataque. Sua insistência se prolongou até sua morte na madrugada de 04

Mar⁷². Tamarindo decidiu efetuar a retirada da coluna para Rosário, a fim de reorganizá-la para realizar outra investida.

A desastrosa retirada

Na madrugada de 04 Mar 1897, quando se iniciava o movimento para a retaguarda, a coluna foi cercada pelos jagunços e atacada, aos gritos. Tornou-se impossível controlar a tropa que se diluía na caatinga, em busca de salvação, abandonando tudo. As peças de artilharia comandadas pelo capitão Salomão da Rocha, que defendiam a retaguarda, constituíam o único elemento organizado contra os insurretos. Isolada, no entanto, na região de Angico, a fração foi envolvida pelos fanáticos, e os artilheiros, combatendo sempre, foram chacinados junto dos canhões que não abandonaram. O Cap Salomão foi morto a golpes de foice, ainda abraçado a uma das peças.

Sentindo a situação aflitiva na retaguarda da coluna, o Cel Tamarindo tentou reunir meios para defender a Art e deter a fuga dos soldados. Não o conseguiu, encontrando também a morte em Angico.

Cessada qualquer resistência organizada, os revoltosos dizimaram os remanescentes da coluna. Aqueles que não puderam escapar encontraram morte cruel nas mãos dos fanáticos. Os mortos no caminho foram decapitados e queimados pelos jagunços.

A perseguição prolongou-se até Rosário, ao cair da noite. Os sobreviventes dirigiram-se a Monte Santo onde, diante da notícia do insucesso, a guarnição da praça abandonou-a, deixando grande volume de material bélico que foi, em parte, recuperado mais tarde. O Cel Souza Menezes já havia retraído para Queimados.

Nesta altura, já haviam tombado, além de Moreira César e Tamarindo⁷³, os capitães Salomão e Joaquim Quirino Vilarinho, os tenentes Pires Ferreira (o mesmo da 1ª expedição) e Policarpo da Costa e os Alferes Hipólito Daniel de Carvalho, Tavares, Poli Coelho, Trajano e Vanique de Matos (Almeida, 1959, p. 552).

⁷² Conforme Pedro Calmon (1959, vol. 6, p. 2007), na retirada o Cel Moreira César foi inicialmente carregado a ombros mas, quando a marcha se transformou em debandada, ele foi largado “à beira do caminho, como um fardo”.

⁷³ Tamarindo foi morto por um tiro quando cruzava a galope o Córrego do Angico. Antes de morrer determinou que o Major Cunha Matos assumisse o comando. O corpo do Cel Tamarindo foi deixado no local. Foi empalado pelos insurretos num galho seco de angico, braços e pernas pendidos, oscilando com o vento. O objetivo era o de causar medo às futuras tropas que voltassem a atacar o arraial (Almeida, 1959, p. 553).

Moreira César foi culpado pela derrota, depois reabilitado e, finalmente, o peso da culpa foi para o seu estado de saúde mórbido, a epilepsia. Entretanto, ele “menosprezou o número e a bravura (fanatismo) dos sertanejos a quem ia combater” (Idem, p. 553).

No centro do país radicais republicanos atacaram jornais e partidários do movimento restaurador da monarquia.

A 4ª e última expedição - Gen Artur Oscar de Andrade Guimarães

Se os insucessos das expedições anteriores calaram profundamente no espírito dos republicanos, o desastre inequívoco da expedição Moreira César significou, para todo o país, uma grande catástrofe. Havia indignação e pasmo em toda parte. Eclodiram distúrbios civis no Rio de Janeiro. O desastre permanecia incompreendido pela maioria. Era preciso uma explicação para fracasso de tal envergadura. As instituições republicanas pareciam estar em jogo e corriam sério perigo perante a opinião pública, que atribuía ao movimento de Canudos intuitos restauradores da monarquia. Na capital baiana as autoridades alarmaram-se com as notícias de um iminente sítio a Salvador pelos fanáticos que, entretanto, não foram além de Monte Santo.

O governo federal viu-se na contingência de organizar nova expedição com a máxima urgência. Para comandá-la foi consultado o Gen Artur Oscar de Andrade Guimarães (03 Mai 1850 - 29 Jul 1903), então Cmt do 2º Distrito Militar, com sede em Recife, que respondeu "Sim. Viva a República!" e dirigiu-se o mais rápido possível para Queimadas, então base de operações, onde chegou a 27 Mar 1897.

A Ordem do Dia nº 1 definiu que a organização da expedição seria com base nos batalhões que estavam chegando à Bahia por determinação do Ministro da Guerra, Gen Francisco de Paula Argollo. Começou-se a preparar 17 Batalhões de Infantaria, inclusive com os remanescentes do 7º, do 9º e do 16º BI, que se encontravam em Queimadas em reorganização, mais um R Art e uma ala de cavalaria.

O plano do Gen Artur Oscar previa um duplo movimento na direção de Canudos. Uma coluna sairia de Aracaju, sob o comando do Gen Cláudio do Amaral Savaget, dirigindo-se a Canudos através de Jeremoabo; a outra coluna, do Gen João da Silva Barbosa, operaria a partir de Monte Santo, junto à qual se deslocaria o comandante em chefe. A junção para o ataque foi marcada para 27 Jun na região de Canudos. Conforme Almeida (1959, p. 555) com este plano não seria possível “cercar o arraial. Deixava ao inimigo muitos caminhos por

onde se escoasse... [...] se houvesse uma terceira coluna [...] completaria o cerco”. Conforme Bento, 2014, p. 125:

4ª Expedição: duração de 6 Mar a 6 Out 1897. Força de 10.000 homens. Comandantes originados do RS, ou seja, os já Generais Artur Oscar, Claudio do Amaral Savaget e Carlos Maria da Silva Teles; os Coronéis Thomaz Thompson Flores, João César Sampaio e Donaciano de Araújo Pantoja; e o Ten Cel Antonio Tupy Ferreira Caldas. O comando coube ao Gen Artur Oscar de Andrade Guimarães. Expedição dividida em duas colunas, sendo uma comandada pelo Gen João da Silva Barbosa (1ª, 2ª e 3ª Bda) e outra pelo Gen Savaget (4ª, 5ª e 6ª Bda). [...] Participaram da expedição as seguintes unidades da 3ª RM: 4º BI (São Gabriel); 12º BI (Rio Grande); 28º BI (Rio Pardo); 29º BI (Pelotas); 30º BI (Porto Alegre). [...] 25º BI (São Paulo - que estava em Porto Alegre); 31º BI (São João d’El Rey - que estava em Bagé); 32º BI (Vitória, ES - que estava em São Gabriel); 35º BI (Teresina, que estava em Rio Grande); e 2º BE (posteriormente 1º B Fv, Lages, SC).

Esta organização passou por várias alterações ao longo da campanha. A partir de 05 Abr, quando o Gen Savaget chegou a Queimadas, a organização passou a ser a seguinte: 1ª Bda: 7º, 14º e 30º BI, sob o comando do Cel Joaquim Manuel de Medeiros; 2ª Bda: 16º, 25º e 27º BI, sob o comando do Cel Ignacio Henriques de Gouveia; 3ª Bda: 5º e 9º BI e 5º RC, sob o comando do Cel Antonio Olimpio da Silveira; 4ª Bda: 12º, 31º e 33º BI, mais um R Art, sob o comando do Cel Carlos Maria da Silva Teles; 5ª Bda: 34º, 35º e 40º BI, sob o comando do Cel Julião Augusto de Serra Martins; e 6ª Bda: 26º, 32º BI e uma Bia Art, sob o comando do Cel Donaciano de Araújo Pantoja.

Em 09 Abr, aportou em Salvador uma força naval sob o comando do Contra-Alm Carlos Frederico de Noronha para, se fosse o caso, apoiar as operações contra Canudos.

Os preparativos para a campanha

A fim de assumir o comando da 2ª coluna, o Gen Savaget partiu para Aracaju no início de abril. Na área já se encontravam a 4ª Bda, sob o comando do Coronel Carlos Maria da Silva Teles; a 6ª Bda, sob o comando do Cel Donaciano de Araújo Pantoja; e a 5ª Bda, sob o comando do Cel Julião Augusto de Serra Martins.

A par do constante treinamento a que submetia a tropa, preocupava-se também o General Savaget com o problema do apoio logístico,

em face da precariedade de meios. Foi atribuído ao Coronel Sebastião da Fonseca Andrade, da Guarda Nacional, o encargo de prover o abastecimento da coluna até Canudos. Enormes dificuldades logísticas de abastecimento e remuniciamento se fizeram evidentes. Havia também problemas de instrução, adestramento e fardamento. Um canhão Withworth 32, de 1,7 ton, foi incorporado à uma das colunas. Para rebocá-lo eram necessárias 20 juntas de bois. E assim transcorreram três meses de preparativos, tempo precioso para AC.

Estes problemas só seriam resolvidos com a presença na Área de Operações, do próprio Ministro da Guerra.

Tudo providenciado, o Gen Arthur Oscar, acompanhando a 1ª coluna, iniciou o deslocamento para Monte Santo a 14 Abr. Mais de um mês depois, a partir de 22 Mai, a 2ª coluna se deslocou para Jeremoabo, ponto de concentração para a marcha sobre Canudos.

A situação da 1ª coluna era satisfatória, em consequência da acertada decisão do General Artur Oscar de estabelecer depósitos em Queimadas e Monte Santo, com suprimentos adequados ao apoio da expedição, em uma região carente de todos os recursos. A responsabilidade pelo empreendimento foi entregue ao Cel Manuel Gonçalves Campelo França, do Corpo de Engenheiros, que desde logo se viu a braços com problemas gigantescos.

A deficiência de meios de transporte, a falta de pasto para os animais e outros fatores adversos cada vez mais dificultavam à primeira coluna alcançar as metas previstas, inclusive a construção de uma linha telegráfica, ligando Queimadas a Monte Santo, a cargo do Ten Cel Antônio José Siqueira de Menezes. Não fosse a sua dedicação, zelo e capacidade de trabalho, essa ligação não teria sido concluída em junho. No dizer de Euclides da Cunha

"o Tenente-Coronel Menezes era o olhar da expedição. Oriundo de família sertaneja do norte e tendo até próximos colaterais entre os fanáticos, em Canudos, aquele jagunço alourado, de aspecto frágil, física e moralmente brunido pela cultura moderna, a um tempo impávido e atilado - era a melhor garantia de marcha segura. E deu-lhe um traçado que surpreendeu os próprios sertanejos".

A maior parte da 1ª coluna se encontrava em sua Z Reu, na região de Monte Santo. Compunha-se da 1ª Bda, sob o comando do Cel Joaquim Manoel de Medeiros, com três BI, estacionados em Cumbe; pela 2ª Bda, do Cel Ignácio Henriques de Gouveia também com três BI e

pela 3ª, do Cel Antônio Olímpio da Silveira, com dois BI e o 5º R Art, estacionados em Massacará, 30 km a leste de Monte Santo.

A partida da primeira coluna

Após algumas delongas no aprovisionamento que exigiam a presença do Gen Artur Oscar em Queimadas, finalmente a 14 Jun a primeira coluna iniciou o deslocamento com a 2ª Bda, partindo de Monte Santo, debaixo de forte chuva. Em dois dias de marcha através do sertão atingiu Caldeirão Grande, inclusive o canhão Withworth, e aguardou a chegada das outras duas brigadas.

Nessa ocasião já se sentia a deficiência de víveres, porque a coluna do Cel Campelo França, que se deslocava à retaguarda, protegida pelo 5º Corpo de Polícia, ainda não chegara. A situação melhorou em Aracati com a chegada de alguns cargueiros vindos de Cumbe.

A 25 de junho, a vanguarda atingiu Rosário, quando recebeu as primeiras notícias da 2ª coluna, que se havia deslocado fracionada a fim de melhor poder aproveitar os recursos locais durante o trajeto; suas facilidades eram bem superiores às da primeira, não somente na parte de alimentação como na hospitalidade do povo sergipano.

A marcha da segunda coluna - Gen Savaget

O último grupamento da 2ª coluna, constituído pelo comando e pela 5ª Bda, chegou a Simão Dias a 27 Mai, de onde na véspera saíra a 4ª Bda, grande-unidade precursora da coluna, com destino a Jeremoabo, alcançada a 30 do mesmo mês. Finalmente, a 8 Jun toda a coluna Savaget se encontrava em Jeremoabo, em boas condições, lá permanecendo até 16 de junho. Tinha 2.350 homens, duas peças Krupp e vários comboios de munição e comida. A partir de Jeremoabo o terreno passava a ser árido e desolado por todo o restante do percurso. Era o domínio dos fanáticos. Savaget concedeu autonomia operacional a seus Cmt Bda.

No dia 24, a coluna passou por Serra Vermelha, quando aprisionou dois jagunços: ao prosseguir, na manhã seguinte, rumo a Cocorobó, a vanguarda (4ª Bda - Cel Silva Teles⁷⁴) teve o primeiro contato com os fanáticos emboscados nas serranias da região (a seguir).

⁷⁴ Silva Teles organizou um Esqd de lanceiros do tipo usado no RS e o empregou nos reconhecimentos e para arrebanhar gado para abate (Bento; Giorgis, 2016, p. 307).

O Combate de Cocorobó

Este combate teve início em 25 Jun com o encontro entre os insurretos e a vanguarda da coluna, constituída pelo Esqd de lanceiros, que tentou mas não conseguiu ultrapassar os rebeldes, bem abrigados em linha de trincheiras, formando um anfiteatro que bloqueava o prosseguimento da tropa.

A 4ª Bda (vanguarda) avançou e desdobrou-se. Os revoltosos sustentaram o fogo. Uma companhia do 12º BI, comandada pelo Cap Büchele realizou um movimento envolvente, forçando o retraimento dos jagunços para os cerros mais distantes, mas eles continuaram a tentar obstruir o prosseguimento da coluna, apesar dos fogos de artilharia que batiam suas posições. Conforme o Gen Savaget, a situação era grave, com muitas baixas, após três horas de acirrado combate.

Carga de baionetas

Urgia uma solução para acelerar a marcha. Após conferenciar com os Cmt Bda (4ª e 5ª), decidiu o Gen Savaget conquistar as trincheiras dos rebeldes mediante ataque frontal com assalto à baioneta, por sugestão do Cel Carlos Teles. O dispositivo foi tomado com a 4ª Bda pela ala direita, a 5ª pela esquerda e o Esqd de lanceiros pelo intervalo central. Prontas as unidades de primeiro escalão, comandante e oficiais à frente, ouviu-se o toque de avançar e, juntamente com os demais, avançaram o 12º e o 31º BI da 4ª Bda, em direção à várzea, de onde lançaram-se em direção ao inimigo. Sob uma chuva de fogo, os soldados lograram desalojar os jagunços, os últimos a ponta de sabre.

As alturas de Cocorobó foram conquistadas com 168 baixas, com 27 mortos (dois oficiais). O próprio Gen Savaget foi ferido no ventre⁷⁵. Foi a vitória, conquistada pelos BI do RS, trazidos a Canudos pelo Cel Carlos Teles (Almeida, 1959, p. 559).

A coluna prosseguiu de Cocorobó a 26 Jun, precedida agora pela 6ª Bda, sofrendo em todo o trajeto a inquietação dos fanáticos. Neste mesmo dia acampou em Trabubu, quatro Km a leste de Canudos, tendo ainda em volta a jagunçada feroz que buscava, em arrojadas tentativas, surpreender os postos avançados durante a noite. Os BI (33º e 39º) sofreram então um violento ataque. O contra-ataque foi à baioneta, mas os jagunços obtiveram êxito, conseguindo eliminar quase que

⁷⁵ O agravamento dos ferimentos do Gen Savaget obrigou-o a abandonar Canudos.

por completo uma das companhias do 39° BI. Foram então acionadas as outras duas Bda, que contra-atacaram também à baioneta. Mas o inimigo havia desaparecido. As perdas foram grandes: 40 mortos, entre os quais seis oficiais, inclusive o Cmt do 12° BI, Cel Tristão Supupira de Alencar Araripe (1847-1897)⁷⁶, que morreu já em Canudos. Este foi o Combate de Macambira. De Cocorobó a Macambira o total de baixas foi de 327.

Retomada do deslocamento da primeira coluna

A campada em Rosário, a primeira coluna tomou conhecimento do combate de Cocorobó. A 26 de junho, o Gen Arthur Oscar resolveu prosseguir, mandando comunicar ao Gen Savaget que no dia seguinte, à tarde, esperava encontrá-lo em Canudos.

O deslocamento foi demorado, principalmente por causa do terreno acidentado e pedregoso, quando não arenoso. Bem mais atrás, fora da proteção da 1ª Bda, que seguia à retaguarda vinha, bastante atrasada, a coluna do Cel Campelo França.

O primeiro combate da Coluna Arthur Oscar

O contato inicial da primeira coluna com os jagunços ocorreu no dia 26 Jun, quando o 25° BI foi detido por eles, na região de Angico. Esta unidade, que vinha na vanguarda e era comandada pelo Ten Cel Emídio Dantas Barreto, desdobrou-se e se engajou em combate. Evitando serem cercados, os jagunços cederam terreno e a posição foi conquistada. A partir de Angico a coluna passou a ser constantemente hostilizada, em particular na região de Umburanas.

Fiel ao seu compromisso, o Gen Arthur Oscar prosseguiu o deslocamento até o Alto da Favela, a 1.200 metros de Canudos, que foi dominada somente ao entardecer pelo 25° BI com o apoio do 5° R Art. Em face da resistência dos jagunços, a progressão só se tornou possível graças a cargas de baioneta e ao fogo das armas individuais. Na região de Favela, à noite, os legalistas estenderam-se pelo terreno, ECD manter o objetivo conquistado, com a 3ª Bda à esquerda e a 2ª à direita. A 1ª não alcançou a posição naquela noite.

Em 27, o Gen Arthur Oscar chegou ao Alto da Favela, onde “hastelou a bandeira da República e deu uma salva de 21 tiros sobre o reduto

⁷⁶ Supupira morreu com 50 anos. Era cearense de Maranguape e veterano do Paraguai.

de AC” (Almeida, 1959, p. 557). Mas os jagunços continuavam atirando. Quando afinal cessou, a tropa legal contou 20 mortos e 55 feridos.

Em 28 Jun, a tropa estava pronta tendo, à esquerda, a 3ª Bda e, à direita, a Art do Cel Antonio Olímpio da Silveira. À Rg, a 2ª e 1ª Bda. Ao primeiro tiro de Art, os jagunços revidaram com um violento tiro-teio⁷⁷. A seguir, caíram sobre a tropa, desbaratando-a, e sobre os canhões, quando conseguiram eliminar metade dos oficiais e suas guarnições. O Cmt Art, Cel Olímpio, manteve-se firme na posição. Enquanto isso, a 3ª Bda (Cel Thomaz Thompson Flores), com o 7º BI na Vg (Maj Rafael Augusto da Cunha Matos), avançou sobre Fazenda Velha.

As atividades da segunda coluna

Em vista da informação de que só mais tarde a primeira coluna chegaria a Canudos, no dia 26 de junho, como vimos, a segunda coluna acampou em Trabubu e na manhã seguinte continuou a marcha, passando a enfrentar o inimigo disposto em posições sucessivas, até o arraial. A 6ª Bda, na vanguarda, investia sobre as linhas rebeldes e, a cada aumento de resistência, soavam os toques de carga e os soldados arremetiam contra as defesas interpostas.

Nos combates de Trabubu e Macambira, que terminaram ao anoitecer de 27, o desfalque nas fileiras governistas foi de 150 baixas, incluindo a morte do Ten Cel Sucupira. Na noite de 27 para 28, as forças acamparam em Macambira e, enquanto ao longe se ouvia o canhoneio e a fuzilaria da primeira coluna, ultimavam-se os preparativos para a investida final sobre Canudos, que não chegou a ocorrer.

Em socorro à primeira coluna

Na manhã do dia 28 Jun, na iminência de se lançar ao ataque, Savaget recebeu um mensageiro com ordens do comandante-em-chefe para que avançasse incontinenti em auxílio da 1ª coluna, porque a munição estava esgotada e as perdas em pessoal eram muito grandes; que pelo menos, em último caso, mandasse alguma munição.

Confirmada a mensagem, a coluna infletiu para a esquerda e, realizando marcha de flanco com a 5ª Bda na vanguarda e tendo seus flancos e retaguarda fortemente hostilizados, dirigiu-se para Favela, ao

⁷⁷ Cfe o Gen Rocha Almeida (1959, p. 557) “a chuva de balas impressionou o próprio Cmt da Expedição. Nem o Gen João da Silva Barbosa, em cinco anos no Paraguai, tinha visto coisa igual”.

encontro da 1ª coluna, que enfrentava a maioria dos rebeldes conselheiristas.

A 1ª coluna (Silva Barbosa) encontrava-se desde cedo sob o fogo dos insurretos, cercada em terreno desabrigado, recebendo tiros sem poder vislumbrar os adversários. A cada movimento os rebeldes desencadeavam uma saraivada de balas que ceifavam inúmeras vidas. Tudo isso era agravado pelo fato de estar a coluna Campelo cercada em Umburana; apesar de tenazmente defendida pelo 5º Btl de Polícia, estava impossibilitada de fazer chegar à frente a necessária munição, o que obrigara ao chamamento da coluna Savaget. Este, enviou a coluna inteira pela esquerda, chegando à favela às 1100 h de 28 Jun.

Depois da junção das duas colunas, a 5ª Bda se deslocou para a retaguarda, rompeu caminho à viva força, conseguiu estabelecer contato com a coluna Campelo ao entardecer, recuperar a maior parte da munição que havia sido tomada pelos insurretos e retornar à Favela pela madrugada. A munição de Art já havia sido esgotada.

Na manhã de 29, houve uma tentativa frustrada da 3ª Bda de ocupar a região de Fazenda Velha, que resultou na morte⁷⁸ de seu comandante, Cel Thomaz Thompson Flores, além de inúmeras baixas, deixando a certeza de que não era o melhor acesso a Canudos. Um ataque de surpresa realizado pelos fanáticos pelo flanco esquerdo da posição onde se encontravam quatro batalhões foi repellido à baioneta.

O espectro da fome e a conquista das primeiras casas do arraial

A situação da tropa quanto à alimentação era bastante precária. O pouco que vinha com a coluna Campelo fora perdido. Segundo algumas informações, os víveres necessários vinham em uma coluna que se aproximava da área. O Gen Arthur Oscar determinou o deslocamento da 1ª Bda (7º, 14º e 30º Batalhões de Infantaria) em direção a Rosário, para auxiliá-la. Antes de chegar a Rosário a Bda foi emboscada pelos jagunços. A coluna com os víveres não foi encontrada. O Cel Joaquim Manoel de Medeiros, comandante da 1ª Bda, decidiu prosseguir até Monte Santo, sem conseguir notícias do comboio. Resolveu então reunir algumas reses e gêneros alimentícios na localidade, cujos habitantes eram adeptos de Antônio Conselheiro.

⁷⁸ Conforme Almeida (1959, p. 557) o Cel Thompson quis vingar a derrota da expedição anterior, e “galopou até a frente de sua Bda e desmontou, assumindo o Cmdo da Linha de Fogo”. Ao levantar para um novo lanço foi abatido com um tiro no peito.

Por outro lado, em Favela, a tropa sofria um ataque “sui generis”, desencadeado na manhã de 01 Jul. Um grupo de revoltosos, munido somente de alavancas e marretas, dirigiu-se às posições da artilharia, a que chamavam de "Burra Preta" ou "Fogo de Rodas", com o fito de destruí-las, tal o estrago que produzia no arraial. Euclides da Cunha, em Os Sertões, diz que "o ódio votado aos canhões que dia a dia lhes demoliam os templos, arrebatara-os à façanha inverossímil, visando à captura e à destruição do maior deles, o Withworth 32, a matadeira, conforme o apelidavam". O 31° BI, que naquele dia protegia as peças, exterminou os atacantes. Somente um deles obteve fugir.

O grande problema da força expedicionária era a falta de gêneros alimentícios, pairando constante a ameaça da fome. Os jagunços continuavam fustigando os acampamentos de posições dominantes e cobertas. Arthur Oscar não podia avançar nem recuar suas tropas.

O retorno da 1ª Bda a 13 Jul, com os poucos recursos obtidos, proporcionou alento à tropa e o comandante em chefe decidiu realizar, a 18 Jul, um assalto sobre Canudos. A coluna atacante, do Gen Silva Barbosa, ficou constituída pelas Brigadas 1ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª, pela Ala de Cavalaria, pela 4ª Bia do 5° R Art e pelo 5° Btl de Polícia. Em Favela, com o Gen Savaget, estavam a 2ª e a 7ª⁷⁹ Brigadas, além do 5° R Art.

Escolheram-se como posições de ataque as antigas posições da coluna Savaget; houve uma intensa preparação de artilharia e 3.349 homens lançaram-se à conquista da cidadela na madrugada. Quando os exploradores passaram o rio Vaza-Barris rompeu o fogo inimigo. Era grande a resistência oferecida pelos fanáticos; ela aumentava à medida que os defensores iam sendo comprimidos contra o casario. Na Vg estava uma Cia do 30° BI. As forças governistas também sofriam baixas. Os Cmt Btl procuravam animar os soldados. Percebia-se que o fim se aproximava. O Gen Arthur Oscar ordenara mais uma vez o toque de avançar e carregar. Gritos de entusiasmo e vivas à República ecoavam por montes e quebradas. Em poucos instantes, de um extremo a outro, numa avançada impetuosa, a linha de atacantes precipitou-se sobre Canudos. O ataque ficou confuso pela ação dos revoltosos. O Gen Cmt mantinha em reserva somente a 6ª Bda. Às 0800 h a situação era grave. No flanco direito, o esquadrão de lanceiros esmagou à ponta de lança um numeroso grupo de jagunços que, numa manobra de envolvimento, pretendia investir sobre a retaguarda da for-

⁷⁹ Comandada pelo Cel Pedro Antonino Nery (1842-1904), filho da enfermeira Ana Nery, heroína da Guerra do Paraguai. Chegou à área em 19 Jul 1897 (33° e 34° BI).

ça atacante. Os rebeldes já haviam assimilado as técnicas militares adotadas pelos legalistas.

Reuniram-se os Cmt Bda. Foi ferido o então Cmt da 2ª coluna Cel Julião Serra Martins e, gravemente, no braço o Cel Carlos Teles. No local, morreu o Cmt do 5º BI Cap Antônio Nunes de Sales.

O Gen Arthur Oscar informou ao Min Guerra que só dispunha de 2.600 homens e necessitava mais cinco mil. No dia 19 Jul ele informaria que o total de baixas estava em 1.737. A única opção tática de Arthur Oscar era manter as posições. E assim, passaram-se três meses.

A Linha Negra

Como vimos, ao anoitecer foi suspenso o ataque, que conquistara e destruíra cerca de 900 casas do arraial, provocando mais de mil baixas no inimigo. Os soldados entrincheiraram-se para passar a noite, na expectativa de reação dos insurretos, o que não ocorreu. As posições conquistadas balizaram à frente uma linha que, aperfeiçoada com o tempo, recebeu o nome de Linha Negra.

E então se tratou da reorganização das forças. O grande número de baixas e a certeza de que haveria sérias resistências a vencer originaram o telegrama do Gen Artur Oscar ao Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bitencourt. Começaram as providências para o envio de 12 batalhões. Mais uma Bda já estava em providências.

Enquanto se aguardavam os reforços, o problema da alimentação continuava atormentando a tropa, obrigando-a a fazer incursões em busca de alimento, inicialmente nas redondezas e depois cada vez mais longe, à medida que se iam esgotando os recursos próximos. O abastecimento de água era crítico; ela provinha de cacimbas cavadas no leito seco do rio Vaza-Barris e somente à noite podia ser colhida, se os jagunços não estivessem com domínio sobre a área.

A 24 Jul, os fanáticos, com grande habilidade e audácia, por três vezes tentaram contornar a Linha Negra para atacá-la pela retaguarda. A reação oportuna das unidades em reserva impediu o sucesso dos insurretos. Era a última ação ofensiva dos rebeldes nesta luta.

As condições precárias de atendimento dos feridos no local exigiam que fossem removidos. Um comboio partiu para Monte Santo conduzindo cerca de 600, entre os quais o Gen Savaget. Chegaram ao destino após cinco dias de sofrida marcha, através da caatinga, sem que os jagunços os importunassem.

A 15 Ago 1897 chegou a Canudos a brigada do Gen Miguel Maria Girard. Compunha-se dos 22º, 24º e 38º BI. Apesar de ter sido embos-

cada no Rancho do Vigário em 14 Ago, ter perdido dois oficiais, grande parte da carga e das reses, propiciou um reforço de 1.329 homens, entre eles novos oficiais para substituir os feridos e os mortos.

A situação dos suprimentos, que era incerta, bem como os claros nos efetivos, impediam o comandante-em-chefe de tomar qualquer decisão a respeito do prosseguimento das operações.

A intensificação dos fogos de artilharia, particularmente sobre as torres da igreja de Canudos, terminou por derrubá-las, para pasmo dos fanáticos e alegria das forças federais. Os primeiros sinais da derrota já se tornavam visíveis – era o abandono do arraial por grupos de jagunços em direção de Uauá e Várzea da Ema.

No dia 7 de setembro, uma força comandada pelo Cel Olímpio da Silveira e constituída pelo 27º BI e por um contingente do 5º R Art com um canhão, realizou um golpe de mão noturno sobre a posição de Fazenda Velha, conquistando-a e cerrando mais o dispositivo contra o arraial. O término da luta dependia agora do fechamento do cerco, impedindo a entrada de suprimentos e reforços pelas estradas de Cambaio, Uauá e Várzea da Ema.

Providências governamentais

O governo federal resolveu agir com energia e designou para a região de Canudos uma divisão com 2.914 homens e, principalmente, o próprio Ministro da Guerra Marechal Carlos Machado Bitencourt (1840-1818). O comando desta Div coube ao irmão do Gen Arthur Oscar o também Gen Carlos Eugênio de Andrade Guimarães. Os oficiais generais embarcaram no Rio de Janeiro em 03 Ago 1897 e chegaram a Salvador em 06 Ago.

Enquanto aguardava estas novas tropas o Gen Arthur Oscar reorganizou suas forças da seguinte maneira: 1ª coluna – Gen Bda João da Silva Barbosa, com a 1ª Bda (Major Aristides Rodrigues Vaz); 2ª Bda (Cel Ignácio Henriques de Gouveia); 3ª Bda (Ten Cel Emidio Dantas Barreto); e Bda Art (Cel Antonio Olímpio da Silveira). 2ª coluna – Cel Joaquim Manuel de Medeiros (interino), com a 4ª Bda (Cel Donaciano de Araújo Pantoja); 5ª Bda (Ten Cel Antonio Tupy Ferreira Caldas); e Contingente de Cav (Alferes João Batista Pires de Almeida).

Em breve, ele receberia mais 30 BI, além de unidades de outras armas. Em 27 Ago, o Gen Carlos Eugênio recebia o comando da 2ª coluna, liberando o Cel Joaquim Medeiros para o comando da 1ª Bda. (Almeida, 1959, p. 564). Em 07 Set, chegava a Monte Santo o Mar Bi-

tencourt⁸⁰ iniciando, de imediato, a organização de um “serviço inteligente e metódico de comboios” o que proporcionou “um relativo conforto à tropa, tirando-a da miséria, da fome e do desalento” (Idem), já que a partir de Queimadas seguiram os primeiros comboios regulares das Brigadas da chamada Divisão Auxiliar.

O fechamento do cerco

O Cel Antônio José de Siqueira Menezes, com os 22° e 34° BI, conseguira conquistar uma posição fortificada na serra do Cambaio, bloqueando mais uma via de acesso aos insurretos.

Um comboio de víveres dos fanáticos foi capturado e os reconhecimentos realizados constataram a diminuição de 20 Km no percurso para Monte Santo utilizando-se a estrada do Calumbi. O Cel Siqueira, para completar o assédio, conseguiu dominar as posições nas estradas para Uauá e Várzea da Ema. Completara-se o cerco de Canudos. A sorte voltara-se para as tropas federais e se agravava a situação dos sitiados. O Ministro da Guerra, em Monte Santo, o Mar Carlos Machado Bitencourt ocupava-se em remover o restante das dificuldades. Graças a seus esforços, comboios diários utilizando jegues e mulas já tinham resolvido o grave problema dos suprimentos, que tinha prejudicado todas as expedições. Eram, principalmente, água, comida e munição.

O assalto final

Em 25 de setembro, a linha de cerco, então sinuosa e extensa, foi regularizada e reduzida. Deste fato aproveitou-se o Cel Siqueira, em Fazenda Velha, e o Cel Sotero de Menezes, à frente da Brigada do Pará, para tentar acabar com a resistência rebelde, atacando o núcleo central da cidadela. O ataque foi bem-sucedido, mas os revoltosos, fortes em torno da igreja, no Santuário e nas imediações, detiveram a progressão. Os resultados, no entanto, foram proveitosos: os fanáticos tiveram mais de 300 baixas e cerca de mil casas foram tomadas, permitindo sensível redução da área cercada. Ao saber do sucesso da operação, o Gen Artur Oscar aprovou-a como fato consumado, embora não a tivesse previamente autorizado.

⁸⁰ A visão e o desempenho de Bitencourt em Canudos foram os principais fatores que o elegeram para Patrono da Intendência do EB, merecidamente. Veterano do Paraguai, destacou-se na Batalha do Avaí, quando foi promovido por bravura.

A chegada de um novo contingente - 4º, 28º, 29º e 30º BI - propiciou, juntamente com o 37º e as forças policiais do Pará, Amazonas e Bahia, a constituição de uma divisão auxiliar, sob o Cmdo do Gen Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, que comandava também a 2ª Bda.

A situação dos insurretos deteriorava-se cada vez mais. Corria a notícia de que AC havia morrido, o que aconteceu em 22 Set⁸¹.

O último ataque governista ocorreu a 01 Out 1897, com as 3ª e a 6ª Bda apoiadas pela Art e pelas demais forças em posição (5.871 homens). Depois de 20 minutos de preparação, soou o toque de infantaria-avançar, e logo depois o de carga. As duas brigadas avançaram em direção à igreja nova. No início, houve ausência de reação, mas inesperadamente o assalto foi bloqueado pela fuzilaria dos defensores, inclusive mulheres e crianças, abrigados em fossas e covas.

A 3ª Bda atingiu o objetivo, conquistando a igreja nova; a 6ª não conseguiu alcançá-la, mas tentou envolvê-la. O ataque cessou às 7 horas, em virtude do grande número de baixas. Por insistência do Gen Silva Barbosa, às 13 horas novos batalhões lançaram-se à luta. Nesta jornada, a mais renhida desde 18 de julho, os insurretos, em número de 500, viram-se encurralados em pequena área, sem possibilidade de se reabastecerem de água.

O Cmt da 5ª Bda, Ten Cel Antônio Tupy Ferreira Caldas⁸², foi mortalmente ferido, assim como o Maj José Moreira de Queiroz.

Uma nova linha de cerco foi estabelecida. Os defensores, longe de desanimarem, mantinham-se agressivos, lançando-se em grupos de 10 ou 12 combatentes contra as trincheiras, dispostos a perder a vida no combate ou mesmo entre as chamas que progressivamente iam destruindo as casas restantes. Muitos foram fuzilados ou degolados.

A 02 Out, Antônio Beatinho, remanescente dos 12 apóstolos de AC, procurou o Gen Arthur Oscar para ajustar a rendição. O Gen impôs a rendição incondicional. Por fim, depois de indecisões, foi aceita a rendição. Começaram a aparecer velhos, mulheres e crianças, desnudados e doentes. Alguns jagunços fanáticos assassinavam friamente os companheiros que pretendiam se entregar, como também tentaram, em furtivas incursões, contra a vida de alguns militares.

⁸¹ AC morreu por disenteria, agravada por um ferimento de estilhaço de granada. Localizado o cadáver, foi lavrada uma ata, a cabeça foi cortada e enviada para Salvador para o fim de estudos científicos (Almeida, 1959, p. 566).

⁸² Tupy Caldas foi exaltado na obra "Os Sertões"; texto transcrito em Bento; Giorgis, 2016, p. 308 apud CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.

Após a rendição ainda se ouvia a fuzilaria, de quando em quando interrompida para que grupos de rebeldes, no último extremo da miséria, viessem se render. A redução dos tiros marcava o fim da resistência. Quando, a 05 Out, as forças invadiram o reduto final, encontraram somente quatro sobreviventes, que, intimados à rendição, investiram contra os soldados brandindo machados e foram massacrados. Os jagunços não pediam misericórdia nem se rendiam porque isso seria uma “traição ao Conselheiro” (Litrento, 1998, p. 138).

Iniciado o regresso das tropas, a 6ª Bda permaneceu para remover os feridos e prisioneiros para Monte Santo. Canudos não se rendeu. Foi aniquilada e depois arrasada pela demolição das 5.200 habitações. Infelizmente, aconteceram excessos, não generalizados, e houve matança, inclusive de crianças, conforme Litrento (1998, p. 140).

Terminara a participação do Exército na defesa das instituições, enfrentando o fanatismo e o banditismo que durante alguns anos trouxeram a intranquilidade ao interior baiano. Cerca de cinco mil homens das forças legais morreram em toda a luta.

O Exército, por vezes, é criticado até hoje pelas suas ações em Canudos. Entretanto, conforme Oliveiros Litrento (1998, p. 38):

O Exército [...] instituição tendo por base a hierarquia e a disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, destina-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. Como poderia, se convocado, não combater Canudos?

Considerações finais

No campo militar, o principal aspecto da luta contra AC em Canudos foi a logística. Sem dúvida, as expedições anteriores à 4ª fracassaram por falta de um adequado suprimento e transporte. Não existe finalidade para o transporte se não há suprimento para transportar. Não adianta existir o suprimento se não há como transportá-lo. Este é o espírito da logística.

A um determinado momento da 4ª expedição, e já era a 4ª tentativa, falhou a logística e por pouco ela não foi derrotada. Salvou-a a visão do Mar Bitencourt, como já vimos, que obrou privilegiando não só o suprimento e o transporte mas também a segurança dos comboios. Estes, eram formados por colunas de burros de carga, animal que foi a base de transportes da 4ª Expedição e o elemento decisivo para a vitória. O Cel Bento lembra que durante a 4ª Expedição os militares se utilizaram do “arrebanhamento de gado espalhado pelo sertão para

alimentar” a tropa (Bento; Giorgis, 2016, p. 128). Na mesma obra, registra que foram introduzidos os reconhecimentos “que, pela 1ª vez, preveniram ataques de surpresa” (Idem), e que esta tática foi introduzida pelo Cel Carlos Teles em função da sua experiência na Revolta de 1893.

Os jagunços sempre se utilizaram dos recursos locais, porque o cotidiano deles era esse mesmo. E conheciam o território como ninguém, aguadas, relevo, vegetação, etc. E o EB não tinha uma logística organizada para uma situação de combate (Moura, 2010, p. 86). Em função do terreno, do inimigo e dos meios disponíveis, exigia-se uma adaptação de procedimentos. A tropa estava mal equipada, mal armada e mal fardada (Idem, p. 83/84).

De modo geral, as operações contra Canudos careceram de prévio planejamento, organização e mobilização. Não houve uma avaliação correta sobre a o inimigo e suas possibilidades. Os executantes não foram os culpados pelos insucessos (Ibidem, p. 83).

O Gen Arthur Oscar agiu certo ao optar pelo cerco a Canudos, tendo empregado, principalmente, os princípios de guerra da Massa, Ofensiva, Manobra, Unidade de Comando, Segurança, Objetivo e Simplicidade (Moura, 2010, p. 86). Moreira César não fez isso.

Em relação ao preparo das tropas, conforme o Cel Cláudio Moreira Bento em Bento; Giorgis (2016, p. 311), no final do Sec. XIX o Exército estava tomado pelo bacharelismo⁸³, em detrimento dos desprezados tarimbeiros⁸⁴, o que causou a “desprofissionalização do Exército” com suas graves consequências. Canudos foi uma delas, com várias carências: liderança, planejamentos, reconhecimentos, estudo do inimigo, estudo do terreno e preparo da tropa.

Citado por Litrento (1998, p. 158) o Gen Umberto Peregrino emite a seguinte opinião sobre o preparo da organização militar brasileira:

Mas não era só que fosse retrógrada e mal-aparelhada a organização militar brasileira ao tempo da Campanha de Canudos, era ainda, de qualquer forma, inadequada ao tipo de luta que ali devia sustentar-se (Idem, apud Peregrino, Umberto. “Os Sertões” como História Militar. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1956).

⁸³ Oficiais formados com o título de “doutor” para “desenvolver” o Brasil, em prejuízo daqueles destinados a defendê-lo. Os níveis de operacionalidade caíram a níveis inferiores aos da Guerra do Paraguai, e isto foi uma das causas dos insucessos em Canudos.

⁸⁴ De tarimba, a cama de campanha, referindo-se aos militares afeitos ao combate, à instrução, etc., ou seja, os operacionais. Os vencedores de Canudos eram tarimbeiros.

Canudos serviu para mostrar ao governo e ao Exército os erros contidos no bacharelismo, envolto este na doutrina positivista de Augusto Comte, que tanto mal causou ao país e ao Exército. Canudos mostrou que uma reforma militar era necessária e urgente.

De qualquer forma, os excessos praticados em Canudos foram uma “selvageria impiedosa que manchou a honra do Exército com sangue e expôs ao escárnio a ‘santidade’ da causa [...]” (McCann, 2009, p. 96). O processo histórico extrapolou a área militar e invadiu o jornalismo, o ambiente acadêmico e suscitou diversas interpretações.

Em 26 Mai 1897, durante a 4ª Expedição, o MG teve de lançar mão da munição estocada na Escola Militar do Brasil (Praia Vermelha) para atender outras necessidades no sul do país. Os alunos, vendo nisso uma tentativa de enfraquecê-los, fomentaram a revolta da Escola. O Cmt foi preso e a rebelião dominada. Historiadores levantaram a hipótese de que os alunos se revoltaram porque a munição seria utilizada contra Canudos e eles seriam contra aquela guerra. Não foi verdade.

No campo político, Oliveiros Litrento sustenta que Canudos se tratou de um “conflito religioso a ser resolvido na jurisdição estadual baiana. Jamais na federal” (1998, p. 38). Acrescenta ainda que:

“o sangue derramado consolidou a convicção de que o Brasil não deveria ficar [...] no litoral, de costas para os atrasados e incultos sertões. Esta, sem dúvida, a grande lição de Canudos” (idem, p. 141, apud Cunha, Euclides da. Os Sertões, op. cit.).

Em 03 Nov 1897, 43 alunos da Faculdade Livre de Direito da Bahia divulgaram um Manifesto criticando a República pelo “massacre” que aconteceu em Canudos na 4ª Expedição. Este documento pode ser obtido na Internet. Em síntese, os alunos eram contra a crença do poder vigente de que AC era considerado uma ameaça à oligarquia rural. Na opinião de Pedro Calmon em relação ao sebastianismo de AC e às expedições:

“Tê-lo iam destruído sem nada disto. Se em vez de tropa mandassem justiça, medicina, religião, escola” (1959, vol. 6, p. 2024).

No Rio, o Coronel da GN Gentil José de Castro, proprietário dos jornais monarquistas Gazeta da Tarde e Gazeta da Liberdade, foi acusado de fornecer armas aos fanáticos de Canudos. Acabou assassinado, o que gerou processo judicial.

Em Canudos houve o confronto de uma doutrina regular e convencional, para a qual o EB era formado, contra ações baseadas na guerrilha (emboscadas, ciladas e ações de pequenos grupos) e no fanatismo

messiânico liderado por AC, sendo levado (o confronto) aos extremos pelos dois lados, análogamente ao que ocorreu na Vendéia (Vendeé, França Revolucionária, 1793), conforme Euclides da Cunha.

Citado por Oliveiros Litrento, Ataliba Nogueira diz que:

“foram as injustiças sociais e políticas que levaram a gente do sertão a congregar-se em torno de Antônio Conselheiro. O fanatismo apenas lhe serviu de espada porque a toga ele já vestia” (Litrento, 1998, p. 39, apud Nogueira, Ataliba. Antônio Conselheiro e Canudos, 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.

AC não foi o único. Outros beatos coexistiram, inclusive na mesma época, sempre explorando a situação da pobreza, da seca, apelando para o sobrenatural e para a carência material e espiritual do sertanejo.

Canudos não foi a única revolta desse tipo no NE e no Brasil. Conforme a Bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco Lúcia Gaspar, em Bonito, PE, em 1819/20 ocorreu “A Tragédia do Roncador”, movimento sebastianista liderado por Silvestre José dos Santos (Mestre Quiou) e que acarretou a destruição de um arraial em Sítio da Pedra, episódio conhecido como “massacre de Bonito”. O saldo foi de 91 mortos.

Também em PE, município de São José do Belmonte, entre os dias 14 e 18 de maio de 1838, ocorreu “A Tragédia da Pedra Bonita”, quando um grupo de sebastianistas liderado por João Antônio dos Santos fundou um “reino” com leis e costumes próprios. Convencido pelo padre Francisco José Correia de Albuquerque a abandonar essas pregações, João Antônio deixou o cunhado João Ferreira em seu lugar. Este, pior ainda, comandou um massacre em que morreram 87 pessoas. O arraial foi destruído em 18 Mai 1838 pelas forças legais⁸⁵.

E, entre Out 1912 e Ago 1916, tivemos a Revolta (ou Guerra) do Contestado na fronteira dos estados do Paraná e Santa Catarina e também em pleno interior do sertão catarinense.

Finalmente, em Canudos o número total de enfrentamentos principais foi de 29, que tiveram lugar em Masseté, Uauá, Cambaio, Bendegó de Baixo, Taboleirinho, Lagoa do Cipó, Pitombas, Alto do Mário, Cocorobó, Rosário, Macambira, Alto da Favela, Umburanas, Rancho do Vigário, Fazenda Velha e Canudos (Bento; Giorgis, 2016, p. 318).

⁸⁵ GASPAR, Lúcia. Sebastianismo no Nordeste brasileiro. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em 20 Jan 2021.

A tragédia do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro

Canudos, por si e pelos reflexos no distante Rio de Janeiro, mostrou que o país estava longe da integração e da paz social. Através de Os Sertões, Euclides da Cunha revelara à parte mais esclarecida o Brasil sertanejo e esquecido, o Brasil ainda fora da civilização.

Na capital brasileira mobilizaram-se republicanos e florianistas exaltados, para uma luta de salvação que se julgava extinta com o término da Revolta da Armada e da Revolta Federalista.

Generalizou-se nos arraiais republicanos a sensação do perigo. E no seu setor mais apaixonado tramou-se o golpe que deveria dar o poder central ao republicanismo radical. A morte do presidente Prudente de Moraes seria a chave para essa conquista.

O fanatismo explicável dos sertões de Canudos iria ter na obstinação cega da conspiração a componente revolucionária que faltara aos broncos jagunços de Pajeú, Pedrão e Macambira. E os conjurados motivaram a mente e o braço do anspeçada Marcelino Bispo de Melo.

Em 05 Nov 1897, quando o presidente Prudente de Moraes e sua comitiva regressavam da recepção dos militares que haviam combatido em Canudos, no navio Espírito Santo que os transportara, e passavam em frente ao Arsenal de Guerra, o anspeçada Marcelino Bispo de Melo, do 10º Batalhão de Infantaria, que prestava as honras regulamentares ao Presidente, saiu de forma e contra ele investiu sacando de uma garrucha. A arma falhou e Prudente ainda a afastou com o chapéu. Empunhando uma lâmina escondida na bota, Marcelino Bispo avançou de novo com a força e a inconsequência dos seus 19 anos.

Alguns militares procuraram proteger o Presidente, entre eles o próprio Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bitencourt, que foi atingido por uma punhalada e perdeu a vida.

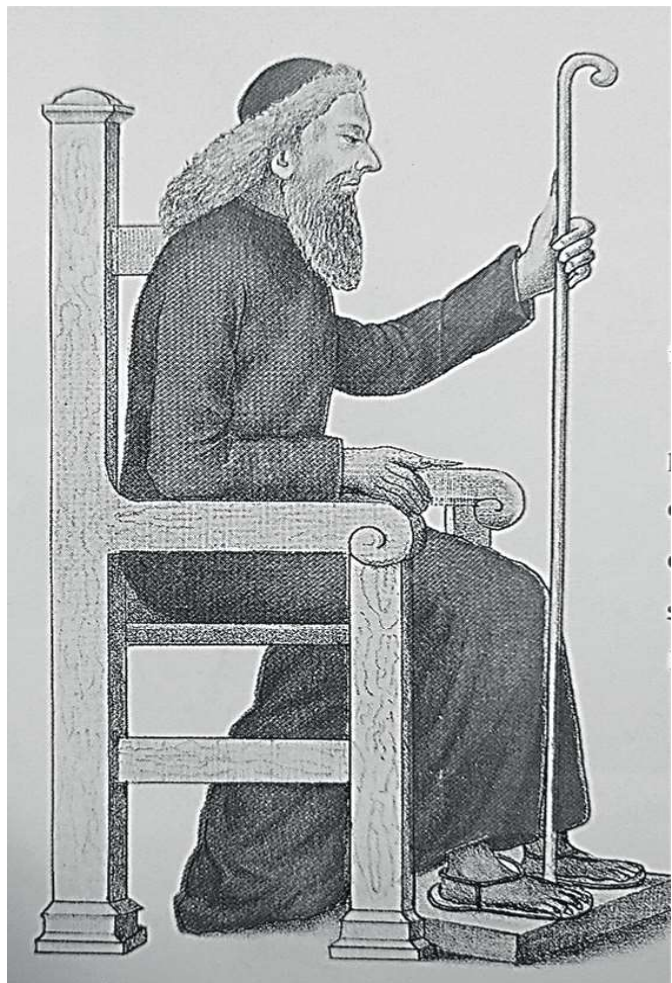
O Exército, no simbolismo máximo do sacrifício de seu chefe, salvou as instituições que ajudara a implantar e a consolidar.

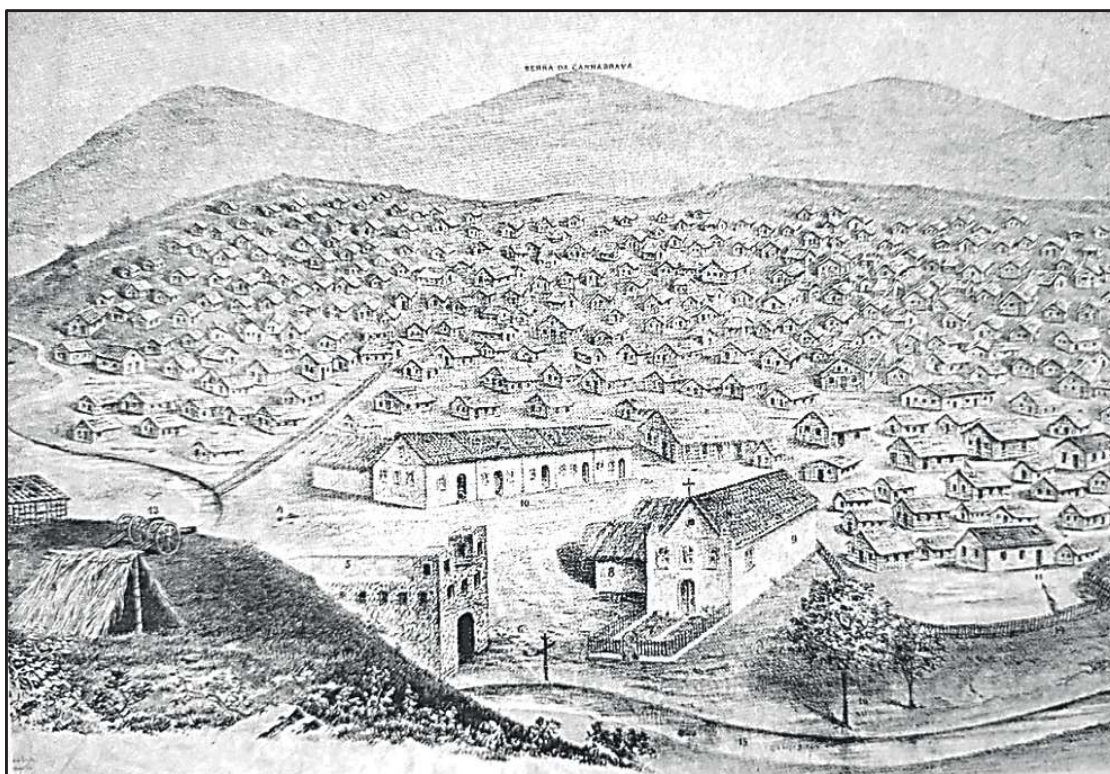
Iconografia da Campanha de Canudos



**Coronel Antônio Moreira César,
Comandante da 3ª Expedição
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 24).**

**Litografia de Antônio Conselheiro
(Fonte: folheto Breve Notícia,
PE, 1897)**





Vista do Arraial de Canudos em 1897. À esquerda, o Morro da Favela tendo, no sopé, a praça das igrejas (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 23).



O General Arthur Oscar Andrade Guimarães (o 2º da esquerda para a direita) e seu Estado-Maior em Canudos (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 26).



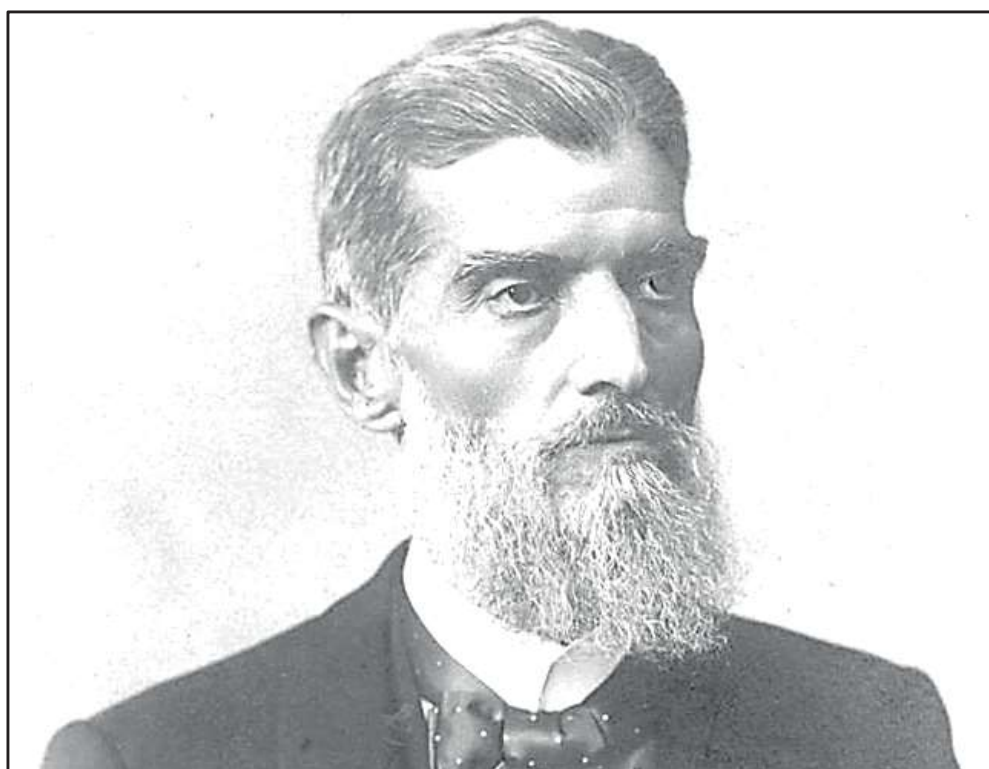
A Comissão de Engenheiros em Canudos. Sentado, ao centro, o Tenente-Coronel José Siqueira de Menezes (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 28).



O 3º BI em forma (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 30)



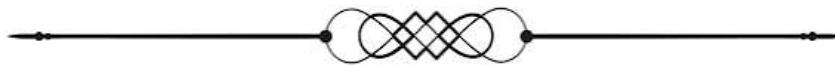
Tropa acantonada, já no interior do Arraial de Canudos (Fonte: BIBLIEX, 1998, p. 33).



Prudente José de Moraes Barros, Presidente da República na época (Fonte: www12.senado.leg.br)



O Marechal Carlos Machado Bitencourt – Patrono da Intendência
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 33).



MATO GROSSO: LUTAS IRREGULARES ENTRE 1891 E 1906

Não devendo, [...] continuar indefinidamente esse estado de coisas, tenho resolvido por este meio intimar o Governo de V. Exa. a render-se até amanhã, sob pena, de não o fazendo, ser o único responsável pelos acontecimentos que advierem”.

(Generoso Ponce ao Presidente de MT).

A História de Mato Grosso é, em parte, desconhecida da sociedade brasileira. A partir do 3º ano da Proclamação da República, de 1892 até 1906, o MT viveu nada menos de três movimentos armados, todos eles de fundo político-partidário entre liberais e republicanos e, em dois deles, se destacou a figura do político republicano Generoso Ponce Leme de Sousa Ponce, um veterano da Guerra do Paraguai.

A seguir, de forma sucinta, os fatos que aconteceram em Cuiabá e Corumbá.

Em Mato Grosso, a Revolução da Legalidade

A notícia da Proclamação da República constituía surpresa em Mato Grosso, lá chegando em 09 Dez 1889. Alvorçados pela desconcertante e inesperada mudança, os políticos de Cuiabá trataram de organizar um novo governo, pois o presidente da Província, o Cel EB Ernesto Augusto da Cunha Matos, renunciara em 10 Dez. Assumiu-o o Gen Antônio Maria Coelho, escolhido pela Assembleia local, dirigida por Generoso Ponce, e aceito pelo governo da República. Mas, dentro de pouco tempo, desgostoso com sua atuação política, o presidente Deodoro o exonerou. O substituto foi o Ten Cel EB Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, o qual assumiu em 16 Fev 1891.

Nas eleições ocorridas em Mato Grosso, em 3 de janeiro de 1891, o Partido Nacional, fundado pelo General Antônio Coelho, obtivera a maioria, mas com forte suspeita de ter havido fraude. Solon Ribeiro fez realizar novo pleito em 28 Mar no qual saiu majoritário o Partido Republicano, de Generoso Ponce. Em 01 Abr, Solon foi substituído pelo Cel GN José da Silva Rondon o qual, por sua vez, foi substituído em 06 Jun pelo Cel EB João Nepomuceno Medeiros Mallet. A este coube entregar o governo ao presidente que seria eleito pela nova Constituinte. A Assembleia Constituinte instalou-se a 30 de junho, elaborando a Constituição do Estado de Mato Grosso, promulgada a 15 de agosto. A mesma Assembleia elegeu o Presidente e o Vice-Presidente do Estado respectivamente Manuel José Murinho e Generoso Ponce.

O Partido Nacional não se conformou e sob a bandeira de que os seus candidatos eleitos em 3 de janeiro é que mereciam os cargos, colocou-se na oposição, aguardando a primeira oportunidade para depor o novo governo. Elaboraram eles uma constituição paralela, sem valor.

A dissolução do Congresso Nacional, a 03 Nov, originou o movimento de 23 Nov, encabeçado pelo Alm Custódio de Melo, do qual resultou a renúncia de Deodoro e a ascensão do Mar Floriano Peixoto à Presidência da República. Este movimento repercutiu em vários Estados, inclusive em MT, onde os políticos da oposição, conseguindo o apoio das guarnições militares sediadas em Cuiabá, Corumbá, Nioaque e Miranda, articularam a derrubada do governo estadual.

O Estado Livre de Mato Grosso, ou República Transatlântica de Mato Grosso

Em Corumbá, no dia 22 de janeiro de 1892, militares ligados aos civis filiados ao partido da oposição - os “nacionais”, liderados pelo Major GN Antonio Aníbal da Mota, comandante do 21º BI, sediado naquela guarnição, depuseram as autoridades locais e se dirigiram para a capital. Enquanto isso, ainda em Corumbá, os militares discutiram que posição adotar contra o governo federal, que havia designado o Gen Luiz Henrique de Oliveira Ewbank para o 7º Distrito Militar, então comandado interinamente pelo Cel João da Silva Barbosa. Em 31 Mar 1892, os oficiais do 19º e 21º BI, 2º R Art Pos⁸⁶ e 7º RC (Nioaque) reuniram-se para debater a situação. O Cap José Maria Ferreira aventou a solução de declarar livre o Estado e obter recursos hipotecando o MT à Inglaterra.

Nesta altura, portanto, o EB estava participando ativamente, como protagonista, do processo político de MT.

Em Cuiabá, juntamente com tropas locais, os revoltosos de Corumbá cercaram o Palácio do Governo e intimaram o presidente Murtinho a deixar o cargo. Afastado este (01 Fev), os rebeldes organizaram uma Junta governativa com o Major GN Aníbal da Mota, o Comandante Castro Menezes e pelo civil Antônio Roberto de Vasconcelos. Logo a seguir, esta junta foi substituída por outra cuja composição foi a seguinte: Luiz Benedito Pereira Leite (oficial reformado do EB, mas Cel GN), Ten Cel José Marques Fontes e Major Aníbal da Mota.

Manuel José Murtinho, o Presidente deposto, seguiu para o Rio de Janeiro, em busca de apoio federal, enquanto Generoso Ponce procurava reunir adeptos no interior do estado para restabelecer a legalidade institucional.

Em 10 Abr, Generoso Ponce, comandando 1.500 homens arregimentados nos municípios próximos à capital, cercou Cuiabá. Em inferioridade de meios, o Cel Luiz Benedito Pereira Leite decidiu devolver o poder às autoridades legalmente constituídas. Em 07 Mai 1892, Generoso Ponce assumiu a chefia do Estado, pois o Presidente legal estava ausente de MT e Ponce, como Vice, deveria substituí-lo. Os acontecimentos foram comunicados às autoridades federais e em seguida a ordem foi restabelecida nas cidades rebeladas que ainda resistiam.

⁸⁶ 2º Regimento de Artilharia de Posição.

Nova contestação à legalidade – 1899.

O resultado das eleições de 01 Mar 1899 deram a vitória ao Dr. João Félix Peixoto de Azevedo para Presidente do Estado no próximo período governamental. Sua escolha para candidato, por indicação de Generoso Ponce, provocou cisão no Partido Republicano, pois Manuel José Murinho apoiava a candidatura de José Maria Metelo. As divergências no partido situacionista provocariam agitação política propícia a novos movimentos revolucionários. Das duas facções, uma queria a anulação das eleições, a outra o reconhecimento da vitória do Dr. João Félix.

O Presidente em exercício, Antônio Cesário, cujo mandato estava no fim, vendo a gravidade da situação, solicitou o auxílio do governo federal, com a finalidade de manter a ordem. O Presidente Campos Sales julgou inoportuna a intervenção no Estado e determinou ao comandante do Distrito Militar, em Cuiabá, que as forças federais se mantivessem neutras.

O descontentamento dos que desejavam a anulação das eleições originou a criação de um grupo rebelde de cerca de três mil homens, sob o comando de Antônio Paes de Barros (Totó Paes) que cercou Cuiabá exigindo que a Assembleia, presidida por Ponce, anulasse as eleições.

As comunicações com a capital federal foram interrompidas pelos sediciosos. Os deputados, como último recurso, pediram a intervenção do comandante do Distrito Militar local, a qual lhes foi negada, dadas as determinações recebidas anteriormente para manter a neutralidade.

De 10 a 17 de abril, Cuiabá transformou-se em campo de batalha, vivendo dias sinistros. Reunidos em sessão permanente, os deputados anularam as eleições de 1º de março, evitando que os mato-grossenses continuassem uma luta desastrosa.

A 15 Ago 1899, realizada nova eleição, elegeu-se Presidente o maranhense Cap Mar-e-Guerra Antônio Pedro Alves de Barros que restabeleceu a normalidade institucional, embora tenha sido afastado em 04 Abr 1900 mas retornado ao poder de 24 Ago 1900 a 15 Ago 1903.

A Revolução de 1906 ou Revolução de Generoso Ponce

O governo de Antônio Pedro, apesar de constitucional, sofreu forte oposição dos adversários, que foram violentamente perseguidos. O cúmulo foi o chamado “Massacre do Gar-

cez” quando, em 04 Nov 1901, 17 opositores a soldo do irmão de Totó Paes, João Paes de Barros, então Vice-Presidente de MT⁸⁷, foram presos na Fazenda Conceição. Na viagem para Cuiabá através do Pantanal, em Baía do Garcez, eles foram assassinados. Conforme Carneiro (p. 155), foram fuzilados ou degolados, e jogados na água com os ventres abertos para os corpos não boiarem. As piranhas os devoraram.

Totó Paes, chefe da oposição, conseguiu ser eleito sucessor de Antônio Pedro (apesar do sobrenome não eram parentes). Durante o seu governo (1903/06), foram cometidas diversas tropelias contra os vencidos, o que levou Generoso Ponce, agora na oposição, a articular um movimento, partindo de Corumbá, para depor Paes de Barros.

Conforme Glauco Carneiro, os objetivos de Generoso Ponce foram os de

“devolver ao seu Estado as garantias de vida aos cidadãos, que haviam sido praticamente suspensas desde 1899, bem como repor a justiça e o respeito às instituições e aos adversários políticos” (Carneiro, 1965, p. 154).

A derrubada do governo municipal de Poconé, por agentes do governo estadual, em plena efervescência dos ânimos, trouxe o pretexto esperado para o início da ação revolucionária.

Os insurgentes, reunidos em Corumbá, sob a chefia de Generoso Ponce e seu preposto Ten EB Clementino Paraná, formaram a Divisão Naval Libertadora (500 homens em 10 navios) e partiram para Cuiabá a 17 de maio de 1906, subindo o rio Paraguai. Em São Luis de Cáceres receberam o apoio da população, das autoridades e do 19º BI⁸⁸. Em seguida, Ponce mandou atacar Pindaival e Itaici, redutos de Paes de Barros. Neste último município, ele estabeleceu a sua base operativa.

Na capital, Paes de Barros aguardava forças federais que tinha solicitado ao Presidente da República, pois julgava as tropas então sediadas na cidade insuficientes para combater os revoltosos.

O governo federal mandou preparar uma expedição comandada pelo Cel Emídio Dantas Barreto, com dois mil homens, para socorrer o Presidente do Estado. O EB passou a estar mais envolvido na disputa.

⁸⁷ João Paes de Barros, mesmo sendo Vice, havia rompido com o Presidente de MT.

⁸⁸ Conforme Hernani Donato (1996, p. 226) em Cáceres, a 24 Abr 1906, o 19º BI foi surpreendido pelos revoltosos comandados por Clementino Paraná e que tomaram o quartel. Clementino era oficial do EB. O butim foi de 400 fuzis novos, 100 mil cartuchos e peças de fardamento. Algumas praças passaram-se para o lado dos revoltosos.

As forças insurgentes, vindas de Cáceres, Poconé e Corumbá, cercaram a capital. Para resistir, o Tenente-Coronel Manuel Lopes Carneiro da Fontoura, comandante da guarnição do Exército em Cuiabá e o Capitão-Tenente Protógenes Guimarães, que dirigia a Escola de Aprendizes Marinheiros, procederam ao recrutamento de civis, enquanto Paes de Barros, com o apoio da polícia do Estado, arrebanhou pessoal em Itaici e no Pindaival.

Generoso Ponce, comandante do "Exército Libertador", ou "Divisão Revolucionária" (Bento; Giorgis, 2016, p. 324) apertou o cerco por terra. A Divisão de Ponce era composta de duas brigadas de Infantaria e uma de Cavalaria. A seguir, começaram a escassear os alimentos na capital. Em Capela, nas proximidades de Cuiabá, deu-se o choque dos governistas contra os insurgentes, que saíram vencedores.

As forças revolucionárias entraram em Cuiabá a 21 Jun, e no dia 30, Generoso Ponce intimou Paes de Barros a se render para evitar maiores sacrifícios à população sitiada. Foi quando Barros se evadiu para o Coxipó do Ouro.

Houve um total de seis combates, além de Capela (Cuiabá): Corumbá, Cáceres, São Lourenço, Pindaival, Morro do Gambá (Cuiabá) e Coxipó do Ouro.

Conforme Hernani Donato (IBRASA, 1996):

- em Corumbá (16 Mai), partidários de Ponce, comandados pelo Tenente Clementino Paraná, dominaram a polícia local (p. 267);
- em São Lourenço (08 Jun), uma lancha e duas chatas dos revolucionários se enfrentaram com um navio-aviso da Armada. Uma das chatas foi apreendida. As outras embarcações, sob o comando de Clementino Paraná, conseguiram subir o rio São Lourenço (p. 519);
- em Pindaival (10 Jun), os revoltosos de Ponce, comandados pelo Cap Benedito Costa, tomaram a fazenda fortificada do Cel Henrique Paes, apoderaram-se de armas e munições e obtiveram 200 adesões;
- em Morro do Gambá (21 Jun), os revoltosos de Ponce mantiveram a posse da posição no cerco a Cuiabá vencendo as forças estaduais; e
- no Coxipó do Ouro (06 Jul), o já derrotado Cel Antônio Paes de Barros, foi alcançado pelo Cel Joaquim Caldas. Barros foi executado (a seguir).

Antônio Paes de Barros e seus companheiros fiéis, não aceitando a rendição, resolveram fugir para o interior na noite seguinte, mas foram cercados em Coxipó do Ouro, a 6 de julho, pela tropa do Coronel Joaquim Suplício de Cerqueira Caldas (Quinco Caldas) e, após um

rápido combate, foram derrotados, tendo Paes de Barros sido executado com um tiro no tórax e outro no ouvido esquerdo (Idem, apud Diário de Cuiabá de 08 Abr 2001, nº 9.916).

Vencendo uma série de obstáculos e depois de muitos sacrifícios, a coluna comandada pelo Cel Emídio Dantas Barreto chegou a Cuiabá a 8 de julho, quando a vitória da Revolução já era um fato consumado.

Tinha findado um período discricionário que tivera início em 1899, com Antônio Pedro Alves de Barros. Assumiu o governo o Vice-Presidente Pedro Leite Osório, pacificando Mato Grosso e fazendo-a retornar à tranquilidade.

Conforme o Gen Reformado Francisco de Paula Pereira Fortes, citado por Glauco Carneiro, Generoso Ponce:

...foi um completo estrategista. Como General do Exército, rendo-lhe minhas homenagens. Seus planos, sua previsão, seu conhecimento do meio, sua técnica espontânea pareciam de um velho e experimentado soldado. A calma corria-lhe parelha com a energia e a decisão prontas (Carneiro, 1965, p. 159).

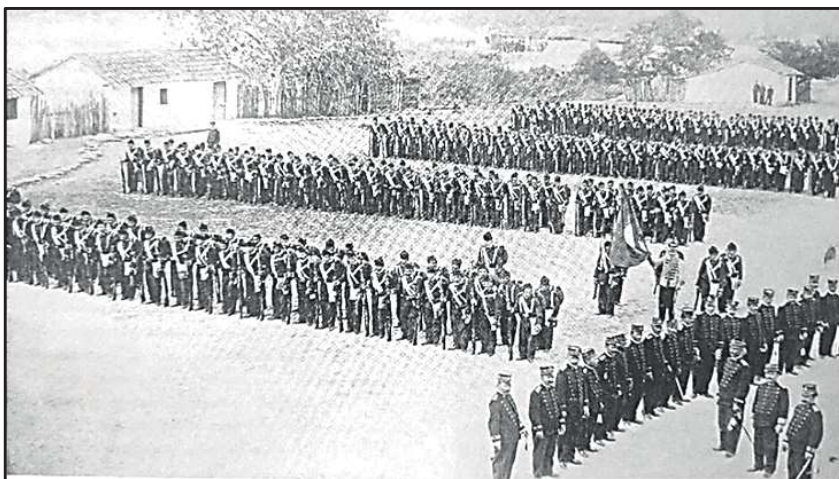
Conforme a BIBLIEx (O Exército na História do Brasil, 3º vol., p. 37), as lições do movimento mostraram que:

O levante em Corumbá, o deslocamento pelo rio Paraguai para atingir Cuiabá, a rebelião de São Luís de Cáceres e o cerco da capital evidenciaram o valor militar das tropas libertadoras. Os homens que encetaram o movimento iriam revelar, [...] grande coragem, bravura e espírito de sacrifício. A falta de recursos, as dificuldades de deslocamento e a deficiência de armamento e munição foram superadas [...] (BIBLIEx, 1998, p. 37, 3º volume).

Iconografia das revoltas em Mato Grosso

Tropas de Generoso Ponce em Cuiabá em abril de 1899
(Fonte: BIBLI-Ex, 1998, p. 36)





O 25° BI de Corumbá em forma (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 37)



Generoso Paes Leme de Sousa Ponce (ao centro)

O GOVERNO PRUDENTE DE MORAIS E OS MILITARES

“Sou Prudente no nome, prudente por princípios, e prudente por hábito. Sou também prudente, procurando evitar questões pessoais odiosas”.

A volta dos civis ao poder se deu com a posse de Prudente José de Moraes Barros em Nov 1894. Infelizmente, isso trouxe um período de conflitos entre o Poder Executivo e os militares, mormente o Clube Militar, fundado em 26 Jun 1887. Muitas vezes o Clube Militar se manifestou em nome da classe dos militares e até mesmo dos ministros da guerra. No governo Prudente de Moraes foram os seguintes os ministros:

- Gen Bernardo Vasques, de 15 Nov 1894 a 23 Nov 1896;
- Gen Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, de 23 Nov 1896 a 04 Jan 1897;
- Gen Francisco de Paula Argolo, de 04 Jan a 17 Mai 1897;
- Mar Carlos Machado de Bittencourt, de 17 Mai a 05 Nov 1897; e
- Gen João Tomás de Cantuária, de 06 Nov 1897 a 15 Nov 1898.

Conforme o CPDOC/FGV (verbete Clube Militar em www.fgv.br):

ainda em 1894, o Executivo vetou o aumento dos efetivos do Exército. O Ministro da Guerra Gen Francisco de Paula Argolo foi demitido por ter apoiado, supostamente, o protesto do clube contra a medida presidencial. Em 1896, apoiado por um grupo de oficiais contrários à politização dos militares, Prudente de Moraes conseguiu superar nova crise com o Clube Militar, o qual, discordando da orientação seguida pelo governo na Guerra de Canudos, havia aprovado uma moção contendo uma ameaça implícita de deposição do presidente. Em novembro de 1897, o clube foi acusado de participação na tentativa de assassinato de Prudente de Moraes. Em dezembro, sua sede foi fechada e seu arquivo recolhido à polícia. A instituição só foi reaberta em julho de 1901, já no governo Campos Sales, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Por ocasião da 4ª Expedição a Canudos, que foi a última, o então Ministro da Guerra Mar Carlos Machado Bitencourt, teve dificuldades para suprir as forças militares tanto na região das fronteiras no sul do país como, principalmente, as tropas mobilizadas para Canudos.

Os depósitos de Armt e Mun não conseguiam atender. Mas no paiol da Escola Militar da Praia Vermelha (EMPV) existiam 50 mil cartuchos e foi expedida a ordem para se lançar mão dessa munição.

Em maio de 1897 os alunos, de ânimos exaltados, interpretaram que a medida tinha por finalidade enfraquecer o poder de combate da escola. Era um grave engano. Solicitaram, pelos canais de comando, que a ordem fosse sustada. Antes do resultado os alunos se precipitaram, se revoltaram, prenderam o Cmt da Escola Gen Miguel Maria Girard e o Cmt do Corpo de Alunos Cel Roberto Trompowski de Almeida, e se apoderaram de todo o armamento e munição.

Interveio o Cel Hermes Ernesto da Fonseca, Cmt do 2º R Art, o qual se dirigiu à Escola, reuniu os alunos e obteve deles a concordância em entregar as armas, desde que não houvesse punições. O Cel Hermes não podia prometer isso.

Enquanto isso, Prudente de Moraes já havia determinado organizar uma força repressiva formada por dois batalhões de Inf e uma bateria de Art. Quando essa tropa chegou à Escola os alunos se submeteram a ela. 60 alunos foram imediatamente presos, afastados da escola e distribuídos por outras OM do RJ. Os líderes do movimento foram expulsos do EB. A Escola Militar do Ceará (Fortaleza), que tinha se solidarizado com a EMPV recebeu idêntico tratamento (Silva; Carneiro, 1983, p. 107/108).

Fator importante neste período, no que se refere à evolução do EB, foi a criação do Estado-Maior do Exército (EME), que substituiu a Repartição do Ajudante-General, a qual existia desde 1856 (Magalhães, 2001, p. 315).

Conforme o Cel Juvêncio Saldanha Lemos, o chamado Corpo de Estado-Maior, criado em 1896, foi substituído pelo Quadro de Estado-Maior, que se revelou uma excelente iniciativa. Na chefia deste novo EME foi colocado o Gen Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro (Lemos, 2021, p. 48).

Escola Militar da Praia Vermelha; a partir de 1898 com o nome de Escola Militar do Brasil
(Fonte: riomemorias.com.br/memoria)



A CAMPANHA DO ACRE (1899-1903) E A QUESTÃO COM O PERU

“...Qualquer resistência por parte do Brasil ensinaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e nossa desgraça em breve estaria consumada...” (Plácido de Castro, 1902).

“Não venho servir a um partido político; venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado” (Rio Branco, 1902).

O Acre: a terra e os germes da revolta

A questão do Acre foi resultante dos esforços desbravadores realizados por espanhóis e portugueses na região amazônica desde os tempos coloniais. No século XVII, em 1668, ocorreu a primeira investida sobre a área, por Samuel Fritz⁸⁹, originando em consequência a primeira carta da região, retificada pelo cientista e explorador francês Charles Marie de La Condamine em 1749.

No século XVIII, o luso-brasileiro Francisco de Melo Palheta (1723), o explorador Manuel Félix de Lima (1742) e o sertanista João Leme do Prado penetraram nas matas do Norte explorando diversos rios, dentre eles o Madeira e o Guaporé. Apesar dessas explorações, grandes áreas geográficas permaneciam desconhecidas.

O Tratado de Madri, de 1750, estabeleceria limites entre as possessões hispano-portuguesas da América. Suspenso pelo Tratado de El Pardo, de 1761, teve as antigas linhas demarcatórias restauradas pelo de Santo Ildefonso, de 1777, com algumas modificações. As demarcações, entretanto, não eram definitivas, ficando o assentamento acertado depois de obtidas melhores informações geográficas dos lugares, o que ficaria a cargo de enviados especiais de cada parte. Contudo, nunca se chegou a um acordo. O Tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801, não revalidou o de Santo Ildefonso. De acordo com as normas vigentes na época, a revalidação expressa era condição indispensável para a manutenção de um acordo anteriormente ajustado.

De maneira geral, esta era a situação em que se encontrava a fronteira Brasil-Bolívia por ocasião da nossa Independência. O Alto Peru transformara-se em 1825 na República da Bolívia, herdando a parte

⁸⁹ Samuel Fernandes Fritz (1654-1725) foi um jesuíta e cartógrafo tcheco à serviço da Espanha. Catequizou diversos povos indígenas no alto Solimões.

não demarcada, embora alguns esforços tivessem sido tentados para regularizá-la. Nos mapas, a região era de “Tierras no Descubiertas”.

Em 1867, o Império do Brasil estava em guerra com a República do Paraguai e o momento era oportuno para o governo boliviano, que insistiu sobre a regularização dos limites, ainda sujeitos a controvérsias. O Império compreendeu a importância do momento, pois as contingências podiam até agregar o Exército boliviano às hostes de Solano López. O governo brasileiro enviou a La Paz o Deputado Felipe Lopes Neto – Barão de Lopes Neto, em missão especial junto ao governo de Manuel Mariano Melgarejo Valencia.

Conforme Eugênio Vargas Garcia (2005, p. 47) a missão Lopes Neto

conclui o Tratado de La Paz de Ayacucho entre o Brasil e a Bolívia, sobre Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradução (27 Mar 1867). O Tratado aproxima os dois países (a Bolívia possuía então saída para o mar, que interessava ao Paraguai) e estabelece a linha Madeira-Javari como base para a futura demarcação da fronteira bilateral (Garcia, 2005, p. 47).

A fronteira foi fixada pelo paralelo de 10° 20' Sul, do rio Madeira ao rio Javari e, ainda que as nascentes estivessem mais ao norte, a reta sofreria um desvio para encontrá-las, ressaltando possíveis povoações de ambos os países.

Assinava-se assim o Tratado de La Paz de Ayacucho com base no mapa traçado pelo diplomata luso-brasileiro Duarte da Ponte Ribeiro em 1851, constante de uma convenção acertada com o Peru pela delimitação com o Brasil. A vigência do tratado dependia da verificação no local, para que as linhas traçadas imprecisamente na carta não prejudicassem territórios reconhecidamente brasileiros ou bolivianos. A verificação era condição “sine qua non” de plena vigência.

Depois de transcorrido um decênio, o Acre continuava pouco habitado. Em consequência da terrível seca de 1877 no NE, começaram a chegar os primeiros nordestinos atraídos pela Amazônia, onde a borracha ia figurando em relevante posição nas exportações brasileiras.

Fatores geográficos e econômicos juntaram-se para conduzir o sertanejo nordestino à Amazônia. Os agentes dos seringueiros da Amazônia forneciam passagens e os retirantes cearenses eram transportados, em condições precárias, para a Amazônia. O transporte e a exploração dos canaviais era feito pelas “Casas Aviadoras” (empresas particulares). O seringueiro passou a ser o “aviado”, transportado nas “gaiolas”.

No longo trajeto, morriam às centenas e por fim desembarcavam em deserta barranca do rio, à beira da floresta densa e úmida. Mas não se intimidavam com o ambiente desconhecido. Trabalhavam com energia e tenacidade. Nada os amedrontava, nem as emboscadas dos selvagens, nem as feras que rugiam à volta, nem as violentas febres malignas, nem a solidão que os cercava. Impulsionava-os a necessidade de enviar dinheiro para assegurar a sobrevivência de sua família deixada no nordeste. Em pouco tempo estavam já integrados nas margens dos rios Madeira, Purus, Acre, Juruá, Abunã, Iaco e até do Beni. Não lhes importava de quem era a jurisdição sobre a área. A seca do NE prolongou-se por dois anos, ocasionando a chegada de novas levas de sertanejos chamados pelos bem-sucedidos. A maioria era de cearenses, mas havia paraenses. O número estimado era de 50 mil pessoas.

A produção de borracha cresceu repentinamente na Amazônia, que se transformou num Eldorado. O sertanejo e o Acre pareciam ter encontro marcado pela Providência; um à procura de terra que o recebesse e onde não faltasse água; o outro, o Acre, era um local de difícil acesso, quente e úmido, à espera de gente resistente para povoá-lo.

As primeiras impressões eram decepcionantes. O Acre parecia um acampamento. Muitos nordestinos pretendiam retornar, após juntar algum dinheiro mas, aos poucos, foram surgindo sinais de apego à terra desbravada, o que levaria inexoravelmente à guerra, se houvessem tentativas de expulsá-los da região tão duramente explorada.

Em resumo, os sertanejos nordestinos, quando ameaçados de expulsão da região do Acre, levantaram a bandeira da revolta e venceram a guerra que se seguiu. Na contagem dos mortos verifica-se que os bolivianos perderam várias centenas de homens enquanto o Brasil, além dos combatentes sacrificados nas operações bélicas, perdeu cerca de 100 mil emigrantes vitimados pelas doenças endêmicas na região. Foi um pesado tributo pela conquista da área. Mas o Acre era boliviano.

Enquanto o nordestino se fixava no Acre, a Bolívia tentava estabelecer suas fronteiras nos longínquos locais que chamava de terras não descobertas. Os representantes dos dois países encontraram-se para fixar a fronteira das nascentes do rio Javari até a altura do paralelo de 10° 20', no rio Madeira. A Bolívia instalou um posto alfandegário logo ao sul da linha fronteira, com o consentimento do governo brasileiro, fundando a primeira cidade boliviana na região, Puerto Alonso (Porto Acre para os brasileiros), homenagem ao Presidente Severo Alonso. Firmava-se o domínio daquele país no Acre, incrementando-

se o antagonismo entre as autoridades bolivianas e os seringalistas brasileiros.

Os acontecimentos precipitaram-se. A 30 de abril de 1899, à frente de numerosos grupos de seringueiros, o Dr. José de Carvalho, jornalista e advogado cearense, juntamente com autoridades do município amazonense de Floriano Peixoto, intimou o boliviano Governador Moisés Santivañez, a se retirar com todo o governo. Sem relutar, nem discutir, nem perder a dignidade, o Governador resolveu ceder, exigindo uma "intimação por escrito" a fim de resguardar sua responsabilidade perante o governo de seu país. Na realidade, o arguto delegado munia-se de um documento firmado por brasileiros rebelados para fundamentar um protesto diplomático junto à chancelaria no Rio de Janeiro. Entretanto, com essa atitude, os habitantes do Acre, na maioria brasileiros, pela primeira vez, fizeram sentir às autoridades bolivianas que não abdicariam da terra que povoaram. Era a Questão Acreana.

Luiz Galvez proclama a independência do Acre

Enquanto ocorriam estes fatos, um jornalista, diplomata e aventureiro espanhol de espírito romântico, Luiz Galvez Rodrigues de Arias (1864-1935), cujas funções o tinham conduzido ao consulado boliviano em Belém, descobriu em março de 1899 um acordo entre a Bolívia e os Estados Unidos, altamente lesivo ao Brasil.

Considerando o Brasil uma segunda Pátria, o jovem aventureiro levou ao conhecimento dos governos do Pará e do Amazonas um documento no qual os Estados Unidos se comprometiam a exigir do Brasil o reconhecimento dos limites do acordo de 1867 com a Bolívia, assim como o livre trânsito pelos rios e alfândegas dos navios daquela bandeira. Rezava o documento que, em caso de guerra entre o Brasil e a Bolívia, os EUA forneceria a esta última todo o numerário e material bélico necessários, sendo então denunciado o tratado de limites de 1867; a linha limítrofe correria pela boca do rio Acre e os restantes territórios entre este ponto e a atual ocupação seriam entregues aos Estados Unidos, com livre posse.

O governo do Amazonas, presidido pelo Cel EB José Cardoso Ramalho Júnior (1866-1952), financiou secretamente uma expedição ao Acre, encabeçada por Galvez, para impedir ao máximo o domínio boliviano. Galvez, com o apoio entusiástico da população, proclamou o Acre independente da Bolívia em 14 de julho de 1899, exatamente 110 anos depois da Revolução Francesa, na pequena vila de Empresa,

acima de Puerto Alonso. Os revolucionários alegaram ao governo do Brasil que eram brasileiros e que colocavam acima de tudo as conveniências da Pátria; se o Brasil não queria o Acre, eles também não queriam ser bolivianos. Era a República da Estrela Solitária. O governo brasileiro não a reconheceu, mas também não podia intervir.

Apesar da brilhante administração do novo governante, que contava cada vez mais com o apoio da população, um grupo de seringalistas, tendo à frente o cearense Coronel Antônio de Sousa Braga, seringalista e político, decidiu depor Galvez. Assumindo em 01 Jan 1900, Braga foi o 2º governante do Estado Independente do Acre.

A Bolívia tomou providências enviando nova comissão escoltada por uma belonave brasileira e uma coluna de 500 homens, por terra. O vaso de guerra ficou em Manaus, talvez propositalmente. A comissão boliviana, ao chegar ao Acre, foi atacada por Braga que, assustado com as possíveis consequências de seu ato, apressou-se a devolver o governo a Luiz Galvez em 30 Jan 1900.

Foi aplicado porém o Tratado de Ayacucho, de 1867, reconhecendo o Acre como possessão boliviana. O Brasil enviou para o Acre uma expedição militar composta por quatro belonaves. Um outro navio conduziu tropas de infantaria. A missão era prender Luiz Galvez, destituir a República do Acre e devolver a região aos domínios da Bolívia.

A volta do Acre ao domínio boliviano

Em março de 1900 chegou a Porto Acre (antigo Puerto Alonso) a força-tarefa da Marinha de Guerra do Brasil. Luiz Galvez, que se preparava para resistir aos bolivianos, não quis combater tropas brasileiras e, no dia 11 Mar 1900, rendeu-se na sede do seringal Caquetá, às margens do rio Acre. Ele foi preso, exilado em Recife, PE, e deportado para a Europa. Retornaria ainda ao Brasil, mas foi preso pelo governo do Amazonas no Forte de São Joaquim do Rio Branco, RR, de onde fugiu. Morreu em Madri em 1935.

O Presidente da Bolívia no período era o General José Manuel Pando Solares, que governou de 25 Out 1899 a 14 Ago 1904. O general interveio e ocupou militarmente o Acre em 1900, que estava sob jurisdição boliviana. Em Set, quase um ano após a partida de La Paz, apareceram as novas autoridades bolivianas, acompanhadas de forças militares, após uma travessia épica dos Andes e da selva. Agiram com tato e moderação. Entenderam-se com o arremedo de governo formado durante a ausência de qualquer autoridade e começaram a cativar a população. É de se notar que as forças bolivianas, integrada por

soldados da região andina, perderam mais da metade de seus efetivos abatidos por doenças tropicais.

A Expedição dos Poetas

A Questão do Acre movimentou a opinião pública do Norte, especialmente após a tentativa de Galvez. Os mais moços entusiasmaram-se e o problema acreano foi discutido amplamente em Manaus e Belém. O interesse pela causa levou a confabulações que resultaram na ideia de mandar uma nova expedição ao território em disputa para libertá-lo das mãos estrangeiras.

Denominada de "Expedição dos Poetas" em função do idealismo e do entusiasmo de seus integrantes, ela não possuía condições para o êxito da missão. Seus organizadores, José Maria dos Santos, Efigênio Sales e jornalista Orlando Correia Lopes, no entanto, preocupados com o caráter cívico-militar, chamaram-na de "Expedição Floriano Peixoto".

Faltava aos "poetas" enquadramento militar mas sobrava-lhes despreendimento. Para seguirem para o Acre fretaram dois "gaiolas" velhos, o Solimões e o Mucuripe, neles embarcando os recursos bélicos proporcionados pelo Presidente do Estado do Amazonas, Silvério José Nery. Dentre os meios de que dispunham destacava-se um canhão que, empregado depois na campanha, acabou se perdendo. Em novembro de 1900 os "gaiolas" subiram o rio Purus, lentos como tartarugas, onde aprisionaram uma lancha militar boliviana denominada Alonso, que teve seu nome trocado para Rui Barbosa.

Durante a viagem os expedicionários chegaram à conclusão de que, apesar da disposição de todos, não havia um líder autêntico para coordenar as ações. Tentaram escolher alguém. Surgiu o nome de José Plácido de Castro, agrimensor gaúcho que andava pela Amazônia e que participara da Revolta Federalista como chefe de coluna. Sabia-se que frequentara as Escolas Militares de Rio Pardo e Porto Alegre⁹⁰. Passaram a procurá-lo em todos os portos. Afinal, ao término da viagem, encontraram-no prostrado por uma crise de beribéri. Convidaram-no para chefiar a expedição. Recusou-se, como recusara partici-

⁹⁰ José Plácido de Castro era gabrielense, foi soldado do então 1º RAC, aluno da Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo e da Escola Militar de Porto Alegre. Combateu na Revolta Federalista de 1893/95 no RS quando foi comissionado como Major. Agrimensor, formado no Casarão da Várzea, foi trabalhar na Amazônia (Bento; Giorgis, 2014, p. 360). Mais informações sobre José Plácido de Castro em www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1051/59.pdf.

par do governo de Galvez. Entretanto, transmitiu-lhes alguns conselhos.

O Coronel Rodrigo de Carvalho foi aclamado Presidente do Segundo Estado Independente do Acre e Orlando Correia Lopes comandante-em-chefe da expedição militar. Esta, contudo, ficou sem um verdadeiro comando.

Atrás do comboio vinham outros barcos, aos quais não se permitia ultrapassagem para que não levassem mantimentos aos estrangeiros ocupantes do Acre. Somente o bloqueio tornaria insustentável a situação dos bolivianos, agravada pelas escaramuças no interior. A impetuosidade dos guerreiros-poetas não podia esperar mais dois dias pelo restante das tropas e eles resolveram atacar, com menos de 200 homens, apoiados pelo pequeno canhão e por uma metralhadora, cedidos pela Polícia Militar do Amazonas.

A tropa estava entusiasmada e as proclamações eram vibrantes. No lado boliviano, o ambiente era de apreensão. Não eram os expedicionários que os atemorizavam, mas o fantasma da fome. Alguns, como o Tenente-Coronel Pastor, propuseram evacuar o Acre. A maioria dos bolivianos, numa atitude digna de admiração, decidiu resistir, na esperança de que um milagre trouxesse a salvação.

Os “poetas” avançavam por entre a floresta e tinham de atravessar igarapés que transbordavam com a cheia. O transporte do canhão foi lento e difícil. A metralhadora enterrava-se nos lodaçais e a munição atingida pela umidade e pela lama ficou parcialmente perdida.

Os poetas-soldados tomaram posição próximo a Puerto Alonso na véspera do Natal. Iniciaram o ataque com uma clarinada. A lancha armada Rui Barbosa rompeu fogo para auxiliar os atacantes, que aguardavam o momento oportuno para o assalto final. Durante hora e meia bombardearam o fortim inimigo. Os bolivianos dispunham de chefes militares experimentados. Em uma incursão ousada, o tenente boliviano Salazar silenciou o canhão adversário. O ímpeto inicial esmoreceu. O chefe brasileiro, Rodrigo de Carvalho, retirou-se da luta, ardendo em febre. Os bolivianos contra-atacaram debaixo de forte aguaceiro. Os poetas-guerreiros não suportavam mais aquele inferno de balas, insetos e atoleiros. Retiraram-se precipitadamente, abandonando todos os petrechos, inclusive o canhão e a metralhadora. As forças bolivianas conseguiram uma vitória esmagadora, mas não poderiam resistir à fome. Depois de três dias o delegado do governo boliviano, André Munhoz, transmitiu autorização para que se tratasse de uma capitulação honrosa no dia seguinte. Ele pessoalmente não desejava sobreviver à derrota.

A bordo do Solimões, os elementos da Floriano Peixoto acusavam-se mutuamente. Os pedidos de demissão eram frequentes. A expedição se desagregava. O Cel Avelino Chaves, substituto de Orlando Lopes, que se demitira, nada encontrou para comandar. A indisciplina se disseminara, aliada ao desânimo e à vontade de regressar a Manaus.

No dia 25 de dezembro, os comandantes dos "gaiolas" retidos por causa do bloqueio reuniram-se e enviaram um ultimato aos expediçionários. A 28 eles responderam por carta, revogando a interdição.

A situação agravava-se em Puerto Alonso. No dia 29, de madrugada, a guarnição faminta percebeu o barulho dos "gaiolas" e acreditou ter chegado o minuto fatal. Expediram-se ordens para a defesa do reduto, e cada qual ocupou seu posto para o derradeiro sacrifício. Lentamente os minutos se escoaram e os primeiros clarões da madrugada permitiram distinguir o "gaiola" Rio Afuá com uma bandeira branca drapejando à brisa. Gritos de "Viva a Bolívia!" partiram do navio. Salvava-se por questão de horas o domínio boliviano. Firmar-se-ia por muito tempo, talvez para sempre, se a Bolívia não tivesse tentado arrendá-lo ao Bolivian Syndicate.

Com a derrota dos "poetas", sobreveio a calma. Os acreanos que faziam emboscadas no interior guardaram suas armas. Os andinos sentiam que a região era como um vulcão prestes a explodir.

O Bolivian Syndicate

A balara-se a situação da Bolívia na defesa do Acre, particularmente quanto a finanças e pessoal. Os bolivianos procuraram auxílio e imaginaram arrendar o território a alguma empresa que, explorando as riquezas da borracha, desse lucro à nação empobrecida e ajudasse a manter a soberania na região. Apelando para o estrangeiro, o governo boliviano arrendou o Acre ao The Bolivian Syndicate of New York City in North America, integrado por grandes empresários de Nova York com o concurso de capitais ingleses, inclusive da Casa Rothschild. A este grupo juntou-se um filho de Theodore Roosevelt, então Presidente dos EUA. Era um indício de apoio do governo americano ao empreendimento. O contrato de arrendamento foi assinado em Londres a 11 de junho de 1901, entre o plenipotenciário boliviano Felix Aramayo e Frederick Whitridge, da firma norte-americana Gary & Whitridge.

Desse modo pretendia a Bolívia resolver os problemas no Acre, pois, como disse seu embaixador em Washington,

“graças à influência desse sindicato podemos sem dúvida contar de agora em diante com o apoio moral da chancelaria norte-americana em todas as nossas questões, ante o arrendamento ao Bolivian Syndicate”.

O sindicato obteve o direito de administrar o Acre e de manter uma força armada por trinta anos, dando em compensação 60% de seus lucros à Bolívia e garantindo a autoridade dessa nação na região.

Houve na Bolívia quem percebesse o perigo deste novo cavalo de Tróia. Na África e na Ásia, as “chartered companies”⁹¹, como o Bolivian Syndicate, terminavam por colonizar as terras que exploravam. Poderiam criar uma nova nação no Acre ou mesmo dominar toda a Bolívia, já que eram imensos os interesses em jogo e as perspectivas de lucro. Os Estados Unidos e a Inglaterra necessitavam de borracha e não ficariam indiferentes à possibilidade de controlar as fontes de produção. Entre a possibilidade real de perder o Acre e o perigo futuro, a Bolívia escolheu o último e agarrou-se ao Sindicato como tábua de salvação.

As chancelarias do Brasil e do Peru movimentaram-se para descreditar o acordo. A diplomacia norte-americana mostrou-se disposta a proteger os interesses de seus cidadãos contra as “injustificáveis” medidas brasileiras. Conforme Alves (p. 135)⁹²

As tentativas diplomáticas do Governo brasileiro para conseguir a anulação do contrato provocaram a pronta reação das autoridades governamentais em Washington e Londres, que as tiveram como sinônimo de violação de direitos adquiridos dos seus nacionais, pois estavam habituadas ao sucesso de suas companhias comerciais no continente africano. O Presidente Campos Sales decidiu, então, fechar o Amazonas e seus afluentes à navegação, ignorando os protestos dos EUA, Grã-Bretanha, França e Alemanha. Além de impedir o fluxo comercial na região, sustou a tramitação - no Congresso - do projeto do Tratado de Comércio e Navegação que celebrara com a Bolívia. Essas resoluções levaram o Secretário do Departamento de Estado Norte-americano, John Hay, a declarar que era necessário prote-

⁹¹ Companhias privadas portadoras de Carta de Concessão de um governo que lhes conferia o direito a privilégios comerciais, tributários e até de poder em outros países.

⁹² ALVES, Flávia Lima e. O Tratado de Petrópolis – Interiorização do conflito de fronteiras. In: Revista de Informação Legislativa, Senado Federal, Brasília, ano 42, nº 166, abr./jun. 2005, disponível em www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/166/ril_v42_n166_p131.pdf (acesso em 26 Fev 2012).

ger os “inocentes interesses de cidadãos americanos”, lembrando que a Bolívia, um país pobre, não poderia arcar com indenizações. As gestões diplomáticas prosseguiram lentas. Com o fechamento da navegação dos rios brasileiros, o Bolivian Syndicate não conseguia concluir a implementação do empreendimento, e o contrato estabelecia o dia 6 de março de 1903 como data limite. Os ânimos estavam cada vez mais exaltados, e um novo movimento insurrecional ganhava volume, dessa vez capitaneado pelo gaúcho Plácido de Castro, que participara dos embates da revolução federalista.

Em maio de 1902, o governo brasileiro retirou o tratado de 31 Jul 1902 com a Bolívia e, em 03 Dez do mesmo ano, assumia o Barão do Rio Branco, ainda em Londres, o Ministério das Relações Exteriores. Rio Branco agiu no sentido de afastar o perigo do Bolivian Syndicate, o que conseguiu mais tarde⁹³, e propôs a compra do Acre, inicialmente recusada pelo Brasil. Enquanto isso, no Acre, as ações continuavam.

A Guerra

Os acreanos, tomando conhecimento da criação do Bolivian Syndicate, trataram de reagir e novamente convidaram José Plácido de Castro para chefiar uma nova tentativa de proclamar a separação do Acre da Bolívia. Plácido de Castro era o homem talhado para comandar os acreanos, pela sua experiência nas lutas no Sul do país. Filho, neto e bisneto de militares, sentira desde cedo a atração das armas. Seu bisavô tomara parte na conquista das Missões. O pai comandara um pelotão em Tuiuti. Quando aluno, sua carreira militar fora interrompida pela Revolução Federalista, onde combatera pelos insurgentes, revelando grande bravura e chegando ao posto de major. Terminada a revolução, não aceitou sua incorporação ao Exército e seguiu em busca de fortuna, o que o levou ao Amazonas. Assistira às diversas revoluções acreanas com simpatia, mas sem tomar parte. No entanto, agora um valor mais alto se levantava, pois os jornais anunciavam o arrendamento do Acre ao Bolivian Syndicate.

É possível avaliar a reação de Plácido de Castro através de seus apontamentos, conforme Cláudio de Araújo Lima:

⁹³ Rio Branco conseguiu que o Bolivian Syndicate aceitasse 110 mil libras esterlinas para desistir de seus projetos no Acre (Fev 1903) (Barsa, 1977, vol. 1, p. 50).

"Em 23 de junho de 1902, chegaram-me às mãos alguns jornais que noticiavam como definitivo o arrendamento do território acreano e estampavam o teor do contrato então firmado entre a Bolívia e o Bolivian Syndicate. Era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me à mente a ideia cruel de que a Pátria brasileira se ia desmembrar, pois a meu ver aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear a navegação dos nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e nossa desgraça em breve estaria consumada. Guardei apressado a bússola de Casella de que me estava servindo, abandonei as balizas e demais utensílios e saí no mesmo dia para a margem do Acre"⁹⁴.

Em entendimentos com Rodrigo de Carvalho, Orlando Correia Lopes e com os cearenses coronéis GN Joaquim Victor da Silva (1863-1933) e José Galdino de Assis Marinho (1850-1933) foi acertado um plano de ação. A revolução começaria por Xapuri, no Alto Acre, com 33 seringueiros de José Galdino.

Conforme Glauco Carneiro, em relação ao futuro Terceiro Estado Independente do Acre: "o Estado seria autônomo, para não arrastar o Brasil a uma guerra, 'já que este reconhecera, em tratados e protocolos, a soberania boliviana'" (Carneiro, 1965, p. 124).

Mesmo com muitas deserções⁹⁵, 33 atacantes de Plácido de Castro investiram sobre três pontos diferentes de Xapuri, na madrugada de 6 de agosto (1902), data nacional da Bolívia. Na véspera os bolivianos haviam se embriagado durante as comemorações. A vila caiu em poder dos revolucionários, sem tiros, porque Plácido de Castro queria poupar munição. A população aderiu com entusiasmo. Declarou-se o Estado Independente do Acre e lavrou-se uma ata, assinada por todos os presentes, possivelmente para comprometê-los com o movimento. Vinte cópias foram distribuídas.

Conquistada Xapuri, acompanhado de uma escolta, Plácido seguiu rio abaixo para recrutar brasileiros pelos seringais que iam atravessando. Era a cruzada pela libertação do Acre.

⁹⁴ BIBLIEx, 1998, p. 48 apud LIMA, Cláudio de Araújo. Plácido de Castro. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1952, p. 113.

⁹⁵ Estas deserções, conforme Glauco Carneiro (1965, p. 126) foram causadas por má influência de um adolescente cearense apelidado de "Doutor". Reintegrado às tropas de Plácido ele novamente tentou sublevar seus companheiros. Foi fuzilado em 05 Out.

Chegaram notícias sobre a organização de forças bolivianas para enfrentar a revolução. Viria o Ajudante-General do Exército, Coronel Rosendo Rojas, com um batalhão.

Plácido não esmoreceu. Ia recrutando seringueiros, seringalistas, criadores, mateiros, comerciantes. Eram todos ignorantes da arte militar, mas iam recebendo instrução intensiva. O grupo aos poucos adquiria coesão. Os seringais iam-se preparando para a luta.

No retorno, Plácido soube da aproximação da coluna do Coronel Rojas. Partiu imediatamente com 63 homens de que dispunha para bater o inimigo numa emboscada, planejando, com o fator surpresa, compensar a diferença de efetivos. Ao clarear do dia 18 de setembro, no entanto, caíram sob fogo inimigo, próximo a Volta da Empresa (atual Rio Branco), onde pretendiam montar a própria emboscada. A tropa boliviana, apesar de não conhecer a região, marchou a noite toda, guiada por um brasileiro, o padeiro Antônio Português, que não aderira à luta pela independência e se tornara, portanto, um traidor.

Os brasileiros agruparam-se e responderam ao fogo que vinha de todos os lados.

Durante uma hora os brasileiros enfrentaram o fogo boliviano. Terminada a munição, nada mais restava senão o retraimento. O comandante recuou sempre de frente para o inimigo, preservando-se, no caso de morte, da acusação de que fugira dos campos de batalha. As perdas dos brasileiros foram de 22 mortos, 10 feridos e seis desertores. Os andinos não se arriscaram a perseguir os acreanos em uma selva onde não sabiam se orientar, apesar da superioridade numérica e de estarem os brasileiros com a munição esgotada. Os bolivianos tiveram 10 mortos e oito feridos e comemoraram ruidosamente a vitória, trocando abraços e dando vivas à Bolívia e a seu chefe. A vitória trouxe ao Coronel Rojas, um militar digno, a certeza que se extinguiria o movimento insurrecional iniciado em Xapuri.

As tropas acreanas buscaram se reorganizar através de novos recrutamentos. Analisando mais tarde os pormenores do combate, Plácido observara que suas forças estavam uma parte com roupa clara e outra trajava zuarte, e que a maioria dos mortos estava entre os primeiros. Isto levou o caudilho a adotar o uniforme escuro e a ocultar as insígnias dos oficiais para evitar o reconhecimento inimigo, já que a luta na selva se faz a curta distância. Agora não faltavam homens nem armas para a luta, mas a munição e os mantimentos eram escassos.

Plácido organizou a força de 850 homens em quatro batalhões, que foram denominados Novo Destino (150 homens), Pelotas (100), Acreano (300) e Xapuri (300). O armamento era constituído de rifles Win-

chester 44 e armas de caça dos seringueiros. A dotação individual de munição era de 60 tiros. O Exército boliviano dispunha de fuzis Mauser, modelo argentino. A vanguarda da expedição contava com 340 homens, e em Abunã estavam mais 500.

Após a emboscada de Volta da Empresa, o Coronel Rojas percebeu não ter condições de prosseguir para Puerto Acre e resolveu estabelecer-se defensivamente no local.

Os acreanos receberam mais 100 homens do seringal do Coronel Alencar, que aderira à revolução, e atacaram, envolvendo os defensores pela direita e pela esquerda.

A 02 Out 1902, os comandantes de batalhão, em rasgo de entusiasmo, aclamaram Plácido de Castro general do "Exército" do Acre. Por causa de seu desprendimento ele desistiu da honraria: achava que a promoção por pronunciamento criava um péssimo precedente.

Enquanto o exército acreano se preparava para a revanche, a guarnição boliviana de Puerto Acre desenvolvia ações de comando ou correrias, como as chamavam, seguindo a tradição de seus indígenas. Em sua primeira incursão surpreenderam o seringal Telheiro, fortificado por ordem de Plácido. Aprisionaram sete homens; alguns foram fuzilados e os restantes evadiram-se pela mata. Este sucesso motivou uma segunda incursão, agora ao seringal Bom Destino. A tropa embarcou em sete batelões até o seringal e prosseguiu então pela floresta para evitar ser vista. Um tiro disparado por uma sentinela acreana revelou o avanço dos bolivianos. Estes, desacostumados à selva, romperam fogo, sem ordem e a esmo. Perdera-se a surpresa. Ainda assim tentaram assaltar o barracão, mas ao atravessar a grande clareira expuseram-se ao fogo dos defensores entrincheirados em volta da casa.

Os bolivianos tiveram muitas perdas, inclusive um oficial. A desastrosa incursão provocou críticas ao seu comandante, Coronel Manuel Canseco, a quem se atribuía grande valor militar. Ele respondeu mais tarde a um processo em La Paz por sua atuação nesse episódio. Em seguida a guarnição de Puerto Acre concentrou-se nas obras de defesa de seu reduto, barrando o acesso pelo rio Acre.

A 5 de outubro, os acreanos iniciaram o ataque às tropas do Coronel Rosendo Rojas, em Volta da Empresa. Os bolivianos tiveram tempo suficiente para fortificar a praça. As trincheiras e o arame farpado protegiam grande extensão do terreno. Além desse sistema defensivo, o "gaiola" Rio Afuá, dos bolivianos, encalhado pela grande vazante, transformara-se em fortim. Plácido pretendia surpreendê-los na hora do rancho (refeição) mas alguns de seus homens prejudicaram a manobra. O ataque se iniciou pela madrugada. Os sertanejos do Nor-

deste, sem vivência de combate, desejavam tomar a praça numa arremetida que estarrecesse o inimigo. As primeiras trincheiras foram tomadas a arma branca. O terreno conquistado no primeiro dia entusiasmou os seringueiros que, exultantes, excediam-se em audácia. Os bolivianos estavam bem comandados e protegidos por seus entrincheiramentos e cercas de arame farpado; respondiam ao fogo abrindo claros entre os atacantes que, à noite, enterraram os mortos, enquanto os feridos eram transportados para um hospital de emergência, em local protegido. Plácido previra tudo.

Era necessário poupar munição, e os seringueiros tinham aprendido a manter disciplina de fogo, controlando o consumo. Numa ação tipo comandos, uma equipe se apoderou do "gaiola" encajado e, da outra margem, os acreanos começaram a impedir que os bolivianos se abastecessem de água no rio. A situação dos sitiados tornou-se insustentável. Capazes de enfrentar qualquer sacrifício, suportavam com estoicismo todas as vicissitudes, recusando a primeira proposta de rendição de Plácido, quando a situação era desesperadora. Tinham esperança de receber reforços.

Como já visto anteriormente, os acreanos já haviam fuzilado como espião um jovem cearense apelidado de "Doutor". Havia outro traidor, um francês refugiado em Porto Acre. O preso agora era o antigo pai-deiro de Volta da Empresa, Antônio Português, que desertando de nossas tropas guiara os bolivianos do Coronel Rojas numa emboscada que levava à morte um punhado de conjurados pelo ideal de brasilidade. Os traidores eram apenas advertidos quando presos pela primeira vez. Da segunda, não escapavam do castigo, a pena capital.

Durante a noite o cerco apertava, os bolivianos recorriam às últimas energias para resistir àquele inferno de balas, de sol equatorial, de chuvas torrenciais, de terra enlameada. Por ironia, faltava água potável. Tanto esforço e sacrifício para entregar o território aos magnatas do Syndicate.

Chegaram ao conhecimento de Plácido notícias de incursões bolivianas no Baixo Acre. Industriais da borracha, bolivianos do sul, estavam armando seus índios mansos e atacando os seringais e povoações brasileiras, fuzilando sumariamente a quantos encontrassem. Urgia buscar uma decisão rápida no sítio, a fim de atender às outras frentes. Por isso preparou-se o assalto final.

Enviou-se um prisioneiro, um oficial boliviano, como emissário de paz ao campo inimigo, numa última tentativa de evitar derramamento inútil de sangue, já que a derrota era inevitável. A 14 de outubro de 1902, surgiram as bandeiras brancas no acampamento boliviano.

Aos vencidos foi dispensado tratamento humano e condigno com a situação de combatentes. Plácido de Castro não aceitou a espada do comandante adversário que, com um aperto de mão, pediu que a guardasse, se não como troféu, ao menos como a lembrança de um amigo. Este gesto simboliza bem o respeito existente entre combatentes brasileiros e bolivianos que estavam colocados em trincheiras opostas por interesses alienígenas. Os soldados bolivianos casados foram mandados de volta a seus lares, em liberdade. Os restantes foram enviados a Manaus. Para concretizar o retorno à Pátria Plácido, sem pedir favores àqueles contra quem pegara em armas, solicitou a Don Lino Romero licença para passarem pelo rio em Puerto Acre os batelões conduzindo pessoal, pois por terra seria uma viagem muito difícil.

Lino Romero, delegado boliviano, concordou com a solicitação para atenuar os sofrimentos daqueles homens e solicitou que um dos retirantes levasse duas cartas-abertas para a Bolívia, uma destinada ao General José Manuel Pando, Presidente da República, e a outra a sua esposa. Plácido de Castro não tocou nesta última. Na endereçada ao General Pando, Romero mostrava a inutilidade da tentativa boliviana de permanecer no Acre, a cujo clima os andinos não podiam se adaptar, e que era totalmente povoado pelos brasileiros, seus desbravadores. Sugeriu um acordo honroso, equitativo, ou então uma permuta de territórios. O governo boliviano, no entanto, não poderia acolher suas sugestões pois se comprometera com o Bolivian Syndicate.

Os acreanos lutavam em três frentes: em Volta da Empresa, contra a coluna do Coronel Rojas, agora vencida; no Baixo Acre, contra as correrias da guarnição de Puerto Alonso, e em uma terceira, no sul, nas proximidades do igarapé Baía, sem dúvida a mais perigosa, onde os adversários eram proprietários bolivianos que dispunham de caboclos e índios conhecedores dos segredos da selva. Toda a população da zona do Beni, do Madre de Dios e do Orton abandonara a faina da borracha e lançara mão do rifle. Os donos dos seringais, os ricos dessas regiões selvagens, viam no arrendamento do território ao Syndicate a possibilidade de desenvolvimento e povoamento da área, mesmo sentindo o perigo futuro para a soberania, enquanto os proprietários brasileiros repeliam o domínio de qualquer povo estrangeiro, ainda que abandonado pelo governo de seu país.

Os bolivianos iam agora jogar os caboclos dos seringais contra a revolução para que o sindicato pudesse operar sem estorvo. Os líderes acreanos não temiam a luta, desde que leal. Mas receavam a perfídia do índio assalariado para a guerra, a perversidade inata do cholo

boliviano, com seus velhos processos de envenenamento das águas, de destruição pelo fogo das riquezas duramente acumuladas e de represálias bárbaras contra as famílias indefesas.

As notícias que chegavam ao exército acreano eram aterrorizantes. Xapuri, ameaçada de assalto por 800 caboclos, preparava-se para resistir. Uma horda selvagem de caboclos atacara e incendiara o povoado de Carmem, eliminando a força brasileira de 53 homens e fuzilando todos os feridos e prisioneiros.

Plácido percebeu que essa ameaça não poderia ser eliminada através de uma atitude defensiva. Precisava atacar, levando a guerra até à Bolívia para dismantelar as reservas inimigas no rio Orton. A guarnição de Puerto Acre ficaria apenas vigiada. Atravessando a floresta entre os rios Acre e Iquiri, a tropa acreana prosseguiu até o Abunã, onde se defrontou com forças irregulares bolivianas a 17 de novembro, no povoado de Santa Rosa, território incontestavelmente boliviano. Na manhã seguinte, os brasileiros atravessaram o rio sob a proteção de cerrado tiroteio dirigido às linhas bolivianas dispostas atrás de sólidos parapeitos montados com bolas de borracha. A luta durou cinco horas consecutivas. Sentindo-se incapazes de prosseguir na resistência, os defensores dispersaram-se na selva e o combate terminou com um incêndio nas casas e nas trincheiras adversárias. Depois de um pequeno descanso, ao raiar do dia 20 Plácido, com 400 homens, continuou rumo à localidade de Palestina, já na Bolívia, às margens do rio Orton. Pretendia não só desarticular as bases e posições instaladas pelo quartel-general de Riberalta como atrair a tropa que guarnecia Puerto Acre, para emboscá-la no caminho, varrendo o inimigo da região, sem necessidade de um assalto à sua praça mais forte. Mas o plano não se concretizou, pois os oficiais, sem o mesmo ímpeto ofensivo, pediram para não adentrar mais no território deserto e adverso em que os combatentes, antes de enfrentar o inimigo, tinham de vencer a selva. Plácido de Castro, a contragosto, cedeu às considerações de seus capitães.

O exército acreano retrocedeu para o rio Tuamano onde, em operações de limpeza, eliminou os guerrilheiros remanescentes.

Só quem conhece a selva amazônica tem ideia das distâncias imensas, das dificuldades nem sempre superáveis para obter comunicações, da ausência de eixos de penetração fora dos rios e das dificuldades de orientação, e pode em consequência avaliar o esforço extraordinário dos brasileiros naquelas jornadas para fazer valer o ponto de vista que defendiam.

Em território boliviano pensou-se em atacar Porvenir, também no rio Tuamano mas, com a mudança no regime das águas, tornou-se necessário e urgente tomar Puerto Acre, antes que pudesse receber reforços.

Os "gaiolas" que procediam de Manaus começaram a chegar. O ataque a Puerto Acre teve início a 15 de janeiro de 1903. Plácido tinha apenas 29 anos de idade. O moral da tropa estava elevado em consequência de vitórias anteriores. As forças disponíveis eram razoáveis, no contexto operacional. Fora desencalhado o barco tomado aos bolivianos e que agora se chamava Independência.

Às 9 horas começou o combate, que se manteve durante todo o dia com a mesma intensidade. Às 14 horas os atacantes ocuparam parcialmente posições inimigas, em um campo aberto, com cerca de 120 metros de extensão. Um violento contra-ataque retomou em parte o terreno conquistado. Foi durante esta fase que se registrou a passagem do Independência que se encontrava carregado de borracha, pouco acima de Puerto Acre e que precisava descer com urgência pois o produto deveria ser trocado por armas e munições. Fazer descer o navio era tarefa das mais difíceis, porquanto os andinos dominavam ambas as margens e, como os paraguaios em Humaitá, atravessaram uma grossa corrente no rio, de lado a lado. Um grupo de voluntários tentou serrar a corrente submersa, sob intenso fogo inimigo, mas não conseguiu: todos foram mortos ou feridos. Seguiu-se uma outra turma, que finalmente completou o trabalho. Aproveitando a bruma, o Independência forçou a passagem sob fogo inimigo, inclusive de artilharia, e avançou vencendo a barragem de projéteis contra o casco de aço do barco, no qual 25 homens de cada lado respondiam ao fogo, entrincheirados atrás de pélas (bolas) de borracha. O navio apitava sem interrupção e o corneteiro emitia toques marciais; de bordo os tripulantes podiam ver Puerto Acre como dois círculos concêntricos de clarões e de fumo.

A vitória militar

O sítio durou nove dias, de 15 a 24 Jan, enquanto as chuvas caíam, encharcando as trincheiras. Os brasileiros avançavam principalmente à noite, abrindo novas sapas no terreno enlameado. Dois batalhões bolivianos defendiam com denodo suas posições. Os seringueiros pediam a realização de um assalto a arma branca; Plácido de Castro os continha. Face à resistência duradoura, já pensava no ataque decisivo, quando veio de Puerto Acre o sinal de

paz. A bandeira branca concretizava a derrota da Bolívia em sua última posição militar.

A força boliviana formou diante dos acreanos vencedores. Com a formalidade de praxe, um militar boliviano arriou a bandeira de seu país em clima de emoção que contagiava vencidos e vencedores. Lino Romero desembainhou a espada e entregou-a ao comandante vencedor que, emocionado, disse: "Senhor coronel, não fazemos a guerra senão para conquistar o que é nosso". A seguir, pediu-lhe que guardasse sua espada e afirmou-lhe que os acreanos abriam-lhe os braços como amigos. O delegado boliviano agradeceu-lhe a consideração. Reconhecia-o como "Jose Placido de Castro - Coronel Comandante en Jefe del Ejercito Revolucionario" (Lima, 1952, p. 218).

Em 171 dias, de 5 de agosto de 1902 a 24 de janeiro de 1903, os seringueiros conseguiram se organizar e derrotar uma força armada adversária, lançando as bases de um novo Estado e inviabilizando a ocupação do Acre pelo Bolivian Syndicate.

A revolução acreana repercutiu em todo o país, motivando a opinião pública em favor da reivindicação que os acreanos estavam sustentando com sacrifícios. A guerra não era contra a Bolívia.

A vitória diplomática

Na Bolívia, as derrotas sucessivas de seu Exército causaram verdadeiro clamor público. Quando Puerto Acre caiu, o Syndicate prometeu adiantar à Bolívia alguns milhares de libras e a população se indignou. O governo organizou uma poderosa expedição militar encabeçada pelo próprio Presidente da República General José Manuel Pando. Quando essa expedição começou o seu penoso deslocamento para o Acre, o Barão do Rio Branco percebeu que sugira a hora de terminar o conflito pela via diplomática.

O Barão do Rio Branco estava à testa do Ministério das Relações Exteriores desde 15 de novembro de 1902 e logo percebeu a grave situação surgida na Amazônia. O Brasil não iria permitir o esmagamento dos acreanos, mesmo que tivesse de usar tropas federais.

O Barão do Rio Branco não desejava uma guerra com a Bolívia, mas sabia que, para a evitar, necessário seria preparar-se para fazê-la: *SI VIS PACEM, PARA BELLUM*.

Queria negociar "um acordo honroso e satisfatório" para todas as partes envolvidas. Iniciou obtendo a renúncia dos direitos que o Bolivian Syndicate alegava ter sobre a questão, mediante a indenização de 110 mil libras esterlinas, em 28 de fevereiro de 1903. Conseguiu,

assim, além de eliminar um elemento perturbador das negociações diplomáticas diretas, afastar o incomodo apoio que Bolivian Syndicate tinha por parte de membros do governo norte-americano.

A seguir fixou um limite que as tropas bolivianas não deveriam ultrapassar em seu deslocamento em direção ao Acre, declarando litigioso o território acima do paralelo de 10° 20' e conseguiu que o presidente Rodrigues Alves ordenasse aos ministros da Guerra e da Marinha que mobilizassem as tropas necessárias para ocupar militarmente o Acre. Assim, duas brigadas, com unidades dos 1º, 2º e 3º Distritos Militares, sob o comando dos generais Antonio Olímpio da Silveira e João César Sampaio seguiriam para o Acre, isolando a área pelo sul e pelo norte. Ao mesmo tempo um batalhão de Infantaria da Bahia e outro do Rio Grande do Sul foram deslocados para reforçar a fronteira do Mato Grosso com a Bolívia. O Gen Olímpio assumiu o governo em 03 Abr 1903. Foi substituído em Ago pelo Cel Rafael Augusto da Cunha Matos, também veterano das 3ª e 4ª expedições a Canudos.

A Divisão Naval do Norte, composta pelo encouraçado Floriano, o contratorpedeiro Tupi e o caça-torpedeiro Gustavo Sampaio, sob o comando do Contra-Almirante Alexandrino de Alencar, recebeu ordens para seguir para Porto Acre.

Com o problema militarmente resolvido pelos acreanos e o início da concentração estratégica do Exército e da Marinha do Brasil, não restou ao presidente Pando outro caminho do que aceitar as compensações que o Brasil propunha em troca da região litigiosa.

Plácido de Castro continua como Governador do Acre Meridional e, a partir de 24 de junho de 1906, Prefeito do Alto-Acre. Sempre foi assessorado pelo irmão Genesco de Castro e pelo engenheiro Gentil Tristão Norberto. Depois, Plácido tornou-se um homem de negócios.

A diplomacia brasileira, representada pelo Barão do Rio Branco, consolidou o ideal de Plácido de Castro com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, pelo qual se ajustaram definitivamente as fronteiras entre as duas nações. O Brasil incorporou 191 mil quilômetros quadrados, cedendo 2,3 mil quilômetros quadrados à Bolívia e pagando-lhe 2 milhões de libras esterlinas a título de indenização, comprometendo-se, ainda, a construir uma estrada de ferro ao longo do trecho encachoeirado do rio Madeira.

O restante da questão do Acre foi resolvido entre o Brasil e o Peru, que também julgava ter direitos sobre parte da área litigiosa, pelo Tratado do Rio de Janeiro de 8 de setembro de 1909.

O Brasil incorporou 152 mil quilômetros quadrados de terras desbravadas e habitadas por nossos compatriotas. Conforme Glauco Carneiro, o Barão do Rio Branco teria declarado que

Não se pode dizer que [...] compramos o Acre à Bolívia, que adquirimos o título que a Bolívia tinha sobre esta região. O que fizemos foi resgatar, mediante indenização, o título português ou brasileiro que cederamos à mesma Bolívia pelo Tratado de Ayacucho, de 1867 (Carneiro, 1965, p. 130).

O assassinato de Plácido de Castro

José Plácido de Castro, terminada a luta no Acre, estabeleceu-se como plantador e seringueiro no seringal Caparatá. Em 1906, foi empossado como Prefeito do Alto Acre até 1908 quando foi substituído pelo então Cel EB Gabino Suzano de Araújo Besouro (1851-1930).

Plácido foi emboscado em 09 Ago 1908 por inimigos políticos⁹⁶ quando se deslocava da Vila de Rio Branco para Caparatá na região de Igarapé Distração. O ataque foi de 14 bandidos que o feriram no ventre causando-lhe a morte em 11 Ago.

Ao morrer teria dito o seguinte, conforme Claudio de Araújo Lima:

Esta terra que tão mal pagou a liberdade que lhe dei, é indigna de possuí-los"... Ah! meus amigos, estão manchadas de lodo e de sangue as páginas da história do Acre ... Tanta ocasião gloriosa para eu morrer...

Uma outra versão diz o seguinte (Carneiro, 1965, p. 132):

Quem tem sabido viver melhor saberá morrer. Eu só lamento é que, havendo tanta ocasião gloriosa para morrer, esses "heróis" venham me matar da maneira que fizeram. Enfim ... em Canudos fizeram pior...

Seus restos mortais estão sepultados no Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre. No Parque Marinha do Brasil, também na capital do RS, existe um monumento em sua homenagem.

Plácido de Castro é considerado um dos maiores heróis brasileiros e o maior herói do Acre.

⁹⁶ A descrição completa da emboscada está registrada no livro de Claudio Araújo Lima (pág. 347/352).

O EB o homenageia com a denominação histórica do 4º BIS – Batalhão Plácido de Castro, subordinado ao Comando de Fronteira Acre, Rio Branco, AC, bem como o Estandarte Histórico, conforme a Portaria Ministerial nº 1.270, do então Ministério do Exército, de 04 Dez 1987.

A Questão com o Peru

Conforme o Barão do Rio Branco⁹⁷, Brasil e Peru acertaram suas demandas territoriais através de uma Convenção Especial, e assinaram em Lima um Tratado em 23 Out 1851 regulando os limites em conformidade com o princípio do Uti possidetis.

Entretanto, permanecia o desconhecimento das regiões fronteiriças e a superposição das pretensões daquele país. Em 1904, subsistindo a questão de limites, agravou-se a situação em função das tensões entre brasileiros e peruanos no alto Purus e no alto Juruá.

Neste mesmo ano, sendo Prefeito do Alto Juruá (AC) o piauiense Cel EB Gregório Taumaturgo de Azevedo, peruanos passaram a invadir a fronteira brasileira para cobrar impostos dos seringueiros estabelecidos na área do rio Amonea, oeste do Acre, fronteira com o Peru.

Foi montada uma expedição com o 15º Batalhão de Infantaria, comandado pelo Cel Cipriano Alcides dos Santos. Um destacamento precursor com 50 homens, comandado pelo Capitão Francisco de Ávila e Silva, embarcado nos navios-gaiola Moa e Contreiras, foi lançado a partir da localidade “Invencível”.

Esta expedição teve por missão expulsar ou prender os cobradores de impostos. Na região do seringal Minas Gerais, frente a Nueva Iquitos, um tenente peruano exigiu impostos dos brasileiros do Contreiras. Ele foi aprisionado, juntamente com alguns praças. O navio prosseguiu, mas foi alvo de intensa fuzilaria dos peruanos de terra até chegar ao seringal de Francisco Bonifácio da Costa, na foz do rio Amonea.

Os brasileiros, inclusive do Moa, desembarcaram e atacaram os peruanos por terra. Nesta ocasião, uma centena de seringueiros brasileiros “e alguns ex-cadetes da Escola Militar de Fortaleza”⁹⁸ (Carneiro, 1965, p. 133) se juntaram aos seus patrícios do EB.

⁹⁷ Obras do Barão do Rio Branco – Questões de limites: exposições de motivos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 117.

⁹⁸ Glauco Carneiro cita os ex-cadetes (ex-alunos) Gastão Souto, Francisco Januário de Assis, Urbano Müller e Oseas Cardoso (Carneiro, 1965, p. 133).

Os combates se prolongaram até a manhã do dia 05 Nov, quando os peruanos se renderam e foram autorizados a se recolherem a Loreto levando mortos e feridos. Houve um morto e vários feridos entre os brasileiros, conforme o Relatório do Cel Taumaturgo ao Governo.

Ainda em 1904, e em função destas demandas, foi estabelecido um tipo de convivência pacífica na região, entre Brasil e Peru (modus vivendi). Foi assinado um acordo provisório que projetou um acordo definitivo. E começaram as negociações, que duraram cinco anos.

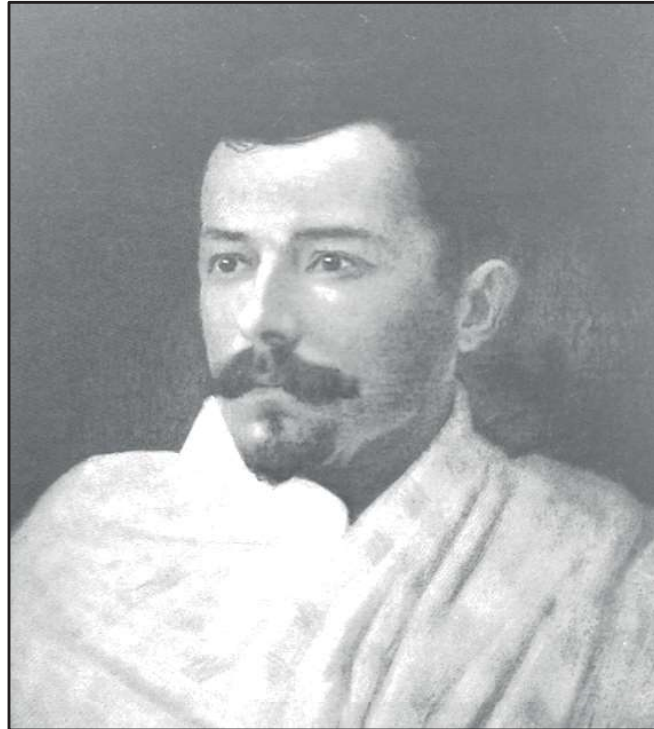
O tratado definitivo foi assinado em 09 Set 1909 no Rio de Janeiro. Os 1.565 Km de fronteira foram demarcados, o que constituiu uma vitória para o Brasil, conforme Glauco Carneiro (1965, p. 134).

Após as demandas com a Bolívia e com o Peru, foram incorporados ao território brasileiro 152 mil Km quadrados.

Iconografia da Campanha do Acre



Ao lado, José Maria da Silva Paranhos – Barão do Rio Branco (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 53)



José Plácido de Castro (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 48)



**O acampamento do 36° BI em Volta da Empresa (Rio Branco)
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 53)**



O Acre em disputa (Fonte: www.estudopratico.com.br/o-acre-a-bolivia-e-o-tratado-de-petropolis/)



Plácido de Castro e seu EM Revolucionário
(Fonte: aventurasnahistoria.uol.com.br)



**Museu a céu aberto no local da emboscada – Alegoria do assassinato
(Fonte: Informativo O Guararapes nº 21 em www.ahimtb.org.br)**



A REVOLTA DA VACINA E A REVOLTA DA ESCOLA MILITAR

"Morra a polícia! Abaixo a vacina!"

(Clamor popular)

*"em hipótese alguma os alunos militares
podem comparecer a quaisquer comí-
cios subversivos da ordem pública"*

(Marechal Argollo)

A Revolta da vacina

De 10 a 16 de Nov de 1904, o Rio de Janeiro foi sacudido pela sua mais violenta e duradoura revolta popular, secundada pela revolta da Escola Militar da Praia Vermelha. O objetivo era um

só: derrubar o governo do Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves e, como pretexto, reagir contra a Lei de Vacina Obrigatória⁹⁹, aprovada a custo pelo Congresso e promulgada pelo Presidente.

Ao findar o primeiro semestre de 1904 o número de mortes no Rio em consequência da varíola já era de quatro mil.

O clima político na capital federal em 1904 encontrava-se bastante alterado. Os habitantes sofriam as consequências de uma série crise econômica pela qual passava o país, agravada com a queda do preço do café no mercado internacional. Aumentara sensivelmente a criminalidade e o desemprego. Muitos comerciantes faliram. Uma significativa parcela da população da cidade teve de abandonar suas moradias para ceder terreno à modernização do centro do Rio e às obras de saneamento básico. Os políticos opositores e os militares positivistas exploraram essa situação entre o povo e entre os alunos das escolas militares da Praia Vermelha e do Realengo. A revolta deveria começar em 17 Out mas a polícia foi alertada e ela foi adiada.

Em 15 de novembro de 1904, foi criada a Liga contra a Vacina Obrigatória, com sede no Centro das Classes Operárias. Um dos líderes era o Coronel Lauro Sodré, que era deputado.

A Liga passou a fazer comícios na rua do Ouvidor, Largo de São Francisco, Praça Tiradentes, Largo da Lapa e ruas do centro da cidade, onde começaram a se registrar choques de populares com a Polícia. A baderna se generalizou. Os revoltosos destruíram a iluminação pública, depredaram os bondes e a revolta se espalhou pela cidade.

O mais violento confronto foi na rua do Sacramento, onde a Cavalaria da Polícia matou à bala diversos populares. Os telefones foram cortados, paralisados os transportes e incendiados diversos prédios, além de depredada a Companhia de Gás do Mangue, o mesmo acontecendo com estações ferroviárias e delegacias de polícia.

O Rio fervia e o Presidente reforçou o combate à revolta com o Exército e a Marinha. As coisas iam nesse pé quando o deputado Lauro Sodré deu ultimatum ao Presidente para renunciar, sob pena de ser obrigado a isso pelas escolas militares.

Entretanto, como diz Pedro Calmon (1959, vol. 6, p. 2080), não se pode confundir o movimento militar, que será visto a seguir, com as arruaças que dominaram a cidade do Rio em 14 Nov 1904. Os oficiais revoltosos somente se aproveitaram do descontentamento popular.

⁹⁹ Lei nº 1261, de 31 Out 1904 (Carneiro, 1965, p. 136).

Antecedentes das revoltas das escolas militares

O Ministro da Guerra era o Marechal Francisco de Paula Argollo. Esta autoridade foi avisada de que alunos da Escola Militar do Brasil (EMB - Praia Vermelha)¹⁰⁰ e da Escola Preparatória e de Tática do Realengo¹⁰¹ (EPTR) estavam prontos para irem assistir às reuniões do Centro Operário. O marechal convocou os comandantes: da EMB, o Gen José Alípio de Macedo da Fontoura Costallat; e da EPTR, o Gen Hermes Rodrigues da Fonseca, e lhes disse “que em hipótese alguma os alunos militares poderiam comparecer a quaisquer comícios subversivos da ordem pública” (Carneiro, 1965, p. 139).

Na época, existia no Rio de Janeiro “uma conspiração político-militar contra o governo, dirigida por militares florianistas” (Lemos, 2019, p. 39). O florianismo tinha se tornado uma espécie de doutrina, baseada nos postulados do Positivismo de Augusto Comte e caracterizada por anseios nacionalistas extremados e pelo republicanismo intransigente. Os alunos das escolas militares estavam doutrinados.

No dia 14 Nov, foi realizada no Clube Militar uma reunião, presentes os generais Silvestre Rodrigues da Silva Travassos e Antonio Olímpio da Silveira, além do Ten Cel Lauro Sodré, entre outros. O Ten Cel Sodré era muito admirado pelos alunos militares de ambas as escolas. Desta reunião surgiu a linha de ação de sublevação dos militares em face da seguinte conclusão à qual chegaram os participantes:

“As autoridades já não estavam mais em condições de poder se defender, pois suas tropas estavam fatigadas e de moral abatido diante das baixas sofridas para refrear os agitadores de rua” (Carneiro, 1965, p. 140).

O plano era sublevar a EPTR através do Major Agostinho Raimundo Gomes de Castro e a EMB através do Gen Silvestre Travassos. Depositos os dois comandantes, o comando da EPTR seria entregue ao Major Marciano Augusto Botelho de Magalhães (irmão de Benjamin Constant, então já falecido), e a EMB ficaria com o próprio Gen Travassos.

¹⁰⁰ A EMB era a antiga Escola Militar de Aplicação, fundada em 1855.

¹⁰¹ A palavra “Realengo” vem do bairro do Real Engenho abreviado para Real Eng°.

A rebelião militar na Escola Preparatória e de Tática do Realengo

Em 14 Nov 1904 às 1600 h o conspirador Maj Gomes de Castro embarcou em um trem da Estrada de Ferro Central do Brasil e se dirigiu para o Realengo. Acompanhavam-no o Cap Antonio Augusto de Moraes e os civis Luís Pinto Pereira de Andrade e Artur Rodrigues da Silva. Na estação do Realengo o grupo se encontrou inesperadamente com o Cmt da EPTR Gen Hermes da Fonseca, que estava no trem para o centro da cidade. Dirigindo-se ao Maj Gomes de Castro, o Gen Hermes indagou o que ele vinha fazer naquela localidade e àquela hora. O major respondeu-lhe que faria visita a um amigo, e que há dez anos não vinha ao Realengo. A explicação não convenceu o Gen Hermes que, desconfiado, retornou à Escola, onde mandou tocar reunir e estabeleceu prontidão.

Diante disto, o Maj Gomes de Castro se dirigiu ao 20° BI onde, ausente o Cmt, entendeu-se com o Fisc Adm Maj Joaquim Elesbão dos Reis, montou num cavalo e partiu para a EPTR acompanhado pelos outros três. Vendo-o entrar pelo portão, o Gen Hermes desceu rapidamente e lhe deu voz de prisão dizendo: “Esta é uma Escola de Lealdade. Não admito que a politicagem venha especular com a mocidade” (Lemos, 2019, p. 79). Derrubado do cavalo a coronhadas, a prisão foi executada pelos alunos da guarda, comandada pelo Alferes Afonso Pinho de Castilhos. Gomes de Castro foi levado para o Gabinete de Comando. Chegando ao local, o civil Luís Pinto Pereira de Andrade, de espada na mão, gritou no saguão da escola: “Prenda o general! Mate o general!”. O Alferes Pinho de Castilho embargou-lhe os passos e lutou com ele, ajudado por vários alunos que lhe aplicaram coronhadas e socos. Subjugado Pereira de Andrade, enquanto o Ten Joaquim Manoel de Araújo fechava o portão, aproximou-se o Cap Antônio Augusto de Moraes, de pistola em punho. Proibido de entrar, desferiu dois tiros contra o Ten Araújo. Um dos tiros foi atingir o próprio companheiro Pereira de Andrade. Em seguida, fugiu correndo de volta para o 20° BI, juntamente com o civil Arthur Rodrigues. O Maj Elesbão, do 20° BI, se recusou a atacar a EPTR. Frustrados, se dirigiram à estação, de volta para o centro e de lá para suas residências.

Conforme o Cel Juvêncio Saldanha Lemos:

“Assim, graças à experiência, senso de responsabilidade e enérgica pronta ação de comando do Gen Hermes da Fonseca, antes do fim da tarde estava resolvido o problema no Realengo” (Lemos, 2019, p. 80).

Restabelecida a ordem, o Gen Hermes informou por telefone ao Ministro da Guerra o grave acontecimento.

A rebelião militar na Escola Militar do Brasil (Praia Vermelha)

Após a reunião do Clube Militar no mesmo dia 14 Nov 1904, o Gen Travassos e o Ten Cel Lauro Sodré foram para suas residências, se fardaram e se dirigiram para a EMB, onde chegaram por volta de 1700 h. Nesta altura, o Gen Marciano Magalhães já havia se recusado a participar da revolta.

No local já se encontravam o civil Alfredo Varela e alguns oficiais. Antes disto, já havia chegado o Cmt Gen Costallat, que foi avisado que o Alferes Sebastião Pinto da Silva havia arrombado a reserva de Armt, então chamada de Arrecadação. Avisado da chegada de Travassos, Costallat desceu ao térreo e ouviu do primeiro o seguinte:

“General, em nome da mocidade militar revoltada, assumi o comando desta Escola”. Costallat respondeu: “Senhor General, recebi o comando desta Escola do governo da República e só por ordem dele posso passá-lo a outro. No mais, seja feliz”. E declarou-se prisioneiro de Travassos (Lemos, 2019, p. 85/86).

Mas o Gen Travassos não o prendeu. Levou-o até o portão e Costallat saiu acompanhado dos tenentes José Narciso da Silva Ramos, João Torres Cruz e João Gomes Ribeiro Filho, entre outros¹⁰² (Carneiro, 1965, p. 141). Dirigiram-se para o QG do EB na Praça da República.

A revolta da EMB não foi unânime. Muitos oficiais e alunos não aderiram e receberam ordem de se retirarem da escola.

Conforme o Cel Lemos (p. 88), o Gen Travassos assumiu com firmeza o comando da escola e tomou, entre outras, as seguintes providências:

- substituiu a guarda externa por outra só de alunos;
- mandou um escaler ao Forte São João buscar munição;
- mandou ativar a artilharia de campanha da Escola; e
- mandou ocupar o morro de Botafogo por um pelotão de alunos.

¹⁰² Conforme Glauco Carneiro (1965, p. 141) os não solidários com a rebelião foram: João Manoel de Faria, Francisco Florindo da Silva Ramos, Felipe Benício de Souza, João Príncipe da Silva, Antônio José da Silva Câmara, José Fernandes Leite de Castro, e os alferes-alunos João Candido Pereira de Castro Júnior, Estevão Leitão de Carvalho e Raul Corrêa de Mello.

Mas a artilharia não pode ser ativada, os alunos civis nunca haviam atirado com fuzis, as frações formadas não tinham a menor noção de combate e a equipe que foi buscar munição foi aprisionada. Além disso, o Gen Travassos foi informado que no Realengo a revolta havia falhado.

Mas, às 2200 h, o general montou a cavalo e, à frente de uma tropa de 300 homens em coluna por quatro¹⁰³, partiu em direção ao Palácio do Catete. Enquanto isto, o Gen Costallat já tinha informado o Min da Guerra Gen Argollo da situação. Este, deslocou-se para o Catete.

A tropa que foi formada para enfrentar a força rebelde da EMB era do 1º BI, 1º e 9º RC e policiais, inclusive bombeiros. O Cmt era o Gen Antônio Carlos da Silva Piragibe, que era Cmt da então Brigada Policial.

Piragibe deslocou sua tropa em direção à EMB. A vanguarda, formada por um Esqd/1º RC, encontrou-se com a coluna da EMB e a esta aderiu sob aplausos dos alunos. Os legalistas ficaram sem vanguarda. Logo à frente, uma Cia da tropa legal que estava em missão de cobertura também aderiu. A noite estava muito escura e chuvosa.

Antes de se encontrarem na Rua da Passagem, por volta de 2230 h, as colunas fizeram alto. O Gen Travassos, procurando evitar mortes, enviou o Alferes-Aluno João Silvestre Cavalcanti à frente para parlamentar com o Cmt da tropa legalista. Foi recebido a tiros, retornou a galope e caiu morto. Conforme o Cel Lemos, foi nesta oportunidade que os alunos se deram conta de que “estavam em uma guerra para valer” (Lemos, 2019, p. 93).

O Gen Travassos colocou sua tropa em dispositivo de combate junto aos meios-fios das calçadas e recebeu uma descarga da tropa legal que foi respondida pelos alunos. Tiroteio a esmo e descontrolado em uma escuridão total. O Gen Travassos foi atingido na perna, o que o levaria à morte dias depois. O Ten Cel Lauro Sodré foi atingido de raspão na cabeça, afastou-se do combate para ser atendido e não mais retornou. A falta de coordenação, de ambos os lados, era total. O Esqd Cav e a Cia Inf que haviam aderido avançaram sobre a retaguarda dos alunos e o pânico se generalizou. Houve, então, debandada dos dois lados.

O Gen Piragibe retornou para o Catete, envergonhado pelo que presenciou, juntamente com alguns poucos homens. O grupamento da

¹⁰³ Conforme o Gen Pantaleão Pessoa (citado por Müller, 2003, p. 26) pelo menos 70% dos alunos foram mantidos na ignorância e não sabiam dos riscos que iam correr.

EMB “permaneceu na mesma posição que ocupava ao se iniciar o combate, apenas um pouco desarticulada” (Lobato Filho, 1992, p. 88). A tropa de alunos saiu vitoriosa mas não explorou o êxito. Em seguida, sob orientação do Ten Tertuliano de Albuquerque Potiguara¹⁰⁴ (1873-1957), que havia participado das ações, retraiu para a Praia Vermelha.

O tragicômico combate havia durado meia hora. Em confronto, dois generais do EB e duas tropas, uma de alunos sem experiência, outra de linha, mas sem nenhuma preparação, em área urbana, sem nenhuma claridade, tiros sem direção, correrias, pouca ação de comando e falta de coordenação. Conforme o Cel Lemos: surreal (p. 102). Na Escola, o Ten Potiguara assumiu o controle, mandou os alunos para os alojamentos e os oficiais para suas residências.

No dia seguinte o Cel José Caetano de Faria, comandando o 1° RC, aproximou-se da Praia Vermelha. À Rg vinham o 24° e o 38° BI e uma Bia Art do 2° RAM, além de um Dst dos Marinheiros Nacionais. Sob ordem, a Escola formou à frente do prédio, desarmada. Eram nove oficiais e 280 alunos. Em seguida, chegaram o Min Guerra Gen Argollo e o Maj Lauro Müller, Ministro da Viação. O Ten Frutuoso Mendes apresentou a tropa à autoridade.

Argollo se dirigiu aos alunos desta forma:

Não era bem aos senhores que eu desejava encontrar aqui, mas aos chefes que exploraram o vosso ardor, que podia ser mais bem empregado (Lemos, 2019, p. 102).

Anunciou que estavam todos presos e que seriam encaminhados a quartéis do Rio até ulterior decisão. Seguiram como estavam, de bonde, para a Praça da República. Os que se justificaram foram anistiados em Set 1905. Os demais foram movimentados para guarnições distantes e excluídos do EB.

O Gen Costallat reassumiu o comando da EMB às 1200 h. O prédio foi ocupado pelo 38° BI.

¹⁰⁴ Potiguara, sempre legalista, participou da Guerra do Contestado, fez parte da Missão Militar Brasileira na França, quando combateu os alemães no Exército Francês em 1918. Foi Gen Div em Nov 1926. Combateu a Revolta Paulista de 1924, comandando a Brigada Potiguara. Em 1932, combateu a Revolução Constitucionalista em SP. Foi deputado federal pelo Ceará na Primeira República (CPDOC/FGV, Dicionário).

O Positivismo¹⁰⁵, representado pelo jornalista Raymundo Teixeira Mendes, negou qualquer vinculação com a Revolta da Vacina. E também não com as rebeliões militares (Lemos, 2019, p. 128).

Consequências das derrotas das revoltas da Escola Militar da Praia Vermelha e da EPTR para o EB

A EPTR, na verdade, não chegou a se revoltar, por pura ação do Cmt Gen Hermes Rodrigues da Fonseca.

A derrota dos revoltosos da Escola Militar do Brasil teve as seguintes consequências positivas para o Exército:

- Foi fechada a Escola, o templo do bacharelismo militar vigente no Exército no período 1873-1905, bacharelismo esse que foi o grande responsável pelos insucessos operacionais do Exército no enfrentamento da Guerra Civil na Região Sul 1893-95, combinada com a Revolta da Armada (1893-94) e com a Guerra de Canudos em 1897. Foram processados um general, um coronel, um major, um capitão, nove tenentes, oito alferes e 21 alferes-alunos (Lemos, 2019, p. 126). O restante do corpo discente – os alunos, foram todos expulsos. Em 02 Set 1905, pelo Decreto nº 1.373, todos foram anistiados. Os oficiais retornaram para a tropa e os alunos, exceto dois, retornaram para o reinício dos estudos na Escola Militar do Realengo ou na Escola de Guerra de Porto Alegre;
- Foi adotado um novo Regulamento de Ensino no Exército em 1905, que dava prioridade, nas escolas militares, a matérias diretamente relacionadas com a profissão militar. Foi o fim do bacharelismo; e
- Foi criada a Escola de Guerra em Porto Alegre (EGPA), nome para não deixar dúvidas sobre a finalidade do preparo para a defesa da Pátria¹⁰⁶.

Esta escola compreendia

“um curso de dois anos para a formação de oficiais de Inf e Cav e um ano de aplicação. A Escola de Artilharia e Engenharia, que funcionava no Realengo, compreendia os dois cursos, em três anos para cada aspecto” (Magalhães, 2001, p. 320).

¹⁰⁵ Na Escola Militar o Positivismo, doutrina do francês Augusto Comte, era predominante em função da sistematização matemática comtiana (o conhecimento científico seria a única forma de conhecimento verdadeiro) e por influência de Benjamin Constant.

¹⁰⁶ Em 1908, 14 Aspirantes do curso da EGPA chegaram ao generalato, entre os quais: Eurico Gaspar Dutra, Pantaleão Pessoa e Salvador Cezar Obino (Müller, 2003, p. 28).

- Retorno do Exército para os campos de manobras dos quais estava afastado há 20 anos;
- Grande influência que passaram a ter nos destinos do Exército os generais Hermes da Fonseca e Caetano de Farias que participaram da repressão às revoltas da EMB e a tentativa na EPTR;
- Reforma Militar do Exército de 1908 promovida pelo Mar Hermes, traduzida pela criação das Brigadas Estratégicas, criação da Arma de Engenharia e compra de material bélico, como fuzis, metralhadoras e canhões, com respectivas fábricas de munições instaladas no bairro do Realengo;
- Envio pelo Marechal Hermes da Fonseca de oficiais para estágios em unidades do Exército Alemão e que, ao retornarem, criaram a revista A Defesa Nacional, em 1913, depois da Revista dos Militares criada na 3ª Região Militar em Porto Alegre em 1910, sendo ambas voltadas para a profissionalização militar; e
- Criação em 1905 da Escola de Estado-Maior do Exército que passou a fortalecer o EME, criado logo depois da Guerra de Canudos pelo Ministro Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet.

Iconografia das rebeliões das Escolas Militares em 1904



Ao lado, o Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente da República (1902-1906) (Fonte: Lemos, 2019, p. 28).



Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz
(Fonte: Lemos, 2019, p. 29)



Ten Cel Lauro Nina Sodré e Silva
(Fonte: Lemos, 2019, p. 56).



EMB/1904 (Fonte: Lemos, 2019, p. 81)



**General Francisco de Paula Argollo,
Ministro da Guerra (Fonte: Lemos,
2019, p. 104).**



**General José Caetano de Faria
(Fonte: Lemos, 2019, p. 105)**



AS REVOLTAS DA FORTALEZA DE SANTA CRUZ DA BARRA (1905) DA CHIBATA (OU DOS MARINHEIROS, 1910) E DO BATALHÃO NAVAL (1910)

“O homem do povo, preto ou mestiço, que veste a nobre camisa azul da nossa Marinha, filho ou descendente de antigos escravos, sabe que, para emancipá-los, uma revolução abalou a sociedade e um regime [a Monarquia] caiu”.
Ruy Barbosa.

Estes três processos históricos tiveram a mesma origem: os maus tratos aos marinheiros indisciplinados. Só houve participação do EB no terceiro evento, e assim mesmo bem pequena.

Em 07 Nov 1905, praças da Fortaleza de Santa Cruz se sublevaram, sendo que foram assassinados o Major Diogo Freire e o Tenente Pedro Fernandes Torres. Os demais oficiais foram presos. O governo ordenou que a Fortaleza de São João abrisse fogo contra a de Santa Cruz e mandou organizar tropas para marcharem sobre os revoltosos. No dia seguinte, 08 Nov, acuados, estes se renderam.

Cinco anos depois, a partir de 22 Nov 1910, uma parte da Marinha se revoltou contra o uso da chibata. Marinheiros dos encouraçados Minas Gerais, São Paulo e Deodoro e do cruzador Bahia lideraram o movimento. Os líderes foram o

praça João Cândido Felisberto e os cabos Gregório Nascimento e André Avelino; outros dois, Ricardo Freitas e Francisco Dias Martins, também tiveram importante participação.

O Presidente da República era, há sete dias, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, que recebeu o cargo das mãos de Nilo Peçanha. O Mar Hermes adotou uma atitude conciliatória. No dia 25 Nov, a Câmara de Deputados aprovou uma anistia.

Duas semanas depois, em 09 Dez, o Batalhão Naval, hoje Corpo de Fuzileiros Navais, sediado na Ilha das Cobras, se revoltou gritando “Viva a liberdade”. O governo determinou o bombardeio da Ilha das cobras pela Esquadra. Imediatamente, os navios Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Deodoro começaram o bombardeio. Ao mesmo tempo, ao Exército foi determinado que atacasse por terra. A Art foi posicionada

no Morro de São Bento para atirar sobre a Ilha.

A tropa do 2º Regimento de Infantaria, comandada pelo Cel Manoel Lopes Carneiro da Fountoura, ocupou posição no cais do Arsenal de Marinha, ficando ECD de atravessar o mar, desembarcar na Ilha e tomá-la de assalto. Conforme o Almirante Hélio Leôncio Martins isso não foi necessário. À tarde, os amotinados içaram uma bandeira

branca e se renderam. Às 1700 h o 2º RI ocupou a Ilha, devolvendo-a à Marinha ao final do dia (Martins, 1988, p. 158).

Conforme Hernani Donato (1996, p. 460), dos 600 rebeldes sobreviveram somente 60. Das forças legais morreram 20, inclusive o Aspirante Benvindo Freire; houve 60 feridos. Morreram nove civis e 132 ficaram feridos.



A REVOLTA DE JUAZEIRO E O PADRE CÍCERO

“Aí está o Juazeiro arraial. Vinte mil almas, a que se agrega e se despede de cada dia, uma multidão de romeiros. É esse o Juazeiro temível, abrigo de peregrinos e de cangaceiros da pior espécie, de doentes e de malucos”

(O Prefeito de Missão Velha, 1910)

O Ceará, uma história inacabada

No estado do Ceará, decorrido um quarto de século de República, ainda não fora obtida a estabilidade política e social sonhada por seus idealizadores. Aos levantes da Cabanagem (1835) e da Sabinada (1837), do tempo do Império, outros tantos corresponderam no início da República, com causas semelhantes, ligadas ao atraso da região nordestina

A estrutura social continuava a ser regida pela lei do sertão e por um código de ética ditado pelas contingências do meio, onde muitos não conheciam justiça, senão a feita com as próprias mãos.

No início do século, novos levantes sertanejos trouxeram preocupações ao governo republicano que procurava pacificar as contendas do passado.

O jagunço no ambiente político cearense

O interior cearense era cenário de lutas entre chefes políticos ou coronéis que queriam preservar ou conquistar o domínio de seus municípios. Na era do coronelismo, o governo estadual não tinha força capaz de impedir pelas armas as atividades dos numerosos jagunços a seu soldo. Oriundos dos mais recônditos recantos do Nordeste, os bandoleiros vinham em busca de dinheiro e de proteção, por crimes cometidos em outras paragens.

Controlados por líderes que os enquadrassem e lhes propiciassem melhores condições de vida, tornavam-se capazes de sacrifícios inauditos em prol dos objetivos que se lhes impunham. Canudos foi um exemplo do que podiam fazer esses sertanejos.

Desde o Império era senhor da política cearense o Comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, pertencente ao Partido Liberal no tempo do Segundo Reinado, com inúmeros desempenhos de cargos eletivos ou de confiança, quer na Assembleia, quer no governo da Província, mantendo o prestígio que não se abalou com a implantação da República. Sua permanência na condução do seu partido deveu-se aos seus méritos de sensatez e antevisão. Seu paternalismo no trato com os coronéis sertanejos criava equilíbrio político entre a capital e o interior e foi o segredo do seu prestígio pessoal por muito tempo.

Tomando posse em 15 de novembro de 1910 na Presidência da República, o Marechal Hermes da Fonseca sabia que devia enfrentar forte oposição movida pelos partidários de Rui Barbosa (civilistas), perdedores do pleito. Neófito no jogo político, pretendeu reforçar os princípios republicanos ao desencadear uma ação "salvadora", visando à derrubada das tradicionais oligarquias estaduais, especialmente as do Norte-Nordeste.

No Ceará, Nogueira Accioly indicou o Desembargador José Domingos Carneiro para ser seu sucessor nas eleições estaduais marcadas para abril de 1912. Temendo a vitória do desembargador, o que representaria a continuação da oligarquia dos Accioly, a oposição desencadeou violenta campanha política, inclusive com passeatas onde não faltavam mulheres e crianças. Ao mesmo tempo lançaram como candidato oposicionista o Tenente-Coronel Marcos Franco Ra-

belo, um cearense professor da Escola Militar, no Rio de Janeiro, o qual, embora pouco conhecido, provocou a liberação da animosidade até então reprimida.

Os ânimos se extremavam. Pregava-se a rebelião, exigindo que, antes das eleições, fosse afastado aquele que a oposição julgava um entrave a um pleito imparcial, o Presidente do Estado Pinto Accioly.

A 22 Jan 1912, às 13 horas, foi atacado o Palácio da Luz, sede do governo. A força federal aquartelada em Fortaleza eximiu-se de participar. Apenas a força policial estadual defendeu o governo. A inércia da força federal poderia ser interpretada como uma manifestação militar contra o coronelismo e seus múltiplos males sociais e políticos

Com a mediação do Bispo D. Joaquim Vieira, Accioly renunciou no dia 24, retirando-se de Fortaleza a bordo do vapor Pará.

Franco Rabelo saiu vitorioso nas eleições, assumindo o governo em 14 de julho de 1912.

Inexperiente na política e em administração pública, somou uma inabilidade que acabaria por levá-lo a uma crise de repercussão nacional. Rompeu com o Partido Republicano Conservador e em 1913 destituiu o prefeito de Juazeiro, o Padre Cícero Romão Batista, líder incontestante de milhares de sertanejos nordestinos, o que daria origem a um levante de cunho populista que teve grande repercussão nacional.

Juazeiro, 1910, meca do fanatismo sertanejo

Distante três léguas da cidade de Crato, na época a capital da região do Cariri, uma localidade progressista, com iluminação elétrica, imprensa, um bom hotel e cinema, encontrava-se um estranho aglomerado humano: Juazeiro, terra do Padre Cícero. Parecia que todo o atraso dos sertões ali se concentrara na crua descrição do professor e jornalista Manuel Lourenço Filho, que foi Diretor de Instrução Pública do Estado do Ceará nos anos de 1922/23.

“A região de Juazeiro não sofre os rigores da seca. As estiagens prolongadas influem, ao contrário, beneficemente no seu desenvolvimento econômico. Acossadas por elas, as populações circunvizinhas, num raio de muitas léguas, pagam por alto preço os cereais e o açúcar. (...) No seio dessa vastidão encontra-se Juazeiro do Padre Cícero, um aglomerado de casebres de pau-a-pique dos mais miseráveis que se podiam ver. Ao invés, muitas casuchas daquelas mostram, sobre a única porta da frente, dois buracos que servem de seteiras. No seio da Meca sertaneja (...)

as habitações quase todas se copiam por fora (...) só as distingue a numeração, um cartapácio com grosseiros algarismos, em geral seguidos das iniciais PC e de cruzeiros, signos-de-salomão ou de outros símbolos de uma cabalística rudimentar. (...) Não há nas pobres habitações nem cadeiras, nem mesas, nem camas. Em nenhuma delas falta, porém, pendurada à parede da sala a efígie do Padrinho (...). Junto à gravura, na maioria das casas ostenta-se um rifle. (...) Crianças nuas passam correndo sem gritos nem risos, romeiros acocoram-se à parca sombra da orla das salas mastigando a sua matalotagem de farinha d'água e nacos de carne de bode. (...) Mulheres sentadas às portas, em saia e camisa, despenteadas, quase todas com a miséria impressa nas faces dão-se à tarefa de catar insetos à cabeça dos filhos. Numa esquina um grupo mais animado rodeia o "Beato" de prestígio que celebra, ou um penitente que profliga os costumes. Aí está o Juazeiro arraial. Vinte mil almas, a que se agrega e de que se despede cada dia uma multidão de romeiros. É esse o Juazeiro temível. (...) abrigo de peregrinos e de cangaceiros da pior espécie, de doentes e de malucos."

O "Padim Ciço"

A figura central da revolta dos jagunços seria um padre suspenso das ordens sacerdotais, homem de estatura abaixo da mediana, de voz branda e harmoniosa, de singular fisionomia que, uma vez percebida, dificilmente se esquece, narra Lourenço Filho. Corriam as mais desencontradas versões sobre sua personalidade: santo ou demônio, justo e sábio varão ou paranoico, demente comum ou iluminado verdadeiro.

Após a sagração sacerdotal, ao residir no Crato, iniciou heroico trabalho de evangelização que lhe angariou a simpatia dos moradores das redondezas. Sua obra, durante os períodos da seca, era humana e valiosa. Lourenço Filho acreditava que:

"o próprio reconhecimento dos sertanejos tivesse facilitado o ambiente para o trabalho do fanático em que ele depois se revelaria. Porque do misticismo ao fanatismo não vai senão um passo".

Os milagres, não comprovados por comissões teológicas encarregadas de estudá-los, e realizados na pessoa da beata Maria de Araújo, em 1890, marcam o começo dessa nova fase de sua existência e engrossam as legiões de sertanejos maravilhados que seguem o Padre qual novo Messias. Dentro em pouco iniciava-se a aglomeração de

romeiros de toda espécie, que demandavam ansiosamente a nova Jerusalém, onde, segundo palavras do próprio padre, "Cristo, para salvação dos homens, de novo derramava seu precioso sangue".

Muitas causas levaram à suspensão de suas ordens sacerdotais, o que o beneficiou junto aos sertanejos que viam naquele homem mais uma vítima das perseguições, tornando-se também irmão no sofrimento. Lançando-se na política pelo Partido Republicano Conservador (PRC), em 1911 foi nomeado prefeito de Juazeiro, onde contou com a aliança do médico baiano Dr. Floro Bartolomeu da Costa, que surgiu no cenário de Juazeiro em 1908. Recebeu ele sempre do Padre Cícero as maiores provas de confiança e amizade. Dotado de grande sagacidade, retirou da amizade todas as vantagens possíveis.

Borrasca sobre o Ceará

A atitude do presidente Franco Rabelo, que em 1913 destituiu o Padre Cícero do cargo de prefeito, possibilitou uma ardilosa campanha de Floro Bartolomeu, que convenceu o sacerdote a reagir, contando, para isto, com a leal submissão de milhares de fiéis.

A região do Cariri inflamou-se ante a chamada do seu líder místico e, a 9 de janeiro de 1913, explodiu o movimento contra o governo de Franco Rabelo. Quatro dias depois formou-se no Juazeiro uma Assembleia Legislativa anti-rabelista, sob a presidência de Floro Bartolomeu. Caracterizara-se a dualidade de poderes legislativos. Floro foi escolhido presidente temporário do sul do Estado.

Enquanto os acontecimentos se desenrolavam, Juazeiro transformou-se no centro de reunião dos cangaceiros mais afamados da região. Inúmeros bandos armados acorreram para engrossar a milícia do padre. Tomando conhecimento da situação, Franco Rabelo telegrafou ao Padre Cícero, responsabilizando-o por qualquer ato criminoso decorrente de sua liderança rebelde. Logo veio a resposta desassomburada: "Não pode impedir o povo de se defender". Rabelo mandou contra os revoltosos o batalhão da força estadual do Crato, com efetivo de 500 homens, ao comando do Coronel Alípio de Lima Barros que, em marcha forçada, seguiu para o reduto dos rebeldes.

Para enfrentar a tropa governamental, os jagunços de Juazeiro usaram técnica diferente da utilizada em Canudos. Ao invés do emprego de guerrilhas, homens, mulheres e crianças empenharam-se no trabalho sobre-humano de abrir imensos valos em torno da cidade, abrindo-se os defensores por trás da terra escavada, deixando os fossos

vazios. A força policial encontraria dois obstáculos a vencer: atravessar debaixo de fogo cerrado uma vala de 12 palmos de largura por 10 de profundidade, e transpor a muralha de terra retirada da escavação, atrás da qual o cangaceiro "dormia na pontaria de sua arma".

Uma vez mais o homem do sertão mostrava engenhosidade para guerrear, quando empolgado por uma causa que entendia justa.

A força estadual atingiu Juazeiro a 20 de dezembro de 1913. Seguiram-se lutas encarniçadas até que, prestes a esgotar sua munição, retiraram-se os atacantes para o Crato, aguardando reforços. Na exaltação da vitória dos rebeldes corria a notícia de que "homem abençoado pelo Padim Ciço não morre de bala".

Novas arremetidas das forças legais redundaram em fracasso. A cada novo plano de ação, os rebeldes respondiam com a astúcia gerada pela capacidade de improvisação do sertanejo.

Apesar da ocorrência de fortes chuvas, o presidente Franco Rabelo conseguiu enviar ao Crato munição e um canhão, resolvendo também substituir o Coronel Alípio pelo Capitão Ladislau Lourenço de Sousa. A tropa apresentava-se em lamentável estado físico e moral. Contudo, uma nova investida foi realizada. Em 15 de janeiro de 1914 partiram do Crato 600 homens e isolaram Juazeiro. No dia 23, o Capitão Ladislau ordenou um assalto ao reduto sertanejo que fracassou: sua tropa apenas gastou munição e perdeu o canhão, que explodiu. No dia seguinte, os jagunços atacaram provocando enorme confusão entre os elementos desorientados do Capitão Ladislau que, à tarde, ordenou a retirada para Barbalha, situada a 10 km ao sul de Juazeiro, onde os soldados desertaram em grande número.

Estava aberto o caminho de Fortaleza para o Padre Cícero e Floro Bartolomeu. Franco Rabelo resistiu, até onde pôde, perante a impassividade do governo federal, que não ordenou às tropas do Exército sediadas no Ceará para que agissem em seu auxílio.

A 24 de janeiro de 1914 caía a localidade do Crato, depois da heroica resistência de 60 soldados do destacamento policial, que só se renderam após 20 horas de fogo ininterrupto. Salteadores, cangaceiros e bandidos de variados matizes engrossaram as fileiras dos adeptos do Padre Cícero. Às vitórias seguiam-se os saques às cidades.

Somente no dia 22 de fevereiro os rebeldes encontraram cerrada oposição do batalhão estadual reorganizado, comandado pelo Capitão José da Penha Alves de Sousa, que também exercia mandato de deputado na Assembleia do Estado. Mas em Miguel Calmon a força estadual foi vencida, morrendo o bravo Capitão José da Penha. Quixe-

ramobim, Quixadá, Baturité e Redenção caíram e foram barbaramente saqueadas. Fortaleza foi ameaçada de invasão.

A inércia das forças federais, se em parte se deviam ao novo espírito republicano de respeito à autonomia estadual, por outro lado representava situação de fato, contrária ao governo cearense, e até de discreto apoio aos revoltosos. Não faltava, entretanto, a diversos chefes militares, o desejo de pôr fim à anarquia. A Nação inteira levantou seu protesto contra a posição governamental.

Assistiram à evolução dos acontecimentos, sem participar, 1.500 soldados do Exército. Estavam no porto dois navios da Marinha de Guerra. O governo federal continuava mudo, apesar do apelo das associações de classe, de famílias e de homens de grande representatividade popular. O desejo de Hermes da Fonseca era a renúncia do governador, que fora eleito com apoio dos “civilistas”. Rabelo manteve-se irredutível. Para que o bravo cearense se afastasse do poder restou ao governo federal apelar para a intervenção, o que ocorreu a 14 de março de 1914, sendo nomeado, para substituí-lo, o Coronel Fernando Setembrino de Carvalho, que demonstrou ser um hábil negociador, conciliando posições consideradas irredutíveis.

Acordos feitos entre Setembrino de Carvalho e o Padre Cícero revelaram da parte deste pronta aquiescência em se retirar dos arredores da capital, voltando assim os revoltosos para Juazeiro.

Convocadas novas eleições para o governo do estado, resultaram vencedores Benjamim Liberato Barroso para o cargo de governador e do Padre Cícero ao posto de vice-governador, que foram empossados em 24 de junho de 1914 e iniciando a pacificação dos espíritos.

Padre Cícero retirou-se para Juazeiro onde continuou sua obra de socorrer os mais necessitados, acabando por tornar-se um ícone nordestino, venerado como santo por milhões de pessoas. Morreu em 1934, aos noventa anos de idade.

Floro Bartolomeu ocupou tempos após uma cadeira no Senado Federal, enquanto os jagunços dispersos pelos sertões nordestinos deram origem aos vários grupos de cangaceiros que provocaram movimentos insurrecionais também na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, em Alagoas e na Bahia.



A REVOLUÇÃO SERTANEJA NA BAHIA

O bombardeio de Salvador (1912)

Este foi um rápido processo histórico que contou com a participação do Inspetor da 7ª Região Militar de Inspeção Permanente, na BA, que empregou tropa do EB somente no final, em janeiro de 1912.

Em 1911 José Joaquim Seabra, Ministro da Viação e Obras Públicas do Presidente Hermes da Fonseca, apresentou-se candidato a governador da Bahia, nas eleições que seriam realizadas em 1912, contra o candidato que seria lançado pelo governador da BA João Ferreira de Araujo Pinho, que era apoiado por Rui Barbosa. O baiano Ruy Barbosa e Seabra eram adversários políticos.

Rui Barbosa impugnou juridicamente a candidatura de Seabra, o que desencadeou forte crise política na Bahia, causando a renúncia de Araujo Pinho em Dez 1911, sendo este substituído pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Salvador o médico e político Aurélio Rodrigues Viana. Viana foi governador interino da Bahia de 22 Dez 1911 a 11 Jan 1912 e de 21 a 26 Jan 1912.

Para não realizar a eleição que, certamente, daria a vitória

a Seabra, Aurélio Rodrigues Viana, governador em exercício, também apoiado por Rui Barbosa, resolveu convocar a Assembleia Legislativa para Jequié, que seria transformada em capital do estado. Não concordaram com isso os deputados partidários de Seabra. O governo não permitiu a entrada desses deputados na Assembleia.

Seabra conseguiu um mandado judicial que impedia essa atitude do governador em exercício que, apoiado pela Polícia Militar, declarou que não iria cumpri-la.

O Inspetor da 7ª Região Militar e Cmt da Guarnição de Salvador Gen José Sotero de Menezes ameaçou usar a força para garantir o direito dos congressistas. Diante do impasse, o Gen Sotero decidiu intervir e determinou, em 10 Jan 1912, autorizado pelo Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, que a Art do EB bombardeasse a cidade.

Os Fortes São Marcelo, São Pedro e do Barbalho passaram ao bombardeio do centro durante quatro horas a partir das 1340 h. Foi atingido, entre outros, o prédio do Palácio Rio

Branco, que incendiou e, com ele, a Biblioteca Pública.

Cessado o bombardeio, o Exército ocupou o centro da cidade e garantiu o funcionamento da Assembleia Legislativa. Aurélio Viana deixou o governo e fugiu para a França.

Em 11 Jan o Presidente Hermes da Fonseca determinou ao Ministro da Marinha Almirante Joaquim Marques Batista de Leão (1847-1913) que

enviasse navios para apoiar a força federal. O Ministro se negou a cumprir essa ordem e, elegantemente, mediante carta, pediu demissão. Mesmo assim, dois navios partiram para a capital baiana.

O Presidente do Tribunal de Relação assumiu, organizou as eleições e foi eleito José Joaquim Seabra, que governou a BA de 22 Jan 1912 a 29 Mar 1916.

Sertões baianos imitam o Ceará

Nos sertões baianos, cinco anos após a intervenção federal no Ceará, começou-se a ouvir novamente os disparos de espingardas e clavinas, manejadas por nordestinos de chapéu de couro, punhais à cintura e cartucheira a tiracolo. Era outra insurreição sertaneja.

Na Bahia, como nos sertões do CE, os ideais republicanos chegaram completamente deturpados, gerando inquietação nos espíritos dos homens já

engajados em rixas familiares e em desavenças políticas.

A liberdade e a democracia não eram estranhas aos sertanejos, mas a justa medida da sua utilização e aplicação continuavam-lhes obscuras. "O coronel continuava a dominar, a revolucionar, a alterar, a perturbar e mesmo a ameaçar as novas instituições", na palavra do escritor baiano Walfrido Moraes.

Um coronel lendário

O coronel Horácio de Queiroz Matos, figura lendária na região de Lavras Diamantinas (atual município de Lençóis), no sertão baiano, nasceu em 1882, criando-se sob a égide das lutas regionais que envolveram sua família. Pertencia à família dos Matos, clã de renome na região, que possuía um código de honra, o qual foi legado a Horácio pelo seu tio Clementino de Matos quando se aproximava a hora da morte deste:

- Não humilhar ninguém, mas também nunca se deixar humilhar por quem quer que seja;
- Não roubar jamais, sejam quais forem as circunstâncias, nem permitir que alguém roube e fique impune;
- Ser leal com os parentes e amigos, protegendo-os sempre;
- Ser leal com os inimigos, respeitando-os em tempo de paz e enfrentando-os em tempo de guerra; e
- Não provocar nem agredir, mas, se for ofendido, colocar a honra acima de tudo, porque de nada adianta vida sem dignidade.

Contam os seus historiadores que ele foi fiel, enquanto viveu, a tal herança, digna de meditação. Reflete, na verdade, um pensar e um agir de inúmeras famílias tradicionais do nosso passado.

Afeito às grandes rixas em sua Lavras, sempre vitorioso, graças a indiscutíveis dotes de bravura, Horácio Matos personificou uma lenda que se propagou aos mais distantes rincões da Bahia.

A política recorre ao sertão

Transcorria o ano de 1919. Na Europa, terminara a Primeira Guerra Mundial. No Brasil, governava o Presidente Epitácio Pessoa. Ecoavam em todo o país os discursos de Rui Barbosa em sua cruzada de oposição política ao governo (Campanha Civilista). Na Bahia, mais uma vez as paixões políticas se entrecrocavam – de um lado o Presidente Antônio Muniz Ferrão de Aragão, em esforços para que José Joaquim Seabra, seu antecessor, fosse novamente eleito. De outra parte, a oposição, contando com homens do quilate de Rui Barbosa, Otávio Mangabeira e Luís Vianna apoiava a eleição do renomado juiz federal Paulo Martins Fontes.

Ante o temor da vitória da situação, pensaram os oposicionistas na ajuda dos coronéis do interior, contrários ao Presidente do Estado, e na bravura dos sertanejos descontentes, que se consideravam espoliados e injustiçados. Chegara outra vez o momento da política ir buscar no interior a solução para os seus problemas. E os sertões novamente despertaram.

Foi escolhido, com acerto, o chefe para aquela grave conjuntura – o coronel Horácio Matos, que guardava mágoa do Presidente Antônio Muniz, mandante de expedições punitivas para eliminá-lo.

Matos aceitou a indicação de seu nome e preparou-se para mobilizar os sertanejos e marchar sobre a capital, levando a bandeira desfraldada por Rui Barbosa: depor Antônio Muniz e tornar inviável a

posse do candidato José Joaquim Seabra, se eleito. Sua tropa era constituída pela jagunçada que vivia desde as barrancas do São Francisco até as matas de Orobó.

Os choques com os contingentes policiais foram aos poucos aumentando. A imprensa oposicionista ampliava as notícias, levando o pânico até a capital, atraindo a atenção do país inteiro.

O pleito de 29 de dezembro de 1919 realizou-se num clima de tensão e com a ocorrência de vários choques entre adversários políticos. A crise atingiu o clímax quando, entre proclamações contraditórias, a oposição declarava a vitória de seu candidato e a situação dizia esperar somente a solenidade de homologação dos resultados da eleição pela Assembleia Legislativa para empossar o seu.

Ante o temor de fraude, Horácio Matos expediu três mensagens em que sintetizava a filosofia da oposição. A primeira delas, ao Presidente da República, respeitosamente pedia:

"Em nome da consciência oprimida do povo sertanejo, animado pela ideia de sua independência, peço vênua para ainda mais uma vez, impetrar o auxílio benéfico de V. Excia. no emprego de uma fórmula única que o momento está a exigir, e com a qual fiquem assegurados a paz e a tranquilidade públicas neste Estado, ora divorciado dos demais da Federação pela intolerância de um governo que abraçou o despotismo contra a liberdade, acreditando na eficácia do crime contra os mais sagrados princípios da boa moral política". (...)

A segunda, ao Conselheiro Rui Barbosa, dizia:

"No momento em que o povo sertanejo marcha para a capital, obedecendo às determinações impostas no sentido de sua liberdade, nós vos saudamos, excelentíssimo senhor, porque sois a fé que nos leva à salvação, e Deus é o nosso guia".

A última mensagem afrontava o Presidente Antônio Muniz, afirmando que: "O sertão irá à capital vingar o sangue de seus irmãos e pelejar ao lado da causa defendida pelo Conselheiro Rui Barbosa".

Passando da palavra à ação, ninguém mais o deteria. As localidades de Campestre, Guarani, Remédios, Estiva e Lençóis, capital das Lavras Diamantinas, foram sucessivamente ocupadas pelas tropas de jagunços. Salvador, em desespero, aguardava o milagre que evitasse a guerra civil ou a derrubada do governo estadual. O milagre consubstanciou-se no decreto de intervenção federal de 23 Fev 1920. Re-

almente, ambas as facções o desejavam. Para o governo estadual ela representava a sobrevivência. Para os opositores a esperança de que o governo federal viesse a anular o pleito de 29 Dez 1919.

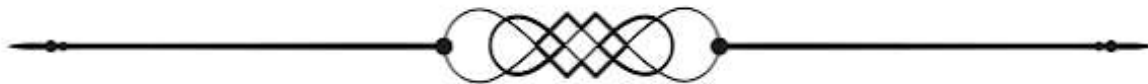
Para se opor aos sertanejos o Ministro da Guerra destacou tropas do Exército sob o comando do Gen Alberto Cardoso de Aguiar.

Na Câmara e no Senado Federal, inflamados oradores discutiam o decreto de intervenção. As autoridades militares, segundo Walfrido de Moraes, identificavam uma profunda diferença entre os seguidores de Antônio Conselheiro e os que se chamavam agora de jagunços, bandoleiros, clavinoteiros ou salteadores de Horácio de Matos. Se aqueles não passavam de meros fanáticos, de beatos contemplativos cuja meta era o reino dos céus, estes eram homens afeitos ao corpo-a-corpo de um meio rude e só pensavam em lances de heroísmo e em rasgos de bravura que poderiam ser imortalizados pelos cantadores de feiras, para encantamento de meninos que sonhavam em um dia também ser jagunços. Enquanto os fanáticos de Antônio Conselheiro começaram a lutar com foices, ferrões, lazarinas e bocas-de-sino, os de Horácio Matos traziam a experiência de guerrilhas e portavam todos os tipos de armas de guerra, desde pistolas para-bellum até o fuzil Mauser.

As autoridades militares consideravam também o terreno onde os homens de Horácio, acostumados às ações de surpresa e à dispersão, se oporiam aos 10 mil soldados do governo, numa campanha em que haveria sacrifícios e radicalização nos confrontos, com resultados imprevisíveis. A rusticidade e a resistência dos habitantes dos longínquos e desolados sertões, em geral mal alimentados e com seu valor subestimado, exigiam cuidados especiais.

O comedimento e a prudência haveriam de trazer a solução. O General Cardoso Aguiar, interventor federal no Estado, acenou com a possibilidade de um acordo com Horácio de Matos e outros coronéis do sertão, como Anfilófilo Castelo Branco e Marcionílio de Souza. Passando à ação, o interventor enviou emissários ao sertão que firmaram três documentos com os chefes sertanejos insurretos, reconhecendo suas respectivas áreas de influência: o Convênio dos Lençóis, o Convênio da Região de São Francisco e o Convênio de Castro Alves. O resultado desses acordos provocou profunda repercussão nos meios políticos e jurídicos pois representava, pelas concessões que faziam, vitórias do caudilho Horácio de Matos, que se transformara em governador do sertão, muito embora o objetivo do governo da União, que era o reconhecimento da eleição de José Joaquim Seabra, tivesse sido

atingido. Evitava-se assim o desencadeamento de uma luta sangrenta na Bahia. José Joaquim Seabra tomou posse, como governador, em 29 Mar 1920.



A CAMPANHA DO CONTESTADO

“Amontoados sediciosos, desde Palmares, nos tempos coloniais teria em comum uma organização militar rudimentaríssima, e, em vez de unidades formadas de acordo com as necessidades administrativas ou táticas, apresentam-se em bandos, que valem antes pelo chefe que têm do que pela solidez de seus elementos” (Gen Francisco de Paula Cidade, Revista A Defesa Nacional, n° 13, 10 Out 1914, p. 12).

Uma área litigiosa entre Paraná e Santa Catarina

Na área em que foi criada a Província do Paraná em 1853, por desmembramento da Província de São Paulo, uma antiga questão de limites ao sul do PR, que remontava ao período colonial, estava à espera de uma solução.

Vários atos oficiais haviam alterado a divisão territorial do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, criando, ampliando ou extinguindo ouvidorias, comarcas e distritos, conforme as conveniências do governo central e também das administrações regionais.

A nova Província do Paraná herdou as questões de limites entre Santa Catarina e São Paulo. Ao final do século XIX ainda não tinham sido dirimidas. O Estado de SC pretendia que seus limites se estendessem para o norte até os rios Negro e Iguaçu, e para o sul até a linha dos rios Canoas, Pelotas e Uruguai, enquanto que o Paraná afirmava que esses três últimos rios definiam os seus limites com o Rio Grande do Sul. A área contestada pelos dois estados era uma região serrana com campos próprios para a pecuária, com densas florestas e solo extremamente fértil. O clima era ameno no verão; no inverno re-

gistravam-se temperaturas bastante baixas. A área era delimitada, grosso modo, pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio a oeste, Iguaçu e Negro ao norte, Pelotas e Canoas ao sul e a leste por uma linha que, partindo das cabeceiras do rio Marombas, afluente do Canoas, atingia as do rio Preto, seguindo por ele até o Negro [ver imagem da área (\pm 40 mil Km²) ao final do texto].

Ao longo do tempo, vários projetos foram elaborados, nos vários níveis de governo, para decidir a questão, sem chegar a serem efetivamente implementados. Por razões políticas, o próprio governo central, que seria a última instância do processo decisório, fora obrigado a efetuar marchas e contramarchas, a ponto de sustar a execução de um decreto que definia os limites em litígio. Ao aspecto político-administrativo veio somar-se o problema econômico. A erva-mate, que era produzida em grande quantidade pelos municípios situados na faixa da área litigiosa, passou a obter boa aceitação no mercado internacional. O beneficiamento era feito no Paraná, carreando bons rendimentos para o Estado. No início da primeira década do século XX, fundou-se uma usina de beneficiamento de erva-mate em Joinville, SC. Imediatamente o Paraná criou barreiras que taxavam a erva exportada da região contestada para a cidade catarinense. Essa decisão deu origem a vários choques envolvendo as forças policiais dos dois Estados.

Em 1901, o governo de SC impetrou uma ação judicial de reivindicação de limites territoriais. Três anos depois, em Acórdão de 06 Jul 1904, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu-lhe ganho de causa. Dois embargos, com base no “uti possidetis”, oferecidos pelo Paraná foram rejeitados pela Alta Corte, que em novo Acórdão de 25 Jul 1910 confirmou pela terceira vez a sentença inicial.

João Maria, o monge do sertão

Antes mesmo do derradeiro pronunciamento do STF, instalou-se em União da Vitória uma junta governativa composta de destacados cidadãos paranaenses, afim de criar o Estado de Missões, abrangendo toda a área litigiosa. O governo do PR interveio de forma conciliatória, conseguindo o adiamento da drástica resolução. A sentença judicial não foi posta em execução. Interesses políticos e econômicos protelavam e até mesmo impediram a sua implantação.

Expressivo número de colonos estrangeiros, notadamente alemães, acorrera para a região, desde o final do século XIX. Os imigrantes se

aculturaram aos poucos com os habitantes da área, pois viviam afastados dos principais centros culturais do país e a religiosidade que trouxeram de seus países de origem passou a se mesclar com o misticismo e o fanatismo cultivados pelos caboclos.

Foi nesse ambiente de credulidade que surgiu por volta de 1890 um místico conhecido por João Maria de Jesus, o Monge, um sírio de origem e de ascendência grega, cujo nome verdadeiro era Anastás Marcaf. Este homem passou a percorrer os sertões realizando curas e pregando uma religião que era um misto de catolicismo e credences sertanejas. O ancião taciturno, de barbas longas e brancas, em pouco tempo ficou famoso entre o povo humilde e ignorante que lhe ouvia a palavra serena como a de um emissário divino. Quando faleceu, entre 1904 e 1908, a notícia espalhou-se pela região, enriquecida com um detalhe messiânico – o “Monge” em breve voltaria à terra, redivivo, para continuar a sua pregação e realizar novas curas. A sua ressurreição passou a ser aguardada no sertão¹⁰⁷.

Picareta e facão

A dualidade de jurisdição na zona contestada propiciou o fortalecimento das grandes fazendas nas quais, sob o mando praticamente ilimitado dos coronéis, reuniam-se os foragidos da justiça. Era notória no sertão a prepotência desses senhores de terras, que entre si se tratavam como de nação para nação, ameaçando-se por vezes de armas na mão quando surgia alguma divergência.

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, a Brasil Railway¹⁰⁸, atravessando a área em litígio, trouxe para a região imigrantes alemães, poloneses e italianos. Não havendo qualquer processo seletivo nas contratações, o sertão acolheu também cerca de oito mil operários de SP, Rio e Salvador, na maioria marginais. Concluída a linha férrea em 1910, as turmas de trabalho foram deixadas sem emprego nos mesmos sítios onde tinham atuado. Esses indivíduos cultivavam todos os atributos de valentia e violência, manejando

¹⁰⁷ Entre 1844 e 1915 surgiram pelo menos quatro “monges” na região: João Maria de Jesus, João Maria de Agostini (Monge da Lapa), João Maria de Marcaf (Anástas) e José Maria de Agostinho (Moura, 2010, p. 110).

¹⁰⁸ Criada em 1906, a empresa era de propriedade do empresário norte-americano Percival Farquhar. Assim como em outras ferrovias no Brasil e no exterior, Farquhar também operava nos ramos de madeira e colonização.

com igual destreza a picareta e o facão. O assassinato tornou-se entre eles o meio rápido e fácil de resolver as menores pendências.

O problema social agravou-se quando a concessionária da ferrovia resolveu explorar a faixa de 15 quilômetros ao lado de cada margem da estrada, outorgada por contrato. Antigos posseiros, que ocupavam essas terras sem documentação, tiveram que se mudar, buscando alhures novo refúgio para a sua miséria.

José Maria - o novo monge, e os Doze Pares de França

Em 1911 apareceu no sertão um novo “Monge” que se apresentava como José Maria, insinuando ser irmão do falecido João Maria. Seu verdadeiro nome era Miguel Lucena de Boaventura. Ex-soldado do Exército e desertor do 14º RC, de Curitiba, dispusera-se a recolher os frutos da semente que o ingênuo João Maria deitara na alma dos sertanejos. De umas poucas “curas espirituais” bem-sucedidas, Miguel Lucena ganhou a reputação de “santo” e foi conquistando a confiança dos caboclos, que se tornaram seus adeptos. Passou então a percorrer o sertão sem rumo nem destino, precedido pela aura de santidade, prometendo bens materiais e salvação eterna àqueles que o seguissem. Em suas andanças, organizava acampamentos que chamava de Quadros Santos. Instituiu uma escolta pessoal de 24 sertanejos, robustos e valentes – os “Doze Pares de França”.

Cresceu de tal forma a fama de santidade do novo monge que ele logo se viu cercado de crentes, fanáticos e doentes esperançosos de cura. Sua palavra era lei. O chefe espiritual arvorou-se em chefe temporal. Influenciado pela leitura da obra “História de Carlos Magno e os Doze Pares de França”¹⁰⁹, muito conhecida no sertão, transcendeu a esfera religiosa para a política e passou a pregar o restabelecimento da monarquia. Para o homem inculto e não politizado daqueles ermos, a fidelidade ao incipiente regime republicano nada representava. Muito mais valia o conselho do “Monge”, cheio de promessas de melhor vida, de posse de terras e de liberdade do jugo dos coronéis sertanejos¹¹⁰. Seus acampamentos adquiriram aspecto marcial. Além das

¹⁰⁹ Os Doze Pares de França eram uma tropa de elite, guarda pessoal de Carlos Magno, rei de França no séc. VIII. No caso de José Maria no Contestado eram mais bem armados que os outros combatentes. Montados em cavalos brancos suntuosamente arreados, eles carregavam estandartes com uma cruz no centro.

¹¹⁰ Conforme o Gen Aureliano Pinto de Moura em História Militar Brasileira II (2010, p. 105) no Contestado houve uma revolta dos caboclos contra os “coronéis”, ou seja,

características de quartel, os aglomerados dispunham de hospital e de igreja, tudo sob o controle do antigo militar desertor.

Em agosto de 1912, José Maria instalou-se em Taquaruçu, município de Curitibanos, em terras do coronel Henriquinho de Almeida¹¹¹. O chefe político de Curitibanos, coronel Francisco de Albuquerque, adversário de Henriquinho, pediu proteção ao governo de SC, argumentando que os fanáticos pregavam a restauração do regime monárquico. Com a aproximação de um contingente da força policial estadual, José Maria retirou-se com sua gente para Campos do Irani, município de Palmas, Paraná, chegando a este local em 01 de outubro.

Os adeptos do “Monge” não tinham organização militar nem recebiam instrução militar. Havia, no entanto, uma formatura para revista matinal na praça central do arraial, conhecida como a Forma - por meio da qual o chefe inspecionava seus seguidores e tomava conhecimento de adesões e deserções. A disciplina era muito rígida, variando a repressão de surras aviltantes a fuzilamentos sumários. O armamento não tinha padronização - eram facões, revólveres, garruchas, carabinas e espingardas. Os moradores da região eram exímios no manejo do facão, ferramenta a qual utilizavam desde a infância com muita destreza.

Face à situação de intranquilidade gerada por choques periódicos entre jagunços e elementos das forças policiais do PR e SC e tendo em vista a indefinição de jurisdição no território contestado, o governo paranaense, supondo ser a invasão do Estado pelos fanáticos um pretexto de SC para inflamar ainda mais a disputa de limites, resolveu reagir, expulsando-os de seu território. Começava a Guerra do Contestado.

A Batalha de Irani. A morte do Coronel João Gualberto e do “Monge” José Maria

Para fazer face às contendas em torno da área contestada, as polícias militares estaduais do Paraná e de Santa Catarina tinham organizados dois Regimentos de Segurança Pública, cujas sedes ficavam um em Curitiba e outro em Florianópolis.

O regimento do Paraná estava sob o comando do Capitão do EB e engenheiro militar João Gualberto Gomes de Sá Filho, comissionado

uma questão de cunho social que se transformou em desordens, saques e assassinatos.

¹¹¹ Coronel da Guarda Nacional.

no posto de coronel. Ao saber da invasão dos fanáticos em Palmas, o governo paranaense determinou a partida imediata dessa força para a região conflagrada e solicitou o auxílio do governo federal. O efetivo era de 158 homens, à frente o seu comandante, acompanhado pelo chefe de Polícia Estadual, Dr. Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti.

O regimento chegou a União da Vitória em 12 Out 1912 e, no dia seguinte, partiu para Palmas. Em consequência de desentendimentos com o Chefe de Polícia, João Gualberto decidiu fracionar sua força. Uma parte, sob seu comando pessoal, com um efetivo de 58 praças de infantaria e 10 de cavalaria, infletiu para o sul, rumo a Campos de Irani, onde se encontrava José Maria. O restante prosseguiu para Palmas com o Chefe de Polícia. Realizando marchas forçadas, inclusive à noite, João Gualberto atingiu Irani a 22 Out. Neste mesmo dia, depois de tentar, sem sucesso, dialogar com o “monge”, a infantaria foi colocada em posição no local Banhado Grande. Foi, então, atacada pelos 300 fanáticos que já a aguardavam, emboscados e prontos para a luta. Houve muito tiroteio e encarniçado combate corpo a corpo.

O efetivo das forças policiais era nitidamente inferior ao dos sertanejos, que estavam armados de forma heterogênea e que atacaram a tropa com muito ímpeto, travando-se uma luta cruenta, com predomínio do corpo-a-corpo. Este combate é conhecido como a Batalha de Irani, ou Combate do Banhado Grande.

No momento em que tentava pôr em funcionamento uma metralhadora Maxim, a única existente, que emperrara, João Gualberto foi atacado a facão por José Maria e revidou contra o agressor com dois tiros de revólver, que o mataram. Vendo a cena, o bandido Delfino Pontes atacou o oficial com o seu facão, matando-o.

Morto o comandante, o remanescente da expedição retirou-se desordenadamente para Palmas, deixando no campo a metralhadora com quatro fitas de 250 tiros, cerca de 40 fuzis e mais de 3 mil cartuchos, espólio que enriqueceu o arsenal dos fanáticos.

O governo do Paraná, ao mesmo tempo em que ordenou a concentração de forças em Palmas¹¹², reiterou ao Presidente da República Hermes da Fonseca o pedido de auxílio federal. A solicitação foi prontamente atendida e mais uma vez o Exército teve de intervir para restaurar a ordem e garantir a tranquilidade do povo pacífico.

¹¹² Foi enviado um contingente remanescente do Regimento de Seg. Pública sob o comando do Ten Fabriciano Rego Barros, oficial do EB mas Cmt do Corpo de Bombeiros do PR.

A intervenção do Exército

As tropas federais sediadas no PR e em SC eram subordinadas à 11ª Região Militar de Inspeção Permanente, criada em substituição ao 5º Distrito Militar, cujo comando ficava em Curitiba. As unidades estavam distribuídas, além da capital, pelas guarnições de Florianópolis, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Castro.

Ao receber a ordem do Ministro da Guerra para auxiliar a milícia estadual, o Gen Inspetor da 11ª RM determinou, ainda em Out 1912, o deslocamento de um contingente de 160 homens, comandado pelo Tenente-Coronel Álvaro Pedreira Franco, para Caçador, Santa Catarina, a fim de proteger esta região dos fanáticos oriundos de Palmas. A força viajou por ferrovia e chegou a 28 do mesmo mês, acampando em Erval, sem ser hostilizada pelos crentes do “Monge”.

Diante da gravidade dos acontecimentos em Palmas, a 11ª RM ordenou que um destacamento constituído por elementos do 5º RI, de Curitiba, sob o comando do Cel Antonio Sebastião Basílio Pyrrho, com o reforço de algumas peças de artilharia e alguns elementos de cavalaria, marchasse para Palmas a fim de cooperar com a polícia na redução e dispersão do foco de fanáticos. Se necessário, o 54º Batalhão de Caçadores, de Florianópolis, ao comando do Ten Cel Dinarte de Aleluia Pires também auxiliaria.

Três dias após o recebimento da ordem o Cel Pyrrho organizou a coluna e embarcou por ferrovia para União da Vitória. Nesta localidade incorporou-se ao seu grupamento a tropa do Tenente-Coronel Álvaro Pedreira Franco, que estivera em Caçador e Erval.

No início de novembro, a força, que já contava com mais de mil homens, deslocou-se ao longo da rodovia União da Vitória - Palmas. Adotando os princípios táticos vigentes na época, o comando efetuou reconhecimentos cuidadosos na região Palmas - Irani. Gastou dois meses nesta tarefa, sem encontrar os fanáticos. Recebendo informações de que os mesmos haviam partido para o interior catarinense e se dispersado, a coluna recolheu-se aos quartéis. Um contingente policial permaneceu em Palmas e elementos do 5º RI estacionaram em União da Vitória.

A Legião dos Anjos - 1913

Passou-se um ano de relativa paz no Contestado. Os sertanejos fanáticos foram praticamente esquecidos. No sertão, entretanto, a morte do “Monge”, ao invés de estancar, incentivara o misticismo. A ressurreição era esperada. Dizia-se que ele voltaria ao mundo dirigindo uma Legião de Anjos, um “exército celestial”, para conduzir os fiéis à terra prometida depois de uma “guerra santa”.

Mas em Curitibanos a tensão continuava. O Deputado por SC Coronel da GN Francisco Ferreira de Albuquerque percebia, entre os fanáticos, um perigo monarquista.

Apareceu um novo guia espiritual, provocando nova concentração dos caboclos. Era Euzébio Ferreira dos Santos, antigo negociante e bom chefe de família, mas possuído de intenso fanatismo pela figura do “Monge”. Uma de suas netas, menina ainda, tinha visões do “santo” José Maria, em cujos braços dormira, tempos atrás. Através desses aparecimentos, José Maria transmitia instruções e, por intermédio da menina, as suas ordens eram divulgadas. Uma delas conferiu o poder temporal a um filho de Euzébio, que logo foi destituído pois cometeu abusos, ofendendo as práticas morais dos caboclos. Houve outro pronunciamento do “santo” e a chefia foi entregue desta vez a um neto de Euzébio, menino de 12 anos, a cujas ordens, emanadas do avô, os seguidores obedeciam cegamente.

As hostes sertanejas cresciam. Estabeleceu-se um acampamento em Taquaruçu, região serrana de Santa Catarina, ao qual acorriam os tipos mais heterogêneos, como fugitivos da justiça, antigos trabalhadores da ferrovia, homens perseguidos pelos coronéis de fazendas e antigos proprietários desapropriados com a construção da linha férrea do tronco sul. Famílias inteiras agrupavam-se no arraial, denominado de Quadro Santo. Era gente sadia, alguns em busca de uma melhor vida, outros atrás de aventuras e lucro fácil. E também gente enferma em busca de cura. Moravam em ranchos de palha e casebres de madeira, improvisados, ostentando o distintivo do movimento - uma bandeira branca com uma cruz ao centro e a imagem de São Sebastião. Eram peões e lavradores, aventureiros e facínoras.

A concentração de todo esse pessoal exigia grande quantidade de alimentos e de outros bens. Euzébio começou a pedir auxílio às fazendas próximas, saqueando-as quando não era atendido.

O General Alberto Ferreira de Abreu, Inspetor da 11ª Região Militar, recebeu do Coronel Vidal Ramos, Presidente de Santa Catarina,

em 07 Dez 1913, um telegrama expondo a situação nas matas de Taquaruçu e informando que para lá fizera seguir um contingente policial. Na mesma ocasião o Ministro da Guerra, General Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto, ordenou a intervenção das forças federais.

O Combate de Taquaruçu

Em 13 Dez uma expedição de 110 homens comandados pelo Capitão Esperidião Almeida foi enviada a Taquaruçu. O ataque seria realizado por três colunas que se deslocariam por itinerários distintos. A convergência das forças sobre o reduto se faria por três regiões distintas. A chegada simultânea ao reduto fora prevista para 28 Dez. No dia 22, iniciou-se a marcha das três colunas. O deslocamento através do sertão foi muito difícil. Alguns vaqueanos acompanhavam as tropas no interior da mata. Entretanto, ao se aproximarem do reduto, prevendo o insucesso, a maioria dos guias abandonou a expedição.

A coluna que partiu de Campos Novos, com escassez de víveres, desmotivada, retraiu para o ponto de partida, sem disparar um único tiro. No dia 25, a coluna que se deslocara de Caçador se reuniu com o contingente da força pública catarinense que se deslocara desde Curitiba. Seu comandante, Capitão Adalberto de Menezes, ignorando o retraimento da coluna que partira de Campos Novos, prosseguiu no deslocamento. As ligações por mensageiros, eram difíceis no terreno e as emboscadas dos fanáticos acompanhavam a progressão das forças. Ao acercar-se de Taquaruçu, a tropa federal seguiu por uma direção, enquanto a policial abordaria a cidade por outro flanco. O Capitão Adalberto avançou contra uma trincheira inimiga com sua coluna, a 29 de dezembro. Antes de abordá-la, recebeu fogo intenso vindo de todas as direções, o que causou confusão. Os cargueiros de munição dispersaram-se, assustados com a fuzilaria. No outro flanco, a força policial não conseguiu acercar-se do aldeamento. Uma emboscada forçou-a a retornar para Curitiba. Sem o apoio das outras colunas e com grande parte da munição perdida, o Capitão Adalberto não teve outra alternativa senão recuar. Após longa marcha de regresso atingiu a localidade de Rio Caçador.

O resultado inegável foi o desprestígio das forças federais e estaduais e o fortalecimento moral e material dos fanáticos pela segunda vitória, com apresamento de armas e munições.

A conquista de Taquaruçu e a fuga para Caraguatá

Após o revés, concluiu-se que o principal fator da derrota fora o pequeno efetivo das forças.

Em janeiro de 1914, o General Inspetor da 11ª RM determinou o ataque ao Quadro Santo de Taquaruçu. A tropa foi comandada pelo Cel Dinarte de Aleluia Pires. Foi organizada com elementos disponíveis integrantes das unidades aquarteladas na área; incluiu o 54º Batalhão de Caçadores, forças policiais catarinenses, um esquadrão do 14º Regimento de Cavalaria, duas secções de metralhadoras e uma de artilharia de montanha e duas companhias de fuzileiros (uma do 4º e outra do 6º Regimento de Infantaria). A concentração dos efetivos foi em Espinilho e reuniu cerca de 754 homens. A 03 Fev, a força expedicionária partiu rumo a Taquaruçu. Este deslocamento foi detectado pelo malfeitor e desertor da Marinha Venuto Baiano.

A exemplo do caso anterior, poucos dias antes foi feito um apelo aos sertanejos para que se dispersassem em paz, pondo fim às agitações naquela área, mas as autoridades não foram atendidas. Mais duas tentativas de pacificação foram repelidas pelos bandoleiros.

A progressão da coluna foi morosa e exaustiva. A formação estendia-se por cinco Km de profundidade em razão da estreiteza das picadas, da vegetação espessa e da irregularidade do terreno.

Em 08 Fev, estabeleceu-se o primeiro contato com os fanáticos, que mostraram saber tirar partido do terreno que bem conheciam. Ocorreram vários choques entre a vanguarda da tropa e os bandoleiros, sendo estes recalçados de forma que foi possível instalar as metralhadoras e a secção de artilharia a 600 m do reduto. Enquanto essas armas atiravam continuamente, a infantaria desdobrava-se no terreno, procurando impedir surtidas do inimigo e ao mesmo tempo cerrar sobre o aldeamento. No final do dia, verificando ser a bravura inútil contra os melhores recursos das forças legais, os fanáticos iniciaram o abandono do local, acompanhados das famílias que ainda lá se encontravam. Na manhã seguinte, os expedicionários penetraram em Taquaruçu, encontrando dezenas de mortos e a quase totalidade dos casebres incendiados. Em vista das dificuldades de suprimento e de deslocamento no sertão, a coluna retirou-se para Espinilho, considerando cumprida a missão.

Já em Caçador, o Cel Aleluia Pires recebeu ordens para suspender temporariamente as operações, principalmente sobre Caraguatá.

Tendo problemas de saúde, Aleluia foi substituído pelo Ten Cel José Capitulino Freire Gameiro.

Os rebeldes que haviam fugido concentraram-se em Caraguatá, mais para o interior, a cinco quilômetros de Perdizes Grandes. No local já havia um pequeno agrupamento que, entre rezas e incursões às fazendas da redondeza, aguardava a ressurreição do "santo". Após a chegada dos fugitivos de Taquaruçu começaram a afluir outros grupos de crentes e adeptos da restauração da monarquia.

O núcleo de Caraguatá cresceu muito, sendo necessárias 30 reses diárias para a alimentação dos habitantes. Subsistia a organização temporal criada por José Maria, ou seja, o "Comandante da Forma e da Reza" e Os Doze Pares de França. No campo espiritual, uma pequena virgem constituía o oráculo da multidão, transmitindo as mensagens do "Santo". Aumentara o número de bandoleiros, aventureiros e cabecilhas que se destacavam pela coragem e pela audácia. Movia-os o fanatismo e, depois da derrota em Taquaruçu, também o ódio.

No início de março, o Ten Cel Gameiro recebeu ordens para prosseguir as operações atuando sobre Caraguatá.

O ataque a Caraguatá. Proliferam os redutos

O governo federal tentou por diversos meios promover a dissolução pacífica do reduto de Caraguatá. Todas as medidas se revelaram inúteis. Tendo aumentado a frequência das arruaças na região, o novo Inspetor da 11ª Região Militar - Gen Carlos Frederico de Mesquita, determinou ao Tenente-Coronel Aleluia Pires que fizesse nova investida, desta vez sobre Caraguatá.

A coluna atingiu o lugarejo de Perdizes a 08 Mar, encontrando-o abandonado. No dia seguinte, em formação de combate, avançou para Caraguatá. Cerca de 30 minutos depois do início do movimento, os fanáticos tentaram penetrar em Perdizes para se apossar dos suprimentos armazenados, mas foram repelidos pela guarda.

Ao se aproximar do objetivo, a tropa começou a ser hostilizada pelos bandoleiros emboscados, que estavam sob o comando de Venuto Baiano. A coluna de marcha progredia lentamente, já que o terreno era acidentado e havia constantes inquietações dos fanáticos. Foi grande a dificuldade para instalar as metralhadoras e as peças de artilharia, em virtude do emaranhado da vegetação e dos obstáculos apresentados pelo terreno. Detida a coluna, após seis horas de luta, continuava imbatível o reduto de Caraguatá. Combatendo em terreno

adverso, contra inimigo tocaiado na mata, sem poder desdobrar-se convenientemente segundo a doutrina vigente na época e sendo difícil a instalação de suas armas de apoio, a tropa foi obrigada a se retirar com 28 baixas para Perdizes e para a estação ferroviária de Calmon a 11 de março.

A retirada da expedição para Calmon revigorou o moral dos caboclos. Como não fossem boas as condições de higiene no “Quadro Santo” de Caraguatá, onde havia mesmo um surto de tifo, resolveram mudar-se para a região de Pedras Brancas, à margem esquerda do rio Timbózinho, onde se instalaram.

A população do acampamento foi crescendo e em suas proximidades acabou surgindo o reduto de Tamanduá. Para proteger os aldeamentos foram instalados postos avançados nas serras de Santa Maria e de Caçador. Mais tarde, nessa mesma região, surgiu o reduto de Santo Antônio.

Mais recursos militares contra os fanáticos

O Cmt 11^a RM alertou o governo sobre a conveniência de eliminar rapidamente a sublevação contra a ordem pública. Chegaram então à área novos reforços oriundos do RS e de Curitiba: o 7^o RI de Santa Maria e uma Cia de Engenharia de Combate. O efetivo das forças legais na área subiu para cerca de 1.500 homens, ao comando do Gen Carlos Frederico de Mesquita, veterano da Campanha de Canudos. Sérias dificuldades o aguardavam. A tropa veterana ainda retinha a impressão dos combates anteriores e acreditava nas lendas fantásticas que circulavam; a recém-chegada, ouvindo essas histórias, não podia disfarçar o receio.

A expedição Mesquita retomou a ofensiva a 16 Mai, reanimada com o novo comando e confiante na vitória. À frente marchavam 60 civis experimentados, contratados como guias. Das três colunas, uma reconheceria Caraguatá e investiria contra Tamanduá. As duas outras seriam empregadas sobre Santo Antônio. Durante o trajeto os soldados foram inquietados por atiradores de tocaia dentro das matas. O reduto de Santo Antônio foi conquistado num assalto à baioneta. No dia seguinte, ainda sob o impacto da luta e já nos preparativos para o ataque a Tamanduá, a tropa foi surpreendida por intenso fogo dos jagunços emboscados no topo dos pinheiros, ocultos nas macegas ou no tronco das árvores. A tropa reagiu ao fogo e eliminou a resistência.

A terceira coluna, comandada pelo Cap João Teixeira Matos Costa, cujo objetivo era conquistar Tamanduá, ocupou o arraial de Caraguatá e a seguir retirou-se para a Estação Calmon, da ferrovia São Paulo-RS.

Conquistadas Santa Maria, Tamanduá e Caraguatá, e sem recursos para a perseguição a um adversário experimentado em terreno difícil e desconhecido, o Gen Mesquita decidiu se retirar para Porto União e, para surpresa geral, dissolver a expedição¹¹³.

A agitação no Contestado não diminuiu. Aumentou, propiciando homizio para celerados e servindo de palco para manifestações políticas dos chefes locais. Aumentaram os atritos entre os sertanejos e os donos de terras. As fazendas e outras propriedades eram alvo de investidas de saqueadores. Contrabandeavam-se armas, munições e provisões.

Novo chefe, novas tropas, novos planos. Cresce a tropa dos jagunços

Ciente dos acontecimentos, o governo da República resolveu nomear o General Fernando Setembrino de Carvalho¹¹⁴ para Inspetor da 11ª Região Militar e comandante das forças em operações no Contestado.

Toda a autoridade fora outorgada ao general, de acordo com as disposições constitucionais, em vista da requisição de ambos os Estados, pedindo a intervenção da União "para restabelecer a ordem e a tranquilidade em seus territórios".

Habilmente, o Gen Setembrino procurou se afastar das querelas políticas e não interferir em assuntos administrativos locais. Mesmo assim, a sociedade local e a imprensa não o receberam bem, temerosos de que estivesse acontecendo uma intervenção militar no estado do PR. Entretanto, ambos os governadores, do PR e SC, eram militares. Ao assumir o comando em 12 Set 1914, verificou que:

- os efetivos militares estavam incompletos;
- havia falta de oficiais superiores; e
- a tropa estava mal equipada e não estava adestrada.

A ação dos fanáticos se estendia por uma larga área e julgou assim conveniente adotar as seguintes providências: a) envolvê-los a partir

¹¹³ Conforme Moura, 2010, p. 124, o argumento do Gen Mesquita foi a falta de fardamento e saúde, já no início do inverno. Alegou também que não era missão das forças federais "andarem à caça de bandidos", e que isso seria atribuição da tropa estadual.

¹¹⁴ O Gen Setembrino era natural de Uruguaiana, RS e Gen Bda desde abril de 1914. Antes do Contestado era governador do Ceará.

dos centros mais populosos e apertar o cerco pouco a pouco, privando-os dos recursos indispensáveis ao prosseguimento da luta; e b) tomar todas as precauções para evitar que a tropa sofresse emboscadas.

Para a execução do plano, eram exíguos os meios existentes, principalmente quanto a efetivos. Em consequência, o governo central deslocou para aquela área várias unidades, constituindo a Grande Expedição, com cerca de sete mil homens. Foram concentrados recursos de toda espécie, ao contrário do que antes ocorrera.

Entre Set e Dez de 1914, os jagunços desenvolveram grande atividade, caracterizada mais pelo vandalismo do que pelo misticismo. Bandoleiros comandavam grupos volantes que saqueavam, matavam e incendiavam indiscriminadamente. A revolta atingiu o clímax.

A área de ação dos rebeldes compreendia cerca de 28 mil Km². Calculava-se em 20 mil os bandoleiros espalhados pelos redutos de Tamanduá, Santa Maria, Colônia Vieira e Salseiro. Os suprimentos eram obtidos por saques em fazendas e vilarejos ou contrabandeados dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em meados de setembro restabeleceu-se o tráfego na estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, que havia sido interrompido. A linha férrea ficou permanentemente guarnecida, para impedir novas interrupções. Em seguida, o comandante da expedição lançou um manifesto aos habitantes da zona do Contestado, em 28 Dez 1914, conclamando-os a se retirarem da área e se concentrarem nos pontos em que houvesse força federal, a cujos comandantes deviam se apresentar. Aí lhes seriam garantidos meios de subsistência, até que o governo do Estado do PR lhes desse os títulos de propriedade. Por outro lado, o Gen Setembrino recomendou que os oficiais em comando tivessem toda a clemência para com os prisioneiros, desde os que fossem capturados vagueando até os capturados em combate. No mesmo dia em que o Gen Setembrino assinou o apelo, um grande piquete rebelde assaltou a vila de Curitiba, prometendo nova investida, desta vez para arrasá-la; vários outros povoados foram invadidos e saqueados.

O comandante da expedição resolveu distribuir a tropa que atuaria no cerco da zona infestada pelos fanáticos segundo quatro linhas:

- Linha norte: União da Vitória - Rio Negro (Ten Cel Manuel Onofre Muniz Ribeiro);
- Linha leste: Rio Negro - Papanduva (Cel Júlio César Gomes da Silva);

- Linha sul: Freguesia do Sul - Lajes - Campos Novos (Ten Cel Francisco Raul Estillac Leal); e
- Linha oeste: Ferrovia São Paulo - Rio Grande (Cel Eduardo Artur Sócrates).

Além disso, organizou também pequenos destacamentos e uma coluna móvel. A tropa assim distribuída permaneceria em seus acampamentos, que estavam protegidos, e onde foi intensificado o adestramento.

Os jagunços rondavam os acampamentos e mantinham-se em expectativa. A ordem era não os atacar. O comandante esperava novos reforços e então iniciaria pequenas operações ofensivas, nas quais certamente obteria sucesso e com isto aumentaria o moral da tropa. A ação militar do governo era secundada por fazendeiros abastados, que mantinham numerosos homens em armas para a defesa das terras. As tropas, a partir de suas posições na linha de cerco, realizavam ações de patrulhamento, eliminando pequenos redutos e dispersando grupos que fugiam para a mata. Graças a essas ações isoladas, os jagunços iam perdendo a ousadia dos primeiros tempos.

O início da investida

Ao norte, com a missão de atacar os redutos de Salseiro e Colônia Vieira a 26 Out 1914, a coluna Muniz Ribeiro transpôs o rio Canoinhas e surpreendeu os bandoleiros. A força de reconhecimento lançada sobre Colônia Vieira voltou a Salseiro e sofreu dois ataques seguidos, que demonstraram a impossibilidade de continuar a marcha. Às chuvas incessantes, a interrupção das comunicações e outros fatores determinaram seu regresso a Canoinhas. Daí em diante ocorreu uma série de investidas do inimigo, que atacava de madrugada, quase sempre à mesma hora. Certa ocasião, quase ao raiar do dia, o Ten Armínio Moura com mais 20 soldados, lançou-se contra os atacantes, obrigando-os a retroceder. Finalmente cessaram os ataques à vila de Canoinhas.

No setor leste do dispositivo, os fanáticos hostilizaram Papanduva várias vezes, também à noite, o que provocou o deslocamento de um batalhão de infantaria para lá. Tomando a iniciativa, as forças da linha leste, nos últimos dias de novembro, repeliram os insurgentes para o interior dos redutos e vários povoados ficaram sob a ocupação das tropas legais. Depois de negociações infrutíferas entre o comandante da linha leste e o chefe rebelde Antônio Tavares, o Cel Júlio César

Gomes da Silva decidiu atacar. Quando a operação já estava montada, um rebelde, desafeto de Tavares, convenceu muitos de seus companheiros a desistirem da luta. Antônio Tavares, ao se sentir abandonado, fugiu em companhia dos mais comprometidos fugitivos da justiça.

Na linha sul, as localidades de Lajes e Curitiba nos estavam organizadas defensivamente e serviam como base para as forças volantes que perseguiram bandos de jagunços espalhados por Cerrito, Corisco, Espinilho e Taquaruçu.

Em Lajes, apesar da existência de um batalhão de infantaria na guarnição, a população vivia em constante sobressalto. Conheciam-se e temiam-se as atrocidades do bandido Castellano (Agostinho Saraiva Perez). Ele chegou a anunciar o dia do ataque à cidade. A população se preparou para a defesa. Sem distinção de classes e sujeitos à mesma disciplina dos soldados, os habitantes cooperaram no trabalho de entrincheiramento. Dividiu-se a praça em numerosos setores, confiando-se a vigilância de alguns deles aos civis. Uma companhia marchou ao encontro dos rebeldes e dispersou-os, limpando as cercanias de Lajes dos temíveis jagunços, que se deslocaram mais para o norte.

O 7º RI, com sede em Niterói, no RJ, comandado pelo Ten Cel Francisco Raul d'Estillac Leal, desembarcou em Itajaí em fins de Set 1914 e depois se deslocou para Curitiba nos, ficando acampado em meio aos escombros do incêndio iniciado pelos bandidos.

Em Campos Novos, a tropa desenvolveu intensa atividade, afugentou os fanáticos e recompôs a linha telegráfica interrompida pelos bandoleiros, inspirando confiança nos moradores, que começaram a voltar aos lares abandonados.

Na linha oeste foi cumprida com facilidade a tarefa de garantir a operação da ferrovia e de afastar os bandoleiros de suas imediações.

Em Jan 1915, a área infestada pelos fanáticos era bem menor do que a encontrada pela grande expedição. As incursões predatórias aos poucos foram cessando. Cerca de três mil pessoas, na maior parte mulheres, crianças e inválidos que conseguiram escapar dos redutos, apresentaram-se às tropas legais. Alguns líderes rebeldes também se entregaram. Dos chefes políticos, só Aleixo Gonçalves, bandoleiro célebre, valia-se da religiosidade para impor-se aos fanáticos e bandidos, intitulando-se chefe geral.

Antônio Tavares, antigo promotor público, depois de derrotado no reduto, homiziara-se no sul do Estado, incógnito. Sua motivação para a luta fora a questão de limites, resolvida judicialmente sem que o Estado do Paraná tomasse as medidas consequentes.

As doenças, a falta de recursos e as derrotas frequentes minaram o moral dos revoltosos e abalaram a convicção de seus líderes. Apesar de tudo, os líderes dos fanáticos remanescentes recusaram as propostas conciliatórias. Em fins de dezembro o General Setembrino fez circular o seguinte apelo:

"(...) Desde o dia 11 de setembro que lutamos e os nossos soldados cada vez mais se sentem encorajados para a vitória final que não tarda. Mas é preciso parar, é forçoso que se termine essa luta; que o sangue brasileiro não continue a manchar as nossas terras, onde a natureza acumulou recursos inesgotáveis para a grandeza da nossa Pátria. Não venho trazer-vos a morte ou o presídio pela vitória das nossas forças, senão concitar-vos mais uma vez a que deponhais as armas e aceiteis as garantias que vos ofereço em nome do governo e da lei. Impõe-se que volteis novamente ao trabalho, meio único capaz de garantir a felicidade do lar e promover a prosperidade da nossa grande Pátria que no quadro atual tanto precisa do patriotismo dedicado dos seus filhos".

Aproxima-se o fim da luta

As notícias constantes de vitórias dos legalistas e de rendições dos rebeldes vinham elevando o moral de toda a força de pacificação.

Na coluna norte, o Capitão Tertuliano de Albuquerque Potiguara, em fins de dezembro de 1914, depois de marchar 10 quilômetros por mata densa, atacou o reduto Piedade.

A partir de fevereiro a coluna foi atacando e destruindo sucessivamente os fortins de Santo Antônio, Gramado, Timbózinho, Pinheiros e Tomazinho, encontrando forte resistência em Pinheiros.

A coluna leste, que mudara a sua base para Colônia Vieira, depois de realizar alguns reconhecimentos, dividiu-se em dois destacamentos para atacar os pontos fortificados de Marcelo, Josefino e Aleixo. Um dos destacamentos defrontou-se com a guarda de Josefino que, em posição favorável, impedia o prosseguimento da força. Depois de tentativas frustradas, o comandante decidiu contornar aquela posição através da mata. A manobra obteve sucesso, pois a guarda fugiu e o local foi ocupado, tendo sido feito grande número de prisioneiros, inclusive o próprio chefe Josefino. O ponto forte do Aleixo foi dominado a 16 de fevereiro sem resistência. Por lá já passara antes o Capitão Potiguara.

Os ataques simultâneos das colunas norte e leste destruíram os arraiais dos fanáticos ao norte, mas não chegaram às posições principais por eles ocupadas. A maioria dos fugitivos dos redutos submetidos pelas colunas norte e leste escapou em direção a Santa Maria do Sul.

De 31 de janeiro a 04 Fev 1915, o comandante da coluna sul realizou reconhecimentos nas proximidades de cidades que acusavam a presença do inimigo nas imediações. Duas tentativas para desarticulá-lo não obtiveram êxito, dadas as condições do terreno e da vegetação, que dificultavam o avanço da infantaria e o fogo de artilharia.

Convencido da impossibilidade de vencer investindo apenas pelo sul, o comandante da expedição decidiu aproximar-se inicialmente de Caçador. Ao mesmo tempo a coluna do sul acometeria Santa Maria e a de oeste reforçaria a vigilância para impedir a fuga dos rebeldes para os campos de Irani.

A coluna sul, com companhias que se revezavam, começou uma grande derrubada na mata para abrir uma passagem que facilitasse o ataque. O jagunço, que não compreendia a necessidade de derrubarem a selva para atacá-lo, espreitava, curioso e intrigado, a gigantesca e trabalhosa empreitada. Durante todo o mês de março a coluna bombardeou o reduto, realizou reconhecimentos e reajustou a composição das forças. Nos últimos dias do mês a coluna não pode continuar o trabalho. Os fanáticos, vendo-se atacados pelo norte, começaram a hostilizar a coluna sul; na mata havia cerrado tiroteio sobre os trabalhadores e soldados encarregados da derrubada.

O Cel Estillac Leal resolveu iniciar o assalto a 30 Mar 1915, executando uma preparação de fogos de artilharia e de metralhadoras durante o dia inteiro. Apesar disso os batalhões de infantaria não conseguiram transpor o desfiladeiro que conduzia ao ponto fortificado.

O Cel Estillac reajustou o seu dispositivo em quatro colunas que avançariam pelo vale até o encontro com as forças do norte. No acampamento de Tapera, no dia 3 de abril, ouviram-se tiros para o lado do nordeste; ao anoitecer foi visto um clarão e logo depois a fumaça começava a elevar-se no horizonte, na altura de Santa Maria. Não havia dúvida de que era um grande incêndio. Enquanto isso, o Capitão Potiguara, no comando de um destacamento, já atingira Timbó Grande em 31 Mar e em 03 Abr já chegara a Santa Maria.

Potiguara prosseguiu o deslocamento e pouco depois deparou-se com as primeiras casas de Caçador. Depois de recalcar o inimigo para a margem esquerda e de reajustar as forças, o destacamento, enfrentando forte resistência, transpôs o rio e penetrou no reduto, en-

contrando muito armamento e munição e centenas de cadáveres insepultos. Depois de arrasar quase duas mil casas, prosseguiu repelindo os jagunços emboscados até penetrar no reduto de Maria Rosa, em fim de jornada. Continuou recalçando os fanáticos até o assalto ao reduto de “Os Doze Pares de França”, conquistando-o à arma branca.

Depois de breve descanso, reiniciou a marcha sobre Aleixo, que foi conquistado em luta corpo-a-corpo. Ainda no sábado, 03 Abr 1915, o destacamento levantou o bivaque para prosseguir. No cemitério do reduto, enfrentou uma guarda, mas dispersou-a e avançou. Mais adiante, em um desfiladeiro, a tropa foi atacada por todos os lados, mas a vanguarda conseguiu abrir caminho. Foram mortos cerca de 100 fanáticos. Depois de 10 dias de marcha e oito combates, a tropa entrava no reduto de Santa Maria. O casario estava abandonado e os habitantes haviam fugido. Na noite de 03/04 Abr e na manhã de 04 o destacamento repeliu vários ataques rebeldes. Foi enviado um grupo de 10 homens para fazer ligação com a coluna sul. À tarde houve a junção. No dia seguinte, após arrasada a aldeia, o destacamento abandonou Tapera por ter cumprido a missão.

A coluna leste estava concentrada, até fins de março, em Colônia Vieira. Dirigiu-se depois para Vaca Branca e Reichard, onde colheu informações sobre a passagem do Capitão Potiguara. A seguir, rumou para Caçador, cujo reduto também fora destruído. Na realização de um reconhecimento em Santa Maria encontrou um outro reduto que os prisioneiros disseram ser destinado a abrigar os fugitivos de Santa Maria, então atacada pelas forças legais. Diante disto o destacamento permaneceu bivacado, aguardando ordens.

Final de campanha

Com a eliminação dos redutos de Caçador e Santa Maria cessou a resistência organizada no Contestado. Mesmo informado que muitos fanáticos se reuniam às margens do arroio São Miguel, o comandante da expedição não determinou qualquer providência.

Desprovidos de recursos, vitimados pela fome e pelas doenças e isolados das fontes de suprimento, aqueles homens não poderiam reiniciar a luta, segundo pensava o Gen Setembrino. Decidiu-se então dissolver a força expedicionária.

Por medida de segurança e conforme determinação do Ministro da Guerra General João Caetano de Faria tropas de ocupação, inclusive dos dois Estados, deveriam permanecer por algum tempo em pontos

chave, incluindo estações da estrada de ferro do tronco sul. O seu comando ficou com o Cel Basílio Pyrrho. O último chefe, Adeodato, foi preso e condenado a 30 anos de prisão. Na segunda vez que tentou se evadir foi morto.

Soube-se mais tarde que alguns cabecilhas escaparam ilesos. O controle espiritual dos sertanejos ainda era objeto de espertalhões, embora a totalidade da comunidade aspirasse à paz e ao trabalho.

Em junho de 1917, apareceu na região do Irani um novo “monge”, Jesus Nazaré, tentando reviver as agitações anteriores. As forças que permaneceram na região, com a colaboração das polícias estaduais, venceram rapidamente esse renascimento de bandidagem.

À longa convulsão sucederia a luta política pela posse das áreas contestadas. Forças policiais dos dois Estados estiveram prestes a entrar em choque e as relações entre os dois governos ficaram bastante tensas. Por isso, depois de enviar à região um observador militar, o Presidente da República determinou a ocupação militar das terras onde era mais tensa a situação, obtendo compromisso dos governos dos Estados de não insistirem nas reivindicações à viva força.

Com a interferência direta do Presidente da República, em 20 Out 1916 a velha questão de limites encontrou a solução final.

Contestado, uma guerra revolucionária

Ao contrário de Canudos, em que os jagunços se contentavam em viver a seu modo, na chamada Tróia Sertaneja surgiu a ideia de implantar uma nova ordem além dos redutos do Contestado. De fato, no apogeu do movimento - quando os fanáticos dominavam uma grande região entre a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande e as bacias dos rios Iguaçu e Negro (ao norte), e rio Pelotas (ao sul) - pensaram os líderes em dar maior envergadura ao movimento, prosseguindo na direção de São Paulo e também para leste, pelo vale do Itajaí, na direção do mar. Comandaria as forças em Santa Catarina o Alemãozinho, Henrique Wolland, desertor da canhoneira alemã Panther¹¹⁵. Vislumbravam eles obter muitas adesões de modo a

¹¹⁵ Canhoneira alemã atracada em Itajaí em Nov 1905, da qual sumiu um marujo. Procurado ilegalmente por seus companheiros da Panther, o fato gerou protestos do governo brasileiro. O marinheiro alemão somente reapareceu na data da partida da embarcação Acionada a diplomacia, em janeiro de 1906 o governo alemão se desculpou.

chegar ao Rio de Janeiro com força suficiente para derrubar a "República dos Coronéis".

Nem todos os chefes tradicionais estavam contra o movimento, pois ele englobava também, a par de humildes sertanejos, coronéis que lutavam entre si na área conflagrada. No fundo, uma questão social.

Se difere de Canudos em seus aspectos bélicos, a Campanha do Contestado se lhe equipara como fenômeno social. Ambas foram rebeliões sertanejas, em áreas afastadas do poder central e por ele relativamente desassistidas. Ambas levantaram o problema da busca de melhores fórmulas de integração nacional.

Os ensinamentos militares (síntese) da Campanha do Contestado através do pacificador, o Gen Fernando Setembrino de Carvalho

Fonte: BENTO, Claudio Moreira, Cel. A Revolta do Contestado (1912-1916) nas Memórias e nos Ensinamentos de seu Pacificador (p. 99/177)

O Gen Setembrino destacou que o Exército necessitava de uma organização realmente funcional. Criticou a crença da época de que o EB não necessitava da doutrina alemã ou mesmo da francesa, no anseio de alguns que houvesse uma estratégia e uma tática genuinamente brasileiras, lembrando que naquelas doutrinas existem "princípios gerais e irredutíveis" que são sempre importantes. A seguir, os ensinamentos do general.

Contestado foi uma guerra de posições, cujas principais dificuldades eram a deficiência de estradas e o caráter retrátil do inimigo. Ou seja, uma luta irregular. Mesmo assim, exemplifica que os franceses, nas lutas coloniais, jamais deixaram de aplicar a sua doutrina, porém adaptada e aperfeiçoada. Ressalta que a Ofensiva estimula nos oficiais a "iniciativa inteligente", ou seja, a pronta resposta dentro do possível e com responsabilidade. O Contestado não nos ensinou. Advertiu-nos e apontou as nossas falhas. E nos mostrou, com a sinceridade nua dos fatos, que precisamos melhorar intelectualmente, moralmente e praticamente. Havia inspirações monarquistas no Contestado.

A zona dominada pelos fanáticos apresentava planos ondulados e/ou elevações, além de matas cerradas, falta de caminhos e ausência de centros populosos. Era um deserto de clima temperado, uniforme e saudável para a tropa.

Os inimigos chegavam à noite, cautelosamente, estendendo-se em linha de atiradores e rompiam o fogo. Os adolescentes serviam com reserva e para gritar vivas aos santos e "morras" aos "peitudos". Se sabiam que eram superiores em efetivo investiam com firmeza, con-

duzidos por buzinas de caça e bandeirolas brancas, e assim atacando os soldados a facção.

A guerra é a política de armas na mão. No TO, se exige a Unidade de Comando. O fracionamento da tropa é desastroso porque fere a Unidade. Na História Militar existem inúmeros exemplos.

O Cel Claudio Moreira Bento exemplifica que o Duque de Caxias acumulava o poder militar com a autoridade civil em suas campanhas pacificadoras. Ou seja, não pode haver limitação do poder dos chefes militares, o que pode causar prejuízos irreparáveis. Um general necessita plena autoridade para atingir os seus objetivos.

No Contestado, o Gen Setembrino montou um QG especial para assessorá-lo e acompanhá-lo à região das operações.

Foi designado o 51º Batalhão de Caçadores (São João D'el Rei), sob o comando do Cel Eduardo Sócrates para restabelecer o tráfego da ferrovia S. Paulo-Rio Grande do Sul, com o fim de restabelecer-lhe o tráfego, com notáveis ganhos logísticos. A linha telegráfica também foi restabelecida.

A tropa ainda era insuficiente, mas o Min da Guerra Gen Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva determinou o deslocamento para a área do 10º RI de São Gabriel, RS, e do 56º BC (Porto Alegre). Neste meio tempo, foi elaborado o Plano de Operações, que começava por um cerco para isolar os redutos rebeldes das cidades e seus recursos.

Inicialmente a alimentação da tropa foi com recursos locais. Começaram então as reclamações dos Cmt de unidades. Foi firmado um contrato de fornecimento com a empresa M. Loureiro & Comp. e criados em Rio Negro, União da Vitória e Canoinhas, Armazéns de Campanha que garantiram a subsistência. Todos tiveram a mesma organização e foram operados por militares.

Hospitais de Sangue foram instalados em Rio Negro e União da Vitória. Eles eram indispensáveis, pois não havia Casas de Saúde na região.

A concentração das forças da Divisão Provisória foi lenta. O 10º RI, do RS, sob o comando do Cel Júlio Cesar Gomes da Silva, desembarcou em Rio Negro a 26 Set. E também do RS, chegaram frações do 4º, 5º e 6º RC, que constituíram um destacamento sob o comando do Major José Leovigildo Alves Paiva¹¹⁶. Foi destacado para Campos Novos.

¹¹⁶ José Leovigildo Alves Paiva (1866-1929) foi um dos mais proeminentes oficiais do EB. No Contestado, comandou com sucesso um Dst Cav formado por Elm dos 4º, 5º e 6º RC (Itaqui, São Luiz Gonzaga e São Borja). Ele foi estudado pelo Cel Dilermando de

Do RJ chegaram o 56° BC (Ten Cel Manoel Onofre Muniz Ribeiro) e uma secção de Artilharia de Montanha (1° Ten Alzir Mendes Rodrigues Lima). Depois, o 58° BC (Niterói) ao comando do Ten Cel Francisco Raul Estillac Leal, o 9° RC (São Gabriel, Maj Álvaro de Souza Portugal), o 43° BI (São Paulo, Maj Cândido José Pamplona) e outra secção de Artilharia de Montanha, que acantonou em União da Victoria, o 12° BI (Recife) e mais destacamentos de Cav, de Eng, de Trens (Logística) e uma Secção de Ambulâncias. Foi criado também um “Batalhão Patriótico” (Cel GN Nicolau Bley Neto). Atuaram mais as seguintes unidades: o 53° BC (Cel Antônio Sebastião Basílio Pyrrho), e uma Secção do 20° de Art Mont (Rio de Janeiro). No total, a Expedição teve o efetivo de 6.403 homens.

Uma parte da tropa foi destacada - em linhas, para os pontos por onde podiam os inimigos se comunicarem com os centros populosos. A outra parte constituiu colunas móveis para neutralizar o inimigo. Essas linhas foram as seguintes. Linha Norte: Rio Negro, Canoinhas, Barreiro e Poço Preto; Linha Oeste: União da Vitória, Legrú, São João, Calmon, Rio Caçador e Herval; Linha Sul: Campos Novos, Passa Dois e Coritibanos; Linha Leste: Papanduva e Itayópolis.

A coluna móvel contou com um RI, um Esqd Cav, uma secção de Art Mon; uma Cia Eng, um Pel Trens e uma Sec Ambulâncias.

Quanto aos destacamentos operacionais, dois princípios avultaram de importância: não calcular mais tropa do que o necessário e respeitar a composição das frações. O Sv Adm ficou com a elaboração da escrituração e do exame dos gêneros e demais materiais recebidos.

No QG, foram escalados oficiais de ordenança, para a transmissão de ordens aos escalões subordinados. Os deslocamentos desses mensageiros foram a pé a cavalo. Estes animais foram muito bem tratados.

As informações recebidas apontavam redutos na margem direita do rio Itajaí (200 homens), Colônia Vieira (300 homens), na margem esquerda do Iguaçu (150 homens), Tamanduá e Caçador/Santa Maria (por volta de 1.000 homens) sob o comando de Elias de Moraes. Existiam outros redutos menores. O abastecimento dos insurgentes se dava pelo comércio. A estrada de ferro estava servindo para o contrabando de armas e munições.

O principal objetivo das tropas legais foi a interrupção do fluxo logístico dos fanáticos. Para o porto de Paranaguá foi destacado um

cruzador da Marinha para cortar o fluxo clandestino pelo mar e organizar uma flotilha. Esta experiência não teve êxito.

Foi organizada uma “Coluna Volante de Vaqueanos” (150 homens), sob o comando do Cel GN Fabrício Vieira, para interromper o contrabando na margem direita do rio Iguaçu.

A espionagem era um problema bastante sério. Os fanáticos infiltravam-se na tropa para escutar as conversas, verificar efetivos, armas, etc. e levavam esses informes para os chefes. A providência foi limitar, além das reportagens dos jornais, proibir os contatos dos militares com os sertanejos. Foi instalado um telégrafo para ligações diretas do Cmdo com os Elm subordinados.

Os sertanejos que possuíam família foram atraídos pela promessa de distribuição de terras pelo governo.

Para reconhecimentos aéreos, foi acionada a Escola de Aviação, que designou o Ten Ricardo Kirk¹¹⁷ e o aviador civil Ernesto Darioli em operação pioneira. Foram construídos dois hangares e vieram dois aparelhos do Rio de Janeiro. Estas operações foram até 01 Mar 1915.

Sobre o fardamento - o fardamento de campanha da época atendeu em parte às necessidades. O gorro não satisfaz por deixar a nuca exposta ao sol e não oferecer proteção contra a chuva. Recomendou-se o capacete da Infantaria alemã e/ou o chapéu, embora este durasse pouco no Contestado, ficando logo deformado. A túnica era muito colada ao corpo, impedindo os movimentos. Em lugar das calças foi sugerida a adoção dos calções folgados. O sapato maltrata o pé do soldado e se deforma com facilidade, bastando para isto ficar molhado. A botina também não atende. Era comum os soldados se desfazerem dos calçados, passando a andarem descalços o que, obviamente, não podia ser uma solução. Foi sugerido o borzeguim usado pela Força Policial de São Paulo. O capote deveria proteger o soldado do frio e da chuva. Foi sugerido o capote usado pelo Exército Alemão. A cor do uniforme deve ser o caqui esverdeado.

Equipamento e Armamento - Foi condenado por ser de péssima qualidade e já havia a substituição pelo material inglês. Foi sugerido conservar a marmitta, o cantil, o caneco e o talher de alumínio, como acessórios que satisfazem otimamente às exigências da campanha.

¹¹⁷ Um dos primeiros aparelhos foi danificado na viagem ficando imprestável. Os outros dois passaram a operar. Em 01 Mar 1915, em missão com má visibilidade, Kirk teve uma pane mecânica em seu Morane-Saulnier que acabou caindo e vitimando o tenente.

Foram gerais as queixas contra a pistola Parabellum, pelo peso e péssimo automatismo. A experiência da campanha aconselhou o revólver Smith & Wesson 38 ou 44, preferido por quase todos os oficiais pela simplicidade do manejo, precisão e segurança. A munição de Infantaria não acusou defeitos. Sobre os obuseiros da Artilharia observou-se que o material foi bastante resistente, qualidade apropriada às aspezezas de quaisquer caminhos. A munição e as espoletas comportaram-se bem. Duas faltas no Contestado foram a granada de mão, que prestaria magníficos serviços, e o carro observatório para o comandante da bateria.

Remonta – são necessários dois tipos de cavalos: um para montaria e outro para tração. É necessário desenvolver a criação, para o caso da mobilização de todo o Exército. O nosso cavalo ostentou boa resistência quando bem alimentado. Quando, após marchas forçadas, algum cavalo apresentava escoriações no lombo resultantes do mau arreamento, bastava descanso e trato. O destacamento do Major Leovigildo Paiva entrou em campanha com 1,4 cavalos por praça e manteve esta relação enquanto operou no município de Campos Novos. Ao marchar em janeiro para a concentração em Perdizes, só levou um animal por praça, deixando os restantes invernados em Campos Novos, onde se mantiveram até o período final das Operações. Já a cavallhada do 9º RC não teve o mesmo desempenho. Ao fim de um mês o RC estava quase a pé. Quanto ao arreamento, o novo modelo foi excelente, com poucas reservas. A matéria prima, o couro, poderia ser melhor. O correame e a ferragem partiam-se facilmente. O freio deixou a desejar. A inexistência da manta, colocada entre o lombo e sela nos arreiamentos da metralhadora foi grave falta. Além disso, dois gravíssimos defeitos: ser grande e pesado.

Barracas (de acampamentos) - o acampamento é o nosso estacionamento habitual. No Contestado, a maior parte da força acantonou durante meses seguidos. Mas as barracas não abrigaram a tropa da chuva e do frio. Os soldados costumavam protegê-las com ramadas de sapé ou de gerivá.

Viaturas (hipomóveis) - as viaturas não eram apropriadas aos maus caminhos do sertão. Seria melhor a carroça tipo médio colonial, usadíssima em todo o sul do Brasil.

Marmitas térmicas - o carro cozinha foi limitado pelas estradas. A marmita térmica prestou-nos melhores serviços, pois atendeu a todos os casos.

Instrução (Escola Regimental e Instrução Militar) - a instrução profissional militar não foi boa. As escolas regimentais eram mal instaladas e não dispunham do material indispensável. A instabilidade dos oficiais nos corpos de tropas, em uma mutação constante foi muito prejudicial. Foi grande o número de oficiais incapazes de transmitir a mais ligeira noção teórica de instrução. O Serviço de Guarnição também prejudicou a instrução.

Disciplina e Justiça Militar - foram poucas as alterações disciplinares durante a campanha. O soldado responde muito bem quando é tratado com justiça. O problema bastante sério foi a embriaguez, inclusive entre alguns oficiais, apontada como um vício condenável.

Exploração e Segurança - serviço atribuído à Cavalaria. O terreno e o sistema de guerra dos fanáticos não lhe permitiram colher melhores resultados nos reconhecimentos. As patrulhas estavam sujeitas ao perigo das emboscadas na mata. O campo de observação, em regra demasiado restrito, não raro impedia descobrir as posições inimigas, com tempo de se fazerem comunicações úteis às tropas. Não obstante, o Destacamento Paiva e o Pelotão do tenente Heitor Gonçalves realizaram magníficos reconhecimentos longínquos.

Marchas - apesar das estradas e das chuvas, as marchas mais foram exaustivas, dada a temperatura amena do clima. Só em dias quentes houve retardatários. Faltou-nos uma severa observância dos preceitos higiênicos no tocante ao tratamento dos pés do soldado. Outra medida necessária foi a repressão ao alcoolismo.

Combates das Colunas - no sertão as derrotas não desorganizam os guerrilheiros e o mato os protege. Usam muito as vantagens das emboscadas e não lutam em campo aberto. Fixam-se em posições muito bem escolhidas nas estradas que conduzem aos redutos, e as mantém com o máximo vigor.

O nosso objetivo, portanto, consistiu em os desalojá-los desses pontos, batendo-os dentro dos seus redutos e destruindo as casas dos aldeamentos. Isso exige astúcia com a máxima cautela, preparação inteligente do ataque e qualidades superiores na tropa. Como muitas vezes as ações são descentralizadas foi preciso que os soldados possuíssem iniciativa e soubessem atuar sem o comando direto. O oficial precisava ser forte, porque as ações coletivas dependem da ofensiva dos pequenos grupos por ele comandados.

A preparação meticulosa da operação foi muito importante, com todos os cuidados. E a logística é fundamental: remuniciamento, alimentação e escoamento dos feridos e prisioneiros.

Colunas de munições e comboios – as colunas de Munição e os Comboios assumem maior importância porquanto raras vezes será possível manter a tropa com os próprios recursos locais. A manutenção dependerá da boa organização dos comboios.

Alimentação - este é um problema que jamais terá solução perfeita e definitiva. Dos armazéns de Frederico aos trens móveis de Napoleão empregam-se, ainda hoje, todos os processos para a manutenção das tropas. Face à pobreza dos Teatros de Operações ficamos na dependência de contratos de fornecimentos e dos armazéns fixos e móveis. Viver dos recursos locais é uma solução que devemos afastar. Impõe-se adotar um critério seguro para o abastecimento do Exército que deve atender ao seguinte: nutrição dos homens e dos cavalos em deslocamento em pontos adrede fixados; e criação de armazéns necessários à alimentação de homens e animais; escalonamento dos armazéns pelas linhas de etapas, de modo a facilitar-se a manobra. Este sistema teve ótimos resultados no Contestado. A Etapa de Campanha pode ser feijão, farinha, carne (verde e seca), café, açúcar, bolacha, sal, banha, cebola e vinagre. A “ração de ferro” pode ser de paçoca, café, açúcar e bolachas. A forragem dos animais pode ser de 04 Kg e 02 de alfafa por dia, podendo ser somente o milho.

Serviço de Saúde - foi organizado em campanha. Foram escritos regulamentos que colocaram alguma ordem no funcionamento das Formações Sanitárias. Foi muito pequeno o número de feridos e doentes e bem poucos óbitos. Os batalhões de caçadores necessitam de dois médicos, dadas as exigências do Serviço em Campanha. O pessoal de Saúde não possuía nenhuma instrução. Os médicos ministraram no próprio Teatro da luta.

A ausência dos farmacêuticos tornou-se grave falha, porque sobrecarregava os médicos com a confecção dos receituários. Para condução de feridos empregamos uma prática nortista, as redes-padiolas, que deram magníficos resultados.

Remuniciamento - a dotação do soldado era de 120 cartuchos, quase nunca esgotados durante o fogo. Não houve grandes problemas. Somente as metralhadoras, pela natureza especial do seu fogo, exigiam remuniciamento em combate, feito pelos soldados, que conduziam à mão os cunhetes (caixas) para lugares abrigados de onde um certo número de homens, designados especialmente para este serviço, os distribuíam as linhas de fogo. A Secção de Artilharia de Montanha jamais esgotou a munição contida nos seus cofres. A condução da muni-

ção a grandes distâncias fez-se em cargueiros, levando cada muar seis projetis completos.

Transportes - este foi um problema bastante sério. As necessidades estratégicas exigiram uma viação férrea adequada. A Ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul foi a principal linha férrea utilizada, e esteve longe de satisfazer às necessidades, supondo uma guerra que exija a concentração de grandes efetivos. As concentrações de tropas dependerão da superioridade naval. Foi uma necessidade a execução de exercícios de embarques e desembarques de tropas.

Não havia estradas para grandes viaturas. A solução indicada foi a de melhorar as carroças coloniais. Enquanto dificuldades desta natureza não forem removidas e não possuímos desde o tempo de paz o pessoal de Trem devidamente recrutado e instruído, sou de parecer que devemos, nas zonas que possuem estes recursos, contratar tropeiros civis, com os seus respectivos animais de carga.

Meios de Transmissão (Comunicações) - no Contestado o processo empregado foi o Telégrafo Elétrico. Os telegramas tiveram rapidez e facilidade para o serviço. Em uma grande guerra esse meio de transmissão assumirá extraordinária importância. É importante regulá-lo. Urgência e clareza são fundamentais. As linhas telefônicas prestaram magníficos serviços. A aplicação do telefone de campanha precisa ser generalizada entre nós. Em combate, foram utilizados os estafetas, pois a natureza do terreno assim exigiu. Eram escolhidos soldados de elite, resistentes, com bravura e inteligência.

Ação das diferentes armas – Infantaria - a Infantaria destina-se a ocupar o terreno. Para isso, avanço rápido com o menor número de baixas. Não conhecendo terrenos inacessíveis, é a arma das guerras irregulares. O emprego mais eficaz da Infantaria consiste nos ataques por surpresa, mercê de marchas pelo interior da mata, ou nas investidas, sendo o fogo apenas um meio de aproximação. No modo de aproximação da Infantaria é que está o segredo do ataque aos antros dos bandidos. Daí a necessidade do soldado ser bem aligeirado (aliviado) de todo o material que possa embaraçar a sua marcha, através dos obstáculos do terreno, dos chefes terem a tropa solidamente na mão, mantendo a convicção de que a vitória assenta no ataque a baionetas. O maior erro da Infantaria é o de querer dominar o inimigo com o emprego exclusivo do fogo.

Metralhadoras - esta arma é um magnífico auxílio nas guerras sertanejas. A característica da metralhadora é atirar eficazmente a distâncias em que o fuzil não atende. Isto é, entre 800 e 1.600 metros. E

quando empregada em menores distâncias seu efeito material é fulminante. Por outra parte o efeito moral produzido pela crepitação regular do seu tiro é considerável, crescendo na medida em que as distâncias diminuem. As restrições do seu uso estiveram no seguinte: os fanáticos não se mostravam nunca e não havia bastante critério dos comandantes de destacamentos em as empregar. A regra que ficou bem clara para as Mtr é a de atirar sempre de muito perto.

Cavalaria - a cavalaria teve pouca atividade, mas foi importante nos reconhecimentos. Não houve cargas de cavalaria. Não sendo possível a Cavalaria apresentar-se nos combates como arma montada, restou-lhe o papel de auxiliar da Infantaria, lutando a pé. Algumas vezes mesmo combateu, isolada, com as clavinas. As instruções da Cav para o combate a pé não funcionaram a contento

Artilharia - os canhões sempre atuaram isoladamente. Não houve ensinamentos a colher. Não houve ação combinada da Art com a Inf. Nas regiões de cobertura vegetal somente a Artilharia de Montanha poderá ser empregada, não só por ser a menos pesada, como pela facilidade do seu transporte.

Engenharia - a Engenharia prestou inestimáveis serviços, sendo imprescindível nas guerras irregulares para reparar estradas, abrir caminhos, construir pontes, instalar linhas telegráficas e levantar obras de fortificação.

Aviação - o desastre que vitimou o 1º Ten Ricardo João Kirk, não permitiu julgar auxílio dos aeroplanos no Contestado. Voando de União da Vitória na direção Claudiano-Caçador, a 1 Km do rio Jangada, no km 42 da estrada de Palmas uma pane em sua aeronave provocou a sua queda matando o bravo pioneiro de nossa aviação militar. Ele era Diretor da Escola de Aviação. Foi brevetado em 22 Out 1912 na Ecole d'Aviation d'Etampes, na França. Foi o primeiro Oficial do Exército Brasileiro a pilotar aviões e também o primeiro aviador brasileiro a perder a vida em missão de guerra. Promovido a Capitão post-mortem, é hoje homenageado como Patrono da Aviação do Exército Brasileiro.

Fortificação em campanha - assunto que não estava regulamentado. No TO do Contestado quase não se aplicam as obras clássicas de fortificação. A própria natureza da guerra nos sertões, onde a floresta protege, a um tempo, quem ataca e quem defende, dispensa o emprego da fortificação de campanha nas investidas contra o inimigo. Há, contudo, a necessidade de construir obras de fortificação em torno dos acampamentos, para melhor os garantir das surpresas noturnas dos

bandoleiros, que são exímios no se aproximarem confundidos com a escuridão. Cercas de arame, abatizes, etc., de tudo finalmente que pode constituir obstáculo contra o assalto, dando tempo a que as tropas se preparem.

Nota dos autores: conforme o livro do Historiador Telmo Fortes (Glória até o fim - Espionagem militar na Guerra do Contestado. Florianópolis: Insular, 1998) os militares empregaram neste conflito algo que faz parte da doutrina - a busca, processamento e utilização de informes, dados biográficos, documentos, etc., para orientação dos comandantes nas ações de combate.

Oficiais mortos em ação - Capitão Francisco da Silva Bayma do 57° BC; 1° Ten Orestes de Salvo Castro do 51° BC; 1° Ten João da Silva Oliveira Pessoa, do 16° BI; 1° Tenente Médico Alexandre de Souto Castagnini, do 16° BI; e Capitão Ricardo Kirk.

A continuação das ações de bandidos no Contestado

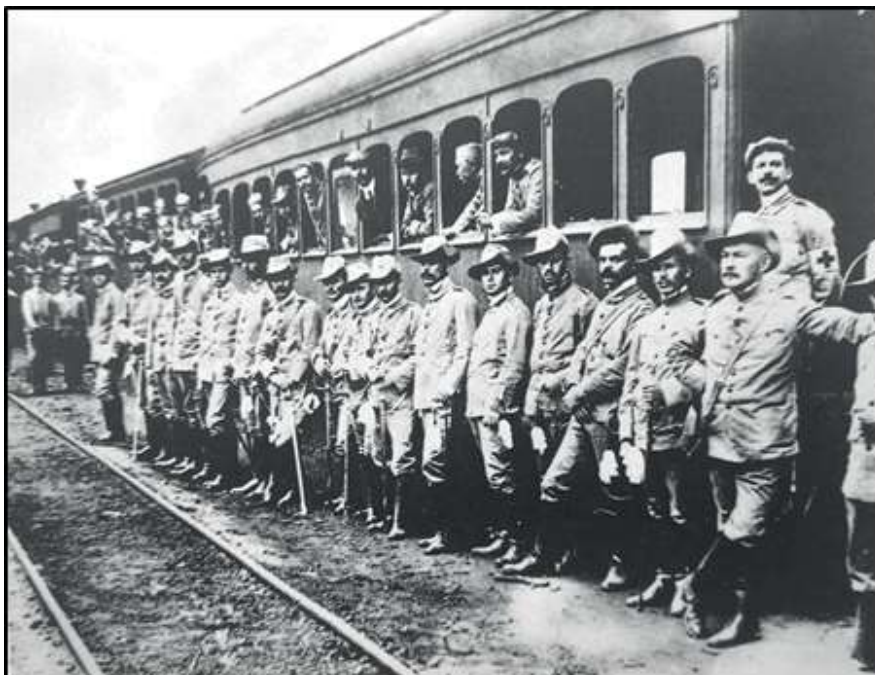
A nos após a terminação das lutas na região do ex-Contestado ainda remanesceram grupos de fanáticos aterrorizando as populações, principalmente no estado de Santa Catarina. Constituíram-se em ocorrências pontuais e isoladas, sem as características messiânicas da Campanha de 1912/15. Ainda em meados de 1921 grupos de fanáticos atacavam pequenas povoações para saques e até mesmo para se apoderarem delas. Foram combatidos pelas forças estaduais, que lograram êxito na maioria das ações.

Como exemplo, em maio de 1921, um grupo atacou a localidade de Cruzeiro, atualmente Joaçaba, oportunidade em que foram vencidos, contando-se, entre os bandoleiros, mais de 200 mortos. Os demais lograram se evadir (Jornal Correio do Povo de Porto Alegre, edição de 27 Mai 2021, p. 28).

Nota dos autores: em 20 de fevereiro de 1915, portanto ao final da Guerra do Contestado, mas não exatamente em função dela, de acordo com o Cel Juvenio Saldanha Lemos, houve uma “revolucionária remodelação da Força Terrestre com o Decreto n° 11.497, o qual criou uma estrutura sobre a qual se amoldariam as radicais mudanças que se seguiriam” (Lemos, 2021, p. 47).

Iconografia da Campanha do Contestado

O Mar Setembrino
(Fonte: Bento, 2013, p. 37)

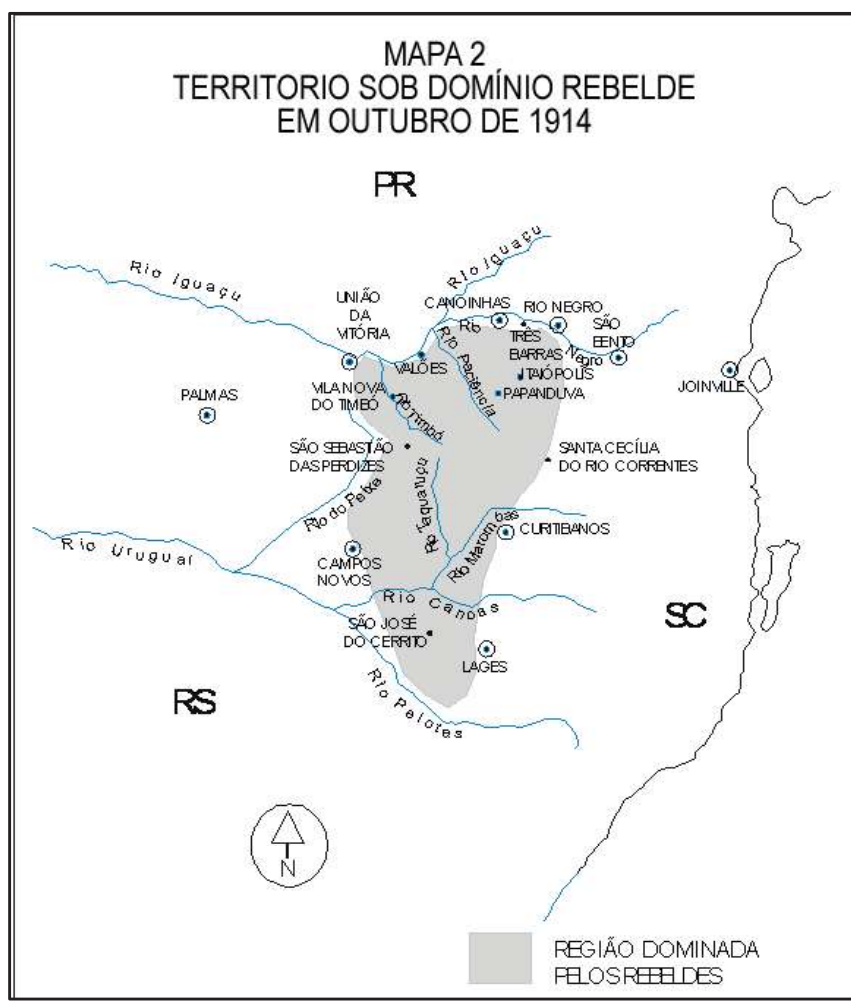


Dst de Seg do PR partindo para a região conflagrada. O Cap João Gualberto de Sá filho é o penúltimo à direita (Fonte: BIBLI-EX, 1998, p. 56).



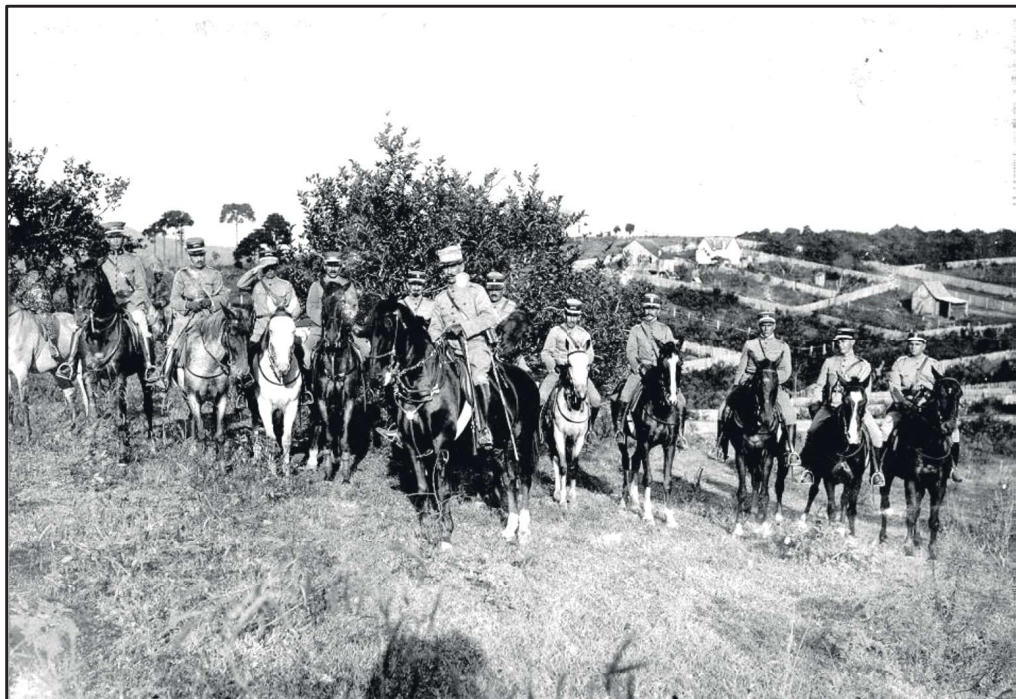
Área do Contestado (Fonte: Afonso, 1994)

Mapa do território sob o domínio rebelde (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Machado, 2004)



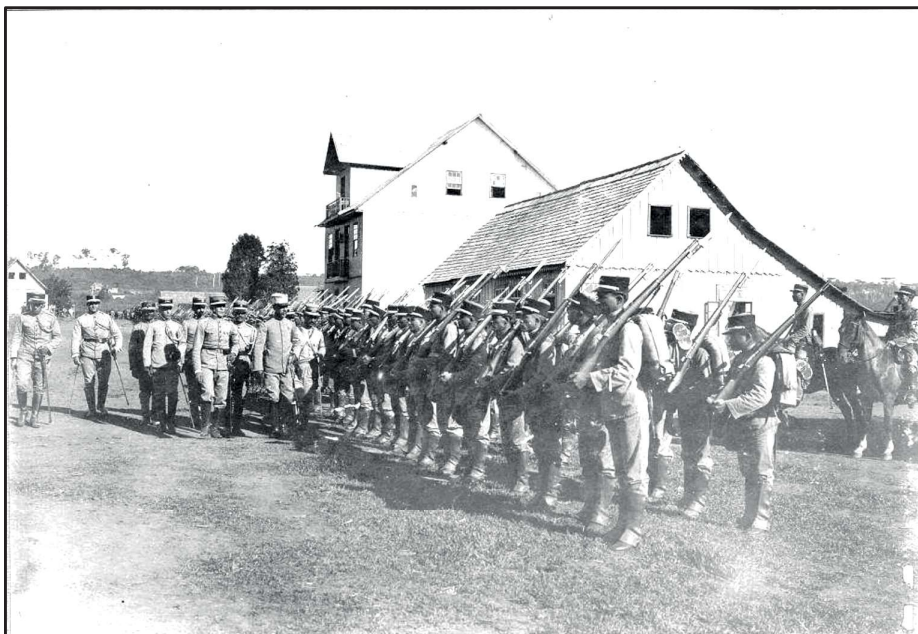


Gen Setembrino de Carvalho, Cmt das tropas governamentais, em seu acampamento de Canoinhas, SC, destacando-se as barracas de campanha (Fonte: Setor de Iconografia do AHEx)



O Gen Setembrino e seu Estado-Maior em Porto União da Vitória, PR (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx)

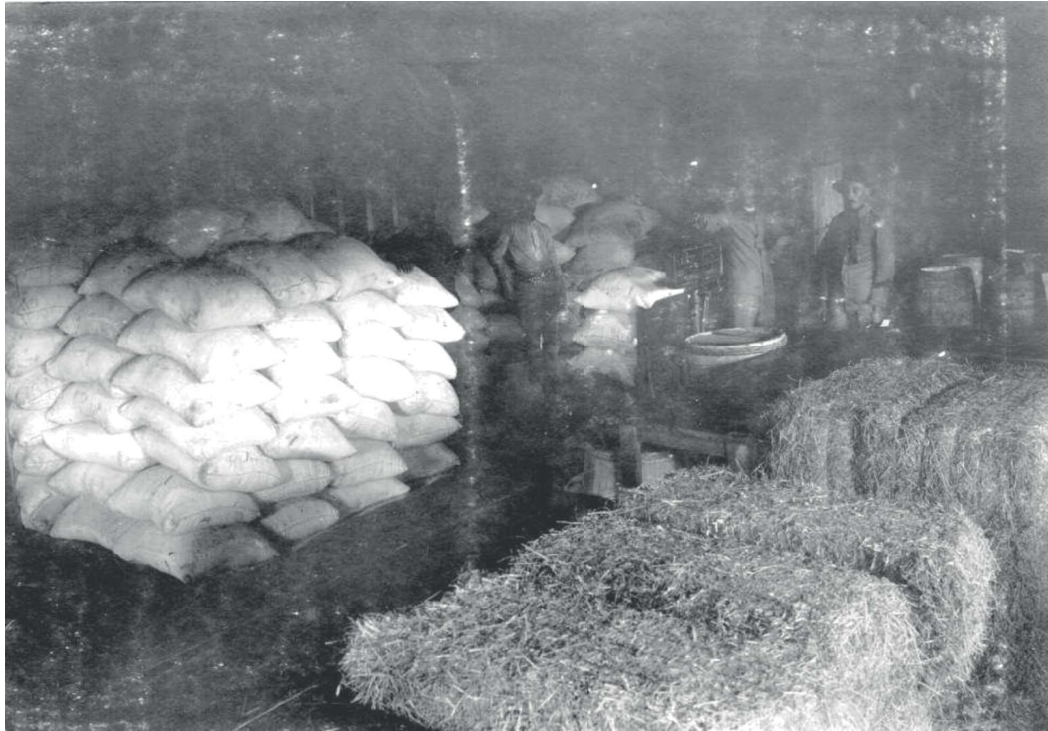
Nota dos autores: no Histórico de União da Vitória consta o seguinte: **1917** – Com o Tratado de Limites ocorre o desmembramento da cidade; uma passou a se chamar Porto União e a pertencer a SC, e a outra, União da Vitória, que continuou no PR.



**O Gen Setembrino em revista ao 56° BC sob o comando do Cel Onofre Ribeiro em Canoinhas, SC
(Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx)**



**Interior do armazém de campanha de Porto União da Vitória, PR, vendo-se pilhas de barris e caixas com Sup C1 I
(Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx)**



**Armazém de campanha em Porto União da Vitória, PR,
vendo-se sacos com Sup Cl I e fardos de alfafa
(Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx)**



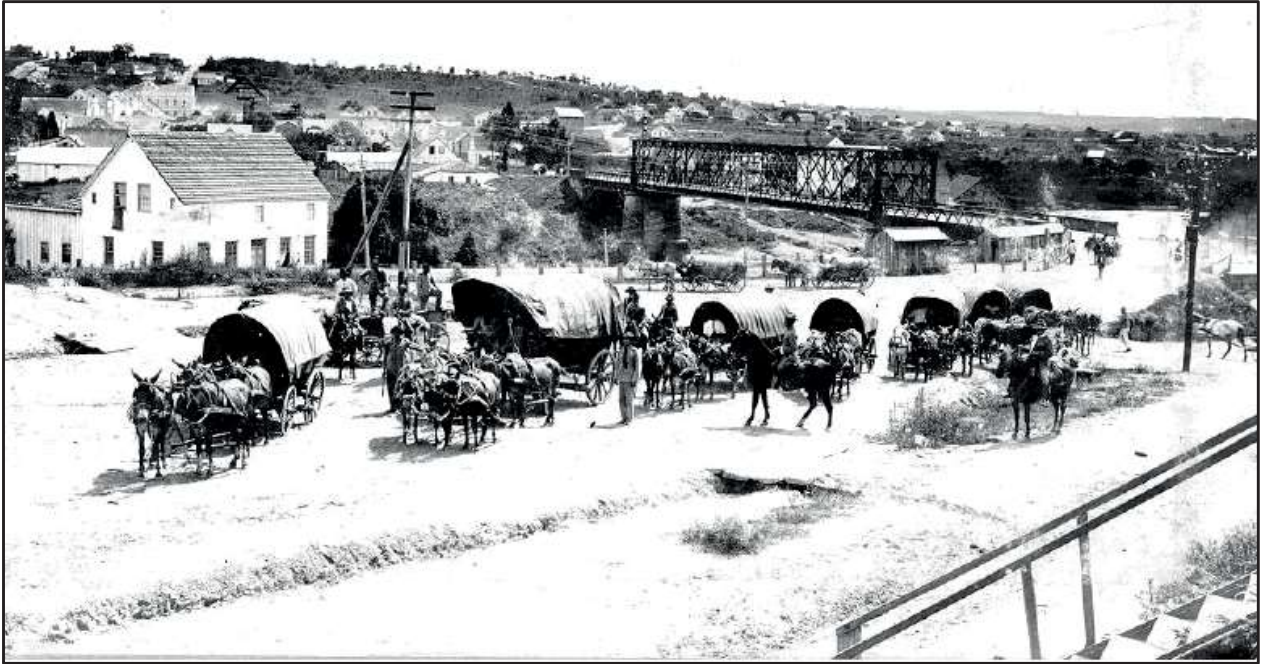
**Parte do 29º Btl em forma no acampamento da colônia eslava de Iracema
(Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx)**



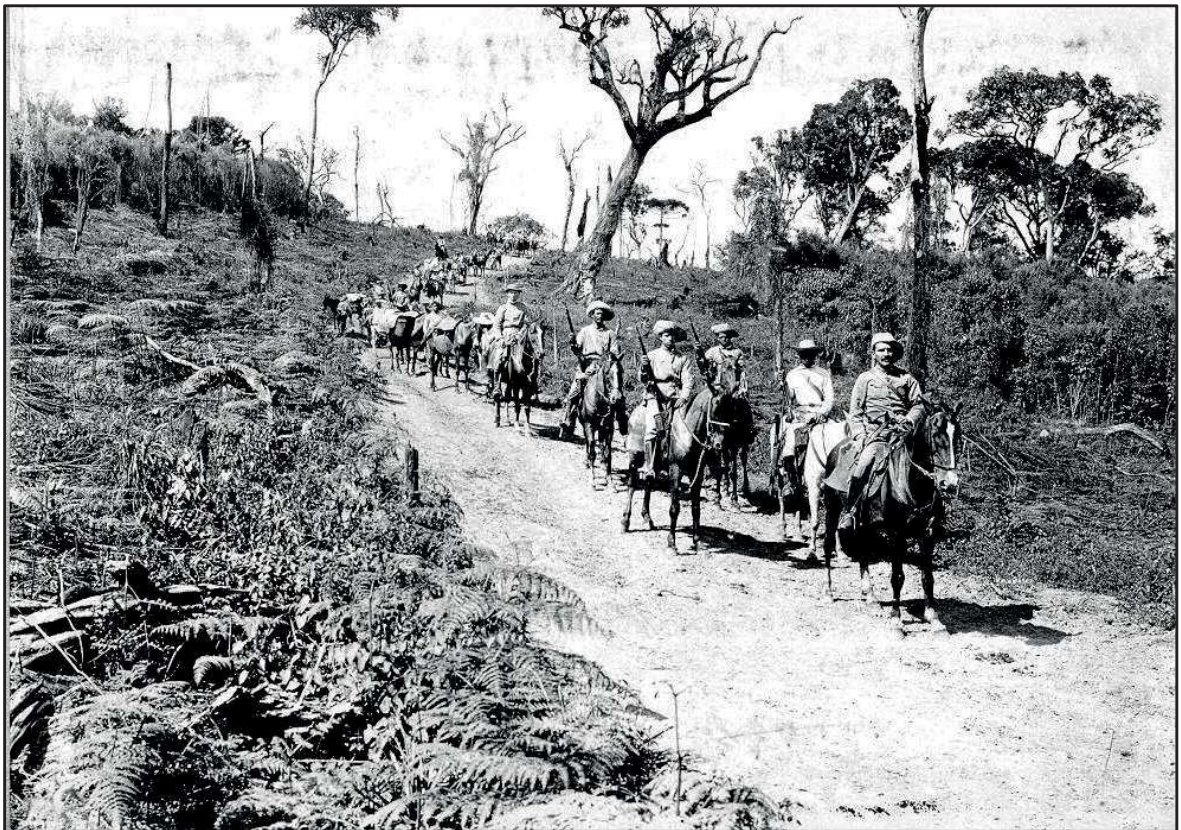
Interior do de um vagão de passageiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, adaptado para o transporte de feridos da Campanha do Contestado (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx)



Obuseiros em Porto União da Vitória (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Claro Jansson. Acervo particular de Paulo Jansson Moretti).



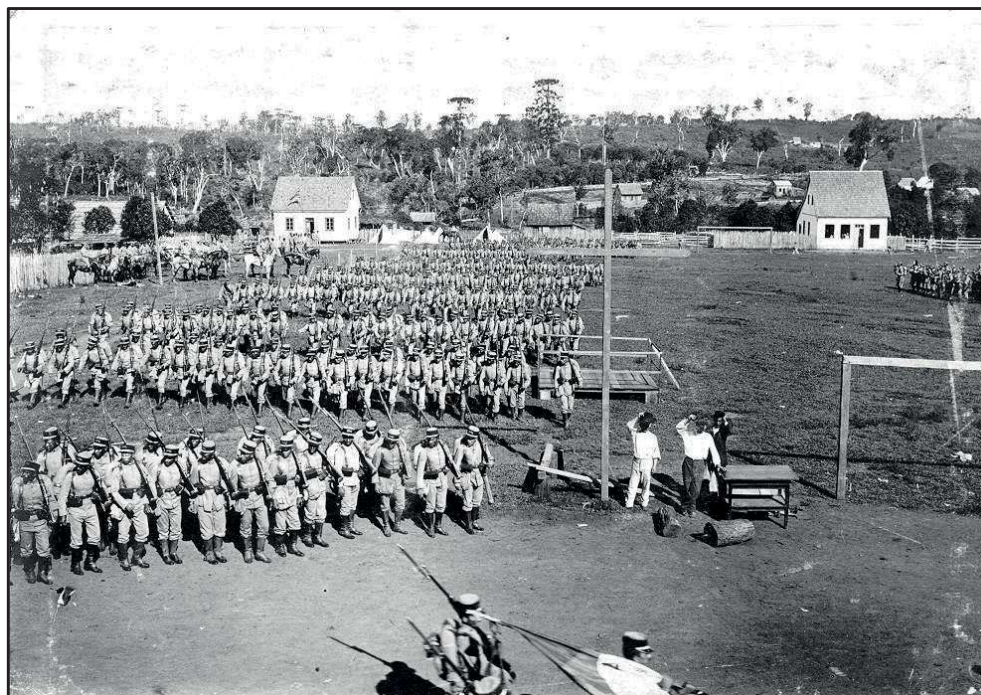
**Transporte de gêneros e munições da Vila de Rio Negro, PR, para os povoados de Itaiópolis, Papanduva, Estiva e Moema, por ocasião da Campanha do Contestado, destacando-se carroças tracionadas por animais
(Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx)**



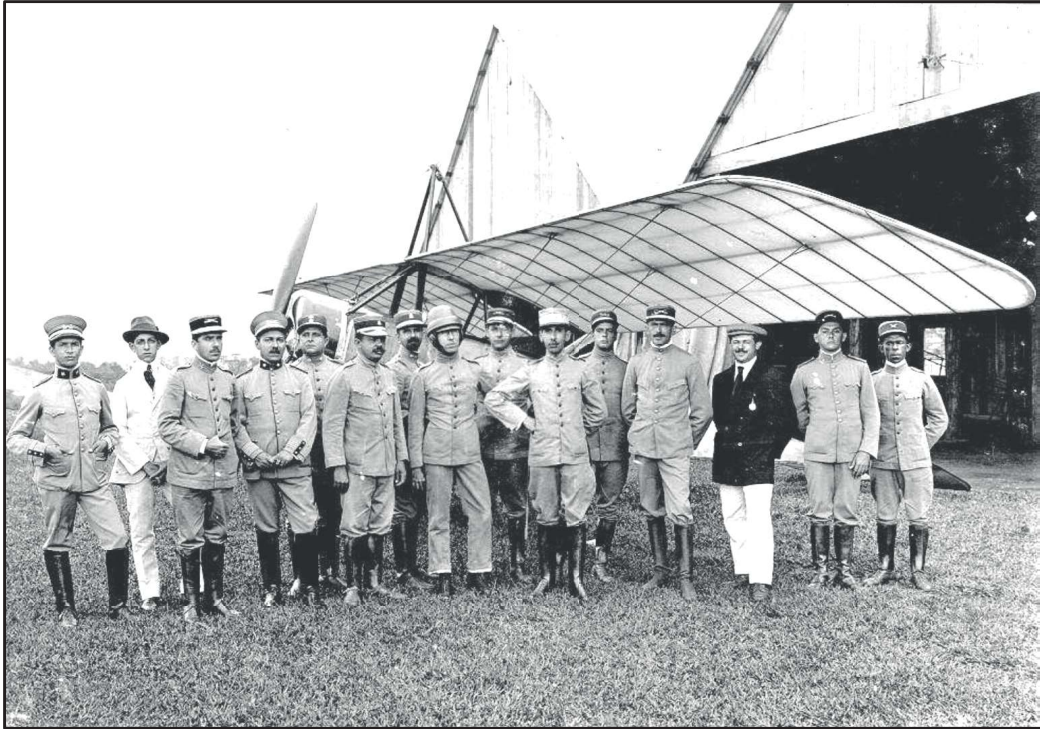
**Pelotão de transporte de gêneros no sertão de SC na Campanha do Contestado
(Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx)**



Trincheiras do 16° BI em Canoinhas (Fonte: BIBLIEx, 1998, p.62).



Revista do Gen Setembrino ao 56° BC sob o comando do Cel Onofre Ribeiro, em Canoinhas, SC (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx)



Grupo de oficiais no hangar da Secção de Aviação em Porto União da Vitória, PR. Ao centro, o Gen Setembrino e o Ten Ricardo Kirk (de capacete) (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx).



Companhia de Engenheiros do 2º Btl no restabelecimento da linha telegráfica da Estrada de Ferro entre Canoinhas, SC e Porto União da Vitória, PR, interrompido pela ação dos rebeldes (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx)



Integrantes da Cia Eng do 2º Btl em um posto telefônico junto à linha férrea para restabelecimento da mesma. O tráfego havia sido interrompido pelos fanáticos (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEX).



Ponte provisória da Estrada de Ferro de São Francisco, incendiada pelos rebeldes. Ao fundo, elementos da Cia Eng do 2º Btl fazendo reconhecimento da área (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEX).



Grupo de rebeldes do reduto de Antônio Tavares aprisionado pela coluna de Leste, destacando-se a presença de mulheres e crianças (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Setor de Iconografia do AHEx).



Piquete de vaqueanos¹¹⁸ em Três Barras, PR (Fonte: Rodrigues, 2008, apud Acervo Particular de Paulo Jansson Moretti).

¹¹⁸ Vaqueano, conforme NUNES, Zeno Cardoso. Dicionário de Regionalismos do RS. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990, p. 522, é a pessoa que conhece os caminhos e atalhos de uma região, podendo servir de guia. Sinônimo: Tapejara.



**Rebeldes aprisionados em Papanduva, entre eles o Alemãozinho
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 65)**



**Assinatura do Acordo entre PR e SC no Palácio do Catete. Ao centro, o Presidente
Wenceslau Braz (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 67).**



CONTRIBUIÇÕES DO EXÉRCITO PARA A INTEGRAÇÃO NACIONAL NO COMEÇO DA REPÚBLICA

“...indispensável começar pela elevação do nível moral do soldado brasileiro, dar-lhe instrução necessária, aperfeiçoar-lhe o conhecimento e o manejo das armas, formar-lhe o caráter e a disciplina militar e tirar aos seus serviços a expressão de imposto de sangue, para qualificá-lo como a mais elevada e a mais nobre função pública que o cidadão é chamado a desempenhar “ Marechal Deodoro da Fonseca em mensagem ao Congresso Constituinte em 15 Nov 1890 (Pondé, 1994, p. 12).

Herança de encargos

Com a transformação política que ocorreu no Brasil em 1889, transferiu-se para o regime republicano a obrigação de empreender grandes realizações. A imensa base físico-territorial, variada, compacta e praticamente definida, constituiu-se no principal legado material. O razoável contingente populacional, sensivelmente miscigenado e juridicamente igualado, era depositário das esperanças de melhores destinos para a Pátria.

As Forças Armadas, com tradição na defesa dos interesses nacionais e com valor demonstrado internamente nas campanhas de pacificação e no exterior pela afirmação da soberania, representavam a garantia da unidade e da integridade nacionais.

A economia, baseada na agricultura da cana-de-açúcar no Nordeste e no Estado do Rio de Janeiro e na cultura do café no Vale do Rio Paraíba, sofrera rude golpe com a perda da mão-de-obra escrava em 1888. A recuperação foi feita lentamente e com o deslocamento das bases da economia agrícola do Nordeste para o Centro-Sul. O sistema de transporte incipiente e basicamente regional dificultava a ligação entre os poucos polos econômicos existentes. Havia uma profunda separação entre o Brasil litorâneo e o sertanejo. Os interesses regionais conflitantes amparavam-se no liberalismo do sistema constitucional; urgia uma harmonização em benefício dos objetivos de progresso e de integração nacional. Era urgente a integração do escravo recém-liberto e do gentio interiorano. O Exército, um componente decisivo na proclamação da República, demonstrava uma certa inquietude. A necessidade de sua modernização já se fazia sentir entre os quadros dirigentes.

Imperativo nacional

A participação do Exército nas campanhas de pacificação nacional durante o Segundo Reinado proporcionara aos chefes militares a conscientização da importância das ligações e comunicações para a manutenção da integridade física do país.

A Guerra da Tríplice Aliança confirmara a dificuldade de afirmação da nossa soberania em áreas do território nacional mais afastadas do litoral. A inexistência de estradas e de linhas telegráficas impedia aplicação oportuna e decisiva do poder nacional. No período monárquico já se planejara romper o isolamento do sertão, tendo sido dados os primeiros passos para esse fim.

Problemas a enfrentar

O mundo vivia a revolução industrial. O monopólio econômico europeu era a consequência natural de vários séculos de domínio comercial, exercido através da diplomacia ou mesmo pela força das armas.

A agricultura, a pecuária e as atividades extrativas não permitiam ao Brasil o acúmulo de capitais suficientes para a concretização de empreendimentos pioneiros de efetivação incerta ou demorada.

A iniciativa particular brasileira, como a europeia, estava voltada para aplicações financeiras em projetos de rentabilidade de curto prazo. A área de aplicação ficava restrita ao litoral, ou seja, às grandes metrópoles litorâneas.

O Exército como fator de integração nacional

A necessidade e a adequabilidade fizeram do Exército um fator de integração nacional. Sua missão institucional de segurança nacional, entretanto, não seria alterada. Ampliar-se-ia apenas o campo de atuação. Sua participação tinha sido expressiva desde a época em que todos os trabalhos de engenharia de interesse nacional eram de natureza militar. Convinha diversificar mais a esfera de ação. Seria difícil descobrir um campo de atividade humana que, direta ou indiretamente, não tivesse recebido contribuição militar. Por isto, deve-se salientar somente os aspectos em que a participação do Exército redundou em obras concretas de valor mais substancial ou significativo para o Brasil.

A construção das primeiras ferrovias e rodovias de interesse nacional

O problema ferroviário do país começou a ser encarado com seriedade em 1835, com a concessão de garantias a investidores estrangeiros interessados na construção de ferrovias que ligassem a capital às províncias de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul.

Esse projeto esbarrou no fato de que os interesses desses investidores nem sempre coincidiam com os da Nação. Como resultado disso, os traçados apresentados atendiam melhor a interesses particulares do que a reclamos da causa pública. Acabaram implantando-se vias de transporte ligando simplesmente núcleos dinâmicos do interior ao litoral, a zona produtora ao porto, sem ideia de estabelecer uma malha ferroviária com função integradora. O Gen Manuel Luis Osorio, que se lembrava das grandes dificuldades que envolveram a atuação de nosso Exército nas campanhas do sul, especialmente na Cisplatina e no Paraguai, foi uma das vozes mais autorizadas que entre 1870 e 1879 exigiram a solução do problema. Sentia-se a necessidade de ligar São Paulo e o antigo Distrito Federal ao sul e ao oeste.

No período republicano, na época do Marechal Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra e posteriormente como Presidente da República, ocorreu o maior surto de desenvolvimento ferroviário. Como ministro, seu entendimento do problema da defesa nacional não se limitava aos assuntos de sua pasta. Mostrou ele lucidez suficiente para ver que a simples existência de um Exército ativo, por mais preparado que fosse, não representava por si só uma completa salvaguarda. Daí o seu interesse pelo desenvolvimento do nosso sistema de transportes, cuja estrutura deveria repousar numa rede de ferrovias, permitindo não apenas vencer em condições adequadas as grandes distâncias em que se situavam as fronteiras mais vulneráveis, como promover a exploração dos recursos naturais e efetivar a interiorização do progresso pela interligação de núcleos demográficos e econômicos que convinha estabelecer no interior do país. Com essas ideias, Hermes revelava a argúcia do chefe militar e o tino do administrador esclarecido.

Assim, ao sul, pelo itinerário da invasão paraguaia de 1865, a cidade de Uruguaiana foi ligada a Itaqui e posteriormente a São Borja (The Brazil Great Southern Railway Co.). A cidade de Rio Grande, terminal marítimo, foi ligada à Bagé e Alegrete, passando a ferrovia por Pelotas

(Compagnie Impériale de Chemins de Fer du Rio Grande do Sul). Outra linha uniria Porto Alegre a Uruguaiana, tornando Santa Maria um importante nó ferroviário¹¹⁹. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil veio mais tarde resolver o problema de Mato Grosso com a ligação a Corumbá. Ainda no governo Hermes se pensou na ligação São Paulo – Porto Alegre pelo litoral, contando com a colaboração do EB.

O Exército não se limitou à construção ou controle da construção de vias férreas de interesse nacional. Participou de outros trabalhos através de suas unidades e comissões de engenharia. Seus quadros foram aumentados e suas atividades ampliadas sensivelmente. Em virtude das novas missões, a engenharia do Exército adotou estrutura moderna, baseada na chamada organização Hermes. A inclusão das unidades de engenharia nos trabalhos de estradas de ferro federais passou a ser uma norma. O EME passou a acompanhar os trabalhos, tendo em vista os imperativos de segurança nacional.

Com o desenvolvimento dos veículos automotores, surgiram novas exigências. Tornou-se imprescindível implantar e desenvolver uma rede rodoviária que complementasse a ferroviária. Iniciou-se a construção de rodovias e algum tempo depois o sul do país dispunha de importantes ligações, como Curitiba – Ribeira, Curitiba – Joinville, Lajes – Vacaria – Passo Fundo e Lajes – Rio do Sul.

Efeitos paralelos

Não se deve encarar apenas o caráter pioneiro e civilizador da atividade militar. Muito representa o simples ato de presença. Poucos se dão conta da ação catalisadora do Exército na vida do país. De fato, ele foi sempre a primeira instituição a partir em socorro às populações nos momentos difíceis e nas calamidades. Analisando o papel do Exército como catalisador no processo de confraternização social, em nosso interior, integrando indivíduos primitivos, na alma e no espírito, em grupos cívico-sociais como são os dos quartéis, mais se compreende sua importância.

¹¹⁹ Em Jun 1905, as estradas de ferro foram encampadas pelo Governo Federal e unificadas na Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), conforme www.ferreoclube.com.br/2017/07/21/viacao-ferrea-do-rio-grande-do-sul/, (acesso em 06 Jun 2021).

Ampliação da rede de comunicações

A base do sistema brasileiro de comunicações era o telégrafo. A cidade paulista de Franca representava no Segundo Reinado a região mais ocidental servida pelo fio. Ainda no período monárquico a linha foi estendida até Uberaba, Minas Gerais. A República procurou ampliar a rede telegráfica existente. Criaram-se comissões telegráficas dirigidas por engenheiros militares com a finalidade de estabelecer as seguintes ligações:

- no Rio Grande do Sul: entre as principais cidades ao longo das fronteiras com a Argentina e com o Uruguai;
- no Paraná: de Foz do Iguaçu com Curitiba;
- em Goiás: aproveitando o terminal de Uberaba, levar a ligação até a margem direita do rio Araguaia; e
- em Mato Grosso: partindo de Cuiabá, implementar uma linha telegráfica que atingisse a margem esquerda do rio Araguaia, onde seria conectada à anterior.

Todas as comissões cumpriram as tarefas. Entretanto, deve-se destacar uma delas, a de Goiás, chefiada pelo Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro que, em 13 meses de exaustivo trabalho, construiu 583 quilômetros de linhas telegráficas e na qual se projetou a figura de Cândido Mariano da Silva Rondon, que veio a ser o Patrono da Arma de Comunicações do Exército.

A vida e a obra de Rondon

Concluída a sua participação na primeira etapa das construções, Rondon regressou ao Rio de Janeiro em março de 1891 para assumir a cátedra de Astronomia e Mecânica Racional da Escola Militar.

Em lugar da vida tranquila de professor, o destino lhe reservara a de sertanista, de construtor de linhas telegráficas, de estudioso, defensor e pacificador dos índios e incansável demarcador de fronteiras.

E assim, em 1892, nova nomeação o fez retornar a Mato Grosso, agora como chefe do Distrito e Inspetor Permanente dos Destacamentos Militares instalados ao longo das linhas telegráficas. Em 1898, Rondon retornou ao Rio, mas recebeu nova missão.

As ligações telegráficas com Mato Grosso

Em meados de 1900, o governo federal, sentindo a necessidade de ligação telegráfica com a faixa de fronteira com a Bolívia e o Paraguai, nomeou Rondon chefe da comissão encarregada de estabelecer essa ligação. Esse empreendimento fora tentado por outras comissões que acabaram por lhe desaconselhar, tais as dificuldades constatadas. Enfrentando o desafio, no fim de seis anos de trabalho estavam ligadas por telégrafo com o restante do país as cidades de Cuiabá, Corumbá, Bela Vista, Porto Murtinho, Forte Coimbra e Cáceres. Dezesete estações telegráficas unidas por 1.746 Km de fio estavam em funcionamento. Não se pode avaliar os enormes empecilhos encontrados para a concretização da tarefa. O impaludismo e a pielonefrite desfalcavam os grupos de trabalhadores. Em tão desanimadora circunstância, Rondon lembrou-se de seus amigos, os índios Bororos. A 20 de março de 1901, chegava ao seu acampamento o morubixaba Báru, acompanhado de mais de 120 índios, entre homens, mulheres e crianças. Uma semana depois, novo reforço de 150 indígenas lhe foi proporcionado pelo morubixaba Oarine Ecureu. Cabia a Rondon adaptar essa mão-de-obra nativa aos trabalhos de construção através da mata. Os índios eram utilizados na derrubada das árvores e na limpeza das picadas. Agiam em turmas que eram designadas diariamente pelos chefes, a fim de não serem violentados os seus hábitos. A Comissão fornecia alimentos aos trabalhadores e às respectivas famílias. O revezamento das turmas permitiu aos silvícolas continuar entregues às suas ocupações habituais de caça e pesca. Esse expediente possibilitaria poupar os víveres da Comissão, insuficientes para alimentar tanta gente. Os índios facilmente se sujeitaram à disciplina militar e ao trabalho continuado. Como condição, impuseram trabalhar diretamente subordinados aos seus chefes, criando uma das dificuldades enfrentadas pela Comissão. A habilidade de Rondon e a boa vontade do índio se uniram para suplantá-la.

Extensão das linhas telegráficas até a Amazônia

Chamado à presença do Presidente Afonso Pena em 1907, Rondon demonstrou a determinação característica do idealista. O Brasil incorporara em 1903 o Acre ao seu território, como fruto da diplomacia brasileira e da determinação dos acreanos. Era a

época áurea da borracha, cujo mercado valorizava o noroeste do país, emprestando-lhe grande importância econômica.

Consultado pelo Presidente sobre a possibilidade de ligação telegráfica entre Mato Grosso e Amazonas, Rondon respondeu com convicção que ela era exequível, solicitando, ao aceitar a chefia dos trabalhos:

- permissão para realizar paralelamente os levantamentos geográfico, botânico e mineralógico da região; e
- autorização para que as populações indígenas que fossem encontradas ficassem sob a proteção da Comissão.

Criou-se assim a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, em 11 de março de 1907. O 5º Batalhão de Engenharia participaria do empreendimento, como núcleo principal da tropa a ser empregada. A Comissão seria integrada por engenheiros militares, especialistas, funcionários civis da Repartição Geral dos Telégrafos, além do pessoal subalterno para os serviços de linha.

Rondon dirigiu pessoalmente os trabalhos de reconhecimento do sertão e os estudos preparatórios para fixar o traçado da linha tronco.

Descoberta do Juruena

Partindo de Cuiabá, Rondon chegou a 15 Ago 1907 a Brotas, onde inaugurou a segunda estação do tronco. Desta localidade partiu para descobrir o rio Juruena cuja localização era incerta.

Após 48 dias de marcha através de espessas matas, Rondon chegou às margens do misterioso Juruena. O regresso também foi difícil. Essa expedição durou dois meses e 27 dias, percorrendo 967 km.

Penetração na Amazônia Ocidental

O trabalho da Comissão não parou no Juruena. Prosseguiu, com crescentes dificuldades, vencidas pela tenacidade do grupo desbravador. Ao fim de 237 dias considerou-se terminada a etapa de reconhecimento, que atingira as margens do rio Madeira. Tinham sido explorados e levantados 2.635 Km, que foram incorporados à parcela conhecida do território nacional.

A instalação das linhas telegráficas exigira uma série de trabalhos complementares que, uma vez realizados, deixaram abertas as portas desses sertões. O picadão de 40 metros de largura em cujo eixo se

plantaram os postes, por si só se constituiu em via de transporte infinitamente superior às trilhas primitivas.

O ano de 1909 terminou com um saldo altamente positivo de obras e de realizações.

Integração dos silvícolas

O lema de Rondon nos sertões brasileiros era: “Morrer se preciso for, matar nunca”. Ao considerar a pessoa humana do aborígene e seu direito à liberdade e à propriedade, as comissões de construção de linhas telegráficas consolidaram a doutrina sociológica de integração por absorção.

Em 1910, surgiu a regulamentação básica do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios – SPI que passou a promover a aproximação e a integração de nosso índio à sociedade brasileira. O inspirador e seu primeiro diretor foi o então Cel Cândido Mariano da Silva Rondon, cuja obra de humanista é reconhecida internacionalmente.

Outras contribuições no campo científico

Quarenta anos de contato contínuo com os sertões brasileiros proporcionaram a Rondon e a seus companheiros a oportunidade de contribuir para o avanço dos conhecimentos nos campos da botânica, zoologia e mineralogia. Oito mil exemplares de vegetais, seis mil espécies zoológicas, além de importantes descobertas mineralógicas, constituem parte do acervo científico reunido por Rondon em suas andanças. Tudo isso foi sintetizado em dezenas de relatórios ilustrados que documentam todas as pesquisas científicas de Rondon e de seus companheiros de sertão. No campo da geografia, o trabalho por ele realizado ganhou destaque internacional.

A determinação de coordenadas e os levantamentos topográficos e geográficos, não só para colocar em carta os acidentes até então ignorados, como para corrigir as locações imprecisas, constituíram preocupações permanentes em todas as comissões construtoras de linhas.

A confecção de cartas do extremo norte, território limítrofe com a Guiana Francesa e do Alto Rio Branco, escala 1:500.000, é obra do auxiliar de Rondon, o Capitão Polidoro Correa Barbosa.

A obra de Rondon neste campo é de tal vulto que o Serviço Geográfico do Exército, trabalhando desde 1903 na confecção da carta geográfica brasileira, pouco necessitou realizar com relação ao Cen-

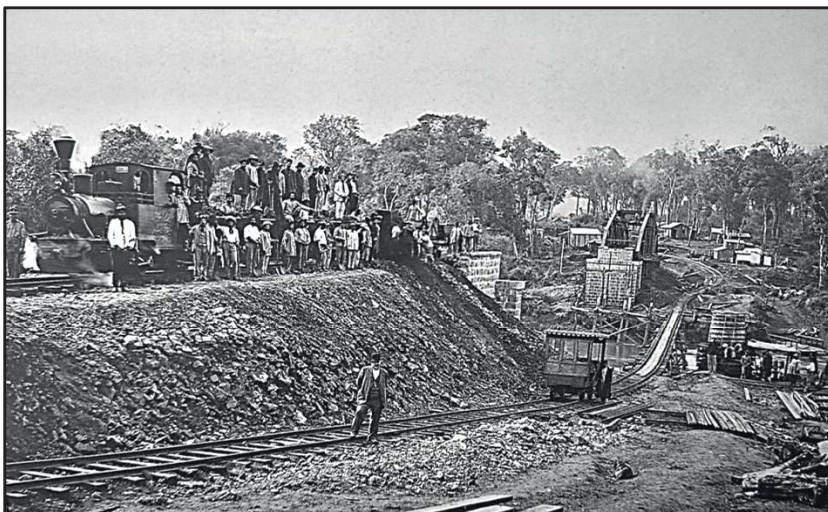
tro-Oeste brasileiro. A carta de Mato Grosso e regiões colonizadas, editada em 1953, pode ser considerada o reflexo das atividades cartográficas da Comissão Rondon.

Os primeiros trabalhos realizados por brasileiros no campo da antropologia são devidos aos médicos militares Murilo de Campos, Romeiro da Rosa e Arthur Lobo da Silva.

O trabalho de demarcação das fronteiras terrestres também contou com a decisiva participação de consagrados técnicos militares.

Iconografia

**Marechal Hermes Rodrigues
da Fonseca (São Gabriel, RS,
12 Mai 1855 - Petrópolis, RJ, 09 Set 1923)
(Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 68)**



Construção do ramal Cruz Alta - Santo Ângelo pelo 2º Batalhão de Engenharia (1911-1921) (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 69)



Rondon em acampamento durante a construção de linhas em Mato Grosso (1903) (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 70)



Rondon entre os índios (BIBLIEx, 1998, vol 3, p. 73)

PORTAL DE LEGISLAÇÃO

Decreto nº 51960 de 26/04/1963 / PE - Poder Executivo Federal (D.O.U. 27/04/1963)

Institui como Patrono da Arma de Comunicações o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. DECRETO Nº 51.960, DE 26 DE ABRIL DE 1963.

Institui como Patrono da Arma de Comunicações o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, CONSIDERANDO:

- que o Marechal Rondon, sob ser efetivamente um dos primeiros do Brasil das atividades de Comunicações, exerceu-as numa extensão até então jamais atingida entre nós e, mais do que isso, num amplo sentido de integração nacional, realizando, ao mesmo tempo, obra de geografia integral e obra de profunda significação cívica e social;
- que essas grandes realizações o credenciaram à profunda e perene glorificação como lídimo herói nacional, de que constituem provas mais recentes os pronunciamentos de todos os setores da opinião nacional emitidos por ocasião do seu falecimento;
- que há no desempenho, por parte do Marechal Rondon, das atividades peculiares às Comunicações, faria messe de belos exemplos para os militares dessa Arma, tais como a resistência física, a sociedade, a coragem, o espírito de sacrifício e a tenacidade na execução das missões mais árduas e longas;

decreta: Artigo único. É instituído como Patrono da Arma de Comunicações o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1963; 142º da Independência 75º da República.

RANIERI MAZZILLI - Amaury Kruel



AS REFORMAS MILITARES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

“...não seria possível demorar a decretação de reformas que colocassem as Forças Armadas do Brasil em condições de responder pela integridade do solo brasileiro, para inquebrantada manutenção da ordem geral”. Marechal Deodoro da Fonseca em mensagem ao Congresso Constituinte em 15 Nov 1890 (Magalhães, 2001, p. 307).

Ministros da Guerra entre 1889 e 1922

Foram os seguintes: Gen Bda Benjamin Constant Botelho de Magalhães (16 Nov 1889/19 Abr 1890); (interino) Alm Eduardo Wandenkolk (12 Mar/19 Abr 1890); Marechal Floriano Peixoto (19 Abr 1890/22 Fev 1891); Gen Div Antônio Nicolau Falcão da Frota (22 Jan/23 Nov 1891); Gen Div José Simeão de Oliveira (23 Nov

1891/02 Fev 1892); (interino) Alm Custódio José de Mello (02 Fev/02 Mar 1892); Gen Bda Francisco Antônio de Moura (02 Mar 1892/12 Abr 1893); Marechal Antônio Enéas Gustavo Galvão (12 Abr 1893/11 Jan 1894); Gen Div Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat (11 Jan/15 Nov 1894); Marechal Bernardo Vasques (15 Nov 1894/30 Nov 1896); (interino) Gen Bda Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira (23 Out/27 Out 1896); Gen Bda Francisco de Paula Argolo (04 Jan/17 Mai 1897); Marechal Carlos Machado de Bittencourt (17 Mai/02 Ago 1897); Gen Div João Thomaz de Cantuária (02 Ago/27 Out 1897); Marechal Carlos Machado de Bittencourt (27 Out/05 Nov 1897); Gen João Thomaz de Cantuária (06 Nov 1897/15 Nov 1898); Gen Div João Nepomuceno de Medeiros Mallet (15 Nov 1898/30 Abr 1902); Marechal Francisco de Paula Argollo (15 Nov 1902/15 Nov 1906); Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (15 Nov 1906/06 Ago 1908); (interino) Marechal João Pedro Xavier da Câmara (06 Ago/06 Nov 1908); Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (06 Nov 1908/27 Mai 1909); Gen Div Luís Mendes de Morais (27 Mai/14 Jun 1909); Gen Div Carlos Eugênio de Andrade Guimarães (18 Jun/16 Out 1909); Gen Div José Bernardino Bormann (16 Out 1909/15 Nov 1910); Gen Div Emidio Dantas Barreto (15 Nov 1910/12 Set 1911); Gen Div Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto (19 Set 1911/30 Mar 1912); Gen Div Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (30 Mai 1912/15 Nov 1914); Gen Div José Caetano de Faria (15 Nov 1914/15 Nov 1918); Gen Bda Alberto Cardoso de Souza Aguiar (15 Nov 1918/28 Jul 1919); (interino) Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello (28 Jun/03 Out 1919); e Dr. João Pandiá Calógeras (03 Out 1919/15 Nov 1922).

Início das reformas

Nos últimos anos da Monarquia, o Exército Brasileiro se estagnara, sem renovar seu material e sem acompanhar a evolução dos métodos de combate resultantes das últimas guerras na Europa e em outros continentes. A elite militar esforçou-se para superar essa estagnação, mas não obteve êxitos significativos. Pode-se mesmo assegurar que o desencanto do Exército com o regime monárquico foi um dos fatores que contribuíram para a proclamação da República. Nos primeiros anos do novo regime, embora os militares ocupassem a Presidência da República, não houve melhoramentos significativos nas Forças Armadas.

Por outro lado, a reforma de 1890, com o chamado Regulamento Benjamim Constant, continuou dando aos oficiais formação prioritariamente teórica, colocando a prática em segundo plano. A Campanha de Canudos revelara graves deficiências na preparação militar da tropa. Os anseios de reforma na força militar terrestre persistiam e pouco a pouco iriam se concretizar. Assim, em fins do século passado, notou-se o início de um surto renovador, na gestão do Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet no Ministério da Guerra. O Exército foi reestruturado e o ensino nas escolas foi reorganizado. O Estado-Maior, criado em 24 Out 1896, foi regulamentado em 06 Jan 1899 e instalado no dia 29, marco indelével de uma nova fase para o Exército. Várias reformas, nos mais diferentes setores, passaram a ser implementadas.

Principais reformas do período¹²⁰ 1889/1910

Instituição do Tribunal Militar (1889); Reorganização do EB (1889); Aprovação do novo Plano de Uniformes (1889); Aumento do soldo dos oficiais e praças de pré¹²¹ (1889); Aprovação de regras para reforma voluntária ou compulsória de oficiais de acordo com a idade (1890); Reorganização do Serviço Sanitário (1890); Nova regulamentação para reorganização das escolas em todos os níveis (1890); Criação da Contadoria Geral da Guerra (1890); Modificação dos títulos de oficiais-generais para Marechal, Gen Div e Gen Bda (1890); Aprovação de novo regulamento para o CMRJ, criado em 09 Mar 1889¹²²; Criação do Serviço Geográfico (1890); Regulamentação do acesso dos oficiais aos postos imediatos (1891); Aprovação do primeiro Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R1 ou RISG) (1891); Divisão de todo o território brasileiro em sete distritos militares (1891); Extinção da Comissão de Melhoramentos do Material de Guerra e criação da Comissão Técnico-Militar Consultiva (1891); Aprovação do Regulamento para os Hospitais Militares (1891); Aprovação do Regulamento para a Escola de Sargentos (1892); Reforma do Conselho Supremo Militar

¹²⁰ De acordo com a obra do Gen Pondé, BIBLIEx, 1994 (opus citatum).

¹²¹ Na Idade Média, “praça” designava os que guarneciam as “praças de guerra” (fortalezas e quartéis). O qualificativo “de pret” designava os que recebiam adiantadamente, por semana, dez dias ou quinzenalmente (“pret” era um adiantamento do soldo). Não se usam mais as palavras “pret” e/ou “pré” e praças são os Cb e Sd.

¹²² Destinado à instrução gratuita aos filhos e netos de oficiais e praças do EB e da Marinha, inclusive honorários mortos em combate. Civis, mediante contribuição pecuniária (Pondé, 1994, p. 20).

(1893); Reforma do Plano de Uniformes (1894); Reversão da Guarda Nacional do Ministério da Guerra para o Ministério da Justiça (1894); Organização dos Estados-Maiores do Presidente da República, do Ministro da Guerra, do Ajudante-General e do Quartel-Mestre General; Fixação do efetivo do EB em 1.516 oficiais, 28.160 praças de pré e 1.414 praças das escolas, com um total de 31.090 militares; Criação do EME, somente regulado em 1899, e da Intendência-Geral da Guerra (1896); Regulamentação da Direção-Geral de Engenharia (1899); Regulamentação das Colônias Militares (1900); Criação da medalha de Bons Serviços (1901); Criação dos Tiros de Guerra, que existem até hoje; Transferência da Escola Preparatória e Prática de Rio Pardo para a Escola de Porto Alegre (1903); Fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha (1904); Extinção da Es Prep Tát do Realengo e também a de Porto Alegre (1905)¹²³; Criação da Escola de Guerra de Porto Alegre e da Escola de Estado-Maior (1905); Extinção da graduação “Alferes-Aluno” e criação do “Aspirante-a-Oficial” (1905); Regulamentação do alistamento, sorteio e obrigatoriedade do serviço militar (1908); Criação das treze regiões de Inspeção Militar (futuras Regiões Militares), em todo o país (1907); Adoção da nova organização das Armas: grandes unidades, brigadas, regimentos, batalhões e corpo de saúde (1908); Criação das Inspeções Permanentes (1908); Alteração no Plano de Uniformes (1908)¹²⁴; e regulamentada a Fábrica de pólvora sem fumaça em Piquete, SP (1910).

As maiores reformas foram executadas nas gestões dos ministros João Nepomuceno de Medeiros Mallet (1905), Hermes Rodrigues da Fonseca (1908), José Caetano de Faria (1915) e João Pandiá Calógeras (1921) (Pondé, 1994, p. 12/137 e Motta, 1998, p. 222).

O prosseguimento das reformas

A defesa da barra do Rio de Janeiro foi modernizada. Destacou-se também o impulso dado pelo General Hermes da Fonseca à essas reformas, pois como comandante do 4º Distrito Militar, que abrangia a área do Rio de Janeiro, organizou em 1905/06, grandes manobras militares na região de Santa Cruz, levando a tropa para a realidade da ação em campanha.

¹²³ O Regulamento de 1905 previu que os candidatos à matrícula nas escolas já deviam trazer do ensino do meio civil “o domínio das humanidades” (Motta, 1998, p. 239).

¹²⁴ Esta alteração introduziu a calça garance e o dólman azul ferrete para o EM.

Em 05 Set 1906, o Exército criou a Confederação de Tiro Brasileiro que enquadrou os Tiros Nacionais que nasceram no Sul como resultado da Revolta Federalista. Ao final de 1906, nasceu o Clube do Tiro Federal, no RJ, empregando fuzis de guerra. Esse Clube depois transformou-se no Tiro 7, sob comando do 1º Ten Ildefonso Escobar, que cursara a Escola de Saint Cyr. Nesta mesma época, foi criada a figura do "Voluntário de Manobras", cujos integrantes adquiriam prática e compunham uma reserva. Em 1910, havia 10 mil atiradores em todo o Brasil.

Mais tarde, como Ministro de Guerra do governo Afonso Pena, Hermes da Fonseca procurou seguir na modernização do Exército adotando as seguintes medidas:

- Criação em caráter permanente das grandes unidades, então representadas pelas chamadas brigadas estratégicas, tipo de organização adequada à realidade brasileira dessa quadra 1908-14;
- Introdução do serviço militar obrigatório, criado pela Lei nº 1860, de 04 Jan 1908, com base no artigo 86 da Carta Constitucional: "todo brasileiro é obrigado a prestar o serviço militar"; e
- Atualização do ensino militar, através do envio de três turmas de oficiais para estagiar junto ao Exército alemão (1906, 1908 e 1910).

O Barão do Rio Branco, como Ministro das Relações Exteriores dos governos Rodrigues Alves, Afonso Pena e Hermes da Fonseca, reconheceu sempre a renovação das Forças Armadas brasileiras para que o país pudesse desempenhar com prestígio e segurança o papel que lhe cabia no convívio das demais nações. Rio Branco, ao mesmo tempo, motivava e prestigiava os esforços da corrente que propugnava o melhoramento da força militar terrestre.

A revista "A Defesa Nacional"

Em 1913, um grupo de jovens oficiais, com ardor pela profissão das armas, fundou uma revista militar - A Defesa Nacional - muito importante na evolução do pensamento militar brasileiro. A pregação deles, logo apelidados de Jovens Turcos¹²⁵, em torno de novas ideias e de novas técnicas e táticas militares, serviu para com-

¹²⁵ Os "Jovens Turcos" originais eram jovens oficiais do Exército da Turquia que estagiaram no Exército Alemão antes da I GM e, retornando ao seu país, se engajaram nas ações nacionalistas e reformistas. A analogia é utilizada para oficiais brasileiros que também estagiaram na Alemanha entre 1910/12 e trouxeram ideias reformistas para o EB e para o Brasil como um todo (<http://cpdoc.fgv.br/>).

bater a rotina, um entrave na modernização do Exército brasileiro. Estagiaram na Alemanha os tenentes: Bertoldo Ritter Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Epaminondas Lima e Silva, Joaquim de Souza Reis Neto, César Augusto Parga Rodrigues, Evaristo Marques da Silva, Euclides de Oliveira Figueiredo, José Antônio Coelho Ramalho, Eduardo Cavalcanti de Albuquerque, José Bento Tomáz Gonçalves, Jerônimo Furtado do Nascimento e Francisco Jorge Pinheiro (Motta, 1998, p. 247).

Operacionalização do serviço militar obrigatório

Com o início, em 1914, da Primeira Guerra Mundial, o Brasil e muitos outros países, mesmo sem terem entrado no conflito, sentiram com maior premência a necessidade de melhorar a eficiência de suas Forças Armadas.

A partir de 1915, o poeta Olavo Bilac empenhou-se numa grande campanha, de âmbito nacional, a favor do serviço militar obrigatório, despertando o ânimo cívico e patriótico dos brasileiros. O efeito dessa campanha foi extraordinário. Mais tarde, escolheu-se a data natalícia do poeta - 16 de dezembro - para a comemoração, em todo o Brasil, do Dia do Reservista. Em 1915, houve um despertar de energias, não apenas nos quartéis, mas em todo o país. Olavo Bilac proclamava:

"A caserna é uma escola. Sendo soldados, sereis cidadãos. Não podemos, nesta terrível fase da humanidade, admitir que um cidadão deixe de ser soldado. Quando se trata de defender a família e a Pátria, a fraqueza é um crime e o descuido é uma desonra. Quero e sempre quis a instrução e a defesa do país pelos livros e pelas armas. Quero a escola dentro do quartel, e o quartel dentro da escola".

Ação notável em benefício da segurança foi a da Liga da Defesa Nacional (LDN), criada pelos patriotas civis Dr. Pedro Lessa, primeiro presidente, Dr. Miguel Calmon, vice-presidente, e Olavo Bilac, secretário, em 7 de setembro de 1916, para o fortalecimento espiritual, moral e material do Brasil (Teixeira; Pinheiro; Giorgis, 2016, p. 19).

Realizou-se em 10 Dez 1916, em dependências do Batalhão de Tiro 7, ex-Clube de Tiro Federal, pela primeira vez no país, em cumprimento à Lei nº 1.860, de 04 Jan 1908, o sorteio dos convocados para o serviço militar obrigatório. No RJ, o ato se realizou no QG do Exército,

com a presença do Presidente da República, do Ministro da Guerra e várias autoridades. Foram alistados 114 sorteados.

Durante o quadriênio 1914-1918 – Presidência de Wenceslau Braz – o Exército consolidou sua estrutura, permitindo a incorporação de reservistas em grande escala e facilitando a mobilização em caso de guerra. O Decreto nº 15.934, de 22 de janeiro de 1923, regulou o Serviço Militar por meio de sorteio.

Outras reformas até 1920

Criação do CMPA (Dec. 9.397, de 28 Fev 1912); Remodelação do EB pelo Dec. 11.497, de 23 Fev 1915¹²⁶; Aprovação do Regulamento de 1913, concebido para dar maior relevo à instrução prática profissional; Criadas as sete Regiões Militares (1915); Fixação do efetivo em 34.248 homens pela Lei 3.414, de 12 Dez 1917¹²⁷; Criação do 1º Distrito de Artilharia de Costa (1917); Criação do serviço Odontológico do Exército (1918); A Guarda Nacional é reorganizada e passa a ser a reserva de 2ª linha do EB (1918); Aprovação do Regulamento de 1918 para a EMR, que valorizou o ensino da Tática; Autorização, através do Dec. 3741, de 28 Mai 1919, para a contratação da Missão Militar Francesa (MMF) de instrução; Grandes modificações no Ensino Militar através do Dec. 13.415, de 29 Fev 1919; Inauguração da Escola de Estado-Maior (depois ECEME) em 07 Abr 1920, entre outras reformas, conforme a obra do Gen Pondé (BIBLIEx, 1994, p. 150/204).

A Missão Indígena

No processo de reforma que o EB vinha sofrendo, sentiu-se a urgência de melhorar a formação de oficiais da Escola Militar do Realengo. A jovem oficialidade, cheia de entusiasmo pela profissão militar e ante a possibilidade de o Brasil ser envolvido na I GM, queria aplicar os novos conhecimentos surgidos na arte militar. Tiveram papel significativo nesse contexto os Gen José Caetano de

¹²⁶ Esta foi a principal reforma da década de 1910/20. O Decreto abrangeu organização, estrutura, efetivos, postos, comandos, serviço militar obrigatório, etc. Seguiram-se diversos outros decretos (Pondé, 1994, p. 160 e seguintes).

¹²⁷ Na verdade, conforme o Gen Bda Jehovah Motta, existiam três efetivos: o **orgânico** (o do QO); o **orçamentário** (aquele para o qual o Congresso concedia verbas); e o **existente** (o real) (Motta, 1998, p. 216). O plano do Ministro Hermes da Fonseca previa, em caso de guerra, o efetivo de 100.492 homens (Idem, p. 220).

Faria, Antônio Geraldo de Souza Aguiar, Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, Augusto Tasso Fragoso e Alberto Cardoso de Aguiar.

Em 1917, os dirigentes do Exército adotaram duas providências efetivas para a modernização da instrução militar:

- criaram o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria, que serviu inicialmente para a formação dos Sargentos Instrutores dos Tiros de Guerra e mais tarde foi transformado na Escola de Sargentos de Infantaria; e
- estabeleceram, pela primeira vez, um Concurso para a seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do Realengo.

Estes fatos, principalmente o Concurso, deram origem à “Missão Indígena” (designação informal adotada para confrontar possível contratação de uma missão militar estrangeira). Em 1919, ao receber a apresentação do primeiro grupo de instrutores da Escola Militar, o Chefe do Estado-Maior do Exército, Marechal Bento Ribeiro, disse:

"Pela primeira vez este Estado-Maior teve intervenção na escolha dos instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros oficiais, como há muito já deveria ter sido feito. (...) Muitos e distintos oficiais têm passado pela Escola Militar como instrutores e ainda agora alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que nunca o corpo de instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional. (...)”.

Coincidente com o recrutamento dos novos instrutores, foi nomeado Cmt da Escola Militar do Realengo o Cel Eduardo Monteiro de Barros. Soldado de poucas palavras e muita ação, bem compreendeu a missão de orientar e apoiar o novo corpo de instrutores, segundo as ideias renovadoras preconizadas pela alta administração do Exército.

Monteiro de Barros, verdadeiro líder da “Missão Indígena”, soube empenhar todas as suas energias no aperfeiçoamento da instrução daquela Escola. Coordenando a atuação do corpo de instrutores, realizou autêntica revolução no ensino militar. Sentiu-se a atuação da “Missão Indígena” no período 1919/22, antes mesmo de começarem a ser colhidos os primeiros resultados da Missão Militar Francesa¹²⁸.

Os oficiais da Missão Indígena foram os abaixo relacionados, conforme a arma de origem. Infantaria: 1ºs Ten Eduardo Guedes Alcofo-

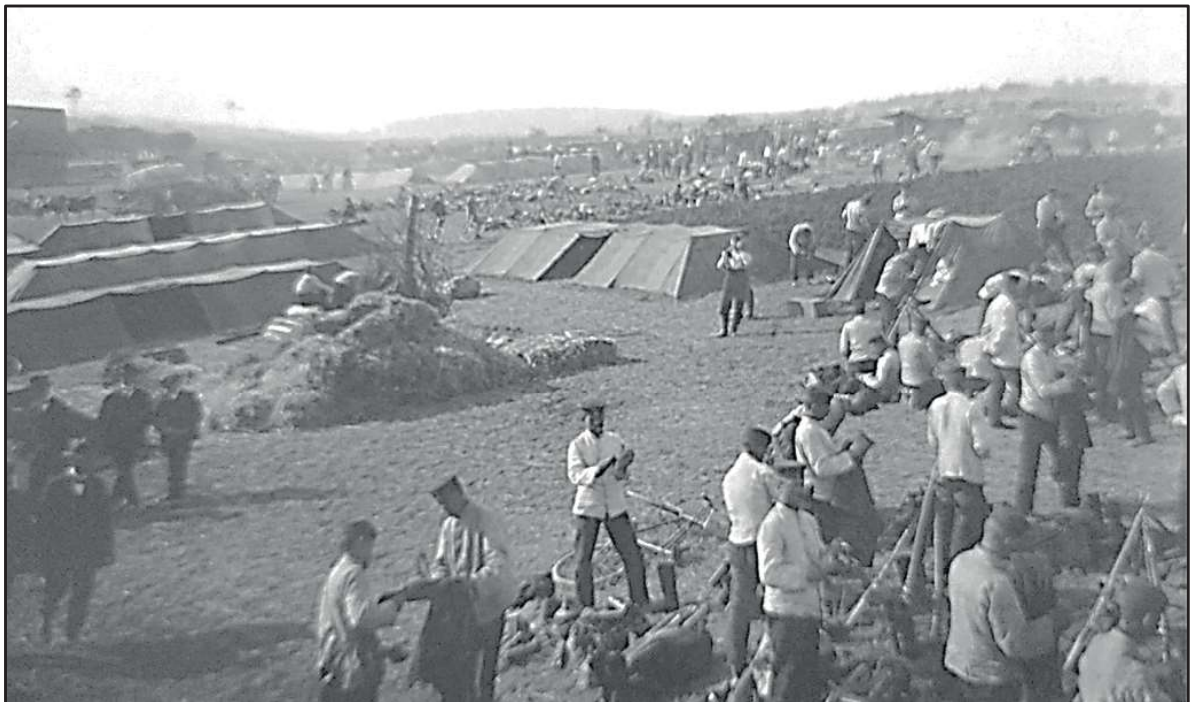
¹²⁸ Infelizmente, a Missão Indígena teve seu fim com a Revolta de 1922 como se verá.

rado, Newton de Andrade Cavalcanti e Demerval Peixoto; 2ºs Ten João Barbosa Leite e Odylio Denys; Cavalaria: 1ºs Ten Euclides de Oliveira Figueiredo, Antonio da Silva Rocha, Renato Paquet e Orozimbo Martins Pereira; Artilharia: Cap Epaminondas de Lima e Silva e os 1º Ten Aventino Ribeiro; José Agostinho dos Santos; Luiz de Araújo Corrêa Lima e Plutarcho Soares Caiuby (Auxiliar); Engenharia: 1ºs Ten José Bentes Monteiro, Mario Ary Pires e Artur Joaquim Panfiro (Motta, 1998, p. 255).

Iconografia



Tiro de Guerra de São Paulo em 1917 (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 76)



Militares brasileiros em estágio na Alemanha em 1911 (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 75).



Alunos da Escola Militar do Realengo em 1910
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 77)



Ministro João Pandiá Calógeras
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 77)

Nota dos autores: esta obra obedece à sequência cronológica dos acontecimentos. Em vista disto, a abordagem sobre a Missão Militar Francesa será colocada após a Primeira Guerra Mundial (I GM).



CAPÍTULO II

**DA PRIMEIRA À
SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL**

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

“...a história do Exército, na República, divide-se em dois períodos, separados por um marco nítido: o conflito de 1914-1918 [...]. Com a guerra [...] vieram as reformas substanciais de estrutura” (Motta, 1998, p. 218).

Antecedentes do conflito

O assassinio do Arquiduque Francisco-Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro em 28 Jun 1914, em Sarajevo, capital da Bósnia-Herzegovina, perpetrado por um sérvio, motivou a explosão de um processo que se vinha formando na península balcânica desde o princípio do século e no qual estavam envolvidos conflitos de interesses entre grandes potências europeias. O crime foi atribuído a uma conjura urdida na Sérvia pela organização terrorista chamada Mão Negra. O Império Austro-Húngaro enviou um ultimato à Sérvia em 23 Jul exigindo a imediata apuração do crime e fazendo exigências descabidas e ofensivas à condição sérvia de Estado livre e soberano.

No dia 28 Jul a Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia, precipitando os acontecimentos. Em 29 Jul a Rússia, aliada da Sérvia, mobilizou os seus exércitos, e a Alemanha, aliada da Áustria-Hungria, exigiu do governo de Moscou o fim da mobilização. Em 01 Ago, declarou guerra.

Em 03 Ago a Alemanha declarou guerra à França, sob o pretexto de que aviões franceses haviam lançado bombas sobre Nuremberg e Carlsruhe. Com a violação da neutralidade do Luxemburgo e da Bélgica no dia 4 pelas tropas alemãs em marcha para a França, este país e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha. O Brasil declarou neutralidade.

O quadro da guerra ficou assim: de um lado as chamadas Potências Centrais: Alemanha, Áustria e Itália, ou seja, a Tríplice Aliança¹. Do outro lado a Rússia, a França e a Inglaterra (Tríplice Entente), e posteriormente a Bélgica, Sérvia e Montenegro. E em Abr 1915, a Itália.

¹ A Tríplice Aliança já existia desde 1882, quando ocorreu o Congresso de Berlim. A Tríplice Entente foi formada em 1907. A Itália afastou-se da Aliança em Ago 1914 e declarou neutralidade, mas em 25 Abr 1915, secretamente, aderiu à Tríplice Entente, que se tornou “Quádrupla”. Da mesma forma o Império Otomano (Giorgis, 2014, p. 15/25).

As operações militares desenrolaram-se em terra, no mar e pela primeira vez, no ar, em território belga, e estenderam-se pela França, pela Europa oriental, pela Ásia Menor e pelo Extremo Oriente. Em 06 Abr 1917, os EUA, reagindo à campanha submarina alemã contra navios neutros, entrou na guerra com toda a sua riqueza, organização e prestígio, desembarcando suas primeiras tropas na Europa em 03 Jun.

O Brasil e o conflito

Fiel à Convenção de Haia, o governo brasileiro estabeleceu sua conduta de nação neutra. Esta situação estabelecia para nós o direito de sermos respeitados pelas potências em guerra. Nosso país mantinha com os povos teutônicos cordiais relações iniciadas ainda no período colonial. O primeiro ato diplomático fora assinado em 08 Abr 1815, que foi um tratado de aliança entre Portugal e Prússia. Já independente, em 1827 o Brasil firmou com os alemães um tratado comercial. A 29 Nov 1890 a Alemanha reconheceu a República brasileira.

Em 31 Jan 1917, a Alemanha declarou o bloqueio marítimo aos países inimigos e alertou o Brasil e demais países neutros sobre a navegação em áreas interditadas. Isso sensibilizou a opinião pública brasileira e propiciou a decisão de dar apoio à causa aliada.

Complicavam-se os problemas oriundos da guerra. Embora partidário da neutralidade absoluta, o Presidente Wenceslau Braz não podia permanecer indiferente quando se multiplicavam as provas de intervenção sub-reptícia da Alemanha, com violações dos portos nacionais para reabastecimento de cruzadores disfarçados em navios mercantes, incentivo a greves operárias e tentativas de mobilização das colônias povoadas por elementos de origem germânica.

Rompimento das relações diplomáticas e declaração de guerra do Brasil à Alemanha

No dia 03 Abril 1917, o Brasil foi atingido inopinadamente por uma agressão quando, às 23:30 horas, navegando no Canal da Mancha, a cerca de 10 milhas da costa ocidental da França, o navio mercante brasileiro Paraná foi torpedeado pelo submarino alemão UB-32 e posto a pique. O navio estava em marcha reduzida, com todas as luzes regularmente acesas, ostentando em lugar iluminado e bem visível o nome de nosso país, com a bandeira nacional e o distintivo da empresa proprietária içados, como é de praxe entre os navios

neutros. Não carregava armas e sim 93 mil sacas de café. Depois do torpedeamento ainda foram disparados cinco tiros de canhão sobre a embarcação. A Alemanha procurou se justificar através do cônsul no Brasil dizendo que o navio brasileiro tinha se chocado com uma mina francesa.

Em função disso nossas relações diplomáticas com a Alemanha foram interrompidas a 11 de abril, porém mantida a neutralidade.

A seguir outros navios mercantes nacionais foram torpedeados, como o Tijuca, o Lapa, o Macau, o Acari, o Guahyba e o Tupi, o que levou o Congresso, de pleno acordo com o Executivo, a reconhecer pelo Decreto nº 3.361, de 26 Out 1917, o estado de guerra entre a Alemanha e o Brasil. Enfatizou-se a colaboração do Brasil com a aliança antigermânica. Votaram-se imediatamente medidas que decorriam da nova situação.

Participação do Brasil na guerra

Com a autorização do Congresso Nacional, o Presidente Wenceslau Braz havia revogado, em 28 Jun 1917, mediante decreto, a sua neutralidade na guerra, e declarado abertos os portos brasileiros aos navios de guerra das nações aliadas, antes proibidas.

O Brasil assumiu também o encargo de contribuir com o patrulhamento do Atlântico Sul, diminuindo os encargos das Marinhas amigas. Essa colaboração, entretanto, era limitada, face às necessidades de guerra e às nossas possibilidades. Sabia-se que os meios de transporte marítimo constituíam naquela ocasião um dos problemas vitais para os nossos aliados. Agindo dessa forma, livre e espontaneamente, quis o Brasil patentear, em ato inequívoco, o propósito franco e leal de dar não só solidariedade moral, mas também oferecer a participação material naquilo que se afigurava de grande utilidade para os aliados – o auxílio em meios de transporte marítimo.

A participação brasileira se deu de várias formas: revogação da neutralidade; criação da Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG) para contribuir no patrulhamento do Atlântico; envio de oficiais do EB para estágio no Exército Francês; criação e envio à França da Comissão de Estudos de Operações e aquisição de Material com 27 oficiais e comandada pelo Gen Napoleão Felipe Aché; envio, para treinamento e emprego, de 12 aviadores brasileiros para a Força Aérea Britânica, quatro para os EUA e outros para a França e Itália; e criação e envio de uma Missão Médica Militar para a França (Giorgis, 2014, p. 160).

Enquanto uma parte de nossa Marinha realizava o patrulhamento da orla do Atlântico Sul, o Brasil enviou a DNOG, que seguiu em 07 Mai de 1918 para ser incorporada à Esquadra britânica em Gibraltar. Em 09 Ago a DNOG atingiu Freetown na África, permanecendo 14 dias neste porto, quando então os homens começaram a adoecer com o vírus da gripe espanhola.

No dia 26, a Divisão entrou no porto de Dacar, nele permanecendo até 3 de novembro. A força naval era comandada pelo Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin e integrada pelos seguintes vasos de guerra: cruzadores Rio Grande do Sul (capitânia) e Bahia: contratorpedeiros Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina: tender Belmonte; rebocador de alto mar Laurindo Pitta. Em 10 Nov, véspera do final da guerra, a DNOG atingiu Gibraltar. Até então, o total de mortos pela gripe havia chegado a 156 integrantes. Em 09 Jun 1919, a DNOG chega de volta ao Rio de Janeiro.

Com isso, no campo militar, realizava-se o primeiro esforço naval fora de águas sul-americanas. Além dessa participação, como já vimos, o Brasil enviou um grupo de aviadores navais que, partindo para a Inglaterra em janeiro de 1918, ali começou treinamento intensivo, participando, a seguir, de missões de combate, juntamente com os pilotos ingleses da Royal Air Force. O grupo era constituído de um capitão-tenente e sete tenentes da Marinha de Guerra e do Tenente Aliatar de Araújo Martins, do Exército.

Aviadores brasileiros serviram em unidades francesas e britânicas, tendo muitos deles perdido a vida. Oficiais de nosso Exército foram incorporados a vários regimentos franceses da linha de frente, onde muitos se distinguiram em combate. Muitos tiveram os nomes citados em ordens do dia e foram agraciados com condecorações aliadas. Um deles foi o então Tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

A Missão Médica, a seguir, teve a finalidade de instalar um hospital para tratamento de feridos de guerra na França.

Missão Médica

A Missão Médica especial era chefiada pelo Dr. José Thomaz Nabuco de Gouveia e orientada pelo General Napoleão Aché; operaria subordinada ao comando único dos exércitos aliados. A Missão partiu com 86 médicos, a 18 de agosto de 1918. Em Paris, incorporaram-se mais seis médicos, que nesta cidade se encontravam em caráter particular, no Hospital Franco-Brasileiro mantido pela colônia brasileira daquela cidade.

Com exceção de cinco médicos do Exército e cinco outros da Marinha de Guerra, todos os demais eram civis convocados e comissionados em diversos postos. Integravam-na ainda 17 acadêmicos de medicina e 16 outros elementos, entre farmacêuticos, pessoal de intendência, de secretaria e contínuos, além de 30 praças do Exército indicados para constituir a guarda do Hospital Brasileiro instalado na capital francesa (Rue de Vaugirard, Quartier Latin), para atender os feridos evacuados da frente de batalha.

Com a epidemia de gripe que assolava a França, todos os planos para o aproveitamento de nossa Missão Médica foram mudados radicalmente. O governo francês receava que a epidemia atingisse a retaguarda e desta forma as frentes de batalha ficassem sem apoio, o que evidentemente causaria o colapso da resistência aliada. A França convocara 700 médicos para combater a doença no interior do país. Os brasileiros seguiriam o mesmo destino dos médicos franceses.

A Missão Médica foi extinta em fevereiro de 1919; o Hospital ainda atuou por seis meses sob a responsabilidade dos brasileiros. Nesta oportunidade, o governo brasileiro doou as instalações e material para a Escola de Medicina da Universidade de Paris.

Armistício

A guerra, iniciada em 1914, teve seu término a 11 Nov 1918 quando a Alemanha, na iminência de ser invadida em várias frentes e enfrentando sérias dissenções internas, assinou um armistício com a França. A I GM durou quatro anos e três meses.

O Brasil havia cooperado para a vitória final. Após o armistício, o governo ordenou o regresso da Divisão Naval, da Missão Médica e dos demais elementos deslocados para a Europa e que em sua totalidade haviam sido voluntários, desmobilizando-os em seguida.

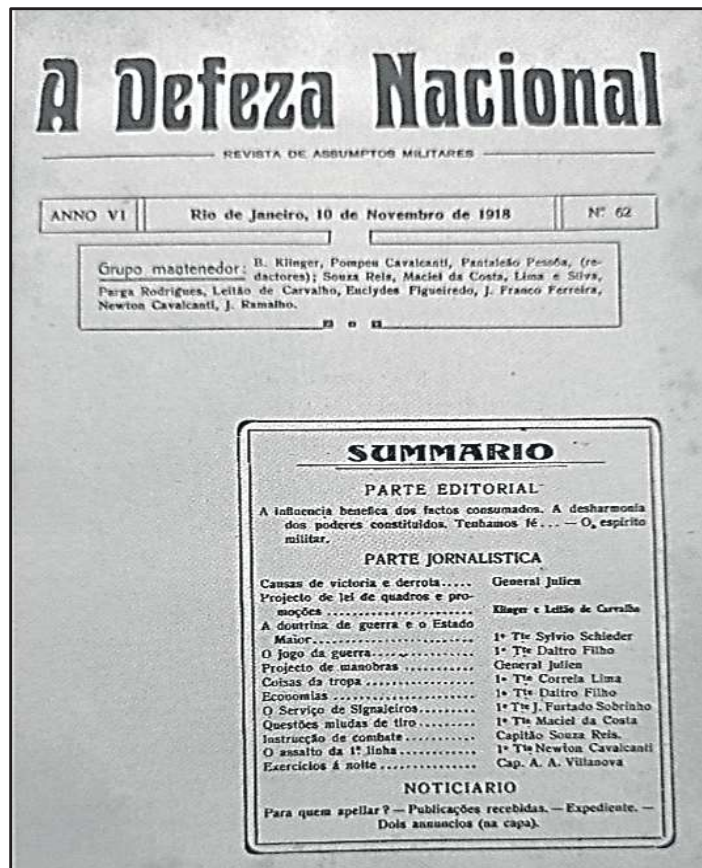
Embora modesto em quantidade, o nosso concurso à causa aliada foi bastante significativo. Externamente o Brasil, pela primeira vez em sua história, lutou ao lado das nações mais poderosas do mundo, revelando a capacidade de atuar em pé de igualdade com elas. Internamente houve uma melhoria na imagem das Forças Armadas e ampliou-se a ideia de nação armada e de cidadão-soldado, no sentido da proclamação que Olavo Bilac fizera em 1915:

"A caserna é uma escola. Sendo soldados, sereis cidadãos".

Iconografia da participação do Brasil na I GM



Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, incentivador do Serviço Militar Obrigatório (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 84)



Capa da revista A Defesa Nacional, criada em 1913 (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 85)



Cartaz de incentivo 1 (Fonte: BIBLIEX, 1998, p. 81)



Cartaz de incentivo 2 (Fonte: BIBLIEX, 1998, p. 81)



Cartaz de incentivo 3 (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 81)



Gen José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Na I GM, ainda tenente, comandou em ação um Pel do 4º Regimento de Dragões do Exército Francês (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 82)



Missão Médica Brasileira com o Presidente Wenceslau Braz na frente do Palácio do Catete antes de partir (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 83)

Efervescência revolucionária após a consolidação da República

As glórias conquistadas pelas armas brasileiras na Guerra da Tríplice Aliança foram rapidamente esquecidas pelos estadistas do Império, que acreditando improvável outro conflito bélico, não compreenderam a importância das Forças Armadas no processo de Defesa Nacional. Negavam as atenções e o zelo necessários à manutenção da eficiência operacional dessas forças, em nível compatível com a posição do Brasil entre as nações da América do Sul.

Consolidada a República, o prosseguimento da negligência com que a Armada e o Exército eram tratados pela nova classe política que passou a administrar o país explica a ocorrência de vários conflitos em que militares se envolveram em questões políticas, resultantes em geral de atitudes hostis de elementos do governo contra chefes militares que desejavam o aprimoramento e o reaparelhamento do Exército. Logo se difundiu na instituição, desaparelhada e mal instruída, a opinião de que o governo a menosprezava, não lhe permitindo o direito de participar do processo de desenvolvimento nacional.

Em consequência, conceituados chefes militares foram atraídos por grupos políticos, enquanto se agravavam na força os problemas de sempre, afetando a instrução e a disciplina.

As Revoltas Federalista e da Armada (final do século anterior) trouxeram graves prejuízos à reorganização e ao reaparelhamento das Forças Armadas. Mal saído de tão sombrio período, no episódio de Canudos, desaparelhado, lutando contra elementos adversos, em teatro inóspito e longínquo, o Exército deu um exemplo de seu valor combativo. Mesmo nesse estado de contínua negligência e desorganização o Exército ainda pôde, com muitas das unidades que acabavam de combater naquela região, realizar o esforço titânico que decidiu a Revolução Acreana e propiciou a assinatura do Tratado de Petrópolis.

A capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, abalada pela Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Escola Militar (Novembro de 1904) e a Revolta da Chibata (ocorrida principalmente no âmbito da Marinha em 1910) fornece um retrato preciso sobre a fragilidade das instituições republicanas implantadas no país após a proclamação da república em 1889 e o envolvimento do Exército e da Armada em problemas políticos que só atrasaram as necessárias reformas que visassem um aumento de suas respectivas operacionalidades.

A atuação patriótica de Hermes da Fonseca e de Olavo Bilac na renovação do Exército

A sucessão do presidente Nilo Peçanha, a ocorrer em 1910, colocou frente a frente duas correntes político-partidárias. Buscando envolver o prestígio do Exército, já que a luta se prenunciava difícil, com Rui Barbosa encabeçando uma das chapas concorrentes, o grupo do governo lançou o nome do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Com maliciosa retórica, os entusiastas de Rui Barbosa fizeram-se chamar de “civilistas”, apontando a corrente oposta como “militarista”, criando um antagonismo artificial.

Eleito o Marechal Hermes, continuaram as lutas entre os políticos antagônicos. Políticos e demagogos usaram contra o governo os mais baixos recursos e artifícios, incitando os quadros subalternos à indisciplina e à revolta. Isso perturbou todo o período governamental impedindo o pleno exercício do poder. O Marechal Hermes, que aparecia no cenário brasileiro como o homem capaz de devolver ao Exército Brasileiro a tranquilidade e eficiência operacional, não pôde realizar totalmente o seu programa. Quando Ministro da Guerra no governo de Afonso Pena, adotara medidas fundamentais para assegurar a renovação da Força Terrestre, como o alistamento e o serviço militar obrigatório, baseados na Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908.

Os momentos difíceis vividos pelo Brasil com a Primeira Guerra Mundial fizeram com que o Presidente Wenceslau Braz, sucessor de Hermes da Fonseca, dirigisse apelo ao povo e às Forças Armadas solicitando um imposto de honra para que o Brasil pudesse atender aos seus compromissos externos. Reduziram-se todas as despesas públicas e também os efetivos do Exército, apesar de se estar num clima de guerra mundial, com a conseqüente necessidade de mobilização de recursos militares.

Foi quando entrou no cenário político o poeta Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac. Homem com indiscutível formação cívica, saiu como um apóstolo a pregar pelo país a necessidade do serviço militar, mostrando o quartel como escola de civismo:

"Pregai o patriotismo aqui e lá fora, nas bancadas das aulas, nos laboratórios, nas salas do hospital, nas ruas, nos lares em que nascesteis, nos lares novos que constituireis, e em que o vosso afeto frutificará em novos brasileiros".

A mocidade atendeu ao chamamento, formando fileiras para receber instrução militar. Era o novo Exército preconizado pela "reorganização Hermes" e pelos militares idealistas que encontravam na revista A Defesa Nacional, fundada em 1913, seu instrumento de luta.

O impulso da reforma militar

A Primeira Guerra Mundial trouxe profundas mudanças à arte militar. Adotaram-se novos tipos de armamento e novos métodos de combate. Desapareceram as linhas de combate e surgiu a organização da Infantaria em grupos de combate, que atuavam ao redor de uma arma coletiva, de grande cadência de tiro. A introdução dos blindados, dos gases de combate, e da aviação militar revolucionou completamente as características do campo de batalha. O emprego dos serviços em campanha, permitindo apoiar em períodos prolongados grandes efetivos que consumiam munição e suprimentos de toda ordem em escala nunca vista, a organização defensiva do terreno em frentes estabilizadas. As novas técnicas para o trabalho em Estado-Maior, tornavam obsoletos os exércitos anteriores ao grande conflito.

O Brasil logo percebeu a necessidade de modernizar e atualizar seu Exército e retomou a discussão sobre a conveniência da vinda de uma missão de militares europeus para promover essa modernização.

A Missão Militar Francesa (MMF)

No governo Delfim Moreira, sendo Ministro da Guerra o General Alberto Cardoso de Aguiar, resolveu-se contratar uma Missão Militar Francesa. A assinatura do contrato em Paris, em 08 Set 1919, contou com a participação do Ministro Raul Regis de Oliveira, Ministro Plenipotenciário do Brasil na França e do Maj Alfredo Malan d'Angrogne, Adido Militar naquele país, que teve uma participação bastante efetiva na contratação da MMF.

Alguns oficiais resistiram à vinda da MMF, alegando que bastaria dotar o EB de material atualizado. O Gen Augusto Tasso Fragoso, então Diretor de Material Bélico, em carta ao Major Malan D'Angrogne, disse: "Há resistência surda em certos chefes que estão a findar a carreira sem nada ter feito nela e sem nada ter aprendido" (Cabeda, 2008, p. 308, apud Araripe, 1960, p. 186).

Mas o contrato foi assinado e a Missão chegou ao Brasil no ano seguinte, chefiada por um general e integrada por vinte oficiais.

A MMF forneceu instrutores para a Escola de Estado-Maior, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Aviação Militar e para os cursos de Oficiais Intendentes, de Saúde e Veterinária e de Equitação.

No início, a Escola Militar não recebeu nenhum instrutor francês. Posteriormente foi designado um oficial superior para exercer as funções de subdiretor de ensino militar.

As aulas inaugurais dos Cursos da Escola de Estado-Maior e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, realizadas respectivamente nos dias 7 e 8 de abril de 1920, foram realizadas com a devida cerimônia, contando com a presença do Presidente da República Dr. Epitácio da Silva Pessoa, e do Ministro da Guerra Dr. João Pandiá Calógeras.

O primeiro chefe da Missão foi o General Maurice Gamelin, que se destacou na Primeira Guerra Mundial em funções de Estado-Maior e como comandante de uma divisão de infantaria.

Durante 20 anos, de 1920 a 1940, a Missão impulsionou a instrução, com a realização de grandes manobras, e implantou um novo método de raciocínio para a solução de questões táticas e para o estudo de problemas militares. Atuou ela como órgão de consulta, de instrução e, eventualmente, como conselheira (Magalhães, 2001, p. 329). Paralelamente, a partir de 1929, foi sistemática a ida de oficiais do EB para cursos e estágios na França (Idem, p. 333).

O historiador militar Cel João Baptista Magalhães destacou que a instrução sob a MMF visou a capacidade de ação no terreno face ao inimigo e não mais o simples aprendizado de princípios e esquemas escolásticos. E assim, o preparo prático sobrepujou o teórico.

Uma das principais reformas promovidas pela MMF, talvez a maior, foi a criação pelo governo brasileiro do Conselho de Defesa Nacional (depois Conselho de Segurança Nacional) em 1927, que objetivou o planejamento da mobilização nacional para a defesa do país.

O Exército Brasileiro atingiu então a sua maioria no domínio da tática e da técnica de Estado-Maior numa guerra moderna. Ao iniciarse a Segunda Guerra Mundial, o Exército havia aperfeiçoado suas escolas e a instrução de suas unidades, construído grande número de modernos quartéis, melhorado seu equipamento e elevado os níveis de seus quadros, adequando-se aos novos tempos.

Alguns reflexos importantes foram os seguintes: novo regulamento para a Infantaria; criação da EsAO (Dec. 13.451 de Jan 1919); reorganização do EME; modificação da Lei do Serviço Militar; criação dos Grupos de Combate na Inf e na Cav; e novo regulamento para a Artilharia, entre outros (Magalhães, 2001, p. 335/340).

Sobre a importância da MMF, o Gen Tasso Fragoso, já na Chefia do Estado-Maior, quando pode acompanhar de perto os trabalhos da Missão, deixou este depoimento:

“Devemos confessar, com absoluta lealdade e sem o mínimo vexame, que só aprendemos realmente o serviço capital de Estado Maior, isto é, a arte de dirigir tropas e provê-las, depois que a Missão no-la ensinou” (Cabeda, 2008, p. 309, apud Magalhães, 1958, p. 347).

No 1º quadrimestre de 1922 foram realizadas na região de Saicã (Rosário do Sul, RS) as “Manobras de Saicã”, sob a supervisão dos instrutores da MMF. Foram elas destinadas a avaliar o grau de preparação da tropa da 3ª RM e de seus comandos.

Sobre elas, manifestou-se o historiador Tristão de Alencar Araripe, que disse o seguinte:

“não obstante a lastimável impressão que em todos deixou, foi um dos grandes serviços prestados pela Missão nos seus primeiros anos de atividade entre nós: mostrou o quanto obsoleto e enferrujado era o instrumento a que estava confiada a segurança nacional, na região fronteiriça mais importante do país ” (Cabeda, 2008, p. 309, apud Araripe, 1960, p. 496/497).

O período mais profícuo da MMF de Instrução no EB foi o da década de 1920/30, decaindo depois.

Importante destacar que o Brasil contratou também três missões francesas para a Veterinária. Elas funcionaram em três períodos: 1908/12, 1913/14 e 1920/33, já no período republicano, mas ainda por recomendação de Dom Pedro II quando Imperador, sensibilizado pela situação sanitária dos equinos, ou seja, a cavalaria militar e civil, que era meio de transporte e mobilidade no meio urbano e rural. Os cavalos, em geral, não recebiam os cuidados necessários de alimentação regular, assistência veterinária, e descanso regulamentar. A mortalidade era enorme. As MMFVEB vieram e conseguiram minorar essa situação. Ocorreram na época da presidência do Marechal Hermes da Fonseca.



Assinatura do contrato da MMF. Ao centro, Georges Benjamin Clemenceau, Presidente do Conselho e Ministro da Guerra da França tendo, à sua direita, o Ministro Raul Regis de Oliveira e à sua frente, sentado, o Maj Alfredo Malan d'Angrogne [(Fonte: alegoria em óleo sobre tela do artista plástico castrense Cel Cav EM Pedro Paulo Cantalice Estigarribia publicada no jornal Zero Hora (gauhazh.clicrbs.com.br)]. A imagem a cores pode ser obtida em www.google.com.



A REVOLUÇÃO DE 1922

Reflexos dos acontecimentos políticos do ano de 1922 no meio militar

Terminada a Primeira Guerra Mundial, se fazia necessário promover atualizações na doutrina militar e no material bélico, com os consequentes reflexos sobre a organização dos efetivos militares. O advento das armas automáticas provocou mudanças nas antigas formações de combate, onde predominava a linha de atiradores. O momento era oportuno para atualizar o Exército. Por isso, como já visto, o Brasil contratou a MMF, que prestou grande e inegável benefício.

Empossado Presidente da República em 28 Jul 1919, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa trouxe para o Ministério da Guerra o estadista João Pandiá Calógeras, conhecedor dos problemas militares brasileiros e velho apaixonado pelos assuntos da caserna. Assessorado por oficiais de elevado nível profissional e com base nos ensinamentos da Missão Militar Francesa, Calógeras conseguiu realizar obra notável, revigorando o espírito do Exército, atualizando a instrução profissional, aparelhando escolas, fábricas e arsenais e construindo quartéis nas guarnições de fronteira. Entretanto, ainda uma vez esse desenvolvimento promissor seria interrompido, pois os políticos vieram de novo aos quartéis perturbar a sua atividade.

A campanha presidencial iniciada em 1921 para as eleições de Jul 1922 caracterizou-se pela exacerbação, talvez a maior no período republicano. Concorriam Artur da Silva Bernardes, Presidente de MG, e o fluminense Nilo Procópio Peçanha, ex-Presidente da República.

Partidários de ambas as facções logo quiseram envolver o Exército na campanha sucessória. A excitação dos ânimos atingiu proporções de explosão, quando o jornal Correio da Manhã publicou, em 09 Out 1921, uma carta falsa, atribuída a Artur Bernardes, endereçada a Raul Soares, Ministro da Marinha, contendo conceitos ofensivos aos chefes militares. Seguiu-se uma segunda carta, também falsa, publicada no dia 13. Ambas foram prontamente negadas por Bernardes.

Mas, explorado por intensa campanha jornalística, o fato exaltou a opinião pública. Exigida a prova pericial que permitisse comprovar ou desmentir a autenticidade dos documentos o Clube Militar, ainda presidido pelo Tenente-Coronel Frutuoso Mendes², reuniu-se em sessão extraordinária a 12 de novembro e resolveu nomear uma comissão para examinar o problema. A 28 Dez 1921 foi aprovada por assembleia a equivocada moção do Presidente:

"(...) Considerando que ficou apurada a autenticidade da carta contendo expressões ofensivas ao Exército e à Armada, dada à publicidade nesta capital a 9 de outubro último e porque não tenha este Clube qualidade jurídica para promover ação em desafrenta das corporações ofendidas resolve entregar por isso o caso ao julgamento da Nação"³.

² Já estava eleito para a gestão seguinte o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.

³ Forjadas pelos falsários Oldemar Maria Lacerda e Jacinto Guimarães para obter dinheiro as cartas não foram aceitas por Artur Bernardes. Foram oferecidas então ao Redator do jornal Correio da Manhã Mário Rodrigues, de oposição a Bernardes. Em

A Reação Republicana (de Nilo Peçanha) valeu-se da exasperação dos espíritos para percorrer o país agitando as massas. Realizaram-se as eleições num ambiente de intranquilidade vencendo, apesar de tudo, o candidato situacionista Artur da Silva Bernardes, que foi reconhecido pelo Congresso, sendo marcada a posse para o dia 15 Nov.

Outro fator que contribuiu para tumultuar a situação foi a campanha sucessória em Pernambuco, onde o governo federal foi acusado de querer colocar o Exército a serviço da causa a que estavam ligados parentes do Presidente Epitácio Pessoa. Era crença generalizada nos meios militares que o Presidente exercia interferência nos assuntos de Pernambuco. Hermes da Fonseca, magoado com a atitude do Presidente Epitácio Pessoa, de acreditar na inocência de Artur Bernardes, resolveu enviar, já como presidente do Clube Militar, um telegrama ao comandante da 6ª Região Militar, com sede em Recife, Coronel Jaime Pessoa da Silveira, datado de 29 de junho, lembrando ao oficial que meditasse sobre os artigos 60 e 140 da Constituição e, assim, deixasse de cumprir ordens que atentavam contra a destinação constitucional da Força Terrestre. No mesmo dia da publicação do telegrama, 30 Jun 1922, o Ministro da Guerra indagou ao Marechal Hermes, por intermédio do Gen João Baptista Neiva de Figueiredo, se o despacho era de sua autoria, recebendo resposta afirmativa diretamente ao Presidente da República. Imediatamente, este mandou repreender o Presidente do Clube Militar, por ato datado de 1º de julho. As FFAA no Rio de Janeiro entraram em prontidão (Carneiro, 1965, p. 227). Como Hermes não aceitasse a punição, revidando em carta dirigida ao Presidente da República, ela foi agravada para prisão por 24 horas, a ser cumprida no quartel do 3º RI (Praia Vermelha), fechando-se ao mesmo tempo o Clube Militar por seis meses, sem amparo legal e valendo-se de legislação afrontosa à honra das instituições armadas.

A trama envolvera em demasia o Exército que, desaparelhado, não dispunha de motivação técnico-profissional entre seus quadros. A maioria dos signatários da moção Frutuoso Mendes passou a conspirar para impedir a posse dos eleitos, unindo-se aos políticos derrotados, que pretendiam vencer com o emprego da força.

A prisão do ex-Presidente da República e Marechal do Exército em condições que feriam sua dignidade de oficial general fez com que aumentasse a agitação na tropa. O recolhimento do Marechal Hermes a um corpo de tropa parecia aos jovens oficiais, com outras versões

28 Jun 1922 Jacinto Guimarães confessou o crime no jornal O Paiz (BIBLIEx, 1998, p. 85).

sobre a crise, indicar a "intenção do governo de afrontar acintosamente os brios do Exército, pelo amesquinamento de uma alta patente".

A conspiração foi-se alastrando pelas unidades militares. Ao Forte de Copacabana, pela sua projeção, como também pelo fato de estar em seu comando o Cap Euclides da Fonseca, filho do Marechal Hermes da Fonseca, caberia a ação inicial de rebeldia da mocidade militar brasileira. Como escreveu Osvaldo Torres Galvão:

"Dos revoltosos de 1922 em diante – sejam eles os sobreviventes dos legendários 18 do Forte, que, na realidade, eram apenas onze, sejam os jovens cadetes desligados da Escola Militar que percorreram como Nelson de Melo e outros, os sertões do Brasil, na marcha da Coluna Invicta, sejam os velhos revolucionários combatentes de outras batalhas como o General Isidoro Lopes e o Coronel João Francisco, todos eles lutaram ao seu modo e pela forma que julgavam melhor, para exterminar a raiz do despotismo político dos obsoletos e anacrônicos partidos republicanos, eternamente situacionistas, e impor o voto secreto e as leis sociais de que o Brasil tanto necessitava. Essa a razão por que, em 1930, irmanados nos mesmos ideais e sob a mesma bandeira, os chefes e soldados eram (...) unidos para fazer a Revolução, antes que o povo a faça. Porque sempre foi obra de sabedoria política prevenir antes que remediar!"

Deste modo, aparentemente movido por causas que um observador apressado definiria como meramente corporativas, o Exército começava a grande luta pela restauração republicana e o troar dos canhões do Forte de Copacabana anunciaria a grande revolução brasileira, que só ocorreria em 3 de outubro de 1930.

Embora não de maneira explícita, o Positivismo ainda estava presente na mentalidade dos militares. Gilberto Freyre, em sua obra "Ordem e Progresso" declarou que "O Positivismo representou o instrumento ideológico de conquista do poder por militares sequiosos daquele poder" (Motta, 1998, p. 155 apud Freyre, 1974, p. 317).

A Revolta de 1922 no Rio de Janeiro - O Tenentismo

O movimento foi desencadeado na madrugada de 4 para 5 de julho de 1922. Surgiu em três focos distintos – na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana.

Neste último, os preparativos foram feitos com larga antecedência, destacando-se a construção de trincheiras e de redes de arame farpa-

do, o reabastecimento dos depósitos com víveres para um mês, a retenção do pessoal no quartel, a eletrificação de redes de proteção e a transferência de alojamentos e cozinhas para locais protegidos.

Suspeitando o governo de que algo de anormal se passava na unidade, o Cmt da 1ª RM Gen Manuel Lopes Carneiro da Fontoura determinou ao Gen Bonifácio Gomes da Costa, Cmt do 1º Distrito de Artilharia de Costa, que para ali se dirigisse e substituísse no comando o Cap Euclides Hermes da Fonseca pelo Cap José da Silva Barbosa que o acompanhava. A providência, no entanto, não logrou êxito.

O Capitão Hermes da Fonseca, filho do Marechal Hermes, Cmt do Forte, havia sido chamado ao Palácio do Governo para parlamentar, sendo substituído pelo Sub Cmt Tenente Antônio de Siqueira Campos. Antes de se dirigir ao Catete o Cap Hermes esteve na residência do pai em Botafogo quando foi detido pelo Major Marcolino Fagundes. No Catete, recebeu voz de prisão e acabou preso por quatro anos.

No gabinete do Cmt do Forte, o Ten Siqueira Campos deu ordem de prisão ao Gen Bonifácio e ao Cap Barbosa, que foram mantidos presos até a manhã do dia 5. Ficou perdida a esperança de evitar o levante. O Ten Siqueira Campos, era o verdadeiro mentor da revolta.

O que se via e sentia era inusitado. Havia intensa movimentação no aquartelamento. Chegavam reforços e o efetivo aumentava a cada instante. O 1º Ten Art Eduardo Gomes acabara de se apresentar pedindo para aderir. Aproveitando a noite, chegaram 54 homens do Forte do Vigia, comandados pelo Ten Fernando Bruce. Adesões ocorriam a todo momento, com destaque para o Major Joaquim Antônio Pereira, os Capitães João Carlos Barreto, Leopoldo Nery da Fonseca Júnior, Renato Onofre Pinto Aleixo, Antônio de Souza Aguiar, os Primeiros Tenentes Silvino Bezerra Cavalcanti, Tasso de Oliveira Tinoco, Edgar de Albuquerque Maia, Henrique Cunha e José Coelho Valente e o 2º Tenente Mário Tamarindo Carpenter. À 0100 h de 05 Jul houve o primeiro disparo dos canhões do Forte, em direção à ilha de Cotunduba, logo seguido de outros contra a rocha da base do Forte do Vigia e contra o 3º RI, como protesto contra a prisão do Marechal Hermes. Outros tiros foram direcionados para o QG do EB na Praça da República, Corpo de Bombeiros, Batalhão Naval, Arsenal de Marinha e Fortaleza de Santa Cruz. A tropa do Forte de Copacabana, formada no pátio interno, dava vivas ao marechal e cantava hinos patrióticos na manhã de 5 de julho.

Na Vila Militar, era madrugada quando irrompeu a revolta no quartel do 1º RI. O Ten Frederico Cristiano Buys tentou sublevar a unidade, mas foi detido pelo comandante da unidade, Cel Nestor Sezefredo dos

Passos e diversos oficiais. Tombou morto, no cumprimento do dever o Cap José Barbosa Monteiro, assassinado pelos soldados por ordem de Buys, que foi preso pelo seu Cmt. Também foram presos os oficiais que chegavam de trem à estação da Vila. Talvez por desconfiança de todos contra todos, a tropa da Vila Militar permaneceu nos quartéis. Lideradas pela Escola Militar e pela Escola de Aviação, é possível que ações mais ousadas pelos integrantes destes dois estabelecimentos tivesse êxito.

A Escola Militar do Realengo era, na verdade, a única força instruída, disciplinada, com valor e disposta a avançar; eram 449 alunos das quatro armas. Conforme o CPDOC/FGV o Ten Estênio Caio de Albuquerque Lima foi quem deflagrou a revolução na EMR. Informado da situação pelo Cel João Maria Xavier de Brito Junior, comandante da Fábrica de Cartuchos de Realengo e veterano de Canudos, o Cmt da Escola, Gen Eduardo Monteiro de Barros, depois de tentar chegar à Vila Militar, optou por ficar detido na sua residência e aguardou os acontecimentos até a ocupação completa da EMR. Respondeu pela sua atitude.

O Cel Xavier de Brito assumiu o comando dos revoltosos, liderados também pelos oficiais-instrutores Odílio Denys, Juarez Távora, Tristão de Alencar Araripe, Newton Cavalcanti, Olympio Falconière da Cunha, Gustavo Cordeiro de Farias e Canrobert Pereira da Costa. Este grupo, formado por 588 alunos, retirou da Fábrica de Cartuchos a munição necessária. O plano dos insurgentes era dirigir-se para a Vila Militar onde assumiriam postos de comando. Iniciado o deslocamento, foram, no entanto, detidos no corte do riacho Piraquara, nas bordas da Vila Militar, por efetivos bastante superiores e iniciaram um combate desigual, não conseguindo vencer a resistência. Foi uma luta inútil que levou o Cel Brito Júnior a retrair para Gericinó e depois para a Escola, afim de evitar maiores sacrifícios e baixas. Havia um morto, o Aluno Florduval Eliseu Xavier Leal e vários feridos. A ordem de retirada foi recebida com protestos pelos alunos, mas foi cumprida.

Esta fase da luta foi coordenada pelo Gen Fernando Setembrino de Carvalho na Vila Militar, o qual havia assumido as funções de Ch EME em 05 Jul. O Gen Olivio Gondim Uzeda, ex-aluno da EMR de 1922 e veterano da FEB, assim relatou os fatos:

"Dentro de sua ideia fixa de não sacrificar os cadetes, o Cel. Xavier de Brito ordenou o retraimento da Escola para Realengo, o que se verificou na mais perfeita ordem, em forma. Ao chegarem à Escola os cadetes cuidaram do seu armamento, dos

animais e das viaturas, ensarilhando - os de infantaria - suas armas, depositando sob elas suas munições e indo depois se alimentar e tomar banho. Só muito depois chegou à Escola um grupo de oficiais, comandados pelo Cap. Euclides de Figueiredo, com a missão de prender os cadetes. Ordenou a formatura e a eles disse: "Vim para conduzi-los ao caminho do dever". Retrucou o Cel. Xavier de Brito: "Esses moços acham-se trilhando o caminho da honra e da dignidade". Quase em seguida foram os cadetes conduzidos à Vila Militar em cujos regimentos foram distribuídos e submetidos às maiores humilhações e ameaças, tantas vezes partidos de simples soldados. Sem saberem porque e conservando a mesma formatura foram mandados de regresso à Escola, marchando sempre. Ao chegarem ao Realengo foram recolhidos incomunicáveis aos alojamentos e logo em seguida começaram a responder a um inquérito policial-militar".

A seguir, a Vila Militar foi reforçada por unidades legalistas vindas de outros pontos do Rio de Janeiro, inclusive uma companhia de metralhadoras pesadas, que ocupou a Escola Militar.

Na Escola de Aviação Militar, havia oficiais-pilotos-aviadores simpatizantes com a revolta. O Ministro da Guerra mandou ocupá-la na noite de 4 para 5 determinando, ainda, a prisão de vários oficiais em navios e fortalezas. Assim, os aviões permaneceram imobilizados.

Dominado o foco constituído pelo Realengo e pelo Campo dos Afonsos, voltou-se o governo sobre o Forte de Copacabana, lançando mão de batalhões do Exército e da Polícia Militar, sob o comando do Coronel João Nepomuceno da Costa, enquanto os encouraçados São Paulo e Minas Gerais, hidroaviões da Marinha e fortificações da baía de Guanabara bombardeavam o forte. O canhão 305 mm do forte não chegou a funcionar por falta de pressão hidráulica no mecanismo.

Por telefone, o Ministro da Guerra exigiu a rendição do forte. Dentro do quartel, sob o impacto do bombardeio adversário, foi tomada a decisão de lutar de peito aberto, até o fim. Nesta oportunidade, os prisioneiros foram libertados e os que desejassem poderiam abandonar o forte. Do total inicial de 301 revolucionários, restaram 29 homens. Siqueira Campos reuniu os companheiros, dividiu a bandeira nacional em 29 pedaços e distribuiu-os aos combatentes. O grupo saiu às 15 horas de 6 de julho ao encontro da força legal mas, logo de início, já na rua, reduziu-se a 18 mais o civil Octávio Augusto da Cunha Correia, já conhecido entre os tenentes do Forte, que resolveu se so-

lidarizar com o grupo e recebeu um fuzil Mauser⁴. Os revolucionários rumaram para a Praça Serzedelo Correa, onde as forças governistas os esperavam.

Com fuzis, pistolas ou armas brancas nas mãos os revolucionários procuraram o combate. Siqueira Campos, com a arma em posição de tiro, liderava a marcha, pacífica até a entrada da rua Barroso, que depois levaria seu nome.

Com muita calma percorreram grande parte da Avenida Atlântica. Quem os visse de frente observaria que Eduardo Gomes ia sobre o passeio e que o acompanhavam, na mesma linha, Mário Carpenter, Newton Prado, Octávio Correia e o soldado Pedro Ferreira de Melo.

As tropas do Batalhão de Guardas, da Marinha e da Polícia saíram da Praça Serzedelo Correia com a notícia da aproximação dos rebeldes e cruzaram a rua Barroso e ocuparam posições certas de receber a rendição dos rebeldes. Em vez disso veio a ordem de fogo. O combate foi renhido e desigual. Entrincheirados por detrás do paredão que separava a praia do asfalto, os revolucionários respondiam a cada tiro da força com uma saraivada de balas. Mas, diante da superioridade numérica dos legalistas, começaram a tombar; os primeiros foram Pedro Ferreira de Melo, Octávio Correia e Mário Carpenter. Num último esforço, lutando como fanáticos, deslocaram-se alguns metros pela praia e bateram-se com tanto destemor que os governistas tiveram de ser reforçados para então contê-los à baioneta. Uma testemunha ocular, o jornalista Pedro Rocha assim narrou o episódio:

"Que gente maluca! Fogo a vontade. As metralhadoras, em rajadas prolongadas, vasculharam o terreno, centímetro por centímetro. (...) Quantos minutos durou a fuzilaria? Ninguém mais se mexia na areia. Cessar fogo! Estariam todos mortos? 'Calar baioneta! Avançar, por lances!' (...) Carregavam contra mortos e moribundos. (...) No punhado de homens que se sacrificara por um ideal, todos os espécimes da raça brasileira estavam representados. Brancos, pretos, mulatos. Todos ignoravam a palavra medo.(...)"

A revolução foi dominada no RJ, inclusive em outras OM do EB na Vila Militar e em Niterói. Do Forte de Copacabana, sobreviveram Eduardo Gomes, ferido no fêmur, Siqueira Campos, com o ventre perfurado, Newton Prado, ferido no peito, Mario Tamarindo Carpenter,

⁴ O fotógrafo da revista O Malho Zenóbio Couto fotografou o grupo com 18 pessoas, mas foram 19 porque Siqueira Campos havia se afastado para beber água no Hotel Londres (BIBLIEx, 1998, p. 88). O nome correto seria "Revolta dos 19 do Forte".

com vários ferimentos, e o Sd Manoel Ananias dos Santos. Newton Prado morreu no hospital. Carpenter, ainda hospitalizado, retirou as ataduras e procurou se evadir do local, mas acabou morrendo.

Terminou assim a epopeia conhecida como a Revolução de 1922 no RJ e o episódio dos Dezoito do Forte de Copacabana. Artur Bernardes, em 15 Nov 1922, assumiu a presidência da República sob estado de sítio, decretado por ocasião do levante de julho.

A Revolução de 1922 no Mato Grosso

Os episódios que envolveram a candidatura de Artur Bernardes à Presidência contaram com propostas e ações do Deputado Capitão Mário Hermes da Fonseca para direcionar o país rumo a uma ditadura militar encabeçada pelo seu pai, o Marechal Hermes da Fonseca. Mas isso não influenciou o Gen Clodoaldo da Fonseca, sobrinho de Deodoro, que não aceitou as propostas do, seu sobrinho, para com o qual manteve discreta distância. Os artigos do Gen, em jornais da época, mostram o quanto se sentia desgostoso do modo como os políticos se comportavam na República.

Fracassada a revolta no Rio de Janeiro, as esperanças dos revolucionários ressurgiram com a notícia de que o Gen Clodoaldo da Fonseca revoltara a guarnição de Mato Grosso. Ele havia assumido o comando da 1ª Circunscrição Militar, em Mato Grosso, com sede em Campo Grande em 14 Jun 1922. Em 05 Jul 1922, ele apoiou o levante tenentista dos 18 do Forte de Copacabana, que foi sufocado pelo governo de Epitácio Pessoa. Recebido o telegrama que comunicava o desencadeamento da revolta no Rio de Janeiro, o Gen Clodoaldo expediu ordens de mobilização e deslocamento de uma das unidades revoltadas para Três Lagoas. Foi divulgada uma proclamação aos habitantes de Mato Grosso e São Paulo, explicando a finalidade do movimento.

Em Campo Grande, o Gen Clodoaldo da Fonseca reuniu os oficiais e lhes deu ciência dos acontecimentos no Rio de Janeiro, informando também sobre o plano revolucionário e assegurando que o movimento era apoiado pela maioria do Exército, principalmente nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais. Segundo Carneiro (1965, p. 245), o Gen Clodoaldo já encontrou um ambiente revolucionário entre os oficiais.

Foi organizada a Divisão Provisória Libertadora, composta por duas brigadas formadas também por tropas de Ponta Porã, Corumbá e Porto Murtinho, para ir em direção a Três Lagoas, utilizando os trens da

via férrea. Tudo isto sem ter, ainda, conhecimento do insucesso do movimento sedicioso no RJ. O plano era ocupar Três Lagoas e prosseguir para Araçatuba. Em SP, planejava atacar as forças paulistas e seus possíveis aliados em apoio ao movimento revoltoso no RJ.

O Gen Clodoaldo fez publicar no jornal O Imparcial, de Campo Grande, uma proclamação dirigida à Nação Brasileira, contendo, além da sua, como comandante da Divisão Patriótica, as assinaturas do Ten Cel José Sotero de Menezes Junior, Chefe do Estado-Maior, Cel Afonso Pinho de Castilho, Cmt da 1ª Bda e do Cel Adolpho de Araujo Familiar, Cmt da 2ª Bda. A proclamação foi a seguinte:

A Divisão Provisória de Mato Grosso, não podendo mais suportar o peso do vilipêndio que lhe atiram os inimigos da Pátria, resolveu, depois de longos dias de sacrifícios morais, em um gesto largo, empunhar as armas para reivindicar, pelo direito da força, a todo preço, as responsabilidades que lhe assistem, como fator principal da jornada gloriosa de 15 de Novembro, esgotados que foram todos os meios suasórios de que lançou mão.

Mas as tropas do Gen Clodoaldo esbarraram com uma expedição mista da polícia paulista e da força federal do Cel Tertuliano Potiguarra.

O Gen Alberto Cardoso de Aguiar, enviado pelo governo federal, convenceu os revoltosos de que a sublevação tinha sido um completo fracasso no Rio de Janeiro; nos demais Estados tinha sido abortada. Sendo informado que a rebelião havia sido controlada e havia paz em todo o país o Gen Clodoaldo capitulou (Calmon, 1959, vol. 6, p. 2174).

Convencidos da inutilidade do prosseguimento, os sublevados de Mato Grosso depuseram as armas. O Gen Clodoaldo foi preso⁵, mas libertado seis meses depois por força de um habeas corpus.

Um dos revolucionários, Capitão Joaquim Távora, não aceitou a capitulação e começou logo a articular outra conspiração, a qual faria eclodir em São Paulo dois anos mais tarde.

Do RS nada se esperava: Borges de Medeiros condenara a revolução através do seu jornal, esfriando a agitação prometida nos pampas.

⁵ Foi preso em São Paulo, depois no Rio, onde passou pelo Corpo de Bombeiros e depois Fortaleza de São João. Foi solto em 26 Mar 1926 (BIBLIEx, 1998, p. 89).

O Movimento Tenentista

Iniciava-se na década de 1920 o ciclo revolucionário brasileiro do século XX com foco no Movimento Tenentista iniciado em 1922.

Desde o governo Hermes da Fonseca os oficiais do EB, principalmente os mais jovens, pretenderam “salvar as instituições republicanas” (Fausto, 2002, 313), ou seja, reduzir o poder das oligarquias nas áreas onde houvesse maior desigualdade social.

Foram chamados de “salvacionistas”, mote herdado do “salvacionismo” de Hermes da Fonseca para isso, que nada mais era do que uma vertente intervencionista do poder militar no poder civil. Mas o Movimento Tenentista era mais abrangente, posto que pretendia reformar o próprio Exército.

Insatisfeitos com os governos oligárquicos, os maiores, capitães e tenentes do EB oriundos, basicamente, da classe média urbana, passaram a defender, entre outras propostas, o fim do voto aberto, manipulado, em favor do voto secreto. Neste particular, o mote tenentista era “se as urnas não falam, que falem as armas”.

A sociedade e o meio militar perceberam que os “tenentes” tinham uma característica: agir muito e falar pouco.

Entretanto, na prática, os tenentes “não tinham uma proposta clara de reformulação política” (Idem, p. 314), mas ficou claro que pretendiam a centralização do poder, a educação do povo e a implementação de uma política nacionalista no contexto de uma “via autoritária” (Ibidem). Entretanto, não conseguiram “arrastar o Exército atrás de si”, não pelo conteúdo das propostas mas sim pelo método: a confrontação armada (Fausto, 2002, p. 315).

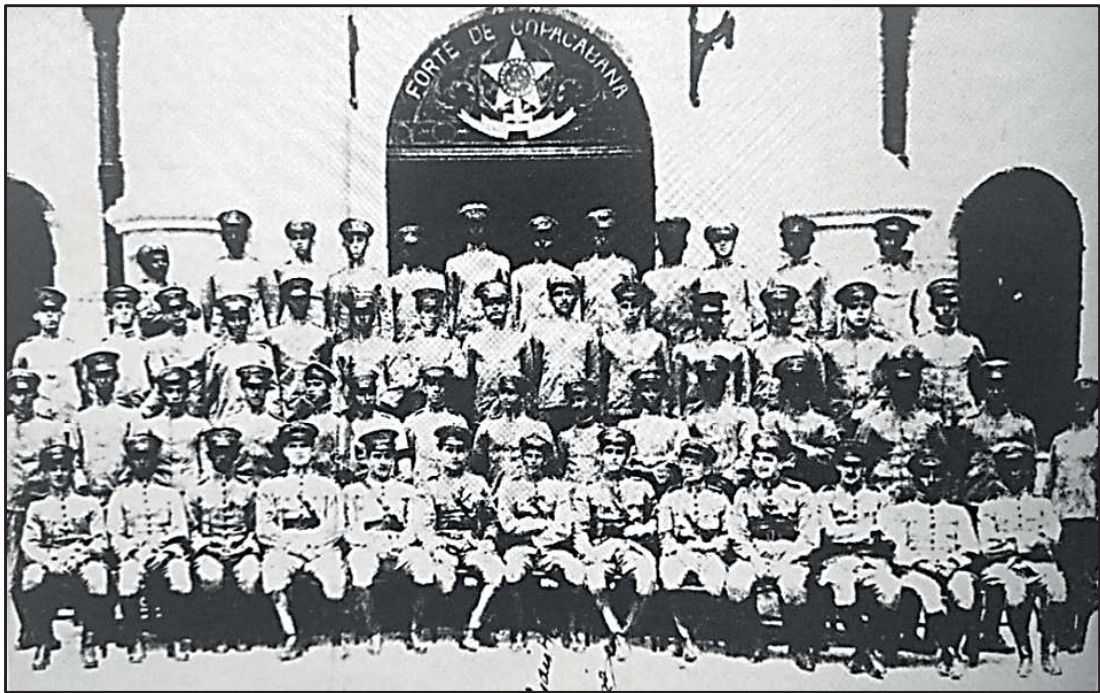
Acabaram enfrentando o governo sozinhos ao longo da década de 1920 e até depois da Revolução de 1930.

Conforme o Manual Escolar de História Militar do Brasil da AMAN:

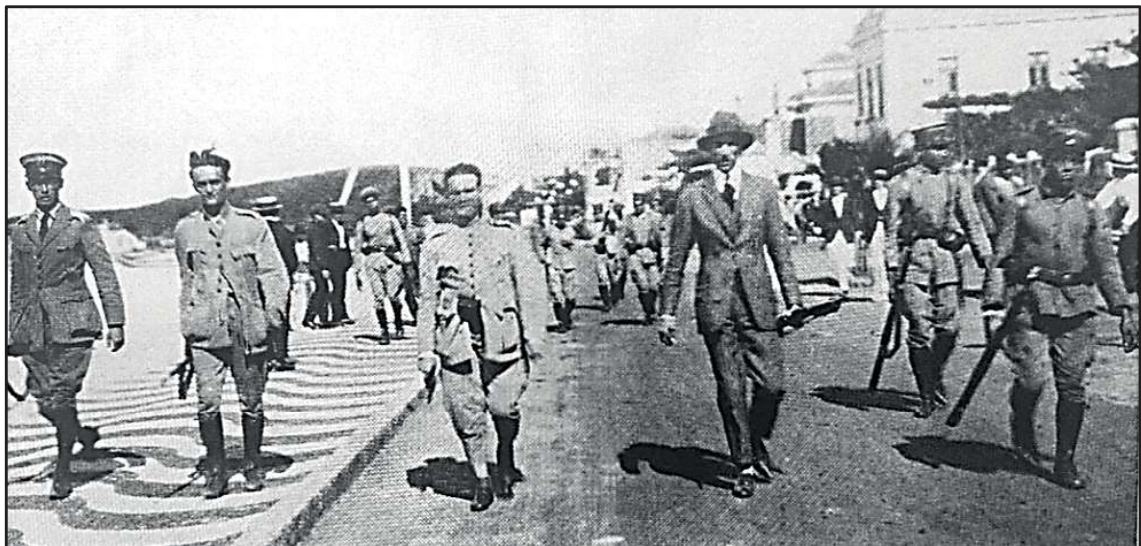
(...) Aos tenentes aderiram muitos civis com idênticas ideias de revolta e renovação, oficiais das forças públicas estaduais, oficiais da Marinha e do Exército de outros postos. Incontestavelmente, mudaram os rumos da História e abriram caminho para a modernização do País, usando as armas de dispunham, um ambiente de messianismo que fora criado depois da República (Resende: AMAN, 2011, p. 233, apud Pedrosa, 2001, p. 71/72).

A seguir, a iconografia da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 05 de julho de 1922.

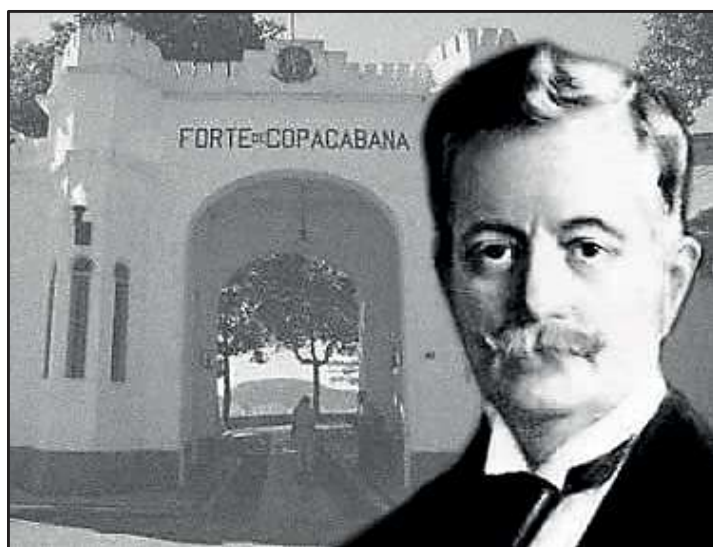
Iconografia da Revolta de 1922 no Rio de Janeiro



Guarnição do Forte de Copacabana (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 86)

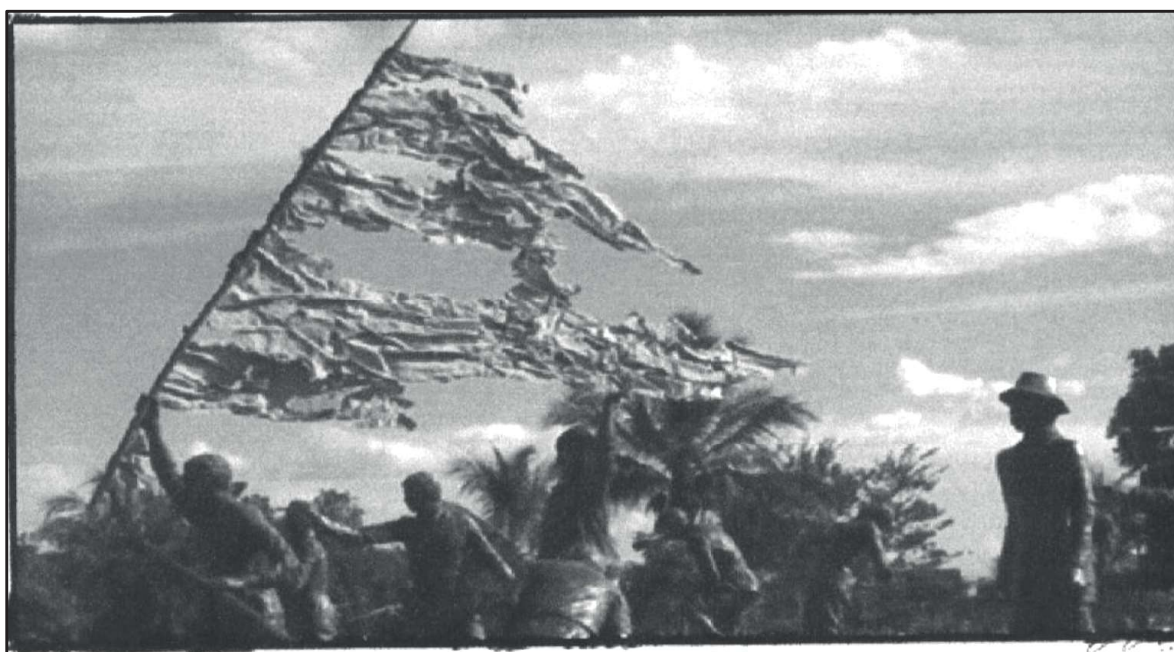


Da esquerda para a direita os Ten Eduardo Gomes, Mário Carpenter, Newton Prado, o civil Octávio Correia e o Sd anônimo na Av. Atlântica (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 88)



Presidente Epitácio Pessoa
(Fonte: mundo educação.uol.com.br)

**Monumento ao Ten Siqueira Campos
e ao Movimento Tenentista,
na entrada do Forte de Copacabana**
(Fonte: O Guararapes/FAHIMTB, p. 4)



Monumento aos 18 do Forte em Palmas, Tocantins (Fonte: Informativo O Guararapes/FAHIMTB, p. 5)



Portão das Armas do Forte de Copacabana (Fonte: Superior Tribunal Militar - <https://www.stm.jus.br/1-visao-geral/item/1486-revolta-dos-18-do-forte> - acessado em 16 Jul 2021)



A REVOLUÇÃO DE 1923 NO RIO GRANDE DO SUL

Ditadura republicana no Rio Grande do Sul

Enquanto os demais Estados da Federação tinham oportunidade de conhecer bons e maus governos novos o Rio Grande do Sul, desde 1898, estava submetido ao arbítrio paternalista de Antônio Augusto Borges de Medeiros⁶. Desatento ao movimento de renovação dos destinos do país, Borges de Medeiros, amparado pelo artigo 9º da Constituição Estadual de 1891, reelegia-se sistematicamente. Sucessor de Júlio de Castilhos, dele seguiu a orientação e o processo de governo regido pela Carta castilhista, que lhe assegurava exercer os poderes Legislativo e Executivo acumulados. Assim respaldado, em flagrante conflito com a lei básica nacional, enfeixava em suas mãos a totalidade do poder. Cargos, honras e indicações dependiam de sua vontade. O Partido Republicano, do qual era presidente, acostumado a aplaudir Castilhos, já não agia como organização partidária. A situação estava sob firme controle. Entre as diversas facções daquele partido, cujo divisionismo procurava alimentar, Borges de Medeiros mantinha o equilíbrio, usando seus poderes para conciliar interesses ou para retirar de cena os elementos incômodos. Nas relações com o governo federal procurava manter um relativo isolamento, sem adesão incondicional nem oposição sistemática.

Para manter este estado de coisas, ou seja, para conservar o poder, utilizou-se da Brigada Militar, uma corporação bem armada, instruída e atuante, tanto na capital quanto no interior, que foi criada em 1892 pelo Dr. Fernando Abbott, então Vice-presidente do estado.

Expectativa

O Rio Grande do Sul acostumara-se às disputas com os povos vizinhos. As guerras, correrias, entreveros e as "califórnias" (incursões em território uruguaio promovidas por guerrilheiros, predadores, estancieiros e seus peões), ajudaram a dar uma tempera especial ao povo gaúcho. O sacrifício fê-lo cultuar o valor pessoal, a hombridade, a solidariedade.

O governo prolongado de Borges de Medeiros, de caráter personalista e aspecto ditatorial feria e afrontava o espírito liberal de gran-

⁶ Advogado e político positivista Antônio Augusto Borges de Medeiros foi presidente do RS por 25 anos, durante a República Velha (CPDOC/FGV).

de parte do povo gaúcho. Um pequeno incidente seria suficiente para desencadear a revolta.

Em novembro de 1922, previa-se a realização de eleições. Novamente Borges de Medeiros apresentava sua candidatura pelo Partido Republicano, agitando as facções políticas. Pela Carta Constitucional, precisaria dos votos de três quartos do eleitorado para ser reeleito.

A oposição não dispunha de candidato capaz de fazer frente ao poder eleitoral governista. Seria preciso um candidato que conseguisse aglutinar os diversos partidos oposicionistas. O único nessas condições era Joaquim Francisco de Assis Brasil, mas estava afastado da política e se recolhera à sua estância localizada em Pedras Altas, RS. Um grupo de estudantes apelou ao velho Assis para que consentisse em sua candidatura e ele acabou por concordar, desde que lograsse obter apoio político do Partido Federalista, dos remanescentes do Partido Democrático e de dissidentes do Republicano descontentes com o governo borgista e assim obter a unificação dos opositores.

Assis Brasil percorreu o Rio Grande em pregação cívica, mas ninguém acreditava que a oposição pudesse chegar ao governo, apesar do vigor com que defendia a sua campanha.

Não eram apenas dois homens que se defrontavam nas urnas naquele novembro de 1922 - eram dois princípios, dois ideais que não se associavam nem se confundiam.

Borges de Medeiros novamente reeleito

As eleições realizaram-se em clima agitado. Distribuíram-se contingentes da Brigada Militar para os locais em que havia mesas eleitorais. O voto não era secreto. Em Alegrete, no interior do Estado, foi assassinado um representante da oposição, o Coronel Vasco Alves. Em Santa Maria, a polícia impediu o acesso de eleitores a locais de votação. Havia acusações de que eleitores borgistas, conduzidos por veículos oficiais, votaram diversas vezes com títulos de pessoas falecidas. Realizada a contagem dos votos depositados nas urnas, surgiram boatos de que a Comissão da Assembleia de Representantes, apelidada de "Duminha" em alusão à Duma russa, à qual coubera a apuração, se dirigira ao Presidente do Estado para dar-lhe a notícia de que não atingira os três quartos dos votos necessários para ser reeleito. Recebida pelo Dr. Borges como portadora de votos de felicitações pela vitória, a Comissão, desconsertada, não lhe transmitiu a desagradável notícia. E assim, depois disso, prosseguiram os murmúrios, a Comissão retornou à sala apuradora e se recorreu,

como sempre, à alquimia eleitoral, à manipulação das cifras e à anulação das atas de votação. No local, não foi permitida a presença de representantes da oposição, sob a alegação de haver sido derogada a disposição eleitoral que previa intervenção dos fiscais de qualquer candidato. Ao final, efetivou-se a vitória de Borges de Medeiros, apesar dos protestos. Antes da posse, porém, já uma parte da oposição se levantara em armas.

De Carazinho, no norte do Estado, o deputado Artur Caetano telegrafou a Artur Bernardes comunicando achar-se à frente de quatro mil revolucionários dispostos a só largar as armas quando Borges de Medeiros deixasse o poder, a não ser que o Presidente da República resolvesse intervir para reintegrar o Rio Grande no sistema constitucional da União. Bernardes conhecia o poderio da Brigada Militar e a capacidade de mobilização do borgismo e não contava com a unanimidade do Exército para tentar intervir no RS.

Embora o governo federal tivesse contas a ajustar com Borges de Medeiros, que negara apoio à candidatura de Artur Bernardes, viu-se obrigado a reconhecer como válida a eleição do poderoso adversário e ex-correligionário. Bernardes recusou uma proposta conciliatória, de formação de um tribunal arbitral para a apuração e em mensagem de 3 de maio de 1923 alegou não existir dualidade de poderes que justificasse uma intervenção, havendo perante o poder executivo central apenas um governo reconhecido pelo poder competente.

Os “bandoleiros” de 1923

O idealismo e o desprendimento foram características que marcaram o movimento revolucionário de 23, que pretendia, em síntese, eliminar o abuso do poder político no RS. Dos galpões, das faculdades, das estâncias e dos gabinetes levantou-se um grito uníssono de revolta. Reuniram-se com a mesma finalidade advogados, médicos, farmacêuticos, engenheiros, comerciantes, fazendeiros, empregados, peões tropeiros. Borges chamou-os de bandoleiros - designação que os revoltosos adotaram com orgulho. Estavam lado a lado representantes da aristocracia cultural, das famílias mais tradicionais e o gaúcho simples e inculto do interior. Não havia indiferentes. Ciosos de seus deveres e de seus direitos, reivindicavam a prerrogativa de viver dentro das normas do sistema democrático

“em harmonia com o destino da Pátria Grande, em que não só geográfica como politicamente, deve estar integrado o Rio Grande do Sul”.

Os revolucionários quase não dispunham de armamento, munição e equipamento. O meio normal de transporte era o cavalo. Alguns tinham adagas, boleadeiras, revólveres; outros possuíam Winchester, Comblains, Mannlinchers e armas de cartucho para caça. Organizavam piquetes com lanças de madeira de lei, havendo poucos que usavam espada. Não poderiam contar com a vitória sem o auxílio federal, vagamente prometido. Procuraram criar condições para a intervenção federal, lutando contra as tropas da Brigada, bem instruídas e armadas, comandadas pelo Cel Emílio Massot. Era uma espécie de ressurgimento do "quixotismo consciente" que os levara ao campo da luta tantas vezes.

Não lhes sobrava outra tática senão a da guerrilha rural; era preciso fustigar as tropas borgistas, evitando o cerco e o combate decisivo. As diversas formações (tropas, grupos, colunas, brigadas e divisões) atua-vam de forma independente.

As tropas borgistas eram dotadas de fuzis Mauser e de metralhadoras pesadas. Pouco antes do início da revolução, Borges de Medeiros encarregara o Intendente de Uruguaiana, José Antônio Flores da Cunha, da compra de 400 fuzis Mauser e 120 mil cartuchos calibre 7 mm na Argentina, para complementar o arsenal já existente. A estrada de ferro estadual (VFRGS) transportava as tropas legalistas e a Brigada de Oeste, de Flores da Cunha, chegou a empregar coluna motorizada na procura de contato com as tropas de Honório Lemes.

Em todos os quadrantes do Rio Grande o governo organizara brigadas e forças provisórias para cooperar com a força estadual: a 1ª Brigada, ao norte comandada pelo Gen Hon Firmino de Paula e Silva, com seis corpos; a 4ª, no nordeste, comandada pelo Cel Firmino Paim Filho, com seis corpos; a 3ª, no sul, do Cel Juvêncio Lemos, com quatro corpos; no centro a do Cel Claudino Nunes Pereira e a 5ª, com seis corpos; a oeste a 2ª, comandada pelo Cel José Antônio Flores da Cunha, integrada pelo 2º RC da Brigada Militar e os Fronteiros da República, a cinco corpos. Além das brigadas havia corpos provisórios e isolados: entre outros, o de São Borja, comandado pelo Dr. Getúlio Vargas; o de Osório, pelo Ten Cel Alfredo Weber; o de São Luís, pelo Ten Cel Raimundo Neto; e o de Guaporé, pelo Ten Cel Paula Feijó.

Embora animados pelo mesmo espírito de luta da Revolta de 1893, os bandoleiros de 23 portaram-se como civilizados. A prática da de-

gola e os lemas castilhistas de "quem não é amigo é inimigo" e "ao adversário não se poupa, nem bens nem pessoa", não foram aplicados. As tropas revolucionárias respeitavam os bens e as famílias dos adversários e as amizades pessoais sobrepujaram as diversidades ideológicas. Os revoltosos repetiam as audazes façanhas guerreiras de seus antepassados, sem mancharem as suas reputações em desmandos e atrocidades.

As tropas federais mantiveram-se oficialmente neutras, mas muitas OM do EB forneceram munição aos revolucionários, clandestinamente. O Cmt da 3ª RM era o General Eurico de Andrade Neves, ao qual coube proteger a infraestrutura e a superestrutura das ferrovias, que foram consideradas "zonas neutras". Foram baixadas instruções para o serviço de guarda dos trens da VFRGS na área da fronteira. O Comandante da então 2ª DC (Uruguaiana) era o General Eduardo Monteiro de Barros, antigo Cmt da Escola Militar do Realengo.

Em Alegrete e no 3º RCI de São Luiz Gonzaga houve tentativas de sublevação e, embora não confirmado, alguns oficiais ou sargentos do Exército imiscuíram-se nos confrontos, mas teriam sido casos isolados. Eventualmente revolucionários, quando perseguidos, foram acolhidos nas "zonas neutras" controladas pelo EB.

"O Dr. Borges nos obriga a isso"

Nos municípios de Palmeira, Cruz Alta, Passo Fundo, Erechim, Vacaria e Carazinho, algumas tropas de "bandoleiros" sustentavam a luta contra as forças do Gen Firmino de Paula, desde 8 de janeiro. Destacaram-se como chefes dos revoltosos, entre outros, Honório Lemes da Silva, José Antonio Mattos Netto (Zeca Netto), Estácio Xavier de Azambuja, Leonel Maria da Rocha, Salustiano de Pádua, João Rodrigues Menna Barreto, Felipe Nery Portinho, Belizário Batista, Demétrio Ramos e Fabrício Vieira.

Com pessoal de Bagé, Dom Pedrito, Lavras, Caçapava e São Gabriel foi formada a 3ª Divisão do Exército Libertador que operou na região centro-sul. O que a oposição possuía de mais destacado e representativo nessas cidades fazia parte das fileiras revolucionárias, cujo comandante era o Gen Estácio Azambuja, veterano de 1893.

Na região sul, atuou a 4ª Div do Exército Libertador, comandada pelo Gen José Antônio Netto, de 72 anos. Essa tropa se celebrou pela frequência com que conseguia iludir as colunas borgistas, nunca se deixando surpreender e conseguindo sempre fustigar o adversário.

Dentre suas façanhas, salienta-se a tomada de Pelotas, que foi ocupada por quatro dias, onde ele se reabasteceu de víveres e munições.

O “Leão do Caverá”

A mais destacada coluna das tropas revolucionárias de 23 era constituída por gente de São Francisco de Assis, Rosário, Alegrete, Quaraí e Uruguaiana; obedecia ao comando de Honório Lemes, conhecido como o Leão do Caverá (distrito de Rosário do Sul).

Coube-lhe operar no terreno mais desfavorável ao tipo de luta empreendida, porque a região da chamada campanha do Rio Grande só dispõe de suaves ondulações e de vegetação rasteira, o que dificulta ocultar a presença e a movimentação de tropa face ao inimigo. Honório Lemes enfrentou também o adversário mais brilhante e pertinaz, o Cel Hon Flores da Cunha, que era auxiliado pelas forças do Cel Claudino e pelo próprio Cmt Geral da Brigada Militar, Cel Afonso Emílio Massot, que não participou das operações mas sim do planejamento delas.

Existia uma Missão de Instrução do EB junto à BMRS, e seus oficiais, Emílio Lúcio Esteves, João de Deus Canabarro Cunha e Artur Otaviano Travassos Alves, auxiliaram o Cel Massot.

Honório Lemes não tinha o aspecto e a sobranceria dos caudilhos tradicionais. Tratava a qualquer soldado como a um igual. Um historiador assim o descreveu: "Confiava em seus homens, que por sua vez lhe retribuía a confiança, e não os importunava com detalhes".

O efetivo de sua tropa chegou a atingir cerca de 3 mil homens. Lemes era um chefe carismático. Usava um linguajar típico, entremeado de corruptelas e com inflexões peculiares à gente do sul; era sagaz e inteligente; ditava as ordens "com termos certos, frases sóbrias, adequadas, com o ritmo e as pausas indicando e a espécie qualitativa da pontuação". Alguns chegavam a admitir que "a sua atuação nessa luta o colocava na vanguarda dos guerrilheiros da América do Sul".

Logo depois de se rebelar, em 14 Fev 1923, em sua estância localizada no distrito alegretense de Vacaiquá e assumir em Alegrete uma função de chefia, Lemes ocupou Rosário e Quaraí, então desguarnecidas, e depois (30 de março) marchou sobre Uruguaiana, defrontando-se pela primeira vez com as tropas de Flores da Cunha. Parece que seu intento era fazer de Uruguaiana a sede de governo do candidato libertador, criando as condições de dualidade de poderes necessárias à intervenção federal. Durante três dias cercou a cidade mas, fal-

tando-lhe munição e suprimentos de toda ordem, não teve outra alternativa senão levantar o assédio.

Flores da Cunha iniciou a perseguição - que só terminaria com o armistício - tentando deixar Honório entre suas tropas e as do Cel Claudino, mas ele retraiu para a região do Caverá, onde se juntaria com a força de Estácio Azambuja, dando combate a Claudino nas margens do rio Santa Maria Chico em 15 de maio. Em Posto Branco, na Fazenda da Serra, esperou durante três dias e três noites para fechar o cerco em torno dos grupos de Claudino. Sem armas e sem munição suficiente para liquidar o adversário, Honório teve de permitir a retirada de Claudino para Rosário. Pouco depois, em Santa Rosa, ainda no Caverá, enfrentou e derrotou a brigada de Flores da Cunha, que se dispersou, levando cerca de 15 dias para se reorganizar em Livramento, de onde partiria para Quaraí e depois para Alegrete, a fim de atacar novamente as tropas de Honório. Destacou-se no combate de Santa Rosa a atuação de Maurício de Abreu, descendente de José de Abreu, o Barão do Cerro Largo. Honório promoveu Maurício a Coronel, em campanha.

Honório seguiu depois para São Francisco de Assis, que as tropas borgistas, muito reduzidas, abandonaram, e daí para São Gabriel e Alegrete, onde se travou o renhido combate da Ponte do Ibirapuitã.

No combate de Ibirapuitã morreram os chefes revolucionários Maurício de Abreu, Gabriel e Delfino Timbaúva. Dentre os governistas, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha foram feridos, e morreu Guilherme Flores da Cunha, irmão do primeiro. Flores da Cunha tinha em sua Brigada do Oeste um contingente de mercenários uruguaios do Partido Blanco, chefiados por Nepomuceno Saraiva, filho de Aparício Saraiva.

Sempre perseguido por tropas de Flores ou de Claudino, Honório combateu em Palomas, Passo da Cruz, Passo do Guedes, Vista Alegre e Poncho Verde. Percorreu os campos de Dom Pedrito, Quaraí e São Francisco, onde tombaram os defensores da cidade, liderados pelo Intendente Carlos de Oliveira Gomes. Prosseguindo para Santiago e São Luís, pelejou em Itaroquém, Carajazinho, São Lucas, Dilermando de Aguiar, Olhos d'Água, São Gabriel e no memorável encontro do Passo da Armada, sempre combatendo para aliviar ou salvar a coluna, acossada sem trégua. Em Ponche Verde, município de Dom Pedrito, foi a maior vitória campal de Honório Lemes, que aproveitou a circunstância da Brigada do Oeste se apresentar dividida em duas colunas para ali bater as forças de Sinhô Cunha e Nepomuceno Saraiva.

Honório Lemes sabia que o Gen Fernando Setembrino de Carvalho - Ministro da Guerra, viria por estrada de ferro para o RS. Procurou, então, aproximar-se de algum ponto obrigatório de passagem no norte do estado, perseguido por Flores da Cunha e sua Bda do Oeste. Se Honório se encontrasse com Setembrino seria uma demonstração de que os rebeldes podiam se deslocar quase impunemente pelo interior sem que Borges os impedisse. Assim, ficaria provada a alegação dos revolucionários a Artur Bernardes de que Borges não controlava o RS. Flores tentou uma manobra para capturar ou desmantelar a força de Honório na “descida da serra”. Fez deslocar por ferrovia um batalhão da Brigada Militar, comandado pelo Ten Cel Amadeu Massot, para a zona entre Dilermando de Aguiar e São Pedro do Sul, a fim de colocar Honório entre duas forças inimigas. Honório, mestre em enganar o adversário, simulou atacar São Pedro do Sul, enquanto se dirigia para o Passo da Lenheira, próximo à Parada Chagas da VFRGS, onde travou curto tiroteio com Amadeu Massot. Dali, seguiu para a Coxilha do Pau Fincado.

Embora o Exército fosse neutro, muitos oficiais e sargentos participaram do movimento. Consta mesmo que se esperava que o 6º RC, sublevando-se na guarnição de Alegrete, logo no início da revolta, aderisse aos “bandoleiros”. Na Volta da Serra, Honório Lemes penetrou em São Luís a convite da guarnição federal que se revoltara e prendera o comandante; o administrador da Fazenda Nacional em São Gabrielzinho colaborava com Honório Lemes, permitindo a passagem de tropas revolucionárias pela Fazenda; o governo estadual, por sua vez, contava com a assistência de vários oficiais superiores e até de generais.

Honório estava nas imediações de Passo do Ricardinho, em Quaraí, em busca de munição oriunda do Uruguai quando, apesar dos esforços em contrário do Cel Flores da Cunha, foi alcançado pelos emissários do Gen Setembrino de Carvalho para a assinatura de um armistício. Encontrando Honório Lemes, o Ministro da Guerra interpelou-o:

"Mas afinal, o que é que os senhores querem?" Sem titubear, o inculto tropeiro, que chegara a “general” no curso da revolução, respondeu:

"Nós queremos leis que governem os homens e não homens que governem as leis".

Trégua

Não vendo próximo o final da luta no RS e temendo que a rebelião se alastrasse numa cruenta guerra civil, Artur Bernardes decidiu enviar pacificadores ao Sul. Assim, confiou ao Marechal Setembrino de Carvalho, gaúcho de Uruguaiana, a tarefa de ultimar as negociações iniciadas pelo antigo Ministro da Justiça Augusto Tavares de Lira, na ocasião Ministro do Tribunal de Contas.

Antes de seguir para o Sul, Setembrino avistou-se com Assis Brasil no Rio de Janeiro, colhendo opiniões e preparando-se para a tarefa.

Ao chegar a Porto Alegre, quando se entendia com Borges de Medeiros, ocorreu em frente a seu hotel uma manifestação popular, sendo os participantes dispersados a tiros pela Brigada.

Setembrino então disse a Borges: "Mas sua polícia está matando o povo", e recebeu como resposta: "A polícia está cumprindo com o seu dever e defenderá a ordem, seja contra quem for!"

Pacificação

Os esforços do Gen Setembrino de Carvalho não foram em vão, com o objetivo de evitar uma intervenção federal que poderia resultar em uma guerra civil já que, conforme alguns historiadores, o EB estava dividido. Assinou-se a 07 Nov 1923 um acordo provisório de armistício e a 14 Dez lavrou-se o tratado de paz, ao mesmo tempo que se recolhia a assinatura de Assis Brasil em sua estância de Pedras Altas e a de Borges de Medeiros no Palácio do Governo.

O Acordo de Pedras Altas, como ficou conhecido, trazia para o RS, em troca de mais um período de governo de Borges de Medeiros, com término em 1928, a proibição da reeleição, conforme o padrão federal. No ano seguinte, 1924, em eleições controladas pelo EB, os opositoristas obtiveram vitória em diversos municípios, principalmente na zona colonial, até então considerada "curral eleitoral" de Antonio Augusto Borges de Medeiros.

Transigia Assis Brasil por saber que "mais que um homem vale um sistema"; transigia Borges de Medeiros, abrindo mão de suas exigências de intocabilidade da Constituição que lhe garantia, por tanto tempo, o acúmulo do poder Executivo e do Legislativo, e a reeleição consecutiva, comprometendo-se a reformar a Constituição castilhistas.

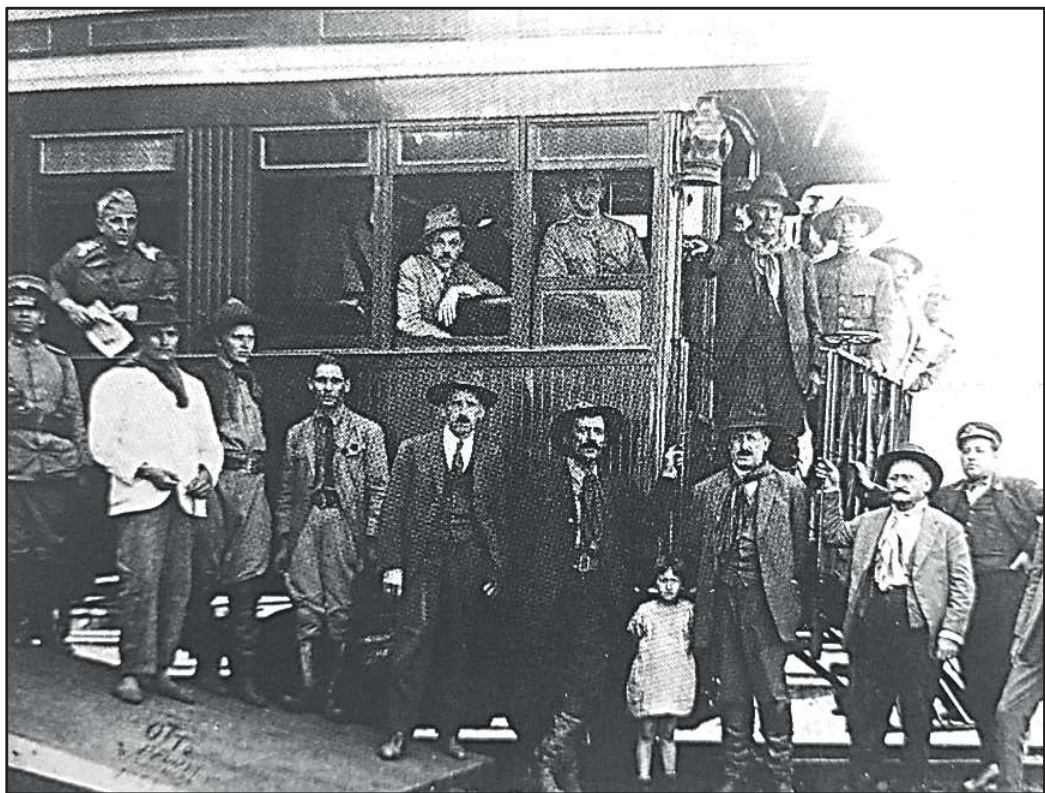
O pacto realmente significava a derrocada do sistema contra o qual nada pudera, 30 anos antes, a longa e cruenta Revolta Federalista de

1893 que buscara anular a Constituição Estadual elaborada por Júlio de Castilhos.

Iconografia da Revolta de 1923 no RS



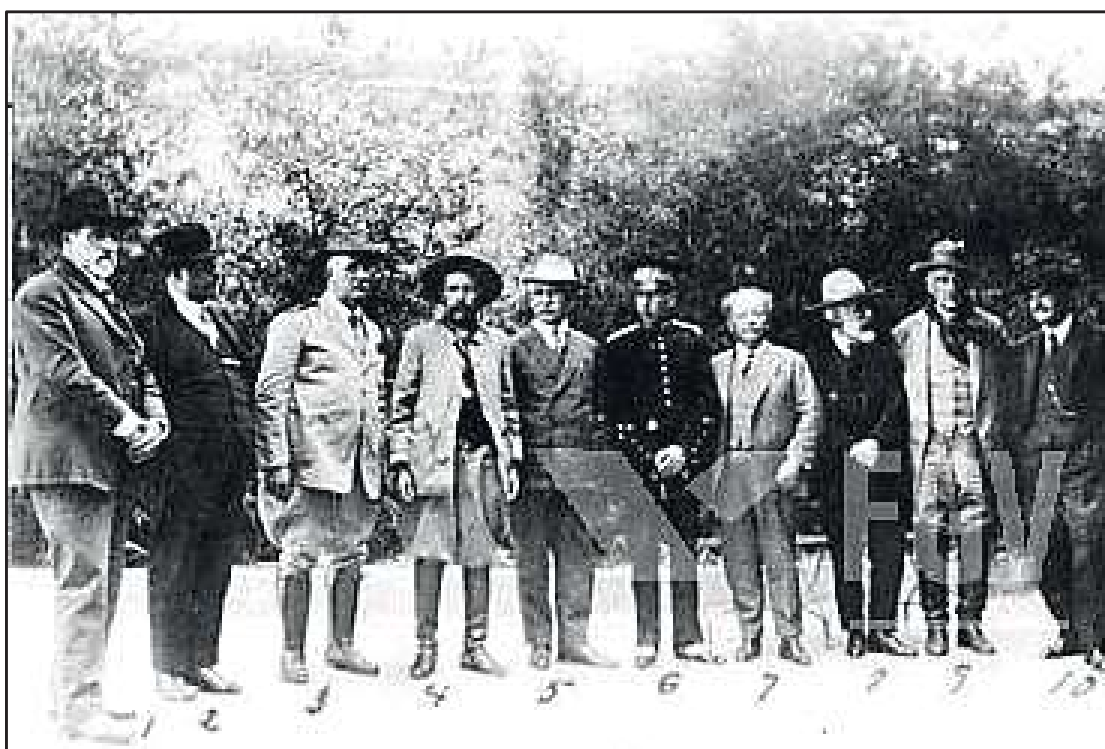
**Tropa legalista dos irmãos Aranha em 1923, pronta para o combate
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 93)**



**Viagem do Gen Setembrino (na plataforma, à direita) ao sul para
a pacificação (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 96).**



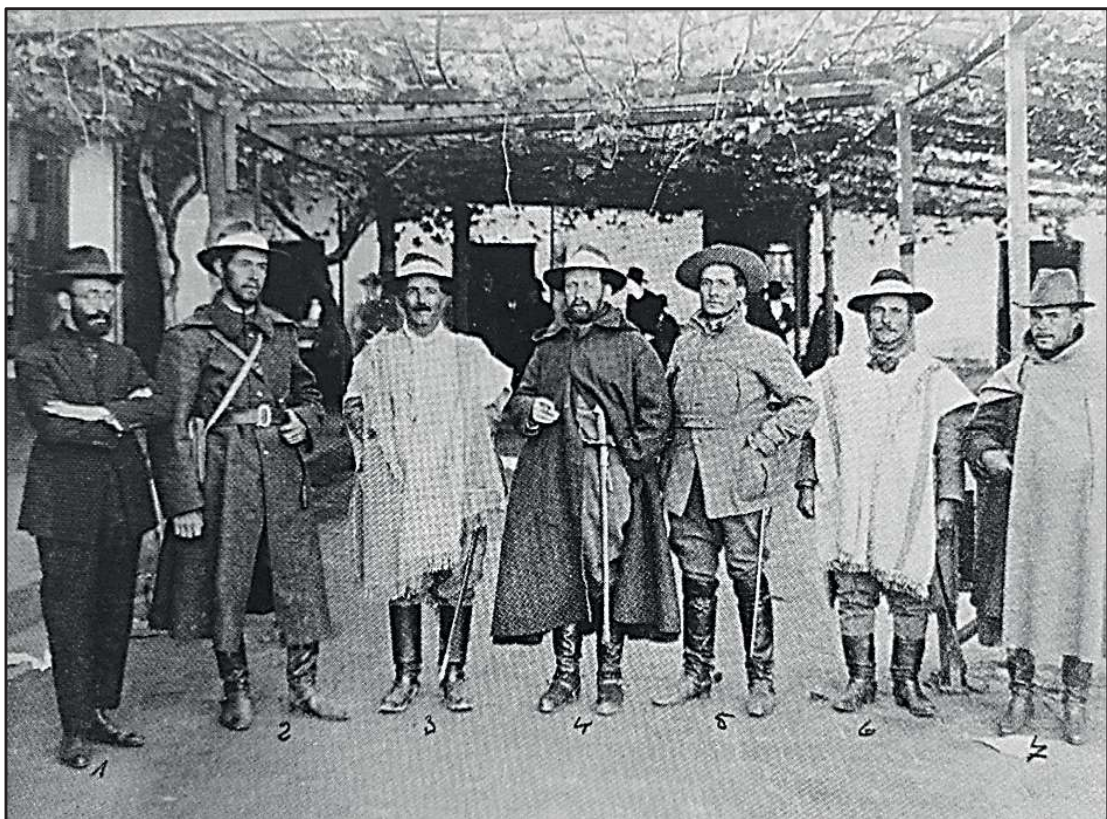
Em Dom Pedrito, Honório Lemes, seu EM, Cmt subordinados e autoridades locais (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 96).



Participantes das negociações em Pedras Altas. Ao centro, Honório Lemes (4), Assis Brasil (5) e o Gen Setembrino (6), entre outros (Fonte: CPDOC/FGV)



Tropa de republicanos sob o comando do Gen Hon Flores da Cunha em Uruguaiana (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 95).



Líderes republicanos. Ao centro, o Gen Honorário José Antonio Flores da Cunha (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 96).

A REVOLTA TENENTISTA DE 1924

“...esta sedição que acaba de ser jugulada não tinha um fim construtor, um intuito de nobreza, nem a flama justificativa de um ideal. Nada disso. Era, por sua natureza, pelos seus fins, puramente negativa” (Deputado Getúlio Vargas na Câmara em 29 Jul 1924).

Revolucionários, de novo, em armas

Muito embora alguns historiadores queiram negar uma identidade de propósitos entre a Revolta de 1924 e a de 1922, parece claro que os dois 5 de julho têm muito mais em comum do que a simples participação de oficiais do Exército.

O movimento revolucionário que irrompeu em São Paulo na madrugada de 05 Jul 1924 procurou até na data mostrar coincidência de objetivos com a revolta de 1922. Esta, teve como foco a candidatura e a eleição de Artur Bernardes. Aquela, a atuação de Bernardes na presidência, sem dúvida um dos políticos mais discutidos e combatidos do Brasil. Ele foi Presidente da República entre 15 Nov 1922 e 15 Nov 1926. Esta revolta é também conhecida por a “Revolta de Isidoro”.

Desdobrou-se a revolta de 1924 em duas fases. Na primeira, os revolucionários ocuparam a capital e algumas cidades de São Paulo, com a participação de muitos que planejaram e executaram os levantes de 1922 em Copacabana e na Vila Militar. Na segunda, uniram-se sediciosos paulistas e gaúchos para formar a Coluna Miguel Costa-Prestes que durante mais de dois anos varou o Brasil pelo sertão.

Reação contra Bernardes

Assumindo o governo, Artur Bernardes conseguiu irritar mais ainda os adversários políticos com várias medidas discricionárias, entre as quais a intervenção no Estado do RJ e na política baiana, além de ter favorecido e desenvolvido, segundo alguns autores, um sistema policial de rigor inusitado no RJ. Tomaram novo alento as conspirações latentes desde o lançamento da candidatura do político mineiro (Bernardes) à Presidência da República. Os antigos partidários da Reação Republicana lançaram-se novamente em campo e influenciaram alguns setores militares com a proclamação de que

"o Presidente e a sua política estão julgados e condenados pela Nação porque representam o reinado da ilegalidade, o domínio de todos os caprichos do poder pessoal, o triunfo da imoralidade política" (Reação Republicana, liderada por Nilo Peçanha).

Para a deflagração do movimento contra Bernardes, dois grupos principais de conspiradores uniram suas forças. Um deles era liderado por Isidoro Dias Lopes, general reformado que depois foi convidado para liderar a revolta, mantinha estreita ligação com Nilo Peçanha. O outro grupo era trabalhado pelo Capitão Joaquim Távora, participante da revolta de 1922 em Mato Grosso, que aliciava expressivo número de oficiais do Exército no Centro e no Sul do país.

Desenvolveu-se um vasto trabalho de articulação em São Paulo, no Distrito Federal, no Paraná, no RS e no Nordeste, resultando na adesão de figuras importantes como o argentino naturalizado Major Miguel Costa, da Força Pública de São Paulo (FPSP), os oficiais-generais reformados Odílio Bacelar e Augusto Ximeno de Villeroy, o Cel Paulo de Oliveira e o ex-deputado José Eduardo de Macedo Soares.

Os oficiais revoltosos de 05 Jul 1922 no RJ esperavam que o Poder Judiciário os enquadrasse no artigo III do Código Penal: tentativa de coação ao livre exercício de uma autoridade constituída. Mas, em primeira instância, o Judiciário enquadrou-os no artigo 107, como tendo eles pretendido mudar violentamente a forma de governo e a Constituição. Embora a segunda instância tivesse alterado para o enquadramento no artigo III, o mal-estar frutificara.

O levante

O levante sofreu adiamentos sucessivos: 25, 27 e 29 de junho e 1º e 3 de julho, antes de ser fixado para 05 Jul, data escolhida especialmente por Joaquim Távora e Miguel Costa para lembrar a revolta de 1922. A 30 de junho, o Cap Joaquim Távora prevenira os conspiradores paulistas da próxima chegada do Severo (cognome de Isidoro Dias Lopes, chefe geral do movimento), senha que representava uma ordem de alerta no âmbito da 2ª RM (São Paulo).

Na madrugada de 05, o Gen Abílio de Noronha, Cmt da 2ª RM, foi informado pelo Cap Grimualdo Teixeira Favilla de que os oficiais que pernoitavam no 4º Batalhão de Caçadores (4º BC) tinham ordenado a dezenas de praças que se equipassem e marchassem para Quitauína. O general avisou ao Presidente de SP, Carlos de Campos, para que

colocasse em prontidão a Força Pública. Mandou que alertassem o Ministro da Guerra, e acompanhado de diversos oficiais, encaminhou-se para o batalhão sublevado. Lá chegando, o Cmt da unidade, Cel Martim Francisco Cruz, participou-lhe que faltavam 80 praças que se haviam dirigido para o bairro da Luz, ao encontro da Força Pública. Consta ter já ocupado, sem resistência, algumas unidades.

O general então dirigiu-se aos locais ocupados pelas tropas do Exército; quando as mandava regressar ao quartel, recebeu voz de prisão do Cap Joaquim Távora (líder maior da revolta), que estava acompanhado pelo Cel João Francisco Pereira de Souza, legalista de 1893 no RS⁷. Levado ao Quartel da Luz (da FPSP), o Gen Noronha só foi libertado quando os rebeldes abandonaram a capital.

Enquanto isso, os tenentes Filinto Strubing Müller e Custódio de Oliveira trouxeram uma bateria do 2º Grupo de Artilharia Pesada (de Quitaúna) para o Campo de Marte, juntando-se aos tenentes Eduardo Gomes, Henrique Ricardo Hall e Orlando Leite Ribeiro. Atirando sobre o Palácio do Governo, a Art errou muitas vezes, atingindo residências e logradouros. Foram inúmeras as vítimas civis.

O Cap Juarez Távora, irmão de Joaquim prendeu, cada um em sua residência o comandante e o oficial encarregado da munição da Força Pública (Cel Domingos Quirino Ferreira e Cap Nataniel Prado, respectivamente); Miguel Costa já havia aliciado parte significativa dos integrantes da Força Pública. Com uma escolta de cavalaria, o Ten Thales do Prado Marcondes (da FPSP) deteve soldados da Polícia e da Guarda Cívica que se dirigiam aos quartéis para a instrução matinal.

Os tenentes Ary Fonseca Cruz e João Cabanas, da Força Pública, assumiram respectivamente o controle da sede dos Correios e Telégrafos e da Estação da Luz. A Estação Sorocabana foi ocupada pelo Ten Arlindo Oliveira e o Jardim Público transformou-se em campo de concentração de prisioneiros. O governo estadual, que fora alertado pelo Gen Abílio de Noronha, cuidou de preparar a defesa do Palácio do Governo; o comandante da guarda, Major Marcílio Franco, que dispunha de 27 homens, conseguiu resistir a um ataque desfechado às 7:30 horas chegando a apreender três metralhadoras, fazendo com que os revolucionários retraíssem para o Quartel da Luz. Mais dois assaltos, um à tarde e outro à noite, também foram rechaçados.

O 4º Batalhão da Força Pública, com 40 homens, impediu que os revoltosos ocupassem a Avenida Tiradentes e as ruas vizinhas e prendeu, entre outros, os capitães Juarez Távora e Índio do Brasil, o Ten

⁷ Estava já presente, nesta oportunidade, o Gen Isidoro Dias Lopes.

Luiz de Castro Afilhado e duas mulheres que colaboravam com a revolução: a aviadora Anésia Pinheiro Machado e Sinhá Cruz, mulher do Ten Ary Fonseca Cruz. O Cap Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, irmão de Juarez, conseguiu escapar.

Um sargento que conseguira fugir avisou a Miguel Costa do que se passava no 4º Batalhão. Este organizou um grupo e atacou o quartel pela retaguarda, obrigando-o à rendição no dia 9 de julho, e recuperou os prisioneiros.

Reação legalista

O edifício dos Correios e Telégrafos foi retomado às 19 h de 05 pelas tropas legalistas, que reforçaram as defesas do QG da 2ª RM, da usina da Light, do centro da cidade e das Secretarias de Estado. À noite, o Palácio do Governo foi reforçado com 160 praças do 4º BC. Nos dias 6 e 7, hipotecaram solidariedade ao governo o 2º Regimento de Cav Divisionária, comandado pelo Major Adalberto Diniz, uma coluna de marinheiros do encouraçado Minas Gerais, vinda de Santos, liderada pelo Capitão-de-Fragata Joaquim Anátocles da Silva Ferreira, e mais contingentes do Forte de Itaipu e do Tiro Naval de Santos, este sob o comando do Capitão-Tenente Benjamin Sodré.

Aos rebeldes aderiram o 2º Grupo de Artilharia (Jundiaí), com 200 homens e uma bateria de 75 mm, e a maior parte das guarnições de Quitaúna, de Lorena e de Caçapava, com cerca de 1.100 homens.

O governo enviou reforços para Mogi das Cruzes onde o Gen Eduardo Sócrates, Cmt da 1ª RM (RJ), estabeleceu o QG das forças legais e onde em breve receberia reforço policial do RJ, ES, RS, MG e PR.

O cerco à cidade de São Paulo

O Gen Estanislau Pamplona, que assumira o comando da 2ª RM, e o Gen Carlos Arlindo, que acorrera de Campinas, aconselharam o Presidente Carlos de Campos a abandonar o Palácio dos Campos Elíseos e retirar-se para Guayauna, local para onde seguiram as forças legais, entregando surpreendentemente a cidade de São Paulo aos revoltosos, cujo efetivo era de cerca de dois mil homens. O Cap Vitorino Luís Fabiano, do EM do Gen Noronha, ainda resistiu bravamente aos ataques ao QG/2ª RM com seus poucos soldados.

Na manhã do dia 9, Miguel Costa providenciou a defesa aproximada do Quartel da Luz e escreveu ao Presidente de SP, assumindo a

responsabilidade exclusiva pela revolta na Força Pública. O emissário que levava a carta voltou para avisar que não encontrara ninguém e que a cidade fora abandonada pelos governistas.

O Gen Sócrates cercou a cidade, contando com a superioridade numérica assegurada pelas tropas federais reforçadas por polícias estaduais. Na segunda quinzena de julho, o efetivo governista era de cerca de 15 mil homens. O Gen Azevedo Costa, com forte coluna e batalhões patrióticos, ocupou Sorocaba e Itu, ameaçando cortar a retirada dos rebeldes pela Sorocabana e pela Paulista (via férrea).

Outras forças avançavam: a Brigada do Gen Carlos Arlindo, sobre Cambuci, Aclimação, Liberdade e Vila Mariana; a Brigada do Gen Tertuliano de Albuquerque Potiguara, sobre a Mooca; a Brigada do Gen Pantaleão Teles Ferreira, sobre os trilhos da Central; e a Brigada do Gen João Gomes Ribeiro, sobre Vila Maria e Santana.

Os insurretos haviam resolvido utilizar a aviação nas suas operações, contando com a habilidade de Eduardo Gomes, Antonio Reinaldo Gonçalves, Guarani Gomes, Anésia Pinheiro Machado, e também de Lúcio Gordines e Alberto Comelli (italianos) e Fritz Roesler e Carlos Herdler (alemães), em frágeis aparelhos que sobrevoavam as tropas inimigas, colhendo informações. Uma única tentativa de bombardeio aéreo foi o lançamento de uma bomba no Palácio do Catete no RJ, a 24 Jul, que ficou frustrada por defeito no avião Oriole, pilotado por Eduardo Gomes e Carlos Herdler, que teve de fazer uma aterragem forçada próximo à cidade de Cunha. Os aviadores foram presos pela polícia.

Os revoltosos lançaram mão de “batalhões” de imigrantes, que se tornaram mercenários, sendo um alemão, comandado por João José Tuchen, um húngaro, ao comando de Maximilian Agid, e um italiano, sob o comando de Lamberti Sorrentino, ex-combatente da I GM. A participação dos estrangeiros não foi de grande utilidade, já que lhes faltava motivação para a luta. Avulsos, ainda combateram tchecoslovacos, austríacos, russos, suecos, suíços e dinamarqueses. Mas todos eles se revelaram meros aventureiros à busca de dinheiro.

A 14 de julho, ao atacar o 5º Batalhão da Força Pública, no bairro da Liberdade, o Cap Joaquim Távora foi atingido gravemente, morrendo no dia 18. Esta foi uma perda sensível para a revolução por causa de seu idealismo e capacidade de ação.

A retirada dos rebeldes

Sabendo que, de MG, o Gen Martins Pereira tencionava tomar Mogi-Mirim e Campinas, cortando-lhes a retirada, os revoltosos encarregaram o Ten João Cabanas de enfrentá-lo com sua "Coluna da Morte". Fazendo-se preceder por notícias aterradoras, inclusive com respeito ao número de revolucionários, para abalar o moral do adversário Cabanas, que contava com somente 180 homens, conseguiu afugentar os legalistas e ocupar Mogi-Mirim, efetuando incursões em Espírito Santo do Pinhal, Itapira, Amparo e São João da Boa Vista.

Nesta altura das ações, surgiu a possibilidade de um armistício, mas o Gen Isidoro condicionou-o à renúncia do Presidente Artur Bernardes, e assim a tentativa não obteve êxito.

Entretanto, desde o dia 23 Jul 1924, a pressão governista vinha aumentando, com o emprego de artilharia e inclusive, embora não doutrinário, de carros-de-combate.

Os revolucionários decidiram abandonar São Paulo após combaterem três semanas sem receberem todas as adesões esperadas e vendo confluir para o estado de SP forças federais e estaduais. Em trens da ferrovia Paulista embarcaram, a 27 Jul, tropas para Bauru (cerca de três mil homens), encarregando o Ten Cabanas de cobrir esse movimento pela retaguarda com a sua Coluna (Carone, 1975, p. 77).

Prossegue a retirada

Sem a adesão da tropa federal de Bauru, a coluna revolucionária rumou para Botucatu, em demanda de Porto Tibiriçá e Porto Epitácio, por onde os revolucionários ganhariam o sertão mato-grossense. Dirigiram-se inicialmente para Campinas, mas mudaram sua rota para Itirapina em virtude da possibilidade de o governo utilizar a estrada de ferro Sorocabana para deslocar suas tropas. Sempre em marcha, passaram por Bauru, São Manuel, Botucatu⁸, Porto Tibiriçá e chegaram a Presidente Epitácio, na fronteira com Mato Grosso. Uma parte da tropa rebelde atravessou o rio Paraná e tentou, sem êxito, atacar e ocupar Três Lagoas em 17 Ago. Nesta ocasião, proclamaram eles a República de Brasilândia, que não teve nenhum efeito prático.

⁸ Em Botucatu, a 31 Jul 1924, houve confronto. Com 800 homens, Juarez Távora resistiu a três mil legalistas comandados pelo Gen João Azevedo Costa. Foi uma operação de retardamento que possibilitou aos revolucionários a transferência da tropa para a EF Sorocabana e o prosseguimento para o Mato Grosso (Donato, 1996, p. 217).

Em pouco tempo, porém, as tropas do Gen João Nepomuceno da Costa, de Mato Grosso, inclusive civis organizados pelo governo do Estado e chefes políticos, obrigaram os rebeldes a retornar para a margem paulista do Paraná (Porto Epitácio). Decidiram então seguir a jusante do Paraná em direção a Guaíra. Tomaram esta localidade, defendida pelas forças comandadas pelo Cap Dilermando Cândido de Assis. Dessa missão foi incumbido o Cel João Francisco Pereira de Souza o qual, depois de atacar e vencer o destacamento da ilha de Pacu (no rio Paraná), dirigiu-se a Guaíra. O Cap Dilermando retirou-se em comboio ferroviário para Porto Mendes, tendo sido perseguido pelos revoltosos. O Cel João Francisco, após apoderar-se de Guaíra (14 Set 1924), seguiu em direção a Foz do Iguaçu.

Como será visto oportunamente, foi nesta fase que os revolucionários procuraram apressar a ligação com os revoltosos do RS. Decidiram eles chamar os tenentes Iran da Cunha e Siqueira Campos, que estavam exilados desde 1922 em Buenos Aires, a fim de participarem da articulação do levante, sob o comando do desertor do EB Capitão Luiz Carlos Prestes, o qual foi deflagrado no dia 29 Out nas guarnições de Uruguaiana, São Borja, São Luís Gonzaga e Santo Ângelo. Alegrete acabou não aderindo ao “tenente” João Alberto Lins de Barros.

O cerco de Catanduvás

Catanduvás, na época um lugarejo do interior paranaense, é um nome significativo na Revolução de 1924, pois ali se revelou a tenacidade de uma parte da tropa de combatentes revoltosos que invadiu o Estado do Paraná.

Com o QG em Catanduvás, as tropas rebeldes resistiram às investidas governistas de janeiro a março de 1925 através de uma linha de defesa frente ao sul que foi estabelecida no eixo da estrada Ponta Grossa-Foz do Iguaçu. O centro dessa linha foi em Catanduvás.

Do lado legalista, tropas federais e estaduais tinham sido roçadas por ferrovia de São Paulo para Ponta Grossa, que se tornou a sua base logística. Enquanto isso, a brigada rebelde de Miguel Costa recuou na direção oeste, tomando a estrada que ligava Catanduvás a Foz do Iguaçu (PR), para onde também se dirigirá a coluna rebelde gaúcha.

O Ten Nelson de Melo, rebelde, havia estabelecido em Catanduvás um posto de comando, iniciando os reconhecimentos na área. Foi constatada a presença de cerca de 200 soldados legalistas na Serra dos Medeiros (região de Catanduvás), comandados pelo Cel Paes Leme. Um oficial que foi encarregado de levar uma correspondência

do Cel João Francisco Pereira de Souza, apelando para que o comandante da tropa legalista em Medeiros entregasse a posição aos revolucionários, foi preso e enviado à retaguarda, como desertor. Diante disso, Nelson de Melo resolveu atacar os legalistas no seu próprio reduto em 15 Nov. Ao clarear do dia iniciou-se o ataque, conforme fora planejado, mas uma desagradável surpresa esperava os rebeldes. O combate durou o dia inteiro, sem definição. Nelson de Melo, constatando a impossibilidade de uma vitória, decidiu retrair, mas teve muita dificuldade para desengajar as companhias empenhadas, já que o fogo de metralhadoras inimigas impedia qualquer deslocamento, mesmo para a retaguarda. A força revolucionária acabou se recolhendo a Belarmino⁹, PR, lugarejo que servira de base para o avanço.

De 24 a 26 Nov os legalistas, sob o comando do Cel Paes Leme, atacaram os rebeldes com Artilharia na região de Belarmino. Estes reagiram e os legalistas recuaram. Essa investida havia se prolongado por três dias, mas diante desse novo impasse, tornou-se inevitável um retraimento dos legalistas para a recuperação da tropa. Começava uma “guerra de trincheiras” que duraria quatro meses. Os revolucionários tiveram de sustentar uma situação incômoda que os desgastou física e moralmente. Aos poucos iam perdendo o ímpeto. Já não havendo suprimentos, caçavam porcos. Em geral só se comia milho e, às vezes, mandioca. Era a logística, sempre ela, a influir nas ações.

Já em 1925, a 11 Jan, as tropas do governo atacaram novamente, reforçadas com o 13º RI de Ponta Grossa (1.000 homens) e artilharia, sob o comando do Gen Rondon. Vencendo os tenentistas, os legalistas tomaram e ocuparam a região de Belarmino. A perda desta posição comprometeu toda a defesa dos tenentistas, que recuaram para a linha Foz do Iguaçu – Santa Helena – Porto Mendes, a montante do rio Paraná. A revolução rebentara em julho, atingira o Paraná em outubro e agora já se estava em março de 1925. Houvera tempo de sobra para que o governo se organizasse.

A partir de 27 Mar, a artilharia legalista passou a martelar constantemente as posições de Catanduvas, baluarte da revolução. Um cansaço enorme dominava a todos, mas era preciso esperar a chegada da coluna gaúcha. Miguel Costa, um chefe militar invulgar, de incomparável resistência moral, procurava soerguer o ânimo dos companheiros de luta. Isidoro Dias Lopes permitiu que enfermos e feridos abandonassem a coluna e se dirigissem para o Paraguai.

⁹ Hoje, uma comunidade no município de Guaraniaçu, SE de Cascavel.

O cerco de Catanduvas prosseguia. Seus defensores já não tinham alimentação regular; com muita sorte, faziam uma refeição por dia. Faltava munição, além de víveres. Foi a mais longa resistência dos rebeldes e o seu maior revés (Donato, 1996, p. 251). 500 revoltosos resistiram a 4.000 legalistas comandados pelo Gen Octávio de Azere-do Coutinho. Após a preparação de Art seguiu-se o ataque frontal. Foram aprisionados 404 revoltosos e tomados dois canhões, 385 fuzis, e oito Mtr. Os comandantes conseguiram fugir para Santa Helena.

A luta em Catanduvas cessou em março. A resistência foi transferida para a Serra do Boi Preto (entre Cascavel e Medianeira atuais), sob o comando direto de Miguel Costa, que dali não sairia enquanto não chegassem os revoltosos vindos do sul ao comando de Luiz Carlos Prestes.

A título de curiosidade, em Formigas, PR (NE de Catanduvas) estava acampado o Gen Cândido Mariano da Silva Rondon com suas tropas legalistas quando, em 21 Jan 1925, o acampamento foi atacado pelos 200 homens de João Cabanas. Conforme BENTO, Memória do Sesquicentenário de Rondon, FAHIMTB, 2015:

Os revolucionários no Paraná elaboraram um plano sinistro para matar Rondon em sua barraca. Plano a ser executado pelo célebre Ten Cabanas, da Polícia Militar de São Paulo. Ocorreu que quando Cabanas atingiu a barraca de Rondon ali não o encontrou

(www.ahimtb.org.br/RONDON%20SESQUICENTENARIO.pdf, com acesso em 30 Jun 2021).

Os revolucionários degolaram muitos dos legalistas e depois saquearam o acampamento em Formigas.

Em resumo, conforme Hernani Donato (IBRASA, 1996, p. 157) mais de 20 combates e enfrentamentos aconteceram na fase paulista, mato-grossense e paranaense da revolta dos tenentes em 1924.

As revoltas paralelas

Em Manaus o 27º Batalhão de Caçadores sublevou-se a 23 Jul 1924, graças à atividade desenvolvida pelos tenentes Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e Sebastião Mendes de Holanda, entre outros. O governo estadual foi deposto e instaurou-se uma Junta Governativa chefiada pelo Tenente

Ribeiro Júnior que governou durante cinco meses. O Gen João de Deus Menna Barreto foi nomeado Cmt-em-Chefe do Destacamento do Norte, organizado para combater a sublevação. A expedição mobilizou cerca de três mil homens, que partiram do Rio de Janeiro a bordo do cruzador Barroso, dos couraçados São Paulo e Floriano e do paquete Poconé, que conduziu Menna Barreto. Estas forças acabaram por derrotar os revoltosos que ocupavam posições em Belém, Óbidos e Manaus e os principais líderes da revolta foram presos.

Em Aracaju, o Capitão Eurípedes Esteves de Lima e os tenentes Augusto Mainard Gomes e Luís Freire obtiveram a adesão de parte da tropa do 28º BC. Atacaram o Palácio do Governo e depuseram o Presidente do Estado Maurício Graccho Cardoso, na noite de 12/13 Jul 1924. Tiveram, porém, de enfrentar as tropas alagoanas comandadas pelo Major Vitalino de Almeida que dominaram o reduto do Carmo e entraram em 02 Ago na capital, provocando a rendição dos sediciosos. Mas, em 19 Jan 1926, o Ten Mainard, que estava preso no 28º BC, e mais um grupo de oficiais, promoveram novo levante em Aracaju. Contando com 400 praças, atacaram a residência do Presidente do Estado e outras repartições. A resistência impediu o sucesso de Mainard, que foi ferido, sendo dominado o movimento.

Uma tentativa de rebelião, organizada pelo Cap-de-Mar-e-Guerra Protógenes Guimarães estava esboçada no RJ para o dia 21 Out 1924. A polícia prendeu os líderes na noite anterior. Mas em 04 Nov oficiais da Marinha levantaram duas belonaves e hastearam a bandeira vermelha. As fortalezas atiraram, afundaram dois hidroplanos e obrigaram o Goiás a retornar e se entregar ao encouraçado Minas Gerais. O outro navio – São Paulo, seguiu rumo sul e, fundeado a 60 milhas de Montevideo, foi entregue ao governo uruguaio que o devolveu.

E, ainda, no dia 02 Mai 1925, os tenentes do EB Luís Venâncio Jansen de Melo, Delso Mendes Fonseca e Heitor Bianco de Almeida Pedroso, com alguns civis, atacaram o 3º RI na Praia Vermelha, morrendo no entrechoque o Ten Jansen, sem que os atacantes lograssem ocupar a unidade, defendida pelo Cap Aquino Correia, que ficou ferido.

Iconografia da Revolta Tenentista de 1924



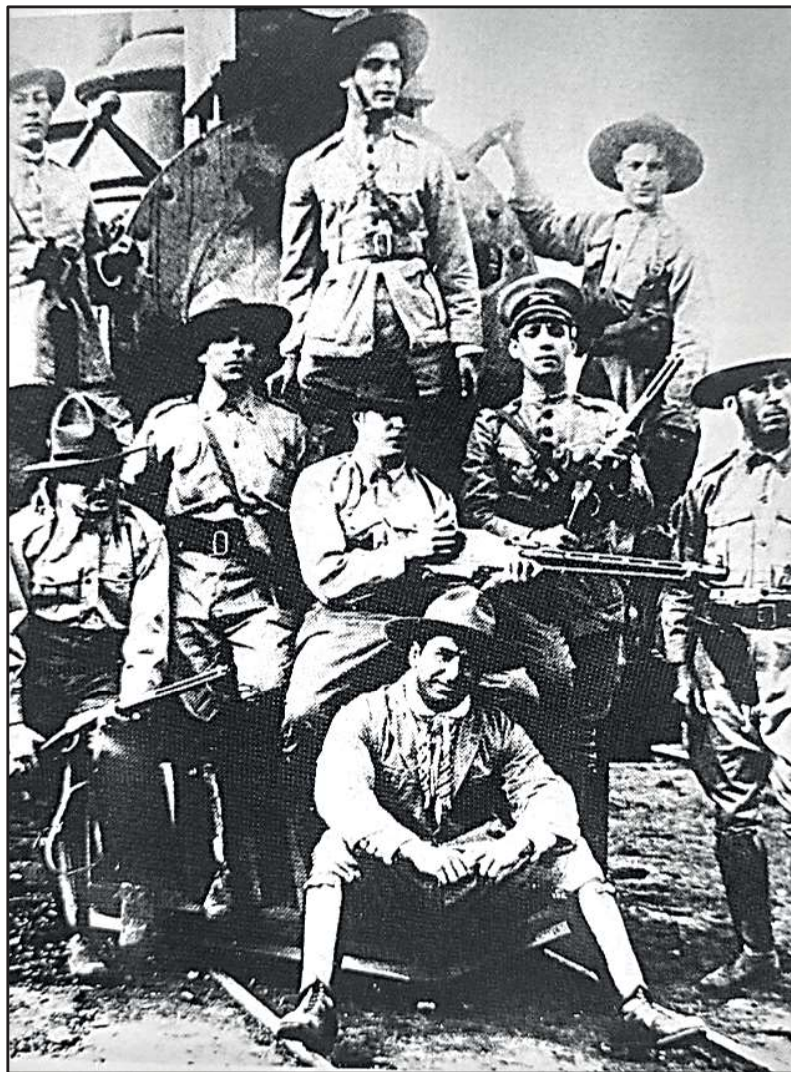
Cap Joaquim Távora (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 98)



Forças legalistas defendendo os Campos Elísios (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 99)



**Carro de Combate Renault FT-17 (de assalto) da tropa legalista
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 100)**



**Grupo de revoltosos na EF Sorocabana
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 101)**



Trincheira do 13° RI em Catanduvas (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 102)



3° Gp Art Pesada em Catanduvas (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 102)



O revolucionário Tenente Cabanas, da FPSP (Fonte: facebook.com)



A REVOLTA DE 1924/25 NO RIO GRANDE DO SUL

Ações iniciais

Para debelar a revolta de 1924 em São Paulo, o Presidente da República pediu forças ao RS, que enviou um contingente de sua Brigada Militar (BMRS) sob o comando do Capitão do EB Emílio Lúcio Esteves, comissionado no posto de Ten Cel.

Fracassado o movimento em São Paulo, irrompeu no RS em 29 Out 1924 outra sublevação, coordenada pelos tenentistas Juarez Távora, Antonio de Siqueira Campos e Iran da Cunha, como já foi visto.

Conforme CABEDA, 2008, p. 319, na obra *As Guerras dos Gaúchos*, os acontecimentos transcorreram de acordo com a descrição a seguir.

Desde 1924, eram mantidos contatos com as numerosas guarnições sediadas no sul através de emissários vindos do centro do país, geralmente oficiais que viajavam com identidade de conveniência. O

mais ativo era Juarez Távora, um dos líderes do movimento, que perderia o irmão Joaquim em São Paulo; e tinha outro, Fernando, servindo no 3º Batalhão de Engenharia, unidade em vias de transferência de sede de São Gabriel para Cachoeira do Sul.

A adesão dos corpos de tropa do RS, a maior concentração de forças do EB seria conveniente, com seus recursos e efetivos. Também havia outro reforço a explorar: os antigos revolucionários civis de 1923. Com suas lideranças políticas, capacidade de arregimentação de combatentes e comandantes experientes na guerra de movimento, a aproximação poder-se-ia efetuar através de políticos simpáticos à causa, ou, mesmo, por intermédio de oficiais com ligações familiares e sociais junto aos chamados libertadores ou assististas (de Assis Brasil). Mas, com o recente Acordo de Pedras Altas, talvez a coisa se resolvesse entre os militares, sem a participação de civis.

Borges de Medeiros perdera a confiança dos tenentes, mas era fator a ser levado em consideração. Liderava o partido dominante no RS e dispunha da forte e aguerrida BMRS que poderia, a qualquer momento, ser reforçada pelos Corpos Auxiliares conhecidos como “provisórios”.

Entre Jan/Fev de 1924, Juarez Távora ligou-se com elementos das guarnições de Cruz Alta, Santa Maria, São Gabriel, Santo Ângelo, Alegrete, Pelotas, Bagé, Porto Alegre, Margem do Taquari (General Câmara), Santana do Livramento e São Luís Gonzaga. Um intenso trabalho, portanto, de proselitismo e articulação. Se tudo corresse bem, sabendo-se que Joaquim Távora agia da mesma forma nas guarnições de SC e PR, formar-se-ia um grande eixo revolucionário de SP ao RS.

Mas os fatos assim não transcorreram. Obrigados a abandonar SP, os revolucionários da “Coluna Paulista” estavam em situação precária no sudoeste (SO) paranaense e sob a ameaça das forças governistas que haviam ocupado Ponta Grossa, de onde partiriam para o ataque com muito maior riqueza de meios. Tornou-se necessário organizar um ponto forte de resistência e aguentar até o limite das forças. A única esperança, salvo improvável golpe de estado no RJ, era o RS.

Em outubro, a oportunidade parecia ter chegado. Reinava inconformidade nos meios oposicionistas gaúchos com a continuação das violências e perseguições. Antigos combatentes de 1923 eram vítimas de arbitrariedades. Confluíam, pois, os interesses, ainda mais com o reforço das forças da BMRS de Borges de Medeiros.

Após reuniões com emissários civis e militares em Foz do Iguaçu, um dos quais era Siqueira Campos, exilado na Argentina, Juarez Távora retornou com eles ao RS, para apressar os levantes nos quartéis e

estabelecer acordos com as lideranças civis. Assim, Juarez e Siqueira Campos conferenciaram no Uruguai com o Dr. Assis Brasil e com o Gen Zeca Netto (José Antonio Netto, maragato de 1923), após terem obtido o apoio de outro caudilho de 1923, Honório Lemes.

Joaquim Francisco de Assis Brasil, a partir de então, passaria à liderança civil desse movimento político, que deixava de ser essencialmente militar como até então.

O amálgama de elementos tão diferentes na origem e na formação não seria tarefa fácil. De um lado, oficiais do EB, a grande maioria na faixa etária dos 20 anos e, egressos do Realengo, imbuídos da ciência e arte militares lá professadas, valentes, decididos e idealistas. Do outro, caudilhos encanecidos, veteranos de outro tipo de guerra, alguns iletrados, mas profundos conhecedores de homens e do terreno. Além do mais, em época ainda afastada da fase da motorização, o cavalo era arma de guerra fundamental. E essa guerra eles conheciam muito bem. Não foram surpresa os choques de mentalidades.

Se o objetivo era a junção com as forças que resistiam no SO do PR, nada mais lógico do que iniciar o levante pelas guarnições da Campanha e das Missões do RS, procurando reuni-las e marchar para o norte do Estado. Caso as mais otimistas previsões se realizassem, com sublevações bem-sucedidas por toda a 3ª RM¹⁰, hipótese pouco provável, porque seria subestimar o legalismo dos camaradas de armas e a capacidade de reação do governo estadual, aí os acontecimentos poderiam tomar outro rumo, tanto na política quanto no aspecto militar.

Juarez e Siqueira, através da fronteira argentina, acionaram os seus companheiros em Uruguaiana (5º RCI), Alegrete (2º GACav), São Borja (2º RCI), São Luís Gonzaga (3º RCI) e Santo Ângelo (1º BFv). Mas, no meio do caminho, impedindo o contato dessas unidades através do rio Ibicuí, estava o 1º GACav, sediado em Itaqui, que não aderiu à revolução e seria um obstáculo perigoso se não fosse neutralizado.

O Capitão Luiz Carlos Prestes, nome conhecido no Exército, integrou-se à revolução, sendo incumbido do levante do Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo (1º BFv)¹¹.

¹⁰ O Cmt 3ª RM era o legalista Gen Eurico de Andrade Neves (11 Jan 23/28 Mai 27), que adotou sérias medidas contra as sublevações, tendo organizado diversos destacamentos para dar combate às tropas rebeldes.

¹¹ Conforme Bento; Giorgis, 2014, 2ª ed., p. 216, Prestes sublevou somente uma parte do Btl tendo, para isso, usado um telegrama falso do Cmt da 3ª RM; a outra parte permaneceu sob o comando do Ten José Machado Lopes, que acabou sendo preso pelos revoltosos. O Cmt, Maj Eduardo Sá de Siqueira Monte, já estava preso em domicílio.

Na madrugada de 29 Out eclodiu o levante naquelas unidades. No caso de Alegrete, apenas uma fração, sob o comando dos Tenentes João Alberto Lins de Barros e Renato da Cunha Melo.

Como Alegrete ainda não recebera reforços, decidiu-se atacá-la e, em caso de sucesso, incorporar os elementos da aviação militar ali sediados. O ataque fracassou, possivelmente pelas vacilações e inexperiência dos comandantes rebeldes, tendo João Alberto dirigido um tiro de artilharia contra a torre da igreja protestante, onde acreditava estarem observadores inimigos. Ato incompreensível, temerário e inócuo contra uma localidade aberta¹².

No dia seguinte (30), chegava a Uruguaiana o caudilho Honório Lemes, a quem Juarez Távora entregou o comando da praça e marchou em reforço dos atacantes de Alegrete. Esta, já nas mãos do governo, obrigou-os à retirada para o ponto de origem, onde Juarez encontraria sérias divergências entre Honório Lemes e o Ten Ambiré Cavalcante, do 5º RCI. Era o choque de mentalidades e de formação, com graves consequências em futuro próximo.

Pretendendo Siqueira Campos e Aníbal Benévolo atacarem Itaqui no dia 04 Nov, formou-se um destacamento de apoio, que secundaria o ataque pelo sul mas, não tendo notícias daqueles, refluíu para Uruguaiana, que poderia ser ameaçada por forças vindas de Alegrete. E assim, os atacantes correram o risco de serem atacados.

Hoje, na distância do tempo e conhecendo-se os fatos posteriores, tem-se a impressão que faltou decisão e coordenação no ataque, comprometendo o objetivo colimado, que era submeter o 1º GACav, separando as guarnições insurretas. Em suas memórias, Juarez afirma que a situação em Uruguaiana não lhe parecia muito segura, já que persistiam os atritos entre Honório Lemes e Ambiré Cavalcante.

Outro fator desviou a atenção daquele objetivo: o pedido de elementos do 7º RCI, de Livramento, para que Honório se aproximasse daquela guarnição a fim de facilitar a adesão da unidade, com suas 600 armas e 200.000 tiros, reforço importante naquele momento.

Nas revoluções tenentistas, essa seria situação bastante comum: a vacilação em tomar a iniciativa. No caso, um RC precisava da aproximação de forças amigas para ser levantado, quando tudo aconselhava que marchasse prontamente para Uruguaiana, que era o núcleo de

¹² Alegrete estava sob controle do Gen Firmino Borba, Cmt da 2ª DC, que reagiu com o 2º GAC e com o 2ª C Aux BMRS. Foi depois reforçado por outras tropas da RM sob o comando do Cel Estevão Taurino de Resende (Bento; Giorgis, 2014, p. 216).

concentração revolucionário. De qualquer forma, sem o prever, a decisão de seguir para Livramento seria desastrosa.

Abandonando Uruguaiana no dia 5, a força revolucionária, com um milhar de combatentes entre civis e militares, estes do 5º RCI, Juarez Távora, já na condição de Chefe do EM da coluna, iria conhecer de perto um dos grandes problemas que assoberbaram os revolucionários civis em todas as sublevações: o remuniamento. Isso era devido à heterogeneidade do armamento disponível. Juarez fala em Comblains, Chassepots e Winchesters, mas haviam outros modelos. Para os dois primeiros, armas do século XIX, não era fácil adquirir munição. Talvez nos países do Prata, descarregadas dos paióis militares e contrabandeadas pela fronteira. O rifle Winchester, mais disseminado na área rural, era arma de menor alcance e menos potente. Por isso, em plena era das armas automáticas, metralhadoras e FM (fuzis-metralhadoras), ainda se apelava para as lanças, como em 1923.

Na noite de 7/8 Nov, a força bivacou no Guaçu-Boi, próximo a Alegrete, que estava em poder do Exército e da Brigada Militar. Seria de elementar precaução estabelecer o esquema de segurança. Disso foi encarregado o 5º RCI e seu comandante. Juarez alega que a comunicação não teria sido transmitida a este, mas há versões de que, durante a noite, o referido oficial teria desertado. Seja como for, ao amanhecer foram surpreendidos e derrotados por legalistas vindos de Alegrete, comandadas pelo Gen Firmino Antônio Borba, pelo Cel Claudino Nunes Pereira e pelo Dr. José Antônio Flores da Cunha.

Com os poucos elementos, talvez 1/5 do efetivo que iniciara a marcha, Honório foi se refazer na sua região favorita, a Serra do Caverá.

João Alberto Lins de Barros referiu-se a Honório de maneira desfavorável em suas memórias. Criticou-lhe o comando, a marcha noturna, a concepção de guerra, “completamente diversa daquela que a história militar nos ensinara” e, desanimado, emigrou para a Argentina, procurando contato com seus colegas das Missões, onde esperava ser mais bem-sucedido. Mas, o velho caudilho não estava no comando da tropa que deveria atacar Itaqui e não o fez. Toda ela era de pessoal do Exército e comandada por oficiais, entre eles João Alberto e Juarez. Nem coube a Honório a direção do ataque a Alegrete, nos dias 29 e 30, quando a cidade ainda estava fracamente defendida e que terminou em fracasso completo, deixando os atacantes de incorporar recursos importantes e atraindo para a região numerosa tropa governista.

No dia seguinte ao desastre de Guaçu-Boi, 09 Nov 1924, sublevava-se em Cachoeira parte do 3º BE, há poucos meses ali chegado para

ocupar o aquartelamento recém-inaugurado. Sob o comando de um único oficial, o Cap Fernando Távora, irmão de Juarez, o levante era mantido em segredo. Embora conhecido na cidade, não o era pelo comando da unidade que, mesmo alertado pelas autoridades civis do município, preferiu acreditar na palavra de honra do chefe sedicioso.

Muito mais precavidas, as autoridades municipais já haviam tomado suas providências, mandando buscar um contingente de “provisórios” na Restinga Seca e se comunicado com o Dr. Borges de Medeiros. Este fez deslocar de Santa Maria para Cachoeira uma subunidade do 1º BI da Brigada Militar e parte do 11º C Aux da mesma corporação, sob o comando do Ten Cel Júlio Rafael de Aragão Bozano.

A força rebelada, reforçada por elementos civis a cavalo, foi alcançada no local Barro Vermelho no dia 10. Derrotada no combate, dispersaram-se os seus integrantes, tendo o próprio comandante cruzado a fronteira uruguaia no dia 06 Dez. Ao que tudo indica, o plano original era procurar junção com as forças de Honório Lemes e de Zeca Netto, pois seria muito difícil para tropa isolada na região central do Estado e com apenas parte do efetivo montado, enfrentar em campo raso as forças que seriam naturalmente mobilizadas contra ela.

Enquanto isso, privado do reforço das tropas ao sul do Ibicuí, Siqueira Campos e Aníbal Benévolo iriam tentar atacar Itaqui com o auxílio dos companheiros de São Luís e Santo Ângelo, antes de a praça receber reforços, já a caminho. A distância daquelas localidades era fator ponderável na corrida contra o tempo. Mesmo assim, o Ten Mário Portela Fagundes, vindo de São Luís, conseguiu atingir São Borja, assim como, logo depois, o Cap Luiz Carlos Prestes, do 1º BFv (Santo Ângelo).

Siqueira Campos foi rechaçado no ataque contra o 1º GACav e forças civis do Dr. Oswaldo Aranha, intendente municipal. Aníbal Benévolo, que lhe guardava o flanco na estação ferroviária de Recreio (Maçambará), foi alcançado pelo 7º C Aux (São Borja), reforçado por um contingente de Santiago do Boqueirão, comandado pelo Ten Cel Deoclécio Motta. Travou-se, então, o combate de Estância dos Figueiredos (11 Nov), no qual morreu o Ten Benévolo e dispersada a sua pequena força. Agora, seria a vez de Siqueira e Portela correrem o risco de cerco, apertados pelo 7º C Aux, que descia de Recreio, por Flores da Cunha, que estava em Uruguaiana, e por Oswaldo Aranha no Itaqui. Sem alternativas, dispersaram o efetivo e emigraram para a Argentina, cruzando o rio Uruguai. Foi mais um sério revés para a revolução e seus tenentes.

Quanto ao Cap Prestes, resolveu ele se concentrar em São Luís, onde contava com o 3º RCI, e reorganizar as forças disponíveis na região das Missões. Ainda em São Borja, conferenciou com o Cel João Francisco Pereira de Souza, emissário do Gen Isidoro Dias Lopes, ficando acertada que a coluna em formação, sob a denominação de “1ª Brigada da Divisão do Centro”, com Prestes comissionado no posto de Cel, marcharia para Foz do Iguaçu.

Depois de receber a incorporação de centenas de homens, arregimentados nos municípios da Campanha por velhos companheiros de 1923, Honório Lemes deixou a Serra do Caverá com um bom plano na cabeça: tomar a cavallhada da Coudelaria de Saicã e da Remonta de São Simão, próximas a Rosário, por saber estarem guardadas por pequenos efetivos, que não poderiam oferecer maior resistência.

Lemes conhecia muito bem o papel fundamental do cavalo na guerra de movimento e, certamente, naqueles estabelecimentos haveria de encontrar animais de boa qualidade e em número apreciável. A debilidade maior da sua força, agora majoritariamente civil, era o armamento, heterogêneo e de precário remuniciamento, como já vimos. Mas isso lhe era familiar, desde 1893.

Ocupada a Coudelaria em 16 Nov, Juarez Távora pôde testemunhar o “extraordinário senso tático” do velho general, atraindo para uma armadilha o Corpo provisório de Rosário (15º C Aux), que foi completamente batido nas imediações de Saicã. Empanou a vitória o velho e bárbaro costume gaúcho da degola de feridos e prisioneiros. Juarez, indignado, protestou ante Honório, que lhe deu razão e proibiu terminantemente a prática dessa covardia. Honório Lemes era conhecido por sua integridade e os casos de degola, infelizmente ainda praticados, geralmente traziam a marca de vinganças pessoais e eram feitos longe dos olhos dos comandantes.

Após a ocupação do entroncamento ferroviário de Cacequi, onde foi inutilizado o telégrafo, soube-se que o 2º RC da Brigada Militar marchava de Livramento para aquela localidade. Honório tomou o rumo do Passo de São Borja, sobre o rio Santa Maria, entrando em São Gabriel, onde um estafeta militar entregou-lhe telegrama do Ministro da Guerra, Gen Setembrino de Carvalho. O documento continha um forte protesto a Honório, acusando este de haver quebrado o Acordo de Pedras Altas com o ataque à Coudelaria de Saicã.

Sabendo que o 2º RC vinha em sua perseguição, Honório planejou emboscá-lo no desfiladeiro do Cerro da Conceição, onde chegou no dia 22. Em 23 Nov 1924, travou-se violento combate, com dezenas de mortos e feridos. Honório perdeu velhos companheiros. O adversário

teve vários oficiais da Brigada Militar feridos, entre eles o Cmt da força, Ten Cel Januário Corrêa, que precisou amputar uma perna. Esse, possivelmente, tenha sido o combate mais sangrento da revolução, pelo menos na metade sul do Estado. Ali, Honório, além da perda irreparável de veteranos camaradas, consumiu grande parte da munição que conduzia, fator impeditivo de qualquer outro enfrentamento mais sério. Ficava, assim, descartada a investida sobre Livramento.

Retirou-se, então, para Rosário, daí rumando para os municípios de Caçapava e Lavras, onde esperava obter recursos e incorporar o pessoal sublevado do 3º BE, que ignorava ter sido batido no Barro Vermelho. Quanto a Juarez Távora, impossibilitado de se reunir aos companheiros, partiu para Foz do Iguaçu, via Buenos Aires e Paraguai.

Zeca Netto invadiu em data imprecisa o município de Dom Pedrito, pelas Três Vendas. Vinha do Uruguai com pequeno contingente (40 homens) e pouco armamento. Depois de vagar pela área fronteira, evitando encontros com efetivos inimigos mais fortes, procurou o vale do Camaquã, que conhecia como a palma da mão.

Em 05 Dez, Honório teve um encontro desvantajoso com o 11º CAux, do Ten Cel Bozano, no Passo do Velhaco, incorporando-se no mesmo dia com Zeca Netto. Perseguidos por Bozano, foram batidos no Passo das Carretas, sobre o rio Camaquã, no dia 08. Sem condições de combate, os dois caudilhos emigraram pela fronteira de Aceguá a 13 Dez.

Enquanto isso, organizara-se em território uruguaio, outra coluna revolucionária, sob o comando de Julio Barrios. Forte de uns 200 homens, aos quais vieram juntar-se 25 marinheiros do encouraçado “São Paulo”, sob o comando do Ten Ademar de Siqueira, deveriam procurar junção com Honório Lemes. A movimentação desses elementos foi percebida pelas autoridades brasileiras e uruguaias.

Ao tentar atravessar a linha fronteira, na madrugada de 11 Dez, a coluna Julio Barrios foi surpreendida pelo Destacamento Lúcio Esteves, formado pelo 2º RC da Brigada Militar e pelo 1º C Aux (Ten Cel Sinhô Cunha), na região de Galpões. O combate foi curto e violento, chegando ao “entrevero”, sendo os revolucionários batidos e dispersos. Os provisórios de Sinhô Cunha, perseguindo o inimigo, penetraram no Uruguai, onde degolaram 12 homens, sendo oito marinheiros, criando sério incidente internacional, que obrigou o Brasil a apresentar pedido de desculpas à nação vizinha. Ficavam, assim, eliminadas as forças revolucionárias ao sul do Ibicuí.

Restava a “1ª Brigada da Divisão do Centro”, sob o comando do Cel (comissionado) Luís Carlos Prestes, na região das Missões, contra

quem os governos federal e estadual poderiam concentrar suas tropas.

Prestes organizou a Bda em três destacamentos, com base no 1º BFv (Mário Portela Fagundes), 2º RCI (João Alberto) e 3º RCI (João Pedro Gay), com diversos “tenentes”, como Siqueira Campos, Osvaldo Cordeiro de Farias, Corrêa Leal e Salgado Freire, aos quais agregaram-se forças civis da região, lideradas por seus chefes tradicionais, num total de 1.500 homens. Prestes iniciou a marcha a 27 Nov 1924 rumo NE.

O problema tático que Prestes enfrentaria era conseguir iludir o cerco em formação pelos eixos Cruz Alta-Santo Ângelo, Tupanciretã-São Luís, Santiago-São Luís e São Borja-São Luís, evitando engajamentos a fundo que lhe consumissem muita munição, já que não poderia receber qualquer auxílio de Foz do Iguaçu. Mesmo assim, travou dois combates importantes: em Tupanciretã, a 02 Dez, tentativa fracassada para obter armas e munições, e na Ramada, município da Palmeira, no dia 03 Jan 1925. Este, foi combate violento e de longa duração, conseguindo a coluna passar no meio das forças que confluíam para cercá-la, embora sofrendo pesadas baixas. Em 30 Dez, em encontro travado no Passo da Cruz, Ijuí, falecia o Ten Cel Bozano, Cmt do 11º CAux (Santa Maria), de destacada atuação na repressão à revolução.

À medida que se embrenhava nas matas do Alto Uruguai, buscando o território catarinense, aumentavam as dificuldades da coluna revolucionária, com perda da cavalaria e deserções de combatentes.

Em 24 Jan 1925, durante a travessia do rio Pardo, afluente do rio Uruguai, a coluna foi atacada pelo 6º CAux (Passo Fundo), morrendo o Ten Mário Portela Fagundes, que comandava a retaguarda. Oficial muito estimado, Portela era companheiro de Prestes, que lhe entregara o comando do 1º BFv, onde ambos serviam.

Já em SC, continuariam as deserções. O Ten João Pedro Gay, Cmt do 3º RCI, foi preso e julgado antes de desertar, tendo fugido. Com a travessia do rio Uruguai e o internamento no estado vizinho, termina o capítulo sobre a Revolução de 1924 no Rio Grande do Sul.

O desencontro de dois conceitos

Por fim, surgiu em Foz do Iguaçu a tão esperada coluna oriunda do RS. Na vanguarda marchava Siqueira Campos, barba crescida, olhar dominador, transpirando energia. Vinha seguido de homens destemidos, com longa experiência revolucionária.

O encontro das duas colunas se caracterizou pelo desencontro de dois conceitos. A coluna de Siqueira Campos vinha abrir nova era, enquanto a de São Paulo queria encerrar um ciclo. Todos esperavam uma definição. Desejavam seguir juntos, mas não sabiam para onde. O exílio era uma alternativa. Isidoro iria dar a palavra final: "Nada mais se pode fazer no terreno militar". Conflitavam as teses da emigração e do prosseguimento das ações. Prevaleceu a última opção, sustentada por Juarez Távora, um dos mais castigados da coluna paulista. Miguel Costa assegurou que prosseguiria na luta. Isidoro iria para o exílio na Argentina, com vistas a poder, do estrangeiro, influenciar novos surtos revolucionários; Miguel Costa assumiria a chefia da coluna formada pelos elementos do Rio Grande e os remanescentes de Catanduvas. À frente de seu estado-maior estava Prestes.

A Grande Marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes

Aos 800 homens da Bda em que serviam sob as ordens dos Tenentes-Coronéis João Alberto Lins de Barros, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias, Majores Paulo Krüger da Cunha Cruz, Manuel Alves de Lira e Capitão Ari Salgado Freire, juntaram-se os 700 paulistas comandados pelo Gen Miguel Costa. Entre os seus integrantes estavam o Ten-Cel Juarez Távora, o Major Coriolano de Almeida Júnior, os capitães Djalma Soares Dutra, Lourenço Moreira Lima e Alberto Costa. Esses oficiais foram comissionados em postos hierárquicos superiores.

Os legalistas apertavam o cerco dos revoltosos sobre o Paraná no trecho mais perigoso, onde o rio corre apertado entre as muralhas de granito. Mas a coluna conseguiu atravessá-lo, embarcando nos portos Mendes e Artaza com cavalos, armamento pesado e munições, e indo desembarcar em Porto Adela, na margem paraguaia. Para a travessia, de 27 a 29 Abr 1925, os insurgentes ordenaram ao esquadrão comandado por Deusdedit Loiola, atrair o grosso da tropa legalista para Foz do Iguaçu, enquanto a coluna se retirava de Porto Mendes. Executada a finta, os executantes da manobra diversionária não conseguiram se reunir aos companheiros, sendo obrigados a emigrar para a Argenti-

na. Depois de atravessarem 25 léguas de território paraguaio, sempre no rumo norte, os revolucionários penetraram novamente em solo brasileiro, a 30 Abr, em Porto Lindo, sobre o rio Iguatemi, em Mato Grosso.

É difícil mencionar os feitos da coluna que passou a varar os serções brasileiros, entranhando-se em paragens remotas onde as forças federais não podiam alcançá-la. Tornou-se uma “coluna fantasma” que de tempos em tempos reaparecia e desaparecia.

O roteiro traçado a seguir é baseado em Glauco Carneiro e Américo Chagas. Reentrando em Mato Grosso, a coluna investiu por GO e MG, combatendo na BA e indo até o MA. Do Parnaíba, avançou de novo em direção a MG através do PI, CE, RN, PB, PE e novamente BA, retrocedendo outra vez a terras mineiras, baianas, pernambucanas e piauienses, para alcançar GO, rumo ao Mato Grosso. Daí voltou a percorrer GO, contramarchando em direção a Mato Grosso, para finalmente exilar-se na Bolívia a 03 Fev 1927. No Brasil, permanecera o 3º destacamento, comandado por Siqueira Campos, para desviar a perseguição legalista e possibilitar o internamento da coluna na Bolívia.

Traçando uma circunferência em torno de Cuiabá, o destacamento de Siqueira Campos, com 80 homens, invadiu GO e por fim MG, onde se apoderou de Paracatu em 14 Fev. Desta cidade, Siqueira dirigiu-se para o sul e depois para o Paraguai, tendo percorrido nove mil Km em cinco meses, chegando a fazer 80 Km/dia.

A coluna Miguel Costa-Prestes, durante mais de dois anos, percorreu 24 mil Km e 13 Estados até Fev/Mar 1927. Foi combatida por forças regulares (conduzidas pelo Gen Cândido Mariano da Silva Rondon e pelo então Cel Bertholdo Klinger), milícias estaduais, jagunços, assaltantes e cangaceiros. Enfrentou efetivos superiores ao seu sem que nunca lhe tivesse sido infligida uma única derrota séria. O efetivo jamais passou de 1.500 homens.

Hernani Donato (IBRASA, 1996, p. 159) relaciona 94 recontros e escaramuças, mas nunca batalhas decisivas. A população rural frustrou a coluna, jamais apoiando as ações dos revoltosos e as “possibilidades de êxito militar eram praticamente nulas” (Fausto, 2002, p. 310).

Com o objetivo de não depor as armas durante o governo Bernardes, a coluna “evitou entrar em choque com forças militares ponderáveis” (Idem) e optou pela guerrilha, causando preocupação e estafa às forças encarregadas de combatê-la. Para a população, o efeito foi simbólico. A coluna só tomou a resolução de se internar quando o governo de Washington Luís tomou posse, propiciando a esperança,

também logo frustrada, de melhores dias para os brasileiros ansiosos por reformas e pela implantação do voto secreto.

Acabara a grande jornada. A coluna encerrara o ciclo de “revolução volante”, aparentemente sem conseguir nada mais do que o ódio de muitos e a admiração de poucos, “sem que sacudisse, na sua solidez, o regime que condenara de morte, nem tirasse do poder o duro homem que detestava”, como registrou Pedro Calmon.



EM da Coluna: Miguel Costa, Prestes, Juarez Távora, João Alberto, Siqueira Campos, Djalma Dutra, Cordeiro de Farias e outros (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 355)

Assim como a Coluna Miguel Costa-Prestes deve ser interpretada no contexto do tenentismo, aqueles idealistas veteranos de tão extensa

campanha foram retemperar no desterro as energias esgotadas por tanta luta. Voltariam em 1930.



Ao lado, esboço geral do Itinerário da Coluna Miguel Costa-Prestes (Fonte: Fausto, 2002, p. 311)

A REVOLTA DE 1926 NO RIO GRANDE DO SUL

O Gen Isidoro Dias Lopes planejou, com seu EM, chefiado pelo Cap Fernando Távora, uma invasão ao RS que deveria ser efetuada por quatro colunas, comandadas por Bernardo Padilha (oficial superior do Exército), Zeca Netto, Leonel Rocha e Julio Barrios. Para isso, haveria levantes em várias guarnições.

Em 14 Nov 1926, chegavam a Paso de los Libres (Argentina), QG de Isidoro, dois emissários da Coluna Miguel Costa-Prestes, Lourenço Moreira Lima e o Ten Djalma Soares Dutra. Vinham de Mato Grosso, expor aos chefes revolucionários a situação de esgotamento da coluna. Com a transmissão da Presidência da República a Washington Luiz no dia seguinte, era esperada uma anistia beneficiando os soldados. Em troca, a coluna deporia as armas e emigraria (Cabeda, 2008, p. 329 apud Lima, 1979). Para Isidoro, a troca de Presidentes não implicaria no fim do bernardismo. Washington Luiz seria apenas o continuador de Arthur Bernardes. Em função disto, o General pedia que se resistisse por mais dois meses, dando tempo aos preparativos.

Na noite de 13/14 Nov, sargentos do 9º RCI (São Gabriel) e da 1ª Bia do 3º GACav (Bagé) tentaram sublevar as unidades. Em Bagé, o levante foi abafado, à custa do assassinato do 1º Ten Álvaro da Cruz Marques (legalista). Em São Gabriel, sem as adesões esperadas e após tirotearem com forças civis, os revoltosos rumaram para Caçapava do Sul, ponto de concentração combinado. Quando a notícia chegou a Libres, o Gen Isidoro percebeu a imprudência. Ainda assim, apelou para que os sargentos não fossem abandonados.

Em 16 Nov, contra a posse de Washington Luís como Presidente da República, sublevaram-se em Santa Maria o 5º Regimento de Artilharia Montado (5º RAM) sob a liderança dos Tenentes Alcides e Nelson Gonçalves Etchegoyen, e o 7º RI, este sob a liderança dos tenentes Heitor Lobato Vale e Iguatemy Graciliano Moreira. Os comandantes da 5ª Bda Inf, Cel Enéias Pompílio Pires e do 7º RI, Major Eliezer Abbott, foram presos pelos oficiais revoltosos, que enviaram “ultimatum” ao Grupo de Esquadrilhas de Aviação (GEA), em Santa Maria, exigindo adesão sob pena de bombardeio. Mas o GEA não aderiu.

Contra os revoltosos, houve a reação do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (1º RCBM) sob o comando interino do Maj BM Aníbal Garcia Barão, que havia ocupado os principais pontos da cidade, e civis acaudilhados pelo Cel Carlos Batista Druck (Ferreira Filho, 1969, p. 169). Travou-se forte combate até o amanhecer seguinte. Para evi-

tar maiores estragos pelo bombardeio e para não ficarem isolados com a chegada de reforços ao 1º RCBM, os rebeldes formaram a “Coluna Relâmpago” e abandonaram Santa Maria em 17 Nov.



Acima, os tenentes, à esquerda Alcides, e à direita Nelson Etchegoyen (Fonte: claudemirpereira.com.br/2020/06/artigo-ricardo-ritzel)

A 3ª RM organizou um destacamento sob o comando do Major Luiz Carlos de Moraes para perseguir os insurretos, que haviam rumado para São Sepé. O Dst Moraes foi formado por um Esqd do 6º RCI (Alegrete), um contingente do Depósito de Remonta de São Simão, o 4º Esqd/1º RC da Brigada Militar (4º/1ºRCBM) e do “Corpo de Patriotas”, comandado pelo intendente de Alegrete, Dr. Osvaldo Aranha.

Em 19 Nov, o Ten Vicente Mário de Castro sublevou a 1ª Bia do 6º Grupo de Artilharia a Cavalos (1ª/6º GACav), então em organização em São Gabriel. Com 38 praças, dirigiu-se ao Seival, região entre Caçapava e Lavras, onde esperava encontrar os Sgt do 9º RCI e correligionários liderados pelo Coronel (civil) Favorino Dias, estancieiro dali.

O Major Moraes, tendo conhecimento do rumo tomado pelos rebeldes de Santa Maria, lançou fração da sua força, sob o comando do Dr. Osvaldo Aranha, na perseguição do inimigo, com instruções para descobri-lo e fixá-lo, dando tempo à chegada do restante da tropa. Agindo por sua própria conta e imaginando perseguir soldados desmoralizados e em fuga para a fronteira, o Dr. Aranha foi vítima dessa avaliação incorreta. Ao amanhecer de 25 Nov, a força governista entrou na várzea do Seival, caindo em armadilha mortífera. Ocupando as

alturas e abrigados por pedras e trincheiras naturais, os revolucionários abriram cerrado fogo de metralhadoras e fuzis. O próprio Dr. Oswaldo Aranha foi gravemente ferido no calcanhar, o que levou a sua força ao desânimo e à debandada. Quando atingiu as proximidades do local do combate, o Major Moraes verificou a extensão da tragédia, nada mais lhe restando do que socorrer e evacuar os feridos. Seu destacamento, originalmente com cerca de 800 homens, ficara reduzido à metade.

A vitória do Seival incutiu renovado ânimo aos revolucionários, proporcionando-lhes condições de continuar na luta e receber adesões. Em face disto o governo do RS tratou de organizar novos e mais fortes tropas da Brigada Militar e de seus corpos auxiliares.

Enquanto isso, agregavam-se aos revolucionários os caudilhos Zeca Netto, vindo do Uruguai, e Julião Barcelos, de Lavras, com sua gente. Importante adesão pois Zeca Netto, a quem foi entregue o comando, era conhecedor da região, de seus moradores, vaus, passos, caminhos e atalhos, podendo marchar enquanto tivesse cavalos, cansando o inimigo, inquietando o governo e dando tempo aos comprometidos tomarem coragem para novos levantes. E foi o que fez. Marchando pela Serra do Sudeste, pela Depressão Central e pela Campanha, dando voltas e “enredando o rastro”, obrigou o governo do RS a organizar novos destacamentos e convocar corpos auxiliares para persegui-lo.

A mais importante dessas forças foi o Dst Ten Cel Emílio Lúcio Esteves, oficial do EB e instrutor da Brigada Militar. Organizado em Cachoeira, foi formado pelo 1º RCBM (Santa Maria), o 15º CAux (Rosário) e um Pel do Grupo de Metralhadoras da Brigada Militar.

Quanto ao Dst Major Moraes, depois da derrota no Seival, foi reorganizado, recebendo o 21º CAux (Dom Pedrito) para compensar as perdas e deserções. Os provisórios pedritenses tinham participado da perseguição à Coluna Miguel Costa-Prestes no Nordeste do Brasil, eram bons soldados e causariam sérias preocupações a Zeca Netto.

A incapacidade em forçar a coluna revolucionária a combate decisivo pela constante mobilidade causou atritos entre Lúcio Esteves e o Cmt da 3ª RM, Gen Andrade Neves, que queria a pronta eliminação daquele foco revoltoso. Depois de encontros e combates de menor importância os revolucionários entraram em São Sepé antes do Natal. O Delegado de polícia local, Capitão Manoel Cristóvão Gomes, oficial reformado da Brigada Militar, há pouco chegado à localidade, foi degolado, o que não era novidade na marcha da coluna.

Em 25 Dez, o Dst Lúcio Esteves alcançou o inimigo, travando-se o combate de Santa Bárbara ou Salsinho (São Sepé), no qual os revolucionários consumiram quase toda a munição disponível e foram derrotados. Foi o seu maior revés, desde o Passo da Guarda, no rio Camaquã, em cuja travessia perderam vários homens afogados, entre eles o Ten Hellen Brasília de Campos Salvaterra, oficial pertencente ao EM do Gen Isidoro. Sem esperanças de socorro, restava procurar a fronteira e a emigração. A perseguição dos retirantes ficou a cargo dos corpos auxiliares, retornando Lúcio Esteves para Porto Alegre.

Em 31 Dez 26, os revolucionários atravessaram a fronteira pela Serilhada e esconderam o Armt. Ainda assim, o Gen Isidoro acionou os emigrados para a formação de uma coluna de socorro. Dela, participavam oficiais do Exército e da Marinha, residentes em cidades da fronteira, e outros que chegaram de Montevideu. O plano era cruzar a linha divisória por Santa Rosa, Quaraí e Rivera. Entraram por Santa Rosa os Ten Newton Estillac Leal, Tales Prado Marcondes, Alcides Araújo, Aníbal Brayner, Riograndino Krueel, Augusto do Amaral Peixoto e seus marinheiros, e um pequeno grupo de civis. Por Quaraí, Julio Barrios, Stênio Caio de Albuquerque Lima e contingentes civis.

Em 31 Dez, na altura da estância dos Três Cerros, no Caverá, os invasores foram alcançados por “provisórios” vindos do Alegrete, sob o comando do Major Luiz Aranha. Após forte combate, foram lançados contra o rio Ibicuí da Armada, onde pensaram formar uma linha de resistência. Em sua perseguição, já vinha de Livramento outra força de provisórios sob o comando do Dr. Flores da Cunha. Entrando em Dom Pedrito pelo Vacaiquá, a coluna rebelde se chocou contra o 1º/2º RCBM em 02 Jan, combatendo em retirada até as Três Vendas, por onde reingressou no Uruguai. Os integrantes foram aprisionados.

Outras duas colunas que estavam internadas na Argentina invadiram SC e o PR. A primeira, dirigida pelos Tenentes Simas Enéas e Deusdedit de Loiola, contando com os caudilhos Leonel Rocha e Fidêncio de Melo, enfrentaram as forças estaduais em Guarapuava; a derrota os levou de volta à Argentina.

Conforme Hernani Donato (1996, p. 161) “Apesar do esforço despendido, em janeiro de 1927 o governo estadual pode garantir que dominava a situação”. O mesmo autor destaca que as principais batalhas desta tentativa revolucionária foram em São Gabriel, Santa Maria, Seival, São Joaquim e Santa Bárbara entre 14 Nov e 25 Dez 1926.

Os oficiais revoltosos se autoexilaram nos países vizinhos até 1930, quando a conspiração que resultou na revolução de 03 de outubro

proporcionou-lhes o retorno dos mesmos, cujos serviços e experiência foram requisitados para movimento armado muito maior.

Na opinião de Cabeda (2008, p. 332/333, síntese), em relação a esta última revolta da década, a modernização e a reorganização do EB implementadas pela Missão Militar Francesa foram prejudicadas pelas revoluções a partir de 1922. As atividades profissionais foram alteradas pelas deserções, sublevações, animosidades, repressões armadas, etc. As perdas de vidas, os recursos destinados, o extravio e danificação de armamento e o consumo de munição seriam sentidos ainda muitos anos após. Os relatórios da MMF ao governo de seu país, provavelmente contém importantes avaliações do EB. O fracasso dos movimentos de 1922-1926 teve muitas causas. O Exército e a Marinha, traziam da propaganda republicana a semente revolucionária que lhes fora inculcada pela necessidade do seu concurso na derrubada da monarquia. Os militares passaram a ser tratados como “cidadãos fardados” (e armados), que deveriam participar da política do país. Embora muitos oficiais superiores e generais simpatizassem com os revolucionários, além de políticos e congressistas da oposição, o certo é que o esforço principal recaiu sobre os mais jovens, na maioria tenentes e capitães. O que lhes sobrava em idealismo e bravura, faltava-lhes em experiência e em número. O apelo à colaboração dos civis, principalmente no RS, foi motivado por interesses comuns e, neste particular, é justo lembrar que os caudilhos gaúchos e seus fiéis comandados possibilitaram a obtenção pelos tenentes do tirocínio que os livros não haviam proporcionado.



A REVOLUÇÃO DE 1930

Desta viajada se volta com honra ou não se volta mais (Gen Flores da Cunha).

Façamos serenamente a revolução, antes que o povo a faça pela violência (Antonio Carlos)

Antecedentes

O Dr. Washington Luís Pereira de Souza, paulista, assumiu o poder em 15 Nov 1926. A tensão política logo se agravou quando ele recusou anistia aos revolucionários da década.

Em São Paulo, morrera o Presidente Carlos de Campos, sucedendo-lhe Júlio Prestes, que assumiu em 14 Jun 1927. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente de MG, resolveu seguir a política liberal, deixando entrever sua ambição à presidência da República.

Era política antiga a alternância de SP e MG nas sucessões presidenciais. Pela ordem, caberia a MG fazer o sucessor de Washington Luís. Este, buscando a continuidade de seu programa de governo, decidiu lançar a candidatura do paulista Júlio Prestes à Presidência.

Em consequência, os mineiros procuraram apoio no RS para afastar o candidato paulista, mesmo que importasse na renúncia de MG à presidência. De um entendimento entre o Secretário do Interior de MG, Francisco Campos, e o líder da bancada gaúcha na Câmara de Deputados, João Neves da Fontoura, nasceu a Aliança Liberal (AL), em 17 Jun 1929, com a indicação dos nomes dos políticos gaúchos Getúlio Vargas (ou Borges de Medeiros) como possíveis candidatos à presidência. Vargas era presidente do RS e buscou não entrar em atrito com o poder central. Em duas cartas secretas a Washington Luís afirmou apoiar o presidente em sua decisão sobre Júlio Prestes. Mas, para surpresa de Washington Luís Vargas aceitou, em julho de 1929, a sua candidatura à presidência pela AL, tendo João Pessoa, Presidente da PB, como companheiro de chapa. Em 15 Ago, a Comissão Executiva da AL lançou oficialmente a chapa Getúlio Vargas - João Pessoa.

Iniciada a campanha eleitoral, uma corrente mais radical da Aliança Liberal, formada por políticos jovens como João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, passou a admitir a hipótese de um movimento armado em caso de derrota nas urnas.

Os tenentes revolucionários de 1922 e 1924 foram abordados por essa ala radical para uma conspiração visando à tomada do poder pelas armas. No RS, Siqueira Campos aproximou Luís Carlos Prestes de Getúlio, que lhe ofereceu o comando revolucionário, garantindo

apoio em dinheiro e armamento. Prestes não acreditou no movimento, achando-o "competição de oligarquias" e suas tendências para a esquerda causavam desconfianças.

A rebelião crescia também nos meios políticos paulistas. Alguns oficiais revolucionários seguiram para SP, conduzidos por Siqueira Campos e Djalma Dutra. Em Jan 1930 a polícia paulista localizou-os em uma casa da rua Bueno de Andrada e esperou que saíssem. Ao se retirarem do referido prédio foram interceptados à bala. Siqueira Campos reagiu a tiros, conseguindo escapar. Djalma Dutra e Correa Leal foram presos, sendo remetidos para o Rio de Janeiro.

Enquanto Caio Brant estreitava as ligações com MG, no Rio de Janeiro atuavam os conspiradores Tasso Tinoco, Eduardo Gomes, Delso Fonseca, Adir Guimarães e Cordeiro de Farias. No Nordeste, a conspiração também ia ganhando corpo.

A polícia apertou o cerco aos conspiradores. A 11 Jan, Juarez Távora foi preso na Fortaleza de Santa Cruz. O Chefe de Polícia da capital, Dr. Pedro de Oliveira Sobrinho, acompanhava de perto os passos dos revolucionários e teve conhecimento de que Juarez planejava uma fuga. Mesmo assim ele conseguiu fugir (28 Fev) com alguns companheiros, dirigindo-se para Miracema, que era um ponto de apoio de conspiradores. Aproximaram-se as eleições e as caravanas partiam para as campanhas eleitorais. A tônica foi a crítica à plataforma de Júlio Prestes e aos atos de intolerância do Presidente Washington Luís.

As manifestações agitaram a população. João Neves, durante discurso sobre a Aliança Liberal e diante das reações do auditório do Teatro Princesa Isabel em Recife, antecipou em 23 Jan 1930:

"Vamos para as urnas na expectativa de um pleito liso e limpo. Mas jamais, pernambucanos, aceitaremos como boa a sentença da fraude ou nos renderemos à imposição da violência oligárquica. (...) Ide, pernambucanos, para os comícios, confiantes no Direito que nos assiste. (...) Mas, se a 1º de março os donatários do Brasil tentarem apagar no mar morto da trapaça o pronunciamento da Nação, levantemo-nos então em armas por amor ao Brasil!" (BIBLIEx, 1998, p. 106).

Nem sempre as caravanas encontravam receptividade. O político gaúcho João Batista Luzardo fez um comício em Garanhuns. Em Vitória, ES, quando discursava o Senador Félix Pacheco, irrompeu um tiroteio que provocou mais de 100 vítimas, entre mortos e feridos.

Foi nessa agitada campanha que chegou o dia da eleição, 01 Mar 1930. Júlio Prestes, ostentando boa margem de votos, foi aclamado vencedor pelos conservadores, inclusive pelo Presidente da República. E, em navio do Lloyd, embarcou para os Estados Unidos.

Vários líderes do RS opinavam que o melhor caminho, mesmo com a suspeita de fraude, como era comum naqueles tempos, seria o reconhecimento da vitória do adversário, acatando o resultado. Todavia, a reação dos radicais foi imediata. Não aceitavam a capitulação. Assis Brasil dizia que o Partido Libertador iria até às últimas consequências.

A conspiração cresceu e, a 20 Mar, Batista Luzardo dirigiu-se a Epi-tácio Pessoa para pedir colaboração, afirmando que o RS estava pronto e à espera do apoio de MG e da PB. Osvaldo Aranha planejou a distribuição de armas trazidas da Tchecoslováquia.

O NE ficara a cargo de Juarez Távora; SP com Siqueira Campos; por MG o Capitão Leopoldo Nery da Fonseca. Aumentaram as articulações.

O quadro revolucionário alterou-se com uma declaração de Luís Carlos Prestes de que se convertera ao comunismo. Siqueira Campos e João Alberto haviam rumado para Buenos Aires, no início de maio, a convite de Prestes, onde lhes afirmou ainda não ser a revolução em marcha a que ele desejava. A reforma do Brasil, segundo ele, só seria alcançada com o regime marxista. Não foi possível demovê-lo de sua posição radical, colocada de público com o seu Manifesto, nesse mesmo mês de maio. Na viagem de retorno, a 09 Mai, utilizaram um avião "Laté-28" monomotor que caiu no Rio da Prata, morrendo quatro passageiros, inclusive Siqueira Campos, mas João Alberto Lins de Barros conseguiu sobreviver.

No dia 22 Mai, Júlio Prestes foi oficialmente proclamado Presidente e a 1º de junho Getúlio lançou um manifesto que, censurando o resultado do pleito aceitava, no entanto, a derrota como fato consumado. Osvaldo Aranha demitiu-se da Secretaria do Interior do RS.

João Pessoa encontrava-se às voltas com os jagunços de José Pereira Lima, que dominava a cidade paraibana de Princesa, situação que só mudou com o assassinato de João Pessoa. Face à inoperância de sua polícia, o Estado da PB estava na iminência de sofrer intervenção federal. E a imprensa, ligada a João Pessoa, excedeu-se contra o advogado Dr. João Duarte Dantas, filho de Franklin Dantas, aliado de José Pereira. O ódio de João Dantas cresceu com a publicação de papéis particulares apreendidos em sua casa pela polícia. Jurou vingança. E às 17 horas do sábado 26 Jul 1930, entrou na confeitaria Glória, em Recife, onde se encontravam João Pessoa, Agamenon Magalhães e

Caio Lima Cavalcanti e descarregou três tiros em Pessoa. O crime teve muita repercussão no campo político; era um novo impulso dado à revolução.

Virgílio de Melo Franco, sem perda de tempo, reativou contatos com MG e RS. Em SP, o Cap Ricardo Hall assumiu o posto de Siqueira Campos, mas, descoberto, teve de fugir. Os irmãos Etchegoyen foram designados para Mato Grosso. Juarez incendiava o Nordeste.

Em agosto, veio o apoio de Borges de Medeiros aos revolucionários, resultado do esforço de Osvaldo Aranha. O Ten Cel Pedro Aurélio de Góis Monteiro foi escolhido como Ch do EM revolucionário. O dia 3 de outubro foi escolhido para a eclosão do movimento.

As grandes causas da revolução de 1930

Entre as causas da Revolução de 1930 algumas se destacam. Ali-

- nhamos as seguintes:
- A candidatura de um paulista, de novo, para a presidência;
 - em face disto, a cisão entre as elites dos estados;
 - a articulação de um candidato de oposição por iniciativa de MG;
 - a formação da Aliança Liberal;
 - a crise mundial de 1929, que causou a queda do consumo de café;
 - a crise dos cafeicultores endividados, que não receberam apoio do governo federal;
 - a vitória de Júlio Prestes nas eleições de 01 Mar 1930; e, entre outras
 - a articulação entre o RS, MG e Nordeste para a revolução.

O 3 de outubro em Porto Alegre, início da revolução

O Grande Hotel, centro de Porto Alegre, transformara-se no QG dos revolucionários, onde Osvaldo Aranha coordenava as ligações. "Olha, o doente piorou muito; seu estado é grave, exige intervenção cirúrgica que vai ser praticada logo à tarde", era a senha transmitida pelo telefone, normalmente com voz feminina.

Às 14 horas de 03 Out, os colégios suspenderam as aulas e recomendaram que os alunos se recolhessem às suas casas. O comércio fechou as portas. Parecia que a população sabia o que se ia passar.

Um radiograma transmitido para o Gen Gil Antônio Dias de Almeida, Cmt da 3ª RM, informava que o edifício dos Correios fora ocupado às 17 horas por civis armados. As comunicações começaram a entrar no ritmo frenético que antecede as grandes convulsões sociais. O Gen

Gil procurou contactar o Gen João Simplício Carvalho, Secretário da Fazenda, e Getúlio Vargas, Presidente do RS.

Novos radiogramas chegados ao Comando da 3ª RM, vindos de Bagé, Alegrete e Passo Fundo, revelavam indícios de levante armado iminente. Getúlio, Presidente do Estado, laconicamente transmitiu ao Cmt da 3ª RM por intermédio de um oficial, a mensagem: "Diga ao general que as providências serão tomadas".

Às 1725 h ocorreu o ataque ao QG da 3ª RM. Seu objetivo era capturar o Gen Cmt. A hora foi estudada com cuidado. O QG tinha uma guarda reduzida e a maioria dos oficiais e praças já havia saído, por fim do expediente. Inicialmente, 50 homens da Guarda Civil simularam uma rotineira passagem pelo portão. Seguiu-os um grupo de choque que se encarregou de neutralizar as sentinelas e os demais militares que ainda se encontravam no QG, num total de 14 militares mortos, sendo quatro oficiais e 10 cabos e soldados. Um dos mortos foi o Major Otávio Cardoso, Cmt do CPOR/PA. Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e o Cap da BM Agenor Barcelos Feio dirigiram as ações.

O sucesso do ataque deveu-se ao perfeito planejamento. Nos edifícios vizinhos havia metralhadoras instaladas para bater o prédio do QG. A pretexto de conserto nos encanamentos, abriram-se valas nas ruas Riachuelo e Gen Canabarro, nas proximidades do QG, que foram ocupadas por combatentes disfarçados de operários. O Gen Gil foi preso no interior do QG e recolhido ao navio Comandante Ripper. O Ch EM/3ª RM Cel Firmo Freire do Nascimento também foi preso.

Um ataque comandado por Elpídio Marins forçou a rendição do Arsenal de Guerra, situado na área do QG. Às 1730 h subiu do Morro do Menino Deus o foguete que anunciava a deflagração do movimento.

Desde setembro a guarnição de Porto Alegre fora reforçada pelo 8º BC de São Leopoldo e pelo 9º BC de Caxias do Sul, comandados, respectivamente, pelo Ten Cel Galdino Luiz Esteves e pelo Cel João Carlos de Toledo Bordini. O efetivo total era de 1.500 homens, o que preocupava os revolucionários. O Cel Esteves era legalista mas mudou de posição e o Cel Bordini resistiu, mas foi logo dominado, preso e recolhido. Em seguida, aderiu à revolução com alguns de seus oficiais.

A sede da Comissão da Carta Geral do Brasil, à avenida João Pessoa, foi tomada de assalto pelo Ten Alcides Etchegoyen, com oito homens que dominaram logo a resistência. O 4º Esqd/3º RCD, no Menino Deus, depois de resistir, rendeu-se; alguém retirara os percussores das armas. Morreu em combate o legalista Ten Jaime Argollo Ferrão.

A 2ª Cia de Estabelecimentos reagiu e depois cedeu, o mesmo ocorrendo com o Contingente da Carta Geral.

O 7º BC, aquartelado na Praça do Portão, comandado pelo Cel Benedito Marques da Silva Acauã, cunhado do Gen Honorário Flores da Cunha, estava com um terço de seu efetivo, pois cerca de 200 homens desertaram. Somente três metralhadoras dispunham de percussores. Defendendo bravamente a sua unidade, morreu em combate o Ten Atho Corrêa Franco. Na manhã do dia 04 o Cel Acauã aceitou os termos de adesão apresentados por Góis Monteiro. Em Porto Alegre, o saldo foi de 19 mortos, entre civis e militares, e quase 100 feridos.

Em Passo Fundo, os revolucionários já vinham há dias preparando as ações. O Cmt do 8º RI, Cel Estêvão Leitão de Carvalho, continuou cumprindo o programa de instrução normalmente, inclusive no dia 03 Out. Foi pressionado pelo tenentista Virgílio Alvim de Mello Franco a aderir à revolução mas manteve-se fiel a seu “dever de soldado” (Carvalho, 2017, tomo 2, p. 115). O telefone foi cortado, assim como a energia elétrica, o que acarretou a falta de água. O RI foi cercado e atacado pelos revolucionários, resistiu o quanto foi possível e somente reconheceu a inutilidade de continuar lutando quando soube que as outras unidades já tinham aderido ou estavam subjugadas. De forma digna, no dia 04 Out, o Cmt recebeu os revolucionários, fez diversas exigências e entregou o quartel às autoridades municipais.

No dia 05 os revolucionários invadiram SC; uma coluna, comandada por Miguel Costa, dirigiu-se para União da Vitória; outra, sob o comando do Ten André Trifino Correia, marchou pelo litoral. O Ten Alcides Etchegoyen seguiu-lhe os passos, com 2.800 homens.

Em Curitiba, a revolta já era vitoriosa no dia 04 nas mãos do Maj Plínio Alves Monteiro Tourinho, o qual recebeu Vargas em triunfo. No prosseguimento, os chefes revolucionários deslocaram-se, com seus homens, para o limite com SP, projetando invadi-lo em Itararé.

O combate de Quatiguá, PR

Em 12 Out, a vanguarda da coluna do Cel Etchegoyen (com efetivos do 1º BC, da Carta Geral do Brasil e uma Cia do 9º BC), havia chegado ao povoado de Quatiguá, norte do PR. Destacado à frente, e informado da presença de tropas inimigas na área, o Cmt do 1º BC determinou reconhecimentos. Às 1630 h foram ouvidos tiros entre a patrulha de reconhecimento e elementos avançados do inimigo. Em seguida, a patrulha entra no estacionamento da coluna Etchegoyen sob pesado fogo do inimigo, imediatamente rebatido. A coluna

resiste, enquanto uma parte dela se posiciona para o contra-ataque. O Cmt informa ao Cel Etchegoyen sobre a situação. Com a caída da noite cessa a fuzilaria. Enquanto isso, Etchegoyen se desloca para Quatiguá com uma Cia do 7º RI, verifica a situação, reorganiza as posições, divide o terreno em setores, baliza as posições inimigas e instala suas metralhadoras. Em seguida, pede apoio ao irmão, Nelson, que chega com sua tropa às 0430 h. Meia hora depois Alcides desencadeia o ataque, que se revela bem-sucedido. Posições são conquistadas, foram causadas muitas baixas e feito grande número de prisioneiros, o que provoca o retraimento da tropa paulista, embora continuasse o forte fogo das Mtr. Uma Cia do 7º RI foi lançada sobre o flanco esquerdo do Ini, ao mesmo tempo em que uma Bia reforça os fogos sobre as posições do mesmo, que começa a retrair desordenadamente. Conforme Alcides Etchegoyen:

“O seu dispositivo esfrangalhou-se, o pânico se manifestou em suas fileiras, veio a desordem e a confusão. A ninguém mais seria dado conter aquella tropa cheia de terror [...].

Este foi o combate de Quatiguá, o maior da revolução e cuja vitória se deve aos soldados do RS sob o comando do Cel Alcides Etchegoyen (Fonte: fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/impresso/justitia-vanum-verbum-episodios-da-revolucao-de-1930).

Em Belo Horizonte, a resistência heroica do 12º RI

Lindolfo Collor foi o porta-voz revolucionário a Olegário Maciel, que substituíra Antônio Carlos Ribeiro de Andrada na presidência de MG. A 03 Out, o Cmt interino da 5ª Bda e Cmt efetivo do 12º RI, Ten Cel José Joaquim de Andrade, resistiu a uma tentativa de prisão na sua casa por investigadores civis. Estes o espancaram e agrediram sua filha, que foi prostrada sem sentidos no chão com um soco. O soldado de guarda foi baleado e morreu. O motorista do Cel Andrade foi baleado. Em seguida, o Ten Cel Aristarco Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, do EB, chegou à casa do Ten Cel Andrade com o “convite” do Secretário de Segurança de MG para ir à sua presença. O Ten Cel Aristarco era o “emissário” da revolução. Chegando à presença do Secretário, o Ten Cel Andrade foi preso. Outros oficiais do 12º RI foram detidos e conduzidos para o 5º Btl da Força Pública.

As repartições públicas foram ocupadas. Após as 17 horas, como era normal, os quartéis ficaram com o pessoal de serviço. Os oficiais,

alvo principal dos revolucionários, foram caçados nas ruas ou em suas residências. O plano de Odilon Duarte Braga surtia efeito – mas não se contava com a reação do 12º RI. O Of Dia do 12º, Ten Rui de Brito Melo, reuniu os elementos disponíveis, 385 homens, e preparou-se para defender o quartel. O Maj Pedro de Campos assumiu o comando do RI e resistiu até o dia 7, quando houve forte bombardeio. Em 04 Out, solicitada uma trégua por causa de mortos e feridos, a guarnição do 12º RI soube do que se passava no restante do país pela comunicação do seu comandante preso e resolveu se render. Os soldados, maltratados pela resistência, entraram em forma e saíram do quartel marchando, de cabeça erguida. Olegário Maciel apressou-se a informar:

"É com o maior júbilo que comunico a V. Exa. que está vencida mais uma etapa e um obstáculo da sagrada campanha em que nos empenhamos, com a rendição do 12º RI (...)"

O QG revolucionário mineiro foi para Barbacena. O 11º RI (São João d'el Rei), cedeu às forças de Aristarco Pessoa e o 4º RCD (Três Corações), atacado pelo Ten Cel Luís Fonseca com 300 homens, caiu a 15, morrendo em acidente de tiro o revolucionário Tenente Djalma Dutra.

A descrição completa da valente odisseia do 12º RI está no Informativo O Gaúcho, da AHIMTB/RS nº 57, de 2008, acessível em www.ahimtb.org.br/ogaucho/O%20Ga%C3%BAcho%2057.pdf.

Juarez Távora subleva o Nordeste

A revolução irrompeu na Paraíba com atraso, pois houve um equívoco quanto à hora de deflagração do movimento. O Gen Alberto Lavenère Wanderley e o Cel Maurício Cardoso, comandantes militares locais, não tinham conhecimento das mensagens recebidas, pois o Ten Agildo Barata encarregou-se de furtá-las.

Às 0300 h de 04 Out, civis conduzidos por Antenor Navarro juntaram-se a Agildo Barata e partiram para o assalto ao 22º BC, aproveitando-se da colaboração do revolucionário Juracy Magalhães, que era Of Dia. Houve um cerrado tiroteio no quartel, sendo atingido o Gen Lavenère, que veio a falecer pouco depois. Foram ocupadas a Escola de Aprendizes Marinheiros e a Capitania dos Portos, onde o Ten Jurandir Bizarria Mamede impediu que o navio Muniz Freire zarpasse do porto. As instalações públicas foram tomadas. O 25º BC sublevou-se e em pouco tempo a PB estava envolvida em delirantes vivas à revolução.

Organizaram-se imediatamente as colunas para marchar sobre Recife, Campina Grande, Natal e Fortaleza.

No Recife, a revolução mostrou-se indecisa, devido à resistência do 21° BC, assaltado pelo Ten Heli Coutinho, Agapito Soares e muitos civis, utilizando as armas do Tiro 333. Informado do que se passava, Juarez Távora deslocou-se para o Recife com reforços, ocupando o quartel da Soledade. A revolução cresceu entre a população civil; o Major Manoel Gomes abandonou o 21° BC e o Presidente do Estado, Estácio Coimbra, se deslocou em um rebocador para Tamandaré, de onde seguiu para Salvador e, desta cidade, para o RJ. No dia 05, o Cel Wolmer da Silveira entregou o quartel do Derbi, onde estava instalado o Comando da Polícia Militar de PE. O povo, nas ruas, ovacionou os revolucionários.

Em Belém, o 26° BC atacou o QG da RM, mas foi repellido. A situação foi controlada até a deposição de Washington Luís.

O martírio do Tenente-Coronel Pedro Ângelo

O 23° BC, de Fortaleza, deslocara-se para Souza, na Paraíba. Intimado pelos oficiais revolucionários a se render, o comandante Ten Cel Pedro Ângelo Correia, revidou a tiros e resistiu no seu posto de comando, instalado em uma das casas da localidade e cercado pela tropa rebelada.

De início o comandante contava com alguns homens. Por fim ficou sozinho e tentou explodir a munição que se encontrava no PC.

"Tudo o que de então por diante se passou..." – escreveu Gustavo Barroso:

"...tem um sabor de tragédia grega. É como se um herói da Ilíada ressurgisse em pleno sertão nordestino, armado com arma de fogo, em lugar de brandir a lança e a espada. Abandonado, ferido, exausto, o Tenente-Coronel Pedro Ângelo surgia nesta ou naquela janela apontando e disparando a pistola ou o mosquetão. Duelo impressionante de um homem sozinho contra um batalhão em revolta. O fuzil antepondo-se à metralhadora. Repetição da resistência de Carlos XII numa casa de Bender contra as hordas otomanas. Os atacantes assombrados bradavam: – Basta, comandante! Não lute mais!

Ele replicou, fora de si: – Não morrerei acuado como um cão! Vou morrer no campo da honra!

E saiu. Uma descarga [...] colheu-o junto ao portão de ferro. Tombou morto de frente, a parabelum na mão crispada, o rosto

sobre o chão sertanejo. Eram 7 horas da manhã. Os vivos à revolução saudaram o triunfo de um batalhão contra um homem... Quando um emissário da cidade de Souza foi a Fortaleza notificar a esposa do bravo comandante do que se havia passado, a fim de preparar-lhe o espírito para a triste nova, disse que ele estava preso; a corajosa mulher, que o conhecia intimamente, voltou-se para os filhos e falou:

– Meus filhos, botemos luto porque vosso pai morreu".

Em 1931, o mineiro de Alfenas foi promovido a coronel, post mortem. Em 1963, honrando sua memória, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei promovendo-o a Gen Div. Na pessoa de Pedro Ângelo, o governo e o Congresso homenageavam o espírito de sacrifício dos militares legalistas mortos no cumprimento do dever.

Assumiu o governo da Paraíba José Américo de Almeida.

Forças revolucionárias ocuparam Vitória, capital do ES, onde o Cap João Punaro Bley assumiu o governo local. Em outubro, a revolução já era vitoriosa em quase todo o país, restando apenas SP, RJ, BA e PA sob o controle do governo federal. As tropas legalistas instalaram seus QG na BA e em SP, na tentativa de deter os revolucionários que desciam do nordeste e subiam do Rio Grande do Sul para atacar o Rio de Janeiro.

A revolução em São Paulo – a Barreira de Itararé

Em São Paulo havia um grande problema a resolver. Itararé era uma barreira intransponível, a julgar pelo otimismo de Washington Luís.

O Gen Felipe Portinho invadira SC, partindo de Erechim e passando por Marcelino Ramos; cooperara na tomada de Herval, aprisionando o Gen Cândido Rondon.

Itararé era, em 1930, um vilarejo com sete mil habitantes, por onde passava a única ligação rodoferroviária entre o sul e o centro do país. A população, prevendo o conflito, preferiu abandonar suas casas e negócios.

Em pouco tempo, as forças legalistas ocuparam as melhores edificações. O Cel Paes de Andrade, comandante das tropas legalistas, instalou o seu posto de comando no prédio da estação ferroviária.

Em 05 Out, Curitiba foi dominada. Neste dia, morreu em combate o Major Luís de Araújo Correia Lima, idealizador e patrono dos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais de Reserva (CPOR e NPOR).

A vanguarda revolucionária partiu para o norte, visando invadir SP, sendo detida na cidade paulista de Itararé que havia sido ocupada por tropas legalistas. Em Itararé, as tropas legalistas foram dispostas pelo Cel Arnaldo de Souza Paes de Andrade em duas linhas de defesa: três mil homens da Força Pública paulista, 1.600 do Exército e mil voluntários, apoiados por canhões Krupp. O terreno beneficiava os defensores, pois o rio Itararé, pelo sul, representava obstáculo natural.

Do lado rebelde, o Cel Miguel Costa dispunha de 7.800 homens e 18 canhões Krupp modernos e com bom alcance. Montara seu dispositivo prevendo realizar um ataque frontal, de fixação, com 4.300 homens comandados pelo Cel Silva Júnior; um segundo grupamento, com Flores da Cunha, desbordaria pelo norte, visando cercar a força legalista em profundidade, em Ibiti; o terceiro, pelo sul, comandado pelo Major Alexínio Bittencourt e que dispunha de 1.600 homens, transporia o rio Itararé em um passo existente ao sul da cidade e atacaria o flanco da posição legalista; a reserva, em posição central, era comandada por Batista Luzardo. Seu QG instala-se em Sengés.

Tendo Paes de Andrade recebido reforços de 340 praças, 13 oficiais e 18 metralhadoras, vislumbrou a possibilidade de uma ofensiva sobre Sengés. Combinando a ação frontal do Cap Heliodoro com a desbordante do Cap Mário Rodrigues Alves, lançou-se ao ataque, mas Sengés resistiu, obrigando os atacantes a retrain.

Miguel Costa recebeu reforços e a luta passou a se travar pela posse da fazenda Morungava, elevação situada na margem sul do rio Itararé que tinha domínio de vistas e de fogos sobre as posições legalistas. Era essencial para ser ocupada pelos canhões que apoiariam o assalto de Miguel Costa, sendo conquistada a 17 de outubro por uma ação noturna preliminar do Ten Airton Plaisant.

Fortes chuvas mantiveram a situação estabilizada por 15 dias. Com a melhora do tempo, Miguel Costa preparou-se para desfechar o ataque final a Itararé, a ser desfechado no dia 25 de outubro. Mas não houve ataque, pois chegou a informação da deposição de Washington Luís e de que uma Junta Governativa fora instalada no Rio de Janeiro.

Em Itapitangui - Cananéia

Nesta localidade de SP ocorreu um fato insólito. O Cel da FPSP Pedro Árbues Rodrigues Xavier, já com 61 anos e na reserva desde 30 Ago 30, apresentou-se para combater a revolução. Incumbido de defender a região de Itapitangui-Cananéia, levou consigo um grupo de policiais e mais 50 voluntários civis. Em Cananéia,

alistou novos voluntários, instalou seu PC e passou a ministrar instrução aos civis. Sofrendo um violento ataque em 23 Out, Árbues resistiu até restar somente um único reduto. Intimado à rendição, declarou que "Um velho soldado da Força Pública morre, mas não se entrega". Esgotada a munição, Árbues atirou seu revólver e seu binóculo em direção aos atacantes e em seguida ele próprio se jogou, de peito aberto. Tombou varado pelos projetis. Seus oponentes o sepultaram e lhe prestaram as honras militares. Seus restos mortais estão no Cemitério da Consolação, em São Paulo (Revista da PMSP nº 30, de Abr/Mai/Jun de 2020).

O fecho da revolução

A revolução obteve vitórias em todos os pontos. Washington Luís queria resistir e conseguir recursos para barrar a progressão dos adversários. Irritava-se quando seus colaboradores se mostravam pessimistas com a situação. Assessores mantinham-no mal informado. A debandada dos Presidentes de Estado deixava ver claramente o sucesso do movimento. Havia resistência armada apenas em SP, no RJ, na BA e no PA. A convocação de reservistas não teve êxito. Os tênues laços que ainda ligavam o povo ao Presidente romperam-se.

No Rio de Janeiro, a população apoiava a retirada de Washington Luís e o entendimento com os revoltosos. Os oficiais-generais chegaram a essa mesma conclusão, encabeçando o movimento os Generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e José Fernandes Leite de Castro. A 23 Out, tropas marcharam em direção ao Palácio Guanabara, onde se achava o Presidente Washington Luís e o seu ministério. Na manhã de 24, aderiram a Vila Militar e Polícia Militar. O grupamento formado pelo 3º BI e pelo 2º GAC, colocado sob o comando do Cel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque pelo Gen Alfredo Malan D'Angrogne (Ch EME), tomou posição na Praia de Botafogo de onde avançou para tomar o Palácio Guanabara. A Polícia Civil capitulou, sendo postos em liberdade os presos políticos, inclusive o Tenente Cabanas, que se encontrava na Casa de Detenção.

Às 10 horas da manhã grande multidão cercava o Palácio do Catete. O Ten Setúbal pulou as grades do jardim e tomou posse do prédio em nome da Junta Militar; a tropa do Batalhão Naval, comandada pelo Tenente Loiola, não interferiu.

Os generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto apresentaram nesse mesmo dia a Washington Luís uma proposta para

que deixasse o governo. O Presidente rejeitou-a. Foi necessária a intervenção do Cardeal Sebastião Leme para que, afinal, o presidente deixasse o Palácio Guanabara, o que ocorreu às 17 horas. Logo depois formou-se uma Junta Governativa Provisória constituída pelos generais Mena Barreto, Tasso Fragoso e pelo Almirante Isaías de Noronha. Conforme Boris Fausto “A junta tentou permanecer no poder mas recuou, diante das manifestações populares e da pressão dos revolucionários vindos do sul” (Fausto, 2002, p.325).

Os revolucionários vitoriosos, tendo à frente Góis Monteiro, após ligações com a Junta, exigiram que o poder fosse entregue a Getúlio Vargas, que também mandou Osvaldo Aranha ao Rio de Janeiro parlamentar com a Junta. Na noite de 28 Out, Getúlio chegou à Estação da Luz, em São Paulo. No dia 31, estava no Rio de Janeiro. E, em 03 Nov, recebeu, da Junta Militar, o governo da República.

O caráter transitório da Revolução de 30

A Revolução de 1930 é incontestavelmente um marco indelével na marcha da evolução político-social brasileira, mas sua obra não poderia ter caráter definitivo. Pelas suas raízes político-partidárias, não conduzia um programa cuja execução exprimisse o sentido profundo da Revolução brasileira. Daí os desencontros de ideias e princípios. Além do mais, trazia no seu bojo remanescentes de outras tentativas, ao lado de políticos militantes liderando as respectivas correntes e de militares idealistas, mas não amadurecidos politicamente. Ela não foi realizada uma classe social específica, mas a Aliança Liberal foi amparada pela classe média e, no seu conjunto heterogêneo, os vencedores de 1930 eram díspares tanto social como politicamente.

Logo começaram a surgir desentendimentos. De um lado, os que acreditavam nela e esperavam, com o regime discricionário, revolucionar o quadro político-social brasileiro; de outro, os que, sentindo-se frustrados, trabalhavam pela volta do regime anterior.

Conforme Boris Fausto “um novo tipo de estado nasceu após 1930”, e três elementos se firmaram: “a atuação econômica, a atuação social e o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército- como suporte da criação de uma indústria de base e [...] como fator de garantia da ordem interna” (Fausto, 2002, p. 327).

Os combates da Revolução de 1930

Conforme Hernani Donato, foram 26 os enfrentamentos na Revolução de 1930. Destacamos os seguintes (local e data): Belo Horizonte (12° RI, 03/08 Out); João Pessoa (22° BC, 04 Out); Recife (21° BC, 04 Out); Sousa (23° BC, 04 Out); Sengés, PR (14 Out); Quatiguá (12 Out); Sengés/Morungava (11/17 Out); Serra da Garganta (16 Out); Itapitangui (Cananéia, 23 Out); e Sauípe (24 Out) (Donato, 1996, p. 163).

Iconografia da Revolução de 1930



Campanha da Aliança Liberal, Rio, 1929 (Fonte: BIBLIEX, 1998, p. 107)



**11 Out - Getúlio Vargas
deixa Porto Alegre para
assumir o governo
federal no Rio de Janeiro
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p.
109)**



**12 Out - Revolucionários de partida de Jaraguá, SC, para SP
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 109)**



**Chegada do Gen Tasso Fragoso ao Palácio Guanabara para convencer
Washington Luís a renunciar à presidência (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 112)**



Getúlio Vargas no Palácio do Catete em 31 Out, antes de ser empossado (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 113)



EVOLUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1920/30

A década de 1920/30 apresentou-se conturbada em relação ao EB e foi marcada pelas revoltas tenentistas. Ao mesmo tempo em que a MMF e os ensinamentos da Missão Indígena da EMR estavam em pleno desenvolvimento, sobressaíram-se as revoltas, motivadas por questões políticas. Sem sombra de dúvida, os militares, mormente os “tenentes”, colocaram-se contra os governantes legais na busca de maiores mudanças na política do país. Sobre isto, já existe abordagem em páginas anteriores desta obra, que destacou as causas e objetivos do Movimento Tenentista. Muitos “tenentes” alcançaram altos postos militares e políticos nas décadas seguintes. Assim, o desenvolvimento do EB, nesta década, sofreu esses contenciosos, deixando de alcançar conquistas, melhoramentos e evoluções no que se refere tanto à estratégia, à tática e, principalmente aos fatores de novos materiais e à logística, de maneira geral.

No período, o Brasil teve os presidentes Eptácio da Silva Pessoa (23 Jul 1919/15 Nov 1922); Arthur da Silva Bernardes (15 Nov 1922/15 Nov 1926); e Washington Luís Pereira de Sousa (15 Nov 1926/23 Out 1930). Os ministros da guerra foram: João Pandiá Calógeras (03 Out 1919/15 Nov 1922); Gen Div Fernando Setembrino de Carvalho (15 Nov 1922/13 Out 1923); interino Alm Alexandrino Faria de Alencar (13 Out 1923/02 Jan 1924); reassumiu Gen Div Setembrino (02 Jan/06 Abr 1924); interino Alm Alexandrino (06 Abr/12 Mai 1924); reassumiu Gen Setembrino (13 Mai/15 Jul 1924); e Gen Div Nestor Sezefredo dos Passos (15 Nov 1926/24 Out 1930). Durante seu mandato, o Gen Sezefredo foi substituído duas vezes pelo Ministro da Marinha Alm Arnaldo Pinto da Luz.

Conforme Frank McCann, na época o crescimento demográfico brasileiro chegava a 3,8%, a população era de, aproximadamente 30,635 milhões, e muito heterogênea. A educação era privilégio das elites e a coesão nacional ainda era pequena. As forças estaduais, principalmente RS, SP¹³ e MG, tinham bons efetivos e eram providas de bom material bélico, enquanto os efetivos do EB chegavam aos 40 mil homens. O recrutamento contava com seríssimos problemas e o analfabetismo entre os soldados era muito comum. Os trabalhos de EM ainda eram deficientes, aspecto que melhorou muito com a MMF em relação à EsAO e ECEME. Quanto à formação de oficiais, o Gen Tasso Fragoso já defendia a criação de uma escola nos moldes de West Point, o que se materializou na AMAN (McCann, 2009, p. 289).

Nos primeiros anos da década foram aprovados os regulamentos para o EME, para a Cav, para as escolas de intendência, para inspeções, revistas e desfiles, para os exercícios e tiro de Art, para o combate de Cav e para a Organização do Terreno (todas as armas). Em Dez 22, foi organizado o Exército em tempo de paz: cinco DI, três DC, uma Bda Mista e unidades independentes. Foi regulamentada a Aviação com uma Esqd de Observação, uma Esqd de Caça, uma de Bombardeio e uma Esqd Mista para o Mato Grosso. Foi regulamentada também a Cia de Carros de Assalto. Em Jan 22 foi alterado o Regulamento para a Diretoria de Tiros de Guerra. Em Abr do mesmo ano foram baixadas as Instr para os Centros de Instrução de Inf, Cav, Art e Transmissões, sendo que os dois primeiros sob a direção da MMF. A Escola de Aviação Militar foi aprovada em Dec. de 10 Jun 1922.

A gestão do Ministro Calógeras foi extremamente profícua. Além das acima citadas ele: alterou a divisão territorial militar, reorganizou

¹³ A FPSP contava, em 1926, com 14,2 mil homens.

a Art de Costa; organizou a Diretoria Geral de Intendência e a Instrução Física Militar para todas as armas e instituiu a EsAO. Remodelou o ensino da Escola de Estado-Maior; modificou o regulamento dos CM, os grandes comandos, os comandos de Bda, a Imprensa Militar, os serviços de campanha, de transmissões, de intendência, de material bélico, de saúde, de administração de corpos e estabelecimentos militares, oficiais de reservas e das coudelarias. Incrementou as indústrias militares e incentivou a ação da Missão Militar Francesa. Construiu e reparou grande número de quartéis e edifícios para os estabelecimentos militares. 61 novos quartéis foram construídos.

A gestão seguinte, do Gen Setembrino, deu continuidade às exigências do EB. Criou o Conselho de Justificação para oficiais, aprovou o regulamento para o Serviço Militar, para a Escola de Sgt, alterou o RUE, regulamentou o EME, a Escola Militar, e o Serviço de Engenharia, entre outras ações administrativas.

É oportuno registrar que o Ministro Setembrino enfrentou diversas revoltas, quais sejam, a dos 18 do Forte, as de 1923/24/25/26 no RS e em SP e combateu a Coluna Miguel Costa-Prestes. Este contexto prejudicou a evolução doutrinária e material do EB. Sobre isto, o Gen Tasso Fragoso comentou que que nos quatro anos do governo Artur Bernardes, os trabalhos no EM e no Exército em geral corriam algo desordenado, pois que a eles

“se antepunham a desordem e a instabilidade que os movimentos revolucionários e o estado geral dos espíritos geravam no seio do Exército” (FRAGOSO, Augusto Tasso. A Revolução de 1930. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 24, abril/junho, Rio de Janeiro, 1950)

O Ministro Gen Sezefredo criou a Arma de Aviação do Exército (Lei de 13 Jan 1927), regulamentou a Escola de Aviação, criou e regulamentou a Escola de Engenharia Militar, criou a Escola de Aplicação do Serviço de Veterinária (tendo como parte dela um Hospital Veterinário), e criou e regulamentou o Instituto Geográfico Militar, entre outras ações.



A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 EM SÃO PAULO

“À memória dos que, mortos, caíram em 1932.

Aos paulistas que, vivos, não caíram depois de 1932” (Paulo Duarte).

(Carneiro, 1965, p. 413)

Antecedentes e Introdução

A revolução de 1932 teve suas origens nos mesmos conflitos políticos que geraram a de 1930. O movimento do povo paulista foi muito significativo no conjunto das revoluções republicanas brasileiras pelo que representou de mobilização de esforços, de dedicação à causa comum e de resistência. Durou três meses.

Concorreram para sua eclosão as forças políticas alijadas do poder pela Revolução de 1930, as que não alcançaram o poder com o movimento e o anseio do povo paulista e de boa parte do brasileiro de ver legitimado por uma Constituição o governo recém-instaurado. Fora-se a República Velha e agora se apresentava outro quadro socioeconômico e político, mas faltava-lhe autenticidade.

A Revolução teve início em 23 de maio de 1932, quando o interventor de São Paulo era Pedro de Toledo, que viria a aderir ao movimento. O estopim foi o confronto ocorrido nesse dia na Praça da República, entre membros da Legião Revolucionária Getulista, fundada por Miguel Costa, e populares contrários ao que a Legião defendia. Nesse choque, onde foram usadas até armas de guerra, morreram os jovens paulistas Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo, que dariam origem à sigla MMDC que congregou os conspiradores revolucionários.

O levante teve lugar na noite de 09 Jul 1932, unindo tropas da Força Pública de São Paulo, algumas unidades do Exército, e voluntários paulistas. Assumiu o comando da 2ª Região Militar, em São Paulo, o Cel Euclides de Oliveira Figueiredo, na condição de revolucionário. Mais tarde viria, para o comando das operações, o Gen EB reformado Bertoldo Klinger. Ele foi um dos idealizadores da revista *A Defesa Nacional*, em 1913, tendo exercido grande influência cultural e doutrinária no Exército até 1922 tendo sido, até este ano, um dos representantes da influência militar alemã no EB. Atingiu o generalato em 1931.

Euclides Figueiredo cursou o CMRJ. Fez o curso de Cavalaria no Exército Alemão de 1910/12. Era veterano do Contestado. Chefiou o Curso de Cavalaria da Missão Indígena da EMR. Foi um dos 13 idealizadores da revista *A Defesa Nacional*, junto com Klinger. Portanto,

Klinger e Figueiredo eram dois Jovens Turcos. Como instrutores e escritores, através da A Defesa Nacional, eles revolucionaram a instrução e os costumes do Exército.

As Frentes de Combate, as Forças em Presença e as Operações

Os revolucionários de 1932 se organizaram em seis frentes: Frente Leste, ou do Vale do Paraíba; Frente Sul, ou Paranaense; Frente Mineira (menos Vale do Paraíba); Frente de Mato Grosso; Frente do Litoral (entre a Serra do Mar e o litoral norte de São Paulo) e a Frente do RS.

Frente Leste ou do Vale do Paraíba - Foi a principal frente revolucionária. Suas tropas combateram entre as serras da Mantiqueira e do Mar, de Guaratinguetá para o norte, até a fronteira São Paulo - Rio. Conforme Pedro Calmon, a única possibilidade de vitória para os paulistas era atuar na direção do RJ pelo eixo da ferrovia. Enquanto isso, a aliança entre os revolucionários de SP e MG era precária, pois não havia ligação efetiva e permanente entre as forças em operações, o que constituía uma vulnerabilidade.

As tropas legais atuaram na ferrovia e na antiga rodovia Rio - São Paulo, integrando a 2ª Divisão de Infantaria em Operações (2ª DIO), ao comando do Cel Euclides Figueiredo. A 2ª DIO contava com cinco destacamentos atuando em eixos diferentes:

- Dst Cel Andrade: foi o principal, ao longo da rodovia Rio-São Paulo;
- Dst Major Agnelo: combateu no eixo da ferrovia Rio-São Paulo. Este Dst e o anterior combateram na direção do RJ, seu objetivo;
- Dst Cel Sampaio: com PC em Cruzeiro, atuou cobrindo o flanco esquerdo do Dst Agnelo, dominando a ferrovia Sul-Mineira, com postos avançados no maciço do Túnel da Mantiqueira;
- Dst Cel Abílio Resende, com PC em Piquete: atuou no eixo da rodovia Piquete-Itajubá, na cobertura do flanco esquerdo do Dst Agnelo e controlando a importante Fábrica de Pólvora do Exército; e
- Dst Veiga Abreu: em reserva.

Contra esta frente revolucionária, a Leste, atuou a principal força governista, uma DI da 1ª RM, sob o Cmdo do Gen Pedro Aurélio de Góes Monteiro¹⁴ (depois substituído pelo Gen Álvaro Guilherme Ma-

¹⁴ O Gen Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi estrategista militar e político de raros méritos. Foi grande estudioso de Napoleão. Já havia atuado em SP, como Ch EM de uma força contra a Revolução de 24 ao comando do Gen Cândido Mariano Rondon. Foi líder militar da Revolução de 30. É grande a sua projeção no EB a partir de 1930.

riante) tendo, como Ch de EM o Cel Pantaleão da Silva Pessoa. Ela cobriu todos os setores do Vale do Paraíba e os que para ele convergiam, tanto no eixo Rio-São Paulo, quer no de MG e, mesmo, do litoral, de Angra dos Reis e Parati. As tropas governistas da Frente Leste foram reforçadas por outras vindas do Norte, do NE e do Sul. Contaram até com canhões navais montados em vagões ferroviários.

O PC governista foi instalado inicialmente na estação ferroviária de Resende, e contou com o apoio de uma base aérea estabelecida na área do atual Campo de Paradas da AMAN. Conforme o Cel Manuel Cambeses júnior:

A Aviação teve relevante papel na Revolução de 1932, embora os dois lados em luta dispusessem de poucos aviões. O governo federal contava com aproximadamente 58 aeronaves divididas entre a Marinha e o Exército [...]. Em contrapartida, os paulistas possuíam apenas dois aviões Potez e dois Waco, além de [...] aviões de turismo. No final de julho, o governo rebelde conseguiu mais um aparelho, trazido pelo tenente Artur Mota Lima, que desertou do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro (Cambeses Jr, 2000, p. 4).

Os aviões legalistas marca Waco eram conhecidos por “vermelhinhos”. Os rebeldes eram os “Gaviões de Penacho”.

Os destacamentos rebeldes Andrade e Agnelo progrediram na direção do Rio, respectivamente ao longo da antiga rodovia Rio-São Paulo, atingindo Formoso (Serro Frio), em São José do Barreiro (SP), e ao longo da ferrovia Rio-São Paulo, atingindo Salto, na fronteira RJ/SP.

Ao tentarem progredir no Estado do Rio, foram barrados por governistas, em Itatiaia, sobre a rodovia, e em Engenheiro Passos, que o Major Agnelo manteve até o final de julho, dominando a rodovia que hoje dá acesso ao circuito das águas.

Sobre o posto de comando do Dst Sampaio, em Cruzeiro, os governistas conduziram pesado bombardeio de Artilharia, do qual participou a aviação governista. Canhões de Marinha montados em vagões ferroviários bombardearam fortemente a estação de Vila Queimada.

Em agosto, os governistas desfecharam uma contra-ofensiva que obrigou os revolucionários ao retraimento e ao entrincheiramento em Queluz. Em setembro, os revolucionários se retiraram de Queluz e

ocuparam a linha de trincheiras Vila Queimada-Lavrinhas em 02 Set. Na frente de Silveiras, os revolucionários, em uma contra-ofensiva, impuseram revés ao 19º BC. O espaço na região de Silveiras foi disputadíssimo, com vitórias alternadas, até 12 de setembro (retirada para Jataí).

O Túnel da Mantiqueira - No setor do Túnel da Mantiqueira, em Cruzeiro, os revolucionários construíram uma linha de resistência balizada pelos picos da Gomeira, Cristal, Itaguaré e Gomeirinha, acima da boca do túnel voltada para Minas e nas escarpas. A posição começou a ser disputada em 16 de julho e os combates prolongaram-se até 27, por 11 dias, até a perda da posição pelos revolucionários, após épica e memorável resistência. Em 08 Set, os governistas atacaram fortemente o setor. Os revolucionários foram obrigados a deixar o setor do túnel, que caiu pela manobra governista que, de Resende, atacou Cruzeiro. Em Cruzeiro comandou os revolucionários o Cel Sampaio. As tropas paulistas não foram derrotadas. O local foi ocupado pelas tropas federais somente depois do retraimento dos paulistas para Guaratinguetá.

Nesta frente, combateram os futuros presidentes da República Gen Eurico Gaspar Dutra (Cel Cmt do 4º RCD de Três Corações) e Juscelino Kubistchek de Oliveira (capitão médico da PMMG).

Na área de Piquete foi mantida, em mãos revolucionárias, a Fábrica de Piquete. No início de setembro os revolucionários ocupavam a seguinte linha avançada: Piquete-Túnel da Mantiqueira-Fazenda Boa Vista-Pinheiros-Lavrinhas-Jataí.

Em 11 de setembro os revolucionários deram início à retirada para Guaratinguetá, fato determinado pela perda de Cachoeira Paulista.

Frente Sul ou Paranaense - Esta frente teve dois setores revolucionários: (1) Setor Baixo Parapanema: onde combateram ao longo das rodovias e invadiram o PR por Cambará, indo até Jaguariaíva, ao comando do Cel PM Pedro Dias Campos. (2) Setor Itararé-Ribeira: ao comando do Cel Brasília Taborda que, no 14º Batalhão, enquadrou universitários paulistas de Engenharia, Medicina e Direito.

Nesta frente, os governistas atuaram em dois destacamentos, ao comando do Gen Waldomiro Castilhos Lima¹⁵: (1) Dst Central: na fer-

¹⁵ Uma das unidades empregadas foi o então 9º RCI, atual 9º RCB, de São Gabriel, RS, em face da sua experiência na Revolução de 1930. O RCI foi deslocado para Jaguariaíva e combateu no Rio Apiaí-Mirim, Capela Santo Antônio, Serraria, Fazenda Santa Inez e Rio dos Cristais. Depois de acantonar na capital paulista, retornou a São Gabriel chegando em 17 Dez coberto de glórias. Em combate o Regimento perdeu sete integrantes, sendo um oficial (Lupchinski; Giorgis; Figueiredo, 2016, p. 263/285).

rovia Paraná - São Paulo, atuando sobre Itararé e Itapetininga e que penetrou em SP facilitado pela retirada dos revolucionários da excelente posição defensiva na Barreira Itararé; e (2) Dst de Jacarezinho: integrado por gaúchos voluntários ao comando do Cel da antiga Guarda Nacional João Francisco Pereira de Souza, “a hiena do Cati”, já conhecido.

Na estação ferroviária de Buri, ambos os combatentes escreveram páginas épicas. Foi onde se verificaram os maiores choques. A criatividade revolucionária idealizou e tornou realidade um trem blindado, tendo montado em plataforma um canhão 75 mm. Pressionados e em inferioridade numérica, os revolucionários executaram uma manobra retardadora, trocando espaço por tempo, em benefício da ação principal no Vale do Paraíba. Houve uma retirada de tropas governistas desta frente em função da mobilização de tropas revolucionárias do RS sob o comando do Cel João Francisco Pereira de Souza para combater o Dr. Borges de Medeiros, que se levantara em favor de SP.

Frente Mineira (excluído o Vale do Paraíba) - Na frente de MG existia um destacamento de valor brigada, sob o comando do Cel Francisco Jorge Pinheiro, que assim se desdobrou:

- um destacamento orientado sobre Ribeirão Preto, ao comando do Cel Manuel Rabelo e cuja missão principal era cobrir o acesso de Mato Grosso, via Santana do Paranaíba - Porto do Tabuado; e
- destacamentos nas regiões de Guaxupé, de Ouro Fino, de Pouso Alegre, de Itajubá e no eixo Passa-Quatro - Cruzeiro, ao comando do Cel Cristóvão Barcelos.

Os revolucionários exerceram fraca vigilância, com esparsos elementos da Força Pública e voluntários de São Paulo, no enorme arco balizado por Bragança Paulista-Campinas- Ribeirão Preto-Uberaba-São José do Rio Preto. A força governista, constituída pelo Dst Cel Manoel Rabelo, tinha a missão de isolar SP de Mato Grosso, de possíveis reforços vindos via Santana do Paranaíba e Porto do Tabuado. O Dst foi orientado sobre Ribeirão Preto.

Os revolucionários haviam se organizado em Bragança, Campinas, Mogi-Mirim, São José do Rio Pardo e Ribeirão Preto. Em 26 Ago, foram obrigados, por falta de munição, artilharia e por inferioridade numérica, a se retirarem para a linha do rio Peixe. Em 30, se retiraram para Mogi-Mirim. Nesta frente, destacou-se o Cap Romão Gomes¹⁶ (Cmt do

¹⁶ Romão Gomes era Cap da FPSP. Lutou nas revoluções da década de 1920. Formou-se em Direito pela então Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Em 1932 foi

1º Btl Paulista de Milícia Civil, 1 BPMC) que, recorrendo à guerrilha, conseguiu ganhar tempo.

Frente do Mato Grosso – Nesta frente, em Bela Vista, as primeiras ações foram do 10º RC, que ocupou parte da cidade. Forças constitucionistas vindas de Campo Grande enfrentaram parte do RC e tentaram aliciar quadros da OM, que se mantiveram fiéis ao governo. Um grupo de militares se decidiu pelo internamento no Paraguai.

Porto Murtinho apresentava alto interesse para dar continuidade à exportação de café, obtenção de fundos para o prosseguimento da luta e também para liberar as forças empenhadas. O combate em torno da cidade foi indefinido, dado o equilíbrio de forças. Atirando com granadas alto-explosivas, foi valiosa a colaboração da Flotilha de Mato Grosso na defesa de Porto Murtinho pelas tropas policiais e provisórias do Cel Mário Garcia da Rosa. Em 12 Set os governistas revertiram a situação, recalçando os adversários. Ao norte, em Porto Esperança, a situação continuou favorável aos revolucionários pois os governistas possuíam pequenos efetivos.

No eixo Campo Grande-Cuiabá os constitucionistas estabeleceram-se defensivamente em Coxim, visando a impedir ofensivas por parte da tropa adversária sediada em Cuiabá, caso buscasse junção com as forças provenientes de Minas, isolando Mato Grosso e São Paulo. A frente de Três Lagoas mereceu desde cedo atenção especial de parte do alto comando rebelde, pois previa-se a invasão de Mato Grosso por tropas vindas de Minas. A 21 Ago, a posição no rio Quitéria foi abandonada, sendo ocupada a linha do rio Sucuriú.

Foi notável a luta pela posse de Porto Murtinho, essencial à Revolução para a exportação de café, uma vez que o porto de Santos estava sob bloqueio naval governista. Somente em 12 de setembro os governistas conseguiram controlá-lo e assim sepultar as últimas esperanças revolucionárias de apoio em recursos externos.

Frente do Litoral (entre a Serra do Mar e o Atlântico). Os paulistas tinham, como missão, a defesa da cidade de Santos, o forte de Itaipu e o porto. Contavam com o Batalhão de Caçadores e duas Cias revolucionárias do EB. Precisavam também defender o flanco revolucionário

designado para Cmt do 1º BPMC, com 450 homens, a maioria jovens civis universitários voluntários, que alcançou sucessivas vitórias no conflito. Formou a “Coluna Rômão Gomes” ou “Coluna Invicta”, atuando no Setor Leste. A Coluna se tornou lendária, nunca derrotada. Foi promovido a Major em Set 1932.

rio, em Cunha, contra a ação de tropas legais, particularmente navais, lançadas a partir de Parati.

Os governistas tinham como missão o bloqueio de Santos, inclusive com apoio aéreo. O destacamento terrestre, em Parati, foi lançado na direção de Cunha, contando com fuzileiros navais. A faixa litorânea de SP ficou sob controle paulista até o fim do conflito em 02 Out 1932.

No setor de Santos não houve combates, somente divergências entre autoridades revolucionárias por questões hierárquicas. Registre-se, no Forte de Itaipu, um simulacro de canhão de costa com um toro de madeira como se fosse um canhão e que, como tal dizem, impôs respeito, da mesma forma que, em algumas frentes, as matracas, cujo som simulava metralhadoras.

Desde os primeiros embates, a Aviação do Exército e a da Marinha, fiéis ao governo, conseguiram a supremacia aérea. O Tenente Francisco de Assis Correa de Melo (Melo Maluco) destacou-se pelos voos de audácia e perícia. Não conseguiram impedir, no entanto, as incursões aéreas dos oito aviões "Waco" constitucionalistas. As missões de bombardeio não tiveram efeito prático, mas as de reconhecimento foram de grande valia para as posições e localização das tropas inimigas em deslocamento, assim também como para o lançamento de panfletos, em operações de guerra psicológica.

Frente do Rio Grande do Sul. Foram mobilizadas tropas da região da fronteira com o Uruguai sob a liderança do Dr. Borges de Medeiros, ex-presidente do RS, contra o interventor Gen Honorário Flores da Cunha. Em pequeno número os revolucionários, sob a liderança de Borges, teriam atingido o objetivo de fixar tropas governistas, evitando que fossem usadas contra São Paulo e provocando, inclusive, a retirada da Frente Paranaense de tropas gaúchas para combater a Revolução no Sul. Borges, com um pugilo de homens, manteve-se em campo até o término da Revolução em São Paulo, até ser vencido e aprisionado. Mas cumpriu, num contexto estratégico, sua ação diversionária para alívio da frente revolucionária paulista.

Aviação e Marinha - A aviação governista do Exército e da Marinha não impediram a ação da aviação revolucionária. Os bombardeios foram inócuos. Os aviões serviram para reconhecimentos e para o lançamento de panfletos. Foi nessa época que, triste com o emprego dado à sua invenção, Santos Dumont, o pai da Aviação, se suicidou. A Marinha atuou com eficiência no bloqueio naval de Santos. Os fuzileiros navais, desembarcados em Parati e atuando contra o flanco revolucionário na direção Parati-Cunha-Guaratinguetá, alcançaram bons

resultados, grande rendimento e proteção na manobra que forçou o Armistício.

A Pacificação

Por volta de 14 de setembro já se começou a falar em Armistício, pelas seguintes razões, depois de dois meses de intensa e brava luta:

- ser insustentável a situação econômica de São Paulo;
- falta de suprimentos e de munições; estas vinham em pouca quantidade e de má qualidade, produzidas pelas indústrias Matarazzo;
- abatimento moral do comando político da Revolução, que percebia toda a realidade da falta dos apoios prometidos, principalmente dos gaúchos, em razão de Flores da Cunha, seu interventor, haver apoiado o governo; e, finalmente
- a inviabilidade de êxito militar da Revolução¹⁷.

A linha Guaratinguetá foi bombardeada fortemente, em 20 de setembro, por aviões e Artilharia.

Com a perda de Cunha para os fuzileiros navais e a perda do túnel, facilitando o livre acesso de governistas mineiros ao Vale do Paraíba, o anel governista foi se fechando em torno de Guaratinguetá, onde se concentraram as últimas esperanças revolucionárias.

Em 27 de setembro, quando ia ser desfechada a ofensiva governista sobre Guaratinguetá, telegrama do Catete insinua a negociação de uma trégua. Ela é aceita e o Ch do EM governista Cel Pantaleão Pessoa, profissional de raros méritos, mas muito discreto, redigiu a Convenção de Paz em termos elevados e fraternos. Esta Convenção, em seu artigo V rezava, entre outras considerações:

“Reconhecimento da extraordinária persistência e bravura com que se bateram as tropas paulistas, de um modo geral. E, com esse reconhecimento, homenagear os nobres sentimentos daqueles revolucionários que, doravante, quisessem contribuir com a união dos brasileiros e trabalhar para a extinção das dissensões e ressentimentos políticos, restabelecimento da coesão e da Disciplina das Forças Armadas”.

¹⁷ Conforme Frank McCann, citando Napoleão Bonaparte, “a transição da defensiva para a ofensiva é uma das mais delicadas operações na guerra (McCann, 2009, p. 414).

Aceitas as condições propostas os comandos governistas se empenhavam em limitar, ao mínimo, as apurações das responsabilidades pela Revolução, e a entrega dos oficiais e praças prisioneiros.

A pacificação teve lugar em Aparecida, no posto de comando do Gen Góis Monteiro. O Gen Klinger enviou, até Cruzeiro, seus representantes que não concordaram com a Convenção. No entanto, os representantes da Força Pública de SP a aceitaram, depois de reunião em separado com o Cel Pantaleão Pessoa. Houve discordâncias entre Klinger e Euclides Figueiredo. Este, declarou-se disposto a prosseguir, mas em realidade, ao que parece, já não existiam condições operacionais e logísticas para tal. E teve fim o confronto militar.

A Convenção foi um exemplo de correção, de humanidade e de espírito democrático, emprestando grandeza ao Governo no momento da vitória. Constava do documento o seguinte:

"Reconhecendo a extraordinária resistência e bravura com que se bateram as tropas paulistas, de modo geral, prestando uma homenagem aos nobres sentimentos daqueles que daqui por diante quiserem contribuir para a união dos brasileiros e trabalhar para que se extingam, o mais cedo possível, os efeitos da luta armada como as dissensões e ressentimentos políticos; considerando a necessidade de restabelecer a coesão e a disciplina das Forças Armadas, a bem dos interesses superiores da Nação, uma vez terminada a luta pelas armas e reconhecida a autoridade do Governo da União com a submissão completa das FC (Forças Constitucionalistas), os comandantes dos dois destacamentos de Exército se empenharão junto ao governo provisório:

- a) para limitar a proporções as mais reduzidas a apuração das responsabilidades pelos acontecimentos transcorridos em São Paulo e noutros pontos do país, de modo a que incida apenas sobre as garantias de ordem político-militar e jurídico-criminal, necessárias para evitar a reprodução de acontecimentos idênticos, obtenha-se a restauração do organismo nacional e a satisfação das aspirações de todo povo brasileiro ao qual pertence, como um dos mais fecundos, o glorioso povo paulista.
- b) para entregar os oficiais das tropas irregulares paulistas que se acham prisioneiros (...)"

Os paulistas, batidos militarmente, conseguiram uma vitória política: a promessa de constitucionalização do Brasil e a nomeação de Armando Sales para interventor.

SP surpreendeu, nessa revolução, com a mobilização de homens e mulheres, recursos financeiros (campanha do ouro) e indústrias para

o esforço de guerra em prazos considerados impossíveis. Improvisaram linhas de fabricação de armas, granadas, morteiros (bombardas), máscaras contra gases, munição de artilharia, Vtr blindadas, telefones, capacetes, binóculos etc. Produziram material de saúde, alimentos enlatados, precursores das rações de campanha. Mobilizaram, até o 3º dia, 50 mil homens, organizados em 40 Btl e que demonstraram grande vontade de combater, mas que careciam de instrução, armamento e chefes para enquadrá-los em quantidade necessária, para atuarem num quadro de guerra moderna, como foi o caso dessa Revolução. Entre as armas fabricadas pelos paulistas, ficou famoso o Morteiro Major Marcelino¹⁸ (MMM), construído pelo oficial da Força Pública deste nome e pelo engenheiro Jorge de Resende.

Muito contribuiu para o moral dos revolucionários a pregação pelo rádio de Cézar Ladeira e o toque do dobrado Paris Belfort, que se tornou uma espécie de hino de guerra revolucionária e que, até hoje, causa emoções nos descendentes dos veteranos paulistas.

As mulheres paulistas se mobilizaram e atuaram na mobilização industrial, confeccionando uniformes, numa amostragem do que aconteceria com a mulher americana na II GM. As mulheres mobilizadas foram em número de 72.000. São Paulo emitiu bônus, dinheiro e selos.

A logística foi levada a sério através do Serviço de Abastecimento das Tropas em Operações (SATO) e da “Casa do Soldado” para o atendimento das tropas.

Objetivando conseguir armamentos, o comando revolucionário enviou aos EUA Manoel José Ferreira o qual, naquele país, comprou o iate Ruth e algum material bélico, tudo apreendido pelos legalistas quando efetuava o desembarque no litoral paulista. O mesmo ocorreu com a carga de 50 canhões antiaéreos que se encontravam no navio Jaboaão.

Causas da derrota e da vitória

Conforme Bento; Giorgis (2016, p. 483) as causas da derrota constitucionalista foram as seguintes:

- dos 70 mil homens mobilizados, foi claro o despreparo militar de, pelo menos, 50 mil voluntários recrutados;

¹⁸ Na primeira experiência do Mrt um estilhaço matou o Major Marcelino. Morreu também o Cel Julio Marcondes Salgado e foi ferido o Gen Klinger (Carneiro, 1965, p. 406).

- falta de armamentos e equipamentos de qualidade adequados para o combate e a pouca instrução de manejo dos existentes;
- falta de oficiais e graduados profissionais das armas, para adaptar e adestrar, em tempo recorde, os numerosos voluntários;
- plano eminentemente defensivo dos revolucionários, ao invés de ofensivo, o que não poderia ser de outra forma, dentro de suas possibilidades críticas de meios. Não podiam tirar partido dos Princípios de Guerra da Ofensiva, da Manobra e da Massa, como o fizeram da Segurança e da Economia de Meios. Foi um plano com viabilidade de sucesso caso tivessem recebido o apoio do RS, de Mato Grosso e MG. Entretanto, em suas memórias, o Marechal Pantaleão da Silva Pessoa diz que foi inexplicável a parada das forças paulistas na fronteira SP-RJ, pois não havia qualquer defesa preparada para se lhes opor no Rio de Janeiro. Teriam desembarcado na Estação Dom Pedro II (atual Central do Brasil) e marchado sobre o Catete.
- ausência de ligações físicas com os revolucionários gaúchos, mineiros e mato-grossenses, o que os desestimulou; e
- improvisação na organização das grandes unidades, do comando, do apoio em administração e da mobilização, muito aquém do necessário; - carência de comunicações entre as frentes revolucionárias.

Conforme os mesmos autores (Idem, p. 484), foram as seguintes as causas da vitória das tropas governistas:

- envolvimento militar rápido de SP, por terra e mar, o que determinou o seu isolamento de possíveis apoios terrestres e navais vindos de Mato Grosso, MG e RS, e mesmo do exterior;
- as forças legais, que chegaram ao efetivo de 80 mil homens, obrigaram a revolução a combater em três importantes frentes, a do Vale do Paraíba, a Mineira e a Paranaense, sem poder apoiar o flanco esquerdo em Mato Grosso e Minas, fixar importantes efetivos governistas no Rio Grande do Sul e proporcionar segurança à Retaguarda;
- ação diplomática eficaz para prevenir reconhecimentos internacionais;
- descentralização das operações, delegando aos subordinados a responsabilidade por elas;
- adequado apoio logístico e rapidez na mobilização e transporte de tropas nortistas, nordestinas e sulistas para combater a revolução; e
- atuação política eficaz junto aos governos do RS e MG, no sentido de neutralizar os efeitos da revolução naqueles estados.

O CC Renault FT-17 esteve presente pelo lado legal, e pelo lado rebelde, a indústria paulista fabricou ou adaptou diversas Vtr blindadas.

Conclusões

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi o maior movimento armado interno no Brasil. As perdas humanas foram em torno de 600 vidas. Os combatentes de ambos os lados superaram as expectativas em valor, criatividade e elevação moral e espiritual. Foi um episódio de ensinamentos militares que enriqueceram, de muito, o patrimônio cultural militar brasileiro, prestes a enfrentar uma luta com algumas semelhanças na Itália na II GM, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em 1932, segundo Guilherme de Almeida, “marchou o soldado paulista, marcou o seu passo na História, deixou na terra uma pista, deixou um rastilho de glória”.

As perdas do lado legalista foram estimadas em 1.050 mortos.

De qualquer forma, esta revolução “mostrou o quanto o EB estava mal preparado para combater” (McCann, 2009, p. 420).

Qual a significação histórica da Revolução de 32? Os que a fizeram justificaram-na com a necessidade de fazer retornar o país à normalidade constitucional, tachando de absolutamente ditatorial, unipessoal e unívoco o governo dito Provisório instaurado pelos tenentistas e os liberais de 1930. Os que a condenam dizem-na revanchista, destinada a restaurar no poder as oligarquias derrubadas em 1930.

O Gen Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra, em 1932 afirmou: “... o povo de São Paulo está sendo iludido e explorado pelas sereias da politicagem...”.

O Marechal Osvaldo Cordeiro de Farias viu assim o movimento:

“Não foi um encontro ideológico. Foi uma luta essencialmente política... O confronto era de natureza política e não ideológica entre o Brasil e São Paulo... não éramos inimigos mas adversários”.

Juscelino Kubitschek, oficial médico atuante contra a revolução, a viu por ótica especial: “Foi uma daquelas causas pelas quais os homens podem viver com dignidade e morrer com grandeza”.

O Gen Góes Monteiro, comandante governista na frente norte, preferiu ser incisivo em Ordem do Dia: “... obra demolidora de políticos facciosos, ambiciosos e inescrupulosos”.

Mas Alzira Vargas, auxiliar do pai na tarefa de comandar a repres-
são, entendeu de outra maneira:

“A Revolução constitucionalista não era nem uma nem outra coisa. Não era uma revolução. Era uma represália. Não era constitucionalista, pois apenas contribuiu para perturbar a constitucionalização do país”.

Da solidariedade mantida entre o povo paulista dá notícias o General Klinger:

“... os ricos entregam o seu ouro, com discrição britânica e bravura romana; as senhoras despojam-se de suas joias; os bispos entregam o ouro das igrejas e as suas próprias cruces pastorais; os casais pobres levam à coleta suas alianças; os advogados, os médicos, os seus anéis...”.

No terreno militar cabe a referência encontrada na História do Exército Brasileiro:

“O nosso maior movimento armado. O valor e a capacidade do homem, do brasileiro em face da adversidade superaram todas as expectativas, não só no campo material, das improvisações e imaginação, mas, também, no campo da elevação moral e espiritual, diante da causa e motivação para a defesa das suas convicções”.

Seria obra da Frente Única, devendo irromper em vários estados. Mas somente cumpriram o combinado São Paulo e a parte sul de Mato Grosso, embora ocorressem pequenos levantes no RS, no PR e em MG, e pronunciamentos no AM e na BA. Em SP, uniram-se os dois partidos políticos - Republicano e Democrático - com adesão popular total, consagrada pela ida aos postos de alistamento de 38 mil voluntários e a oferta de 170 mil homens e mulheres para trabalhos auxiliares. A mobilização das técnicas e da economia permitiram a rápida fabricação de material bélico. Porém, tudo isso e um Exército à base de voluntários bisonhos estruturados ao redor de unidades do Exército e da Força Pública não bastaram para enfrentar o maior e mais poderoso complexo militar até ali mobilizado no país. O bloqueio do litoral, principalmente do porto de Santos, impediu contato dos revolucionários com o exterior e frustrou as poucas tentativas de fornecimento bélico. Iniciada a 09 Jul, a Revolução resistiu até 02 Out.

Os principais líderes constitucionalistas foram detidos no navio Pedro I e logo depois no Siqueira Campos. Acabaram exilados em Lisboa, ficando impedidos de votar e serem votados nas eleições de 1933.

Não obstante a capitulação, São Paulo estava vitorioso na paz. O sangue derramado não foi em vão. Getúlio Vargas fora magnânimo na vitória. Respeitou o adversário que se batera valentemente. São Paulo foi tratado com nobreza. Além disso, verificou-se o desmantelamento do tenentismo e do outubrismo¹⁹.

Significativa parcela dos revolucionários de outubro, a partir daí, em desespero, desviaram-se para a esquerda, que transitaria do socialismo em 1933 para a Aliança Nacional Libertadora dois anos mais tarde. A eleição da Constituinte e a promulgação da Constituição em 1934 vieram enfatizar a vitória moral, que mais se acentuou com a nomeação de Armando de Sales Oliveira para a interventoria paulista, sucedendo a Herculano de Carvalho e Silva e ao General Waldomiro Castilho de Lima.

Comenta Pedro Calmon:

"O General Daltro Filho foi quem deu posse ao engenheiro Armando de Sales Oliveira, recomendável, por suas nobres qualidades pessoais, e até pelo alheamento partidário, para a função e a conjuntura. Exerceu-a com circunspeção e dinamismo (...) mas disposto a reerguer São Paulo ao nível das altas soluções da República. Tornou-se natural pretendente à chefia da nação em 1936".

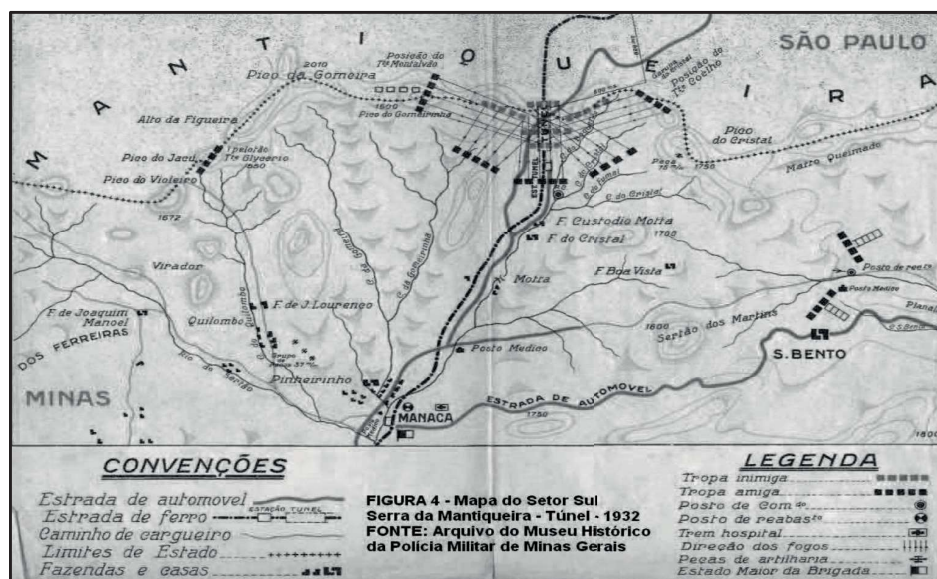
O historiador Hernani Donato (1996, p. 163) lista 84 enfrentamentos entre legalistas e revolucionários em 1932, sendo o primeiro em Santos a 12 Jul e o último em 04 Out em Campo Grande, Mato Grosso.

¹⁹ Ideologia dos partidários dos ideais da Revolução de 03 de outubro de 1930.

Iconografia da Revolução de 1932



Placa no Túnel da Mantiqueira (Fonte: <https://ultimosegundo.ig.com.br/policia/2018-08-16/revolucao-de-1932-pm.html>)



Setor Sul – Serra da Mantiqueira (Fonte: <C:/Users/LUIZ/Downloads/120-Texto%20do%20Artigo-355-1-10-20170602.pdf>)



Bloqueio do Túnel da Mantiqueira, 1932. Disponível em: <https://seuhistory.com/noticias/revolucao-de-1932-nadivisa-entre-sao-paulo-e-minas-gerais>. (Acesso em 27 Ago 2017).



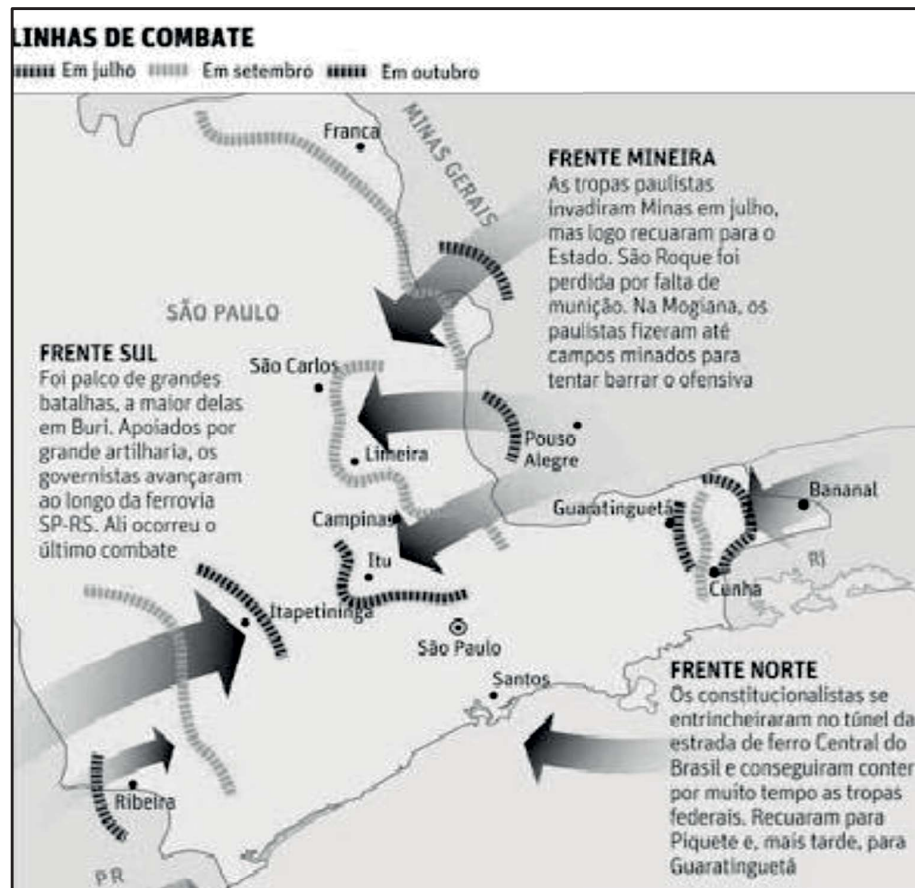
Soldados em trincheira na cidade de Silveiras/SP, 1932. Disponível em: http://www.silveirasemfoto.com/2013/09/silveiras-e-revolucao_19.html/. (Acesso em 27 Ago 2017).



Ao lado, MMDC. Disponível em: <https://seuhistory.com/noticias/propagandade-guerra-cartazes-da-revolucao-de-32>. (Acesso em: 11 Ago 2017)

Ao lado:
MMDC. Disponível em:
<https://seuhistory.com/noticias/propagandade-guerra-cartazes-da-revolucao-de-32>. (Acesso em 11 Ago 2017)





Linhas de Combate em 1932. Fonte: Folha de S. Paulo, 2002. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/07/09/2/>. (Acesso em: 02 Ago 2017)

Imagens diversas, todas da BIBLIEx, 1998, p. 119/123



23° BC do CE no Vale do Paraíba



Soldados legalistas em posição



QG em Aparecida do Norte: ao centro o Gen Góis Monteiro



Trincheira legalista na Serra da Mantiqueira



Trincheira constitucionalista no Setor Sul



A INTENTONA COMUNISTA DE 1935

O comunismo não é a fraternidade; é a invasão do ódio entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho: bane Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do Criador” (Rui Barbosa).

Raízes do levante

Para compreender os dramáticos acontecimentos de Nov 1935 terá que se voltar algumas páginas atrás na nossa história política e rememorar as origens do Movimento Comunista no Brasil.

Após a Revolução Bolchevista de 1917 na Rússia intensificou-se no mundo inteiro a propaganda ideológica marxista-leninista, antes mesclada às manifestações do anarquismo e sem maior expressão.

No Brasil, desde 1919 foram registradas várias tentativas de implantação da ideologia comunista. Entretanto, somente a realização de um congresso em Niterói, nos dias 25,26 e 27 de março de 1922, concretizou o objetivo de fundação do Partido Comunista do Brasil na mesma capital, oficializando assim o início da propagação da principal bandeira comunista em nosso país: a luta de classes. O Congresso Constitutivo do Partido Comunista logo aderiu ao Movimento Comunista Internacional, aceitando as 21 condições de admissão à Terceira Internacional²⁰, também conhecida como Komintern, em Jan 1924. Esta agência central fundada por Wladimir Ilitch Ulianov (Lênin) em 1919 passara a ser a pedra angular da política exterior russa, depois soviética. Através dela Moscou, impondo disciplina férrea aos militantes, dirigia as atividades comunistas do mundo inteiro.

Dentre as citadas 21 condições merece destaque especial a 6^a, como expressão do fanatismo ideológico que o Komintern procurava engendrar nas organizações bolchevistas:

"Todos os Partidos Comunistas devem renunciar não somente ao patriotismo como também ao pacifismo social e demonstrar

²⁰ A I Internacional é de 1864 em Londres, como Associação Internacional dos Trabalhadores. A II é a de Paris, em 1889. A III é de 1919, em Moscou, fundada por Lenin.

sistematicamente aos proletários que sem a derrubada revolucionária do capitalismo não haverá desarmamento e paz mundial".

Inaugurava-se pois o comunismo no Brasil negando a índole pacífica do povo e a noção de Pátria. Nos primeiros anos de atividade, ele desenvolveu intensa infiltração, procurando agitar principalmente os meios operários.

A reação legal determinada pelo governo, consciente dos objetivos perniciosos do movimento, e mais tarde a intervenção das correntes de direita, inspiradas na versão nativa do fascismo em ascensão na Europa, começaram a neutralizar fortemente a ação vermelha, que não conseguiu obter o apoio popular e assim revelou grande vulnerabilidade.

Sob a ameaça de desagregação, a organização comunista brasileira sentiu a necessidade de atrair um líder que pudesse polarizar a atenção e a admiração das massas, dando autenticidade ao movimento. Entre os nomes lembrados destacou-se o do ex-capitão desertor do Exército Brasileiro Luiz Carlos Prestes (LCP).

O Cavaleiro da Esperança

Prestes adquiriu renome nacional após a Revolução de 1924, quando, com um grupo de revolucionários, percorreu durante três anos grande parte do território nacional, perseguido pelas tropas legalistas que jamais conseguiam agarrá-lo – a Coluna Miguel Costa-Prestes. Dessa façanha derivou-se o cognome de Cavaleiro da Esperança. Após essa aventura a Coluna, derrotada, internou-se na Bolívia. Meses depois Prestes foi procurado em Porto Suarez, na Bolívia, por Astrojildo Pereira Duarte, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual recebeu, após longas conversas, várias obras de doutrinação marxista-leninista. A semente estava lançada.

Em agosto de 1929, quando o PCB pensou em lançar um candidato próprio à Presidência da República, o nome de Prestes foi lembrado e Leôncio Basbaum foi encarregado de convidá-lo. O convite foi recusado. Nesta época, LCP estava auto-exilado em Buenos Aires.

Antes da Revolução de 1930, alguém se lembrou dele para a chefia militar da revolução. Foi então convocado para se entrevistar com Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. De regresso à Argentina, porém, Prestes lançou um manifesto no qual condenava a revolução que se articulava e fazia nova profissão de fé, aderindo ao Comunismo.

Em 1931, os agentes soviéticos Max e Olga Pandarkye convenceram Prestes a seguir para a URSS a fim de aprimorar seu doutrinamento político. Durante alguns anos LCP fez cursos de liderança e capacitação marxista-leninista, ao mesmo tempo que trabalhava como engenheiro em Moscou. Na URSS, foi eleito membro do Comitê Executivo do Komintern. Voltou ao Brasil em Abr 1935 para assumir a liderança do movimento comunista, quando se tornou o presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora, mentora da rebelião que se preparava.

Transformara-se em fanático do credo vermelho, abdicando de seus próprios sentimentos nacionalistas em nome dos quais levantara a bandeira de rebeldia anos atrás. Em 1946, iria comprová-lo, pois, anistiado e senador, surpreenderia o Senado Federal com a declaração de que, se o Brasil estivesse em guerra com a União Soviética, jamais pegaria em armas contra os soviéticos.

Aliança Nacional Libertadora - organização de fachada do PCB

No Brasil, como no resto do mundo, na década de 30, enfrentavam-se duas correntes ideológicas irreconciliáveis, provindas de modelos europeus – o Comunismo e o Fascismo, sendo que este era representado desde 1932 pelo movimento integralista, liderado pelo escritor Plínio Salgado. Enquanto o Comunismo procurava conquistar o proletariado, o Integralismo voltava-se para a classe média. O lema que adotara, "Deus, Pátria e Família", sensibilizava o público brasileiro. Apesar do alegado desígnio de oferecer apenas uma barreira à infiltração vermelha, angariando com isto a simpatia de várias correntes cristãs, inclusive altos dignitários da Igreja, do Governo e das Forças Armadas, o movimento alicerçava-se, à semelhança do Comunismo, em concepção totalitarista, reivindicando para o país um chefe supremo todo-poderoso e um único partido político. Sua simbologia imitava os padrões de Hitler e Mussolini – a camisa verde, a saudação indígena "Anauê" e as demonstrações militarizadas seguiam o padrão do fascismo internacional. O movimento, porém, não teve vida longa. Perdeu toda a impulsão em maio de 1938, num golpe frustrado contra o Palácio Guanabara, na tentativa de depor Getúlio Vargas.

O Comunismo, revigorado pela adesão de Prestes, conseguiu grande expansão, infiltrando-se inclusive nas Forças Armadas, onde alguns jovens oficiais, em geral doutrinados desde os bancos escolares e insatisfeitos com os rumos da Revolução de 1930, foram atraídos

pela personalidade do líder e pela retórica de renovação política e social que vinha nas resoluções do PCB.

À medida que o partido se ampliava, cresciam as dificuldades. Mais frequentes tornavam-se os choques com o Integralismo e mais visado se mostrava o aparelho dirigente comunista. Sentiram os líderes a necessidade de criar uma frente ostensiva, que, mascarando a base ideológica comunista, permitisse o trabalho político legal para a conquista do poder. Resolvidos a tomar a ofensiva, fundaram em 30 Mar 1935 a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de fachada, dentro da pura técnica das frentes únicas que em alguns países constituíram verdadeiras filiais do Partido Comunista. Assim, a ANL não era somente um "movimento antifascista", como apregoava. Era uma autêntica frente comunista. Embora nem todos os aliancistas fossem necessariamente comunistas, a orientação e as decisões eram formuladas integralmente pelo PCB. Prestes, aclamado presidente de honra da ANL, na reunião de 30 Mar 1935, no Teatro João Caetano, Rio de Janeiro, informou ao Secretário Nacional do PCB:

"Tomamos pelo único caminho que nos poderá realmente levar ao poder soviético e ao socialismo".

O Manifesto da ANL, lançado em março de 1935, era assinado por diversos comunistas e estabeleceu o seguinte programa: "combate ao imperialismo anglo-americano e ao fascismo, pelas liberdades". O lema era "Todo o poder à ANL", tal como "Todo o poder aos soviets".

Em discurso proferido no VII Congresso da III Internacional reunido em Ago/Set 1935 em Moscou, o delegado chinês Van Mine, membro do Comitê Executivo do Komintern e relator dos assuntos relativos à América do Sul, disse:

"Devo expor a todos os camaradas que se interessam pelo desenvolvimento e expansão do Comunismo na América Meridional que no Brasil já existe uma ampla e bem organizada associação, denominada Aliança Nacional Libertadora, e da qual já participa um grande número de oficiais do Exército e da Marinha Brasileira. Essa Aliança foi criada sob a orientação secreta, mas direta, do Partido Comunista Brasileiro, segundo as instruções confidenciais recebidas da Legação Soviética em Montevideú. Essa Aliança segue cegamente as ordens do nosso bravo camarada Prestes que foi, em numerosos comícios públicos realizados no Brasil, aclamado como seu chefe absoluto e presidente de honra".

Ordens do exterior

Antecipando-se à criação da ANL, em fins de 1934 as Conferências Comunistas da Grande Ásia e da América Latina já haviam deliberado iniciar a revolução comunista no Brasil, mesmo sem as condições ideais para a eclosão. A decisão foi tomada por sugestão do delegado russo/judeu Dmytro Zakharovych Manuisky e de delegados brasileiros que acreditavam ser preferível uma ação rápida e violenta a uma demorada ação subversiva.

Para preparar e dirigir o movimento armado, o Komintern enviou o agitador internacional Arthur Ernest Ewert (Harry Berger), ex-deputado comunista no Parlamento da Alemanha e processado em seu país natal por alta traição. Além dele chegaram Rodolpho Ghioldi, secretário geral do PC argentino, Pavel e Sofia, ucranianos, agentes da cúpula do Komintern, que se fizeram passar pelos belgas Léon Jules e Alphonsine Vallé. Estes, fugiram do Brasil em Mai 1936. Ainda podem ser citados o italiano Amleto Locatelli, conhecido por "Bruno", Johann de Graaf, conhecido por "Franz Gruber", a mulher de Arthur Ewert, Elise Saborowski (Sabo), e Olga Benário, incumbida de acompanhar Prestes ao Brasil, alemã e judia, agente do serviço de espionagem russo.

Aproveitando-se da cobertura proporcionada pela ANL, da assessoria estrangeira e do regresso de LCP em Abr 1935, o PCB entrou em fase de grande movimentação: intrigava, conspirava e aliciava em todos os setores. Realizava infiltrações nos sindicatos e, particularmente, nos quartéis. Em sua tática de jogar uns contra os outros, os comunistas decidiram que em SP e no RS a ANL devia pregar o separatismo; no RJ, deveria mobilizar a opinião pública contra os separatistas paulistas e gaúchos; no Norte e no Nordeste devia-se explorar o sentimento de revolta contra os privilégios concedidos ao Sul.

Eis o que escreveu Honório de Freitas Guimarães em seu livro *Rapport sur l'arrestation du camarade Ewert*. Moscou: 1938:

"Eu conduzi o camarada Ewert antes da chegada de Prestes ao Brasil aos simpatizantes de Niterói onde estava escondido o camarada Tampinha que deveria partir para o Nordeste em vista da intensificação do trabalho visando um levante pela constituição de soviets, e o camarada Ewert lhe transmitiu uma série de experiências do movimento soviético chinês" (apud WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 59).

A técnica subversiva despertou a atenção das autoridades. A 11 Jul 1935, pelo Decreto nº 229, o governo determinou o fechamento da ANL e a dissolução de outras frentes congêneres: a União Feminina do Brasil e a Aliança por Pão, Terra e Liberdade.

Os comunistas sentiram crescente oposição às suas atividades de propaganda e agitação. A polícia agia com energia, vasculhando arquivos e efetuando prisões que abalaram o movimento. Apesar disso, o Komintern exigia ação. Pressionado, Prestes concordou com o desencadeamento imediato do movimento armado. Em Nov, foi deflagrada a chamada “intentona” (ataque insensato) que, apesar de efêmera, manchou a história pátria com o sangue de numerosos brasileiros.

O desgoverno bolchevista em Natal

Antecipando-se em quatro dias à data prevista nos planos comunistas, a revolta eclodiu em Natal a 23 Nov 1935, um sábado. Os sargentos, cabos e soldados rebelados no 21º BC, tiraram partido do meio expediente e, com o auxílio de civis extremistas, prenderam o Of Dia e se apoderaram do Armt e da munição da unidade.

O Governador do RN, Rafael Fernandes, e seus auxiliares, que assistiam a uma formatura no Teatro Carlos Gomes, ao tomar conhecimento da revolução, resolveram se refugiar em um petroleiro da Air France. O Cel José Otaviano Pinto Soares, Cmt do Btl, sem meios para reagir, procurou o quartel da Polícia Militar onde, juntamente com seu Cmt, o Major Luís Júlio, organizou uma resistência que durou das 20 horas do dia 23 até a manhã seguinte, apesar do intenso fogo assestado pelos comunistas contra o quartel. Sem munição, os legalistas tiveram de se render, sendo levados para dois navios de guerra mexicanos que se encontravam no porto.

Caindo a última resistência, a cidade ficou inteiramente nas mãos do primeiro e último governo comunista que conseguiu ser implantado no Brasil. O Comitê Popular Revolucionário, que por três dias dirigiu o RN tinha como Ministro do Interior o funcionário Lauro Cortez Lago, o cérebro da revolta; Ministro da Defesa o Sgt Quintino Clementino de Barros, da Banda de Música do 21º BC; Ministro do Abastecimento, o sapateiro José Praxedes de Andrade; Ministro das Finanças, o funcionário dos Correios e Telégrafos José Macedo; Ministro da Viação, o estudante João Batista Galvão. Por outro lado, assumiram o comando da guarnição federal e do 21º BC, respectivamente, o Sgt Elizi-

el Diniz Henriques e o Cabo Estêvão. Cenas impressionantes ocorreram nessa ocasião. No dizer de Enock Garcia,

"começou a caça aos automóveis e caminhões públicos e particulares para as farras sangrentas da turma, que praticou violência de todos os matizes. Três dias e três noites de horror e desespero viveu a população pacata de Natal, constrangida a assistir, inerte, à dramaticidade dessas horas trágicas. Saques, estupros e arrombamentos foram praticados pelos comunistas. Os cofres do Banco do Brasil, da Delegacia Fiscal e da Recebedoria de Rendas foram abertos a maçarico e esvaziados".

Segundo posterior depoimento de uma testemunha ocular,

"o povo de Natal topou a revolução de pura farra. Saquearam o depósito de material do 21° BC e todos passaram logo a andar fantasiados de soldado" (Carneiro, 1965, p. 419).

Visando a conquistar o restante do Estado, os comunistas organizaram-se em três colunas, chegando a ocupar as localidades de Ceará-Mirim, Baixa Verde, São José do Mipibu, Santa Cruz e Canguaretama.

A contra-revolução veio do interior. O chefe político do município de Seridó, Dinarte Mariz, mais tarde Governador do Estado, reuniu uma força de sertanejos, escassamente armados mas, mesmo assim, conseguiu destroçar os rebeldes em Serra Caiada; os vencidos deixaram mortos e feridos e algum material bélico.

Dinarte Mariz prosseguiu com sua força ocupando Pannels e travando com os rebeldes um último combate na Serra do Doutor, onde dizimou os revoltosos com o valioso apoio da PM da Paraíba. Ao mesmo tempo, o "Comitê Popular" tomava conhecimento do fracasso da revolta em Pernambuco e dos preparativos do 20° BC de Maceió, juntamente com a Polícia Militar da PB, para invadir o Estado.

Não havia mais esperanças de reforços. Só restava debandar. E os integrantes do único governo comunista no Brasil abandonaram Natal, carregando consigo a vultosa quantia de três mil contos de réis roubados dos cofres arrombados na cidade.

Tropas do EB e das polícias estaduais capturaram todos os implicados, os quais foram responder na Justiça por quase 20 mortes.

Os acontecimentos na Escola Militar do Realengo

Na EMR, o Cmt era o então Cel Mascarenhas de Moraes. Este é o seu relato em MORAES, João Baptista Mascarenhas de. Memórias, 1º vol. Rio de Janeiro: BIBLIEx/José Olympio, 1969, p. 94/96:

Cerca de duas horas da madrugada desse dia 27 de novembro, dois oficiais da Escola de Aviação Militar [...] vieram à minha residência, no Realengo, comunicar-me que parte dos Of/Sgt daquela Escola iniciaram um movimento revolucionário de caráter comunista. Imediatamente desloquei-me [...] para a Escola [...]. A EMR, mantida em meia prontidão, nada apresentava de anormal. Os oficiais de serviço estavam a postos. Face à situação, tomei de imediato as medidas que se impunham. Ao toque de "alvorada" e, em seguida, ao de "reunir", o corpo de cadetes, antes do raiar do dia, estava formado no primeiro pátio da Escola, totalizando [...] cerca de mil cadetes. Dirigindo-me aos meus comandados, dei-lhes conhecimento da situação: - A Escola de Aviação Militar está revoltada. Nossa escola se prepara para marchar contra ela, em defesa da ordem. No corpo de cadetes, formado no pátio, continuou a imobilização e silêncio absolutos. Dirigindo-me, então, aos comandantes de subunidades, dei ordem de armar e municiar a tropa. [...] o major-médico da Escola comunicou-me que dez cadetes baixados à enfermaria, dizendosse restabelecidos, solicitavam autorização para se incorporarem aos colegas. Com satisfação atendi ao pedido. A tropa, saindo da Escola já dia claro, tomou o seguinte dispositivo: - duas companhias, uma de praças e outra de cadetes, marcharam pela antiga estrada Rio-São Paulo, na direção da Escola da Aviação Militar, com a missão de deter os revoltosos que se deslocassem na direção de São Paulo; - uma companhia de cadetes, pela estrada Dom Pedro de Alcântara, fez a vigilância avançada na direção da Vila Militar, enquanto elementos de infantaria observavam na de Bangu; - uma patrulha automóvel de oficial fez ligação com o Regimento de Artilharia, sediado no Curato de Santa Cruz; - uma companhia de cadetes foi mantida em reserva, junto à estação de Realengo; O Esquadrão de Cavalaria de Cadetes, acampado em Gericinó, por motivos de instrução, foi empregado com algum atraso. Às nove horas da manhã, a situação era a seguinte: - a tropa da Vila Militar atacava os revoltosos da Escola de Aviação e a tropa de cadetes mantinha posição na estrada Rio-São Paulo para deter a fuga dos revoltosos; - o tenente-coronel Eduardo Gomes e um grupo de oficiais resistiam aos revoltosos no interi-

or do quartel do 1º Regimento de Aviação. Finalmente, cerca das onze horas da manhã, os dois principais chefes da revolução, oficiais aviadores, foram aprisionados por uma patrulha de cadetes e a mim apresentados. Os soldados e graduados sediciosos renderam-se ao Ten Cel Eduardo Gomes, comandante do 1º RAv. Pouco antes das doze horas, uma comissão de oficiais aviadores, vinda da parte do Ten Cel Eduardo Gomes, solicitou-me a entrega dos dois oficiais revoltosos, presos sob minha guarda. Seria admissível entregá-los naquele momento? Dada a crueldade e traição com que os revoltosos assassinaram seus próprios camaradas, a chegada dos dois presos à Escola Militar provocaria reação violenta por parte dos cadetes, logo contida pelos oficiais. Jamais poderia eu entregar aqueles dois prisioneiros à comissão de oficiais-aviadores, recém-saídos da refrega. Mesmo ignóbeis e abjetos, aqueles desgraçados mereciam minha compaixão cristã. A condição de presos impunha que eu lhes garantisse a integridade física e os encaminhasse à autoridade superior. À tarde, escoltados por uma guarda de cadetes, embalada, sob o comando de oficial especialmente escolhido, mandei entregá-los ao comandante da 1ª RM. Naquele memorável dia havia eu realizado, com o corpo de cadetes, um teste de disciplina e civismo. Sob o meu comando, pela primeira vez no Brasil, os cadetes da Escola Militar saíram do quartel para defender a ordem e as instituições! A atitude irrepreensível do corpo de cadetes, face aos acontecimentos de 27 Nov 35, definiu o início alvissareiro de meu comando, preocupado em proporcionar aos meus comandados um ambiente de disciplina e justiça, para o qual contribuíram poderosamente os exemplos dos professores, instrutores e pessoal de administração.

Os obstinados do pavilhão de comando do 29º BC

Dos três levantes comunistas de 1935, o de PE foi o mais sangrento, resultando, segundo o historiador Glauco Carneiro, "em cerca de 720 mortes, só nas operações da frente do Recife". Quando eclodiu a revolta, encontravam-se ausentes do Estado, em viagem no dirigível Hindenburg LZ-129, o Governador Carlos de Lima Cavalcanti, o comandante da 7ª RM, Gen Manuel Rabelo, e o Cmt da Polícia Militar do Estado, Capitão Jurandir Bizarria Mamede.

A ausência dessas autoridades poderia ter comprometido a reação legalista. Isto apenas não ocorreu em virtude de algumas circunstâncias favoráveis. A primeira circunstância foi a antecipação da revolta de Natal, que prejudicou a surpresa do movimento em Recife, encon-

trando a guarnição alerta e pronta para debelá-lo. A imediata resistência desenvolvida no interior do quartel do 29° BC, a presteza da reação das tropas do EB em AL e na PB e da Polícia Militar de PE desfiaram em curto prazo qualquer possibilidade de vitória comunista. Decisiva para sufocar o levante foi sem dúvida a atuação segura do Secretário de Segurança de PE, Cap EB Malvino Reis Neto.

Prestes considerava PE de grande importância para os seus planos. Porisso ali localizara a sede do secretariado para o NE, designando para dirigi-lo o ex-Tenente do EB Silo Soares Furtado de Meireles²¹, homem de sua inteira confiança, secundado por João Caetano Machado e Wilson de Souza Fonseca. A ação principal do PCB orientava-se para os operários da Companhia Great Western, uma ferrovia com sede em Jaboatão. No dia 17 Nov, o Cap Malvino sofrera um atentado ao procurar impedir uma greve. O tiro desferido atingiu e matou o 2° Ten Lauro Leão dos Santos, então no comando de um pelotão que garantia o tráfego ferroviário entre Jaboatão e Recife. A morte provocou profunda revolta entre os companheiros do jovem oficial e deu força motivadora para a reação contra os comunistas, alguns dias depois.

O movimento eclodiu na manhã do dia 24 Nov, simultaneamente no quartel do 29° BC e no QG da 7ª RM. Ao mesmo tempo, civis armados atacavam as delegacias de polícia de Olinda, Torre, Casa Amarela e a Cadeia Pública.

A revolta do 29° BC, aquartelado na Vila Militar Floriano Peixoto, em Socorro, foi liderada pelos Segundo-Tenentes Lamartine Coutinho Correia de Oliveira e Roberto Alberto Bomilcar Besouchet e os Sargentos José Avelino de Carvalho, Waldemar Diniz Henriques, Antônio Alves Damasceno e Augusto José Bezerra. Por volta das 09 horas o Ten Lamartine levantara a 1ª Cia e procurara prender todos que se lhe opunham, inclusive, após alguma reação, os Capitães Everardo de Barros e Vasconcelos e Frederico Mindelo Carneiro Monteiro. Estes dois oficiais, num golpe de audácia, conseguiram fugir e se refugiar no Pavilhão do Comando, onde montaram obstinada resistência, fazendo com que grande parte das forças rebeldes permanecesse contida no próprio quartel durante o período mais decisivo do combate. Como o 29° BC estivesse a cerca de 18 Km do centro do Recife, o Cap Malvino conseguiu ganhar o tempo necessário para organizar as tropas e impedir a invasão da capital.

²¹ Revolucionário de 1922, foi preso. Em 1930 recusou a anistia e abraçou o comunismo.

O Ten Lamartine tentou ainda se dirigir ao centro da cidade, comandando a vanguarda das forças rebeldes, mas foi detido no Largo da Paz por tropas da PM de PE.

No QG da 7ª RM o Sgt Gregório Lourenço Bezerra, chefiando um grupo de amotinados, deu ordem de prisão aos Tenentes Aguinaldo de Oliveira e José Sampaio Xavier. Ambos reagiram e quando sacavam as armas foram atingidos por descarga de fuzil, sendo o primeiro gravemente ferido e o segundo morto. Gregório, também ferido, foi preso pouco depois.

Em Olinda, um grupo de civis conseguiu se apoderar dos pontos estratégicos da cidade, depois de prender o prefeito e outras autoridades. Um pequeno contingente de forças policiais dirigidos pelo delegado Rômulo de Oliveira Leite, entretanto, desbaratou-os rapidamente.

Na manhã do dia 25, 2ª f, ainda havia combate no quartel do 29º BC e no Largo da Paz. Os comunistas instalaram algumas metralhadoras pesadas na torre da igreja de Nossa Senhora da Paz, dificultando o ataque legalista. Para o local seguiu um grupo da PM, chefiado pelo Cap Higino Belarmino. Com a chegada de elementos do 29º BC e de uma bateria de Artilharia da Paraíba, os comunistas pressionados começaram a recuar. Na altura do Engenho de Santana tiveram de enfrentar as forças do 20º BC de Maceió, sendo batidos. Aqueles que conseguiram escapar uniram-se aos remanescentes de Socorro e fugiram desordenadamente para o interior, mas foram perseguidos e presos pelas tropas legais, à frente das quais estava o Major Costa Neto.

Na 3ª f, 26 Nov, cessara praticamente a luta em Recife e arredores.

Neste dia, com autorização do Congresso Nacional, o Presidente da República decretou a vigência do estado de sítio em todo o país.

Fogo e sangue na Praia Vermelha

O terceiro e mais importante surto subversivo eclodiu no Rio de Janeiro.

Os comunistas prepararam a insurreição em várias unidades militares. Alguns planos, que foram posteriormente apreendidos com Harry Berger, esclareciam que a rebelião deveria abranger também o Batalhão de Transmissões e o 2º RI, na Vila Militar. No CPOR, no Grupo de Obuses de São Cristóvão e no Ministério da Guerra seriam realizadas pequenas ações, baseadas principalmente na audácia de oficiais especialmente selecionados para empreendê-las. Os civis só participariam do combate quando este se estendesse às ruas.

O 3º RI, comandado pelo Cel José Fernando Afonso Ferreira, estava aquartelado na Praia Vermelha, onde até 1904 funcionara a Escola Militar. A unidade possuía armamento moderno e seu efetivo era grande – cerca de 1.700 soldados, além de 100 oficiais e 200 sargentos. Desde algum tempo seus quadros vinham sendo infiltrados por comunistas. O Cap Agildo da Gama Barata Ribeiro, um marxista notório, para lá fora encaminhado a fim de cumprir uma punição disciplinar de 20 dias, mas certamente esse não era o local mais apropriado para recolhê-lo.

Agildo participara ativamente das revoluções de 1930 e 32 e posteriormente aderira ao comunismo, tornando-se um dos seus mais ferrenhos adeptos. Ao ingressar no 3º RI, em 08 Nov 1935, Agildo recebeu a comunicação de Francisco Moésia Rolim para se articular com o Ten Francisco Antônio Leivas Otero, que liderava a célula do Partido Comunista. Logo assumiu a liderança dos preparativos, reformulando planos e redistribuindo missões. Na maioria das companhias do RI existia pelo menos um elemento em condições de prender os oficiais e as praças legalistas e de assumir o comando no momento oportuno.

Na tarde de 26 Nov, o 3º RI encontrava-se em prontidão por causa dos acontecimentos no Nordeste. Além disto, o Cmt da unidade, ao inteirar-se das atitudes suspeitas de alguns oficiais,

"ordenara que as companhias e pelotões estacionassem no pátio do quartel ou ficassem de prontidão em seus próprios alojamentos, prontos para reprimir qualquer levante".

Nessa mesma tarde o Cap Agildo Ribeiro recebeu a ordem assinada por Prestes:

"O 3º Regimento Popular Revolucionário deverá levantar-se às duas da madrugada de 27 de novembro e a partir de 3 horas deslocar tropas para as proximidades do Arsenal de Marinha e do Palácio do Catete, devendo impedir a ação da Polícia Especial e do Batalhão da Polícia Militar da rua São Clemente".

Na hora prevista ouviram-se tiros no pelotão do Ten Leivas Otero, um dos revoltosos. Era o sinal esperado. Imediatamente os amotinados passaram a aprisionar os legalistas, que diante da surpresa e da rapidez da ação ofereciam pouca ou nenhuma resistência. Todavia, as Cia Mtr dos I e II Batalhões, comandadas pelos Capitães Alexínio Bitencourt e Álvaro Braga, não se intimidaram e responderam ao fogo, estabelecendo-se cerrado tiroteio que alertava os observadores, es-

condidos nas vertentes dos morros circunvizinhos ao 3º RI. O governo foi imediatamente avisado. Nessa ocasião um oficial legalista, o Major Misael de Mendonça, foi atingido mortalmente.

Em companhia de alguns oficiais, o Cel Afonso Ferreira ficou isolado na cúpula do pavilhão principal e, como nada pudesse fazer, comunicou-se pelo telefone com o Ministro da Guerra, informando-lhe a situação. Mais tarde, por intervenção dos comandantes dos dois batalhões, querendo evitar maior sacrifício de vidas depois de horas de luta, os núcleos de resistência legalista renderam-se. Os últimos a serem presos foram o Cel Afonso e os oficiais que com ele se encontravam, pois desmoronou a parte do prédio onde estavam abrigados.

Apesar de terem dominado a unidade, os rebeldes não puderam cumprir as ordens de Prestes. É que nessa ocasião tropas da 1ª RM comandadas pelo General Eurico Gaspar Dutra impediam que os comunistas deixassem o quartel.

Intimado a render-se, Agildo Barata negou-se, talvez porque não soubesse que o levante na Escola de Aviação malograra. Diante dessa negativa as tropas legalistas intensificaram os fogos. O quartel converteu-se em enorme fogueira, com o emprego de granadas incendiárias. Era impossível resistir. Pouco depois do meio-dia surgiu uma bandeira branca entre os escombros.

Violências contra homens desarmados

Simultaneamente, na região do Campo dos Afonsos levantou-se parte da guarnição da Escola de Aviação Militar, vinculada à Aviação do Exército, comandada pelo Ten Cel Ivo Borges e que se localizava à margem da antiga estrada Rio - São Paulo. Delimitava-se com o 1º Regimento de Aviação (1º RAv), comandado pelo Ten Cel Eduardo Gomes, antigo revolucionário de 1922. A segurança dessas unidades era deficiente, pois quase não possuíam muros ou cercas.

Na Escola de Aviação a propaganda comunista procurava aliciar adeptos, dirigida pelos Capitães Agliberto Vieira de Azevedo e Sócrates Gonçalves da Silva, Tenentes Benedito de Carvalho, Ivan Ramos Ribeiro, Dinarco Reis, Carlos Brunswick França e José Gay da Cunha, e o Aspirante Walter José Benjamim da Silva, além de graduados e praças.

Desde Set 1935 a Escola vivia um clima de crescente inquietação, com o aparecimento, entre os alunos, de boletins de propaganda comunista. Várias sindicâncias foram realizadas, sem descobrir o responsável. Às vésperas do dia 27 Nov foi encontrado com o Cap Sócra-

tes Gonçalves da Silva um pacote com panfletos subversivos. O Cmt determinou que o capitão fosse recolhido preso, mas ele desapareceu. Admitindo a anormalidade do que ali se passava, o Ten Cel Borges mandou aumentar a vigilância e proibiu a entrada de qualquer veículo no quartel fora do expediente. Pouco depois das 14 horas, o comandante resolveu fiscalizar pessoalmente o cumprimento de suas instruções. Ele percorria com o Major Bento Ribeiro Carneiro e o Capitão Jorge Gomes Ramos os diversos postos de sentinelas quando observou o automóvel do Cap Sócrates, em alta velocidade, penetrando por um dos portões da Escola. O Sgt Cmt da guarda, conivente, facilitara sua entrada.

Logo em seguida ouviram-se tiros, gritos e correrias. Eclodira e rapidamente se alastrara o movimento cuja repressão foi dificultada, já à noite, pela escuridão e pela confusão generalizada. Sucederam-se lances dramáticos, com atos de heroísmo e de covardia. De acordo com Glauco Carneiro,

"dois oficiais legalistas, Capitão Armando de Souza e Melo e o Tenente Danilo Paladini, foram mortos na ocasião [...], por Agliberto (Vieira de Azevedo) e Ivan (Ramos Ribeiro)".

O mesmo Cap Agliberto assassinou o Ten Benedito Lopes Bragança, quando este se encontrava preso, desarmado e incapaz de qualquer reação.

Senhores da situação, de posse do armamento e munição retirados das reservas e do paiol, o próximo passo dos comunistas foi ocupar os hangares, a fim de acionar os aviões e com isso alastrar o movimento.

O 1º RAv, com o Ten Cel Eduardo Gomes, conseguiu repelir o assalto, retardando os amotinados até que o Gen José Joaquim de Andrade manobrasse o Regimento Andrade Neves contra os rebeldes. Às 17 horas os comunistas debandavam em fuga.

Os rebeldes prisioneiros foram colocados no navio Pedro I, transformado em barco-presídio.

Povo sem ódios não aceita a violência como religião

Na Praia Vermelha ergue-se hoje um monumento em honra das vítimas da intentona comunista de 1935: Tenente-Coronel Misael de Mendonça, Majores Armando de Souza e Melo e João

Ribeiro Pinheiro; Capitães Danilo Paladini²², Geraldo de Oliveira, Benedito Lopes Bragança; 2^{os} Tenentes José Sampaio Xavier e Lauro Leão de Santa Rosa; 2^{os} Sargentos José Bernardo Rosa e Jaime Panteleão de Moraes; 3^{os} Sargentos Coriolano Ferreira Santiago, Abdiel Ribeiro dos Santos e Gregório Soares; 1^{os} Cabos Luís Augusto Pereira e Antônio Carlos Botelho; 2^{os} Cabos Alberto Bernardino de Aragão, Pedro Maria Netto, Fidelis Batista de Aguiar, José Hermito de Sá, Clodoaldo Ursulano, Manuel Biré de Agrella e Francisco Alves da Rocha; e Soldados Luís Gonzaga, Wilson França, Péricles Leal Bezerra, Orlando Henriques, Lino Vitor dos Santos, João de Deus Araújo, Álvaro de Souza Pereira e Generoso Pedro Lima.

Após a derrota da intentona, os agentes soviéticos conseguiram retornar a Moscou, onde escreveram seus relatórios. Foram todos liquidados no Grande Expurgo stalinista de 1937/38. Amleto Locatelli morreu na Guerra Civil Espanhola. A Gestapo matou as agentes Olga Benário²³ e Elise Saborowski²⁴. Prestes foi preso no Méier, Rio de Janeiro, em março de 1936, e nessa condição permaneceu até o mês de abril de 1945. Em 1943, mesmo na prisão, foi eleito secretário-geral do Partido Comunista, permanecendo no cargo até 1980.

²² Os Of do 3^o RI participavam da escala de serviço do 1^o RAv/EsAv. Existem duas versões sobre o assassinato do Ten Paladini. Na primeira, como Of Dia, ele teria sido morto pelo Ten Ivan Ramos Ribeiro no Corpo da Guarda ao sair para uma ronda externa noturna, confundido que foi com outro colega, o Ten Taltibio Araujo, que era o verdadeiro alvo (www.lrcadefenseconsulting.com/2020/11/27-nov-minha-continencia-ao-capitao-de.html). Na segunda, conforme Jarbas Passarinho, o mesmo Ten Ivan, armado, em uma escada interna da Escola, cobriu a arma com um jornal na mão e, ao cruzar com Paladini, perguntou se este já havia lido o jornal. Quando Paladini se aproximou, o assassino atirou (Jornal Inconfidência n^o 258, de Nov 2018, p. 7). Ivan Ramos fugiu mas foi preso, processado e perdeu a patente de oficial do EB

²³ Olga Gutmann Benário Prestes foi morta no Campo de Concentração de Bernburg, na Polônia, em 1942, aos 34 anos. Deixou uma filha, Anita Leocádia Prestes, ainda viva.

²⁴ Elisabeth Saborowski Ewert (Sabo), esposa de Harry Berger (Ernst Ewert).

Iconografia da Intentona Comunista de 1935



Quartel da PM, Natal, após o Atq comunista (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 128)



**O 22º BC de João Pessoa em Atq aos comunistas no Recife
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 130)**



Tropas do EB ocupam a Praia Vermelha (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 131)



Fachada do 3º RI após o confronto (BIBLIEx, 1998, p. 132)



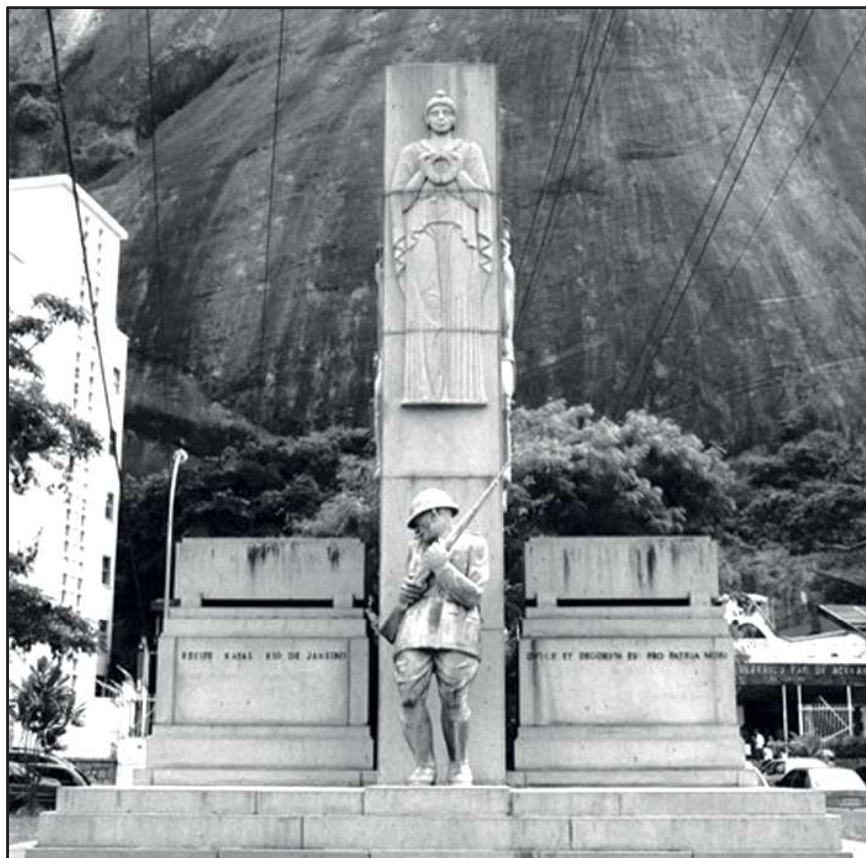
**Honras fúnebres aos mortos na Intentona na Av. Rio Branco, centro do Rio
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 133)**



**Ao lado, alguns dos mortos pela Intentona
(Fonte: Internet, acesso google em 19 Ago 2021)**



Prisioneiros do 3º RI após a rendição (Fonte: Silva, 1969, p. 228)



**Monumento aos mortos pela Intentona na Praia Vermelha
(Fonte: Defesnet.com.br)**

O ESTADO NOVO – 10 Nov 1937

A sua forma (Getúlio Vargas) era pessoal, intrínseca, nacionalista. Quem se desse à arte de interpretar-lhe, à luz da biografia, a conduta reservada e hábil, acharia o seu segredo no castilhismo rio-grandense, sem a sistemática positivista. O seu senso do governo consistia [...] na sua função de disciplinar a sociedade... (Pedro Calmon, 1959, vol. 6, p. 2249).

O Exército e o Estado Novo

Este processo histórico não contou com o emprego direto de tropas do EB em operações de combate. Será abordado aqui inserido no contexto do final da década de 1930.

O Estado Novo foi um golpe perpetrado pelo próprio governo Vargas, que implantou uma nova fase política em estilo autoritário e com uma nova carta constitucional outorgada - a “polaca”, que foi escrita tendo por modelo a Constituição da Polônia.

Este novo estado de coisas estabelecia o fechamento do Poder Legislativo nos três níveis; poder Judiciário subordinado ao Executivo; total liberdade de ação à Polícia Especial; propaganda a favor do governo; eliminação do direito de greve; reintrodução da pena de morte; e estados governados por interventores nomeados pelo governo.

A motivação de que se valeu o governo junto ao povo foi o do nacionalismo econômico. A semente encontraria terreno fértil. Inúmeros segmentos da comunidade nacional pleiteavam o controle estatal dos recursos estratégicos e dos serviços essenciais à segurança do país. Renascia o ideal tenentista que fizera do nacionalismo uma de suas mais importantes bandeiras.

A Constituição de 1937 dava respaldo legal para o regime autoritário do Estado Novo. Outra motivação, esta ideológica, dois anos depois da Intentona, foi a ameaça comunista, que ainda era uma realidade ou, pelo menos, um pretexto. Vejamos os antecedentes.

Em 16 de julho de 1934, a nova Constituição do Brasil havia sido promulgada. A Assembleia Constituinte incumbira-se de, indiretamente, eleger o primeiro Presidente, recaindo a escolha no chefe do governo provisório Getúlio Vargas.

No primeiro lustro (cinco anos) da era de Vargas, o Exército manteve-se como fator de estabilidade do poder que se adaptava e en-

frentava um período de transição internacional. A intentona de 35 representou um violento golpe no moral do Exército, que se transformou no mais inflexível adversário da ideologia e dos processos comunistas.

Enquanto no plano mundial a Alemanha e a Itália apregoavam as virtudes de seus regimes autocráticos anticomunistas e a Espanha se tornava teatro-de-operações de uma guerra sem tréguas, no Brasil se enfraquecia a democracia, apoiada em uma Constituição autoritária.

No RS, ainda em Set 1935, o interventor (desde 1930) Gen Hon Flores da Cunha, antes aliado de Vargas, consultado por este sobre a sua continuação na presidência, opôs-se incisivamente. O incidente afastou os dois antigos aliados, que passaram a ser inimigos.

Em Ago 1937, o Gen Manuel de Cerqueira Daltro Filho foi nomeado Cmt 3ª RM (RS). Em Out, Daltro Filho apresentou a Flores da Cunha um decreto de Vargas federalizando a BMRS²⁵. Flores da Cunha perdeu o poder militar. Em 18 Out, antes do golpe do Estado Novo, o interventor abandonou o cargo e se exilou no Uruguai²⁶. Daltro Filho assumiu.

Em Ago/Set 37, o Min Guerra Gen Dutra determinou diversas movimentações de tropas da 1ª e 2ª RM para enfrentar “qualquer perturbação da ordem [...] território nacional” (Leite, Novelli, 1983, p. 216/217).

As motivações e a instalação do novo regime

O Plano Cohen - em Set 1937, o Cap EB Olímpio Mourão Filho forjou um falso plano para uma suposta insurreição comunista que seria combatida pela Ação Integralista Brasileira, uma organização anti-comunista. Descoberto o plano, foi constatado que seu autor seria um marxista judeu chamado Cohen. Era uma obra de ficção mas foi encarada como verdadeira. Foi isto que forneceu o pretexto para que o Chefe do EME denunciasse a suposta conspiração comunista em andamento. O Gen Pedro Aurélio de Góes Monteiro declarou que o documento havia sido interceptado pela Inteligência do EB.

²⁵ Em meados de 1937 Daltro Filho (então Cmt 5ª RM) comandou a ocupação militar no sul de SC, em medida preventiva contra Flores da Cunha, que vinha sendo acusado de mobilizar a BMRS contra Vargas (fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-de-cerqueira-daltro-filho).

²⁶ Foi constatado que Flores, mesmo exilado, permaneceu ativo, mantendo ligações clandestinas com São Paulo (Leite, Novelli, 1983, p. 212).

O Congresso aprovou o Estado de Guerra e a suspensão das garantias constitucionais. E as eleições presidenciais previstas para Jan 1938 foram canceladas. Assim, Vargas conseguiu permanecer até 1945.

E assim, o Exército aparecia, pela gênese do sistema e por sua consciência institucional, como o verdadeiro sustentáculo do Estado Novo. Apoiaria a sua criação, naquelas horas difíceis em que a deterioração política impunha o fortalecimento do poder legal. Sem o apoio do EB, principalmente, e da Marinha, não teria sido possível a Getúlio Vargas implantar o Estado Novo, cujas ações de forças foram planejadas no Ministério da Guerra e no EME, reunindo os generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro e o Alm Henrique Aristides Guilhem.

Como foi o golpe? Através do fechamento do Congresso, operação para a qual o Ministro da Guerra Gen Eurico Gaspar Dutra não empregou o EB. As tropas das 1^a, 2^a e 3^a RM, porém, estavam em prontidão desde 09 Nov²⁷.

No dia seguinte, tropas da PMDF (hoje PMRJ) cercaram o prédio do Congresso. Os parlamentares tiveram o acesso impedido. Congresso dissolvido e dividido, já que 80 de seus integrantes se dirigiram a Vargas para lhe prestar solidariedade “quando vários de seus colegas estavam presos” (Fausto, 2002, p. 365).

Nos estados da BA e PE foi decretada intervenção federal e substituídos os governadores. No RJ, foi nomeado Ernani do Amaral Peixoto.

Os integralistas de Plínio Salgado acoitados na Ação Integralista Brasileira²⁸ (AIB) apoiaram o golpe.

O país ficou com um governo extremamente centralizado. O plebiscito para aprovação popular da nova constituição nunca foi realizado, nem eleições para o Congresso. Os governadores passaram a ser interventores nomeados. Permaneceu o Estado de Emergência.

Conforme Boris Fausto, a presença dos militares no Estado Novo se deu

²⁷ No seu pronunciamento na noite do dia 10 Vargas diria, referindo-se ao EB: “Não lhe cabe, ao Exército, influir nos destinos políticos de que os políticos se incumbem. Não é esta a sua missão. Muito mais simples, nem por isso deixa ela de ser mais nobre[...]” (Leite, Novelli, 1983, p. 270).

²⁸ Movimento de extrema-direita, nacionalista, corporativista, conservador, católico, inspirado no fascismo italiano, fundado em 07 Out 1932 pelo escritor e jornalista brasileiro Plínio Salgado. Foram conhecidos como camisas-verdes. Será abordado a seguir.

“através de organismos técnicos, [...] estados-maiores e do Conselho de Segurança Nacional (CSN) [...]. As Forças Armadas foram as responsáveis pela instalação de uma indústria estatal do aço [...]. No setor do petróleo, o Conselho Nacional do Petróleo, criado em Jul 1938, [...] ficou nas mãos do General Júlio Caetano Horta Barbosa. [...]. O governo aprovou os planos militares para a compra de armas [...] artilharia fornecida pela empresa alemã Krupp, navios de guerra da Grã-Bretanha e da Itália, armas de infantaria da Tchecoslováquia e aviões dos EUA. Embora o poder das Forças Armadas fosse muito extenso, seria errôneo imaginar que ele fosse absoluto. Os militares não desejavam e nem tinham condições para substituir [...] as elites civis. Isso já ficara claro no momento do golpe. O ponto de vista favorável à candidatura militar não tivera maior expressão e mesmo o envolvimento ostensivo do Exército no episódio foi evitado pelo Ministro da Guerra (Fausto, 2002, p. 368).

Conforme o mesmo autor:

Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais.[...] os militares [...] acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional [...] (Fausto, 2002, p. 367).

Claramente, o objetivo era o de promover “a modernização do país pela via autoritária” (Fausto, 2002, p. 369).

É válido registrar que a conjuntura internacional tendia para o autoritarismo. Líderes carismáticos impunham-se no panorama político do mundo, enquanto o liberalismo declinava em meio a sucessivas concessões. Os regimes democráticos pareciam ter os dias contados.

O Estado Novo, portanto, seguiu a tendência mundial da Europa, Oriente e América Latina no sentido da adoção de governos autoritários como instrumento para o enfrentamento dos problemas pós - I GM.

Desta forma, o Estado Novo, regime inspirado no modismo ditatorial de uma época cheia de incongruências, traduzido no Brasil por um autoritarismo populista e sui generis, conseguiu com o incentivo do Exército proporcionar algo de útil à Nação: o despontar de um período de industrialização, essencial a seu desenvolvimento futuro.

Nas FFAA, a restauração da disciplina e da hierarquia, prejudicadas pelas rebeliões “tenentistas” e pela intentona comunista foram os aspectos positivos do estado de exceção.



Capa da Folha da Manhã, São Paulo, em 11 Nov 37 (Fonte: historiafacil.com.br – Google Chrome, acesso em 21 Ago 2021).



A INTENTONA INTEGRALISTA DE 1938

Antecedentes

Entre 1930 e 1934, o país foi governado por um regime centralista resultante da Revolução de 1930, chefiado por Getúlio Vargas.

A Intentona Comunista de 1935 forneceu a Vargas a desculpa para, em 1937, alegando a existência de nova conspiração comunista para a tomada violenta do poder (Plano Cohen), fechar o Congresso, suspender a atuação dos partidos políticos, outorgar uma nova constituição e proclamar a vigência do Estado Novo.

O Estado Novo recebeu o consentimento e aplausos dos integralistas que emergiram na cena política após a malograda tentativa de tomada de poder pelos comunistas em 1935.

Segundo depoimento de Plínio Salgado, fundador e líder máximo da Ação Integralista Brasileira (AIB), em Set 1937 ele fora procurado

por Francisco Campos que, autorizado por Vargas, desejava a sua opinião sobre o projeto de Constituição que deveria ser outorgada. Consultada, a cúpula dos integralistas posicionou-se favoravelmente.

Demonstração de força

Em 01 Nov, os integralistas promoveram no Rio de Janeiro uma passeata com 25 mil militantes (militares fardados e civis vestindo camisas verdes), que partiu da Praça Mauá e percorreu as avenidas Rio Branco e Beira Mar. Prestavam continência a Plínio Salgado, que se encontrava em uma sacada do Hotel Glória. Continuavam pela rua Paissandu para passarem em frente ao Palácio Guanabara, onde Vargas assistia ao lado do Ministro da Marinha Alm Henrique Aristides Guilhem e do Cmt da Vila Militar, Gen Newton de Andrade Cavalcanti.

A Constituição outorgada em 10 Nov, em parte embasada na Carta del Lavoro, em vigor na Itália fascista, e na Constituição da Polônia, inclinava o governo para o totalitarismo de direita. Por isso, os integralistas acreditavam que seriam chamados pelo Presidente para, em conjunto, desfrutarem do poder. Mas não foi o que ocorreu.

Os integralistas tinham como símbolo uma bandeira com um disco branco sobre um fundo azul, com um sigma maiúsculo (Σ) em seu centro. A AIB foi extinta pelo Estado Novo.

Rompimento com Vargas

Vargas havia oferecido a Plínio Salgado o Ministério da Educação, recusado porque os integralistas intransigentes se opuseram. Superado este episódio, o Presidente demonstrou que o seu Estado Nacional tenderia ser apolítico e direcionou-se pela extinção de todos os partidos políticos. Assim, a AIB foi fechada em 03 Dez 1937, em consequência do Decreto-Lei nº 37, provocando descontentamento não só entre os intelectuais de direita como no EB, onde existiam mais de mil oficiais integralistas ou simpatizantes. Na Marinha, 70% da oficialidade inclinava-se para o Integralismo, liderados pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Fernando Cochrane. Na estrutura integralista chegou a existir a Província do Mar, que englobava o pessoal da Marinha.

Reunidos, os adversários de diversos matizes, sem bases ideológicas, começaram a conspirar contra o governo. "Não era uma conspiração puramente integralista, havia de tudo (...)", rememora Demos-

thenes Madureira de Pinho²⁹. Juntaram-se o próprio líder do Integralismo Plínio Salgado, seguido de Belmiro Valverde, médico, Francisco Clementino San Tiago Dantas, Gustavo Dodt Barroso, Jorge Lacerda, Cel Euclides de Oliveira Figueiredo, Tenente Severo Fournier e Armando de Salles Oliveira³⁰. E decidiram, após várias reuniões, derrubar Vargas.

Avança a conspiração

Seguindo denúncias anônimas, o delegado de polícia Jackson Gomes de Souza apreendeu, em 01 Fev 1938, no prédio 134 da rua Visconde de Itaboraí, em Niterói, armas e munições, estoçadas pelo morador, Major Reformado da Força Pública Dr. Pedro Octaviano de Oliveira, que confessou o desvio do citado material. Na rua Padre Leandro, nº 24, o mesmo delegado encontrou um verdadeiro arsenal. O governo encontrava-se a par de que uma conspiração existia.

Na tarde de 10 Mar 1938, correu a notícia de que um movimento teria lugar naquela noite. O Ten Francisco Barbosa (da Marinha) convocou os Tenentes Jatyr de Carvalho Serejo, Álvaro Gonçalves Gomes Filho e Arnaldo Hasselman Fairbairn para uma reunião, que ocorreu por volta das 17 horas. Deste encontro ficou acertado que voltariam a se reunir na rua Visconde de Inhaúma (Rio de Janeiro) com o Capitão-de-mar-e-guerra Oto de Faria, às 21 horas. Alguém (suposto telefonema anônimo) mandara dizer que o pessoal do Exército exigia que o início do movimento na Marinha fosse deflagrado naquela noite. Contando, ainda, com seis guardas-marinhas, esses oficiais dirigiram-se ao Cais dos Mineiros, portando 40 fuzis e quatro cunhetes de munição. Serejo telefonou para a Escola Naval (sediada na ilha das Enxadas) e partiu em busca de uma lancha para transportá-lo, pretextando ter esquecido a carteira no bolso da farda (Serejo era o chefe do Curso de Educação Física da Escola Naval). Conseguida a lancha, os conjurados puderam dirigir-se para a Escola Naval, dominando-a facilmente. Avisados de que a notícia do levante era falsa, desistiram, sendo presos em consequência³¹.

A conspiração, contudo, prosseguia em SP e no Rio de Janeiro. O Gen José Maria Castro Júnior, instalado no bairro de Laranjeiras (Rio

²⁹ Carrossel da vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

³⁰ Fournier e Salles não eram integralistas.

³¹ Serejo e um grupo de Guardas-Marinha foram expulsos da Marinha mas anistiados.

de Janeiro), aliciava adeptos e mantinha contatos em locais onde havia ofícios fúnebres. Foi o chefe militar do levante. Os conspiradores encontravam-se em uma casa da Av. Niemeyer, nº 550, perto da Gruta da Imprensa (naquela época local afastado da cidade), propriedade de Alexandre Braga. Neste local deveria ser concentrado o armamento que deveria vir de SP e tardava em aparecer. Por isso, Carlos Bernardino de Aragão Bozano conseguiu comprar algumas armas em Niterói, quase todas em péssimo estado. Algumas reuniões tiveram lugar na casa do jovem Madureira de Pinho, na Av. Marechal Cantuária, na Urca.

A trágica madrugada de 11 de maio de 1938

Os conspiradores escolheram a data de 11 de maio para o levante porque o destacamento de Fuzileiros Navais (FN) que daria guarda ao Palácio Guanabara, residência do Presidente, estaria sob o comando do Tenente FN Júlio Barbosa do Nascimento, comprometido com a conspiração, o mesmo ocorrendo na Polícia Central, rua da Relação, onde estaria de serviço o Aspirante Sotero. Objetivavam conduzir Vargas e familiares presos para o cruzador Bahia para, em seguida, impor uma mudança na cúpula do governo. Além do ataque ao Palácio Guanabara, indispensável para cumprir o objetivo citado, a estratégia dos revoltosos completava-se com a detenção de autoridades militares, executada por grupos armados, com o assalto ao prédio do Ministério da Marinha e com a libertação de Otávio Mangabeira e Euclides Figueiredo do Hospital Militar, onde se encontravam internados.

Entretanto a polícia, que continuava a acompanhar as atividades conspiratórias, estava alerta. No dia 9, o Chefe de Polícia, Filinto Strubing Müller, preveniu o Presidente sobre a evolução da conspiração e informou que o Gen Castro Júnior marcara uma reunião de oficiais em casa de Stanley Gomes (irmão de Eduardo Gomes).

Sentindo-se preparados, os conspiradores entraram em ação na noite de 10 para 11 de maio. Um grupo de 26 homens bem armados partiu da casa da Av. Niemeyer, mas foi interceptado por policiais, dirigidos pelo Inspetor Carlos Cesar de Souza, na Av. Vieira Souto, sendo presos os seus integrantes, cerca de 00:40 horas do dia 11. A polícia entrou de prontidão, não podendo o Asp Sotero agir conforme o combinado. Outros grupos fracassaram na missão de deter autoridades conseguindo, apenas, aprisionar o Cel Canrobert Pereira da Costa, Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra, afinal abandonado

pelos conspiradores, que se dirigiu ao Ministério da Guerra em pijama... João Daré, incumbido da ação no Hospital Militar, fez-se passar por "coronel" e requisitou os presos que, com ele, saíram a pé; percebendo o logro, o oficial médico, Dr. Laurindo Quaresma, ainda conseguiu recapturá-los, utilizando um piquete de cavalaria. O Almirante José Machado de Castro e Silva, Chefe do Estado-Maior da Armada, reagiu à bala quando bateram à sua porta; conseguiu fugir pelos fundos da casa, dirigindo-se ao Ministério da Guerra e, deste, para o Ministério da Marinha, a fim de comandar a ação neste local.

O Capitão-de-Corveta Nuno Barbosa de Oliveira, auxiliado pelos 1ºs Ten Tito Bardy, Álvaro Gonçalves Filho, José Pereira Filho e Dalmir da Costa Muller de Campos, conseguiram sem dificuldades revoltar o cruzador Bahia. Suspenderam pela madrugada e se dirigiram para a barra do Rio de Janeiro. Informados por rádio que todos os setores do movimento tinham fracassado e que nenhuma outra unidade naval se revoltara, entregaram-se ao Cmt da Divisão de Cruzadores³².

Desconhecendo o desenrolar dessas ações, o Tenente Hasselman procurou cumprir a missão de assaltar e dominar o prédio do Ministério da Marinha (situado onde, depois, foi construído o prédio que abriga o 1º Distrito Naval). Hasselman contava com 30 homens e o fator surpresa e, assim, pôde dominar os postos de guarda (ocasião em que foi morto no beliche onde dormia o Cabo da Força Naval Argemiro José de Noronha) mas, na troca de tiros no pátio interno do prédio, o tenente foi baleado na coluna. Os invasores não esmoreceram e ocuparam o conjunto principal do Ministério, instalando metralhadoras em pontos-chaves e no terraço. Sabiam que um contra-ataque devia partir da ilha das Cobras, onde se encontrava o QG do Corpo de Fuzileiros Navais. O seu comandante, Capitão-de-Mar-e-Guerra Milcíades Portela Ferreira Alves, achava-se com parte de seus subordinados em exercícios anfíbios na ilha Grande. O imediato, Capitão-de-Fragata Arthur Freitas Seabra, decidiu por uma ação imediata de artilharia e ordenou ao Capitão-de-Corveta José Augusto Vieira que atacasse com o 2º Batalhão. A luta desenrolou-se pela madrugada (perderam a vida os soldados fuzileiros Antônio Silva Filho e Severino Motta de Souza). Às 6 horas da manhã, um oficial do Exército obteve a rendição dos revoltosos.

³² Depoimento do Cap Mar e Guerra Tito Bardy no Sv Doc Geral da Marinha.

As ações contra o Palácio Guanabara

A ação mais importante dos revoltosos direcionava-se contra o Palácio Guanabara, e foi comandada pelo Ten Severo Fournier³³. Contava com 80 homens. Deslocaram-se em dois caminhões para a rua Farani vestidos de fuzileiros navais. Fournier acreditava no êxito por causa da participação do Ten Barbosa, oficial de dia ao palácio. Este entregara para cada homem ao seu comando apenas um pente de balas, munição que se esgotou logo no primeiro assalto dos revoltosos (quando foi ferido mortalmente o Cabo FN Manuel Constantino dos Santos) que penetraram nos jardins do Palácio. Fios telefônicos foram logo cortados.

Vargas encontrava-se no interior do Palácio com alguns familiares e seu ajudante-de-ordens, Capitão-Tenente Isaac Luís da Cunha Júnior. Alternaram-se alguns tiros entre sitiantes e sitiados. Através de linha telefônica subterrânea, instalada sigilosamente pelo engenheiro Líbero Osvaldo de Miranda, Alzira Vargas, filha do Presidente, comunicou-se com o Chefe da Polícia e com o posto policial do Mundo Novo, onde o Tenente Valmor estava de guarda com dois soldados, não podendo ajudar. Efetuou, ainda, outras comunicações telefônicas sem maiores resultados. Arriscando-se, entrou no Palácio o irmão do Presidente, Benjamim Vargas, acompanhado, no seu automóvel, por Mauro de Freitas e Edgar Fraga de Castro, que eram diplomatas. O Chefe de Polícia mandou um contingente da Polícia Especial para o Palácio e acionou um destacamento do Exército.

O Ministro da Guerra, Gen Eurico Gaspar Dutra, informado por telefone por Filinto Müller de que algo de grave estava ocorrendo, saiu de sua residência na rua Gustavo Sampaio, no Leme, e se dirigiu, em trajes civis, para o Forte do Leme, a pé. Reuniu 12 praças, colocou-os em um caminhão, juntamente com o Tenente Samuel Kicis, e se dirigiu ao Palácio Guanabara, atingindo o portão da guarita dos jardins do Palácio (conhecida por Dondoca) forçando a entrada com a ajuda dos soldados que trouxera. Travou-se combate mas os revoltosos logo silenciaram. Desse combate resultou um ferimento na orelha do Ministro, sendo atingido um dos soldados mais gravemente. Já estavam presentes o Capitão Serafim Vargas e Lutherio Vargas que, sendo médico, cuidou do soldado ferido. É quase certo que, nesta fase, Fournier e outros revoltosos resolveram abandonar a operação.

³³ Fournier morreu de tuberculose em 1946.

Apareceram, então, as primeiras motocicletas da Polícia Especial (comandada pelo Ten Euzébio de Queirós que não participou destes eventos) numa das quais o Gen Dutra se dirigiu para a Chefatura de Polícia onde se encontrava o Cel Osvaldo Cordeiro de Farias (Interventor no RS e que viera ao Rio de Janeiro tratar de assuntos do Estado). Dutra ordenou-lhe que seguisse para o Palácio Guanabara a fim de coordenar a ação. Dutra prosseguiu para o Ministério da Guerra e, em seguida, para o QG da 1ª RM, onde já se encontravam o Gen Almério de Moura e seu EM. Em seguida, retornou ao Palácio Guanabara encontrando a situação em vias de ser controlada.

Na entrevista que Belmiro Valverde concedeu ao jornal O Globo em 15 de maio de 1958, colhemos este depoimento:

"(...) o Sr. Getúlio Vargas foi salvo graças à intervenção do seu Ministro da Guerra, o então General Eurico Gaspar Dutra, homem, segundo o entrevistado, de uma bravura incomum e que por isso mereceu todo o respeito dos revolucionários. O titular do Exército organizou a contra-ofensiva e o Sr. Getúlio Vargas manteve-se no poder".

O Cel Cordeiro de Farias, à frente de seus comandados, ocupou o campo de futebol do Fluminense. Após cinco horas nesta posição, utilizou um portão lateral (aberto pelo Investigador Aldo Cruschen), e entrou no jardim do Palácio atacando os revoltosos. Os primeiros a transpor este portão foram o Gen Dutra (de retorno, portanto, ao local) e mais o Cap João Alberto, Luthero Vargas, Júlio Santiago, Augusto Amaral Peixoto (oficial de Marinha e irmão do Interventor do Estado do Rio de Janeiro) e Átila Soares. Às 7 horas da manhã a ação militar estava terminada com a prisão dos revoltosos³⁴.

Vargas conseguiu fazer um breve repouso e, após o almoço, dirigiu-se a pé para o Catete expondo-se aos olhares curiosos dos transeuntes.

Em 26 Jun, Fournier abrigou-se na Embaixada da Itália, levado pelos Capitães Manuel Aranha (irmão do Ministro Osvaldo Aranha), Floardo Gonçalves e Rubens dos Santos Paiva. Após entendimentos com o governo italiano, a Embaixada entregou Fournier no dia 7 de julho³⁵. Outros revolucionários foram apanhados, julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional e condenados à prisão, permanecendo

³⁴ Depoimento do Gen Cordeiro de Farias (Diálogo com Cordeiro de Farias).

³⁵ Entrega negociada pelo Embaixador da Itália sob orientações de Benito Mussolini mediante liberação de valores italianos congelados no Brasil.

nesta condição por sete anos, somente alcançando a liberdade na anistia de 1945.

O Estado Novo, vitorioso, exilou os principais políticos implicados no levante: Otávio Mangabeira, Arthur Bernardes, Armando de Salles Oliveira, Lindolfo Collor e Euclides de Oliveira Figueiredo. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) aproveitou a oportunidade para fechar o jornal Meio-Dia e, em seguida, forçar o desaparecimento de todos os periódicos editados em língua estrangeira.

A decisiva ação do Ministro da Guerra, secundado por oficiais e praças do Exército, determinara a continuidade do Estado Novo.

Não existem suficientes elementos para análise deste episódio; é possível, entretanto, que houvesse tácita compreensão de que seria preferível o totalitarismo de Vargas a uma guinada para a ideologia nazi-fascista.

Escreve o General Aurélio de Lyra Tavares:

"Por esse tempo (1938), quando fazíamos o Curso da Escola de Estado-Maior, ainda com a participação de instrutores da Missão Militar Francesa, o Exército, por tradição e pelas suas raízes espirituais, estava com a França"³⁶.

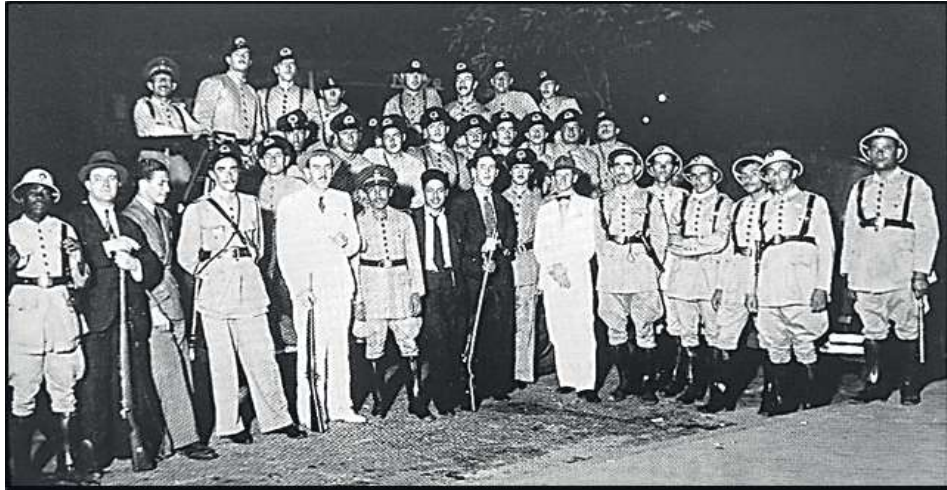
Vargas exprimiu, em discurso pronunciado no dia 13 de maio, no Palácio do Catete: "As Forças Armadas tiveram exemplar conduta mantendo ação coesa e disciplinada (...)." ³⁷

Na verdade, ainda nesse ano de 1938, continuavam a existir integralistas no Exército. Batista Luzardo, em carta a Getúlio Vargas, previne-o: "Os elementos integralistas no Exército estão todos eles em plena atividade e obedecendo às instruções do Plínio".

Por isso, Plínio Salgado recebeu "convite", em maio de 1939, para se dirigir à Europa (França e Portugal), onde permaneceu até 1945 quando, com o fim do Estado Novo, retornou ao Brasil.

³⁶ O Brasil de minha geração. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1976, p. 136.

³⁷ A nova política do Brasil, vol. 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.



Civis e militares nas ruas contra os integralistas
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 136).

Símbolo da AIB (círculo externo em azul, fundo interno branco, mapa do Brasil em azul, letra sigma em branco)



Ao lado, a capa do n° 19 da Revista Anauê

EVOLUÇÃO DO EXÉRCITO NA DÉCADA DE 1930

O EB entre 1930 e 1945 foi regido pela administração Getúlio Vargas. Sua contribuição para o progresso foi a mais marcante da História do Brasil. No período, a Doutrina do Exército em seus campos Organização, Equipamento, Ensino e Instrução, Motivação e Emprego, atingiu a maior expressão e progressos relativos, ao longo do processo histórico brasileiro.

Organização

O efetivo do Exército de 1930 a 1945 cresceu 100% e atingiu cerca de 100.000 homens. O aumento destinou-se a fornecer quadros e tropa para as 50 unidades criadas: 13 de Fronteira; unidades-escolas da Vila Militar; unidades motomecanizadas e antiaéreas; regimentos de Artilharia; escolas novas; e unidades para as estruturas de apoio logístico e de indústria bélica implantadas ou ampliadas. Para disciplinar toda essa nova organização foram promulgadas: as leis de Organização do Exército e do Ministério da Guerra; do Serviço Militar; das Promoções; da Inatividade, etc.

Foram baixadas as novas versões dos regulamentos básicos: Serviços Gerais (R-1, RISG), de Continência (R-2, RCont), de Administração (R-3, RAE) e Disciplinar (R-4, RDE); um conjunto de instruções, portarias e avisos alteraram profundamente a organização do Exército que passou a ser comandado de instalação condigna, construída então e que se constituiu no Palácio Duque de Caxias, defronte à Praça da República, no Rio.

Fato significativo e de grande projeção na Defesa Nacional, foi a criação no Exército da Arma de Aviação que a partir de 1941, com material e pessoal, passou a infraestruturar o Ministério da Aeronáutica. Igualmente significativo, pela sua imensa projeção na Integração Nacional foi o Correio Aéreo Nacional (CAN) do qual um dos dois pioneiros, e hoje é o seu patrono, foi o Tenente Brigadeiro do Ar Nelson Freire Lavanére Wanderley.

Equipamento

Visando a reduzir a dependência externa em material bélico, foi criado o Quadro de Oficiais Técnicos, estimulada a indústria civil a produzi-los e implantada a Indústria Bélica Brasileira. Esta ocorreu através da construção das fábricas de Itajubá, Juiz de

Fora, Piquete, Curitiba, Andaraí, Bonsucesso e Cajú, além de remodelados os arsenais do Rio de Janeiro e o de General Câmara e as fábricas de Estrela e do Realengo. Estas fábricas entraram em declínio com a importação de excedentes militares depois da 2ª Guerra Mundial.

No setor de Apoio Logístico foram criados; os estabelecimentos Mallet (depósitos de Material de Intendência, de Engenharia, de Comunicações, de Veterinária e de Saúde); os hospitais militares de Porto Alegre, da Bahia, de Alegrete, Santo Ângelo e de Belém, Sanatório de Itatiaia, pavilhões de Neurologia e Psiquiatria do Hospital Central do Exército, a Policlínica Central e o Instituto de Biologia; as coudelarias de Minas Gerais, Pouso Alegre, Tindiquera e os depósitos de reprodutores de Avelar, Campos e São Paulo, além de ampliadas as coudelarias de Saicã e do Rincão.

Grande projeção teve a criação da Rede Rádio do Exército (grafia e fonia) que facilitou sobremodo o exercício mais seguro do Comando sobre todo o Exército articulado no território nacional. O material de Artilharia, em especial o de Costa, passou por uma sensível modernização e atualização com o concurso de uma Missão Militar Americana contratada em 1939.

A indústria bélica do Exército produziu uma gama enorme de equipamentos militares, inclusive equipagens de pontes B4-A2, cujos pontões tiveram seu primeiro teste com os pontoneiros do atual 4º Batalhão de Engenharia de Combate de Itajubá em Fernando de Noronha, durante a última guerra.

Ensino e instrução

As transformações e progressos neste setor foram mais revolucionários no sentido da profissionalização do Exército e da sua consolidação como força operacional. No tocante ao Ensino foram construídas, condignas e monumentais, as escolas de Estado-Maior e Técnica do Exército, na Praia Vermelha, até hoje servindo ao Exército.

Da mesma forma, a monumental e distinta entre as melhores escolas militares do mundo – a nossa Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), como uma promessa da Revolução de 30. Foi igualmente construída a Escola de Artilharia de Costa da Urca. Foram criadas as escolas preparatórias de Cadetes de Porto Alegre (EPPA), no antigo Casarão da Várzea, a de Fortaleza (EPF) e de São Paulo (EPSP) e os

centros de preparação de oficiais da Reserva em todo as regiões militares – os CPOR.

Essa estrutura de ensino do Exército foi ainda enriquecida com a criação das Unidades-Escolas da Vila Militar, da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx, hoje inserida no Organograma do Centro de Capacitação Física do Exército) e de um Grupamento Escola de Artilharia Antiaérea. Para ordenar esta estrutura foram promulgadas as leis do Ensino e do Magistério Militar e baixadas instruções para regulamentar as escolas e normas para uma mais apurada seleção física, intelectual e moral dos candidatos ao oficialato do Exército.

Neste contexto prestaram relevantes serviços ao ensino no Exército - os generais Mário Travassos e Augusto Duque Estrada, respectivamente o primeiro comandante da AMAN em Resende e o último, da Escola Militar no Realengo. Esta escola teve em 1921, como instrutor-chefe de Cavalaria da famosa "Missão Indígena", o então Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo, destacado "jovem turco", cofundador em 1913 da Revista Defesa Nacional e coordenador no Gabinete do Ministério da Guerra do combate à Revolução de 24, em São Paulo; e um dos chefes militares da Revolução de 1932 naquele Estado.

A filosofia do Ensino no Exército, predominantemente científica e teórica até 1905 passou, até 1920, ao extremo oposto de ser predominantemente prática, segundo o Ministro General Eurico Dutra.

Segundo ainda a autoridade citada, foi procurado o equilíbrio entre a cultura geral e a prática. Baseou-se o Ministro Dutra nas Memórias do Marechal francês Ferdinand Foch, herói no Marne e em Flandres, comandante da batalha do Somme e generalíssimo que conduziu os Aliados à vitória na 1ª Guerra Mundial e que escreveu:

"O futuro demonstrará a necessidade da cultura geral ao lado do saber profissional militar, para quem como o militar que vive em presença de sucessivos fenômenos sociais que exigem para a sua compreensão um certo saber político e moral. Assim, não pode um militar, sob pena de segregar-se socialmente, de contentar-se apenas com os conhecimentos profissionais relativos ao manejo das armas e ao emprego da tropa"³⁸

O citado Marechal Foch, que saiu da cadeira de História Militar na Escola Superior de Guerra da França para comandar a vitória aliada na 1ª Guerra Mundial emitiu este importante e realista pensamento:

³⁸ Conforme Bento: Getúlio Vargas e a evolução da doutrina do exército (1930 -45), publicado em O Tuiuti 384, Set 2021.

"Para alimentar o cérebro de um exército na paz, para melhor o preparar para a eventualidade indesejável de uma guerra não existe livro mais fecundo em lições e meditações que o livro da História Militar" (Idem).

Foram entusiastas dessa ideia de equilíbrio da cultura geral com a profissional entre nós e a implantaram mais tarde no Brasil como Ministro da Guerra e como Comandante da Escola Militar do Realengo, depois de 1930, os então Major Leite de Castro e Tenente José Pessoa que, depois de lutarem no Exército da França na 1ª Guerra, frequentaram a sua Escola Militar de Saint Cyr.

O então Cel Mascarenhas de Moraes, como Cmt da Escola Militar do Realengo nos anos 30, deu grande impulso à cultura geral, profissional e especializada dos futuros oficiais, ao implantar a biblioteca central da Escola e criar uma outra especializada em cada arma ou serviço e outras nos diversos departamentos (educação física, equitação, veterinária, etc.).

Durante o período 1930-45, o Exército se beneficiou por mais nove anos do concurso da Missão Militar Francesa (MMF) e por cerca de seis da Missão Militar Americana para a Artilharia de Costa. Esta foi contratada depois da histórica visita ao Brasil, de 25 de março a 7 de abril de 1939, do general George Marshall, Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA. Ele veio a bordo do encouraçado "Nashville" trazendo inclusive o mais tarde General Matthew Ridgway, comandante americano na Guerra da Coréia.

No tocante à progressiva operacionalidade do Exército foram assinalados os progressos. Os períodos de instrução das unidades eram observados e fiscalizados, com rigor. Os resultados práticos ficaram evidentes nas grandes manobras do Vale do Paraíba e de Saicã. Esta contou com o estímulo da presença do Presidente Vargas.

A instrução em campanha foi corporificada pela adoção de regulamentos específicos para cada Arma ou Serviço; de Organização do Terreno (OT); de Serviço em Campanha, de Tiro de Armas Portáteis (RTAP) e de Instrução dos Quadros e da Tropa.

Para estimular a cultura militar geral e profissional e a sua difusão, bem como a corrente do pensamento militar brasileiro que consolidou a Reforma Militar, foi reorganizada a Biblioteca do Exército, agora também, e principalmente, como editora, modernizada a Imprensa Militar e estimulada e prestigiada pelos ministros militares a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, bem como a revista Nação Armada.

Para a ampla difusão da Doutrina do Exército foi criado o Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF). Ele editou regulamentos em substituição ao esforço particular que vinha sendo feito por uma plêiade de oficiais que se cristalizaram em torno da revista *A Defesa Nacional* em 1913 e usando editoras civis.

O Serviço Geográfico do Exército proporcionou um grande apoio à instrução, ao levantar mais de 25.000 km² em cartas.

Na prática, a consolidação da cultura geral dos oficiais gerou alguns acidentes ou distorções, produzindo justas reações por não se produzirem os efeitos esperados. Entre os acidentes ou distorções registram-se as opiniões contrárias ao se lecionar aspectos genéricos da Psicologia, Sociologia e Filosofia, em detrimento de conhecimentos aplicados à vida castrense.

Outro foi o estudo descritivo e não o crítico da História Militar, modalidade tão exaltada por grandes capitães da História Militar como a verdadeira escola da guerra para eles, em razão dos ensinamentos que o único laboratório da doutrina militar – o campo de batalha – lhes sugeriu à luz do estudo crítico que realizaram das experiências que nele tiveram lugar e que a História Militar registrou.

No tocante à Geografia Militar o erro foi confundi-la com Geografia Geral ou Estudos Brasileiros e não abordá-la em seus aspectos topotáticos, topoestratégicos e outros de interesse das operações militares nos diversos escalões, conforme foi a intenção do Cel José Pessoa ao introduzi-la na Escola Militar do Realengo com apoio no que observara ao cursar a Escola Militar de Saint Cyr e tendo como professor no Realengo (e depois na Escola de Estado-Maior do Exército) o Cel Francisco de Paula Cidade, autor da célebre obra *Notas de Geografia Militar Sul-Americana*.

Motivação

Este importante campo da Doutrina Militar relativo às forças morais da guerra, tão evidentes nas vitórias de Guararapes, recebeu substancial estímulo no período em estudo, através de diversas ações. O passado militar brasileiro foi rebuscado, pesquisado, interpretado, cultuado e amplamente difundido pelos periódicos militares, pela Biblioteca do Exército, pela Imprensa Militar e a Nacional, como foi o caso da Livraria Globo em Porto Alegre.

Em 1940, o agora General José Pessoa, o idealizador da AMAN e também um dos grandes artífices da concretização de Brasília, iniciou

histórico artigo em 1940 na Revista da Escola Militar com o seguinte argumento:

"É da tradição que se nutre a alma da nação. Das relíquias do passado tiram os povos as forças com que vencerão no futuro. Difundir pois o conhecimento da História do Brasil é o grande dever de todos nós. Esse conhecimento nos desvendará a grandeza moral de que se cobriram nas lutas pela nossa Independência, unidade política e grandeza territorial, os nossos antepassados" (O Tuiuti 384, p. 5).

Oficialmente o culto aos heróis do Exército do passado mereceu ênfase sob o seguinte argumento ao tempo do Presidente Getúlio Vargas:

"O mérito excepcional sempre foi raro. Daí a necessidade do culto aos heróis mortos de mérito excepcional. Ele desenvolve nosso sentimento de veneração, exemplifica e exalta a virtude para o estímulo dos moços. As suas qualidades deixaram sulcos indelévels que sempre servirão de lições para o presente e o futuro" (Idem).

Assim o Duque de Caxias mereceu culto especial. Exumados os seus restos mortais e da sua esposa, eles foram colocados no Panteon a Caxias, em cerimônia histórica, além de criado o Espadim de Caxias dos Cadetes do Exército, cópia fiel da em escala da heroica espada do Pacificador.

Outros heróis brasileiros do Exército foram cultuados condignamente. Foi inaugurado monumento aos Heróis de Laguna na Praia Vermelha e restaurados diversos monumentos históricos. Recorreu-se enfaticamente à História Militar através do concurso, em cerimônias cívicas de projeção nacional e no assessoramento superior, de destacados historiadores ou pensadores militares do Exército.

No setor civil registre-se destacada colaboração entre outras de Pedro Calmon – divulgador ímpar através de seus escritos e da sua inspirada e privilegiada palavra, de nossas tradições e glórias militares e mais a de Gustavo Barroso e Eugênio Vilhena de Moraes.

Para reconhecer o mérito militar foi criada a Ordem do Mérito Militar. As unidades históricas ganharam estandartes, nomes e distintivos e algumas, uniformes históricos como a AMAN e os Dragões da Independência.

O antigo Batalhão do Imperador extinto pela Regência, foi recriado com o nome de Batalhão da Guarda Presidencial. Depois da Intentona Comunista que provocou tantas vítimas inocentes no Exército, o culto à memória dos mesmos adquiriu grande expressão.

Dentro do Aspecto Motivação poderíamos alinhar a valorização do reservista pela criação de seu dia; elaboração do Estatuto dos Militares, construção de Vilas Militares nas fronteiras Sul e Oeste, em Amambai e Campo Grande (MS); Quaraí, General Câmara, Dom Pedrito, Uruguaiana e São Borja (RS); Foz do Iguaçu, Coimbra, Óbidos, Guajará-Mirim, São Luiz, Bela Vista e, além das de Quitaúna, em SP, Santa Cruz no Rio de Janeiro, Socorro no Recife e Vila Operária na Fábrica Estrela da Raiz da Serra, para não citar a remodelação da Vila Militar em Deodoro.

Muito significativo foi a FEB antes de partir para a Itália, ter ido buscar inspiração nos Montes Guararapes. Ao retornar ao Brasil foi lá depositar os louros da vitória, proferindo seu comandante Mascarenhas de Moraes, palavras antológicas hoje lá inscritas em bronze no interior do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

Emprego

Durante o período em tela o Exército atuou na Segurança Interna na Revolução de São Paulo de 1932. Dela tirou precisas lições sobre a necessidade de dispor de uma indústria bélica sob seu controle para o apoiar e mais espalhada pelo território nacional do que concentrada em São Paulo. Ali o parque industrial revelou notável capacidade de se mobilizar belicamente em apoio à Revolução, como já havia na Guerra Civil 1893/95 combinada com a Revolta da Armada.

Enfrentou em muito boas condições os levantes comunistas ocorridos em novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro (Praia Vermelha e Campo dos Afonsos).

Neste contexto, a Defesa Territorial do Brasil sofreu rigoroso teste com a articulação de tropas do Exército para defender o imenso litoral do Brasil, notadamente no Saliente Nordestino, Baía de Guanabara e no estratégico arquipélago de Fernando de Noronha.

Em todas as oportunidades mencionadas ficou evidente a validade do esforço notável despendido durante o governo de Getúlio Vargas 1930-45, para o desenvolvimento da Doutrina do Exército.

O final do período citado mostrou o grande salto operacional do Exército desde a Revolução Federalista de 1893-95 e Guerra de Ca-

nudos em 1897, até meio século após, quando se fez representar na Itália através da FEB.

Num extremo um Exército que por influência negativa de um positivismo mal interpretado na Escola Militar da Praia Vermelha, revelou, na prática, operacionalidade inferior aos revolucionários gaúchos de Gumercindo Saraiva e aos sertanejos de Antonio Conselheiro. Isto, consequência de um pacifismo utópico e romântico responsável por tantas vítimas inocentes nas Campinas rio-grandenses, nos cercos da Lapa no Paraná, de Bagé no RS e nos sertões da Bahia.

No outro extremo mostrou um Exército que depois de 50 anos de um trabalho sério e ingente, além de absorver, ainda na Itália, o impacto da mudança da doutrina francesa para a dos EUA, fez muito boa figura no Velho Mundo lutando contra ou em aliança com os melhores exércitos do mundo presentes na Europa Ocidental. E mais, consagrou-se eternamente pelas vitórias de Monte Castelo e Montese, entre outras.

Não há como negar que a visão de estadista do presidente Vargas se estendeu às Forças Armadas. No Exército ele encontrou o apoio patriótico e inteligente e muito objetivo dos ministros da Guerra generais José Fernando Leite de Castro (1930-32), Augusto Inácio Espírito Santo Cardoso (1932-34), Pedro Aurélio de Góes Monteiro, (1934-35) e Eurico Gaspar Dutra, (1936-45) que cobriu o período de maiores realizações de seu governo coincidente com a 2ª Guerra Mundial.

Havia de parte do Presidente Vargas a consciência estratégica de que nenhuma nação sustenta sua condição de grande nação ou potência econômica se não o for grande nação, potência ou grande potência do ponto de vista militar. Isto independente da tradição brasileira de repúdio à guerra de conquista, "qualité maitresse" de nossa política exterior traçada pelo Visconde do Rio Branco, pai do Barão do Rio Branco. Este, grande estimulador da República Velha do fortalecimento das nossas Forças Armadas, para que o Brasil pudesse desempenhar com prestígio e segurança seu papel no convívio das nações.

No período em tela o ideal do Exército através do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra era de:

"um exército disciplinado e poderoso, não para atacar os povos livres em razão do repúdio no Brasil à guerra de conquista. Mas um exército superiormente aguerrido, em acordo com a

nossa grandeza e defensor da soberania de um Brasil eterno, vindo de um passado de glórias”³⁹.

Já o Estado-Maior do Exército através de seu chefe, Gen Góes Monteiro, justificava esse ideal sob o argumento de que

"a neutralidade e o pacifismo não subsistem sem força que os assegurem, pois, na ordem internacional a melhor prova de sensatez e inteligência é amparar as boas intenções com as melhores armas ou na falta delas, com as de um forte aliado" (Idem).



O EXÉRCITO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

"Em 27 de janeiro de 1942, como resultado do estado de guerra existente entre nós (Alemanha) e os Estados Unidos, o Brasil cortou relações diplomáticas com nosso país. Até então, nenhum navio brasileiro havia sido posto a pique por qualquer submarino alemão. Entretanto, entre fevereiro e abril de 1942, os submarinos torpedearam e afundaram sete navios brasileiros conforme tinham todo direito de fazer e sob as previsões do Direito de Presa, desde que os capitães dos submarinos fossem incapazes de estabelecer sua identidade neutral. Eles (os navios brasileiros) andavam navegando sem luzes e em ziguezagues, alguns armados e pintados de cinza e nenhum deles levava bandeira ou qualquer sinal de identidade neutra. De acordo com o Alto Comando Naval foram expedidas ordens em 16 de maio e pelas quais poderiam ser atacados sem aviso, os navios de qualquer país sul-americano, à exceção da Argentina e Chile, desde que sabidamente armados. Sem nenhuma declaração formal achamo-nos pois em estado de guerra com o Brasil, e a 4 de julho os submarinos alemães tiveram permissão do governo para atacar todos os vasos brasileiros. Após estes resultados muito satisfatórios, transferi os barcos para o setor sudoeste de Freetown e aqui, também, a boa sorte estava conosco. Os submarinos voltaram a atacar a rota marítima e afundaram quatro navios. No outro lado dos estreitos entre a África e a América do Sul, o submarino U-507 (Comandante Tenente Schacht) estava operando. Ali, fora de águas territoriais, ele tinha afundado cinco navios brasileiros. Assim procedendo,

³⁹ O GUARARAPES n° 42 da FAHIMTB, Resende, Jul/Set 2004.

seguia instruções estabelecidas, com o apoio do Ministério do Exterior, pelo Supremo Quartel-General das Forças Armadas. O governo brasileiro aproveitou o afundamento na ocasião desses navios para declarar guerra à Alemanha. Embora isso em nada alterasse nossa amizade existente com o Brasil, que já tinha tomado parte em atos hostis contra nós, foi sem dúvida um erro ter levado o Brasil a uma declaração oficial; politicamente nós deveríamos ter sido advertidos no sentido de evitar tal procedimento. O Comando das Flotilhas de submarinos, entretanto, e os capitães dos submarinos, como membros das Forças Armadas, não tiveram opção, senão obedecer às ordens que lhes tinham sido dadas; não lhes competia pesar e medir suas consequências políticas".

Almirante Karl Dönitz, *Memoirs*, págs. 230 e 252, Londres, 1959⁴⁰.

Antecedentes

Derrotada pelos aliados em 1918, a Alemanha, após o armistício de 11 de novembro, entrou na fase mais difícil de sua história. Como consequência do Tratado de Versalhes, ocorreu a perda de seu império colonial e de importantes regiões produtoras de matérias-primas, a cessão de uma faixa de terra à Polônia, conhecida como Corredor Polonês e a internacionalização da cidade de Dantzig, com a quebra da continuidade territorial.

O caos econômico gerou uma brutal inflação. Por outro lado, a limitação imposta à sua capacidade de defesa feria profundamente o orgulho nacional. A desordem política adveio de imediato e o desejo de revanche foi habilmente alimentado pelos remanescentes militaristas, que de forma velada continuaram a exercer influência sobre o povo alemão, insuflando inconformismo contra as humilhantes condições impostas pelo Tratado de Versalhes que traziam a intenção deliberada dos vencedores de não permitir o ressurgimento de uma Alemanha forte.

O aparecimento da figura carismática de Adolf Hitler no cenário político⁴¹ e o crescimento do nacional-socialismo foram consequências desse estado de coisas. A adoção de soluções violentas passou a ser abertamente pregada, de forma que já em 1936 o totalitarismo germânico era uma realidade e uma séria ameaça à paz mundial.

⁴⁰ Constante em CALMON, Pedro. *História do Brasil*, vol. 6. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 2269.

⁴¹ Hitler foi empossado Chanceler do Reich em 1933 com plenos poderes.

A militarização da Renânia, o ataque alemão à Polônia em 01 Set 39 através da blitzkrieg e a fulminante vitória alemã sobre o Exército franco-britânico que culminou na Retirada de Dunquerque, foram operações que levaram o mundo, perplexo, a compreender o limiar de uma nova guerra mundial (a II GM) mais violenta que a anterior.

Ainda no ano anterior, pressentindo o estado bélico que se formava na Europa, em Dez 38 os representantes dos povos da América reuniram-se em Lima numa conferência internacional buscando ativar a política de boa vizinhança preconizada pelo Presidente dos EUA Franklin Delano Roosevelt.

As nações americanas, entre elas o Brasil, na tentativa de manter localizada a crise, assistiram passivamente à agonia da França e à desesperada resistência da Inglaterra. Assim, o governo brasileiro tentou reeditar a posição que assumira em 1914: a neutralidade, sob a prudente argumentação de que o engajamento na guerra comportava sérios riscos, além de ser notória a carência de meios militares e econômicos.

O discurso do Presidente Getúlio Vargas, em 20 Out 39, enfatizava essa posição. O jogo de interesses em conflito, entretanto, e a responsabilidade moral pela defesa dos ideais de liberdade ameaçados pela violência nazifascista deixavam antever quão difícil seria conservar essa atitude.

As ações navais desencadeadas no dia 13 Dez 39 ao longo da costa uruguaia entre três belonaves britânicas, o Exeter, o Ajax e o Achilles, e o encouraçado alemão Admiral Graf von Spee, e o final dramático no rio da Prata, quando a tripulação afundou o próprio navio, às 20 horas do dia 17, após tentar o asilo que o governo uruguaio não concedeu, mostraram às nações do Novo Mundo que, mesmo neutras, elas deveriam estar prontas para enfrentar qualquer eventualidade.

Desenvolveu-se assim uma intensa atividade diplomática tendo em vista o fortalecimento do pan-americanismo. As conferências do Panamá, em 1939, de Havana, em 1940, e do Rio de Janeiro, em 1942, consolidaram a integridade continental. Na segunda delas assumiu-se o compromisso de que

"todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou a independência política de um Estado americano será considerado como ato de agressão contra os Estados que assinaram esta Declaração".

Definida a responsabilidade de todos pela segurança do continente, solidarizou-se o Brasil com as deliberações, porquanto os princípios norteadores e os objetivos em causa estavam em plena concórdia com as tradições jurídicas e pan-americanistas do Brasil.

Em 1941, a Alemanha e a Itália dominavam a Europa continental e o norte da África. Manifestou-se então o 3º aliado – o Japão, que já desenvolvia política expansionista, estabelecendo a Nova Ordem na Ásia. Em 07 Dez 41 forças aeronavais nipônicas atacaram de surpresa a Base Naval de Pearl Harbor, Havaí, situada em território sob a jurisdição dos EUA, enquanto estavam em curso gestões diplomáticas entre os dois países. O ataque destruiu grande parte do poderio norte-americano no Pacífico. A guerra chegava às Américas. O chefe do governo brasileiro, Getúlio Vargas, dirigiu-se ao Presidente Franklin Delano Roosevelt informando-o de que o Brasil estava solidário com os EUA.

Ruptura de relações, o Estado de Beligerância e o Estado de Guerra

O Brasil não faltou ao apelo da luta pela liberdade e pela democracia quando chegou a hora decisiva na II GM.

Durante a Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres, em 28 Jan 42, realizada no Rio de Janeiro, o Brasil anunciou o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Os atos com que o Brasil efetivou essa atitude revelaram a decisão brasileira de prevenir-se contra as agressões eixistas, na iminência de serem desencadeadas contra este hemisfério. Essas providências apressaram a entrada de nosso país na guerra.

Nossos navios costumavam viajar regularmente para os países amigos, particularmente os EUA, aos quais fornecíamos importantes elementos para a sua economia de guerra, em fase de crescimento. Inconformadas, a Alemanha e a Itália iniciaram a guerra submarina contra a nossa navegação comercial. As agressões tiveram início a 16 Fev 1942 com o afundamento do navio Buarque. Nele pereceram as primeiras vítimas brasileiras da II GM. Dois dias após foi afundado o Olinda, ao largo da costa oriental da América do Norte. De nada adiantaram nossos protestos diplomáticos: continuou a violência, sendo afundados outros navios, apesar de reafirmarmos nossos propósitos de neutralidade. Já havendo desrespeitado a zona de segurança marítima estabelecida na Conferência Interamericana do Panamá, em 1939, os submarinos do Eixo frequentavam nossas águas territoriais.

Entre 14 e 17 de agosto torpedearam e afundaram cinco navios mercantes brasileiros que se encontravam em legítima e pacífica navegação de cabotagem, sacrificando mais de 600 vidas. Os navios atingidos foram o Araraquara, Aníbal Benévolo, Baependi, Itagiba e Arará. No total da guerra: 33 navios.

A opinião pública, tendo à frente a juventude, exigiu imediato revide. O governo, no dia 22 Ago, reconheceu o estado de beligerância imposto pela Alemanha e pela Itália. No dia 31, o Decreto nº 10.358 declarou o estado de guerra em todo o território nacional. Seguiu-se o Decreto nº 10.451, de 16 Set 1942, de mobilização geral.

Causas da participação efetiva na guerra

O Brasil entrou na guerra. O governo poderia ter tomado duas atitudes - uma, continuar fornecendo matérias-primas para os países aliados, além de outros produtos essenciais à sua economia de guerra, permitindo a instalação de bases aéreas e navais; outra, participar efetivamente das operações bélicas.

Foi adotada uma participação integral, numa decorrência indireta da posição marítima. É que desde cedo as vistas do alto comando norte-americano se voltaram para o significado militar do Nordeste brasileiro, suscetível de ser atingido por forças aéreas e navais do Eixo vindas do leste. Ocupada a saliência nordestina, ficaria irremediavelmente comprometida a defesa dos Estados Unidos, ao ser entregue à mercê do inimigo o Canal do Panamá, órgão vital para a movimentação interoceânica da esquadra norte-americana (NA).

Por ocasião da ruptura de nossas relações com o Eixo realizaram-se alentados estudos para efetivar a defesa daquela região brasileira, a cargo, inicialmente, de nossas próprias forças, equipadas com material norte-americano. Foi importante o papel desempenhado pela Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, fruto do acordo de 23 Mai 42, que viabilizou os entendimentos entre militares de ambos os países, com o fim de assegurar a integridade do Nordeste, incluído no cinturão de defesa estratégica dos Estados Unidos.

Reforçou-se assim o compromisso brasileiro de cooperação integral com os EUA no caso de agressão ao continente pelo Eixo. Com o agravamento do conflito e os sucessos iniciais do Marechal de Campo Johannes Erwin Eugen von Rommel no norte da África, o governo norte-americano obteve autorização, em 1942, para construir bases aéreas em Belém, Natal e Recife, em condições de apoiarem o deslocamento de forças e de suprimentos para o norte da África. Entretanto, o

desembarque aliado no norte da África em Nov 42, atenuou as possibilidades de ação bélica terrestre e aérea contra a América, ou seja, a eliminação de forças nazifascistas do continente africano, em Mai 43, afastou o perigo de intervenção do Eixo nesta parte do mundo. Na reunião da Comissão Mista de Defesa em Washington, em Jan 1943, o Almirante Spears, membro da delegação NA, propôs a participação do Brasil na ofensiva que se articulava contra os países do Eixo na Europa, visto haver desaparecido o temor de um ataque importante do Eixo à costa nordestina brasileira. Embora o acordo de maio de 1942 prescrevesse um posicionamento defensivo para nossas forças, a delegação brasileira não pôde deixar de levar em consideração a sugestão apresentada, que caracterizava o apelo de um vizinho.

Apareceu, portanto, no curso das negociações oficiais, a ideia da participação efetiva do Brasil na guerra, com forças terrestres.

O Exército, cumprindo o seu dever e atendendo aos reclamos da Nação traumatizada pela perda de tantas vidas no impiedoso afundamento de tantos navios mercantes, mobilizou, adestrou e enviou para a Europa uma divisão de infantaria que se distinguiu na campanha da Itália. O ideal democrático ressurgiria das cinzas das cidades conquistadas, cujas populações liberadas recebiam, jubilosamente, as forças aliadas.

Convém não esquecer que necessitávamos de prover a defesa de extensa faixa atlântica, para o que não possuíamos recursos militares adequados; segundo, eram precisos meios para desenvolver a indústria de base, a indústria bélica e a própria infraestrutura dos transportes terrestres, pois as vias marítimas se encontravam sob constante ameaça dos submarinos inimigos. A delegação brasileira anteviu os benefícios que adviriam para o Brasil dessa efetiva participação, com o vantajoso crescimento de um de seus mais importantes objetivos nacionais permanentes – o prestígio internacional. Ela expôs o problema ao governo, sugerindo-lhe a organização de um corpo de exército "como base da contribuição à ofensiva de ultramar". Ulteriormente ventilou-se a possibilidade do envio de efetivos maiores. Uma comissão mista em abril de 1943, empreendeu estudos básicos para a organização de uma força expedicionária. No mês seguinte os componentes da comissão viajaram para o Brasil, onde continuaram os trabalhos sob a presidência de nosso Ministro da Guerra, Gen Eurico Gaspar Dutra, que em Ago 43 se deslocou para os EUA, onde teve a oportunidade de discutir o assunto. Dias antes (09 Ago), fora expe-

dida uma portaria que estruturava a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, 1ª DIE⁴².

Causas de várias naturezas – de ordem pessoal umas, administrativas e até estratégicas outras – a que estava associada a rapidez com que marchavam na Europa os acontecimentos militares, fizeram com que apenas uma divisão do pretendido corpo de exército embarcasse para o exterior, acompanhada de diversos órgãos de apoio.

Modernização de nossas Forças Armadas

O Exército não estava preparado para o tipo de guerra que ia empreender. Há duas décadas o EB obedecia aos ditames da chamada escola francesa, que tanto contribuíra para sua modernização e para o aprimoramento cultural de seus quadros e agora estava na iminência de empregar tropas sob enquadramento doutrinário do exército NA.

Tratava-se de rever métodos, processos, sistemas e técnicas, a fim de que pudéssemos atuar integrados ao 4º CEx/NA. Era necessária uma alteração radical não só na formação mas também no aperfeiçoamento dos oficiais e da tropa, substituindo-se o ecletismo profissional pela técnica de especialização, fator primordial na transformação do Exército NA na maior máquina militar de todos os tempos.

O EB não possuía material bélico moderno. A infantaria, ainda estruturada segundo a doutrina militar de 1914, tinha a instrução, a tática e o espírito voltados para a guerra estática que predominara até 1918. Não dispunha de meios motorizados nem compreendia o movimento como gerador da ação decisiva. A artilharia, além da carência de material adequado, estava com a técnica, os conceitos e os processos de tiro superados. A cavalaria ainda, na maioria hipomóvel, assemelhava-se muito à tão heroica quanto ineficiente cavalaria polonesa, dizimada no primeiro confronto com as modernas formações blindadas nazistas. As premências mais se agravavam no setor de comunicações e de apoio logístico, vitais na guerra moderna.

A declaração de guerra obrigava-nos, numa primeira fase, a prover a segurança de nossas fronteiras, principalmente a marítima, e a assegurar as necessidades vitais para a vida do país, sem esquecer a participação efetiva na segurança continental.

No Brasil, o aumento de consumo de certos materiais e a dificuldade de importações ocasionada pela guerra submarina constituíram

⁴² A ideia inicial foi do Brasil enviar duas DIE, mas isso não foi possível.

incentivos para uma política de industrialização, insistentemente preconizada pelo EB. A indústria siderúrgica foi a primeira a surgir, quando os altos-fornos de Volta Redonda foram acesos em 1946, iniciando-se um novo ciclo em nossa história econômica. Comprovava-se o fato que a depressão de 1929 prenunciara. O Brasil jamais se poderia modernizar e emancipar sem o apoio de uma indústria eficiente e desenvolvida.

Defesa do litoral e de áreas importantes do interior

Mesmo antes do estabelecimento do estado de beligerância, nosso governo, definindo os rumos da política externa, tratou de preparar a Nação e as Forças Armadas para o conflito. A análise estratégica indicava que de imediato era imprescindível a realização de duas grandes tarefas no campo militar: assegurar a navegação ao longo de nosso litoral e preparar a defesa contra possíveis ataques inimigos. A tarefa de manter a navegação caberia à Marinha de Guerra e à Força Aérea. Manter a integridade do território era responsabilidade do Exército.

A posição geográfica do Brasil mostra de imediato o valor estratégico de nosso litoral, particularmente do saliente nordestino, projetando-se sobre o Atlântico Sul, estreitando-o e dominando-o, a caminho da África. Ele era considerado relevante para as operações aeronavais ao sul do equador e fator decisivo para a conduta da guerra e, por esta razão, alvo principal de qualquer agressão das potências do Eixo. Com o domínio do norte da África pelos nazistas, tornou-se extremamente importante o fortalecimento das defesas do Nordeste brasileiro.

Os meios de defesa de tão vasta região, abrangendo os Estados do MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA e Fernando de Noronha, eram constituídos por um batalhão de caçadores em cada capital de Estado e de duas baterias de artilharia, uma em Recife e outra em Salvador.

O governo criou uma zona de guerra (Dec. nº 10.490 A, de 25 Set 1942) compreendendo cinco TO: A (Amazônico), NE (Nordeste-Este), CM (Centro-Meridional), R (Meridional) e M (Mato Grosso, parte do qual pertencia ao teatro de operações A).

A partir de então as providências colocaram no TO/NE (único que teve comando específico, exercido pelo Gen Estevão Leitão de Carvalho) meios defensivos; em julho, organizaram-se três Regimentos de Infantaria, 14º, 15º e 16º, com sede em Recife, João Pessoa e Natal, respectivamente. Aumentaram-se os efetivos na ilha de Fernando de

Noronha e a defesa foi melhorada. Deslocaram-se elementos para a região, inclusive unidades de Art AAé e de costa. Natal passava por radical transformação, com a movimentação trazida pelos efetivos da Base Aeronaval de Parnamirim, de uma brigada de infantaria e de tropas de apoio. Criou-se um sistema de vigilância da costa. Estruturou-se a defesa civil. Em tempo relativamente curto, a região nordestina, graças ao esforço de militares e civis, estava em condições de resistir, em melhores condições, a um ataque do Eixo. O esquema defensivo estava no triângulo Natal – Fernando de Noronha – Recife.

Grupo de observadores militares

Foram grandes e numerosos os obstáculos à criação da divisão de infantaria que compôs a Força Expedicionária Brasileira - FEB, nos moldes da doutrina militar NA, em vista de estar o EB, por cerca de 20 anos, atrelado à doutrina militar francesa.

A nova grande-unidade exigia a criação de novos órgãos e a modificação de princípios básicos, desde muito enraizados em nosso meio militar. Para atenuar e até mesmo superar estes obstáculos, diversas medidas foram adotadas, destacando-se a organização de um Grupo de Observadores Militares. O Exército possuía alguns oficiais com certo conhecimento da doutrina dos EUA, pois haviam realizado cursos e estágios naquele país. Alguns dos chefes da FEB também já haviam estagiado em organizações militares do Exército norte-americano.

Além de contar com este grupo, ao qual caberia a tarefa inicial de estruturar a FEB, tornou-se importante que o Cmt das tropas brasileiras visitasse as prováveis frentes de combate onde seria empregada a nossa tropa. Em Dez 1943, seguiu para o norte da África e para a Itália o Grupo de Observadores Militares, sob a chefia do Gen Div João Baptista Mascarenhas de Moraes⁴³. Quando do regresso do Grupo ao país, quatro observadores permaneceram no TO do Mediterrâneo preparando a chegada da FEB.

⁴³ A escolha recaiu no Gen Mascarenhas de Moraes depois de outros três generais terem sido convidados e, por diversas razões, terem recusado. Por outro lado, dois outros se apresentaram como voluntários mas não foi necessário.

Força Expedicionária Brasileira (FEB): organização e adestramento

Com a expulsão dos alemães e italianos do Norte da África em Nov 42, e com o desaparecimento do perigo da invasão do território nacional por forças do Eixo, decidiu o governo brasileiro participar do combate aos adversários em solo europeu através da FEB, cuja estrutura foi fixada pela Port. Ministerial n° 47/44, de 09 Ago 43.

A FEB foi constituída pela 1ª DIE e por Órgãos Não Divisionários (OND). Estes, inclusive o Depósito de Pessoal, proporcionaram suporte às ações da 1ª DIE.

A 1ª DIE teve a seguinte constituição (Giorgis, 2020, p. 49):

- Comandante: um general-de-divisão;
- Estado-Maior Geral e Estado-Maior Especial;
- Infantaria Divisionária: Cmdo, EM/ID e três RI (1º, 6º e 11º RI);
- Artilharia Divisionária: Cmdo, EM/AD e quatro grupos de artilharia (I e II Grupos/1º Regimento de Obuses Auto-rebocado (ROAR) e I Grupo/2º ROAR e I Grupo/1º Regimento de Artilharia Pesada Curta (I/1º RAPC);
- Uma esquadrilha de ligação e observação (1ª ELO);
- O 9º BE, de Aquidauana, Mato Grosso;
- O 1º Batalhão de Saúde, organizado em Valença, RJ;
- Um esquadrão de reconhecimento mecanizado (1º Esqd Rec); e
- Elementos de tropa especial: Cia QG/1ª DIE, Cia Mnt, Cia Int, Cia Transmissões, Pel PE e Banda de Música.

Foram aproveitadas unidades já existentes, transformadas algumas e criadas outras (Idem).

A FEB operou na Itália com o efetivo aproximado de 25 mil homens, contando com quatro generais e 1.535 oficiais. Neste total não estão incluídos três oficiais da Força Aérea Brasileira que serviram na Esquadrilha de Ligação e Observação (ELO) da 1ª DIE; 15 oficiais da ativa e da reserva destacados para a Justiça Militar da FEB; 25 capelães militares; 28 funcionários do Banco do Brasil e 67 enfermeiras.

Inúmeras dificuldades tiveram de ser vencidas durante a organização e a preparação da tropa expedicionária. Os agentes da quinta-coluna, infiltrados até em postos importantes da vida nacional, desencadearam violenta campanha de desagregação, visando a impedir que as tropas brasileiras viessem a combater as forças de Adolf Hitler e Benito Mussolini, em justo desagravo aos traiçoeiros ataques sofridos. Fato que bem demonstra o ambiente psicológico adverso criado

pela propaganda nazista encontra-se em uma das versões explicativas do distintivo da FEB – a cobra fumando. A propaganda adversa dizia que era mais fácil a cobra fumar do que a FEB embarcar.

Um outro problema que se apresentava era providenciar o uniforme adequado ao futuro TO, com clima bem diferente do Brasil. Era preciso também efetuar uma rigorosa seleção física de pessoal, para a escolha de homens aptos ao combate em clima e ambiente desconhecidos.

Quanto às modificações a introduzir no material das unidades de infantaria, além da motorização de muitos de seus elementos, alguns tipos de armamento como o fuzil Garand, o morteiro de 60 mm, o lança-rojão, a Mtr leve 30, o canhão AC de 57 mm e o obus de 105 mm eram desconhecidos entre nós, como também os aparelhos de radiofonia, telefonia e radiotelegrafia empregados pelos NA. Na artilharia passava a haver uma Esquadrilha de Ligação e Observação equipada com aviões leves, o que melhorava a Eficiência do tiro, e a substituição de canhões de 75 mm pelos de 105 e 155 mm. Na engenharia houve transformações radicais devidas ao equipamento inteiramente novo, que exigia um conjunto de especialistas de difícil obtenção, como estenógrafos, químicos, operadores de tratores especiais, mineiros, eletricitas, rádio-operadores, operadores de compressores de ar e muitos outros. Na cavalaria, as inovações foram pela mecanização dos meios. Para os serviços, em geral, o recrutamento se tornava difícil em face da quantidade de especialistas que se requeria para o preenchimento de claros.

A nova organização e os novos meios exigiam novos tipos de adiestramento, de acordo com os métodos e processos NA, que só foram compreendidos com o decorrer do tempo, em plena Itália, mesmo porque o material disponível para a instrução era insuficiente.

Na 2ª quinzena de março de 1943, concluiu-se a concentração da 1ª DIE na Vila Militar, Rio de Janeiro, prosseguindo a preparação técnica e tática, bem como a convocação especial de artífices e especialistas.

A orientação do comandante, Gen Mascarenhas de Moraes (nomeado em 28 Dez 43) atribuía importância à execução de tiro, marchas a pé e exercícios práticos, sendo frequentes as visitas e as inspeções.

No decorrer de abril iniciou-se a instrução de embarque e desembarque, a fim de tornar a tropa apta a realizar operações dessa natureza em navios e outros meios de transporte.

A 24 Mai 44, em homenagem à Batalha de Tuiuti, toda a 1ª DIE desfilou pelas principais ruas da capital federal, recebendo aplausos da população.

Viagem para além-mar

Concluídos os trabalhos de organização e adestramento, era preciso transportar a FEB para o TO europeu. O governo tinha duas opções; a primeira seria transportar a tropa em navios nacionais; a segunda consistia em aceitar o oferecimento dos EUA, que dispunha de numerosa frota de navios de transporte de tropa. A exiguidade de tempo disponível levou à última opção.

Decidida a realização do embarque, procurou-se cercá-lo de todo o sigilo para evitar possíveis ataques de submarinos do Eixo, ainda ativos no Atlântico Sul.

A FEB fracionou-se em quatro escalões para o deslocamento até Nápoles, nas seguintes condições:

- 1º escalão: partiu do Rio a 02 Jul 44, a bordo do USS General Mann, ao comando do Gen Euclides Zenóbio da Costa. Acompanhou-o o Gen Mascarenhas de Moraes. Chegou a 16 Jul em Nápoles. A tropa era constituída do 6º RI e de outras unidades, totalizando 5.379 homens, dos quais 304 oficiais. A seguir, deslocamento para Agnaro.

- 2º e 3º escalões: zarparam a 22 Set 1944, em dois navios, o General Mann e o General Meiggs, ao comando dos Gen Osvaldo Cordeiro de Farias e Olympio Falconière da Cunha, aportando em Nápoles a 05 Out; a tropa era integrada pelos 1º e 11º RI e por outras unidades, no total de 10.375 homens, sendo 686 oficiais.

- 4º escalão: partiu a 23 Nov 1944, pelo USS Gen Meiggs, ao comando do Cel Mário Travassos, e atingiu o porto italiano a 7 de dezembro; o efetivo era de 4.691 homens, a maioria do Depósito de Pessoal, que era destinado a substituições e preenchimento de claros.

- 5º escalão: deslocou-se a 08 Fev 1945, pelo USS Gen Meiggs ao comando do Ten Cel Ibá Jobim Meireles, chegando a 22 Fev em Nápoles com 4.835 homens do Centro de Reacomplimento de Pessoal⁴⁴.

O transporte de 11 elementos de saúde, médicos e enfermeiras em particular, destinados a servir em hospitais norte-americanos, se fez por via aérea, na rota Rio - Natal - Dakar - Nápoles.

Dessa maneira, estava no continente europeu a primeira força latino-americana a combater em terras de ultramar.

⁴⁴ As viagens dos cinco escalões foram escoltados por dois ou mais dos seguintes navios: destróieres Marcílio Dias, Mariz e Barros, Greenhalg, USS Trumpeter e Cannon, cruzadores Rio Grande do Sul, USS Memphis, Marblehead e Omaha e navios da Armada Real Inglesa (Giorgis, 2020, p. 71, 90, 115 e 133).

Adestramento no teatro de operações

O primeiro escalão chegou sem incidentes ao porto de Nápoles, sendo recebido pelo Tenente-General Jacob Devers, comandante de todas as forças NA em operações no Mediterrâneo, e seguiu por ferrovia para Agnaro, pequena localidade próxima ao subúrbio napolitano de Bagnoli, acampando em bosques existentes na cratera do extinto vulcão Astroni. A ansiedade da tropa brasileira de entrar em ação induziu o Gen Mascarenhas de Moraes, desde os primeiros dias em Bagnoli, a interessar-se vivamente pelo recebimento do material bélico e pela transferência do 1º Esc para uma área de treinamento, o que tornaria possível o melhor adestramento da tropa.

Em face das entrevistas com autoridades militares NA para a concretização daqueles propósitos, o Gen Mascarenhas de Moraes recebeu, em 26 Jul 44, autorização para o deslocamento da tropa brasileira para a região de Tarquínia, onde durante 15 dias realizou-se o recebimento do armamento e do equipamento que iriam ser utilizados.

A 05 Ago, a 1ª DIE incorporou-se ao V Ex/NA, veterano da campanha do norte da África. A seguir, nossa tropa foi deslocada de Tarquínia para Vada, distante 25 Km da frente de batalha do rio Arno, onde seria submetida a intenso treinamento pelo período de três semanas. A 1ª Cia de Engenharia colocada à disposição do 4º CEx construiu uma ponte sobre o rio Arno, como parte de seu programa de instrução. A operação terminou em 20 de agosto.

O último exercício foi realizado a 10 Set, presenciado pelo Gen Mark Wayne Clark, que o acompanhou com vivo interesse. No seu encerramento, depois de 36 horas, o general mostrou-se satisfeito com os resultados, declarando que a tropa estava apta para entrar em linha, notícia que foi recebida com orgulho. Em consequência, organizou-se o Destacamento FEB, que atuaria na frente de Pisa, integrando as forças do IV CEx comandado pelo Gen Willis Dale Crittenberger. O Dst FEB, sob o comando do Gen Euclides Zenóbio da Costa, era constituído pelo 6º RI, pelo 2º/1º RO Auto Rebocado, 1ª Cia do 9º BE e elementos de serviços, num total de 237 oficiais e 4.331 praças.

De acordo com as normas adotadas para as unidades sem experiência de combate, como era o caso da FEB, a 1ª DIE deveria ser lançada em uma frente pouco ativa, na qual receberia o batismo de fogo e adquiriria a experiência e confiança para operações de maior envergadura e responsabilidade.

Situação dos aliados na Itália

Ao desembarcarem os primeiros componentes da FEB, a Itália encontrava-se dividida em dois blocos; um deles era favorável à causa dos aliados, o outro continuava apoiando os alemães.

Nos primeiros dias de agosto de 1944, após a captura de Monte Cassino (25 Mai), ocupação de Roma e desocupação de Florença, o corte do rio Arno demarcava os limites geográficos das duas facções.

Antes da chegada dos brasileiros na Itália, os NA e os ingleses já haviam desembarcado no sul da península. O Marechal Albert Kesselring, Cmt das forças alemãs, não conseguiu impedir a progressão dos aliados para Nápoles e recuou para barrar o avanço aliado nas cercanias de Roma. No corte dos rios Volturno e Garigliano instalou o X Exército, deixando o XIV na defesa do litoral do mar Tirreno. A defesa no Volturno cedeu, o que não ocorreu no Garigliano, em virtude do forte sistema defensivo montado. Não podendo sustentar por mais tempo a posse de Roma, Kesselring recuou mais para o norte. Os dois exércitos alemães instalaram-se na chamada Linha Gótica, desdobrando-se em uma frente de cerca de 280 Km, que atravessava a Itália, começando na região costeira do mar Tirreno e terminando no mar Adriático.

Com a transferência de sete divisões francesas e três NA para a França meridional para serem empenhadas na Operação Dragão⁴⁵, enfraqueceu-se o ímpeto ofensivo das forças aliadas na Itália.

A chegada da divisão brasileira não compensava o desfalque sofrido pelo 15º Grupo-de-Exércitos, ao qual pertencia o V Ex/NA, mas permitia ao seu comando continuar a pressão sobre o inimigo, para não lhe dar tréguas e para impedir que se fixasse solidamente nas montanhas dos Apeninos. Esta circunstância levou a 1ª DIE à frente de combate antes de ultimadas a concentração e o adestramento.

Batismo de fogo

AZaç atribuída ao Dst FEB situava-se entre a planície do litoral do mar Tirreno e o vale do rio Sercchio, englobando os contrafortes dos Apeninos, conhecidos também como Alpes Apuanos.

Os brasileiros substituíram a tropa NA que se achava em linha, disposta em frente extremamente larga, na noite de 15 Set 44. No dia 16, chegou ordem de avanço para nova linha balizada pelas alturas do

⁴⁵ Invasão aliada no sul da França a partir de 15 Ago 44.

Monte Communali - La Quiesa - Monte Acuto. Às 1422 h a Art brasileira abriu fogo pela primeira vez dirigido, com sucesso, às encostas do Monte Bastione, situado em Massarosa. Com a investida sobre o Monte Nocchi, na manhã do dia 18, nossas forças apoderaram-se de Camaioire e no dia seguinte conseguiram cerrar sobre os postos avançados da Linha Gótica. Após duras jornadas, foi capturado Monte Prano (26 Set). A estreia do Dst FEB foi auspiciosa, mormente por ser uma tropa inexperiente contra tropas alemãs veteranas dispostas defensivamente.

Na jornada de 27 Set, nossas patrulhas perderam o contato com o inimigo, que se furtava ao combate, protegido pelas escarpas de um terreno difícil. Inúmeras foram as cidades e vilas conquistadas no vale do Serchio, destacando-se Massarosa, Camaioire, Monte Prano, Fornaci, Gallicano e Barga. A 11 Out, conquistadas as alturas que pelo sul dominam a vila de Gallicano, procurou o Gen Zenóbio consolidar as suas posições enquanto, mediante o lançamento de patrulhas, colhia informações sobre a força inimiga, tendo em vista atacar Castelnuovo di Garfagnana, ponto-chave de seu sistema defensivo na área.

Em 30 Out, apesar da lama e da chuva, o Dst FEB atingiu a linha de alturas de onde deveria lançar-se sobre a importante posição alemã.

Em face da importância que representava Castelnuovo di Garfagnana, o inimigo fazia enorme esforço para deter os ataques e desfechava violentos contra-ataques. Nossas tropas foram surpreendidas às 0200 h de 31 Out, o inimigo recuperou as posições perdidas e a tropa brasileira foi obrigada a recuar para a ZReu, pagando caro a imprevidência de subestimar o valor combativo do adversário; foi o primeiro revés na campanha. A falta de reservas foi a principal causa.

Não obstante, de 16 Set a 31 Out a FEB progrediu 40 Km, capturou 208 prisioneiros, conquistou algumas cidades e uma fábrica de acessórios para aviões, sofrendo 290 baixas, entre mortos, feridos, acidentados e desaparecidos.

Conferência do Passo de Futa

A 30 Out 1944 realizou-se uma conferência no Passo de Futa, presidida pelo Gen Mark Clark. Dela participaram os mais importantes chefes do V Ex, entre eles o Gen Mascarenhas de Moraes. Depois de abordar a situação dos exércitos aliados na Itália, mostrando as dificuldades que advinham da exiguidade de efetivos, manifestou o comandante NA o propósito de retomar a ofensiva em dezembro, após proporcionar justo repouso à tropa, castigada por

árduos combates. A 1ª DIE foi transferida (rocada) para o vale do Reno, onde se travava difícil luta e, logo que possível, empregaria o restante de suas forças, que ainda estavam em adestramento. A DIE foi agrupada em Porretta Terme.

Primeiro ataque a Monte Castello

Em cumprimento à ordem do 4º CEx, o Gen Mascarenhas de Moraes assumiu no dia 01 Nov 1944, com a chegada das demais unidades, o controle da totalidade de seus meios e das operações que se processavam no vale do Sercchio. Em substituição a algumas unidades NA que atuavam no vale do Reno nossas tropas, ao lado de forças mecanizadas dos EUA, concorreram para o desafogo da situação naquela frente. Coube à 1ª DIE um importante setor da frente que englobava a estrada nº 64, ao norte de Porretta Terme. Novas missões foram recebidas. Era intenção do comando NA rocar forças dessa para outra frente de combate. Nos últimos dias de novembro as posições brasileiras tinham mais de 15 Km e eram dominadas pelas alturas em que o inimigo se firmara. Do alto das elevações uma divisão alemã tinha comandamento de vistas sobre nossas posições.

Entre as elevações dominadas pelos alemães, uma se destacava pela importância tática: Monte Castello. Se não fosse conquistado, seria impossível às forças do 4º CEx prosseguirem em direção a Bolonha, objetivo do V Ex, antes de caírem as primeiras nevasdas. Cabia aos brasileiros, naquele fim de outono e durante todo o inverno seguinte, a responsabilidade de defender o setor talvez mais ingrato de toda a frente apenina. As primeiras operações no vale do Reno resumiram-se a quatro ataques malsucedidos contra o baluarte de Monte Castello. O primeiro e o segundo, realizados a 24 e 25 Nov, sob a direção e responsabilidade do grupamento tático da 45ª DI/NA - Task Force 45 - que recebeu da 1ª DIE o reforço de um Batalhão de Engenharia e do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, contando também com apoio de artilharia, não obtiveram sucesso.

As duas malogradas tentativas, além de concorrerem para a manutenção do moral do inimigo, serviram para alertá-lo quanto ao firme propósito aliado de conquistar aquela posição. A Task Force 45, entretanto, apossara-se de Monte Belvedere, região importante para as ações sobre Monte Castello. O terceiro ataque, planejado para o dia 29 Nov, apenas quatro dias depois dos primeiros insucessos, seria de total responsabilidade da 1ª DIE.

Foi organizado para esse fim um grupamento constituído pelos I/1° RI (Batalhão Uzeda), III/1° RI (Batalhão Cândido) e III/6° RI (Batalhão Silvino), este em reserva, sob o comando do Gen Zenóbio da Costa, que teve o apoio de dois grupos de artilharia brasileiros. Não houve apoio da FAB. Três Pel CC NA participaram do ataque.

Na noite de 28, véspera do ataque, surgiu um imprevisto. Em fulminante contra-ataque, as tropas da 232ª DI alemã expulsaram os NA de Monte Belvedere, conquistado quatro dias antes, deixando assim descoberto o flanco esquerdo da tropa brasileira. O Cmdo da 1ª DIE pensou em adiar o ataque, na esperança de reconquistar Belvedere. Concluiu-se que era desaconselhável, pois a tropa já se encontrava nas Pos Atq. Às 0800 h de 29 iniciou-se o ataque. As condições de tempo eram adversas; chovia e o apoio aéreo tornou-se inviável; a grande quantidade de lama reduziu ao mínimo a participação dos carros-de-combate. Apesar de tudo, até o meio-dia tudo parecia indicar um bom êxito para a operação, porquanto o Btl Uzeda progredia regularmente, embora possuísse alguns elementos detidos, e o Btl Cândido já estava bem próximo do objetivo. Mas o contra-ataque alemão não tardou e ao fim da tarde os dois batalhões brasileiros voltaram às posições iniciais com 190 baixas.

Conforme o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis (op. cit. p. 118):

Este ataque não contou com o fator surpresa e durou o dia inteiro. Ao meio-dia as ações já estavam comprometidas. No final do dia houve flutuações na frente do Btl Uzeda (I/1°), o qual retornou à Posição de Ataque por força dos bombardeios e dos contra-ataques, já com mais de 150 baixas. Com isso, o Btl Silvino também retraiu. Como já estava escurecendo, o Escalão de Ataque retraiu e o ataque ficou abortado. Houve 190 baixas. Os dois Btl do Escalão de Ataque haviam chegado à ZAç recentemente, sem nenhuma experiência de combate.

A 05 Dez, chegou ao PC avançado da 1ª DIE em Porreta a determinação do 4º CEx de que a 1ª DIE deveria conquistar e manter a crista de Monte della Torraccia-Monte Belvedere. Isto significava que Monte Castello, localizado no centro daquela linha de alturas, seria mais uma vez o objetivo principal da próxima ofensiva, cujo início o Gen Mascarenhas de Moraes fixara para o dia 12. Às 6:30 horas desse dia ocorreu o quarto ataque a Monte Castello. A luta não demorou mais de cinco horas. Voltaram a se conjurar os mesmos fatores adversos das tentativas anteriores; a falta de visibilidade impedia o emprego da Força Aérea e a chuva persistente tornou o terreno um lamaçal entre Gaggio

Montano e Castello, impedindo a progressão de carros. Mesmo assim as forças brasileiras conseguiram alguns sucessos iniciais.

No flanco esquerdo, os brasileiros conquistaram Zolfo, a apenas algumas centenas de metros do cume e, ao centro, chegaram a Abetaia, onde foram detidos por cerrada concentração de fogos de morteiro.

Entre as causas de nossas dificuldades em Monte Castello destaca-se a falta de adestramento da tropa, levada prematuramente à frente de combate por força dos acontecimentos. Esse ataque mostrou a necessidade de modificação dos planos para a conquista do objetivo. Era evidente que Monte Castello não poderia ser arrebatado aos alemães apenas com o concurso de algumas unidades. Impunha-se o empenho ofensivo de toda a Divisão, particularmente quando se verificou que o inimigo mantinha aquela posição a todo custo, pois se preocupava em reforçar e substituir as unidades que a defendiam por tropas descansadas. Monte Castello, por sua importância, tornou-se a maior disputa entre brasileiros e alemães durante toda a campanha da Itália.

Operar numa frente de 15 Km francamente dominada pelo adversário e atacar um objetivo do valor de Monte Castello com a ameaça de flanco de Belvedere, eram encargos que exorbitavam da capacidade de uma divisão. Esta opinião, defendida com firmeza pelo Gen Mascarenhas de Moraes perante o comando do 4º CEx, acabou por prevalecer, ficando a divisão brasileira temporariamente dispensada de atividades ofensivas.

Conforme o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis (op. cit. apud Moraes, 1947, 121) as causas do insucesso foram as seguintes:

- . terreno íngreme e escorregadio;
- . falta de agressividade dos CC/NA;
- . ausência de apoio da Força Aérea;
- . quebra da surpresa; e
- . reconhecimentos incompletos.

Na segunda quinzena de dezembro, caiu sensivelmente a temperatura, chegando a atingir 18 graus negativos. Era o inverno implacável que se aproximava, trazendo a estabilização para toda a frente italiana. Seria a oportunidade de que se valeria o comando brasileiro para proceder aos reajustamentos necessários.

Condições de combate para o militar brasileiro

O riundo de país tropical, habitando em geral em regiões planas e de temperaturas amenas, o soldado brasileiro, apesar disso, adaptou-se rapidamente ao rude inverno dos Apeninos. Durante o período de estabilidade, cerca de 70 dias, suportou a inclemência do tempo, guarnecendo a frente atribuída à tropa brasileira. Sua capacidade inventiva e de adaptação transformaram-no em um combatente hábil e temido pelo adversário. Em contato com o inimigo, em tempo curto, aprimorou técnicas e apresentou alto grau de agressividade, impondo-se à justa admiração de seus camaradas.

O Serviço Especial esforçou-se sempre em montar e executar planos que possibilitassem à tropa repouso, recuperação e distração, particularmente em Roma e Florença.

Quando do embarque nos navios de transporte, cada um dos integrantes da 1ª DIE levou o seu equipamento individual e o fardamento tipo FEB, de brim e de lã. Na Itália, receberam artigos diversos que se tornaram indispensáveis para suportar o frio e a lama. Um dos problemas foi conseguir calçados norte-americanos que se ajustassem aos pés dos nossos militares. A FEB empregou civis italianos para a confecção de roupas para o inverno e manteve uma fábrica de sabão.

O deslocamento fazia-se a pé, em composição ferroviária ou em caminhões dos EUA. A Companhia de Manutenção teve papel destacado, transportando material da retaguarda para as frentes de combate. Rações, material de intendência, gasolina, viaturas e armamento constituíam as principais cargas a serem transportadas. Eram tantas as viaturas em deslocamento que se fez necessário um controle do trânsito pelo Pelotão de PE. Além disso, as estradas tiveram de ser mantidas em condição de trânsito, tarefa do Serviço de Engenharia. A Base Logística ficou instalada, inicialmente, na região de Nápoles (Tenente-Coronel Sebastião A. de Carvalho), avançando, depois, para Livorno e Florença.

A tropa consumia três tipos de ração: a K, contida em três pequenas caixas, tendo, cada uma, uma lata de queijo, patê ou sopa desidratada, biscoitos, limonada ou café solúvel, chocolate, cigarros, fósforos, um tablete de Halazone, para purificação da água, uma colher e um abridor de latas; a C, contida em seis pequenas latas, três com alimento à base de carnes e cereais e três com artigos variados; e a B, consumida diariamente pela tropa, compreendendo três refeições: pela manhã, café, leite, pão, geleia e extrato de tomate; e o almoço e jan-

tar, com carne ou galinha, ovos, frutas, pão, café, cigarros e fósforos. Por causa do frio distribuíram-se cápsulas de vitaminas.

O Serviço de Transmissões instalou uma rede telefônica, permitindo ligações para qualquer unidade, inclusive com órgãos brasileiros e norte-americanos. A Companhia de Manutenção, estacionada em Pistóia, reparava viaturas e armas, além de fornecer a munição necessária ao combate. O preenchimento de claros, ocasionados pelas mais diversas baixas, efetuava-se requisitando homens no Depósito de Pessoal, localizado em Stafoli, com um efetivo de 10 mil homens.

Depois da tomada de Monte Castello, a tropa brasileira continuou o avanço, aumentando a necessidade de transportes. A própria artilharia chegou a utilizar as suas viaturas no transporte da infantaria, apelidando essa atividade de "Empresa de Mudança Rosa de Ouro".

O Serviço de Saúde da FEB

O nosso Serviço de Saúde, dirigido pelo Cel Dr. Emmanuel Marques Porto, cumpriu muito bem a sua tarefa. Providenciou vacinas para todo o efetivo, conseguindo um satisfatório estado sanitário da tropa. Evacuou feridos e doentes com seus próprios meios, conduzindo-os para o 32º Hospital, os mais graves, e para o 16º Hospital de Evacuação, em Pistóia. No período de novembro de 1944 a fevereiro de 1945, atendeu a 884 feridos, 3.316 doentes, 406 acidentados, além de terem passado pelo posto de triagem três aliados, dois feridos inimigos e 174 civis italianos. É importante ressaltar que o elevado número de doentes resultou por afecções nas vias respiratórias: os nossos homens não estavam acostumados ao frio intenso das elevações dos Apeninos. Contra a malária empregaram-se mosquiteiros e o DDT, além de repelentes. A higiene pessoal deixou a desejar por causa das dificuldades de instalações de banho. Alguns casos de doenças venéreas ocorreram. O "pé de trincheira" foi vencido engenhosamente pelo nosso soldado, que colocava no galochão jornais, panos de lã, penas de galinha e feno seco.

O Serviço de Saúde contou, também, com dedicadas enfermeiras. O Quadro, criado pelo Decreto nº 6.097, de 15 de dezembro de 1943, destinava-se à formação de enfermeiras militares. Um grupo de voluntárias recebeu instrução no Rio de Janeiro e, após passarem em testes, as classificadas foram convocadas para o serviço ativo do Exército. Em número de 67, seguiram, via aérea, para a Itália, partindo no dia 7 de julho de 1944 do Rio de Janeiro, chegando sete dias depois em Nápoles. Ficaram como enfermeiras de 3ª classe com soldo de 2º Sgt,

contrastando com as enfermeiras norte-americanas, que tinham posto de 2° Ten a Cel. O Gen Mascarenhas de Moraes promoveu-as a 2° Ten, mas elas permaneceram com o soldo de 2° Sgt. As nossas enfermeiras atuaram nos diversos hospitais da Itália: o Geral, em Nápoles, o de Base (o 7th Station Hospital), em Livorno, os de Evacuação (o 38th, o 16th e o 15th), o Hospital de Campo, próximo da linha de frente, etc.

Os corpos dos mortos em ação foram levados para Pistóia e enterrados nessa localidade.

O Serviço Postal e o Religioso

O Serviço Religioso sempre esteve presente, integrado por um capelão-chefe, Padre João Pheeney de Camargo e Silva, 24 sacerdotes católicos e dois evangélicos. A todo o momento procuraram levar aos homens o estímulo e a palavra da fé. Destacou-se o Padre Antônio Alvares da Silva, o Frei Orlando, falecido acidentalmente quando se dirigia à região de Riola.

O Serviço Postal entregava a correspondência que, do Brasil, familiares e amigos dos pracinhas enviavam. As cartas e encomendas eram transportadas pelos NA da Base de Parnamirim (Natal) para Livorno e, desta cidade, para as várias subestações postais. Os febianos receberam 232.775 cartas e enviaram 335.472.

Todas essas providências, paralelamente ao adestramento a que vinha se submetendo a tropa na zona de combate ou em Stafoli, onde ficava nosso Depósito de Pessoal, refletiam o intuito do comando brasileiro de transformar a Divisão em grande unidade, à altura das responsabilidades que se avizinhavam.

À medida que se atenuava o inverno, iniciavam-se os preparativos para a ofensiva que tão brilhantes vitórias traria à tropa brasileira.

Plano Encore

No TO da Itália, desde Set 44, na mesma ocasião em que o primeiro escalão da FEB entrava em linha, começara o que mais tarde se convencionou chamar Batalha dos Apeninos, cujo término vitorioso para as armas aliadas só se concretizou pelos resultados conseguidos na ofensiva do 4° CEx, de 19 Fev a 05 Mar, e no avanço da primavera, de 14 Abr a 02 Mai 1945. Esse ataque do 4° Corpo era uma operação tática de amplitude restrita; na primavera, contudo, seriam realizadas operações de envergadura estratégica e de caráter decisivo no desfecho da campanha da Itália.

Em Fev 45, ainda perdurava um enorme saliente no dispositivo nazifascista nas montanhas dos Apeninos, exatamente na área de responsabilidade do 4º CEx e no setor em que vinha atuando a 1ª DIE. Enquanto o XV Ex alemão ocupasse as alturas que separam os cursos do Marano e Aneva do Reno e Panaro, a estrada 64, que ligava Porreta Terme a Bolonha, ficaria impossibilitada de uso para abastecimento de cinco das dez divisões do V Ex/NA. Em consequência, foi atribuída ao 4º CEx, ao qual estavam incorporadas a 10ª Divisão de Montanha e a 1ª DIE, a realização de uma ofensiva com a finalidade de eliminar ou reduzir o saliente, mediante a conquista daquela linha de divisoras de águas.

Em consequência, as duas divisões deveriam, em final de operação, cerrar sobre a última posição defensiva inimiga, a famosa Linha Gengis Khan. A ofensiva do 4º Corpo seria na segunda quinzena de fevereiro, com a participação da 10ª Divisão de Montanha (10ª DMth) e da 1ª DIE. Elaborou-se então o Plano Encore, cujo objetivo era expulsar o inimigo do Reno e em seguida persegui-lo através do vale do Panaro.

A primeira parte do plano prescrevia à 1ª DIE o seguinte:

- 1ª fase: conquista de Monte Castello, em íntima ligação com a 10ª DMth, que atacaria Belvedere e Monte della Torraccia;
- 2ª fase: limpeza do vale do Marano e conquista de Santa Maria Villiana; e
- 3ª fase: conquista de Torre di Nerone e Castelnuovo.

A 16 Fev, uma reunião em Lucca tratou dos detalhes da primeira parte do Plano Encore. Presentes os generais Willis Dale Crittenberger, Mascarenhas, George Hayes e William Grane, respectivamente Cmt 4º CEx, Cmt da 1ª DIE, 10ª DMth e da Art/4º CEx. Presente também o Ch Sec Op da 1ª DIE Ten Cel Humberto de Alencar Castello Branco.

A missão dos brasileiros era mais uma vez desalojar os alemães de Monte Castello. Prevaleceria o ponto de vista defendido pelo Gen Mascarenhas, de que a posição alemã no íngreme espinhaço só poderia ser conquistada com o emprego da DIE como um todo.

Ataque final

A ofensiva do 4º CEx iniciou-se em 19 2300 Fev 1945, com o ataque da 10ª DMth que, ao amanhecer de 20 conquistou Monte Belvedere e em seguida Gorgolesco. Às 17 h do dia 20 caiu Mazzancana, que fora bombardeada por aviões da FAB.

A manobra da 1ª DIE em seu 3º ataque a Monte Castello comportava:

- um Atq principal atribuído ao 1º RI (Cel Aguinaldo Caiado de Castro) contra Monte Castello; e
- um ataque secundário e limitado, a cargo do II/11º RI (Btl Ramagem).

Em 21 0530 foi desencadeado o ataque com uma ação frontal do Btl Franklin (III/1º RI) e uma ação flanqueante do Btl Uzeda (I/1º RI). O Btl Siseno (II/1º RI) ficou como reserva do Regimento Sampaio.

Como reserva da 1ª DIE foram mantidos o 11º RI (menos o Btl Ramagem) e o Esqd Rec (Mec) (Cap Plínio Pitaluga). Ao 9º BEC (Cel José Machado Lopes) coube a limpeza dos campos de minas e a conservação de estradas, tarefas indispensáveis ao sucesso da operação.

Conforme o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis (op. cit, p. 139) o ataque foi conduzido da seguinte maneira:

- Ação principal: 1º RI, na direção Gaggio Montano-Monte Castello-La Serra com o ataque frontal, pelo centro, a cargo do III Btl (Ten Cel Franklin) e suas 7ª, 8ª e 9ª Cias Fzo. Pelo flanco esquerdo o I Btl (Uzeda). Este, teve a missão de conquistar Fornace. Suas Cia Fzo eram comandadas: a 1ª, pelo Cap Everaldo José da Silva; a 2ª, pelo Cap Edson Ramalho; e a 3ª, pelo Cap Yeddo Jacob Blauth. Reserva do 1º RI: II Btl - Btl Sizeno, com as suas Cias Fzo 4ª, 5ª e 6ª.

- Ação secundária: II/11º RI. Reserva: II/1º RI. Reserva divisória: III/11º RI.

- Às 1430 h o Btl Uzeda conquistava as cotas 930 e 875, ultrapassando as posições inimigas de Congé. Neste mesmo horário, depois de ter ficado detido em sua ZAç, o Btl Franklin conquistou Fornello. Enquanto isso, o Btl Ramagem atuava em Abetaia.

- Por volta de 1500 h uma Cia Fzo norte-americana abriu fogo por engano contra uma Cia Fzo do I/1º RI matando um soldado brasileiro.

- Às 1720 h “a defesa inimiga entrou em colapso” (apud Moraes, 1947, p. 141). A 10ª DMth não consegue tomar Monte della Torraccia.

- O Btl Uzeda foi o primeiro batalhão a chegar ao cume de Monte Castello às 1800 h através do Pelotão do Ten Aquino, da 1ª Cia Fzo (I Btl), juntamente com a Cia Waldir do Btl Franklin. “A conquista se efetuara pelo desbordamento” (apud Uzeda, 1952, p. 112).

- Imediatamente foram realizadas as operações de limpeza e o 1º RI entrou em posição defensiva. Uma parte do efetivo alemão retraiu, outra parte morreu e outra se entregou como PG.

- As primeiras tropas a alcançar o cimo de Monte Castello às 1800 h foram uma Cia Fzo (Cap Everaldo) do I/1º RI (Btl Uzeda) e outra (Cap Paulo de Carvalho) do III/1º RI (Btl Franklin) (apud Pinto/Medeiros, 2003, p. 126). Morreu em combate o 1º Ten Godofredo da Cerqueira Leite, Cmt do Pel de Petrechos da 3ª Cia do I Btl do 1º RI, juntamente com o seu ordenança. A 3ª Cia era comandada pelo Cap Yeddo Jacob Blauth.

A linha de crista de Monte Castello foi atingida após 12 horas de duro combate, seguido de operações de limpeza e consolidação das posições conquistadas, com vista a prevenir prováveis CAtq por parte dos alemães.

Previra-se no Plano Encore a simultaneidade no ritmo de progressão dos ataques NA e de brasileiros a Monte della Torraccia e Monte Castello, respectivamente. Na realidade porém, às 1730 h, quando os primeiros elementos do Regimento Sampaio atingiram o topo de Monte Castello, os soldados da 10ª DMth ainda não haviam quebrado a resistência alemã. Além de nossa perfeita coordenação na progressão dos escalões de ataque, houve também uma eficiente preparação de fogos de Art Div, que era comandada pelo Gen Cordeiro de Farias, tendo como Cmt de grupo os coronéis Waldemar Levy Cardoso, Geraldo da Camino, José de Souza Carvalho e Hugo Panasco Alvim.

O descontrole nervoso dos primeiros alemães capturados por nossos soldados mostrava o que para eles significara a implacável concentração de fogos sobre as posições de defesa.

Em Monte Castello a FEB viveu o episódio mais emocionante de sua trajetória em território italiano e celebrou o primeiro combate vitorioso da DIE na Batalha dos Apeninos. Com a conquista do valorizado objetivo, a FEB saldou um de seus mais sérios compromissos, pelos aspectos morais que continha. Sorvedouro de centenas de vidas brasileiras, a conquista de Monte Castello constituiu dever de consciência e imperativo da dignidade militar. O Gen Mascarenhas de Moraes disse:

“Sua captura era uma tarefa de consciência e um imperativo da dignidade militar. Essa cidadela da presumida invencibilidade alemã representava um símbolo e um marco na vida de nossa tropa em terras de ultramar. Constituiu o índice do valor de nossa gente” (apud Moraes, 1947, 142).

Nos dias 23 e 24 de fevereiro, ocorreu o combate de La Serra, em que se empenhou o II/1° RI (Batalhão Siseno), cuja ação vitoriosa encerrou a 1ª fase da ofensiva do 4° CEx.

Com novo reajustamento no dispositivo das duas divisões ultimou-se a segunda fase, que consistia na limpeza do vale do Marano pelo II/11° RI, nos dias 3 e 4 de março.

O ataque a Castelnuovo⁴⁶ (05 Mar 45), empreendido pelo 6° RI (Cel Nelson de Melo), foi outra vitória. A operação consistia, de modo geral, em dois ataques combinados: o do 6° RI ao longo da crista de Castelnuovo, pelo flanco do adversário, e o do 11° RI (Cel Delmiro de Andrade), que buscava contornar o povoado e cortar a retirada do inimigo pela estrada Castelnuovo - Affrico.

Na manhã de 05 Mar, os dois regimentos ocuparam as Pos Atq. O 11° RI teve sua marcha dificultada pelos campos minados. Por volta das 10 horas a 2ª Cia atingiu Soprassasso. Ao fim da tarde a Cota F20 era conquistada. O comandante decidiu prosseguir sobre Castelnuovo, conquistado às 1800 h. A surpresa foi tão completa que chegou a encontrar os alemães à mesa, em pleno rancho. Às 1900 h, Castelnuovo estava dominada. Ao mesmo tempo, o 11° RI, mesmo encontrando fatores adversos, passou por Montecavalloso e Boscaccio, abrindo o caminho para Vergato. No dia seguinte o Gen Crittenberger comunicou o término da ofensiva do 4° CEx, que passaria a dispor de excelentes posições para desfechar o golpe final sobre Bolonha. Os vales de Silla e do Reno ficavam livres das vistas e dos fogos inimigos, liberando a retaguarda da incômoda cortina de fumaça que durante todos esses meses era gerada desde o clarear do dia até o pôr do sol.

Ofensiva da primavera

Enquanto a FEB e a 10ª DMth se empenhavam na ofensiva do 4° CEx, o EM do 25° Grupo-de-Exércitos aliado preparava a ofensiva da primavera, empregando 20 divisões e dez brigadas que integravam dois exércitos, o VIII Exército britânico e o V Ex/NA, em coordenação com operações análogas nas frentes oriental e ocidental.

Esta ofensiva caracterizou-se como uma operação de larga envergadura. Prolongou-se de 14 Abr a 02 Mai 45; no espaço, cobriu todo o norte da Itália, em duas batalhas bem definidas: a dos Apeninos e a do Pó. Foi desencadeada a partir da linha que se estendia do Adriático ao Tirreno, cerca de 30 Km ao sul de Bolonha, englobando todas as for-

⁴⁶ Castelnuovo di Vergato. Não confundir com Castelnuovo di Garfagnana.

ças aliadas do TO italiano integrantes do 25º Grupo-de-Exércitos. Foi uma arrancada que conduziu os aliados à vitória final, a 02 Mai 1945.

Cabia ao 4º Corpo a tarefa de realizar o esforço principal, rompendo as posições alemãs na Linha Gengis Khan. O Grupo-de-Exércitos prosseguiria e desembocaria na planície do Pó; a seguir deveria desdobrar-se velozmente para atingir os Alpes nas fronteiras com a França, Suíça, Áustria e Iugoslávia, bloqueando todos os caminhos de retraimento do inimigo para o interior da Alemanha.

O adversário era muito experiente e soube tirar partido do terreno, que favorecia as ações defensivas. Instalando-se nas alturas ao sul de Bolonha, aproveitou ao máximo as vantagens que o local oferecia. Até a planície do rio Pó o terreno se apresentava difícil para as operações ofensivas dos aliados.

Reunião de Castelluccio

Em 8 de abril, o Cmt 4º Corpo convocou os comandantes de divisão para uma reunião em seu QG instalado em Castelluccio. Nessa oportunidade o Gen Mascarenhas de Moraes conseguiu uma maior participação da 1ª DIE, que recebera inicialmente a atribuição de manter as posições e o contato com o inimigo à frente, em condições de persegui-lo caso se retirasse. O Gen Mascarenhas de Moraes obteve autorização para atacar a região de Montese – Montello que, conquistada, levaria fatalmente às barrancas do rio Panaro. A sugestão apresentada elevou o conceito do Cmt da 1ª DIE entre seus pares.

A operação ofensiva fora prevista para o dia 12, mas as condições meteorológicas não se apresentavam favoráveis, já que a visibilidade insuficiente não possibilitava o emprego da Força Aérea.

Nesse dia 12, uma Patr de 21 homens alcançou a elevação de Montaurigula procedendo à limpeza dos campos minados, sendo desativadas 82 minas. Neste dia morreu em combate o Sgt Max Wolf⁴⁷.

Dia D – Montese

A 14 Abr 1945 prosseguiu a batalha dos Apeninos, com o ataque do 4º Corpo à Linha Gengis Khan; era o início da ofensiva da primavera.

⁴⁷ Max Wolf estava em Riva di Biscia em Patr Rec para o Atq a Montese.

Às 0830 h os aviões aliados levantaram vôo e em vagas sucessivas deslocaram-se para o norte. No dispositivo do V Ex/NA a Divisão brasileira ocupou posição de singular relevo – a cobertura de flanco durante o ataque, no trecho oriental da bacia do Panaro. Nessa memorável jornada, nossa divisão e a 10^a DMth, à direita, atuaram com movimentos sincronizados. A missão da 1^a DIE compreendia duas fases bem distintas: a primeira era o lançamento de fortes patrulhas (pelotões reforçados por turmas de mineiros) com o objetivo de obter o controle da primeira linha de alturas; a segunda consistia numa ruptura para conquistar a região de Montese - Montello. Lançaram-se as patrulhas no momento preciso em que a 10^a DMth iniciava o ataque. O violento fogo de artilharia para apoiar essas ações em força dera a impressão de que fora desencadeado um ataque em larga frente. A reação do inimigo foi imediata. O fogo inimigo, de artilharia e de morteiros, era concentrado sobre a linha de partida e sobre os elementos em progressão. Quase ao meio-dia um pelotão brasileiro anulou forte resistência inimiga e capturou a localidade de Possessione.

Às 13 horas encerrou-se a primeira fase, com o cumprimento de todas as missões. A segunda fase, a mais importante, começou às 1330 h, com um ataque contra as alturas de Montese, Cota 888 e Montello. Houve intensa preparação de artilharia; foram empregados blindados e fumígenos NA. Com frequência, as tropas tinham de atravessar terreno minado. As 1500 h se conseguiu penetrar em Montese.

Conforme o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis (op. cit., p. 157);

- Ataque propriamente dito a Montese: foi desencadeado às 1330 h, com preparação de Art. Escalão de Ataque: III e I Btl do 11^o RI. Esforço principal: III/11^o RI (Btl Cândido), na direção Casone-La Torre-Cota 927, coberto à esquerda pelo Btl Lisboa e à direita pelo Btl Sizeno. Houve ação da Cia de Morteiros Químicos do IV Corpo com cortinas de fumaça. A reação do inimigo se mostra violenta.

- Às 1500 h, o Btl Lisboa (I/11^o RI), em verdadeiro combate em localidade, penetra com a sua 2^a Cia, comandada pelo Cap Sidney Álvares, na Vila de Montese com o Pel Fzo comandado pelo 1^o Ten Iporan Nunes de Oliveira e com o Pel do Ten Ari Rauen, ficando em 2^o escalão o Pel do Ten Malheiros. Houve apoio da nossa Art e fogos de contrabateria inimiga que conseguiram barrar o avanço do Pel do Ten Ari, o qual caiu mortalmente ferido na cabeça à frente de seus comandados. O seu Pel sofreu muitas

baixas, principalmente pela ação das minas antipessoal (apud Simões, 1967, p. 100).

Em seguida, o Btl Lisboa completa “a posse integral da localidade”, que era o objetivo nº1 (O1) (apud Brayner, 1968, p. 401).

A auspiciosa notícia correu por todo o 4º CEx, provocando jubilo-
sas manifestações. Logo em seguida caiu Serreto, mas a resistência
adversária continuou. Às 1800 h já estava escuro. Sabia-se que o ini-
migo possuía blindados e tropas em reserva, o que lhe possibilitava
um CAtq para recuperar as posições de Montese e Serreto. Seus ca-
nhões e morteiros continuaram atirando durante toda a noite, aumen-
tando nossas baixas.

Prosseguimento do ataque na região de Montese

Era imperativo continuar o ataque ao restante do maciço de Mon-
tese. De posse dessas alturas o inimigo detinha a posição-
chave; sem ela, ver-se-ia obrigado a retrair para a margem es-
querda do Panaro, a alguns Km de distância. Previa-se uma resistência
tenaz, até quase à exaustão. Os batalhões do Escalão de Ataque (Es-
cAtq) desembocaram às 0945 h, encontrando cerrada resistência. A
luta prolongou-se ao longo do dia e mesmo durante a noite. Os fogos
inimigos já haviam provocado mais de 100 baixas no EscAtq. A região
de Montese continuava recebendo mais fogos que toda a frente do 4º
Corpo.

A situação agravou-se na manhã do dia 15, quando o inimigo inici-
ou uma densa concentração de artilharia e morteiros, multiplicando o
número de baixas. Mesmo sob intenso fogo inimigo, a tropa brasileira
conseguiu ultimar a limpeza da cidade nessa manhã.

Na manhã de 17 Abr, chegaram ordens do 4º Corpo para sustar o
Atq, manter as posições, executar reconhecimentos e ficar ECD exe-
cutar as operações de perseguição. O Cmt do V Ex pretendia lançar
tropas de reserva através de uma brecha aberta na região de Tole, em
outro setor, à direita de nossa Divisão, onde operava a 10ª DMth. Foi
então atribuída à 1ª DIE manter a segurança do flanco esquerdo do 4º
CEx, tendo sido intensificada a atividade de patrulhamento.

Terminara o episódio mais sangrento vivido pela FEB em território
italiano. Foram três jornadas sob os bombardeios mais pesados de
toda a campanha. As armas brasileiras quebraram a resistência do
inimigo e desmantelaram de forma definitiva o seu dispositivo defen-
sivo.

Montese constituiu um objetivo importante na manobra do 4º CEx. Foi o combate mais sangrento travado pela FEB na Itália. Foi também a conquista de uma região essencial, que veio a provocar um desequilíbrio no dispositivo adversário, facilitando o desembocar da tropa do V Ex na planície do Pó. De 14 a 18 foram 34 mortos e 386 feridos na FEB.

Foram entusiásticas as palavras do General Willis D. Crittenger aos integrantes de seu estado-maior na manhã do dia 15:

"Na jornada de ontem, só os brasileiros mereceram as minhas irrestritas congratulações; com o brilho do seu feito e seu espírito ofensivo, a Divisão brasileira está em condições de ensinar às outras como se conquista uma cidade".

Aproveitamento do Êxito e Perseguição ao inimigo

Os alemães resistiram cinco jornadas, mas as vitórias dos aliados em Montese, Vergato, Tole, Monte Mosca, Monte Pero, Monte Sole, Monterumici e Monte Adone provocaram o completo desmantelamento de suas defesas na Linha Gengis Khan.

O dia 19 Abr marcou o início de uma nova etapa na ofensiva da primavera - o aproveitamento do êxito (Aprv Ext) - do qual resultou a conquista do médio Panaro pela Divisão brasileira.

Durante a noite de 18/19 Abr, as tropas alemãs retraíram na direção oeste, operação que continuou na jornada de 19, tendo o inimigo transposto o rio Panaro pressionado pela nossa tropa. Na noite de 19/20 Abr, a 1ª DIE recebeu do 4º Corpo a missão de continuar cobrindo o flanco oeste dessa grande-unidade, limpando a margem direita do rio Panaro até a região da cidade de Vignola. Em fim de jornada nossas tropas cerraram contato com o inimigo na região de Zocca, que era um nó rodoviário e por isto um objetivo de vital importância. Encontraram obstinada resistência, mas avançaram apoiadas por blindados NA. Zocca foi ocupada e a 1ª DIE prosseguiu na direção de Vignola.

Essa jornada ofensiva propiciou o esperado epílogo da Batalha dos Apeninos - a ocupação de Bolonha por tropas do V Exército NA e do VIII Exército britânico, objetivo para o qual a FEB contribuiu.

No fim do dia 22, quase todos os elementos de nossa divisão estavam na margem esquerda do Panaro. A 23, foram conquistadas Marano e Vignola. A população das duas localidades recebeu nossas tropas com expansões de júbilo, aclamações e flores.

Para a 1ª DIE a ocupação de Vignola representou a entrada na grande planície do Pó e o abandono dos acidentados Apeninos; taticamente era o término do Aprv Ext.

Em Vignola, nossa tropa iniciou a perseguição ao inimigo (23 Abr), infletindo rumo a noroeste. Para facilitar o cumprimento da missão, a infantaria foi motorizada pelas Vtr da Art, ganhando maior velocidade.

Em derrocada, o X e o XVI Exércitos alemães, batidos em região montanhosa, retiravam-se pela planície de forma desordenada e incapazes de opor uma resistência organizada no vale do Pó. Nos dois exércitos aliados (o V Ex NA e o VIII Exército britânico), ao contrário, imperava a certeza na vitória final. Havia uma firme determinação de bater todas as forças contrárias, inclusive as que constituíam o exército da Ligúria, antes que ocupassem o Pó ou o Adige.

Gigantesca nas dimensões e apresentando rapidez e agressividade por parte das peças de manobra envolvidas, a batalha do Pó foi decisiva em seus resultados, mesmo sem ataques vigorosos contra posições organizadas alemãs ou a cidades importantes.

Em apenas 12 jornadas, o 15º Grupo de Exércitos aliado desmantelou três exércitos inimigos que vinham atuando em território italiano. A participação da divisão brasileira no vale do rio Pó foi relevante. Na ala esquerda do dispositivo do V Ex NA, além das ações de limpeza da área, recebeu a missão de manter a segurança do flanco sul do 4º CEx e do V Ex, em face dos grandes efetivos inimigos que se retiravam do setor costeiro da Ligúria, em demanda do vale do Pó.

Rendição de Fornovo

San Paolo d'Enza, às margens do rio Enza, foi alcançada a 24 Abr; cumprindo ordens do 4º CEx, a 1ª DIE reiniciou, em 26 Abr a perseguição ao inimigo na área compreendida entre os rios Enza e Taro. Neste mesmo dia, nosso Esqd Rec estabeleceu contato com os alemães na região de Collecchio; a 27, unidades de infantaria eliminaram resistências inimigas.

Soube-se por informações de prisioneiros que grande coluna inimiga procurava por essa região atingir o vale do Pó. Lançaram-se então nessa direção elementos de Inf com apoio de Art, que surpreenderam o adversário na estrada 62, rumo ao norte. Nossa tropa, em manobra de duplo envolvimento, atingiu rapidamente as cercanias de Fornovo.

Em 27 Abr, o pároco de Neviano di Rossi, padre Alessandro Cavalli se ofereceu para mediar os entendimentos entre brasileiros e ale-

mães. O comandante da tropa brasileira que operava na região confiou ao vigário o papel de emissário junto às tropas alemãs de Respiccio, com o fim de levar-lhes o ultimato de rendição incondicional, de acordo com as convenções internacionais. Era o seguinte o texto do documento:

"Ao comando da tropa sitiada na região de Fornovo di Taro: Para poupar sacrificios inúteis de vidas, intimo-vos a render-vos incondicionalmente ao comando das tropas regulares do Exército brasileiro que estão prontas para vos atacar. Estais completamente cercados e impossibilitados de qualquer retirada. Quem vos intima é o comandante da vanguarda da divisão brasileira que vos cerca. Aguardo dentro do prazo de duas horas a resposta ao presente ultimato. (a) Nelson de Melo, Coronel Cmt"⁴⁸.

A resposta veio nos seguintes termos:

"A resposta seguirá após ser fornecida alguma indicação do comando superior. (a) Major Kuhn, Ch EM/148^a DI".

O Cmdo brasileiro decidiu atacar em 28 Abr, já que a resposta alemã tinha caráter protelatório. A luta foi violenta durante a tarde, mas declinou em toda a frente ao cair da noite. Às 2200 h, bandeira branca em punho, apareceu o alemão Major W. Kuhn acompanhado de uma escolta. Nos entendimentos ficou acertado que o fogo cessaria às 0520 h e que a rendição começaria às 12 horas.

À meia-noite, muito antes de o Major Kuhn regressar ao seu QG, um BI alemão cruzou nossas linhas em Respiccio e, ao alvorecer, o 5^o Btl Mth alemão se apresentou na mesma região.

Tendo à frente as ambulâncias que transportavam os feridos surgiu, às 1300 h, uma coluna motorizada alemã composta pelo 361^o Btl CC da 90^a Divisão Panzer. Às 1830 h, em meio à movimentação reinante nos P Col PG, acompanhado de seu EM (18 oficiais) apresentou-se o Gen Mario Carloni, Cmt da Divisão Bersaglieri Itália. Após pequena pausa nos trabalhos de rendição apareceu o grosso da 148^a DI alemã, seguida do 4^o Btl Mth e de um batalhão de Camisas Negras⁴⁹ italiano.

⁴⁸ Citado em CASTELLO BRANCO, 1960, p. 460.

⁴⁹ Organização paramilitar fascista organizada por Benito Mussolini chamada de Milícia Voluntária para a Segurança Nacional. Pela cor da camisa, eram os "camisas-negras" (em italiano: *camicie nere*, ou *partisans*). Lutaram a favor da Alemanha nazista.

Às 1830 h, em Fornovo, apresentou-se ao Gen Falconière da Cunha o Cmt da 148ª DI, Gen Otto Fretter Pico, com 31 oficiais de seu EM, todos com muito bom aspecto militar. Escoltado até Florença pelo Gen Falconière, o Gen alemão foi recebido no QG do V Ex. Encerrava-se assim a rendição da 148ª DI, dos remanescentes da 90ª Divisão Panzer e da Divisão Bersaglieri Itália. Eram 14.779 homens, cerca de quatro mil animais e 2.500 viaturas, das quais mil motorizadas.

Quando a FEB entrou em linha, o regimento alemão que então defendia Castelnuovo di Garfagnana aprisionara uns vinte e tantos brasileiros e os fizera desfilar pelas ruas da cidade, em estranha reedição de um costume bárbaro. Alguns soldados brasileiros chegaram a ser agredidos. Este mesmo regimento rendeu-se a nós em Fornovo e nenhum alemão foi molestado pelos nossos soldados.

O Gen Mark Clark, comandante do 25º Gp Ex, a respeito da manobra de nossa divisão expedicionária no vale do Taro, declarou que "foi o magnífico final de uma atuação magnífica".

A nossa contribuição na fase derradeira dessa gigantesca batalha consubstanciou-se nas vitórias alcançadas nos combates de Montese, Zocca, Marano do Panaro e, finalmente, Collecchio e Fornovo, sendo que a última, juntamente com Monte Castello e Montese, representam, sem dúvida, as mais brilhantes vitórias da FEB na campanha.

Vitória final

Enquanto se ultimava em Fornovo a rendição da 148ª Divisão alemã, a situação político-militar na Itália evoluía rapidamente. As comunicações estavam então difíceis, porque nossa divisão atuava em larga frente, com a velocidade de deslocamento muito aumentada pelos transportes motorizados. Não se tinha conhecimento pleno do que estava acontecendo nos escalões superiores, mas tudo prenunciava um colapso total do inimigo, a qualquer momento.

A 30 Abr, a 1ª DIE recebeu a missão de ocupar a região de Alessandria e ficar ECD progredir na direção norte, continuando a cortar a retirada dos elementos inimigos vindos do sul.

Em Asti foi feito contato com a 92ª Divisão NA. Em seguida foi ocupada a margem sul do Pó, região norte de Alessandria, e foi ultrapassada a cidade de Turim, que foi ocupada mais tarde. No dia 02 Mai uma patrulha estabeleceu contato em Suza com a 27ª Divisão francesa.

A sorte do governo fascista já estava selada: os partigiani⁵⁰ exigiam rendição incondicional. Mussolini e alguns elementos de seu governo fugiram mas foram presos e mortos (28 de abril).

A luta ainda continuava no resto da Europa. A vitória final ocorreu em 08 Mai 1945, após o suicídio de Adolf Hitler a queda de Berlim.

A FEB participou com realce na eliminação de dois exércitos alemães (o XVI Ex e o Exército da Ligúria) que operavam no setor do V Ex NA. Sobressaiu-se também por ter sido a primeira tropa aliada, o Gp 11, comandado pelo Gen Zenóbio, que fez ligação com o Exército francês na fronteira franco-italiana, no final da ofensiva da primavera.

Iniciava-se uma nova fase para os brasileiros, a da ocupação militar, que foi de 03 Mai a 03 Jun. Depois a tropa se deslocou por escalões para o sul da Itália, onde aguardou o embarque para o Brasil. O primeiro escalão deixou o porto de Nápoles a 06 Jun e o último a 19 Set.

Os líderes militares norte-americanos demonstraram, em várias ocasiões, o seu contentamento pela atuação da FEB. Basta lembrarmos que desejaram que os brasileiros se mantivessem na Europa, por mais tempo, integrando as forças de ocupação. Entretanto, o governo brasileiro não se entusiasmou pela proposta.

Encerrava-se assim uma das mais brilhantes páginas de nossa história militar. Na eliminação do nazifascismo a Divisão brasileira desempenhou papel de incontestável relevo entre as forças aliadas. Não se deve esquecer, no entanto, que o esforço de guerra do Brasil reflete o resultado da conjugação de ações continuadas das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica.

Significado da atuação da FEB

Os feitos e vitórias da FEB hão de sobreviver sempre no coração dos brasileiros como síntese do valor de nossa gente e símbolo de sua vocação democrática. A participação do Exército na campanha da Itália, lado a lado com o NA, aproximou ainda mais as duas nações, revigorando os vínculos de fraternidade continental.

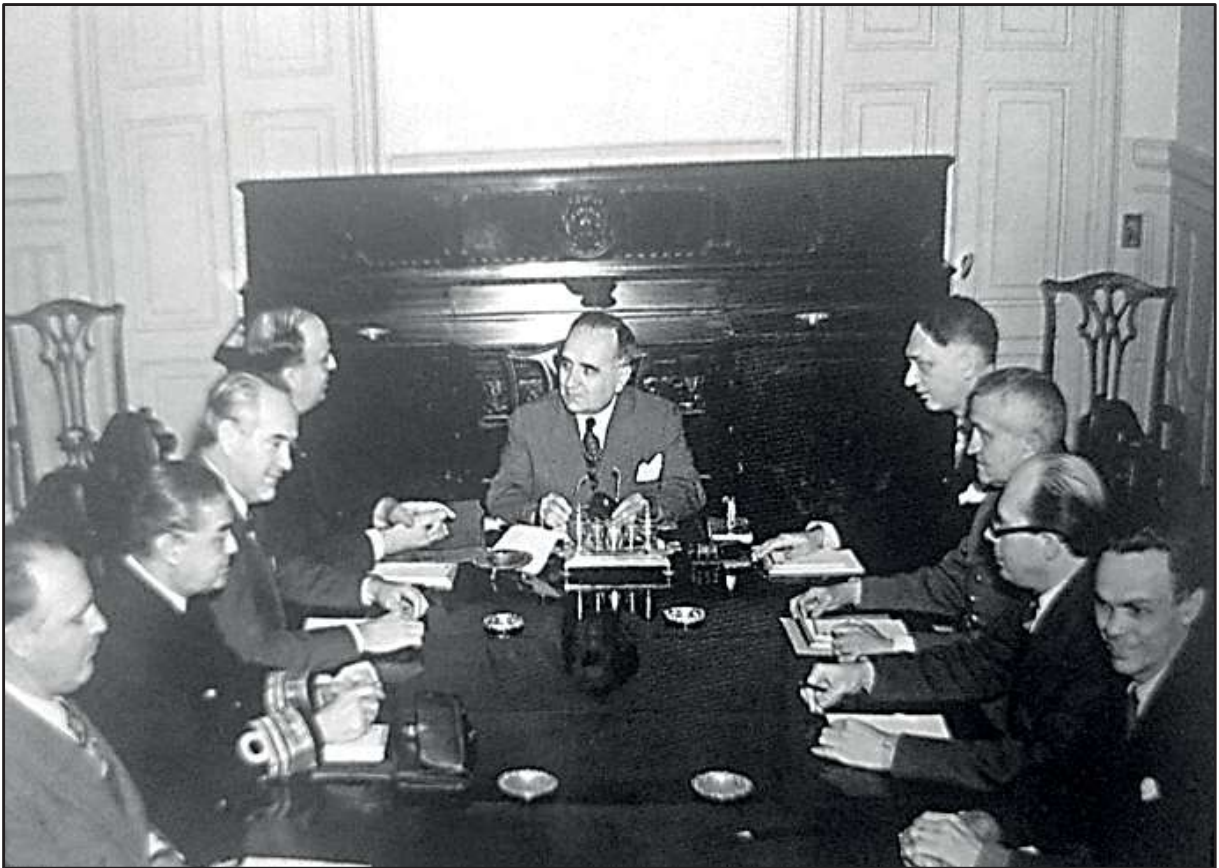
Esse conflito mundial deu também maior solidez à amizade que sempre uniu soldados e marinheiros. Revigoraram-se da mesma for-

⁵⁰ “Resistência italiana” (em italiano, *Resistenza italiana* ou *partigiana*), movimento armado anti-fascista, contra a ocupação da Itália pela Alemanha e contra a República Social Italiana fundada por Mussolini. Reunia não só comunistas, mas também católicos, liberais, socialistas, monarquistas e anarquistas, entre outros.

ma os laços com a Força Aérea Brasileira, seja no patrulhamento de nosso litoral seja nos céus da Itália, a qual executou importantes missões para o resultado final da luta.

Para a História do Exército, a experiência da FEB mostrou-se notável. Veteranos da FEB, que permaneceram na ativa, introduziram as lições da guerra nos estudos da Escola de Estado-Maior e, em menor escala, na Academia Militar das Agulhas Negras e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Iconografia da FEB na II GM



O Presidente Getúlio Vargas, em reunião com o seu ministério, decreta o Estado de Guerra (31 Ago 1942) (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 140).

Imagem de populares no Rio de Janeiro já em plena atividade pela defesa do país em função da II GM (final de 1939) (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 139).



Protesto de estudantes no Rio de Janeiro contra a série de ataques de submarinos alemães a navios brasileiros (18 Ago 1942) (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 140).



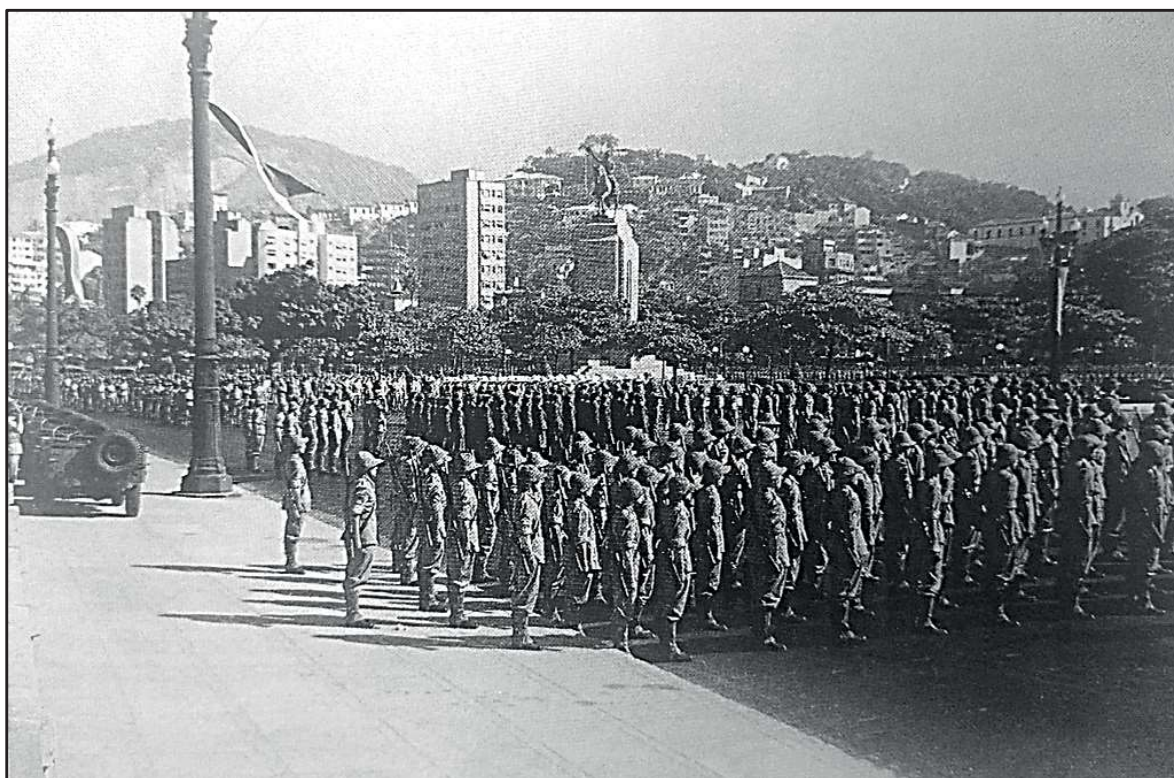
Cartaz da campanha de arrecadação de fundos através de bônus para o esforço de guerra (observar as lagartas do CC representado na imagem) (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 141).



O Gen Estevão Leitão de Carvalho, ao centro, nos EUA, como representante do Brasil na Comissão Mista de Defesa em 1943 (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 142).



Os presidentes Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt (EUA) em visita à Base militar de Natal, RN em 28 Jan 43 (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 143).



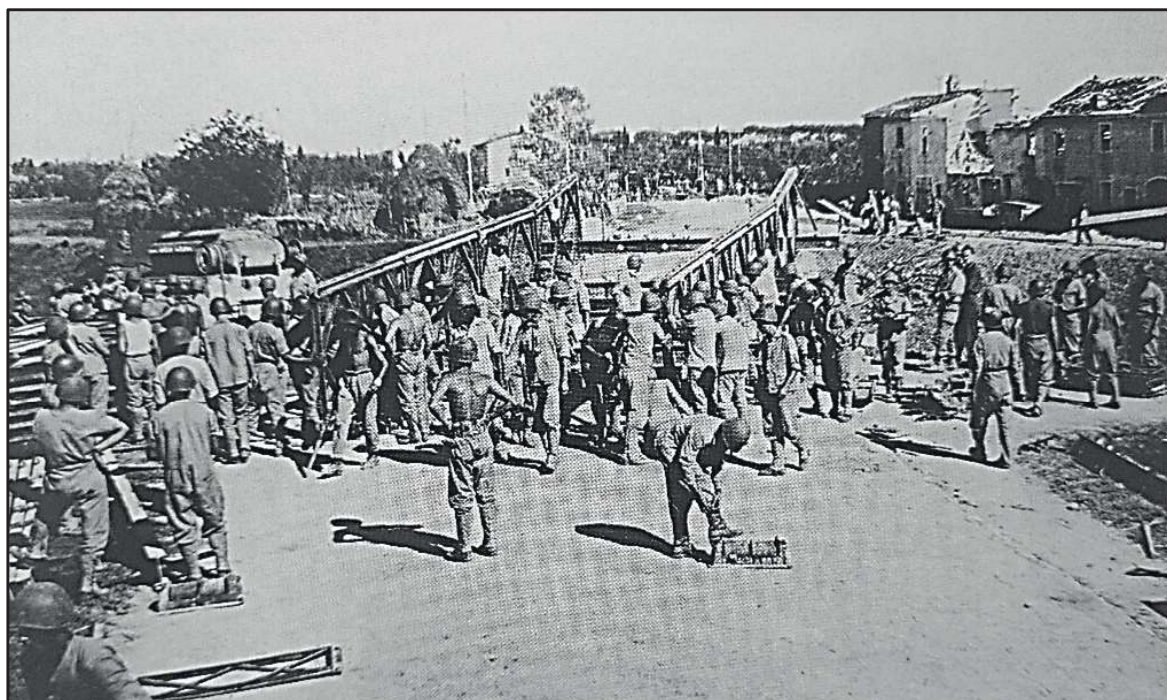
Em forma, a 1ª DIE, diante do Monumento ao Marechal Deodoro, antes do desfile nas ruas do Rio em 24 Mai 44 (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 145).



O Gen Mascarenhas é recebido por oficiais NA na chegada do 1º Escalão em Nápoles (16 Jul 44) (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 146).



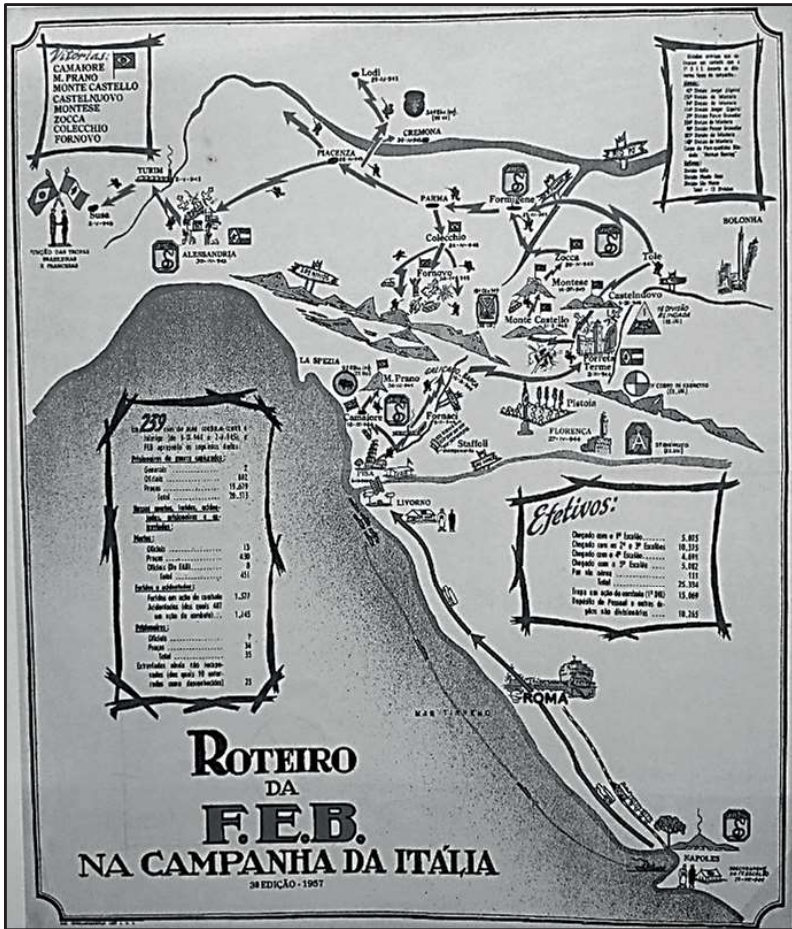
Desembarque do 2º Escalão em Livorno, ao norte de Nápoles (11 Out 44) (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p.146).



**A 1ª Cia do 9º BE, primeira tropa da FEB a cumprir missão no TO italiano
(Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 147).**

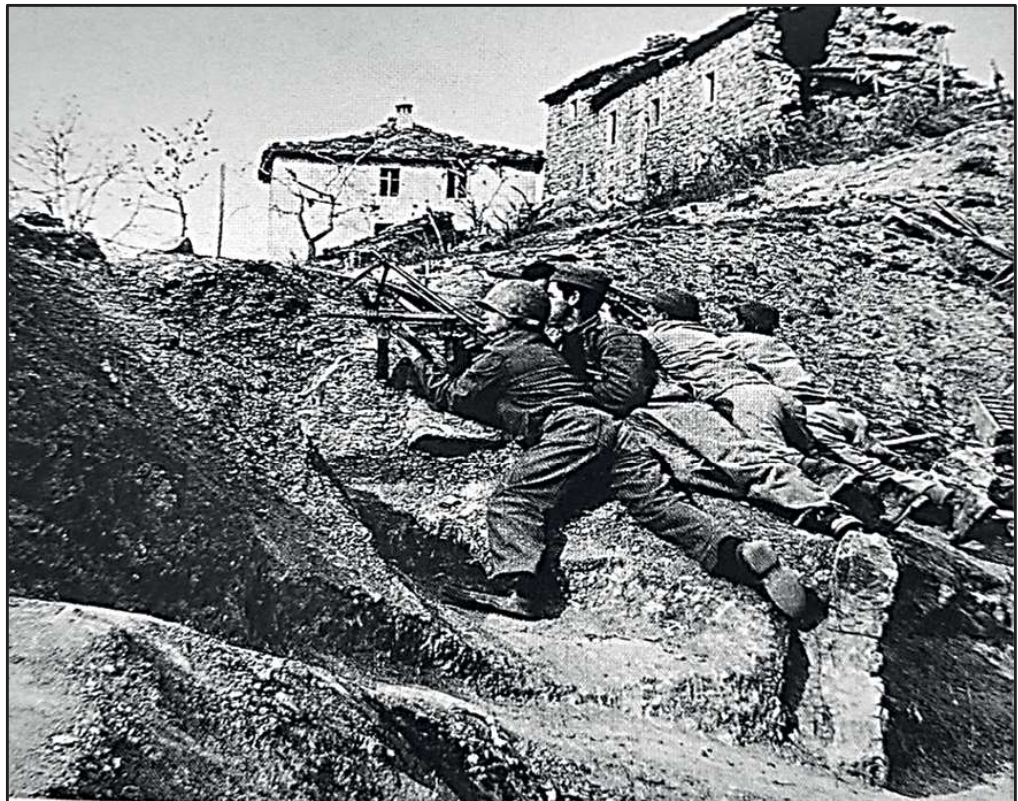


**A Art brasileira em ação. Em 15 Set 44 foi disparado o primeiro tiro
com um obuseiro 105 mm (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 149)**



Roteiro da FEB desde Nápoles até Lodi, Piacenza, Turim e Susa
(Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 148)

A Infantaria da FEB em ação na primeira fase das operações
(Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 150)





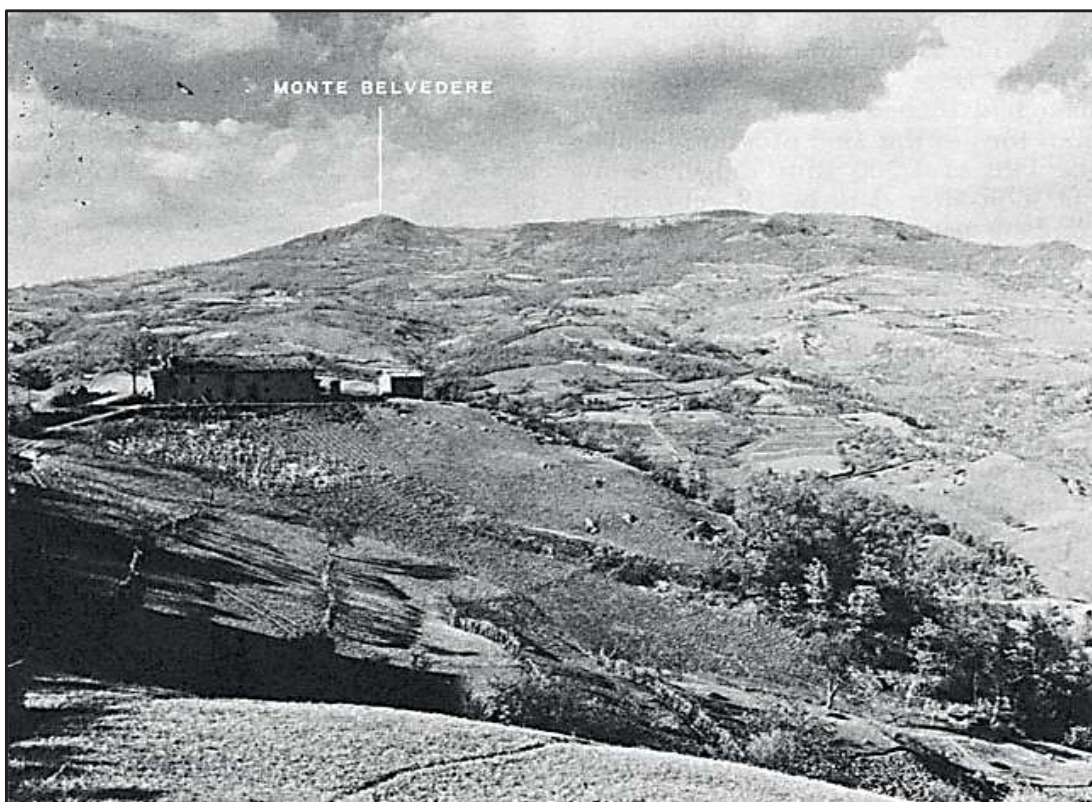
**Avião da ELO
sobrevoa os
Apeninos
(Fonte: BIBLIEx,
1998, vol.3, p. 151)**



**Infantaria da 1ª DIE em ação nos Apeninos durante o inverno
(Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 152)**



**Fração de tropa do 1º RI após a conquista de Monte Castello
(Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 154)**



**Vista de Monte Castello, à direita de Monte Belvedere
(Fonte: www.memorialdafeb.com, acesso em 28 Set 2021)**



**Ataque a Montese (Abr 45). À Esquerda, Elm de uma patrulha brasileira
(Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 157)**

**Patrulha brasileira
contornando Montese
durante o ataque
(Fonte: BIBLIEx, 1998,
vol. 3, p. 158)**





Esquadrão de Reconhecimento da 1ª DIE em ação em Monte-se
(Fonte: BIBLI-Ex, 1998, vol. 3, p. 158)



Rendição dos alemães em Forno di Taro.
À esquerda, de costas, o Gen Otto Fretter Pico. À direita, o Gen Olympio Falconiére da Cunha
(Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 161)



Campo de PG alemães, sob a guarda de um Sd brasileiro
(Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 162)



Comando brasileiro. Da Esq. para a Dir.: Generais Falconière, Zenóbio, Mascarenhas e Cordeiro de Farias (Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 162)



**Em 15 Jul 45. Desfile do 1º Escalão da FEB nas ruas do centro do Rio de Janeiro
(Fonte: BIBLIEx, 1998, vol. 3, p. 163)**



CAPÍTULO III

**A VOCAÇÃO
DEMOCRÁTICA
DO EXÉRCITO**

DO ESTADO NOVO AO FIM DA ERA VARGAS

Antecedentes e instalação do novo regime

A terceira Constituição do Brasil foi promulgada em 16 de julho de 1934. A Assembleia Constituinte elegeu o primeiro Presidente, recaindo a escolha no chefe do governo provisório.

O EB foi fator de estabilidade do poder que se adaptava e enfrentava um período de transição internacional. No ano seguinte, a intentona de 35 representou um golpe no Exército, que se transformou no mais inflexível adversário da ideologia e dos processos comunistas, o que continua até hoje. No plano mundial a Alemanha e a Itália defendiam o nazismo e fascismo. A Espanha se tornava um TO entre a democracia e o comunismo. No Brasil, a Constituição autoritária enfraquecia a democracia. Getúlio Vargas desfechou o Estado Novo em 1937.

A conjuntura internacional tendia para o autoritarismo. Líderes político/militares impunham-se no mundo, enquanto o liberalismo declinava. Os regimes democráticos pareciam ter os dias contados.

Os militares brasileiros mantinham pessimismo diante da incapacidade revelada por uma política liberal. A justificativa ao autoritarismo era a imperiosa necessidade de fortalecimento do Estado diante das ameaças que se prenunciavam à segurança nacional, com a perspectiva de um próximo conflito internacional.

O Exército e o Estado Novo

A motivação de que se valeu o governo junto ao povo para o Estado Novo foi o do nacionalismo econômico. A semente encontraria terreno fértil. Inúmeros segmentos da comunidade nacional pleiteavam o controle estatal dos recursos estratégicos e dos serviços essenciais à segurança do país. Renascia o ideal tenentista que fizera do nacionalismo uma de suas mais importantes bandeiras.

Como já foi visto antes o Estado Novo, regime traduzido no Brasil por um autoritarismo populista conseguiu, com o incentivo do Exército, proporcionar à Nação o início de um período de industrialização, essencial ao seu desenvolvimento futuro.

O Exército aparecia como o verdadeiro sustentáculo do Estado Novo. Apoiaria a sua criação quando a deterioração política impunha o fortalecimento do poder legal.

A personalidade de Vargas reunia características que respondiam aos requisitos da situação. O Exército estava convicto de que a abertura democrática teria de aguardar melhores condições.

Mas o Brasil não faltou ao apelo da luta pela liberdade e pelos ideais democráticos quando chegou a hora decisiva, na II GM. O EB mobilizou, adestrou e enviou para a Europa uma divisão de infantaria que se distinguiu na campanha da Itália. O ideal democrático ressurgiria das cinzas das cidades conquistadas, cujas populações liberadas recebiam, jubilosamente, as forças aliadas.

No final da guerra, tornaram-se insustentáveis os fatores que mantiveram Getúlio Vargas no poder por oito anos. Vejamos.

A deposição de Getúlio Vargas

Ainda antes de terminar a guerra, tornou-se forte o sentimento de que o regime ditatorial instalado no Brasil perdera a finalidade. O Manifesto dos Mineiros, publicado em 24 Out 1943, refletiu as ideias de um grupo de jovens políticos que pediam o fim do regime.

José Américo de Almeida, em entrevista ao jornal Correio da Manhã, publicada em 22 Fev 1945, criticava a política do Estado Novo e reclamava por eleições livres.

E não eram outros os anseios dos militares brasileiros. Regressando de uma visita ao front na Itália, o Gen Eurico Gaspar Dutra manifestou o seu desejo de redemocratização ao Gen Góes Monteiro, e este levou a Vargas o pensamento de Dutra. Entre os próprios participantes da FEB ocorriam indícios de serem contrários ao Estado Novo quando ainda na Itália se encontravam. O anseio transmitiu-se ao povo brasileiro. E, rendendo-se à realidade, o governo marcou eleições para 2 de dezembro, pela Emenda nº 9, de 28 Fev 1945, uma semana após Monte Castelo. Tudo indicava que a ditadura agonizava no ambiente democrático renunciado pela vitória militar aliada ocorrida em 2 de maio na Europa.

Desde cedo, entretanto, a disputa eleitoral mostrou-se inteiramente deturpada. O governo colocou a sua máquina administrativa a serviço da corrente de sua preferência. A agravar o estado de coisas, animado e apoiado pelo ditador, surgiu um movimento continuísta conduzido por Hugo Borghi, a pregar a permanência de Vargas no poder. O “Queremos Getúlio!” tornou-se slogan insistente, desafiando o ideal renovador, dominante no seio do Exército.

A intervenção militar para a garantia da imparcialidade do pleito que se avizinhava tornou-se indispensável. Vargas no poder significava

perigo para a ordem interna, dadas as tensões que se vinham formando. A 29 Out 1945 (34 dias antes das eleições previstas), ao final de uma série de reuniões de chefes militares, com a participação dos candidatos à Presidência da República Gen Eurico Gaspar Dutra e Brigadeiro Eduardo Gomes, o Presidente foi deposto pelo Alto Comando do Exército e pelas demais Forças Armadas. Assumiu a chefia do governo o Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O EB procedeu com lisura, assegurando isenção, a ponto de respeitar os partidários do ex-ditador, recolhido pacificamente à sua estância em São Borja, RS, mas sem renunciar às suas pretensões políticas.

As tropas retornaram aos quartéis – a missão estava finda e aos políticos incumbia o prosseguimento das ações. A maioria deles, como em 1930 e 1937, aceitou a deposição e, sem manifesta adesão ou oposição, esforçou-se para manter as suas posições. Armando de Salles Oliveira, em 10 Dez 1943, em Buenos Aires, fizera uma clara advertência:

"Do povo é o Exército a imagem, nestas fases de guerra, mais do que nunca. Do povo tem ele as qualidades e os defeitos. A verdade é que o Exército sofre e, em certo sentido, é mais infeliz do que o povo porque os galões são antenas sensíveis que devem recolher, desde muito longe, os funestos presságios de humilhação da Pátria".¹

O suicídio de Getúlio Vargas

Em 02 Dez 1945, realizaram-se as eleições, sendo eleito à Presidência da República o Gen Eurico Gaspar Dutra. Reuniu-se o Congresso em Assembleia Constituinte e votou a 18 de setembro do ano seguinte a nova Constituição Federal.

Ocorreu um período presidencial de relativa calma política, embora, como consequência da guerra, os problemas econômicos e financeiros persistissem de modo inquietante.

Em 1947 o Partido Comunista (PC), que obtivera sua legalização dois anos antes, foi posto novamente fora da lei, como resultado de um processo judicial instaurado em face da agitação e subversão que promovia, associando a ação clandestina às atividades legais, valendo-se das prerrogativas do regime democrático. Os dirigentes marxistas resolveram logo se aproximar dos outros partidos políticos legalizados, neles infiltrando os seus candidatos e militantes.

¹ OLIVEIRA, Armando de Salles. Diagramação de uma situação política. In: Editora Renascença, São Paulo, 1945, p. 146/147.

Esta aproximação neutralizou a decisão da Justiça e colocou vários partidos ao dispor da máquina de propaganda comunista.

A simbiose entre trabalhistas e comunistas assegurou ponderável contingente eleitoral que, em conluio com outros segmentos partidários, veio a apoiar Vargas, novamente candidato à Presidência. As eleições de 1950 apresentaram um resultado surpreendente. Getúlio Vargas foi eleito e o fato parecia marcar uma revanche da derrota que lhe tinham imposto as Forças Armadas em 1945. O ambiente político-militar anuviava-se, envolto em pessimismo. Como se comportaria o ex-ditador? Como se comportaria o EB que o depusera quatro anos antes?

Vargas assumiu a 31 Jan 1951, em clima de desconfiança geral. Ele não era mais o político hábil das décadas de 30 e 40. Envelhecido e cansado, mostrava-se taciturno e passara à condição de instrumento dócil de um grupo inescrupuloso nos bastidores do poder.

Seu governo caracterizou-se pelos insucessos de uma política destituída de substância. Atacava os problemas na base do imediatismo e das conveniências pessoais. Os empreendimentos eram balizados por contradições. A crise econômica agravou as tensões sociais e o desenvolvimento era emperrado por numerosos problemas.

No campo externo a política governamental denotava aparente submissão às imposições estrangeiras, e dentro do país cresceu um nacionalismo econômico xenófobo que servia a agitadores e comunistas.

Vargas pretendeu conciliar as correntes extremadas, irreconciliáveis por definição, perdendo com isto o prestígio e a autoridade.

Os debates para a criação da Petrobrás inflamaram a Nação. Venceu a corrente nacionalista que preconizava a estatização da exploração do petróleo. Os comunistas valeram-se dessa polêmica, aproveitando a oportunidade para intensificar a infiltração nos meios sindicais e estudantis. A subversão marchava.

O Exército, seguindo uma linha coerente e patriótica, defendeu o nacionalismo sem extremismos e apoiou a Petrobrás, mas repudiou sua exploração pelos comunistas. No plano político, mantinha-se neutro mas em expectativa. As eleições do Clube Militar em maio de 1952 sensibilizaram a mentalidade anticomunista da oficialidade, o que foi um indicador importante. A fragorosa derrota da chapa situacionista demonstrou isso flagrantemente.

O nacionalismo, deturpado pela exploração comunista, tornou-se motivo de sérias divergências. A crise política acentuava-se na medida em que a expansão industrial e a inflação crescente se refletiam no agravamento de problemas sociais. Vargas sentiu a necessidade de adotar novas medidas de estabilidade política e econômica. Resolveu

reorganizar o Ministério e convocou para o Ministério do Trabalho João Belchior Marques Goulart, a quem julgava predestinado a sensibilizar a massa proletária como seu herdeiro na liderança trabalhista. Com isso praticamente entregou a liderança política no meio proletário ao jovem conterrâneo, que logo se aliou aos comunistas.

As atividades e os planos de João Goulart no Ministério do Trabalho preocuparam profundamente o EB, que pressentia o perigo no caminho adotado pelo governo. Sucediavam-se aqui e ali as erupções de uma crise já generalizada. Eram indicadores de deterioração na conjuntura o escândalo ocorrido com o jornal Última Hora, que recebera recursos públicos para servir a interesses de um grupo; a duplicação do salário mínimo, proposta pelo Ministro do Trabalho, de 1.200 para 2.400 cruzeiros no meio de tremenda agitação operária, e a corrupção que se manifestava em todos os setores governamentais.

Surgiu a primeira reação contra esse estado de coisas: foi o Manifesto dos Coronéis, um sério libelo endereçado ao Ministro da Guerra Gen Bda Ciro do Espírito Santo Cardoso. Publicado em 20 Fev 54, o Manifesto denunciava a crise de autoridade e criticava a pouca operacionalidade dos meios. Era assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis. Para enfrentar a reação, o Presidente valeu-se de um recurso que utilizava com habilidade no momento oportuno: demitiu a um tempo o Ministro da Guerra e o do Trabalho. Escolheu para prover o Ministério da Guerra o Gen Ex Euclides Zenóbio da Costa, ex-febiano, cuja reconhecida autoridade somava-se ao sentimento anticomunista. Para Min. do Trabalho foi nomeado o político Hugo de Araújo Faria.

Mas novas acusações contra o governo se acumularam, muito bem articuladas pelos políticos oposicionistas da União Democrática Nacional (UDN). Nesse momento de tensão houve o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda (05 Ago 54), na Rua Tonelero, Copacabana, que resultou na morte do Major Aviador Rubens Florentino Vaz. Vários setores militares mostraram indignação. O IPM instaurado pela FAB e realizado na Base Aérea do Galeão revelou que o chefe da guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunato, havia idealizado o atentado. Além dele foram presos outros implicados, inclusive o pistoleiro Alcino João do Nascimento, autor dos disparos.

Os chefes militares, com responsabilidade pela manutenção da ordem interna, reuniram-se para avaliar em conjunto a situação grave que atravessava o país e chegaram à conclusão de que era imperioso e inadiável o afastamento de Getúlio. Solitário, traído, cansado e acabou-

nhado, Vargas não suportou as violentas pressões que sobre ele se concentravam. Não via saída honrosa para a crise e suicidou-se em 24 de agosto de 1954, em gesto dramático que traumatizou a Nação.

Terminava a histórica “Era Vargas” na qual, por quase 25 anos, o Brasil ligara o seu destino ao temperamento e à vontade pessoal de Getúlio Dornelles Vargas.

A crise de novembro de 1955

Após a morte de Getúlio Vargas, o Vice-Presidente João Fernandes Campos Café Filho tomou posse na Presidência e procurou formar um ministério com grandes nomes nacionais.

Nas eleições seguintes, a chapa Juscelino Kubitschek de Oliveira-João Goulart (JK e JG), apoiada por forças de centro e centro-esquerda, beneficiou-se do ressentimento popular contra os opositores de Vargas. A vitória de JK e JG pareceu uma vingança póstuma do getulismo e deixou alarmados os que haviam lutado para derrubar Getúlio Vargas. Políticos de projeção nacional começaram a defender de público a ideia de impedir que os eleitos tomassem posse. Agravando ainda mais a situação, Café Filho sofreu um distúrbio cardiovascular e foi internado no Hospital dos Servidores do Estado. Quase ao mesmo tempo, o Cel Jurandir Bizarria Mamede, da Escola Superior de Guerra – tenente de 1930 – proferiu, no enterro do Gen Ex Canrobert Pereira da Costa, em 02 Nov 55, um discurso explosivo contra os vitoriosos. O Ministro da Guerra, Gen Ex Henrique Duffles Batista Teixeira Lott decidiu puni-lo. Porém, no dia 07, Café Filho solicitou afastamento do cargo de Presidente para tratar da saúde assumindo, em 08 1700 Nov, o Presidente da Câmara Federal, Deputado Carlos Coimbra da Luz, um antigetulista contrário à posse de JK e JG. Sentindo que Carlos Luz não daria respaldo à punição do Cel Mamede, o Gen Lott pediu exoneração, sendo nomeado para substituí-lo o Gen Ex Álvaro Fiúza de Castro.

Lott preparava-se para transmitir o cargo, mas, instado pelo Gen Ex Odílio Denys, comandante da Zona Militar do Leste, decidiu permanecer à testa do Ministério da Guerra e garantir a posse dos governantes eleitos. Tropas do Exército ocuparam os pontos chaves da cidade do Rio de Janeiro e efetuaram algumas prisões.

Na manhã do dia 11, o Presidente Luz embarcou no cruzador Tamarandaré, comandado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Sílvio Heck, zarpando para Santos, com o propósito de obter ajuda do Governador de São Paulo, Jânio Quadros, para articular uma reação contra a atitude de Lott. Mas o Congresso, às 1830 h do mesmo dia, votou o impedimento

de Carlos Luz, sendo a Presidência entregue a Nereu de Oliveira Ramos, Presidente do Senado Federal.

No dia 21, Café Filho, já recuperado, resolveu reassumir o cargo, o que não pareceu aconselhável aos chefes militares. Às 14 horas, deixou a Casa de Saúde São Vicente e foi para sua residência no Posto 6, em Copacabana. Logo em seguida, a casa foi cercada pelas tropas de Lott.

O Congresso reconheceu a situação de fato e votou o impedimento de Café Filho, no dia 23. Nereu Ramos continuou no exercício interino da Presidência da República, governando em estado de sítio até 31 de janeiro de 1956, quando tomaram posse Kubitschek e Goulart.

Tumultuara-se gravemente a vida política do país, com uma tentativa de rebelião de oficiais da FAB em Jacareacanga, PA (10 Fev 56). Após 19 dias a rebelião foi controlada pelas tropas legalistas, com a prisão de seu principal líder, o Major Haroldo Veloso. O governo anistiou os rebeldes mas o mau clima continuou. Em 02 Dez 59 eclodiu a Revolta de Aragarças, com o mesmo Haroldo Veloso, entre outros, inclusive o Ten-Cel João Paulo Moreira Burnier, que foi o seu principal líder.

Entretanto, graças ao equilíbrio dos chefes do EB, foi evitado o alastramento dos movimentos contrários ao governo, sendo a agitação controlada. O Exército garantiu a observância da Constituição, enfrentando dissidências tanto nos meios políticos quanto nas próprias FFAA.

JK contribuiu para isso com sua habilidade política e espírito de conciliação, promovendo a aprovação, pelo Congresso, da anistia a todos que haviam conspirado contra o governo entre 10 Nov 55 e 01 Mar 56.

O governo JK

JK trazia para o governo um ambicioso programa de realizações, incluindo a mudança da capital do país para o planalto central. A situação econômica era instável e a consecução do programa desencadeou um surto inflacionário, segundo análise da época.

Não faltaram ao Presidente aplausos pelas suas metas: construção de Brasília, abertura de grandes rodovias, construção de usinas hidrelétricas e implantação da indústria automobilística. Mas, infelizmente, a contratação de grandes obras pelo poder público abriu caminho para a corrupção.

E assim, não foi surpresa o fato da eleição do sucessor de JK ter demonstrado que o povo brasileiro não suportaria mais os sacrifícios impostos por um desenvolvimento naquele ritmo. O custo de vida atingia índices elevadíssimos, greves se sucediam e o movimento comunista, embora proibido por lei desde o governo Dutra, alastrara-se nos meios

sindicais e estudantis. As esquerdas apossaram-se do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – e o Partido Comunista chegou mesmo a realizar um tumultuado congresso no Rio de Janeiro, no edifício Glória, em plena Cinelândia. Contrapondo-se ao otimismo do governo, cresciam as acusações de corrupção generalizada em vários setores governamentais e o descontentamento nas Forças Armadas.

Jânio Quadros e sua renúncia

JK chegou ao final de seu governo sofrendo o dissabor de assistir à vitória consagrada de seu adversário político, Jânio da Silva Quadros (JQ). Concentravam-se imensas esperanças nacionais nesse político que vinha numa surpreendente trajetória de sucessos eleitorais, revelando-se líder carismático e excelente administrador. Não era homem de compromissos partidários e demonstrava, apesar de temperamental, a capacidade de tomar decisões difíceis e corajosas. A campanha eleitoral de Jânio teve como símbolo a "vassoura", que haveria de varrer a corrupção atribuída ao governo anterior.

A candidatura de JQ foi acidentada, mas nas eleições de 03 Out 60, ele foi o vencedor. Foi a maior votação até então no Brasil. Jânio governou de 31 Jan até 25 Agosto 61, ou seja, somente sete meses.

Antes disso, Jânio renunciou à sua candidatura à Presidência da República, invocando a dificuldade em compor as correntes que o apoiavam. "É preferível um cidadão livre a um Presidente prisioneiro", declarou em carta ao Governador de SP, Carvalho Pinto. Dez dias mais tarde, reconsiderou a renúncia.

Foi o tumulto gerado pela renúncia de Jânio Quadros levou civis e oficiais da FAB e do Exército à revolta de Aragarças. Os revoltosos pretendiam promover reformas no Brasil.

Na época, a legislação permitia a eleição independente de chapa do Presidente e do Vice, que podiam ser de partidos diferentes e até opostos. Empossado, JQ trouxe como Vice-Presidente João Goulart (Jango), o candidato da chapa de oposição encabeçada por Lott. Jango se reelegera por causa das dissensões entre as forças democráticas e do apoio dos esquerdistas.

O EB, como as demais FFAA, mantinha-se na expectativa de uma solução para os problemas nacionais, que se agravavam continuamente pela instabilidade social e pela corrupção política e econômica.

Apesar da boa repercussão de suas inúmeras iniciativas moralizadoras, a gestão de JQ durou sete meses. Temperamento ditatorial, pro-

penso a impor a sua autoridade sobre a qual não admitia questionamentos, JQ direcionou a sua política interna ao combate da inflação mas, ao mesmo tempo, imprimiu, na política externa, uma orientação que denominou "independente". Essa, na realidade, consistia em nítida aproximação com o bloco de países socialistas e em manifestações ostensivas de simpatia para com a Revolução Cubana. A calorosa recepção e entrega da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul pelo próprio Presidente a Ernesto "Che" Guevara despertaram a reação indignada de Carlos Lacerda. O Governador do recém-criado Estado da Guanabara fora um dos principais sustentáculos eleitorais de JQ. As relações entre Jânio e Lacerda se deterioraram até Lacerda denunciar ter sido aliciado pelo governo a participar de um golpe de Estado. Tal acusação gerou uma crise que teve como desfecho a renúncia do Presidente a seu mandato, em 25 Ago 61, deixando o legado de um caos político e econômico. Até hoje se tecem conjecturas sobre as razões que levaram JQ a renunciar. Uma das hipóteses é que Jânio, inconformado com a resistência do Congresso a seus planos de reforma econômica e administrativa, pretendia apenas encenar uma solicitação de renúncia, que, uma vez rejeitada, lhe daria a chance de exigir plenos poderes para voltar ao governo. Mas o Congresso acatou a argumentação jurídica de Tancredo Neves, segundo a qual a renúncia era ato unilateral que dispensava aprovação.

Diante disso, só restava convocar o Vice-Presidente, então em visita oficial à China comunista, visita determinada por JQ.

Os dois manifestos

A incoerência da legislação eleitoral vigente colocava na Presidência da República o candidato dos getulistas. As Forças Armadas tinham reservas sobre o Vice-Presidente pela sua atuação no governo Vargas. Delineou-se um conflito traduzido em dois documentos, divulgados com menos de 24 horas de intervalo. De um lado, um manifesto assinado pelos três ministros militares; do outro, o firmado por intelectuais de esquerda. O manifesto dos ministros militares – Vice-Almirante Sílvio Heck, Marechal Odílio Denys e Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grüm Moss – alertava a Nação quanto aos riscos de dar posse ao Vice-Presidente:

"Já ao tempo em que exercia o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrava, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações suces-

sivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em pontos chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas. No caso do Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E ainda há pouco, como representante oficial em visita à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares".

O manifesto enfatizava a significação do caso no quadro maior dos conflitos internacionais:

"No quadro de grave tensão internacional, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil (...) se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia. (...) A ser assim, teremos desencadeado no País um período de inquietude, de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada. Na Presidência da República, o Sr. João Goulart constituir-se-á (...) no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejem ver o País mergulhando no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas".

O manifesto dos militares foi apresentado no Congresso pelo Deputado Neiva Moreira no dia 30 Ago 61. No dia seguinte, o Deputado Josué de Castro, conhecido escritor e professor de tendências esquerdistas, lia na tribuna da Câmara um manifesto assinado por 95 intelectuais (quase todos de esquerda e, pelo menos, 30 comunistas notórios), que contestavam as previsões sombrias dos militares e proclamavam, com a maior convicção: "Afirmamos... que a ordem e a paz somente podem ser asseguradas com a posse do Vice-Presidente Sr. João Goulart".

Com base nessa certeza, desqualificavam as assertivas dos ministros militares como "sofismas e manobras" sem, no entanto, discutir seus argumentos.

Ao longo dos dois documentos, ressalta não apenas o choque de duas orientações políticas, mas uma diferença de mentalidades e estilos. Enquanto os intelectuais falavam em nome de princípios constitucionais abstratos, evitavam tocar, mesmo de longe, no quadro internacional e mantinham um tom exortatório, repetindo várias vezes as palavras "condenamos" e "afirmamos", os ministros militares se atinham ao plano da análise e da previsão, calçando-as em muitas referências aos fatos antecedentes e ao quadro político internacional. Os militares falavam como intelectuais, os intelectuais como políticos.

A posse de João Goulart e a experiência parlamentarista

O Vice-Presidente da República, informado das resistências à sua posse, decidiu não voltar de imediato, mas fazer uma longa rota por Paris, Nova York, Buenos Aires, Montevideu e Porto Alegre, enquanto seus correligionários tentavam vencer a dificuldade.

Alguns deles, entre os quais Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, cunhado de Goulart, preparavam-se para a luta armada. Militantes brizolistas armaram barricadas em torno do Palácio Piratini, na cidade de Porto Alegre, e receberam do Governador três mil revólveres requisitados da fábrica Taurus e também muita munição.

Em poucos dias, a crise econômica intensificou-se gravemente, enquanto as tensões políticas se extremavam. Desenvolveu-se uma campanha desesperada pela ascensão de Goulart. O Exército procurava sentir os anseios nacionais, prevendo as sombrias implicações da posse, mas sem desejar interferir diretamente no curso dos acontecimentos. No Sul, chefes militares cederam à pressão da campanha pela posse de Goulart, coordenada desde o Palácio Piratini, onde o Governador Leonel Brizola instalava as transmissoras de uma rede nacional de rádio com a Rádio Guaíba – a "Cadeia da Legalidade".

Os ministros militares chegaram a organizar, às pressas, a Divisão Cruzeiro, que, sob o comando do General-de-Divisão José Teóphilo de Arruda, marcharia para o Sul a fim de contrapor-se ao III Exército, comandado pelo General-de-Exército José Machado Lopes. Pairava no ar o fantasma da guerra civil.

No Rio de Janeiro, alguns governadores estaduais reunidos propuseram uma solução de compromisso: a instituição de um regime parlamentarista, visando a reduzir substancialmente o poder do Presidente da República. O Congresso aprovou a emenda parlamentarista, que foi aceita pelos militares com reservas.

Destinado a forçar o Presidente a moderar sua conduta, o artifício parlamentarista só serviu para deixar o país à deriva, pois Jango dedicava todo o seu tempo ao único objetivo que lhe interessava: reconquistar e, se possível, aumentar os poderes presidenciais.

Aproveitando-se da agitação comunista, Goulart conseguiu levar o país a um estado de desespero. Em abril de 1962,

"no interior de Pernambuco, multidões famintas saquearam supermercados e armazéns, compelindo o Governador Cid Sampaio a desapropriar os estoques de feijão, milho e farinha, para garantir o abastecimento das cidades".²

Na PB, o Gen Ex Arthur da Costa e Silva, comandante do IV Exército, via-se obrigado a reprimir pela força as agitações causadas pela revolta popular ante o assassinio de um líder camponês pelos fazendeiros. E no Sul, Brizola pregava abertamente o golpe, sob a alegação de que o Congresso não deixaria o Presidente realizar as prometidas reformas, especialmente a reforma agrária.

"Ele queria que Goulart rompesse com o Congresso, assumisse de fato e de direito todos os poderes e se movesse à margem ou por cima da Constituição, para realizar as reformas de base" (Op. Cit., p. 55).

A agitação em favor de um plebiscito para a restauração do presidencialismo chegou ao auge no fim de julho de 1962, por ocasião de um desentendimento entre o Presidente e o Congresso que, contra a vontade de Goulart, aprovava o nome do Senador Auro de Moura Andrade para o cargo de Primeiro-Ministro, por 222 votos contra 51.

Demonstrando total desrespeito pela decisão democrática, o Presidente convocou o movimento sindical e as esquerdas em geral para pressionar o Congresso com demonstrações de força. Imediatamente, começaram as depredações e saques em todo o país, principalmente no Rio de Janeiro, onde o movimento sindical era muito forte. Só na Baixada Fluminense, foram saqueados quase 300 estabelecimentos comerciais e a desordem generalizada deixou um saldo de 25 mortos e mil feridos³. Ao mesmo tempo estourava, por ordem do Comando Sindical Nacional, "a primeira greve geral de caráter estritamente político

² BIBLIEx, 1998, p. 179, apud MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Governo João Goulart 3ª ed. As lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 56.

³ BIBLIEx, 1998, p. 179, apud CARVALHO, Ferdinando. O comunismo no Brasil – Inquérito policial n° 709, 4 volumes. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996/97, p. 189.

que já acontecera na história do país" (Idem, p. 190). No Manifesto distribuído pelo Comando Sindical, a greve declarava seu objetivo: apoiar o Presidente contra o Congresso.

No plano internacional, um conflito desnecessário com os EUA trazia mais prejuízos a um país já enfraquecido economicamente. Em março de 1962, o Governador do Rio Grande do Sul mandou encampar a Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da norte-americana International Telephone and Telegraph Co. (ITT), pagando US\$ 400 mil em vez dos US\$ 10 milhões pretendidos pela empresa. Imediatamente, o Senador Bourke Hickenlooper apresentou uma emenda à lei de auxílio externo, proibindo que os EUA dessem qualquer espécie de ajuda financeira a governos que confiscassem empresas norte-americanas.

O Embaixador do Brasil nos EUA, Roberto Campos, opunha-se à política de Brizola. Mas cumpriu seu papel, combatendo a emenda Hickenlooper, que traria enormes prejuízos ao Brasil, então bastante dependente da ajuda financeira norte-americana. "Vi-me na bizarra posição de defender as estripulias de Brizola"⁴.

O próprio Presidente Kennedy desejava uma saída conciliatória, mas não poderia apoiar a causa do Brasil contra Hickenlooper se o governo brasileiro não fizesse um acordo formal quanto às futuras desapropriações. Roberto Campos, desesperado, enviava mensagem após mensagem pedindo uma solução, mas João Goulart, ocupado unicamente da luta pelo plebiscito (para revogar o parlamentarismo), e temeroso de desagradar a Brizola, que insistia em defender o confisco puro e simples, tanto adiou uma decisão que, quando finalmente se firmou um acordo, em abril de 1963, a emenda Hickenlooper já tinha sido aprovada no Senado norte-americano.

Agravando ainda mais as relações internacionais, em 03 Set 63 o Congresso - o mesmo que Brizola dizia hostil a reformas - aprovava a Lei nº 4.131, que restringia drasticamente a remessa de lucros de empresas estrangeiras para seus países de origem.

Tanto a lei da remessa de lucros quanto as encampações promovidas por Leonel Brizola eram legitimadas em nome do nacionalismo.

Uma vez mais, a ação ponderada do Exército junto com as demais Forças Singulares assegurou a manutenção da ordem interna e da lei, ameaçada por crise inesperada.

⁴ BIBLIEx, 1998, p. 180, apud CAMPOS, Roberto. Lanterna na Popa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 473.

A infiltração comunista no governo João Goulart

Em parte, o desgoverno refletia a personalidade de João Goulart e aos seus acólitos de aderir, às pressas à opinião de quem falasse mais alto. Ele era capaz de, num só dia, enunciar as opiniões mais contraditórias: em fevereiro de 1963, pela manhã, em cerimônia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, incentivado por um discurso do Governador Adhemar de Barros, prometia conduzir as reformas planejadas "na base do estrito respeito à Constituição"; à noite, hipnotizado pelo refrão gritado por estudantes reunidos no salão nobre da Faculdade de Direito, anunciava seu propósito de fazê-las "na lei ou na marra."

Mas a confusão favorecia, no fim, as esquerdas:

"O Estado dissolveu-se numa vasta e intrincada trama de ligas, associações, federações e confederações dos mais diversos matizes, sob a batuta da CGT e do PUA. Era a 'guerra revolucionária', com subversão subliminar ou ostensiva, mas com o especial característico de ter no Governo da União a sua fonte propulsora e alimentadora primordial".⁵

Mas, segundo Miguel Reale, não foi o esquerdismo de Goulart a causa de sua fácil derrubada:

"Em última análise, o que atemorizava a maioria da Nação eram antes a indefinição, a incerteza, a insegurança... Foi, pois, a insegurança, a falta total de rumos, que acarretou a derrubada de João Goulart" (Op. Cit. p. 106).

O mesmo é dito explicitamente por um notório porta-voz das esquerdas:

"O país era um saco de gatos... Greves e mais greves, algumas fabricadas no Ministério do Trabalho, estouravam pelo Brasil inteiro. Os bancos parados. Só uma casta estava em movimentação: a quadrilha dos aproveitadores, gang que sempre existiu em todas as situações".⁶

⁵ BIBLIEx, 1998, p. 180, apud REALE, Miguel. Memórias vol II: A Balança e a Espada. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 108.

⁶ BIBLIEx, 1998, p. 180, apud MOREL, Edgar. O Golpe Começou em Washington. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 15.

Essa impressão era comum a muitos observadores. "Cada vez mais acentua-se a impressão de que não há governo; de que não há uma direção para este país", escrevia, em 1962, o comentarista Augusto Frederico Schmidt (Prelúdio à Revolução. Rio: Edições do Vale, 1964).

Três décadas depois, o jornalista Paulo Francis, que tudo acompanhava de perto desde o ponto de vista da esquerda, reconhece "Jango não sabia o que fazer do poder. É uma conclusão inescapável".

Às vésperas da Contra-revolução Democrática de 31 de março de 1964, a conjuntura política nacional era explosiva, na sombria perspectiva de crescente e rápida deterioração. Sucediavam-se fatos que causavam intranquilidade popular, somavam-se erros e omissões, desafios e radicalizações. Tudo, enfim, se traduzia em atmosfera densa de permanente crise política e social. Associavam-se, em convergentes interesses, facções subversivas e demagógicas que julgavam ter, na inquietação do povo, o sinal irrecusável de sua próxima e decisiva oportunidade de tomar o poder. Os grupos esquerdistas embriagavam-se na euforia do suposto sucesso iminente, tornando-se cada vez mais audaciosos em seus pronunciamentos e suas reivindicações.

Por detrás de todo esse deplorável panorama existia um plano. Os inquéritos que se realizaram após a Revolução de 64 demonstraram esse fato. Houve uma preparação definida e objetiva que visava à mudança radical e violenta do sistema político e das instituições nacionais.

Após a extinção da URSS, o ex-embaixador soviético no Brasil, Andrei Fomin, confirmou ter comunicado a seu governo informações recebidas de líderes esquerdistas brasileiros, segundo as quais estava em preparação um golpe de Estado, no qual o Presidente fecharia o Congresso e instauraria a "República Sindicalista." Relatórios da Central Intelligence Agency (CIA - EUA) coincidiam nessa avaliação.

A rápida exploração dos acontecimentos desenrolados em clima de grande tensão demonstrou que os comunistas, à sombra das concessões do fraco governo Goulart, seguiam a orientação ditada pelo Comitê Central do Partido. Aspiravam a alcançar o poder em curto prazo através dos processos que lhes pareciam menos arriscados e mais vantajosos. O Partido Comunista Brasileiro era o núcleo dominante de todas as decisões, mas o complexo subversivo abrangia grande número de organizações, englobando as Ligas Camponesas de Francisco Julião, a Ação Popular e os "Grupos dos Onze" de Leonel Brizola.

Os "Grupos dos Onze" estavam orientados por um documento apreendido em uma célula comunista em Niterói, à rua Marquês de Caxias, nº 24 (transcrição):

"Leiam e divulguem, com as devidas e naturais reservas, estas instruções. Nossa vitória final depende de sua fiel observância.

1. – Objetivos 1.1 – Os Grupos dos Onze Companheiros têm, por finalidade precípua, servir como instrumento principal e vanguarda avançada do Movimento Revolucionário que libertará o país da opressão capitalista internacional e de seus aliados internos, com a finalidade de instituir no Brasil um governo do povo, pelo povo e para o povo. 1.2 – Os G. 11 serão como foi a "Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética" – da qual seguirá o vitorioso exemplo –, os agentes e aríetes da libertação do nosso povo do capital espoliativo norte-americano. 1.3 – Em consequência, não nos poderemos deter à procura de justificativas acadêmicas para atos que possam vir a ser considerados pela reação e pelos companheiros sentimentalistas, agressivos demais ou, até mesmo, injustificados. 1.4 – Devemos, e é nossa obrigação principal, fazer ver aos Grupos dos 11 Companheiros que estamos em permanente luta contra os inimigos internos e externos do povo brasileiro e que, qualquer que seja a situação que se lhes apresente ou as ordens a serem executadas, os fins justificam os meios e que tudo será ainda pouco para a libertação nacional. 1.5 – É extremamente necessário, absolutamente indispensável mesmo, que os Comandos saibam escolher, com grande cuidado, os companheiros, estudando-lhes o caráter, a educação, os sentimentos, os problemas íntimos, o padrão de vida, a necessidade individual de cada um a fim de dar a cada qual o tipo de tarefa que combine com a personalidade, posses e educação do Militante".⁷

Enfim, os Grupos dos Onze eram elementos de combate, do tipo preconizado por Lênin, destinados a ações armadas de toda natureza. O que se desejava era a criação de um "Exército popular", capaz de suplantear as Forças Armadas.

As Ligas Camponesas foram fundadas em 1945, após a queda de Vargas, estimuladas pelos comunistas, na cidade do Recife. Expandiram-se pelo interior do Estado criando escolas e outras formas associativas. Em 1948, o Partido Comunista passou à clandestinidade, mas as Ligas subsistiram nos núcleos do Engenho da Galiléia e de Vitória de Santo Antão. O primeiro reuniu-se em torno de José Francisco de Sousa, antigo militante do Partido Comunista e se desenvolveu nas terras que ocupara do fazendeiro Oscar Arruda Beltrão. O filho de Beltrão resolveu desalojar os camponeses, que solicitaram o auxílio de um advogado de Recife, Francisco Julião. Este obteve ganho de causa em 1959, quando já exercia o mandato de deputado. Sua oratória deu-lhe carisma e Francisco Julião fundou outras Ligas, politizando as massas camponesas, expandindo-se até 1962, quando o movimento foi cindido

⁷ BIBLIEx, 1998, p. 181, apud CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965, p. 612.

pelo nascimento de uma facção armada que, em Anápolis, Goiás, estabeleceu um campo de treinamento de guerrilhas.

A Guerra Fria e a expansão do Comunismo

A dominação do Leste Europeu, a vitória de Mao Tsé-Tung na China e de Fidel Castro em Cuba proporcionaram à URSS um diversificado leque de opções para a expansão do comunismo internacional, sem os riscos da confrontação direta Leste-Oeste. Moscou permaneceu como capital do Socialismo, mas a montagem da subversão, especialmente da subversão armada, dividiu-se pelos países satélites - principalmente a Tchecoslováquia, a República Democrática da Alemanha e Cuba. A China, a Coréia do Norte e a Albânia, após o rompimento com a URSS, passaram a operar com autonomia. Comunistas do mundo todo - e, naturalmente, do Brasil - frequentaram esses centros de doutrinação ideológica e de treinamento de guerrilhas.

A difusão da ideologia foi o instrumento mais seguro e barato para a expansão da influência de Moscou. Lênin fundara o Komintern - a III Internacional Socialista - para propagar a doutrina comunista. Stalin, pragmático, transformou-o num instrumento de promoção dos interesses da União Soviética, provocando levantes comunistas em diversos países. No Brasil, agentes do Komintern prepararam a Intentona Comunista de 1935. A reportagem do jornalista William Waack, publicada em O Estado de São Paulo confirma definitivamente essa preparação⁸.

Na década de 60 movimentos de inspiração marxista captaram a adesão de parcelas da juventude, lançando-as à luta para reformar o que consideravam uma "sociedade injusta".

É verdade que, se o leque de opções comunistas era amplo, ele comportava matizes incômodos. Militantes graduados nos cursos de Praga, de Tirana, de Pequim, de Havana, não se entendiam sobre a correta interpretação da vulgata marxista, nem sobre como conduzir a luta armada. Daí decorreram a falta de conjugação de esforços das seitas de esquerda e os frequentes "rachas" nas organizações subversivas.

(continua)

⁸ BIBLIEx, 1998, p. 182, apud WAACK, William. Os segredos da Revolução Comunista no Brasil. In: O Estado de São Paulo, Caderno Especial, 29 Ago 93.

O avanço da subversão

O poder das organizações subversivas se tornara assustador. A 18 Nov 61, uma delegação de comunistas brasileiros ao XXII Congresso do PC foi recebida no Kremlin por dirigentes russos. Na ocasião, Luiz Carlos Prestes e seus companheiros receberam instruções sobre o preparo político das massas operárias e camponesas e a montagem da luta no Brasil. As famosas cadernetas apreendidas na residência de Prestes em São Paulo, a 09 Abr 64, descrevem esse encontro e suas consequências. Seu conteúdo, desmentido repetidamente pelas esquerdas, foi enfim confirmado, após a queda da URSS, pelo depoimento do então embaixador soviético Andrei Fomin e pelos documentos do Serviço Secreto Militar Soviético que foram divulgados.

No início de 1962, os comunistas obtiveram o domínio de duas poderosas organizações: a União Nacional de Estudantes (UNE) e a Petrobrás. O VI Congresso dos Ferroviários mostrou a sua ampla penetração no setor dos transportes. Criara-se o Pacto de Unidade e Ação (PUA), concentrando em comando unificado todos os sindicatos dos setores - rodoviários, ferroviários, marítimos e aeroviários. Na área industrial, os comunistas conseguiram dominar a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e os mais importantes sindicatos. O jornal oficial do PCB publicava diariamente artigos audaciosos. Um membro do Comitê Central declarou que as vitórias da União Soviética davam estímulo para a aceleração do processo revolucionário no Brasil.

Em fevereiro de 1962, Leonel Brizola encampou a companhia telefônica do Rio Grande do Sul e logo se iniciou a campanha para a nacionalização e estatização de todas as concessionárias de serviços públicos. O mês coincidiu com a organização do Partido Comunista do Brasil (PC do B), criado a partir de uma dissidência surgida no âmbito do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que defendia a luta armada para a conquista do poder, obedecendo à linha chinesa ("guerra prolongada").

Em março, nasceu a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que se tornaria um centro de agitação comunista.

O Exército era constantemente atacado pela imprensa comunista, particularmente pelas atividades contra as Ligas Camponesas de Julião.

A pregação comunista tornava-se franca e aberta. Prestes, com apoio oficial, desincumbiu-se da missão que trouxera do exterior - realizar uma exposição soviética no Rio de Janeiro. E a partir de maio de 1962 o PCB realizava comícios ostensivos e campanhas populares com a participação de políticos aliados.

O Movimento de Cultura Popular, criado em Recife, PE, em 1961, com o apoio da UNE, do Ministério da Educação e auxílio financeiro externo, desenvolvia-se em todo o país, realizando doutrinação comunista sob o disfarce de combate ao analfabetismo. Em setembro de 1963, realizou-se em Recife o Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular com a participação de todas as correntes esquerdistas que exploravam o movimento estudantil.

Intensificou-se a tensão social no final de junho de 1962. A excitação popular culminou com o episódio ocorrido no município de Duque de Caxias, RJ, em 5 de julho, em que uma multidão enfurecida e fora do controle policial, realizou saques e quebra-quebras no centro da cidade, acarretando mais de três milhões de cruzeiros de prejuízos. O movimento grevista aumentava. O CGT, criado em 05 Jul 62, apresentou numerosas exigências, utilizando a ameaça da greve geral.

Esses acontecimentos abriram o ciclo de inquietação e violência que se implantaria no país até março de 1964. O CGT instalou o quartel-general em verdadeira fortaleza, no Rio de Janeiro. Emitia manifestos e instruções, seguindo as diretrizes do PCB. A 14 Set, novo movimento grevista paralisou quase totalmente a Nação. O CGT, em manifesto, declarou que a vitória comunista estava próxima. Enquanto isto, o PCB estabelecia o seu programa de 11 pontos, entre os quais constava o expurgo (demissões) nas Forças Armadas.

Nas eleições de 07 Out 62 para governador em onze estados e para o Congresso Nacional, elegeram-se numerosos comunistas. O CGT passou a ser considerado órgão assessor do Ministro do Trabalho, com livre trânsito, inclusive no palácio presidencial.

A campanha do plebiscito contra o parlamentarismo constituiu magnífica oportunidade para a ação da esquerda.

A eleição de alguns sargentos, contrariando a lei eleitoral, suscitou novo problema. Em SP (06 Mar 63), seis mil soldados, cabos e sargentos realizaram passeata pública pela posse dos eleitos.

A disciplina militar deteriorava-se rapidamente. Nos quartéis observava-se insatisfação e havia divergência entre os quadros. Não faltaram alguns militares que se aliaram à subversão e procuraram levá-la às unidades. O grosso do Exército, um núcleo silencioso, mantinha-se, entretanto, avesso à radicalização, aos extremismos, e assistia, não sem amargura e perplexidade, à deturpação de todos os princípios em que se fundava a estrutura do país.

O ambiente geral de tumulto e intimidação desmentia claramente as promessas de "paz e ordem", mas, a essa altura, a esquerda ainda alegava que as dificuldades que o país sofria não provinham das ações do

Presidente e de seus assessores, mas da vigência do sistema parlamentarista. A revogação do parlamentarismo, em 6 de janeiro de 1963, mostrou apenas que o Presidente, investido de maiores poderes, não era capaz de usá-los senão para fomentar maiores desordens.

Logo depois de aprovada a emenda presidencialista, o PCB promoveu o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba que reuniu, de 28 a 30 Mar 63 em Niterói, na sede do Sindicato dos Operários Navais, as delegações de várias nacionalidades. Prestes declarou em sua abertura que estimaria ser o Brasil "a primeira nação sul-americana a seguir o exemplo da pátria de Fidel Castro" e que o PCB já se podia considerar na legalidade. A Revolução Cubana servia, assim, para que as elites revolucionárias comunistas desejassem seguir o modelo proposto.

Enquanto isso, a inflação crescia, em consequência de medidas econômicas e administrativas equivocadas. As greves eram quase diárias. Inúmeros cargos importantes nos governos federal e estaduais, na Justiça, em entidades de classe e em órgãos paraestatais estavam em mãos de comunistas e seus aliados. Jornais, revistas e livros bolchevistas, muitos editados em Pequim e Moscou, circulavam livremente. Grupos armados, em vários pontos do país, invadiam propriedades com a conivência de autoridades. Nem a Igreja Católica escapava ao proselitismo subversivo. Campeavam o tumulto e a desordem estimulados pela retórica de Prestes, Miguel Arraes e outros líderes de esquerda.

A Revolta dos Sargentos

Em Brasília, a 12 Set 63, um grupo de sargentos da Marinha e da Aeronáutica rebelou-se contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que se pronunciara contra a elegibilidade do sargento Almoré Zoch Cavalheiro, eleito Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul. A decisão valia para qualquer sargento.

Os rebeldes ocuparam o Departamento Federal de Segurança Pública, a Estação Central de Radiopatrulha, o Ministério da Marinha e o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos. Em seguida, detiveram oficiais, conduzindo-os para a Base Aérea. O comando geral da rebelião estava com o Sgt da FAB Antônio Prestes de Paula. Os graduados do Exército não aderiram. Imediatamente, os blindados do Exército ocuparam pontos estratégicos de Brasília e se dirigiram para o Ministério da Marinha. Nesse local, os sublevados preferiram entregar-se; eram 60 homens da Aeronáutica, 40 fuzileiros navais e 15 marinheiros, liderados pelo Sgt Lair Cornélio Romão. Na Base Aérea ocorria,

logo após, a rendição dos sargentos. Pouco depois, já terminado o levante, chegavam tropas do 10º BC de Goiás e de paraquedistas do Rio de Janeiro, deslocadas por ordem do Ministro da Guerra.

Morreram o soldado fuzileiro, rebelde, Divino Dias dos Anjos e o motorista civil Francisco Moraes. Outros foram feridos. Detidos 536 militares, eles foram transportados para o Rio de Janeiro e alojados no navio Rio Doce, sendo transferidos, depois, para o navio Raul Soares.

O plano dos Sgt foi apreendido pelas autoridades militares de Brasília, enquadrando-se no arcabouço vulgar das rebeliões marxistas. O jornal O Globo, do Rio, reproduziu-o, em parte, na edição do dia 19 Set.

O Presidente da República só regressou à Capital depois de dominada a revolta, deixando de tomar qualquer atitude.

O controle da imprensa

Repudiado pela maior parte da imprensa, o governo usava de toda sorte de subterfúgios para colocá-la sob o seu controle. Ora recorria a meios indiretos:

"O governo estabeleceu um sistema de empréstimo sobre o papel de imprensa, empréstimo este que prevê o pagamento em alguns anos. Mas o empréstimo atinge apenas 30% das necessidades de papel. No caso de O Cruzeiro, não chega a 10%, o que mostra a sua inocuidade. De qualquer forma, os órgãos que o utilizam, dentro de algum tempo, passarão a ser propriedade do Estado ou ficarão sob o seu controle, uma vez que dificilmente as dívidas amontoadas ano após ano poderão ser resgatadas. Deixará de existir, então, a liberdade de imprensa no Brasil"⁹.

Ora boicotava diretamente a liberdade de informação, por exemplo interrompendo sem aviso prévio a programação de TV que lhe fosse adversa, para transmitir em seu lugar propaganda governista.

O confuso presidente João Goulart

Em Out 63 João Goulart, que um mês antes participara de comício comunista no centro do Rio de Janeiro, solicitou ao Congresso a decretação de estado de sítio, mas logo retirou o pedido, sob pressão nacional. O PCB, em seguida, lançou intensa campanha pela

⁹ BIBLIEx, 1998, p. 185, apud NASSER, David. Diário de um repórter. In: O Cruzeiro, Jun 63.

encampação das refinarias particulares, pela moratória da dívida externa e pela anistia dos que foram punidos por terem participado da Revolta dos Sargentos. Os comunistas anunciaram que uma única saída restava ao Presidente da República: entregar o poder a um governo baseado nas "forças progressistas".

João Goulart decidiu negociar diretamente com o PCB, recebendo por duas vezes em palácio os seus representantes, para com eles entabular um acordo político que satisfizesse às pretensões do Partido e aos interesses do governo. Convencionaram, nessas reuniões, a formação de uma "frente popular" coordenada pelo deputado federal Francisco Clementino de San Tiago Dantas, para a unificação das forças esquerdistas. O Presidente deveria enviar ao Congresso projetos radicais: plebiscito para a reforma constitucional, encampação das refinarias particulares, reforma agrária e outras medidas. Se fossem rejeitadas, ele procuraria de imediato dissolver o Congresso. Caso o Congresso as aceitasse, estaria obviamente reduzido à condição de impotência. Em qualquer circunstância, o Poder Legislativo, em regime de falência, ficaria impossibilitado de reagir diante da manobra planejada.

Mas ainda restavam as FFAA. O Presidente supunha que elas seriam incapazes de uma oposição eficaz. Oficiais em altos postos diziam-se afinados com ele e os sargentos vinham, desde muito, sendo submetidos a um intensivo trabalho psicológico de doutrinação e aliciamento.

Tudo parecia marchar a favor da onda esquerdista radical. Seria instalada finalmente, pensava João Goulart, a "República Sindicalista". Para o PCB, o governo que se projetava era, de início, uma coalizão de forças esquerdistas, tendo como figura de proa o próprio Presidente ou seu cunhado Leonel Brizola, para, logo que possível, passar-se definitivamente ao sistema comunista.

Em 10 Jan 64, o Secretário-Geral do PCB Luiz Carlos Prestes, desembarcou em Moscou para informar pessoalmente ao "Premier" Nikita Krushev o andamento da execução dos planos acertados em 1961. O conteúdo das conversações foi meticulosamente anotado por Prestes. Ele informou a Krushev que "os comunistas brasileiros estavam conduzindo setores estratégicos do governo federal e se preparavam para tomar suas rédeas". Em resposta, recebeu de Mikhail Suslov, ideólogo do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), as seguintes instruções para os comunistas brasileiros:

"Vocês estão procurando utilizar a tática correta. É necessário saber utilizar todas as possibilidades de ações de massas. E, ao mesmo tempo, saber preparar-se para a luta armada. Uma coisa completa a outra... Quanto ao movimento camponês... o essencial

é levantar todas as reivindicações de acordo com os interesses dos camponeses. Sem isso não podem levantar as grandes massas de trabalhadores no campo. Vocês orientam no sentido justo de desenvolver as ações de massas, levando-as assim até a insurreição... No Brasil o potencial revolucionário é enorme. Se pega fogo nessa fogueira, ninguém poderá apagá-la" (BIBLIEx, 1998, p. 186).

Kruschev então interveio pessoalmente para lembrar que são as ações de massas que preparam a luta armada, e não o contrário.

Suslov, concordando, lembrou que não existia uma fórmula aritmética para calcular em qual momento o trabalho de massas deveria transformar-se em insurreição, mas que não seria preciso aguardar, para isso, que os comunistas tivessem o apoio majoritário das FFAA, pois Lênin, quando tomou o poder, tinha a seu lado apenas 30% do Exército.

Prestes passou então a descrever a situação brasileira, tal como a enxergava:

"Um poderoso movimento de massas sustentado pelo poder central, tendo no seu núcleo um dos partidos comunistas mais sólidos do continente, instalado no seio do aparato estatal. Um exército penetrado dos pés à cabeça por um forte movimento democrático e nacionalista... A tomada do controle do estado burguês de seu interior para fora. Oficiais nacionalistas e comunistas dispostos a garantir pela força, se necessário, um governo nacionalista e anti-imperialista. A luta pelas reformas de base constitui um meio para acelerar a acumulação de forças e aproximar a realização dos objetivos revolucionários. O grande trunfo será o dispositivo militar... A exemplo de 35, a revolução deveria começar pelos quartéis. Implantação de um capitalismo de Estado... O capitalismo de Estado seria a antesala do socialismo" (Idem).

Kruschev, entusiasmado, prometeu todo apoio político e militar necessário. Mas, tal como acontecera em 1935, os comunistas brasileiros transmitiram a Moscou uma impressão erroneamente otimista quanto a um ponto decisivo: o apoio militar.

De fato, desde 1935 a secção militar do Partido (denominada ANTI-MIL, sigla de "antimilitarismo") jamais deixara de operar nos quartéis brasileiros, e nunca estivera tão forte quanto em 1964. Os militantes infiltrados, entre oficiais, suboficiais e soldados, somavam cerca de 600. Era muito, em comparação com os anos anteriores, mas pouco, diante da Força Armada considerada em sua totalidade (só o Exército tinha então aproximadamente 10 mil oficiais). Contrariando as estimativas

otimistas de Prestes, o Serviço Secreto Militar Soviético transmitira essas informações a Krushev. Mas, enquanto isso, Fidel Castro, sob os olhos complacentes de Moscou, já ia adiantando recursos a Leonel Brizola para a insurreição político-militar.

O comício na Central do Brasil e a Assembleia no Automóvel Clube

Em 13 Mar 64, sexta-feira, convocou-se um grande comício em frente à estação Dom Pedro II da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, por sugestão do PCB, a fim de assegurar um ambiente espetacular para o lançamento das mensagens-estopins. O Presidente, cumprindo a sua parte no espetáculo, com a presença do Ministro da Guerra Gen Ex Jair Dantas Ribeiro e dos demais titulares das pastas militares, declarou:

"Não receio ser chamado subversivo pelo fato de proclamar e tenho proclamado e continuarei proclamando em todos os recantos da Pátria a necessidade, trabalhadores, da revisão da atual Constituição (...) Essa Constituição atual, trabalhadores, é uma Constituição antiquada (...)" (BIBLIEx, 1998, p. 187).

Anunciou em seguida o envio de mensagens radicais ao Congresso, incluindo a encampação das refinarias particulares, a reforma agrária e outras. Desempenhou assim o papel que lhe atribuíam os comunistas. Em torno do palanque, guardado por soldados do Exército, a massa humana trazida em trens gratuitos e ônibus especiais aplaudia, sem o saber, a comunização da Pátria, agitando bandeiras vermelhas e cartazes alegóricos, ridicularizando os chamados "gorilas" do Exército.

À presença de cinco mil soldados do Exército sob a alegação de "defender" a ordem, visava a debilitar o espírito militar pois sua utilização era incompatível com a destinação da Força.

Reagindo ao que se pregou nesse comício, a União Cívica Feminina organizou, em São Paulo, a primeira "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" (19 Mar 64).

Em 25 Mar, na Semana Santa, um grupo de marinheiros indisciplinados, sob a liderança do cabo José Anselmo, revoltou-se, em agitada reunião no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Uma tropa do Exército cercou o edifício e após horas de confabulações prendeu os insurretos, que sem reação foram conduzidos ao quartel do Batalhão de Guardas. João Goulart ordenou que fossem libertados. O Ministro da

Marinha, Almirante-de-Esquadra Sílvio Mota, demitiu-se, sendo substituído pelo Almirante-de-Esquadra reformado Paulo Mário da Cunha Rodrigues, conhecido por suas tendências esquerdistas. Completou-se o quadro com a nomeação do Almirante-de-Esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano para a Chefia do Estado-Maior da Armada.

A 30 Mar, às 20 h, o Presidente da República compareceu a uma assembleia que reuniu cerca de dois mil sargentos, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Ouviu passivamente, em companhia de alguns chefes militares, os discursos inflamados do Sub Ten Antônio Sena Pires, do Presidente do Clube de Sargentos do Exército, sargento João Ciro Voigt, e do Sgt EB Antonio Garcia Filho (único Sgt deputado federal eleito) que atentavam contra a hierarquia e a disciplina militar.

O comício da Central do Brasil e a cerimônia no Automóvel Clube pareciam eventos de um cronograma de golpe de Estado planejado por Goulart em conluio com os comunistas, no contexto da Frente Popular. O primeiro, para desmoralizar o Congresso e o segundo para criar dissensão entre oficiais e Sgt, para neutralizar a capacidade de reação militar. João Goulart julgava que as FFAA assim enfraquecidas não poderiam deixar de atender as ordens oriundas de seu "esquema militar", formado pelos altos comandos com ele identificados.

Um episódio imprevisto comprometeu, no futuro, a sequência planejada de eventos subversivos: foi a rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, a prisão dos líderes dessa rebelião e a ordem presidencial para a libertação dos marujos e fuzileiros navais que foram conduzidos presos para o Batalhão de Guardas do Exército. Essa decisão absurda do Presidente, alertou a "maioria silenciosa" das FFAA de que algo teria que ser feito para assegurar a manutenção da hierarquia e a disciplina, pedras angulares de qualquer força militar.

A presença de Hércules Correa e outros líderes comunistas nos quartéis para verificar o cumprimento da ordem do Presidente e a passeata vexatória que se seguiu, nas ruas do Rio de Janeiro, com marinheiros desuniformizados carregando dois almirantes nos ombros, tudo isso atingiu violentamente os brios militares de oficiais, sargentos e soldados, ferindo a sensibilidade e a dignidade das Forças Armadas.

O PCB, na antevisão da vitória tão próxima, perdeu a tradicional observância das regras do trabalho clandestino nas quais era, em geral, inflexível. Dizia-se abertamente que, a partir de 1º de maio, o Brasil estaria completamente comunizado. A crise econômica marcada por inflação desenfreada era ingrediente favorável à situação revolucionária. Os meios de comunicação, escritos e falados, infiltrados por comunistas, eram veículos de exacerbação subversiva. O Governo Goulart, ao

sentir-se incapacitado, inclusive pelas deficiências pessoais do Presidente, para solucionar os problemas, procurou associar-se ao processo subversivo, imaginando garantir sua sobrevivência política. Tão nítida era a ideia de que o Brasil seria entregue a um governo socialista que inúmeros adesistas de última hora começaram a alardear simpatia pelo socialismo, certos de que assim obteriam um futuro salvo-conduto. Fazia-se ostensivamente propaganda comunista nos quartéis, nas igrejas católicas, nas universidades, nos sindicatos, nas repartições públicas. O anticomunismo passou a ser considerado como paixão doentia de alienados em relação à inexorável marcha do mundo para o socialismo.

Em um documento de autocritica posterior à Revolução, intitulado Esquema para Discussão, editado ainda em 1964, o PCB declarou:

"(...) Incurremos em grave subestimação da força do inimigo e não estávamos preparados para enfrentar um golpe da direita (...). Acreditávamos em uma vitória fácil através de um simples pronunciamento do dispositivo de Goulart, secundado pelo movimento de massas. Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação (...)" (BIBLIEx, 1998, p. 190).

Os dias decisivos

Em fins de março de 1964, ambos os lados preparavam-se para uma confrontação armada, mas a esquerda, mesmo com todo o poder que havia reunido, estava em nítida desvantagem, do ponto de vista de força armada. Ela contava, no Rio de Janeiro e em Brasília, com o movimento dos sargentos e com um certo número de praças; no NE, com a parcela armada das Ligas Camponesas, cujo campo de treinamento de guerrilhas fora destruído pelo Exército já em 1963; no Sul, com as milícias populares organizadas por Leonel Brizola.

Fazendeiros e empresários se mobilizaram e se armaram. Várias organizações paralegais - Patrulha Auxiliar Brasileira, Ação de Vigilantes do Brasil etc. - constituíram-se para enfrentar a ameaça comunista. Algumas delas com auxílio de governos estaduais. Segundo o historiador Moniz Bandeira, muitas delas estavam prontas para liquidar a oposição esquerdista sem o auxílio das FFAA ou até mesmo contra elas.

Ao tomar posse na Chefia do Estado-Maior do Exército, em outubro de 1963, o General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco advertiu contra "o perigo iminente de substituição do Exército por um arremedo de milícias com uma ideologia ambígua" (Idem).

A reação desencadeada contra a desordem reinante no Brasil demonstrou a existência de grandes reservas morais na população e em particular nas Forças Armadas. A esquerda não tinha forças para implantar um regime de tipo cubano no Brasil, nem a extrema direita tinha condições de governar o país. Só o que podiam fazer era travar uma guerra sem esperanças, com risco de esfacelamento da unidade nacional, ou seja, a balcanização (fragmentação) da República.

A marcha do comunismo parecia avassaladora. O poder de contenção democrático afigurava-se insuficiente. O Exército temia o divisionismo enfraquecedor. As manifestações em favor da ordem democrática eram tipicamente defensivas. Vozes isoladas surgiam aqui e ali, no Congresso e nos meios militares. Alguns governos estaduais, raros por sinal, opunham-se àquele estado de coisas. Foram os acontecimentos de março, iniciados com o comício da Central do Brasil, que precipitaram a reação. As decisões foram tomadas nos últimos momentos.

A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964

Os dias que antecederam o início da revolução

Instabilidade política aguda e caos iminente - é como pode se definir o quadro brasileiro às vésperas de 31 de março de 1964.

A Contra-revolução de 1964 resultou da consciência nacional de que os valores da sociedade brasileira achavam-se ameaçados pela situação vigente no país. Reações dos diversos quadrantes da Nação, eram inspiradas por motivos díspares e, às vezes, contraditórios.

Havia lideranças regionais que se sentiam hostilizadas pelo governo federal. Havia fazendeiros que, temendo a invasão de suas terras, armavam seus peões. Havia empresários nacionais que viam seus negócios periclitarem no ambiente de greves e incertezas. Havia empresas estrangeiras que temiam por seus bens. Havia religiosos a quem repugnava a ascensão de uma ideologia materialista. Havia políticos de centro, que temiam pela ruptura da estabilidade institucional. Havia estudantes oriundos das classes econômicas mais altas que anteviam, no anunciado regime socialista, o fim de suas ambições profissionais. Havia organizações de caridade que viam o auxílio estrangeiro ser desviado para fomentar greves e arruaças, enquanto as populações carentes ficavam desassistidas. Havia movimentos ideológicos de direita que propunham, em resposta à esquerda, o advento de um governo autoritário. Havia a grande imprensa, atemorizada pelo controle estatal do

fornecimento de papel para jornal e pelas ameaças veladas que o governo lhes fazia. Havia militares radicais, que achavam poder tudo resolver a tiros. Havia atuantes organizações femininas a mobilizar o povo para a resistência e o combate ao desmazelo que se anunciava. Havia também a elite das Forças Armadas, preocupada com a unidade nacional e com a ordem legal. Havia, acima de tudo isso, por parte dos brasileiros, a consciência de que seu modo de vida, seus valores culturais, seu patrimônio e sua sobrevivência como Nação corriam grave perigo. Tudo isso ameaçava ruir substituído por algo que nem mesmo os pregadores das chamadas reformas de base sabiam definir.

Todas essas correntes manifestaram, com intensidade crescente, sua insatisfação com o estado de coisas. O último estamento a se manifestar foi o dos militares. Estes, haviam permanecido em silêncio, abstendo-se de interferir, exceto a chamado da autoridade civil. Ao intervir, se tornaram a força decisiva, passando à frente das outras e imprimindo à Revolução um sentido de unidade superior. Graças ao fato de a iniciativa ter pertencido às FFAA, o movimento contra Jango engajou-se em uma reforma nacional, ordeira, pacífica e tolerante, o que teria sido impossível se alguma das outras correntes predominasse.

Relevante no despertar da consciência nacional para a reação foi o papel desempenhado pelos líderes políticos e militares, congressistas, governadores estaduais, homens de imprensa, empresários, intelectuais, enfim, de toda uma elite disposta a opor-se ao que parecia ser uma avassaladora onda anárquica. Dentre os líderes militares há que se destacar a figura do Gen Ex Humberto de Alencar Castello Branco. Legalista determinado e de tradição, nunca tendo exercido qualquer cargo fora do Exército, o Gen Castello Branco era a antítese do conspirador. No cumprimento do dever de Ch EME, elaborou documentos exaltando a missão constitucional do EB, alertando superiores e subordinados para a crescente deterioração do quadro nacional. Suas palavras ecoaram nos estabelecimentos de ensino militares, particularmente na EsAO e na ECEME, bem como na Escola Superior de Guerra e na tropa. Os alertas do Gen Castello Branco inspiraram e motivaram a ação das lideranças civis e militares, atingindo as fileiras do Exército.

Um dos primeiros brasileiros a pensar na necessidade de uma reação decisiva contra Goulart foi o Marechal Odílio Denys. Mas nem de longe lhe ocorria a ideia de uma intervenção militar; queria apenas estimular os políticos a uma aliança do centro com a direita moderada, para bloquear, a um tempo, os desvarios do Presidente Goulart e uma possível reação violenta da extrema direita. Ele pensava, sobretudo, num pacto defensivo entre os partidos políticos de oposição.

Pela mesma época, o Gen Div Olympio Mourão Filho, então no comando da 4ª RM/4ª DI, com QG em Belo Horizonte, ao tomar conhecimento das invasões de fazendas promovidas por organizações esquerdistas, teve a intuição de que o golpe de esquerda que vinha sendo preparado não poderia ser detido por meios políticos: "Acordei, eis o termo, e fiquei horrorizado com o que acabava de constatar."

Isso foi em 07 Jan 64. Levou muito tempo para que a advertência de Mourão encontrasse eco entre seus colegas militares. Mas, do lado civil, começavam a brotar reações similares. Armando Falcão relata:

"Desde a posse de João Goulart, convenci-me de que, por meio de meros expedientes políticos – o impeachment, por exemplo – não seria exequível afastá-lo do poder. Tínhamos mesmo que caminhar para a conspiração explícita e coordenada, procurando atrair inclusive o elemento militar, tradicionalmente legalista".¹⁰

Era claro, contudo, que o reformismo nacionalista, tendo-se comprometido com a aliança comunista, não poderia parar a meio caminho: uma vez despertadas as energias revolucionárias, elas não se deteriam antes que a imaginada "revolução democrático-burguesa" tivesse se convertido, por força de seu próprio impulso, em revolução socialista.

Falcão foi um dos muitos políticos brasileiros que percorreram o país, alertando as lideranças locais quanto aos planos do Presidente:

"Eu não contava, de início, com a colaboração de quase ninguém. Poucos aceitavam arriscar-se à retaliação governamental...O próprio Gov. Carlos Lacerda mostrava-se cético, desesperançado, achando que estávamos definitivamente perdidos; que Goulart tinha conseguido montar o que chamava de 'dispositivo militar invencível', ao lado do 'dispositivo sindical imbatível'".¹¹

Dentro do Exército, um outro conspirador atuava. O Gen Ex Osvaldo Cordeiro de Farias, integrante da "Coluna Miguel Costa-Prestes", ativo participante da Revolução de 30, veterano da FEB, era quase uma lenda entre os militares. Sua advertência contra o governo impunha ainda mais respeito porque era o oficial mais antigo das três Forças.

¹⁰ BIBLIEx, 1998, p. 193, apud FALCÃO, Armando. Tudo a declarar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

¹¹ Idem, apud Resolução Política do V Congresso do PCB de 1960. In: RIDENTI, Marcelo. O fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Unesp, 1993, p. 25.

Cordeiro, em seus depoimentos para a história, afirma que a conspiração organizada não começou antes de janeiro de 1963: "Não conspiramos durante o primeiro ano do governo de Jango".¹²

Até então o que havia era apenas uma agitação de políticos que, sem sucesso, procuravam aliciar oficiais ou criar por sua conta núcleos de resistência sem coordenação entre si. Em meados de 1962, Cordeiro foi procurado pelo candidato a Governador de São Paulo, Adhemar de Barros que, dizendo-se impressionado com o poder dos comunistas no governo federal declarou, se vencesse as eleições, começar uma conspiração no ano seguinte. Prometeu chamar Cordeiro para o comando militar da operação e colocar a seu dispor toda a Força Pública (PMSF).

Mas o Gen Cordeiro ficou cético. Em janeiro do ano seguinte Adhemar, já Governador, cumpriu rigorosamente o prometido. Cordeiro afirma que só a partir dessa época houve uma conspiração militar. O fundo de seu raciocínio, nesse ponto, é bem claro: sem o poderio econômico de São Paulo, qualquer reação militar seria impossível e qualquer proposta nesse sentido soaria tão inviável que nem valeria a pena tentar mencioná-la nos quartéis. Foi a iniciativa de civis que determinou, portanto, o início da conspiração militar.

Essa iniciativa não vinha só do governador, mas dos proprietários dos maiores jornais, Júlio de Mesquita Filho e Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, velhos inimigos pessoais que a emergência anticomunista reconciliou, com a mediação de um dos mais ativos conspiradores civis, o então deputado udenista (e depois Gov. de São Paulo) Roberto de Abreu Sodré. Vinha também de industriais e banqueiros, muitos deles antigos inimigos de Adhemar de Barros, agora dispostos a colaborar com ele para a derrubada de Goulart. Associações religiosas e cívicas, sobretudo femininas, cobravam dos líderes civis e políticos uma ação muito mais rápida do que eles teriam condições de desempenhar. O Gen Cordeiro respondeu à cobrança com um desafio: que fizessem manifestações de massa capazes de persuadir os militares e políticos recalcitrantes.

Elas então começaram a organizar a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que viria a reunir, em 19 Mar 64, mais de um milhão de manifestantes contra o governo Goulart, no maior ato público até então realizado em São Paulo. Passeatas de protesto semelhantes repetiram-se em Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

Essas mulheres tiveram papel extremamente importante na mobilização da opinião popular e foram pioneiras em organizar e conduzir movimentos de massa femininos no Brasil.

¹² Conforme o Gen Mourão Filho, a conspiração já existia desde 1961 em Santa Maria.

Influentes jornais como o Correio da Manhã, o Estado de São Paulo, o Jornal do Brasil, e O Globo denunciavam o desgoverno reinante e concitavam os militares a reagir.

No começo de 1964, a única certeza entre os conspiradores era que o movimento deveria partir de MG, não só por ser este Estado, tradicionalmente, o fiel da balança política do país, mas porque era o único lugar do Brasil onde se podia contar com a absoluta lealdade das principais lideranças políticas e militares, dado o trabalho paciente do Gov. José de Magalhães Pinto e dos generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. Não havia uma data predeterminada para a eclosão do movimento. Ficou acertado apenas que os mineiros fixariam a data de início do levante, que automaticamente serviria de senha para a eclosão de movimentos similares no resto do país onde se pudesse contar com apoio militar suficiente. Quais, propriamente, ninguém sabia. Até poucas semanas antes de 31 Mar, acreditava-se na possibilidade de uma reação armada do governo que teria apoio do III Exército, no Rio Grande do Sul, e de várias unidades isoladas das três Forças.

Às vésperas de 31 de março, circulavam boatos da exoneração e prisão do Gen Castello Branco. A situação se agravava nos quartéis. No Clube Militar sucediam-se reuniões de oficiais da ativa e da reserva. Oficiais da reserva cruzavam o país como mensageiros dos líderes militares que se opunham à baderna. A crise atingiu o máximo. A pressão era insuportável. A eclosão do movimento seria a qualquer momento.

31 de março, o dia decisivo

Em 31 Mar pela manhã, o Gov. Magalhães Pinto levantou MG, juntamente com os comandantes da tropa federal e da PMMG, o Gen Div Olympio Mourão Filho, da 4ª RM/4ª DI, o Gen Bda Carlos Luís Guedes, da Infantaria Divisionária/4, e o Cel José Geraldo de Oliveira, da PMMG. O Marechal Odílio Denys, não obstante encontrar-se na reserva, havia se deslocado para Belo Horizonte em 28 de março, para tratar da deflagração do movimento.

Na noite de 30 para 31 de março, foram desencadeadas três operações simultâneas:

- 1) "Silêncio" – controle do serviço de telecomunicações;
- 2) "Gaiola" – prisão dos líderes extremistas no Estado, e
- 3) "Popeye" – deslocamento da tropa nos eixos rodoviários Juiz de Fora – Guanabara e Belo Horizonte - Brasília.

Decretada a mobilização geral, o Gen José Lopes Bragança, da reserva, começou o alistamento de voluntários civis, que ultrapassou o

número de 10 mil homens. Às 17 horas de 31 Mar, Magalhães Pinto leu o seu Manifesto à Nação, divulgando a eclosão do movimento. Por volta da meia-noite aderiu ao movimento o Gen Ex Amaury Krueel, comandante do II Ex (SP e o então Mato Grosso). As tropas mineiras atravessaram o rio Paraibuna e logo se defrontaram com o Grupamento Tático, do Gen Bda Luís Tavares da Cunha Mello, enviado pelo Cmdo do I Ex para barrar-lhes o deslocamento. Ao cair da tarde, patrulhas do Destacamento Tiradentes (DT – homenagem ao Mártir da Independência e ao lema “Libertas quae sera tamen”) entraram em contato com Elm do 1º BC, de Petrópolis.

O Cmt da vanguarda mineira tomou conhecimento de que o Cmt da vanguarda do 1º BC desejava ganhar tempo, para o grosso da tropa desdobrar-se defensivamente no terreno. Assim, anunciou que atacaria, mas enviou parlamentares que acabaram por conseguir a adesão do 1º BC. Depois, foi a vez do 1º RI (Regimento Sampaio), que já se encontrava em Três Rios, tomar a mesma atitude; seu Cmt, o Cel Raimundo Ferreira de Souza aceitou as ponderações feitas por telefone, pelo Marechal Odílio Denys. A resistência governista desmoronava-se rapidamente, ficando livre a estrada de Petrópolis-Rio de Janeiro, com a retirada do 2º RI (Regimento Avai).

Conforme depoimento do historiador militar Cel Inf EM Manoel Soriano Neto, que fez parte do DT:

O DT foi formado em Juiz de Fora, com os 10º, 11º e 2º/12º RI, dois Btl da PMMG, o 1º/4º RO 105, o 4º Esqd Rec Mec e Elm da 4ª Cia L Mnt. O Depósito de Intendência permaneceu em JF, de onde fornecia os suprimentos de todas as classes. O efetivo do DT era de 2.714 militares: 126 oficiais, 253 ST/Sgt e 2.335 Cb e Sd. Contava com 198 viaturas. Tudo isto para marchar sobre o Rio de Janeiro. A Vanguarda do DT era uma FT formada por um Btl do 10º RI e o 4º Esqd C Mec. O comando do DT foi do Gen Antônio Carlos da Silva Muricy e o Sub-Cmt foi o então Cel Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, futuro Ministro do Exército (Fonte: Bol Especial da 4ª RM/DI de 09 Mai 64). Às margens do rio Paraibuna (divisa entre MG e RJ), tropas da 1ª DI, comandadas pelo Gen Luís Tavares da Cunha Mello, que era o comandante da ID/1 (a 1ª DI era comandada pelo Gen Oromar Osório), passaram em sua grande maioria, para o lado do DT. Após as adesões da 1ª DI, tal efetivo mais que duplicou, no dizer do Gen Muricy. Não foi toda a DI, pois houve as defecções do 1º BC e de parte dos 2º e 3º RI, que foram acolhidos

quando da progressão do DT. A divisa entre MG e RJ foi cruzada pela transposição do rio Paraibuna, na madrugada de 1º de abril. O estado da Guanabara - que era somente a cidade do RJ - só seria atingido quando o DT chegou na Av. Brasil, na noite de 1/2 Abr. O Gen Cunha Melo recebeu, na tarde do dia 1º, mensagem do Gen Armando de Moraes Âncora para que as tropas da DI se recolhessem aos quartéis. Este general se reuniu na AMAN, às 1800 h de 1º de abril, no Gabinete do Gen Emílio Médici, Cmt da AMAN, com o Gen Amaury Krueel, Cmt do II Ex, quando a Revolução já estava consolidada em todo o Brasil, a não ser no RS, o que ocorreria no dia 03 Abr. O DT prosseguiu e estacionou na noite de 1/2 Abr junto à Av. Brasil, já no estado da Guanabara, de onde partiu, no começo da manhã do dia 02 Abr, para o Estádio do Maracanã, aonde acantonou até à manhã do dia 06 Abr, quando retornou aos seus aquartelamentos, tendo sido desmobilizado em 07 Abr 64.

Em São Paulo, verificou-se ação rápida na região do ABC, enquanto o Cel Roberto de Pessoa controlava os meios de comunicação urbanos. A tropa pôs-se em marcha em direção ao Rio de Janeiro pela rodovia Presidente Dutra. Em Resende foi preso, pelo Cmt AMAN, o Gen Bda Euryale de Jesus Zerbini, contrário à revolução. Ao chegarem em Resende, as tropas do II Ex encontraram em posição a AMAN, comandada pelo Gen Bda Emílio Garrastazu Médici. Os cadetes achavam-se desdobrados no terreno a cavaleiro da Via Dutra, em duas frentes, para impedir o avanço de tropas vindas do RJ e/ou de SP. Sabedor da adesão do II Ex ao movimento revolucionário, o Gen Armando de Moraes Âncora, Cmt I Ex e Ministro da Guerra interino (o titular, Gen Jair Dantas Ribeiro estava acamado), decidiu marchar contra SP com o Grupamento de Unidades-Escola, sob o comando do Gen Bda Anfrísio da Rocha Lima, aquartelado na Vila Militar.

Diante das defecções ocorridas nas forças do I Ex e da notícia da viagem de Jango Goulart para Brasília, houve um encontro do Gen Âncora com o Gen Amaury Krueel, na AMAN¹³. Reconhecido nesse encontro que o Grupamento de Unidades-Escola se desfizera com as adesões à revolução, é dada a ordem à tropa do I Ex de se recolher aos quartéis.

Ao mesmo tempo, no comando do IV Ex (Recife), a fulminante ação do Gen Ex Justino Alves Bastos deixou surpreso o governo de PE. O Cmt da Polícia Militar, Cel Hangho Trench, foi preso e substituído pelo Cel Sylvio de Mello Cahu. O Vice-Almirante Roque Dias Fernandes, do

¹³ Encontro organizado e realizado pelo Cmt da AMAN – Gen Médici.

3º Distrito Naval, apoiado por oficiais do Exército, exigiu a renúncia do Gov. Miguel Arraes que, resistindo, terminou preso no próprio Palácio das Princesas. Em Alagoas e na Paraíba, não houve qualquer problema. Em Maceió, o Gov. Luís Cavalcante achava-se perfeitamente entrosado com o movimento. Da PB e de AL partiram tropas que ocuparam as regiões pernambucanas de Palmares e Catende, seguindo após para Caruaru e Vitória de Santo Antão. Assim, invalidou-se a reação das Ligas Camponesas, em posse das quais se encontrou farto armamento e muita documentação subversiva. Em Aracaju, Fortaleza e Salvador, verificaram-se ações firmes e rápidas contra o governo.

No Rio Grande do Norte, ocorreram ligeiros incidentes. De início, o Governador apoiou Jango, mas em seguida divulgou nota manifestando adesão à Revolução. Apenas a Base Aérea de Natal, no começo, não participou das ações revolucionárias, dado seu comandante mostrar-se contrário ao movimento. Mas a situação em Natal foi imediatamente posta sob controle, com a substituição do comando da Base Aérea.

Na região Norte, a adesão ao movimento foi imediata e sem maiores problemas.

No Rio de Janeiro, o Governador Carlos Lacerda preparou-se para resistir a qualquer ataque de forças governistas ao Palácio da Guanabara, sendo reforçado por blindados do Exército, militares da reserva e civis. Tendo procurado ocupar o prédio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, onde se reunia o CGT, a PM do então Estado da Guanabara teve de se retirar ao se defrontar com frações de tropa da Aeronáutica e de fuzileiros navais. As ferrovias Leopoldina e Central entraram em greve. Uma "Cadeia da Legalidade", formada pelas rádios Nacional e Mayrink Veiga, em vão incitava uma rebelião popular contra o levante dos "gorilas".

Na manhã do dia 1º de abril, o Forte de Copacabana, sob o comando do Ten Cel Arídio Brasil, declarou-se revoltado. Vinte e oito oficiais da ECEME, liderados pelo Ten Cel Sylvio Octávio do Espírito Santo, penetraram, por infiltração, naquela praça de guerra a fim de reforçar sua reduzida guarnição. O Gen Bda Antônio Henrique Almeida de Moraes, Cmt da Artilharia da Costa da 1ª RM, ainda tentou convencer a oficialidade do Forte a permanecer ao lado do Governo, sem êxito. O confronto entre aquela unidade e as tropas do I Exército parecia iminente.

Subitamente, uma vintena de oficiais embarcados em quatro automóveis particulares, liderados pelo Cel César Montagna de Souza, arriscando suas vidas, conseguiram imobilizar a guarnição do QG da Artilharia de Costa, adjacente ao Forte de Copacabana. A tropa do Forte de Copacabana, não mais contida no interior do seu aquartelamento,

estabeleceu posições avançadas até a confluência da Rua Rainha Elizabeth com Avenida Atlântica e na Rua Francisco Otaviano.

Muitos ainda no Palácio Laranjeiras, residência do Presidente da República na cidade do Rio de Janeiro, acreditavam na possibilidade de barrar o deslocamento das tropas de MG e de São Paulo, em direção ao Rio. Quando se soube que João Goulart embarcara para Brasília no Aeroporto Santos Dumont, todos os que o acompanhavam naqueles momentos cruciais entraram em pânico e abandonaram o Palácio precipitadamente, de sorte que, instantaneamente, o local onde pouco antes se agitavam ministros, parlamentares e áulicos ficou vazio e silencioso.

Com a saída de João Goulart, a situação começou a se normalizar no Rio de Janeiro. No centro ainda houve agitações, onde grupos de desordeiros desejaram invadir os prédios do Clube Militar e do Estado Maior das Forças Armadas, que funcionava no demolido Palácio Monroe. As sedes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do jornal Última Hora foram incendiadas, enquanto alguns distúrbios tinham lugar nas Faculdades de Direito (Praça da República) e Nacional de Filosofia (Castelo). Em pouco tempo, a cidade ficou sob controle.

Em Brasília, João Goulart imaginou contar com forças que lhe permitissem reagir. O Cmt da 11ª RM/Comando Militar do Planalto Gen Bda Nicolau Fico, tentou iniciar uma resistência, apoiado pelo núcleo local do CGT, que abriu inscrições de voluntários.

No restante do Centro-Oeste, a situação foi controlada facilmente. O então Cel Carlos de Meira Mattos, Cmt do 16º BC, de Cuiabá, tão logo tomou conhecimento da eclosão do movimento em MG, ainda no dia 31 de março, deslocou sua tropa por rodovia e via aérea, em caminhões e aeronaves comerciais requisitadas, com destino a Goiânia e Brasília. Após conseguir a adesão do 10º BC, de Goiânia, e da Polícia Militar de GO, rumou para Brasília, ocupando a capital da República e assumindo o comando geral de toda a tropa lá aquartelada.

Às 22 horas de 01 Abr, João Goulart deixava a capital rumo a Porto Alegre por via aérea. Às 3:35 horas do dia 2, o Congresso, sob a presidência de Auro de Moura Andrade, votava o impedimento de João Goulart, quando este estava em pleno vôo. Era declarada vaga a Presidência da República, sendo investido no cargo o Deputado Paschoal Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara dos Deputados. Imediatamente, o Gen Bda André Fernandes, Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra em Brasília, assumiu a Casa Militar e dominou a situação em Brasília.

O Gov. Magalhães Pinto, ao preparar a Revolução em MG, previu a necessidade de atuar no cenário internacional e, para isso, designou Secretário de Governo Estadual o Senador Afonso Arinos. Teria este a

missão de buscar o reconhecimento do governo instalado em MG e obter apoio, inclusive em armamento para a Revolução. Não esperava Magalhães, nem algum revolucionário, a vitória fulminante que ocorreu.

O Gen Ex Benjamin Rodrigues Galhardo, Cmt III Ex, Porto Alegre, foi substituído, em 01 Abr, pelo Gen Div Ladário Pereira Teles, cuja posição era nitidamente janguista. A 3ª DI, de Santa Maria (Gen Div Mário Poppe de Figueiredo) e a 2ª DC, de Uruguaiana (Gen Bda Joaquim de Mello Camarinha), juntamente com a 3ª DC, de Bagé (Gen Bda Hugo Garrastazu Teixeira), comprometidas com o movimento que ganhava corpo em todo o país, puseram-se em marcha sobre Porto Alegre.

No Paraná e Santa Catarina, importante área tampão entre o RS e SP, a ausência dos comandantes da 5ª RM e da Infantaria Divisionária, facilitou a adesão unânime da tropa regional, reforçada por um grupamento tático paulista e pela Polícia Militar paranaense.

Nem mesmo em Porto Alegre houve resistência significativa. Em reunião na residência do Cmt III Ex, o já ex-presidente Goulart foi convencido pelo Cmt da 3ª RM - Gen Div Floriano da Silva Machado, de que não havia condições logísticas de deslocar tropa na direção norte. O próprio Leonel Brizola, que também se encontrava nessa reunião, verificou que não possuía tantos adeptos quanto esperava. Percebendo a impossibilidade de reação, João Goulart voou para São Borja e dali para o exílio no Uruguai, da mesma forma que Leonel Brizola.

Com a divulgação da notícia de que Jango abandonara o território nacional, no dia 3 de abril o Gen Poppe assumiu o controle da situação e reintegrou em suas funções o Gov. do RS Ildo Meneguetti, que havia se transladado por motivos de segurança para Passo Fundo.

Em nome da Revolução vitoriosa, constituiu-se o Comando Supremo Revolucionário, integrado por três chefes militares representantes das Forças Armadas, que, posteriormente, foram nomeados ministros das respectivas Forças pelo Presidente Ranieri Mazzili. Era imperioso pôr logo ordem no caos. Decidiu-se promulgar um Ato Institucional, que mais tarde recebeu o aposto de nº 1, de 9 de abril, que afirmava as bases da revolução e estabelecia as medidas drásticas que a situação excepcional impunha. O Executivo recebia amplos poderes para suprimir direitos políticos de cidadãos incriminados, por períodos até 10 anos. Mandatos de membros do Legislativo poderiam ser cassados. Foram suspensas por seis meses as garantias constitucionais de segurança para funcionários públicos. As FFAA assumiam virtualmente a responsabilidade da direção nacional - cortando pela raiz as ambições de líderes escorados em interesses regionais e prometiam apuração cabal da culpabilidade dos implicados na subversão e na corrupção.

Conforme o CPDOC/FGV, os EUA acompanharam a conspiração e os acontecimentos através do embaixador Lincoln Gordon e do adido militar Vernon Walters para, em caso de uma longa resistência dos jan-guistas, desencadear a "Operação Brother Sam" de apoio logístico aos contra-revolucionários (cpdoc.fgv.br/producao/dossies/).

A opinião dos autores é a de que seria inadmissível aos brasileiros aceitarem, naquela época e sempre, a adoção de uma ideologia política alienígena construída pela cabeça de dois pensadores, e como um apanágio para os problemas do mundo, quando se sabe que o marxismo nada mais é que um projeto repulsivo de poder global.

A AMAN no período 31 Mar/02 Abr 64

(conforme o documento "A Participação da AMAN na Revolução de 31 de março de 1964" da Secção de Ensino A – Cadeira de História Militar)

O período de comando do Gen Bda Emílio Garrastazu Médici na AMAN foi de 04 Mar 63 a 08 Mai 64. Ele foi antecedido pelo Gen Bda Pedro Geraldo de Almeida e sucedido pelo Gen Bda Alfredo Souto Malan.

Desde 1962, os cadetes vinham recebendo instruções e palestras sobre Guerra Revolucionária e sobre as ameaças do comunismo.

Na tarde de 31 Mar 64, o Cmt da AMAN recebeu ordem de manter o BCSv em prontidão, em face da situação política. Além disso, o Gen Médici ativou o EM Operacional e acionou o sistema de informações da Academia. Às 0200 h de 01 Abr, o Gen Arthur da Costa e Silva, Ch do DPO (Rio), solicitou ao Cmt AMAN apoio para as ações contra-revolucionárias. Meia hora depois (0230 h), o Gen Amaury Krueel, Cmt do II Ex (SP), informou ao Cmt AMAN que havia aderido ao movimento contra-revolucionário, portanto contra as ações comunizantes do governo federal. A resposta do Gen Médici foi a de garantir a livre passagem das tropas do II Ex na região de Resende em direção ao Rio de Janeiro. E então, o Cmt AMAN decidiu: integrar a AMAN no Movimento Revolucionário; garantir a passagem do II Ex por Resende; e montar vigilância sobre os pontos críticos no trecho entre Barra Mansa e Itatiaia, em conexão com o então 1º BIB (Barra Mansa).

Às 0300 h de 01 Abr, o Cmt I Ex Gen Armando de Moraes Âncora informou ao Cmt AMAN ter determinado o deslocamento do Grupoamento de Unidades Escola (GUEs) na direção de São Paulo. Com isso, o confronto entre as tropas do I Ex e do II Ex parecia iminente e se daria na região sob responsabilidade da AMAN.

Ao mesmo tempo, como já visto, o Destacamento Tiradentes estava se deslocando para o Rio de Janeiro.

Em face desta situação, o Gen Médici decidiu empregar o Corpo de Cadetes (CC) para impedir o acesso das tropas do I Ex à região de Resende. Decidiu também, e esta foi a decisão crucial, lançar uma Vanguarda na direção de Barra Mansa, ligar-se ao 1º BIB, e dominar as alturas que dominam o Ribeirão da Divisa (entre Porto Real e Floriano). Ou seja, a AMAN passou a fazer parte das tropas do II Ex, que chegaram à região a partir das 1130 h de 01 Abr.

Detalhamento: o CCav estabeleceu uma Pos de Retardamento na região do Km 114 da Via Dutra; o CInf estabeleceu uma Pos Defensiva na região do Km 120 barrando o acesso no sentido Rio-SP; outras tropas chegaram à região e mantiveram atitude solidária ao II Ex; e tropas do I Ex se passaram para o lado do II Ex e foram acolhidas pelo CC.

Em 01 1300 Abr Gen Médici foi informado que os Cmt do I e do II Ex se reuniram na AMAN. Importante saber que o Gen Âncora, Cmt do I Ex, estava interinamente nas funções de Ministro da Guerra. Este encontro se deu às 1800 e a decisão foi a seguinte em função da evolução dos acontecimentos: as tropas deveriam se recolher aos quartéis porque a Contra-revolução havia se consolidado, ou seja, vitoriosa.

Em 02 1100 Abr, houve uma formatura geral quando foi lida a memorável Ordem do Dia do Cmt da AMAN.

O Gen Médici passou o comando para o Gen Bda Alfredo Souto Malan, o qual permaneceu somente quatro meses na AMAN. Ainda assim, deixou importantes contribuições à formação dos oficiais. Defendia que deveria ser escrito no Portão Monumental o seguinte, para os novos cadetes:

“Se vens em busca de honrarias, não entres, encontrarás decepções.
Se vens em busca de um ideal, então entra, encontrarás honrarias”.

Iconografia

No Rio de Janeiro, crise de 1955, os blindados garantem a ordem
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 177)





Imagem de passeata em 1964 (Fonte: aventuras na história.com.br)



Em Set 63, um CC M 41 das tropas do EB na segurança do Ministério da Marinha em Brasília (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 184).



**Tropas do EB junto ao povo na Central do Brasil em março de 1964
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 187).**



**A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo
no dia 19 Mar 1964 (Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 188)**

OS PRESIDENTES MILITARES

A vacância do poder e as eleições indiretas para Presidente da República

A vitória do movimento cívico-militar iniciado em 31 de março de 1964 levou o presidente João Goulart, em 4 de abril, a seguir para o exílio no Uruguai. Antes mesmo de Jango deixar o país, Auro de Moura Andrade, presidente do Senado já havia declarada vaga a presidência da República. Em consequência, Paschoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a presidência da República, conforme previsto na Constituição de 1946.

Em 09 Abr os três ministros militares, em nome do Comando Supremo da Revolução, assinaram um Ato Institucional que, entre outras medidas, destituía o governo anterior e constituía um novo governo, cujo presidente seria eleito indiretamente pelo Congresso Nacional no dia 11 de abril.

No dia 11 de abril o Congresso Nacional elegeu o Gen Ex Humberto de Alencar Castello Branco como novo presidente da República.

O governo Castello Branco

O Gen Castello Branco tomou posse em 15 Abr. Durante seu governo promoveu a reorganização política e econômica do país e a desarticulação das entidades de esquerda que apoiavam João Goulart.

Para contornar resistências ao ideário político implantado pelo movimento de 1964, em 27 Out 65 Castello Branco editou o Ato Institucional nº 2 (AI 2) que, entre outras medidas, extinguiu os partidos políticos então existentes, implantava normas que levaram mais tarde ao bipartidarismo e instituiu a eleição indireta para a presidência da República.

Procurando institucionalizar as motivações do vitorioso movimento de 31 Mar 64, Castello Branco promulgou uma nova Constituição em 24 Jan 67, que consolidava a eleição indireta para presidente da república.

O Decreto-Lei nº 200, de 25 Fev 67, assinado por Castello Branco, que reorganizou a Administração Federal, pode ser considerado como uma verdadeira revolução, que permitiu ao país romper as arcaicas amarras que o prendiam ao passado.

Castello ficou no governo dois anos e 11 meses. Em 15 Mar 67, Castello Branco transmitiu o cargo de Presidente da República ao seu sucessor, eleito pelo Congresso Nacional, o Mar Arthur da Costa e Silva.

O governo Costa e Silva

O Mar Arthur da Costa e Silva, Ministro da Guerra do Presidente Castello Branco, apresentou-se como candidato natural a sucedê-lo. Em Recife, no dia 25 Jul 66, durante uma viagem ao Nordeste, sofreu um atentado a bomba no aeroporto de Guararapes, quando morreram o almirante Néelson Fernandes, diretor da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, e Edson Régis, chefe do Gabinete Civil do governador de Pernambuco Paulo Guerra.

No dia 03 Out 66 Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos pelo Congresso Nacional presidente e vice-presidente, respectivamente. No dia 15 Mar 67 eles foram empossados em seus cargos.

Em janeiro de 1967 foi promulgada pelo Congresso a nova Constituição que conferia ao Presidente da República uma soma de poderes muito mais ampla do que o fazia a Carta de 1946.

Desde o início de seu governo Costa e Silva conviveu com atos contestatórios ao novo ciclo político por que passava o país. Em 26 Jun 68, um atentado com carro bomba matou o soldado Mário Kozel Filho que, prestando o serviço militar obrigatório, estava de serviço no QG do II Exército localizado no bairro Ibirapuera, cidade de São Paulo.

Em Set 68, a situação política do país se agravou. Discursando na Câmara Federal, o deputado Márcio Moreira Alves (MDB-GB), como forma de protesto, conclamou a população a não comparecer às comemorações do Dia da Independência. Esse pronunciamento desencadeou reações entre os militares, que o consideraram ofensivo às FFAA. Alguns dias depois, o Procurador-geral da República, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de cassação dos direitos políticos de Moreira Alves. A Câmara dos Deputados, porém, apresentava sérias resistências em conceder a licença necessária para processá-lo.

Após tramitar pela comissão competente, o pedido foi rejeitado na Câmara dos Deputados no dia 13 Dez 68. Ainda nesse dia, Costa e Silva baixou o AI-5 decretando, entre outras medidas, a suspensão de determinadas garantias constitucionais. Pelo Ato Complementar nº 38, foi decretado também o recesso do Congresso por tempo indeterminado.

Organizações de orientação esquerdista intensificaram sua atuação contra o regime, praticando assaltos a bancos e atentados contra unidades militares.

No dia 26 Ago 69, Costa e Silva anunciou à imprensa a conclusão de uma proposta de reforma constitucional elaborada pelo seu governo.

Antes que se chegasse a uma versão definitiva do novo texto constitucional, Costa e Silva apresentou sinais de doença. No dia 27, ao receber o Gov. de Goiás, Otávio Laje, o presidente teve dificuldades para acompanhar a conversa. No dia seguinte suas audiências foram canceladas e a imprensa noticiou que Costa e Silva fora acometido de forte gripe. Os médicos, contudo, já suspeitavam tratar-se de trombose.

Caracterizada a doença de Costa e Silva como trombose, os ministros militares assumiram o governo em caráter temporário, como junta militar, alijando Pedro Aleixo do processo sucessório. Através da edição do AI-12, no dia 31 Ago os ministros militares legitimaram sua atitude, invocando a vigência do AI-5 e a necessidade de dar continuidade à administração de Costa e Silva durante o seu impedimento.

No dia 08 Out, a junta militar anunciou a escolha do Gen Emílio Garrastazu Médici para a sucessão de Costa e Silva. A eleição do novo presidente foi em 25 Out. O Congresso, já reaberto, ratificou a indicação da junta, tornando-se o Gen Emílio Médici e o Almirante Augusto Rademaker, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da República.

Entre as realizações do governo Costa e Silva podem ser elencadas a efetiva execução das medidas contidas no Decreto-Lei nº 200, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e a conversão do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em Fundação Nacional do Índio (Funai). Em 1968 foi criada a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e ocorreu a transformação do antigo Departamento de Correios e Telégrafos em órgão de administração indireta com a criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, vinculada ao Min. das Comunicações. E, em Ago 69, foi criada a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), inserida na estrutura do Ministério das Minas e Energia, para a exploração das riquezas do subsolo nacional.

Depois de deixar o governo e sem ter se recuperado da enfermidade que o acometeu, Costa e Silva faleceu no Rio em 17 Dez 69.

O governo Médici

Em 25 de outubro de 1969, Médici foi eleito presidente pelo Congresso, tendo como vice-presidente o Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. No dia 30 Out, Médici assumiu o governo, anunciando que adotaria uma política voltada para o “desenvolvimentismo”, através de um governo forte e centralizado.

A vitória da seleção brasileira, que conquistou o tricampeonato mundial de futebol em junho de 1970, no México, resultou num aumento acentuado da autoestima do povo brasileiro, que se refletiu em apoio ao governo que se iniciava.

O ano de 1972 foi marcado pelas comemorações do Sesquicentenário da Independência. Em 7 de setembro de 1972, na presença do primeiro-ministro português Marcelo Caetano, foram encerradas as comemorações dos 150 anos da Independência, iniciadas em abril anterior com a visita do presidente de Portugal Américo Tomás, que viera acompanhando os restos mortais do imperador Dom Pedro I. Na ocasião, foi entronizada a urna com os despojos do primeiro imperador do Brasil no Museu Ipiranga, em São Paulo.

O primeiro ano do governo Médici se caracterizou por uma intensa radicalização dos movimentos de esquerda, sendo que alguns optaram pela luta armada contra o regime instituído em 1964. Após o primeiro sequestro de um diplomata estrangeiro, o embaixador dos EUA Charles Burke Elbrick, os órgãos policiais e as forças armadas uniram esforços no combate às organizações armadas.

A partir de 1969, o comando das operações repressivas foi assumido em SP pela Operação Bandeirantes (Oban), oficialmente lançada em 19 Jul por iniciativa do II Ex. Devido ao êxito obtido, a Oban foi institucionalizada, passando a se chamar Centro de Operações para a Defesa Interna (CODI) e outros CODIs foram criados no I, III, e IV exércitos.

Os CODIs tinham a função de “coordenar as atividades dos diversos órgãos encarregados da repressão à subversão e ao terrorismo”. Comandado por um oficial superior e oficialmente subordinado ao comando militar da área em que atuava, através da 2ª Secção do Estado-Maior, o CODI podia coordenar as atividades de um (ou de vários) Departamentos de Operações Internas (DOI), seu braço executivo. O CODI exercia o trabalho burocrático-administrativo do organismo, a análise das informações e o planejamento estratégico do combate à subversão, enquanto o DOI se ocupava da parte operacional.

No dia 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella, um dos fundadores da Aliança Libertadora Nacional (ALN), líder da luta armada e antigo militante comunista, foi morto em São Paulo em consequência de uma ação policial comandada pelo delegado Sérgio Fleury.

Em 13 de março de 1970, o cônsul-geral do Japão em São Paulo, Noburo Okuchi, foi sequestrado, e a condição imposta para sua libertação, logo atendida pelo governo, foi o envio de cinco militantes que haviam sido presos para o México. Assim, em dois dias o cônsul estava solto, e pouco tempo depois os responsáveis pelo sequestro eram presos.

No final desse mês de março, a ação repressiva debelou a guerrilha implantada no vale da Ribeira pelo ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, que desertara.

O segundo sequestro do ano de 1970 foi realizado no dia 11 de junho por integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que aprisionaram o embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben, e exigiram em troca a liberdade de 40 militantes presos. Cinco dias depois os presos seguiram para a Argélia e o embaixador foi libertado.

No dia 31 Jul 70, guerrilheiros tupamaros sequestraram no Uruguai o cônsul brasileiro Aluísio Gomide e o agente norte-americano da Central Intelligence Agency (CIA) Dan Mitriane. O governo uruguaio recusou-se a negociar com os tupamaros sob pretexto jurídico e, após algum tempo, o agente norte-americano foi morto por seus captores. O diplomata brasileiro seria mantido preso durante 205 dias, obtendo sua libertação mediante o pagamento de um milhão de dólares arrecadados através de uma ampla campanha desenvolvida no Brasil.

No dia 7 de dezembro ocorreu a última operação espetacular dos diversos grupos de ação armada que vinham atuando no país: o sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. A ação resultou na morte de um agente federal, e o governo brasileiro, que nas ocasiões anteriores atendera de imediato às exigências dos sequestradores, decidiu mudar de tática. Recusou-se a aceitar certas imposições complementares, mantendo, porém, a disposição de atender à exigência básica: libertar 70 prisioneiros em troca da vida do embaixador. Em 16 de janeiro de 1971, dois dias após a viagem dos 70 prisioneiros políticos para o Chile, o embaixador foi libertado.

Em 17 de setembro de 1971, o ex-capitão Carlos Lamarca (desertor) foi morto durante um confronto no interior da Bahia. Com a prisão, morte ou exílio da maioria das lideranças das organizações de oposição armada e seu conseqüente desmantelamento, as atividades subversivas diminuíram significativamente, restando apenas o movimento que passou para história como "A Guerrilha do Araguaia". Esse movimento, organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e apoiado pela Albânia, eclodiu na região limítrofe dos estados do Pará, Maranhão e Goiás às margens do rio Araguaia, próximo às cidades de Xambioá (GO), Marabá (PA) e São Geraldo (PA), reunindo cerca de 70 guerrilheiros, dos quais a maior parte chegara à região por volta de 1970.

Para combater essa guerrilha foi mobilizado um grande efetivo e, após cerca de três anos de confrontos na selva, em janeiro de 1975 as

operações foram oficialmente encerradas, com a morte ou prisão da maioria dos guerrilheiros.

Entre 1968 e 1974, a economia brasileira sofreria uma notável expansão, refletida no crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB). O período, que ficou conhecido como do “milagre brasileiro”, devido à obtenção de taxas de crescimento excepcionalmente elevadas enquanto a inflação era controlada.

Não obstante o próprio presidente da República, ciente da desigualdade que persistia entre as várias camadas da população brasileira, insatisfeito, declarou, em relação ao sucesso obtido pela política econômica de seu governo, que “a economia vai bem, mas o povo vai mal”.

Em 1973, a contínua importação de capitais propiciou a realização de grandes investimentos em infraestrutura, como indústrias de base, usinas hidrelétricas, construção de estradas e melhoramentos dos portos. A dívida externa, entretanto, já então atingira níveis preocupantes. No campo externo, a ampliação do mar territorial brasileiro para duzentas milhas marítimas, por decreto de 25 de março de 1970, desagradou profundamente ao governo norte-americano.

Em meados de agosto de 1970, Brasil e Paraguai assinaram acordo para a construção de uma hidrelétrica, a maior do mundo, a ser localizada em Sete Quedas, no Rio Paraná, na divisa entre os dois países. Em abril de 1973 os dois países firmaram um tratado constituindo a empresa binacional Itaipu, destinada a construir e explorar a hidrelétrica a ser construída no rio Paraná

No mês de dezembro de 1970, durante visita de Médici aos Estados Unidos a convite do governo daquele país, o presidente Nixon declarou publicamente que “para onde o Brasil for, irá toda a América Latina”, colocando o governo brasileiro em situação embaraçosa diante dos demais países sul-americanos.

Ao longo de seu governo, Médici adotou uma série de iniciativas de relevo na área econômica e social:

- Dinamização do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral);
- Uma série de medidas destinadas a integrar a Amazônia na unidade nacional, entre elas a aplicação do Estatuto do Índio, a institucionalização do Projeto Rondon e a execução do Projeto Radam, de levantamento aerofotogramétrico da região;
- Constituição de Frentes de Trabalho para minorar os efeitos da grande seca de 1970 que assolava o Nordeste, chegando a mobilizar cerca de um milhão e oitocentas mil pessoas em trabalhos emergenciais de açudagem, conservação de estradas etc.;

- No início de julho de 1970, Médici decretou a extinção do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), cujas atribuições passaram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado pelo mesmo decreto visando à “expansão da fronteira agrícola”;
- Em agosto de 1970, o presidente anunciou a criação do Plano de Integração Social (PIS), destinado a abranger todos os trabalhadores num fundo de participação a ser gerido pela Caixa Econômica Federal;
- Ainda em 1970 determinou ao Ministério dos Transportes a construção imediata da rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém;
- Em 1971 instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que através de um Fundo de Assistência passou a garantir direitos previdenciários, como aposentadorias, para significativa parcela da população brasileira, até então completamente desassistida;
- Em fevereiro de 1972, Médici assinou o decreto-lei criando o Programa Especial para o Vale de São Francisco (Provale);
- Ainda em setembro de 1972, Médici inaugurou a Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na ilha do Fundão, cuja construção fora iniciada há mais de 20 anos; e
- A última obra de vulto inaugurada por Médici antes da posse dos novos presidente e vice-presidente da República foi a ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio a Niterói, em 4 de março de 1974;

Em 15 de janeiro de 1974, o colégio eleitoral elegeu os generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos para os cargos de Presidente e Vice-presidente, respectivamente.

Em 15 de março de 1975, Ernesto Geisel tomou posse como novo Presidente.

O governo Geisel

No início de seu governo, Geisel definiu de forma mais clara seu projeto político como de “distensão lenta, gradual e segura” para encerrar o ciclo de governos chefiados por militares. Traduzindo o tradicional binômio “desenvolvimento e segurança” formulado pela ESG, esse projeto defendia “o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável”. Ao aplicá-lo, Geisel iria continuar uma política de abertura com frequentes reafirmações de sua autoridade e seu controle sobre o processo em curso.

Desde o início do seu governo, Geisel imprimiu nova orientação à política externa brasileira, privilegiando a abertura de novas oportunidades para o comércio exterior. O alinhamento automático com os Estados Unidos e a concepção das “fronteiras ideológicas” que dividiam o mundo em blocos relativamente monolíticos deram lugar ao chamado “pragmatismo responsável”, com sensível modificação da política brasileira nos foros internacionais e na importância atribuída às relações com países da África e da Ásia. Como consequência, o Brasil tornou-se o primeiro país a reconhecer o governo português formado em seguida à derrubada da ditadura salazarista no dia 25 de abril de 1974, estabeleceu relações diplomáticas com os Emirados Árabes e o Bahrein em junho e, em 18 de julho seguinte, apoiou o ingresso de Guiné Bissau na Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecendo assim a independência dessa antiga colônia portuguesa.

O reatamento das relações diplomáticas com a República Popular da China foi realizado em 15 de agosto de 1974 durante a visita de uma missão desse país ao Brasil.

As principais metas da política econômica do governo Geisel foram definidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado pelo Congresso no segundo semestre de 1974. Pretendendo ajustar o funcionamento da economia nacional ao impacto da crise do petróleo (o preço do barril de petróleo subiu 400% entre outubro de 1973 e março de 1974) e ao novo patamar alcançado pela indústria durante o “milagre brasileiro”, o plano dava ênfase especial à diminuição da dependência do país às fontes externas de energia e, ao mesmo tempo, considerava prioritário o desenvolvimento das indústrias básicas, das comunicações, ferrovias, navegação e portos. Esses setores deveriam ser cobertos pela ação governamental direta, pois demandavam grandes investimentos, com longo prazo de maturação e baixa rentabilidade relativa, ficando garantido ao setor privado o fornecimento de equipamentos e matérias-primas, com ênfase especial nas empresas nacionais. A presença de capital estrangeiro nas áreas de infraestrutura devia ser evitada, estimulando-se em compensação seu crescimento nos setores considerados não básicos, onde a taxa de lucro era maior.

Nas eleições de novembro para a renovação das assembleias legislativas estaduais, da Câmara dos Deputados e de 1/3 do Senado, Geisel garantiu a liberdade de propaganda política, inexistente desde a edição do AI-5, inclusive com a utilização da televisão por todos os candidatos durante os dois meses que antecederam o pleito.

Visando a construção de reatores nucleares no Brasil com base em tecnologia alemã foi assinado em Bonn, no dia 27 de junho de 1975, o

Acordo Nuclear Brasil-Alemanha prevendo, até 1990, a construção de oito centrais nucleares, uma usina de enriquecimento de urânio e a criação de empresas para o reprocessamento do combustível atômico, além de trabalhos de prospecção de minérios radioativos. Para a implementação do acordo, foram criadas diversas empresas binacionais, ligadas, no lado brasileiro, à Nuclebrás.

A repercussão no exterior desse acordo foi significativa, devido à posição dos Estados Unidos e da União Soviética, contrárias à difusão da tecnologia nuclear para países, como o Brasil, não signatários do Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas.

A queda na taxa de crescimento econômico do país, o impacto da crise do petróleo, o significativo aumento da dívida externa e o desequilíbrio do balanço de pagamentos compunham nessa época um quadro de dificuldades crescentes e, a curto prazo, insolúveis na economia brasileira. As metas do II PND tornaram-se inatingíveis, levando setores do próprio governo a defenderem a adoção de um plano de emergência capaz de redefinir os rumos da política econômica e reorientar os investimentos públicos, então comprometidos com pesadas obras de infraestrutura que necessitariam de longa maturação.

Os problemas do balanço de pagamentos com o exterior tornaram-se graves, diante da dificuldade de reduzir significativamente a pauta de importações (composta em grande parte por petróleo, máquinas, equipamentos e insumos básicos) ou aumentar as exportações em um período de crise econômica internacional. Nesse contexto, uma das medidas estudadas pelo governo foi a adoção de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo na plataforma continental do país. Geisel fez pronunciamento à nação no dia 09 Out, para anunciar a autorização desses contratos. Enfatizou então que o monopólio estatal previsto em lei não devia ser entendido como um fim em si mesmo, mas sim um meio para “assegurar, nas melhores condições possíveis, o abastecimento nacional de petróleo”.

No dia 5 de novembro de 1975, o Brasil votou a favor de um projeto de resolução da ONU que condenava o regime racista da África do Sul e recomendava a suspensão do fornecimento de matérias-primas estratégicas para esse país. A decisão mais controversa desse período, entretanto, foi o reconhecimento, em 10 Nov, do governo angolano em fase de implantação pelo pró-comunista Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cujas forças militares, apoiadas por tropas cubanas, estavam derrotando no campo de batalha os outros dois grupos rivais, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), as quais, por sua

vez, lutavam ao lado de contingentes da África do Sul e recebiam apoio material dos Estados Unidos, de outras nações ocidentais e da China.

Adotando o parecer de seu representante em Luanda, o governo brasileiro tornou-se o primeiro a reconhecer a República Popular de Angola, proclamada pelo MPLA pouco depois de consolidar seu controle sobre a capital do país. Em 14 Nov, o Itamarati anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas a nível de embaixada com Moçambique, outra antiga colônia portuguesa na África e também governada nessa época pelos líderes de guerrilha de tendência marxista.

No dia 26 Out 75, o Cmt do II Exército, distribuiu nota oficial comunicando que o jornalista Vladimir Herzog fora encontrado morto por enforcamento em uma cela do Departamento de Operações Internas (DOI), subordinado ao CODI, órgão militar responsável pela coordenação dos diversos centros de combate ao terrorismo em cada região.

Em 19 Jan 76, o anúncio da repetição do “caso Herzog”, com o anúncio da morte do operário José Manuel Fiel Filho, também encontrado morto por enforcamento nas dependências do DOI-CODI do II Exército fez com que presidente viajasse imediatamente para SP e, com inusitada rapidez, exonerasse o comandante do II Exército.

Apesar das dificuldades no campo econômico, o produto interno bruto brasileiro cresceu 4,2% em 1975. Entretanto, o saldo negativo no balanço de pagamentos e na balança comercial, junto com o aumento da dívida externa e da taxa de inflação reportavam que a uma grave crise estava em curso, indicando a necessidade de redefinição dos rumos da política econômica, o que foi feito pelo governo.

A morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek em acidente automobilístico no dia 22 Ago 76 na Via Dutra desencadeou forte emoção no país e levou Geisel a decretar luto oficial por três dias. Foi a primeira homenagem feita por um governo do ciclo pós-1964 a um político casado. O corpo de JK foi velado no Rio e trasladado a Brasília.

Além do estreitamento das relações com países da África negra e a abertura de embaixadas em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Alto Volta e Lesoto, em 1976 o Itamarati intensificou os contatos com a Europa e o Japão, buscando diversificar as fontes de capital e tecnologia avançada para o Brasil. Em 25 de abril desse ano, Geisel tornou-se o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente a França e no dia 04 Mai 76, Geisel viajou à Inglaterra.

A viagem seguinte de Geisel, realizada em setembro de 1976, foi ao Japão e resultou na criação de uma empresa de desenvolvimento agrícola para promover culturas agrícolas na região do cerrado mineiro.

Ficou acertada também a participação de capital japonês na implantação da Alumínio Brasileiro S.A (Albrás) em Belém, o financiamento para a construção de um terminal portuário para a exportação de minério e do primeiro estágio da usina siderúrgica de Tubarão (ES), além da venda de polpa de celulose brasileira àquele país.

A política externa pragmática levou à decisão de enviar, em fevereiro de 1977, a primeira delegação oficial do Brasil a Cuba desde 1964, para participar de uma reunião do Grupo Executivo de Países Exportadores de Açúcar - Latino-Americanos e do Caribe.

No início de março, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos foram afetadas pela reação do governo Geisel às pressões de Washington contra o Acordo Nuclear com a Alemanha. Em resposta, o Brasil denunciou o acordo militar assinado entre os dois países em 1952.

Em 30 Mar, o anteprojeto elaborado pelo governo sobre a reforma do Poder Judiciário foi levado à votação no Congresso e não obteve os 2/3 de votos necessários à sua aprovação. Geisel reuniu o Conselho de Segurança Nacional e, dois dias depois, anunciou ao país a decisão de decretar o recesso do Congresso pelo Ato Complementar nº 102.

Nos 14 dias em que o Congresso esteve fechado, o presidente decretou a reforma do Judiciário e baixou uma série de medidas de grande alcance político. Por esse conjunto de medidas, conhecido como “pacote de abril”, o mandato presidencial passou a ter duração de seis anos a partir do sucessor de Geisel, a eleição de governadores permaneceu indireta, os mandatos de prefeitos e vereadores a serem eleitos em 1980 seriam de apenas dois anos, para permitir a coincidência das eleições em 1982, um terço dos senadores passou a ser eleito de forma indireta e as emendas constitucionais passaram a depender de maioria simples no Congresso para serem aprovadas.

Em discurso pronunciado no dia 1º de dezembro de 1977, Geisel reafirmou a continuidade do seu projeto político e admitiu inclusive a substituição dos mecanismos excepcionais do AI-5 por “salvaguardas constitucionais” capazes de garantir a segurança do Estado

No dia 31 de dezembro de 1977, Geisel comunicou formalmente ao Gen João Batista de Oliveira Figueiredo que o indicaria como seu sucessor e no dia 5 de janeiro de 1978, formalizou a indicação da chapa Figueiredo-Aureliano Chaves para as próximas eleições presidenciais.

Ao lado das contradições internas existentes no próprio regime, o governo enfrentava também o crescimento da luta pela anistia, apoiada por importantes setores da sociedade, e os primeiros sinais de reanimação do movimento operário depois de uma paralisia de muitos anos.

Em maio, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) realizaram com êxito a primeira greve dessa categoria desde 1964.

No terreno político, o governo respondeu a esse conjunto de pressões com o envio ao Congresso, em junho, de um pacote de medidas que buscavam garantir a continuação da política de abertura dentro dos limites definidos pelo próprio regime. A proposta incluía a revogação do AI-5 e do Decreto-Lei nº 477 (que previa a expulsão de estudantes por motivos políticos); a inserção de novas medidas de emergência na Constituição; a transferência para o STF da responsabilidade de casar mandatos parlamentares, com base em denúncias enviadas pelo Executivo; a permissão para o reinício das atividades políticas dos cidadãos cassados havia mais de dez anos; o restabelecimento do *habeas-corpus* para crimes políticos; a abolição das penas de morte, prisão perpétua e banimento; o abrandamento das penas previstas na Lei de Segurança Nacional; a diminuição das exigências para a criação de novos partidos e a restauração do voto em separado do Senado e da Câmara na apreciação das emendas constitucionais. Geisel usou de grande energia para conseguir a aprovação desse conjunto de medidas, exigindo sua votação em bloco sem a apresentação de emendas.

Depois de vencer as etapas da adoção das primeiras reformas político-institucionais básicas, da oficialização da candidatura do Gen Figueiredo e do equacionamento da sucessão nos estados, tudo isso sem utilizar medidas de exceção, a política de Geisel estava fortalecida. Assim, no dia 15 de outubro, a chapa oficial João Figueiredo para presidente/Aureliano Chaves para vice, foi eleita, garantindo assim um mandato presidencial para o grupo que, dentro do próprio regime, patrocinava a política de distensão gradual.

A última medida política de grande impacto do governo Geisel foi a extinção do AI-5, decretada em 31 Dez 78. Em 15 Mar 79, o Gen Figueiredo assumiu a presidência, dando continuidade à política de “distensão lenta, gradual e segura” inaugurada por seu antecessor.

O governo Figueiredo

Figueiredo tomou posse em 15 de março de 1979, reafirmando seu propósito de “fazer desse país uma democracia”.

Em 28 de agosto, Figueiredo sancionou a Lei nº 6.683, de iniciativa do governo e aprovada pelo Congresso, anistiando todos os cidadãos punidos por terem cometido crimes políticos ou conexos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

Sete dias depois, em 17 Out 79, Figueiredo enviou mensagem ao Congresso propondo a extinção da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a formação, em 18 meses, de novos partidos, que deveriam montar diretórios em, pelo menos, 1/5 dos municípios de nove estados, proposta que foi aprovada no mês seguinte.

Com a extinção do bipartidarismo, novas forças políticas começaram a constituir-se: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular (PP), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Social (PDS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), completando assim o espectro partidário que se manteria até fevereiro de 1982.

Nesse mês, começou também uma onda terrorista de direita, voltada para impedir que o país retornasse ao regime democrático. Nos meses seguintes, ocorreram 25 atentados sem vítimas, em sua maioria explosões de bombas contra bancas de jornais que vendiam periódicos de orientação esquerdista, chamados de “imprensa alternativa”. A situação se agravou com a detonação, em 27 e 28 de agosto, de cartas-bombas enviadas ao vereador do Rio de Janeiro Antônio Carlos de Carvalho, do PMDB, e a Eduardo Seabra Fagundes, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em consequência desses atentados, o jornalista José Ribamar de Freitas, chefe de gabinete do vereador, ficou gravemente ferido e dona Lyda Monteiro da Silva, secretária da OAB, faleceu em consequência dos ferimentos recebidos na explosão.

Em setembro, Figueiredo obteve a prorrogação, por dois anos, dos mandatos dos prefeitos e vereadores eleitos em 1976. Em 13 de novembro o Congresso, aprovou um projeto do governo restaurando o princípio de eleições diretas para os governos estaduais e extinguindo a figura do senador eleito por via indireta, assegurando os mandatos dos parlamentares em exercício.

Em 1981, o terrorismo voltou a tentar comprometer a continuidade da abertura política. Duas bombas explodiram na noite de 30 de abril no Riocentro, Barra da Tijuca, Rio, onde o Centro Brasil Democrático (Cebrade) promovia um show de música popular em comemoração ao Dia do Trabalho. Uma das explosões ocorreu num carro particular que manobrava no estacionamento, matando um dos ocupantes, um sargento, e ferindo gravemente o motorista, um capitão, ambos do DOI do I Exército. O Cmt do I Ex determinou que o sepultamento do sargento fosse com honras militares.

Em 18 Set 81, no Rio, Figueiredo foi atingido por um distúrbio cardíaco que forçou sua internação no Hospital dos Servidores do Estado. No

dia seguinte, seus médicos impuseram-lhe um repouso estimado em oito semanas, forçando a transferência temporária do governo, no dia 23, para o vice Aureliano Chaves. Figueiredo regressou a Brasília em 14 de outubro e, três dias depois, embarcou para Cleveland, nos Estados Unidos, onde pretendia submeter-se a uma intervenção cirúrgica, julgada afinal desnecessária pelos médicos americanos.

Regressando ao Brasil em 23 Out, reassumiu ele o governo e, em 12 Nov, enviou ao Congresso um projeto de lei propondo a elevação do território de Rondônia à categoria de estado. Figueiredo sancionou a lei criando o novo estado em 22 de dezembro de 1981.

Em março de 1982 o PP incorporou-se ao PMDB, fortalecendo a oposição ao governo.

Em 25 de junho, uma proposta de emenda constitucional enviada pelo governo foi aprovada pelo Congresso, estabelecendo, entre outras, as seguintes medidas: o colégio eleitoral que elegeria o próximo presidente da República seria constituído de todos os integrantes do Congresso, mais seis deputados de cada Assembleia Legislativa indicados pelo partido majoritário; a aprovação das emendas constitucionais passaria a depender do apoio de 2/3 da Câmara e 2/3 do Senado; o sistema distrital misto seria aplicado nas eleições de 1986 para a Câmara e assembleias legislativas.

Com o agravamento de sua saúde, em 14 Jul 83 Figueiredo se licenciou para uma cirurgia de colocação de pontes de safena numa clínica em Cleveland, nos EUA, permanecendo 44 dias fora do país.

O montante da dívida externa, o déficit do balanço de pagamentos, a tendência à queda na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o retorno da inflação a níveis inéditos desde 1964 foram os principais problemas enfrentados, na área econômica, pelo governo Figueiredo, forçado a atuar em meio a uma grave crise internacional.

Em 1979, Figueiredo havia advertido a nação sobre a necessidade de adotar “uma nova economia de guerra” e intensificou os programas de pesquisa e investimento em fontes energéticas alternativas, especialmente o Proálcool, e adotou uma agressiva política de prospecção de petróleo na plataforma submarina, dobrando a produção de óleo cru entre 1979 e 1982.

O governo conseguiu obter altas taxas de crescimento do PIB em 1979 e 1980 (6,4% e 7,9%), mas perdeu o controle sobre a inflação, que saltou de 77% para o elevado índice de 110% nesse período, e assistiu a uma grave deterioração na relação entre o valor das exportações e o montante da dívida externa. O quadro se agravou durante o ano de

1981, quando a alta taxa de inflação (95%) e o aumento dívida se combinaram com a queda do PIB (-1,9%), que inaugurava no Brasil a “estagflação”, tão temida pelos economistas de todas as partes do mundo.

A necessidade de captar recursos para o desenvolvimento de programas governamentais nas áreas de produção agrícola, educação, saúde e habitação levou à criação, em 25 de maio de 1982, do Finsocial, constituído a partir de 0,5% da renda bruta das empresas públicas e privadas, incluindo instituições financeiras e seguradoras. O BNDE foi encarregado de gerir a aplicação desse fundo, passando a denominar-se Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para enfrentar o crescente endividamento externo, o governo aceitou nesse período projetos de exportação de matérias-primas e produtos primários, investindo maciçamente, com apoio de empresas multinacionais, na exploração das enormes reservas de ferro, manganês e bauxita na serra de Carajás, no sul do Pará. Em agosto de 1982, o governo interveio para salvar um empreendimento de exploração e exportação dos recursos naturais da Amazônia, patrocinando a compra, por 23 empresas brasileiras, do Projeto Jari, que há vários anos estava sendo implantado em extensa área entre o Pará e o Amapá pelo empresário americano Daniel Ludwig. Pouco depois, em 1º de setembro, os contratos de risco com empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo foram estendidos a todo o território nacional, inclusive à plataforma submarina, exceto onde a Petrobras já desenvolvia suas atividades. Ainda no terreno energético, foi completado em novembro de 1982 o enchimento do reservatório de Itaipu, à época a maior hidrelétrica do mundo, na fronteira entre Brasil e Paraguai, e orçada em 13 bilhões de dólares, parcialmente financiados com recursos externos. A usina entraria em operação em 1983.

Em 20 Dez 82, uma comitiva brasileira se reuniu em Nova York com representantes de 132 bancos estrangeiros credores para comunicar oficialmente a impossibilidade de pagamento da amortização da dívida em 1983. Esta situação levou a uma série de modificações na política econômica e à assinatura de uma carta de intenções com o FMI, prevendo uma drástica redução dos investimentos públicos, maiores facilidades para a remessa de lucros para o exterior e corte de subsídios a mercadorias e serviços essenciais.

O programa nuclear também foi afetado pelas medidas de contenção econômica. O orçamento da Nuclebrás foi reduzido em valores reais, a construção das usinas de Angra-II e Angra-III, retardada, e o projeto das demais centrais nucleares, adiado. O ano de 1982 fechou com uma inflação de 100%, um decréscimo do PIB de 1% e reclamações

generalizadas contra as taxas de juros, as mais altas do mundo, que continuavam sendo cobradas pelos bancos brasileiros.

Em 1983 a situação econômica deteriorou-se ainda mais. A política econômica do governo Figueiredo teve como resultados mais visíveis quatro anos consecutivos de uma inflação de aproximadamente 100%, uma grande recessão e o aumento da dívida externa obrigando o governo a negociar um empréstimo com o FMI.

Para honrar o acordo com o FMI o governo adotou uma nova política salarial contendo, através de um decreto-lei, parte dos aumentos automáticos da massa salarial, o que causou forte reação popular, levando Figueiredo a recorrer, pela primeira vez após a suspensão do AI-5, em 1979, à suspensão parcial das liberdades públicas, colocando Brasília em estado de emergência e encarregando o comandante militar do Planalto, de aplicar as medidas coercitivas.

Em 1984 a economia se recuperou um pouco e o PIB cresceu 5,4%, descontada a inflação.

Quanto à política externa, em seu discurso de posse, Figueiredo deixou claro que seguiria uma linha “pragmática” nas relações internacionais do Brasil, buscando intercâmbio, inclusive, com nações que haviam adotado “sistemas diferentes do nosso”, em busca de vantagens que favorecessem o desenvolvimento econômico do país. Com este objetivo, sete dias depois de empossado, Figueiredo recebeu a visita do vice-presidente Walter Mondale, dos Estados Unidos, na qualidade de enviado especial do presidente Jimmy Carter, propondo a intensificação de relações bilaterais, o que foi aceito.

As relações com a Argentina continuavam desestabilizadas desde o governo Médici, quando se iniciou a construção da usina hidrelétrica binacional de Itaipu, mas ambos os governos tinham interesse em que elas fossem reabilitadas. Em maio de 1980, Figueiredo seguiu para Buenos Aires, onde manteve conversações com o presidente argentino, general Jorge Rafael Videla. Foi criada uma comissão bilateral destinada a examinar os problemas ligados à integração econômica dos dois países. Na declaração conjunta, o governo brasileiro renovou sua solidariedade à Argentina em torno da disputa das ilhas Malvinas com a Inglaterra, ficando ainda acertado que os dois países dariam maior utilização às fontes hídricas do rio Uruguai, com a construção de quatro unidades geradoras de energia.

No dia 30 Jun 80, o papa João Paulo II chegou ao Brasil, sendo saudado por Figueiredo, que afirmou:

“Acompanhamos e estimulamos os esforços da Santa Sé em prol do desarmamento e em favor da redução das distâncias que perigosamente separam os países pobres dos ricos”.

Em outubro, Figueiredo foi ao Chile, sendo bastante aplaudido pelo povo nas ruas de Santiago. Em seu discurso, deu ênfase à não-intervenção de um país em negócios internos do outro, manifestando-se compreensivelmente prudente em suas declarações à imprensa sobre a abertura política desencadeada no Brasil. Figueiredo foi a Lisboa, onde chegou a 1º de fevereiro de 1981. Na nota conjunta que assinou com o presidente Ramalho Eanes, o racismo foi mais uma vez condenado e a libertação da Namíbia, posta em destaque. Os dois presidentes solidarizaram-se com a independência de Timor Leste.

A viagem do chefe de Estado brasileiro à República Federal da Alemanha ocorreu em maio de 1981. Num dos encontros com o primeiro-ministro Helmut Schmidt, ficou assegurada a continuidade do acordo nuclear firmado no governo Geisel.

Em pleno conflito anglo-argentino, decorrente da luta pela posse das ilhas Malvinas, Figueiredo desembarcou em Washington em 12 de maio, onde conversou separadamente com o presidente Ronald Reagan e com o secretário de Estado, Alexander Haig. Embora o presidente brasileiro discordasse da posição americana, de apoio militar à Inglaterra, tanto Figueiredo quanto Reagan defenderam uma solução pacífica decidida na esfera da Organização das Nações Unidas (ONU), que determinara, sem ser acatada, a suspensão das operações militares

O ponto culminante da política externa de Figueiredo foi o discurso pronunciado em 27 Set 82 na abertura da 37ª Assembleia Geral da ONU, no qual criticou com severidade o protecionismo alfandegário imposto pelos países industrializados ao comércio internacional, reduzindo as possibilidades de colocação dos produtos das nações emergentes. Condenou a persistência das altas taxas de juros dos bancos internacionais como fatores de asfixia dos investimentos produtivos e chamou a atenção para os elevados níveis mundiais de desemprego, atingindo simultaneamente as comunidades ricas e as subdesenvolvidas. Segundo Figueiredo, diante de tal quadro, “reaparecem hoje os sinais que lembram de forma dramática as experiências da década de 1930”.

Aproximando-se o fim de seu mandato, no campo interno, os fatos políticos se sucederam em vertiginosa velocidade. Em abril de 1983, o deputado Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso, apresentou na Câmara uma proposta de emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para a presidência da República em novembro de

1984, prática extinta em outubro de 1965 pelo Ato Institucional nº 2, editado pelo Mar Castello Branco. Embora inicialmente não tenha tido muita repercussão na Câmara, a emenda Dante de Oliveira, como ficou conhecida, começou a mobilizar a opinião pública

De janeiro a abril de 1984, os comícios em favor das eleições diretas em todos os níveis reuniram multidões nas praças das capitais e principais cidades. Figueiredo enviou ao Congresso, ainda em abril, proposta de emenda constitucional restabelecendo eleições diretas para presidente em 1988, portanto ao término do mandato de seu sucessor. A emenda Dante de Oliveira foi votada na Câmara em 25 de abril de 1984, em sessão que durou 16 horas e não atingiu o total de votos necessários para ser aprovada.

Prevalecendo a opção indireta para a escolha do sucessor de Figueiredo em 1985, apresentaram-se candidatos o deputado Paulo Maluf pela situação e o senador Tancredo Neves pela oposição.

Em 15 de janeiro, os membros do Colégio Eleitoral elegeram Tancredo Neves e José Sarney como os novos presidente e vice-presidente do Brasil, respectivamente.

Tancredo, que vinha sentindo fortes dores abdominais desde o início de março, teve que se internar no Hospital de Base de Brasília na véspera da posse, marcada para 15 de março, com uma aguda crise de diverticulite, tendo Sarney assumido o cargo em seu lugar. Depois de uma série de complicações orgânicas e de se submeter a sete intervenções cirúrgicas, Tancredo faleceria em 21 de abril de 1985.

Na noite de 14 para 15, a solução para o problema criado pela internação de Tancredo foi objeto de considerações jurídico-políticas, tendo prevalecido a decisão de que o vice-presidente eleito deveria assumir o cargo no caso de impedimento do presidente eleito.

Com a saída de Figueiredo da presidência, encerrava-se, assim, tanto o processo de abertura “lenta, gradual e segura” iniciado por Geisel quanto, oficialmente, o período de 21 anos de governos decorrentes do movimento cívico-militar de 31 de março de 1964.



Os presidentes militares (Fonte: youtube.com)

A VOCAÇÃO DEMOCRÁTICA DO EXERCITO

O que é o Exército

Nota dos autores: nas próximas páginas nos reportaremos ao excelente texto da obra original da BIBLIEX "O Exército na História do Brasil", volume 3, a partir da página 200.

O primeiro pensamento que ocorre quando se fala em Exército é o de um quartel. É dentro deles que o Exército vive e se exercita, em permanente vigília, nas atividades de todos os dias, as quais firmam sua identidade. É onde se adentra e se mantém preparado para as missões que lhe são próprias. É onde se educa o espírito do soldado, na nobreza dos ideais que animam a corporação, inspirando-lhe o senso do dever, que se sobrepõe à vontade de cada um. O espírito militar da tropa retempera-se na reverência aos símbolos nacionais, na exaltação aos heróis do passado e na dedicação, em cuja prática se nivelam, como camaradas de armas, todos os brasileiros incorporados, qualquer que seja sua raça, religião ou crença.

É como se deve compreender o quartel. Ele é o povo em armas.

A certeza de ser útil à Pátria constitui um dos motivos de orgulho para o brasileiro que enverga a farda do Exército, pela convicção que lhe infunde a sua história de generosa defesa da liberdade.

Tendo nas lutas contra os franceses as suas raízes mais remotas, foi na guerra contra o invasor holandês, na BA e principalmente em PE, que o Exército começou a florescer, junto com a própria consciência da nacionalidade.

Pernambuco, centro da vida do Nordeste, era para o brasileiro o próprio Brasil. Foi assumindo o papel de chefe militar de Pernambuco que Vidal de Negreiros homologou, como aliado dos portugueses, os termos da ata de rendição holandesa, na campina do Taborda – um ato que inaugurava a luta pela dilatação e conservação da então colônia portuguesa, o Brasil.

O Exército, conagraçamento de raças e classes sociais

Desde o início do Brasil-Colônia os portugueses, oriundos de um país com escassa população, tiveram a sabedoria de assimilar em suas fileiras, índios, negros e mestiços, mas foi a partir da Insurreição Pernambucana que começaram a surgir unidades de afrodescendentes e de pardos que, com as tropas milicianas de portugueses e seus descendentes, constituíram, ao longo do tempo e nas diversas regiões do país, a infraestrutura militar que deu alma própria ao Exército da Independência.

Vem desde esses tempos o trabalho permanente, fecundo e silencioso do quartel, no sentido de transformar em cidadão o elemento nativo e o mestiço. Foi a condição de soldado que permitiu ao negro a oportunidade de mostrar toda a sua importância para a Nação, dando-lhe instrução, educação e certa

parcela de autoridade muito antes da Abolição, reconhecendo-o como pessoa atuante na nova pátria que surgia, e não como mera mão de obra.

O quartel vem representando no Brasil até hoje o papel de verdadeiro caderinho de conagraçamento e fusão social das raças formadoras de nosso povo. Nele jamais se distinguiram os homens entre si, a não ser pela meritocracia e a conseqüente gradação hierárquica, única expressão da escala de precedência entre militares.

O mesmo acontece com a formação da oficialidade, núcleo permanente do comando da instituição militar. Nela também existe o sentido democrático de nosso Exército, podendo qualquer indivíduo ingressar nos seus cursos de formação de oficiais. Basta que o faça por vocação, sujeitando-se, pelo esforço pessoal, às servidões militares – físicas, intelectuais e morais – impostas pela carreira. O Exército não é casta; é povo em armas. E essa é uma de suas grandezas. Concluídos os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, seguem os novos oficiais para os quartéis do Brasil, com as nobres responsabilidades de condutores de homens. Entre eles, filhos de militares, de funcionários civis, de homens de fortuna, de ferroviários, de metalúrgicos, de sapateiros, de agricultores, de alfaiates, de magistrados etc. Destacamos a magna frase no frontispício do prédio, acima do refeitório da AMAN: “Cadete! ides comandar, aprendei a obedecer”.

Exército, sustentáculo da unidade do Brasil

O Exército não é apenas uma grande estrutura permanente destinada a transformar homens em soldados. O poder de uma nação está na coesão espiritual do povo que a constitui, no fortalecimento do poder político que a orienta e dirige e na pujança de sua economia, tanto maior quanto mais se valoriza o homem.

Nesse sentido, nenhuma instituição nacional tem realizado, em proveito do país, desde as suas origens, trabalho pioneiro mais amplo e mais benemérito do que o Exército, sem prejuízo de sua missão precípua e estritamente militar.

O Exército representou, desde o início da nacionalidade, a grande armadura que sustentou a unidade da Pátria, preservando-a das ameaças de fragmentação, assegurando a coesão de um arquipélago de províncias tendentes a isolar-se em compartimentos autônomos sob a ação de forças desagregadoras, muitas vezes com apoio do exterior.

A expedição, o acampamento, a fortificação ou o quartel representam, desde a formação do Brasil, o domínio do poder central sobre o território.

Exército, núcleo de apoio social no interior

O quartel também desempenha o papel de núcleo de apoio social no interior e, por vezes, a única presença da civilização e do Estado, em pontos longínquos e inóspitos do território.

No começo da nossa História o cidadão, por vezes perdido nas grandes extensões territoriais, sem maiores perspectivas de estudar e progredir, fazia-se soldado, iniciava-se nas aulas do quartel e terminava por ter acesso às escolas militares da Corte e lograr, através delas, integrar-se nos altos escalões sociais e políticos da Nação que surgia. Era assim que o homem simples através da meritocracia, podia integrar-se na seleção de valores de que a Nação tanto necessitava para progredir.

Quantos grandes soldados do Brasil, estadistas, professores, engenheiros e tantos outros encontraram no Exército o seu caminho!

Esse papel de valorização do homem brasileiro é uma constante na atuação do Exército Brasileiro. O quartel alfabetiza, aprimora o físico, incute a disciplina, educa, instrui, dá senso de responsabilidade e de equipe; desenvolve o espírito de iniciativa, desinibe, ensina o civismo e prepara o homem não apenas para ser soldado, mas sobretudo para se tornar cidadão útil à coletividade.

Contam-se aos milhares os que têm regressado ao lar com uma profissão adquirida no quartel – mecânico, motorista, datilógrafo, enfermeiro, serralheiro, radiotelegrafista, carpinteiro, eletricitista, etc. O mesmo ocorre no nível mais alto do ensino militar.

Doutrina Militar e Força Terrestre - Evolução da doutrina militar terrestre

A doutrina militar terrestre é o conjunto de princípios em que se baseia o EB para orientar sua instrução e estabelecer as bases de seu emprego em operações bélicas. Ela se apoia no estudo de guerras atuais e passadas e deve ser adequada às condições do momento. Objetiva o aproveitamento, através de um processo pragmático, do saldo de experiências e do trabalho da imaginação para o emprego de novos meios. Delineada para uma época, sua evolução decorre do progresso da ciência, da tecnologia, do surgimento de novos recursos e das mudanças na política de segurança nacional. Conforme ensinava o Marechal Castello Branco, a doutrina militar vem de uma realidade passada para orientar uma realidade futura.

No início do século XX, sob a influência de oficiais brasileiros que estagiaram no Exército alemão e que ficaram conhecidos como "jovens turcos", tais como os seus antecessores turcos, estes inspirados na figura de Mustafa Kemal Atatürk (Pasha), o grande modernizador da Turquia, o EB orientou sua doutrina na direção da doutrina militar alemã.

Na década de 1940, os ataques e ameaças do Eixo Alemanha - Itália forçaram a entrada do Brasil na guerra. O elevado sentimento de soberania, o espírito liberal e democrático de seu povo e as fortes aspirações de justiça que sempre cultuou, além de outros fatores, identificaram-no com as nações aliadas que combatiam as potências do Eixo.

Em 1942, constituiu-se uma Comissão Militar Brasil – Estados Unidos, que teve profunda influência na evolução de nossa Força Terrestre.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, organizou-se a Força Expedicionária Brasileira (FEB), início de longa reforma doutrinária, em que a

capacidade de adaptação do brasileiro logo absorveu os ensinamentos colhidos na convivência com os aliados.

Durante a luta, uma prática que se desenvolveu em grande escala foi a de operações combinadas de forças terrestres, navais e aéreas. Isso influenciaria a organização e a instrução das três Forças Singulares brasileiras, visando a uma melhor integração operacional e levaria à criação do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), assim como ao desenvolvimento do ensino desse tipo complexo de operações, na ECEME, EsAO e ESG, que se tornaram molas propulsoras da pesquisa e da aplicação da nova doutrina.

Terminada a guerra, procuraram-se novos rumos para o EB, com base nos ensinamentos colhidos. O progresso da ciência, o aperfeiçoamento da técnica, a busca pelo domínio da tecnologia nuclear, a crescente industrialização e a moderna organização social, entre outros fatores, influenciaram profundamente a mentalidade do Exército.

Concretizando reformas objetivas, foi aprovado em abril de 1946 o decreto da constituição das Forças Armadas brasileiras – Marinha, Exército e Aeronáutica – conferindo-lhes estruturas e missões que se ajustaram aos padrões consagrados no conflito. Salientou-se a importância do homem na organização e procurou-se o seu aprimoramento educacional e técnico sem, contudo, esquecer a situação financeira por que o país atravessava. Eis que a organização do tempo de paz procura, no tocante às despesas, harmonizar os objetivos militares com o estágio de desenvolvimento econômico do país.

As bases da nova organização previam, necessariamente, a atuação conjunta e combinada das forças de terra, mar e ar. Na concepção das operações, duas correntes eram identificadas: a dos teóricos, que buscavam seguir padrões de outros países, e a dos que preferiam soluções essencialmente nacionais, de acordo com nossa formação, com nossas tradições e possibilidades.

A 30 Abr 52 foi estabelecido um novo marco na evolução doutrinária da Força Terrestre brasileira, quando o Congresso Nacional aprovou o Acordo de Assistência Militar Brasil – Estados Unidos, visando a fortalecer os compromissos assumidos pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que buscavam ação conjunta para a defesa comum e a manutenção da paz e da segurança no hemisfério ocidental. O acordo proporcionava aos dois países direitos e deveres para fornecimento mútuo de equipamentos, materiais, serviços e outras espécies de assistência militar. Isso se refletiu muito no Exército, que continuava sua preparação dentro dos padrões resultantes da II Guerra Mundial e ia ter a oportunidade de atualizar-se com a finalidade de cumprir suas missões, inclusive em âmbito internacional.

Na modernização do material, merece salientar o aumento do número de blindados. Soluções adotadas em outros países, como a Alemanha e os Estados Unidos, suscitaram ideias de criação de uma arma blindada, independente das demais. Entretanto, mesmo sem entrar em considerações de ordem tática ou estratégica, resistências culturais e as repercussões econômicas que se seguiriam para o país, aumentando as despesas militares, desaconselhavam essa iniciativa. Resolveu-se pois criar apenas uma divisão blindada, utilizando e adaptando os meios disponíveis, de forma que se pudesse instruir quadros e

tropa. No tocante à artilharia, desenvolveram-se estudos sobre lança-foguetes, particularmente os mais leves e que pudessem ser fabricados pela indústria nacional.

Evolução da organização militar terrestre: 1942-1953

Paralelamente às mudanças doutrinárias, processaram-se transformações na organização do EB. O primeiro grande passo foi a organização da FEB, que se estruturou em base ternária (três elementos de manobra), com a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), enquadrando três RI, quatro GArt, um Esqd Rec Mec e elementos de Ap Log. Terminada a guerra, veio a nova estruturação. Em 1946, as leis nº 9.099, de Organização do Exército; nº 9.100, de Organização do Ministério da Guerra; nº 9.107, de Constituição das Forças Armadas do país; e nº 9.120, de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército. O órgão de coordenação foi chamado Estado-Maior Geral Misto. Todas essas mudanças buscavam melhor articulação das forças e um controle mais eficiente. A nova organização do Ministério da Guerra sofreu algumas alterações e um reajustamento em 1952. Basicamente o ministério passou a compreender os seguintes órgãos: Alto Comando, constituído pelo Ministro da Guerra, pelos Chefes de Departamento e pelos Comandos das Armas que representavam quatro Zonas Militares, e pela Secretaria Geral.

A Zona Militar do Centro enquadrava a 2ª e a 9ª RM (SP e Mato Grosso); a Zona Militar do Sul enquadrava a 3ª e a 5ª RM (RS, PR e SC); a Zona Militar do Leste, a 1ª e a 4ª RM (Guanabara, ES, RJ e MG); e a Zona Militar do Norte, as 6ª, 7ª, 8ª e 10ª RM (BA, SE, RN, PB, PE, AL, AM, PA, GO, norte de Mato Grosso, MA, PI, CE e Territórios do AC, AM, Rio Branco e Fernando de Noronha).

O pessoal do Exército ficou classificado em oficiais generais, oficiais das armas, oficiais dos serviços e praças. As forças estavam escalonadas em grandes-unidades, guarnições de fortificações, guarnições de fronteira e tropas especiais; distribuíam-se por armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia) e serviços. As grandes-unidades podiam ser divisões de infantaria, de cavalaria, blindada e aeroterrestre (Pqdt); havia destacamentos mistos e o de artilharia de costa regional.

Na década de 50, outras transformações ainda seriam feitas para atender à evolução da doutrina e a outras conveniências de natureza militar.

Novas transformações

A organização militar terrestre passou por grandes transformações durante as últimas décadas do século XX, porém a mais profundas transformações decorreram da promulgação da nova constituição brasileira, em 1988 e a criação do Ministério da Defesa (MD), através da Lei Complementar de 9 de junho de 1999.

Com a nova constituição, todos os regulamentos que regulavam a vida na caserna tiveram que ser sintonizados com o que essa carta magna prescrevia e, com a criação do Ministério da Defesa em 2004, e a conseqüente extinção do Ministério do Exército, transformado em Comando do Exército, fez- necessário transformar a Organização Básica do Exército para atender às novas estruturas de defesa do país. Em 1986, o efetivo do EB foi fixado em 211.354.

Outras inovações foram o Centro de Documentação do Exército (CDocEx, 1973, hoje extinto); a Fundação Habitacional do Exército (FHE, 1981), depois a Poupança do Exército (POUPEX); a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL, Lei nº 6.227, de 14 Jul 75); a Diretoria de Informática (DInfor, 1983); o Quadro Complementar de Oficiais (QCO, 1985); a Aviação do Exército, criada pelo Dec. 93.206, de 03 Set 86; em seguida, o 1º BAvEx (03 Dez 86). Estas foram as principais.

Ministério da Defesa - MD

O MD é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Uma de suas principais tarefas é o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, caso da Política de Defesa Nacional (PDN), atualizada em julho de 2005.

Criado em 10 de junho de 1999, o MD é o principal articulador de ações que envolvam mais de uma Força Singular.

O MD tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos, alguns dos quais de grande sensibilidade e complexidade, como, por exemplo, as operações militares; o orçamento de defesa; política e estratégia militares e o serviço militar.

A estrutura do MD contempla cinco grandes segmentos, a saber: o Estado-Maior de Defesa (EMD); a Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (SPEAI); a Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM); a Secretaria de Organização Institucional (SEORI); e a Secretaria de Estudos e de Cooperação (SEC).

Integra ainda a estrutura do MD, na qualidade de órgão subordinado, a Escola Superior de Guerra (ESG), centro de excelência em estudos de alto nível sobre defesa nacional, que se localiza na Fortaleza de São João, no bairro da Urca, Rio de Janeiro-RJ.

O detalhamento da estrutura do MD bem como a competência dos órgãos que o integram encontra-se no Decreto 5.201, de 02 Set 04.

Transformação do Ministério do Exército em Comando do Exército

Em decorrência dessa transformação, o Exército Brasileiro passou a ter a seguinte organização básica:

Comandante do Exército

- Órgãos de Assessoramento Superior
- Alto Comando do Exército (ACE)
- Conselho Superior de Finanças (CSF)
- Conselho Superior de Tecnologia da Informação (CONTIEEx)
- Órgãos de Direção Geral
- Estado Maior do Exército

Órgãos de Assistência Direta e Imediata

- Gabinete do Comandante do Exército
- Centro de Comunicação do Exército
- Centro de Inteligência do Exército
- Consultoria Jurídica Adjunta do Comando do Exército
- Centro de Controle Interno do Exército
- Secretaria-Geral do Exército

Órgãos Setoriais

- Comando de Operações Terrestres
- Departamento Geral do Pessoal
- Departamento de Ciência e Tecnologia
- Departamento de Engenharia e Construção
- Departamento de Educação e Cultura
- Comando Logístico
- Secretaria de Economia e Finanças

Comandos Militares de Área

- Comando Militar do Sudeste
- Comando Militar do Sul
- Comando Militar do Leste
- Comando Militar do Nordeste
- Comando Militar da Amazônia
- Comando Militar do Planalto
- Comando Militar do Oeste
- Comando Militar do Norte

Os estudos de Segurança Nacional: papel da ESG na evolução militar terrestre

A Segunda Guerra Mundial evidenciou para todas as nações a necessidade de adotar novas posturas quanto à Segurança Nacional. No Brasil essa necessidade passou a ser encarada nos diversos campos do poder nacional.

Na área militar, como não poderia deixar de ser, o assunto segurança começou a ser abordado em toda a sua profundidade.

A Escola Superior de Guerra (ESG), instituída por lei de 20 Ago 49, com marcante participação de militares do Exército, deu contribuição expressiva a uma filosofia de segurança ajustada ao desenvolvimento nacional. A lei definia a Escola como um instituto de altos estudos e centro permanente de pesquisas, destinado a consolidar, desenvolver e difundir conhecimentos relativos à Segurança Nacional – objetivo essencial de suas atenções – partindo do princípio de que esta é função mais do potencial geral da Nação do que de seu potencial militar. O site da ESG especifica o seguinte:

A Escola Superior de Guerra foi criada em 20 de agosto de 1949, sob a influência das experiências obtidas por um grupo de militares capitaneados pelo Marechal Salvador César Obino após o segundo conflito mundial e diante dos prenúncios de uma nova ordem, apontados pelo início da guerra fria. Esses militares acreditavam que o País poderia se tornar uma grande potência, desde que houvesse vontade política e, sobretudo, gerasse um método de planejamento próprio. Seu primeiro Cmt e Diretor de Estudos, o Mar Cordeiro de Farias, foi sucedido pelo Mar Juarez Távora. Desde essa época, estabeleceu-se um sistema de rodízio, sendo a Escola comandada, alternadamente, por oficiais-generais do último posto das três forças singulares.

Na formulação de uma política de segurança nacional, a ESG começa pela conceituação de nação, passando às de Estado e de política, para finalmente definir os objetivos nacionais, considerá-los em face do poder nacional e em consequência estabelecer a política nacional, a qual se realizará através do desenvolvimento e da segurança, convergindo para finalidade superior – o bem-estar da comunidade.

A ESG ajudou a criar uma mentalidade de planejamento, de programação e de orçamentação. Tornou-se instrumento de interesse das FFAA e de integração entre civis e militares. Os estudos desenvolvidos

na ESG encaravam a Segurança Nacional levando em consideração, entre outros elementos, as armas psicológica e nuclear, e o caráter predominantemente ideológico dos antagonismos entre os povos, reconhecendo que esses fatores tiraram a nitidez dos limites entre a paz e a guerra e aprofundaram as ameaças até ao âmago das nações e à mente dos homens. Estabeleceu princípios que foram adotados pelo EB, desenvolvendo uma organização capaz de assegurar tranquilidade ao país em dois campos distintos da segurança – a interna e a externa.

A ESG representa, na verdade, a somatória de esforços de grupos civis e militares para criar quadros com novos esquemas de ideias e programas de ação. Em consequência dos estudos nela realizados, evidenciou-se a necessidade de criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em julho de 1964, implantado pelo Gen Golbery do Couto e Silva como órgão de assessoria do Presidente da República. Encampando os anteriores organismos de informações, até sua extinção em 1990, desempenhou importante papel no esquema de Segurança Nacional. A partir desse ano, a política de informações passou a ser gerida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O Exército, em harmonia com essa medida, também aprimorou, ampliou e modernizou seu sistema de informações, montando inclusive curso especializado para formar elementos habilitados neste setor.

Em 1999, uma lei instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), com a atribuição de “planejar, executar, coordenar supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País”. A ABIN passou por diversas subordinações até ficar subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI).

Da ESG partiram os estudos e as propostas para a divisão territorial militar que resultaram em 1956 na criação de quatro exércitos e dois comandos de área (CMA – Comando Militar da Amazônia e CMP – Comando Militar do Planalto). Essa estrutura foi adotada até 1985, quando foram criados, por transformação, os Comandos Militares de Área. Na grande reforma da organização militar proposta pela ESG, já estava inserida a ideia de criação de um ministério da defesa, cuja implantação e processo de integração deveria ficar a cargo do Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas.

Através do Estado-Maior das Forças Armadas, a ESG procurou implantar sua doutrina, influenciando o Exército, a Marinha e a Aeronáutica com o objetivo de reformular o poder militar nacional, adaptando-o às novas realidades de um mundo em transformação.

Aspectos principais da organização militar terrestre e de suas missões conjunturais

Em consonância com os ensinamentos colhidos na II Guerra Mundial, o EB passou a adotar, como grande-comando e grandes-unidades, os escalões exército, divisão e brigada, reservando o corpo de exército para situações de guerra.

O exército de campanha é um grande-comando operacional terrestre que executa operações estratégicas, planeja e conduz operações táticas de seus elementos subordinados e prevê o apoio administrativo das unidades que lhe são orgânicas ou que o integram. O Ex Cmp enquadra um número variável de divisões, brigadas e unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio administrativo.

O Corpo-de-Exército (CEx) seria um grande comando operacional que reuniria grandes-unidades e unidades com a finalidade de coordenar-lhes o emprego.

A divisão, grande comando operacional, passou a ter um número variável de brigadas, não necessariamente idênticas, e por tropas divisionárias, que compreendem unidades de combate e OM de Ap Adm.

O grupamento tático, empregado na II GM, foi posteriormente substituído pelo escalão Bda, grande unidade básica de combinação de armas, integrada num conjunto equilibrado por unidades de combate, de apoio ao combate e de Ap Adm, com capacidade de atuar independentemente e de durar na ação. Hoje o EB dispõe de Bda Inf (Mtz, Bld, de Mth, de Slv, Amv, Pqdt, Lv, Fron e de Operações Especiais), Bda Cav (Mec ou Bld) e Bda Art AAé.

O EB desenvolveu amplo trabalho de modernização na instrução dos quadros e da tropa através, principalmente, dos Programas-Padrão de Instrução (PP), mas também no equipamento e na administração acompanhando as evoluções conjunturais. Procurou manter, para a formação dos quadros, um conjunto de escolas com ensino atualizado e eficiente, com a participação de civis, quer como alunos, quer como professores. No setor industrial manteve um complexo de fábricas, com intensa atividade para suprir a tropa com suprimentos de diversas classes.

Assim o EB, para atender aos seus objetivos no quadro da segurança nacional, e como parte integrante das FFAA, vive um processo de aperfeiçoamento constante. Os conceitos de segurança, envolvendo todos os componentes do Poder Nacional, reflete no Exército, que procura integrar-se com as forças civis, buscando vitalidade para enfrentar quaisquer problemas que se oponham ao desenvolvimento do país.

Aspectos particulares mais característicos da organização militar terrestre

Escreveu o General Waldir dos Santos Lima:

"Pátria é concepção de ordem espiritual que sobreleva a de Estado, de conceito jurídico, visto como, além de encerrar a ideia de nações politicamente organizadas e dispostas em um território, exprime todos os fatores subjetivos que, acima da consciência nacional e em uníssono, vivificam animicamente os indivíduos nascidos na mesma terra. Defender a Pátria, portanto, não é só preservar o seu patrimônio material, a sua independência, a sua soberania, a sua unidade, as suas instituições mas, também, as suas tradições, os seus interesses, os seus anseios, os seus homens, as suas mulheres, com seus corpos e suas almas".

O EB procurou sempre cumprir suas missões voltado para objetivos nacionais e adaptando-se às ideias mais atualizadas de organização, instrução e doutrina. Ele alcançou a década de 60 com uma estrutura mais apta para atender a um período de tensões e de agressividade. Sua ação, presente em todas as partes do país, valeu-se de um sistema de instrução que englobava todos os campos da técnica moderna, particularmente no que se refere às guerrilhas, à guerra nuclear e à guerra psicológica. Sempre que possível adquire material atualizado, especialmente blindados e armamento leve. Integrou-se na evolução industrial do país quanto a planejamento e produção de suprimentos.

Na década de 1960, no auge da Guerra Fria, o conceito de segurança nacional tornou-se mais abrangente, levando à reformulação da doutrina. Nessa fase foi de particular significação a importância da instrução antiguerrilha e a ação psicológica, face à ofensiva comunista que atingiu o continente sul-americano. Em todos os escalões o assunto passou a ser conhecido, debatido, interpretado e pesquisado, procurando-se conscientizar a Força sobre suas responsabilidades em manter-se em condições de enfrentar essa modalidade de luta. Desenvolveu-se um trabalho objetivo de ação educacional contra a guerra revolucionária, cujos frutos foram colhidos ainda na própria década de 60.

Estudos doutrinários com base na História Militar brasileira

Apartir de seu descobrimento, o Brasil encontrou, através dos séculos, na pertinácia de seus colonizadores e de seus filhos, o es-

pírito de pioneirismo audacioso que se refletiu e ampliou na formação e caracterização de uma doutrina militar. A história do povo brasileiro foi profundamente influenciada pelos eventos militares. De início, houve a expansão ao longo do litoral, com a expulsão dos intrusos. Vieram após as entradas pelo interior e a luta com os índios hostis. No Nordeste, desenrolaram-se 30 anos de luta contra os holandeses. Depois vieram as lutas no Sul, de 1680 a 1828. Tudo isso permitia o desenvolvimento de técnicas, rotinas e princípios brasileiros, herdados de nossos antepassados portugueses, consolidando uma doutrina militar não escrita, mas sempre observada em campanha, combatendo o inimigo ofensivamente, "pela Fé e pelo Império". Com a independência em 1822, tornou-se imperiosa uma unidade interna para anular forças centrífugas que se formavam. O poder central enfrentou lutas e dissensões com as rebeliões no Maranhão, no Pará, em Pernambuco, em Alagoas, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Nesse período e, particularmente, na segunda metade do século XIX, despontou a figura equilibrada de Caxias que era, antes de mais nada, uma expressão brasileira da cultura militar da época. Em decorrência de sua atuação no panorama militar do Império, afirmaram-se as bases para o estabelecimento de uma doutrina de política externa para o Brasil, magnificamente conduzida pelo Barão do Rio Branco, pouco depois.

Mas foi no campo militar que Caxias estabeleceu um marco, contribuindo para o estabelecimento das bases doutrinárias do Exército Brasileiro. Promoveu o desenvolvimento de estudos e provou, nas muitas campanhas militares de que participou, o acerto de suas ideias, particularmente na Guerra da Tríplice Aliança onde houve, inclusive, inovações importantes, como a utilização de balões cativos na observação e a utilização de troncos de palmeiras no lastreamento da estrada pelo alagadiço Chaco paraguaio.

PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NA VIDA NACIONAL

O conhecimento do território nacional

O entendimento da grandeza do território nacional começa a integrar o pensamento do militar ao início de sua carreira, quando, nos estabelecimentos de ensino que o capacitarão para exercer suas atividades profissionais, encontra companheiros de variadas regiões do país. O convívio fraterno desenvolve a descoberta de locais ignorados, que passam a ser compreendidos e valorizados.

Esse aprendizado prossegue e se intensifica ao longo da carreira, vivenciada em OM espalhadas nas unidades da Federação. E assim o militar, pelas transferências constantes, encontra compensação conhecendo diversas áreas do Brasil e nelas deixando amigos ao partir.

Exemplo de ampliação dos conhecimentos sobre o território nacional foi a mudança da Capital Federal, do Rio de Janeiro para o Planalto Central, cujos estudos foram mandados realizar pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, que criou, após a promulgação da Constituição de 1946, uma Comissão de Estudos para a localização da nova capital. O grupo foi chefiado pelo Gen Div Djalma Polli Coelho até Set 54 e depois pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, já então na reserva.

O Exército e a cartografia

O uso de cartas geográficas no planejamento e execução de operações militares faz com que a cartografia seja objeto de especial interesse do Exército, razão pela qual a atividade de elaboração de cartas precisas e atualizadas, a cargo de estruturas específicas militares e civis, que mapeiem a base física do país, seja constante e metodizada, e assim disponibilizá-las para os comandos operacionais.

Da atuação dos cartógrafos coloniais, passando pelos trabalhos do General Henrique de Beaurepaire-Rohan, no Império, pelos levantamentos da Carta-Geral e do Serviço Geográfico Militar, na República, até o momento em que surge o Serviço Geográfico do Exército, o EB percorreu um longo caminho no sentido de absorver as técnicas modernas, que permitam o mapeamento total de nosso território.

A cartografia nacional nasceu com o Serviço Cartográfico do Exército, em 1890, e foi impulsionada pelo Estado-Maior do Exército que, em 1900, apresentou o projeto "A Carta do Brasil", embrião da histórica Comissão da Carta Geral do Brasil, criada e instalada em Porto Alegre, no ano de 1903. Com a vinda ao Brasil de renomada Missão Cartográfica Austríaca, foi o Serviço Geográfico Militar modernizado e capacitado a mapear todo o território nacional.

Em 1987, foi criado o Centro de Cartografia Automatizada do Exército. Com equipamentos modernos, veio dar novo impulso à atividade cartográfica militar, suporte reconhecido da cartografia nacional.

Mais da metade da área de nosso país foi levantada pelo Exército, através de divisões de levantamento localizadas em várias cidades do país. Em convênio com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), foram mapeados 130.431 quilômetros quadrados de terras indígenas, a maioria em plena selva amazônica, em certos casos propiciando a solução

de graves litígios que poderiam levar a confronto fratricida em vasta região interiorana. Destacam-se os levantamentos em Mato Grosso (18.272 Km²), AM (21.685 Km²), RR (53.407 Km²) e PA (35.560 Km²).

Em convênio com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a 3^a Divisão de Levantamento realizou levantamentos cartográficos em 86% de toda a região nordestina, em área equivalente aos seguintes países juntos: Alemanha Oriental, Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha e França. E com o então Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), a Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) executou as operações para a localização e nivelamento dos pilares da Ponte Rio - Niterói.

Em convênio com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em 1986, a DSG executou nivelamento geométrico de 5.780 Km do Vale do São Francisco.

A cartografia militar também contribuiu para que o Brasil fosse um dos primeiros países do mundo, ao lado da Alemanha e da Áustria, a adotar o processo de estereofotogrametria. Destacados oficiais do Exército, como Alípio Virgílio Di Primio, Alfredo Vidal, merecem crédito por esses e outros progressos da cartografia nacional.

Desde o primeiro Congresso Internacional de Cartografia, em 1871, em Antuérpia, quando foi representado pelo próprio Imperador D. Pedro II, o Brasil procura se manter atualizado e acompanhar o progresso da ciência geográfica.

Uma participação importante do Exército ocorreu no XVIII Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro, em agosto de 1956, o primeiro do tipo realizado no Hemisfério Sul. Através da DSG, o Exército fez parte da sua comissão organizadora e dos trabalhos em plenário, relatando os esforços feitos pelos militares brasileiros para ampliar o conhecimento e melhorar o levantamento do território, ao mesmo tempo que mostravam sua contribuição para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cartografia nacional.

O Exército nos estudos de Geopolítica

Tendo a oportunidade de conhecer bem o território nacional e de estudar, por dever de ofício, os problemas de segurança nacional, o oficial do Exército é levado naturalmente a interessar-se pelos estudos de Geopolítica.

Disciplina relativamente nova, a Geopolítica atraiu a atenção de expressivos setores do meio cultural para a solução de grandes problemas nacionais. Alguns militares, entre os quais os Generais Djalma Polli

Coelho, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, juntaram seus esforços aos de estudiosos civis da matéria.

A Geopolítica pode ser vista como o estudo da influência territorial na arte da ação política do Estado. É a política aplicada ao poder nacional e à sua estratégia, na paz e na guerra. Ela relaciona o conjunto do desenvolvimento histórico com as condições próprias ao espaço. Como ramo da ciência política, difere da Geografia política. Interagindo, às vezes, com o Direito, envolve conhecimentos geográficos, militares, econômicos, sociais, jurídicos e demográficos

A Geopolítica compreende complexos estudos e tem tido aplicação prática em conflitos internacionais. No caso brasileiro, vale lembrar a corrida secreta que por muitos anos as grandes potências fizeram para o domínio do triângulo estratégico – Brest, Norfolk, Pernambuco – de intensa disputa, não só na Primeira como Segunda Guerra Mundial, com a permanência de esquadras estrangeiras em águas brasileiras. No século XVII, um dos fatores primordiais da guerra holandesa foi a posse, pelos invasores, de uma base naval em Salvador e outra em Recife, para dominar um dos vértices de um grande triângulo geopolítico no Atlântico Sul. Cada país é parte de um todo no jogo geopolítico de âmbito continental e mesmo global.

Convém, nesta altura, lembrar a campanha de esclarecimentos de geopolíticos nacionais, no caso do projetado Instituto da Hileia Amazônica, os quais, mandados inserir nos Anais do XVIII Congresso Internacional de Geografia, modificaram o curso dos acontecimentos. Pelo indesejado projeto, a Hileia Amazônica seria explorada por diversas nações sob a alegação de ser região subdesenvolvida. Isso representaria a perda de 2/3 do território brasileiro. Cada nação, em igualdade com o Brasil, teria direito a um voto nas decisões. A Hileia teria um sistema bancário próprio e polícia internacional, além da faculdade de explorar os recursos e de exportá-los, sendo que os estrangeiros teriam imunidades diplomáticas. Uma clara violação da nossa soberania.

Obras de cooperação

Constitui motivo de orgulho para o Exército a participação da sua engenharia militar no desenvolvimento do Brasil.

A vinda de D. João e a família real para o Brasil, quando da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, motivou as obras de reforço nas fortificações, ainda hoje existentes em pontos estratégicos do litoral e nas mais distantes fronteiras terrestres. Os melhores nomes da

Engenharia portuguesa foram convocados, formando-se, sob a orientação deles, o embrião da engenharia militar brasileira. Da natureza do seu trabalho surgiu o símbolo da Arma de Engenharia, o "castelo".

Em 1880, a Lei nº 2.911, de 21 Set, já previa o emprego da engenharia militar "na construção de estradas de ferro, de linhas telegráficas estratégicas e outros trabalhos de engenharia...". Mas muito ainda estava reservado à engenharia militar para o progresso do Brasil.

Assim, o 1º Batalhão Ferroviário, criado em 11 de dezembro de 1919, dá início, no sul do país, à arrancada para o desenvolvimento, tendo em seu acervo, mais de 2.500 quilômetros de ferrovias construídas.

A criação de novos batalhões de engenharia de construção, trabalhando na construção do Tronco Sul, viabilizaram a ligação de Brasília com o porto de Rio Grande, no RS, tornando realidade vários ramais ferroviários, estradas de rodagem e imponentes obras de arte-algumas das maiores e mais altas da América do Sul. Tal é o caso do viaduto construído na Ferrovia Passo Fundo – Roca Sales, no Rio Grande do Sul, com 500 metros de comprimento e 143 metros de altura.

Em 1955, nasce o 1º Grupamento de Engenharia, com sede em João Pessoa, PB, enquadrando novos batalhões e resultando no engajamento de oficiais e praças oriundos do Centro-Sul no sertão nordestino.

Seus batalhões cumprem missões do Maranhão à Bahia. Ferrovias, rodovias, casas, escolas, hospitais, aquartelamentos e açudes são construídos, poços são perfurados. O mercado de trabalho é ampliado.

O auxílio aos flagelados das secas periódicas que castigam o Nordeste marca a presença da engenharia nessa região brasileira, dando-lhes assistência médico-hospitalar, distribuindo alimentos e orientando a mão-de-obra local na construção de obras que iriam beneficiá-los. Só em 1983, o 1º Grupamento de Engenharia teve mais de mil alistados nas chamadas "obras de emergência" a seu cargo, evitando-lhes a emigração, junto com suas numerosas famílias, para cidades nordestinas ou para outras regiões do país. De igual importância foi o apoio prestado às vítimas do rompimento da barragem do açude Orós, em 1961.

Quinze anos após a criação do 1º Grupamento de Engenharia, nasce o 2º, com sede em Manaus, portanto no coração da região amazônica. Enfrentam-se novos e velhos perigos: a malária, as chuvas, a violência dos rios, a selva. Procura-se conviver pacificamente com os índios.

O trabalho continua célere. Constroem-se casas, abrem-se estradas, melhora-se o abastecimento de água das cidades. Estradas passam a ligar a Amazônia ao sul do país, proporcionando a integração de todo o território nacional.

Vigilância das fronteiras

Na Amazônia o Exército dispunha, no início dos anos 70, de unidades ao longo da faixa de fronteira com todos os países limítrofes, a exceção do Suriname, e aprofundava a defesa em pontos mais interiores. Considerava importantes vias de penetração os cursos dos rios que convergem para a calha amazônica. Na Amazônia ocidental, à época, os elementos de fronteira eram coordenados por três comandos: o de Roraima, o do Solimões e o do Acre – Rondônia.

Com o apoio da Força Aérea e da Marinha, o Exército esforçava-se para manter as unidades e suas frações destacadas ao longo da imensidão amazônica. A transferência do Comando Militar da Amazônia, de Belém para Manaus, e a criação da 12ª RM vieram proporcionar apoio mais eficiente às organizações militares da área, já que a capital paraense era considerada excêntrica em relação ao grosso das forças distribuídas na região. O rápido desenvolvimento de Rondônia, com a distribuição um tanto desordenada da população e com o aumento de descaminhos pela fronteira, fazia imaginar que seria necessário desdobrar novas forças na área. Em Mato Grosso, já na vertente platina, Cáceres era sede de um BFron¹⁴ que desdobrava destacamentos ao longo de uma grande extensão. Mais ao sul existem unidades em Corumbá, Forte Coimbra, Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã e Amambai.

Já na área sob jurisdição do CMS (PR, SC e RS), a fronteira apresentava características diferentes, pois a fase de pioneirismo fora praticamente ultrapassada, embora ainda existam unidades típicas de fronteira em Guaira e Foz do Iguaçu.

Ação colonizadora do Exército

Historicamente o Exército tem exercido uma ação colonizadora no território nacional, em zonas não desbravadas e em outras não atingidas pelo desenvolvimento. Modernamente, o que se denomina ação subsidiária da presença dos elementos de fronteira em missão de guarda e vigilância de pontos estratégicos ou críticos, ao longo de aproximadamente 27 mil Km de fronteiras terrestres. Nessas áreas, uma análise sumária identifica prontamente a coincidência de desenvolvimento e segurança, pedras angulares da política e da estra-

¹⁴ Atualmente, Comando de Fronteira JAURU/66º BIMtz - Batalhão General José Miguel Lanza, Cáceres, MT. É subordinado à 13ª Bda Inf Mtz, sediada em Cuiabá.

tégia nacionais. Essas ações crescem de importância nos imensos espaços vazios da Amazônia e no oeste de MT e MS, relativamente defasados em desenvolvimento ao restante do país, com a agravante de serem alvo de uma potencial cobiça internacional.

A contribuição do Exército nos campos de integração étnico e econômico

O fato de o Exército atrair para a Escola de Sargentos das Armas e para a Academia Militar das Agulhas Negras brasileiros dos quatro cantos do país e depois enviá-los, todos os anos, para as diversas guarnições do território nacional, constitui um aspecto interessante no quadro da ampla miscigenação da população brasileira. Os moços e moças que chegam às diversas cidades onde estão situadas as unidades com frequência contraem casamento com moças e moços da localidade. Esses casamentos contribuem para um caldeamento de tipos de procedências distintas. O mesmo sucede quando militares mais antigos levam os filhos e filhas para as guarnições em que vão servir e que estes (as) se casam nesses locais.

A população já se acostumou a ver nos quartéis um fator de desenvolvimento social e econômico para as regiões onde estão localizados. Os oficiais e os sargentos costumam, junto com as esposas, dar aulas nos colégios das cidades do interior. A existência de uma guarnição federal, além da segurança que proporciona, assegura êxito certo às campanhas de caridade e assistência às classes mais desassistidas, pelas ações cívico-sociais realizadas por unidades do Exército.

Em regiões desabitadas, como na Amazônia, a existência de uma OM representa um polo de atração, para onde os habitantes se dirigem em busca de proteção. Logo esses núcleos populacionais se transformam em vilas, modificando o aspecto demográfico da região.

No campo migratório e ocupacional

O Exército dá uma contribuição muito importante no que tange à orientação dos fluxos migratórios e ao aproveitamento de mão-de-obra. Exemplo é o trabalho realizado pelas unidades de Engenharia de Construção, cuja característica é de atuar em áreas desprovidas totalmente de assistência. Com a chegada de tropas do EB, a população que buscava migrar tende a permanecer na área, que se desenvolve com a abertura de estradas, ferrovias, poços, açudes, portos

e aeroportos. Renasce o estímulo para plantar e trabalhar, pois o Exército sem dúvida irá adquirir sua produção e aproveitar a mão-de-obra disponível. Além disso, os que vão trabalhar nas unidades de Engenharia de Construção habilitam-se em especialidades técnicas que contribuem para o desenvolvimento mais rápido dessas regiões.

Integração do imigrante na vida nacional

Otra consequência importante da atividade do Exército, principalmente nos séculos XIX e XX, foi a integração do imigrante. O estrangeiro em fase de adaptação sentia-se estimulado a integrar-se na sociedade local quando via o filho usando o uniforme verde-oliva e cantando o Hino Nacional. Nos Estados do PR, SC e RS, é comum encontrar-se nos contingentes incorporados conscritos de origem alemã e italiana. Muitos aprenderam a falar melhor o português na caserna e resolveram até seguir a carreira das armas. Em SP ocorreu o mesmo com os descendentes de japoneses e de outras nacionalidades.

Saúde e higiene

No que diz respeito à saúde e à disseminação de hábitos higiênicos, o quartel é uma fonte de ensinamentos para a população. No quartel, muitos brasileiros ficaram sabendo da existência de instalações sanitárias, do papel higiênico, da escova de dentes e do banho diário. Os novos hábitos alimentares e higiênicos incorporaram-se à sua rotina e foram disseminados entre os familiares na volta para casa.

No setor de saúde pública, o Exército atua através de uma rede de hospitais, policlínicas, laboratórios, postos médicos, farmácias e enfermarias, a qual se estende por todo o país e é mais densa nas áreas de maior população militar. Oficiais, praças e funcionários civis do Exército e seus dependentes, totalizando parcela significativa da população brasileira, beneficiam-se desse apoio.

Educação moral e cívica

No quartel, os deveres do cidadão são enfatizados e é reconhecida a conveniência de se professar uma religião, seja ela qual for. O cidadão que passa pelo Exército adquire ou reforça a consciência dos valores espirituais e morais da nacionalidade, indispensáveis para o fortalecimento do caráter do brasileiro.

Tem havido momentos em nossa História recente em que o Exército se viu instado a se pronunciar para preservação de tais valores. Isso ocorreu pela primeira vez logo em seguida à intentona comunista de 1935, com a revista Nação Armada, dirigida pelo Cel Affonso de Carvalho. A outra oportunidade surgiu ao ser desencadeada a fase subversiva e preparatória para a implantação do comunismo no país, em decorrência da Guerra Fria da década de 60. Nessa época, civis e militares uniram-se para alertar a sociedade da ameaça que pairava sobre a Nação: a Guerra Revolucionária marxista-leninista.

Contribuição significativa de todo esse esforço, por mais de três décadas, em benefício do fortalecimento do caráter do brasileiro para resistir à subversão, foi a dada pelo Dec. nº 869, de 12 Set 69, instituindo a disciplina Educação Moral e Cívica em todos os níveis e ramos de ensino. Propugnava-se que a EMC buscasse preservar o caráter em formação da influência nefasta de ideologias malsãs, ateístas, pragmáticas ou neutras, no campo moral. Em nível superior, através de Estudos de Problemas Brasileiros, pretendia ofertar aos jovens conhecimento objetivo da realidade nacional, visando a motivá-los para trabalhar pela grandeza do país.

Ensino e pesquisa

Através de seu sistema de ensino e pesquisa, o Exército presta a sua colaboração para o fortalecimento do poder nacional. Compete a esse sistema o planejamento, a programação e a condução do ensino, incluindo a formação de oficiais e praças, procurando fixar parâmetros de vanguarda no processo educacional brasileiro.

Os Colégios Militares são vinculados a esse sistema. A ideia implantada em 09 Mar 1889 pelo Conselheiro Thomás José Coelho de Almeida, na época Ministro da Guerra, geradora do Imperial Colégio Militar do Rio de Janeiro, deu frutos, que levaram o EB a aumentar o número de CMs. A missão desses estabelecimentos de ensino é o elevado padrão de estudos a filhos de militares e civis, contribuindo para incentivar os valores cívicos e elevar o padrão local de ensino.

Na área da pesquisa destacam-se três estruturas:

- Centro Tecnológico do Exército (CTEx), criado a partir da transformação do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD), com a missão de realizar a pesquisa científica, o desenvolvimento experimental e a aplicação do conhecimento visando à obtenção de Produtos de Defesa de interesse do Exército;

- Centro de Avaliações do Exército (CAEx) que, através do Campo de Provas da Marambaia, tem por missão realizar as provas técnicas de protótipos, relacionados com armamentos, munições e veículos de combate elaborados pelo IPD, realizar as provas e os ensaios necessários à aprovação de novos materiais e apoiar os órgãos nacionais de fabricação de material bélico na execução de testes e de provas correlatas com o armamento, as munições e os veículos de combate; e
- O Instituto Militar de Engenharia (IME) que objetiva a formação de engenheiros em nível de graduação e pós-graduação, realiza pesquisas técnicas setoriais em apoio a outros órgãos governamentais e da sociedade civil, além de análises e ensaios solicitados por organizações civis da área governamental.

O ensino no IME, aberto a civis, desenvolve-se nos níveis de graduação, pós-graduação e técnico de nível médio. Funcionam no nível de graduação os cursos tradicionais de formação de engenheiros. No de pós-graduação, com base em convênios assinados com a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, cursos de mestrado, com ênfase na engenharia nuclear, engenharia elétrica, química orgânica, ciência dos materiais e matemática aplicada.

Estudos de Geografia e História

A consciência da importância do papel das FFAA na formação da nacionalidade pode ser considerada o fator primordial no desenvolvimento dos estudos de Geografia e História Militar, nas últimas décadas. No caso particular do Exército, soma-se a isso o interesse despertado pela ação da Missão Militar Francesa.

Em decorrência desses fatores verificou-se a fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) pelo então Cap Inf Severino Sombra de Albuquerque, em 07 Nov 36, congregando oficiais das três Forças Singulares e civis. Os militares de terra contribuíram decisivamente para a criação dessa entidade cultural de caráter pioneiro, que entre múltiplas atividades, realiza conferências, palestras, seminários, congressos, pesquisas e publicava uma revista especializada. Nos dias atuais, o IGHMB publica um Informativo.

A Geografia e a História Militar despertam particular interesse nos oficiais do Exército os quais, espelhando-se nos predecessores que viveram no século XIX, encontram nesses assuntos ensinamentos cívicos, exemplos patrióticos, mananciais para a Doutrina. Lembremos os laboriosos estudos do Gen Augusto Tasso Fragoso, especialmente a História

da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai; do Coronel Jônathas da Costa Rego Monteiro em *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777)*; do Gen Francisco de Paula Cidade, renomado escritor de temas militares; do Cel João Batista Magalhães, em particular a *Evolução Militar do Brasil*; do Cel Claudio Moreira Bento, autor de um clássico sobre o Duque de Caxias intitulado *Caxias e a Unidade Nacional*, do Cel Juvêncio Saldanha Lemos, autor de *Os Mercenários do Imperador*, *A Saga do Prata e Os Brummers*, além de muitos outros notáveis desbravadores dos fatos militares brasileiros.

Não menos importante, a ECEME dirigiu a sua atenção para esses estudos a partir da década de 1960, fomentando a pesquisa histórica entre os seus alunos, objetivando reunir elementos de formação de uma Doutrina Militar da Força Terrestre.

Deve ser ressaltado que o Exército sempre abriu oportunidades para os pesquisadores civis, ao buscar cooperação para o levantamento de dados de interesse da nossa História Militar. O EME, considerando que ao profissional civil e, em alguns casos, ao militar da reserva, deve caber a tarefa dessa pesquisa histórico-militar, tem incentivado cursos para professores e graduados em Biblioteconomia e História, a fim de familiarizá-los com os diferentes aspectos do EB e transmitir-lhes as normas padronizadas que permitem a coordenação da pesquisa.

Um outro aspecto é a preservação dos monumentos e a construção de outros, novos, em outros locais. Assim, por exemplo, a AHIMTB/DF e o Colégio Militar de Brasília (CMB) houveram por bem erigir em 2013 o monumento GUARARAPES: BERÇO DA NACIONALIDADE E DO EXÉRCITO BRASILEIRO aos heróis de Guararapes no interior do CMB.

A iniciativa foi do Gen Arnaldo Serafim e do Cel Manoel Soriano Neto. O autor foi o escultor paranaense Sérgio Milton Munaretto.

Com destaque para as presenças dos bustos dos Patriarcas da Força Terrestre Brasileira¹⁵, as imagens são as seguintes (abaixo).

¹⁵ Força Terrestre (F Ter), é o **instrumento de ação** do Exército Brasileiro e é estruturada e preparada para o cumprimento de missões operacionais terrestres sob o comando do COTER. Nem todos os grandes comandos administrativos ou unidades fazem parte da F Ter. Grande comando (G Cmdo), por sua vez, é a denominação genérica dada a qualquer comando do EB privativo de oficial-general.



Fonte: Arquivo do Cel Manoel Soriano Neto. Fotos de Maricélia Porto.

Publicação de obras e periódicos

Um dos notáveis serviços prestados pelo Conde de Lippe à organização militar luso-brasileira foi preconizar a criação de bibliotecas especializadas na arte da guerra. Sem mencionar as bibliotecas das escolas militares, especialmente a da Academia Militar, criada por Carta de Lei de 1810 lembramos, como sinal de permanência da concepção de Lippe, a fundação “Biblioteca Militar”, em 1881, quando o Conselheiro Franklin Dória, Barão de Loreto, ocupou a Pasta da Guerra.

Ao ser extinta 40 anos depois possuía acervo que a situava entre as maiores bibliotecas militares do mundo. Reorganizada em 1937 pelo Gen Div Valentim Benício da Silva, com o apoio do Min. da Guerra Gen Eurico Gaspar Dutra, a BIBLIEx ressurgiu como biblioteca/editora de obras para a cultura geral e profissional dos militares.

A veterinária brasileira e o Exército

A gigantesca obra de saúde pública em sanear os rebanhos do Exército, em particular de equinos, teve origem numa escola pioneira – a Escola de Veterinária do Exército – que apoiou as demais existentes no país. Seu fundador foi o Ten Cel João Moniz Barreto de Aragão, patrono do Serviço de Veterinária do Exército (SVE), cuja vida é exemplo de dedicação e sacrifício para a solução dessa demanda. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Medicina Militar, ele realizou obra de veterinária científica e a sua tarefa consistiu em fundar a medicina experimental e comparada, pelo estudo da biologia e da patologia na série animal, extinguir as doenças que se propagavam dos animais para os homens, além de criar útil literatura sobre o assunto. Conseguiu aperfeiçoar a zootecnia na criação brasileira, inaugurando os métodos da defesa da produção desta riqueza nacional.

A Veterinária do Exército possibilitou em poucos anos a formação de um grupo brilhante de pesquisadores, professores universitários, diretores de faculdades e de centros de pesquisa.

Os relevantes serviços prestados pelo SVE não seriam minimizados, como poderia parecer, pela extinção das unidades hipomóveis. O desenvolvimento de outras atividades tão importantes quanto a manutenção em boas condições dos equinos valorizou e diversificou as atividades da veterinária que, acompanhando a evolução técnica e adaptando-se às necessidades do país, recebeu inúmeras missões, como assistência veterinária, inspeção de alimentos e forragens, criação, adestramento e eventual emprego dos cães de guerra.

Nas competições desportivas

A atuação do Exército em competições desportivas tem sido marcante, não só entre as outras Forças Singulares como também em competições militares internacionais.

A Escola de Educação Física do Exército, embrião do Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), criado em 1991, sempre foi muito conceituada no país e no exterior através da formação de especialistas em treinamento físico, instrutores e monitores de treinamento físico militar. Além dessa atividade, proporcionou cursos de especialização para médicos e esgrimistas e serviu como laboratório de experimentação de novos métodos para o treinamento de equipes desportivas.

A EsEFEx começou em 1933 e marcou uma importante etapa na consolidação da educação física no Brasil, quando o antigo Centro de Educação Física Militar foi transformado em Escola. Em 1938, quando o Centro já havia formado mais de uma centena de especialistas, médicos e professores, a educação física foi oficializada como profissão no país e criou-se um estabelecimento congênere no meio civil, a Escola Nacional de Educação Física, da Universidade do Brasil. A EsEFEx sempre procurou manter contato com instituições similares no estrangeiro e representantes da Escola também estiveram presentes em Olimpíadas e competições desportivas militares internacionais. Em 1960, no III Campeonato Mundial de Pentatlo Militar, o Brasil, além de ter sido organizador do evento, obteve a vitória por equipe e individual.

O Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João

O Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx) foi criado com a missão de coordenar, controlar, supervisionar e promover as atividades de ensino, pesquisa e desporto, nas áreas da Capacitação Física e da Equitação, para atender às necessidades do Exército Brasileiro e transformar-se num Centro de Excelência, integrador das ações dos órgãos envolvidos na qualificação de recursos humanos e no desenvolvimento de pesquisas nas áreas da capacitação física, do desporto e da equitação, pautado nas competências do profissional militar da Era do Conhecimento.

Criado em 01 Jan 91, situa-se na histórica Fortaleza de São João, no Bairro da Urca - Rio de Janeiro. Diante da modernização da Educação Física e do esporte no país, o CCFEx passou a proporcionar a interdisciplinaridade entre o ensino, a pesquisa, o desporto e a saúde no âmbito do Exército. Constituiu-se inicialmente de Comando, EsEFEx, Comissão de Desportos do Exército (CDE), Bia de Artilharia de Costa e Núcleo do Instituto de Pesquisa da Capacitação Física. Como todo o EB, está alinhado ao Processo de Transformação da nossa instituição.

Em 1995, a Chefia do CCFEx passou a ser exercida por oficial-general, juntamente com os cargos de Presidente da CDE e de Cmt do Complexo da Fortaleza de São João. Este abriga, além do CCFEx e OM subordinadas, outras instalações, como a ESG, o Parque de Instrução Ricardo Franco do IME, o Edifício São João da Prefeitura Militar da Zona Sul, PNRs da 1ª RM, o Sítio Histórico e a Escola Municipal Estácio de Sá.

Em 2002, com a reorganização do Departamento de Ensino e Pesquisa, transformado em Departamento de Educação e Cultura do Exér-

cito (DECEX), o antigo CCFEx/FSJ, como Órgão de Apoio, foi transformado em Diretoria de Pesquisa e Estudos de Pessoal (DPEP). Sua estrutura e missão foram ampliadas até a nova transformação, em 2012, no atual Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João.

Essas estruturas são de capital importância para o país na realização de competições esportivas de alto nível, como Jogos Pan Americanos, Copa do Mundo de Futebol e, evento máximo, os Jogos Olímpicos de Verão, como os realizados no Rio de Janeiro no ano de 2016.

NOVO ESFORÇO DE MODERNIZAÇÃO (conforme o texto da obra original)

Considerações

A partir de 1974, a Nação passou a viver um clima de normalidade interna. Cumprindo com sucesso sua missão de manter a lei e a ordem e de garantir os Poderes Constituídos, junto com as demais Forças Armadas, o Exército voltou-se prioritariamente para a sua própria modernização.

A reação ao totalitarismo não poderia ter sido mais patriótica e eficiente. O Decreto-Lei 200 – Reforma Administrativa, de 1967, cujos desdobramentos já se faziam sentir vivamente e que persistiriam por mais de uma década, impulsionava um clima de inovação e inspirava a inteligência militar na busca da racionalização, da objetividade e da eficiência da Força Terrestre. O Ministro do Exército, General-de-Exército Orlando Geisel, no dia 25 de agosto de 1971, afirmou que estavam vencidos os obstáculos que podiam desviar o país de seu futuro de grandeza e que havia sido retomada a marcha do desenvolvimento.

O país assumia projeção internacional, levando o Exército a responder à necessidade de mais eficiência no seu aparelhamento militar.

Cumprir ressaltar o imenso esforço que o Exército empreendeu desde então para recuperar o atraso que o separava dos seus congêneres das nações mais desenvolvidas. Tornou-se um imperativo da segurança nacional o aumento da capacidade operacional através de seu reequipamento e da adoção de nova organização, articulação e métodos de instrução e adestramento. Tal esforço procurava também libertar a Força da importação de material estrangeiro, pelo estímulo à indústria civil para produzir materiais de emprego militar, especialmente blindados, viaturas, armamento, munições, material de telecomunicações, engenharia e equipamentos geradores de energia.

Desde 1971, foi implantada uma nova organização, com alterações nas estruturas das unidades e grandes-unidades do Exército e com a transformação de seis divisões de infantaria em divisões de exército, duas divisões de cavalaria e da divisão blindada em brigadas de cavalaria mecanizada; e das infantarias divisionárias ainda existentes em cinco brigadas de infantaria motorizada e blindada. Foram criados também o Grupamento Leste Catarinense, a 9ª

Bda Inf Mtz Es e os Grupamentos de Fronteira em Cruz Alta e Guarapuava. Nos dois anos seguintes, 18 RI foram transformados em 25 Btl de Inf Mtz e blindados, criados mais cinco BI de selva na Amazônia legal e, também, por transformação, três BI paraquedistas. Ainda neste mesmo período 16 RC foram transformados em oito RC mecanizados, três de cavalaria blindados e cinco de carros-de-combate. A artilharia passou por grandes transformações com a criação, a partir de antigos regimentos, de grupos de Art de campanha e de campanha autopropulsados, além da criação de grupos de artilharia antiaérea.

Como esforço de modernização administrativa, foram criadas seis inspetorias de finanças, subordinadas à então Diretoria-Geral de Economia e Finanças, para acompanhamento da execução financeira das unidades. Foram atualizados os diplomas legais comuns às três Forças Armadas – O Estatuto dos Militares, a Lei de Promoção de Oficiais da Ativa e a Lei de Remuneração dos Militares, com estreita participação do Exército. Foram elaboradas e promulgadas novas leis do Magistério e do Ensino.

Criaram-se também os Departamentos de Material Bélico, de Engenharia e Comunicações e houve a reorganização do Departamento Geral do Pessoal (DGP), além da organização do Departamento Geral de Serviços. O Fundo do Exército passou a ser um instrumento para assegurar a flexibilidade e o dinamismo da administração, tendo sido iniciado, também, um grande esforço para extinção progressiva dos armazéns reembolsáveis, granjas e outros estabelecimentos comerciais em guarnições servidas por congêneres civis, em busca de modernização e racionalização das atividades da Força.

Destaque especial teve o Estado-Maior do Exército, criando e acionando uma Comissão de Reforma Administrativa, desde junho de 1967, a qual tinha por missão estudar uma ampla e profunda reforma, a fim de permitir que os recursos que a Nação reservava ao Exército pudessem assegurar o pleno cumprimento de sua destinação constitucional com o mínimo de dispêndio e o máximo de eficiência. Seus estudos e propostas de alterações estruturais, instruções e normas regulamentares para as diversas atividades do Exército tiveram por objetivos compatibilizar o planejamento com a orçamentação, descentralizar a ação administrativa e de comando, estabelecer adequados sistemas de controle, simplificar rotinas, estruturar a organização por atividades funcionais e aliviar as unidades operacionais dos encargos burocráticos. Cumpridas as tarefas, a Comissão de Reforma Administrativa deu lugar a uma Seção de Organização e Métodos, que passou a orientar, coordenar e controlar as atividades específicas para obtenção de melhores padrões de eficiência no Exército.

A partir de 1972, com a organização do moderno sistema de planejamento federal, o Ministério do Exército instituiu o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), integrando as atividades de planejamento, orçamentação e modernização administrativa, enquadradas por diferentes seções do EME como instrumento de políticas setoriais específicas: o Plano Diretor do Exército, o Orçamento Plurianual de Investimentos, o Orçamento-Programa Anual, programações de trabalho, de desembolso, projetos de organização e modernização, instruções normativas e novos manuais técnicos. Em 1975, institucionalizou-se no Exército o Subsistema de Modernização Administrativa.

Para responder aos sistemas da administração federal, o Exército, em prazos surpreendentemente curtos e sem prejuízo dos resultados estruturais, fez funcionar vários subsistemas, como o de planejamento, orçamento, modernização administrativa, processamento de dados, administração financeira, contabilidade e auditoria, estatística, microfilmagem, transporte administrativo, cadastro de pessoal, ensino e de comunicações.

Foi atribuído especial destaque ao Sistema de Planejamento do Exército e ao Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, o primeiro superintendendo as atividades de planejamento, elaboração e execução orçamentária e a elaboração de um importante Plano Diretor.

O Sistema de Ensino do Exército, instituído em novembro de 1975, modernizou o ensino militar, organizando-o em dois subsistemas com características próprias, o de ensino bélico e o de ensino científico-tecnológico, englobando todas as atividades de ensino e pesquisa deles específicas.

Ao findar o ano de 1974, consolidava-se a mudança do Ministério do Exército para Brasília e dava-se continuidade à reestruturação da Força, com a transferência, extinção e criação de unidades em áreas estratégicas que melhor possibilitassem o seu emprego. Continuavam, ao mesmo tempo, os estudos no âmbito do EME para nova organização básica do Exército, posta em prática em 1977 para compatibilizar, mais uma vez, a Força com os novos tempos.

Destacam-se as medidas uma infraestrutura física de apoio à instrução e adestramento que muito contribuiu para a operacionalidade da tropa. Cuidou-se da realização de manobras militares em todo o território nacional.

No campo da pesquisa doutrinária, do ensino e do conhecimento, incrementou-se o intercâmbio com outros Exércitos, com oficiais estrangeiros cursando nossas escolas, com o envio de oficiais para cursos e estágios no exterior e com a realização de várias conferências militares bilaterais com países sul-americanos, além das Conferências do Exércitos Americanos.

Em março de 1978, o próprio Estado-Maior do Exército reestruturou-se para o cumprimento de sua função de alto órgão de planejamento e coordenação, com a criação de subchefias específicas de assuntos e atribuições por áreas de atividade, adequando-se para os planejamentos estrutural, operacional e administrativo, para a doutrina e ações executivas correntes.

Enquanto o EB prosseguia em seu esforço de uma década para implantar a Reforma Administrativa com plenitude e modernizar-se, evoluiu o panorama político nacional com as decisões do Presidente da República, Gen Ernesto Geisel, em direção à normalização democrática. A sucessão presidencial em 1979 levou à Presidência da República o Gen Ex João Baptista de Oliveira Figueiredo, cujo pensamento político dava continuidade às ações de seu antecessor. O Ministro do Exército, Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, em 27 Nov 79, durante a homenagem às vítimas da Intentona Comunista de 1935, referindo-se à anistia política, assim se expressou:

"Nesse quadro, em coerência com os compromissos democráticos assumidos pelo Exmo. Sr. Presidente da República e traduzindo a essência da alma brasileira, não poderia faltar um novo perdão".

O Exército, guardião dos valores democráticos em sua esfera de atribuições, uniu-se aos esforços nacionais pela reconciliação e pela recomposição da normalidade institucional, malgrado os abusos e excessos contra ele dirigidos em decorrência da crescente liberdade de expressão vigente no país. Manteve-se unido e dedicado às suas atividades, superando pelo silêncio as acusações de seus detratores, certo de que a opinião nacional lhe seria favorável. O Min. do Exército fixou a posição de sua Pasta quanto ao assunto:

"Hoje, amadurecidos pela dolorosa experiência do passado, não nos deixaremos enganar pela estratégia multiforme da revolução que apregoam. Apontaremos, sem hesitar, o profissional da violência que empunha, perfidamente, a bandeira da paz (...)"

Os objetivos prioritários da Força indicavam o prosseguimento de sua reorganização e reaparelhamento e da implantação de uma infraestrutura para adestramento e preparo de seus quadros e tropa, além da pesquisa científica e tecnológica, do estímulo ao exercício da profissão militar e busca da economia de derivados de petróleo, sem prejuízo da instrução e do adestramento.

A partir dos anos 80, novos passos foram dados para modernizar a administração militar e reorganizar o Exército, através de modificações de grande significado em sua estrutura. Foram criadas, por transformação, mais três brigadas de infantaria motorizadas e uma brigada de infantaria de selva. Deu-se continuidade às transformações de Regiões Militares em Regiões Militares e Divisões de Exército. Mudanças se processaram no Departamento de Material Bélico, para agrupar, no mesmo órgão setorial, as atividades que se tornaram afins, pela crescente sofisticação dos armamentos. Foram criados diversos Parques Regionais de Manutenção, a Diretoria de Material de Comunicações e Eletrônica, a Diretoria de Telecomunicações e a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos. Ampliou-se o Processamento de Dados, concluindo-se as conexões entre o Centro de Processamento, em Brasília, e os Centros Regionais. Em 1983, implantou-se a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, criaram-se a Diretoria de Informática, os Centros de Informática e o 1º Btl de Forças Especiais, anteriormente Destacamento.

Em 1981, foi criado o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), evolução da Secretaria de Relações Públicas que, desde 1951, vinha cobrindo as atividades de Relações Públicas.

No final de 1983, o Congresso Nacional aprovou um aumento de efetivo do EB de 182 para 300 mil homens, pelas crescentes necessidades de segurança e tendo em vista a duplicação de nossa população em menos de 30 anos, a enorme expansão de nossa fronteira econômica, nosso desenvolvimento tecnológico e o conturbado panorama internacional. Esse efetivo deveria ser alcançado através de aumentos anuais e sucessivos, sempre observando a disponibilidade de recursos financeiros. O efetivo hoje (2021) é de 216,4 mil.

Em 1984 criou-se o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE), com sede em Brasília

Cuidadosa atenção foi dada ao homem, ampliando-se e tornando mais efetiva a assistência social, além da realização, no âmbito do Centro de Estudos de Pessoal, de estudos referentes à administração do pessoal. Implantou-se o Fundo de Saúde do Exército e um sistema de prestação de assistência médico-hospitalar para os militares e seus dependentes e pensionistas. Foram construídas, no Hospital Central do Exército, Rio de Janeiro, novas instalações hospitalares e ambulatoriais modernas e ampliaram-se os Hospitais Gerais de São Paulo e Curitiba. Unidades residenciais foram construídas em guarnições necessitadas. Implantou-se uma Política de Pessoal destinada a contribuir para a coesão de um Exército integrado por profissionais competentes e motivados.

Como sempre ocorre na vida das nações, o passar do tempo exigiu novas posições conjunturais das instituições, rigorosamente dentro dos objetivos maiores e permanentes, dentre eles o da Democracia. Assim, o Exército viveu, no início de 1985, mais uma fase de transição para a plenitude democrática sob a égide das liberdades individuais e coletivas, no início de um novo governo, desta vez exercido por um civil, o Presidente José Sarney.

O Ministro do Exército, Gen Ex Leônidas Pires Gonçalves, em seu discurso de posse, a 15 de março, ressaltou, entre as tarefas de expressão militar:

"dar apoio às outras expressões, cooperando, desta forma, para o fortalecimento e vitalização dos poderes constituídos e da sociedade como todo".

Como pensamento central de sua administração, assinalava o de dar à Força Terrestre capacidade para atuar eficazmente – "a profissionalização deve ser constantemente perseguida".

No início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o Ministro novamente definiu o pensamento do Exército – a existência da autodefesa é condição indispensável a uma democracia estável e duradoura. Garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem significava preservar a harmonia no seio da Nação. Dessa forma e nesse ambiente, o Exército iniciou então os seus passos para a virada do século, voltado para suas tarefas profissionais.

Os esforços do Ministro concentraram-se inicialmente na obtenção de recursos para o preparo de uma Força Terrestre dos anos 90, com vistas também para o século seguinte. O orçamento nacional que, em 1971, destinava 8,5% ao Exército, destinou-lhe apenas 2,3% em 1985, situação que deveria ser modificada em função das necessidades de uma força realmente capaz de continuar cumprindo suas missões, ora grandemente ampliadas.

Em seguida, estabeleceu-se uma nova organização territorial para a Força, após aprimorados estudos pelo EME para definir uma concepção política e uma estratégia de emprego e preparo a curto, médio e longo prazos, dentro do novo quadro nacional. O planejamento dessa nova estruturação incidia sobre a criação, transformação e transferência de sede de inúmeras unidades, trabalho que se caracterizou pela inteligência e muito esforço profissional.

As grandes contenções orçamentárias da época resultaram especialmente na carência de combustíveis e de munições, com reflexos negativos na instrução da tropa. Apesar disso, o Exército buscava a aumentar a autosuficiência de seus materiais, que passaram a ser adquiridos no país, particularmente viaturas sobre rodas, blindadas, Armt leve, munições, conjuntos de rádio de diversos tipos e potências, detectores de minas etc. Com o progresso do país, havia-se também atingido elevados níveis de nacionalização de armamento pesado e suas munições, determinados materiais de Com e Eng, como resultado do esforço iniciado há década e meia pelo EB e pela empresa nacional.

Foram criados projetos para a modernização do carro do CC M 41 e da viatura M 113, do obus 155 e radares de vigilância e completa nacionalização do canhão automático antiaéreo de 40 mm, dos mísseis antiaéreo de alcance médio, de morteiro 120, lança-chamas e equipamento de comunicações. Continuava-se o desenvolvimento da tecnologia autóctone na fabricação em série dos carros de combate Tamoio, viaturas de combate de fuzileiros-Charrua, Sistema de Foguetes Astros e tecnologia de ponta do equipamento de visão noturna, telêmetro laser, sistema automático de direção de tiro de artilharia de campanha e antiaérea e de acompanhamento de alvos aéreos a baixa altura.

O Plano de Estruturação do Exército, referente ao Projeto FT 90, estabelecia a reorganização e o reagrupamento das 11 brigadas, quatro delas com nível operacional pleno, a aquisição e distribuição de viaturas blindadas e sobre rodas, completando as dotações de todas as organizações militares. O mesmo ocorreu com o equipamento individual e com o material de ensino. Iniciou-se a implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica e da Aviação do Exército, com sua Diretoria de Material de Aviação e a conseqüente formação de mecânicos e pilotos de helicópteros na Marinha de Guerra e na Força Aérea. Iniciou-se a ampliação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Sargentos das Armas (EsSA), da Escola de Material Bélico (EsMB), Escola de Comunicações (EsCom), Escola de Instrução Especializada (EsIE) e Escola de Administração do Exército (EsAEX), com vistas à formação e especialização do pessoal necessário à Força Terrestre no início do século XXI. Expressivo material bélico foi adquirido, especialmente carros blindados do tipo Cascavel e inúmeras viaturas blindadas de engenharia e pontes, fuzis FAL e diversos outros tipos de armamento, de equipamento para substituição e re-completamento de todas as unidades.

Em 1987, foi dado novo impulso à construção de quartéis e unidades habitacionais, em razão da criação, transferência e ampliação de unidades. São dessa época os Comandos Militares de Área, em número de oito, criados por transformação dos Exércitos e aumento da presença militar na Amazônia, criando-se um Comando de Fronteira em São Gabriel da Cachoeira e mais quatro pelotões de fronteira, atendendo às necessidades de segurança e dentro de um grandioso projeto de âmbito nacional chamado Calha Norte.

O equipamento de ensino das escolas foi substancialmente melhorado e novos esforços foram realizados para aumentar a sua eficiência. A ECEME realizou pesquisas sobre o emprego de computadores em modernos jogos de guerra; iniciou o emprego da informática no ensino de Tática e de Estratégia

e foi construído um moderno pavilhão para seu novo curso de Política, Estratégia e Alta Administração Militar (CPEAEx).

Em 1988, o Ministro do Exército, através de nova diretriz ministerial, determinou estudos para a modernização da organização básica do Exército com as dificuldades de natureza econômica do país que influíam na alta administração da Força. O momento exigia imaginação e criatividade, em vista dos elevados níveis de inflação e da necessidade de economia nos gastos públicos, o que implicava em criteriosa aplicação dos recursos disponíveis. O Projeto FT 90 deveria prosseguir, procedidos alguns reajustamentos. Era necessário completar 16 brigadas e três divisões de Exército prioritárias, implantar o 1º Batalhão de Aviação do Exército, com núcleo de comando já instalado em Taubaté, São Paulo, continuar a construção do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica e adquirir seu equipamento especializado. Prosseguiram os trabalhos de organização de três batalhões logísticos de brigada e um regimento de cavalaria blindado e de transformação de mais 17 unidades, bem como a construção de quatro centenas de unidades residenciais. Incrementou-se a formação de sargentos e foram revistos e atualizados os programas de todos os cursos e estágios das escolas do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), bem como daquelas que dependem de sua orientação técnico-pedagógica para determinação dos perfis profissiográficos, adequação dos currículos e elaboração de novos planos de matérias. Foi reajustado o fluxo de carreira de oficiais e graduados pelo mérito, isonomia e rejuvenescimento dos quadros e melhorou-se o padrão de apresentação e funcionalidade dos uniformes.

Visando a suprir necessidades da Força em pessoal de nível superior com formação específica, para a ocupação de cargos e funções de natureza complementar e não combatente, o Presidente da República sancionou lei, em 02 Out 89, criando o QCO. Selecionados por concurso público, os aprovados recebem a formação militar e específica na Escola de Administração do Exército (EsAEx), em Salvador, Bahia. Inicialmente o interesse do Exército abrangeu as áreas de Direito, Administração, Informática, Economia, Estatística, Ciências Contábeis, Enfermagem, Veterinária, Comunicação Social e Magistério.

Como resultado de criteriosos estudos, a Força abriu suas portas à mulher brasileira. Selecionada por concurso público, a primeira turma terminou o seu curso na EsAEx no final de 1992. Já em 1989 os Colégios Militares davam partida para a presença da mulher, permitindo que meninas fossem matriculadas, produzindo um justo e natural equilíbrio.

Iniciaram-se os estudos para a admissão de mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras, que resultaram, em 2019, no ingresso de 34 mulheres, oriundas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas, São Paulo, no Curso Básico desse estabelecimento de ensino militar.

Visualizando o futuro e um Exército moderno, o EME, com a participação dos órgãos setoriais, desenvolveu estudos para atingir altos níveis de capacitação operacional, em face da crescente estatura político-estratégica do Brasil. Através de cuidadosa análise busca-se a definição, organização e funcionamento do denominado Sistema Exército, abrindo-se mais uma fase de modernização.

A turbulência do ano de 1988 não afetou os trabalhos em curso, decidido que estava o pessoal à preparação do Exército do presente e do futuro. As ideias do Ministro, quanto à nova Constituição, interpretando o pensamento do EB, foram atendidas pela Assembleia Nacional Constituinte, o que contribuiu para a continuidade do grande esforço de modernização da Força. Em 1991, ocorreu a reestruturação do EME e a criação do Comando de Operações Terrestres (COTER), organismo planejador e acompanhador da atividade-fim.

Tendo em vista a relevância dos Colégios Militares, elos de ligação entre a sociedade e o Exército e de significativo papel na consolidação do civismo e da cidadania, o Min. do Exército Gen Ex Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, expediu a Nota nº 002, datada de 26 Jan 93, para o Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa determinando estudos para a reativação e a criação de CM, estabelecendo, ainda, pela Nota nº 003, de 08 Fev, que as reativações ficavam previstas para 1994 e as criações para o ano letivo seguinte.

Assim, em cumprimento a essas determinações, foram revitalizados os CMRJ, CMB, CMPA, CMF e o de Manaus; foram reativados o CMR, CMS, CMBH e CMC; e criados os de Juiz de Fora, Campo Grande e Santa Maria, sendo um total de 12 em funcionamento no ano de 1995, com uma presença total de 11.507 alunos/alunas. Em 2016, foi criado o Colégio Militar de Belém do Pará.

Finalmente, objetivando o cumprimento de sua missão constitucional mas com a visão de melhor adestrar os seus quadros e ativar a modernização, a Força Terrestre criou, em 1995, o SIPLEX (Sistema de Planejamento do Exército), com a finalidade de manter e aprimorar a unidade de pensamento e ação, no que tange à doutrina, às concepções político-estratégicas, à logística e ao planejamento operacional.

Esforço na Ciência e na Tecnologia

O Exército Brasileiro deu continuidade aos trabalhos de pesquisa, ensino científico e tecnológico e estímulo à implantação de um parque industrial de interesse militar no país, com desdobrado ânimo e objetividade. Contribuíram para isso o reconhecimento das dificuldades de obtenção de materiais e equipamentos militares no estrangeiro, a consciência de que o país não deveria ficar dependente da vontade externa para suprir e manter suas Forças Armadas e a certeza de que a indústria nacional seria capaz de responder ao desafio de substituição de grande parte das importações.

Destacam-se nessa fase a organização do Centro Tecnológico do Exército, em 1979 e 1980, instalado em Guaratiba, no Rio de Janeiro. Através da consolidação do Sistema de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército - um instrumento moderno da organização, foram agilizados os trabalhos técnicos e científicos em áreas prioritárias - blindados, viaturas militares, mísseis, equipamento eletrônico miniaturizado, transferência de tecnologia, aquisição de sistemas e implantação de meios de pesquisa. Foram também desenvolvidos os lançadores de foguetes, armamentos, munição, principalmente propelentes moldados e material de engenharia.

Apoiando tal esforço, o Instituto Militar de Engenharia dedicou-se, com renovada intensidade, à formação de engenheiros civis e militares, inclusive em nível de mestrado e doutorado em especialidades de grande interesse para o desenvolvimento da ciência e da nossa tecnologia militar em fortificações e construções, geodesia e topografia, mecânica e armamento, metalurgia, química, eletrônica, eletricidade, comunicações e energia nuclear.

Foram reunidos recursos financeiros próprios e outros captados em entidades civis e de governo, através de convênios, para estudos e pesquisa de química, engenharia nuclear, tecnologia de teledireção de mísseis, álcool para motores, informações científico-tecnológicas e engenharia de transportes.

Esse esforço, que prolongou os trabalhos desenvolvidos na antiga Escola Técnica do Exército, hoje IME, deu à Força um crescente índice de nacionalização de seus materiais e contribuiu para aumentar o seu grau de operacionalidade pelo incremento da mobilidade, potência de fogo e maiores meios de coordenação e controle de grandes-unidades e unidades. Surgiu, pela primeira vez em nossa história industrial, o fenômeno da superação civil na fabricação de armas, munições, viaturas e blindados e equipamentos militares que, exportados, estariam à disposição do Exército, numa contingência de guerra ou conflito. Neste conceito, destacaram-se, por volta de 1983, o Sistema de Foguetes Astros e os carros-de-combate Osorio e Tamoio, equivalentes em qualidade aos seus congêneres estrangeiros.

As unidades passaram a receber carros blindados e viaturas de transporte de pessoal ou de carga fabricados ou repotencializados no País, bem como armas portáteis, equipamentos de comunicações, equipamentos individuais e fardamentos diversos. Materiais mais sofisticados foram adquiridos no estrangeiro, condicionados à sua progressiva fabricação pela nossa indústria.

Progressivamente o país avançou, através da indústria bélica nacional, para elevado grau de autosuficiência, além de ver aumentada a operacionalidade de seu Exército. O uso da Informática, em sua fase pioneira, iniciada em 1964, com a aquisição de computadores de segunda geração para pagamento de pessoal, estava terminada em 1980, com a instalação do CPD-2 em São Paulo, dentro de um sistema que cobria as necessidades do Exército. A criação da Diretoria de Informática, subordinada ao Departamento de Engenharia e Comunicações (DEC), o estabelecimento de uma Política de Informática do Exército e do seu Sistema de Informática foram passos decisivos neste campo, além da aquisição e instalação de equipamentos para processamento de dados a serviço do Exército em todos os campos de atividade.

Dessa forma mantém-se o Exército na vanguarda da ciência e da tecnologia nos setores que interessam à segurança do país e que têm reflexos em seu desenvolvimento.

(continua)

O Exército e a Amazônia Brasileira

As hipóteses de emprego do Exército na floresta amazônica impunham a presença de homens adestrados para o combate na selva. Assim, o Decreto nº 53.649, de 02 Mar 64, criou o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), cujo funcionamento materializou-se após dois anos. Ficou instalado, inicialmente, no QG do Grupamento de Elementos de Fronteira, em Manaus, Amazonas, concluindo-se o primeiro curso em novembro de 1966.

Em setembro de 1967, o CIGS transferiu-se para um novo aquartelamento, construído no bairro de São Jorge, Manaus. Os cursos de Guerra na Selva dividiram-se em duas categorias: um para oficiais e outro para subtenentes e sargentos. Em 1971, ampliou-se para três categorias: A, oficiais superiores; B, capitães e tenentes; C, subtenentes e sargentos, ostentando uma nova denominação: Centro de Operação na Selva e Ações de Comandos (COSAC). Em 1978, retornou à sua denominação inicial, subordinado ao Comando Militar da Amazônia (CMA), que, desde 1969, tem seu QG em Manaus.

Em toda a Amazônia constitui preocupação para o governo a região ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, com mais de 1 milhão de Km², apresentando comunidades indígenas que necessitam mecanismos de preservação cultural, delimitação e demarcação de suas terras, reservas e fronteiras.

Os esforços para integrar a região ao resto do país começaram em 1985, quando estudos mais aprofundados visaram a estabelecer parâmetros para uma ação estratégica concreta. Concluiu-se ser importante o aumento da presença brasileira na área, com base na ação pioneira das FFAA, cabendo ao Exército a ocupação física dos pontos sensíveis na faixa de fronteira.

Para que o Exército atingisse essa meta, houve necessidade de reestruturação e de aumento da presença militar, ativando-se o 5º Batalhão Especial de Fronteira, em São Gabriel da Cachoeira, AM, e o 5º Comando de Fronteira do Rio Negro, bem como a complementação das instalações de quatro Pelotões Especiais de Fronteira (Yauaretê, São Joaquim e Querari, no Amazonas; e Surucucu, em Roraima) projetando-se mais outros quatro (Ericó, Avaris, Entre Rios, Jacamim, Vila Contão, Serra do Sol, e Uaiacás, em Roraima; Maturacá, no Amazonas; e Tiriós, Pará), além de prover a implantação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista, Roraima, transferida de Petrópolis, RJ, e de melhor equipar o Comando de Fronteira do Solimões.

Em 1992, a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, chamada Brigada das Missões, sediada no RS, em Santo Ângelo (Comando, Companhia de Comando e o 61º Batalhão de Infantaria Motorizado) e Cruz Alta (o 17º Batalhão de Infantaria) recebeu ordem de se transferir para Tefé, Estado do Amazonas, com a designação de 16ª Brigada de Infantaria de Selva. A transferência verificou-se em abril de 1993 (o Escalão avançado) e em maio (o restante do efetivo). A 16ª Brigada encontra-se subordinada ao CMA. Tudo sem perder de vista a preocupação com os custos: a maior parte dos quartéis é construída em madeira.

A presença do Exército alcança, porém, maior amplitude do que a área delimitada pelo Projeto Calha Norte. Espalha-se por toda a Hileia Amazônica,

onde homens e animais se misturam e com ela se identificam. Os militares que integram os BIS e os Pelotões de Fronteiras, agem multifacetadamente, enfrentando narcotraficantes e guerrilheiros de países vizinhos, protegendo as terras indígenas de invasores, efetuando operações de socorro a populações isoladas, além de muitas outras, segundo as necessidades.

O Exército ainda vem assumindo a construção de vias e ligações intermunicipais e interestaduais indispensáveis à integração e ao desenvolvimento econômico da região.

Não passa despercebida desse amplo contexto a preservação do meio ambiente. Em recentes convênios firmados com órgãos de proteção ambiental, como o Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – o Exército apoia a fiscalização da fauna e da flora, empenhando o seu efetivo combatente existente na Amazônia nessa importante tarefa.



Vigilância das fronteiras terrestres brasileiras
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 213)

Participação do Exército na Formação da Nacionalidade Brasileira

A participação do EB no desenvolvimento social do país é histórica e permanente. Além de sua missão de segurança tem ele, como essencial, a identidade com o povo brasileiro o que, por si só, compele-o a participar de seus problemas e de seus esforços para obtenção do bem-estar social. É consciência geral que a segurança de uma Nação está diretamente relacionada à sua capacidade de produzir, fazer circular e consumir riquezas.

No setor social, tem sido notável a influência do Exército na valorização do homem brasileiro, a começar com a incorporação e instrução a milhares de brasileiros que fazem o serviço militar anualmente. Através da instrução e do exemplo, jovens soldados submetem-se à inteligente ação educativa na tropa, aumentando sua higidez, aprimorando seu caráter, adquirindo noções de higiene, respeito aos símbolos nacionais e dedicação à Pátria, além da aquisição de habilidades profissionais através de cursos e estágios. As sucessivas gerações que passam pelos CMs, pela EPCEX, pelos CPOR e NPOR espalhados

pelo território nacional, levam do Exército lições que as auxiliarão no resto de suas vidas, a serviço da causa nacional, mesmo não seguindo a carreira militar.

Da mesma forma, já assinalada, os batalhões de Engenharia de Construção, espalhados pela Amazônia e pelo NE, contribuem permanentemente para o aumento da qualidade da mão-de-obra especializada de seus conscritos e civis contratados em mecânica, condução de veículos especializados, tratores, operação de máquinas e ferramentas. E nas vastas regiões de fronteira, as unidades do Exército seguem programas para fixação de núcleos populacionais, mediante a necessária assistência em educação, saúde e saneamento básico.

Entretanto, nenhum desses serviços é mais importante do que a presença de unidades de tropa com oficiais e praças oriundos de outras regiões e formados nas escolas militares em elevados padrões éticos, espirituais e morais. É o exemplo que se projeta e que reproduz a educação e a cultura.

O elo entre o passado e o futuro

Tendo como objetivos gerais a reparação, a preservação, a criação e a difusão de tudo aquilo que diga respeito ao acervo histórico e cultural do EB, foram estabelecidas ações para a consecução desses objetivos, que passaram a ser operacionalizados através de estruturas específicas.

Como exemplo podem ser destacadas as seguintes organizações culturais: Arquivo Histórico (AHEx), Biblioteca do Exército (BIBLIEx), Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (MNMSGM), Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (MHEx/FC), Centro de Documentação do Exército (CDocEx, extinto) e o Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHiMEx).

O AHEx nasceu em 07 Abr 1808 como uma das medidas militares que o Príncipe Regente Dom João estabeleceu ao fixar o governo português no Brasil. Esse arquivo ficou vinculado à Real e depois Imperial Academia Militar até 1887, quando passou à Repartição do Estado-Maior (1887/99), à Secretaria de Estado da Guerra (1899-1909), permanecendo na Secretaria Geral até 1990, quando passou à DAC, hoje DPHCEx. Seu acervo apresenta documentos manuscritos, impressos, coleções de personalidades, iconografia e cartografia.

A BIBLIEx foi criada pelo Imperador Dom Pedro II a 17 Dez 1881 e foi reorganizada em 1937. O seu rico acervo de quase 100 mil obras acha-se distribuído por três bibliotecas de consulta no Rio de Janeiro: Franklin Dória, no Palácio Duque de Caxias, com livros raros, periódicos, manuais e regulamentos militares; Neomil Portella, instalada no antigo Forte de Copacabana a partir de 28 Set 96; e Gen Lobo Viana, em funcionamento no Museu Conde de Linhares. Conta, ainda, com uma secção de publicações que já editou, desde 1937, mais de mil títulos de cultura geral e técnico-profissional, além de livros didáticos.

O MHEx/FC tem origem no Museu Militar da Casa do Trem, criado em 1865. Por ocasião do Centenário da Independência, em 1922, o Presidente Epitácio Pessoa extinguiu os museus Militar e Naval, criando o Museu Histórico Nacional. Parte do acervo do primeiro ficou dividido entre a Escola Militar e o Asilo

dos Inválidos da Pátria, localizado na ilha do Bom Jesus. Em 1956, o Museu Militar ressurgiu instalado na casa que pertenceu a Deodoro da Fonseca. Em 1986, passou a ocupar as dependências do Forte de Copacabana que, desativado, abriga as diversas secções que o constituem. Sob o seu controle ainda se encontram o Panteon de Caxias, a Casa de Deodoro, a Casa de Osorio e a Secção da Quinta da Boa Vista.

O MNMSGM, concebido pelo Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, foi erguido entre 24 Jun 57 e 24 Jun 60, no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro. Tendo por finalidade abrigar os restos mortais dos combatentes mortos na Europa, sua monumental estrutura reverencia e relembra a participação brasileira no segundo conflito mundial. No andar térreo, um Museu da FEB exhibe objetos e armaria relacionados com a participação brasileira na Campanha da Itália. O Túmulo do Soldado Desconhecido é permanentemente guardado por militares das três Forças que se revezam mensalmente.



**Treina-
mento de com-
bate na selva
amazônica**
(Fonte: BI-
BLIEx, 1998, p.
229)

MISSÕES DE PAZ NA ÁFRICA, ÁSIA, AMÉRICA LATINA E EUROPA

(www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_divmispaz/historico_op_paz/historico_das_operaes_de_paz.pdf)

A ONU vem atuando em conflitos e pós-conflitos, buscando dirimir arestas entre contendores e promover a tão utópica paz no mundo. Sua atuação perpassa todos os campos do poder, mas tem sido no campo militar a de maior visibilidade. Até o momento, a ONU atuou em 55 (cinquenta e cinco) missões de paz, sendo 23 (vinte e três) na África, 08 (oito) nas Américas, 09 (nove) na Ásia e Pacífico, 08 (oito) na Europa e 07 (sete) no oriente médio. Dessas missões, o Brasil participou de 38 (trinta e oito), tendo colaborado com a presença de

mais de 30.000 militares. Atualmente, a ONU possui 17 (dezesete) missões e o Brasil participa de 09 (nove) delas.

A Port 952-MD, de 15 Jun 10 designou o já existente Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz), do EB para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e altera a sua denominação, para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), sediado na Vila Militar, Rio.

A ONU trabalha sob duas concepções de atuação: Peace Enforcement (imposição da paz) e Peacekeeping (manutenção da paz).



Soldado brasileiro das Forças de Paz da ONU
(Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 233).

Evolução do conceito de missão de paz

A mudança da natureza dos conflitos resultante do término da Guerra Fria fez ressurgir antigos desafios para a manutenção da paz que colocam em risco a segurança coletiva mundial.

Conforme o Gen Valério Stumpf Trindade, em artigo publicado o jornal Zero Hora de Porto Alegre em 15 Out 2021, as Op Paz emergiram em 1945 como instrumento de segurança coletiva em âmbito mundial. Mas antes disso o Brasil já havia participado dessas ações, mas ainda não sob a égide da ONU nem da OEA. Conforme o general:

A participação brasileira em operações de paz é legitimada como política de Estado em documentos como a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa¹⁶ (ZH, 15Out2021).

Recentemente, o CMS recebeu da ONU a Certificação Nível 2 do Sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção da Paz à sua tropa.

Por muitos anos, as operações de paz significaram ações militares para evitar a ampliação de conflitos. Com a evolução da conjuntura mundial, com o surgimento de múltiplas áreas de atrito, as missões de paz tornaram-se mais complexas, alterando os padrões originais.

As operações de paz tradicionais resumiam-se em desdobramento de forças de coalizão ou multinacionais no terreno, com a finalidade de monitorar e facilitar a implementação de acordo de cessar-fogo em apoio de esforços diplomáticos para solucionar politicamente o conflito armado, normalmente obedecendo a três princípios básicos:

- ter a anuência das partes em confronto, inclusive um convite explícito do(s) país(es) onde a força de paz seria desdobrada;
- ser imparcial; e
- fazer uso de armas somente em defesa própria.

Novos tipos de conflitos deram origem a novos conceitos para garantir a paz no mundo. A doutrina que emergiu dos novos desafios de crescente violência criou outras formas de operações de paz:

- de manutenção da paz – monitoramento de cessar-fogo estabelecido;
- de imposição de paz – intervenção militar convencional em separação dos beligerantes pela força;
- de pacificação – mediação diplomática com assessoria militar para colocar fim a disputas; e
- de construção da paz – esforço nacional do tipo ação cívico-social que implique em desdobramento preventivo de força.

¹⁶ Documento público das atividades do setor de Defesa. Permite à sociedade o acompanhamento dessas atividades e constitui também uma peça de Diplomacia de Defesa, compartilhando e esclarecendo aos nossos vizinhos e parceiros as motivações e finalidades do instrumento militar.

Prestígio internacional

Após a atuação brasileira na mediação do fim da guerra ocorrida entre Paraguai e Bolívia pela região do Chaco Boreal (1932/35), a participação do Brasil na II Guerra Mundial conquistou para o nosso país extraordinário prestígio internacional. Como demonstração dessa realidade, quando da ocorrência de crises mundiais, o Brasil costuma ser convocado por organismos internacionais a emprestar sua colaboração armada, para a manutenção da paz em regiões conflagradas.

O brilhante desempenho dessas honrosas missões está relatado neste capítulo e no seguinte, que dá destaque à Força de Emergência das Nações Unidas (FENU), à Força Interamericana de Paz (FIP) ou Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRÁS) e à Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH).

A paz do Chaco

A mediação do Brasil junto com a Argentina, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai, foi muito importante no conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai em 1932, pondo em execução no campo de batalha as cláusulas de segurança do Protocolo de Paz, firmado em 12 Jun 35. A atuação dos representantes do Brasil na Comissão Militar Neutra – Embaixador José Carlos Macedo Soares e o então Cel Estêvão Leitão de Carvalho – colaborou para um acordo sobre a questão de limites e para levar os beligerantes à cessação das hostilidades e desmobilização militar no Chaco Boreal.

Presença ampliada em Forças de Paz a partir de 1960

As participações de militares brasileiros em face de pedidos da ONU ou da OEA, nas décadas de 1950 e 1960, no Oriente Médio e no Caribe, permitiram experiências e troca de ensinamentos, além de terem projetado o Brasil na comunidade internacional.

Outras participações brasileiras no estrangeiro ocorreram em menor escala, no Congo (ONUC), entre 1960 e 1964, por militares da Força Aérea; na Nova Guiné (UNSF), entre 1962 e 1963, com a presença de dois observadores militares, maiores, que integravam a Força de Emergência das Nações Unidas no Egito; no Paquistão (UNIPOM), entre 1965 e 1966, para onde o governo brasileiro fez designar 10 oficiais como observadores militares, sendo seis do Exército. A partir de 1989,

a presença militar brasileira tem aumentado e se diversificado em missões de paz no mundo.

Além da participação em missões no Oriente Médio, na República Dominicana e no Haiti, assuntos do capítulo seguinte, militares brasileiros executaram as missões a seguir discriminadas:

UNAVEM I – Angola

Essa missão foi entre 1989/91, implementada pela Resolução 435/78, do Conselho de Segurança da ONU, criada em 20 Dez 88, para a constatação internacional da retirada dos efetivos cubanos (50 mil homens) do território angolano. Entre observadores militares de vários países, coube ao Brasil a chefia da Missão de Observação, para a qual foi designado o Gen Bda Péricles Ferreira Gomes. Os oficiais brasileiros, por falarem o idioma oficial de Angola, puderam exercer funções de ligação entre as autoridades cubanas e angolanas.

Para a ONU essa missão foi um sucesso. A retirada dos cubanos foi concluída em 25 Mai 91. Pôde-se, portanto, chegar ao acordo de paz entre o governo de Angola e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e, conseqüentemente, a implantação da UNAVEM II após o encerramento dessa primeira, em 6 de junho de 1991.

UNAVEM II – Angola

Essa missão, decorrente da UNAVEM I, desenvolveu-se entre 1991 e 1993 a pedido do governo de Angola, objetivando a verificação do acordo de paz firmado com a UNITA cujo líder, Jonas Savimbi, aceitara em 31 Mai 91. Previa-se a desmobilização dos efetivos militares em conflito, a organização de novas Forças Armadas angolanas, bem como a realização de eleições livres entre 29 e 30 de setembro de 1992. Encontrava-se no governo de Angola o Presidente José Eduardo dos Santos que organizou as eleições. Entretanto, Savimbi não aceitou a derrota nas urnas, reiniciando a guerra civil em Nov 92. Em 1993, 70% do território angolano estava nas mãos da UNITA. Savimbi fez de Huambo seu QG. A UNITA, com o seu poder de fogo aumentado em artilharia e blindados, estendeu o seu domínio por cidades e vilas.

O Brasil enviou 11 oficiais do Exército como observadores da ONU, incluindo o Gen Bda Péricles Ferreira Gomes que comandou, por 33 meses, o grupo de observadores. Em 1993, o efetivo brasileiro nessa missão atingia 82 militares. Devem ser mencionados dois oficiais médicos e 12 praças da área de saúde do Exército, dignos de destaque. Em

seu "Relatório de Final de Missão" encaminhado ao EME, em 1993, o Cel Francisco José da Silva Fernandes observou:

"Era público e notório que o pessoal brasileiro tinha um desempenho bem acima da média seja pela especial condição de falar a língua local, seja pela excelente formação profissional. Na comparação com os estrangeiros, era flagrante o nosso maior interesse, dedicação, seriedade, probidade, enfim, competência profissional".

UNAVEM III – Angola

Essa missão foi implementada em setembro de 1995 como decorrência da assinatura de novo acordo de paz entre o governo de Angola e a UNITA, em Lusaka, capital da Zâmbia. Teve por finalidade verificar o cessar-fogo, a desmobilização ou reintegração de forças militares irregulares nas Forças Armadas angolanas e zelar pelo segundo turno de eleições gerais no país.

O Brasil participou dessa missão com observadores militares e tropas: um batalhão de infantaria, com 800 homens divididos em seis companhias, baseadas em Lobito, Luena, Kuito e Chitembo; uma companhia de engenharia, sediada em Calomboloca; duas equipes médicas do Exército, atuando em postos de saúde localizados nas Províncias do Moxico e Bié, Comando Regional de Luena. Total: 1.064 homens, correspondendo a 17% do efetivo da ONU.

A região é desprovida de estradas; por isso, o transporte aéreo, nas mãos de pilotos e aviões russos, tornou-se vital. Justificou-se, assim, a presença da Cia Eng que recebeu como missão reconstruir uma estrada entre Luanda, capital, e a Província de Uíge, com 350 quilômetros. A outro grupo coube desativar minas, em número de 15 milhões. O comando da operação, denominada COBRAVERN, foi entregue ao Major de Engenharia Américo Paysan Valdetaro Filho. O custo geral da operação elevou-se a 133 milhões de reais.

Assim, a participação crescente do Brasil nos assuntos internacionais permite em síntese que o Exército adquira experiência preciosa para o estudo de Estratégia, ao mesmo tempo que nossos oficiais ampliam seus conhecimentos bélicos modernos. E é uma forma de projetar o Brasil no cenário internacional.

(continua)

ONUCA – América Central

Essa missão foi criada pela Resolução 644 do Conselho de Segurança da ONU, em 07 Nov 89, tendo por finalidade estimular, na Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua a desmobilização voluntária dos "contras", forças irregulares de direita que atuavam na área, bem como as forças regulares de esquerda. Foram desmobilizados cerca de 22 mil combatentes.

O Brasil enviou observadores militares, sendo 18 do Exército, que chegaram à zona de operações em 02 Mai 90. Tal efetivo foi acrescido de uma segunda equipe de mais 11 oficiais do EB. O sucesso da missão permitiu ser desencadeada a Missão ONUSAL em El Salvador, a partir de 28 Fev 92, com a presença de oficiais brasileiros da Missão ONUCA. A Missão DESMINAGEM, em 1993, solicitada pela OEA, também foi uma consequência da Missão ONUCA e tinha por objetivo a limpeza de campos de minas na Nicarágua. O Exército participou com três oficiais.

ONUSAL – El Salvador

Essa missão nasceu em consequência do processo de negociação iniciado pelo governo de El Salvador e a oposição armada. O primeiro acordo datou de 26 de julho de 1990, assinado em São José, Costa Rica. Assim, o Conselho de Segurança da ONU, em sua Resolução nº 693, de 20 de maio de 1991, decidiu estabelecer a ONUSAL.

Sua finalidade consistia na verificação do acordo entre o governo e a FMLN (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional). A missão envolvia a monitorização ativa da situação dos direitos humanos em El Salvador, promovendo o término das violações.

O Brasil enviou três oficiais superiores como observadores militares, sendo dois do Exército. Em março de 1993, o número de oficiais brasileiros na área atingia 43, sendo 33 do Exército, elevando-se esse número para 47, em 1995, 13 dos quais oriundos da ONUCA

UNPROFOR – Ex-Iugoslávia

A crise iugoslava exigiu o estabelecimento de uma Força de Proteção das Nações Unidas, em 15 de maio de 1992, pela Resolução nº 752 do Conselho de Segurança. Visava a criar as condições de ser obtido um acordo geral de paz.

O Brasil designou, pela Port. nº 01319/FA-22, de 15 Abr, três oficiais para observadores militares (um do Exército), número aumentado em

julho para 10 oficiais, cinco do EB, e em setembro mais 20, cabendo seis ao Exército. Houve, ainda, novo aumento para 33 oficiais.

Em 1993, essa missão foi subdividida em outras: UNPROFOR (Força de Proteção das Nações Unidas – Bósnia), UNCRO (Operação das Nações Unidas para a Restauração da Confiança – Croácia) e UNPREDEP (Desdobramento Preventivo das Nações Unidas – Macedônia).

ONUMOSZ – Moçambique

Essa missão foi implantada em 13 de outubro de 1992, com a finalidade de verificar o previsto no acordo de paz assinado neste mesmo ano, em 4 de outubro, em Roma, entre o governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a guerrilha da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana). Objetivava o cessar-fogo geral, desmobilização ou reintegração das forças não regulares nas Forças Armadas moçambicanas e a realização de eleições livres.

Vinte oficiais brasileiros foram designados, em 21 Dez, como observadores militares, sendo 15 do Exército, além do Gen Div Lélcio Gonçalves Rodrigues da Silva, na qualidade de Cmt do vetor militar da missão. O número de oficiais brasileiros aumentou, logo depois, para 37.

ONOMUR – Uganda/Ruanda

A sua implementação data de 1993, objetivando intervir no conflito étnico-militar entre o governo de Ruanda e a RFP (Frente Patriótica Ruandense). Acordos de paz foram firmados, mas o conflito prosseguiu no norte do país. O Brasil enviou diversos oficiais como observadores militares, sendo sete do Exército, além de efetivo pertencente à área de Saúde. A missão foi encerrada em decorrência do aumento do conflito. A ONU implantou, então, a UNAMIR.

OBSERVADOR NO SURINAME E REMINAS – OEA

Essas missões ocorreram no Suriname, sendo a primeira de agosto a outubro de 1992, com observadores militares, cedendo o Exército três oficiais. A segunda desenvolveu-se de janeiro a fevereiro de 1994, com a finalidade de desativar minas, igualmente com a participação de três oficiais do Exército.

(continua)

UNPF (antiga UNPROFOR) – Ex-Iugoslávia

Com a assinatura de acordos de paz, o Brasil enviou três oficiais do Exército como observadores. O Gen Bda Newton Bonumá dos Santos chefiou os observadores que atuavam na área.

Confirmando os riscos decorrentes da missão, uma vez que os observadores não usavam armas, o Capitão Harley Alves acabou prisioneiro das tropas sérvias, sendo libertado somente após razoável período de desconforto. Em reconhecimento aos serviços prestados, o oficial foi condecorado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com seus colegas do Exército, Capitães Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira e João Batista Bezerra Leonel Filho e mais o Tenente-Coronel Aviador César Bombonato. Na oportunidade, o Presidente observou que a missão requer responsabilidade e sacrifício e acrescentou:

"Mas é também uma exigência do interesse nacional brasileiro, porque devemos, queremos e podemos participar mais intensamente do processo decisório internacional, que trará benefícios concretos ao país".

MINUGUA – Guatemala

Essa missão teve início em novembro de 1994, com a finalidade de estabelecer um elo entre o Governo da Guatemala e a guerrilha, com encaminhamento de um Acordo de Paz.

O Brasil manteve quatro observadores militares do Exército na área.

REMINAS – MARMHON – Honduras

Essa missão destinou-se à remoção de minas existentes em Honduras, tendo sido iniciada em outubro de 1994. O Brasil enviou nove militares na qualidade de supervisores de desativação de minas, sendo seis do Exército.

UNFICYP – Chipre

A UNFICYP, Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre, foi estabelecida em 1964 para evitar o prolongamento de lutas entre as comunidades greco-cipriota e turco-cipriota e para contribuir na manutenção e restauração da lei e ordem no Chipre.

O Gen Div Paiva Chaves, então comandante da UNEF, em Suez, foi designado pelo Secretário-Geral da ONU para implantar a missão.

O Embaixador Carlos Alfredo Bernardes atuou como Representante Especial do Secretário-Geral da ONU no Chipre, de setembro de 1964 a janeiro 1967. O Brasil só veio a participar do contingente militar das Nações Unidas em Chipre a partir de 1995, quando dois militares brasileiros (01 Cap e 01 ST) passaram a integrar o Batalhão de Infantaria argentino que integra a UNFICYP. Posteriormente, a participação do EB foi reduzida à presença de 1 oficial observador militar.

SEDE da ONU – Nova York

Há nesse organismo internacional um oficial do Exército como assessor para assuntos de Logística, dentro do DPKO (Departamento de Operações de Manutenção da Paz).

MOMEP – Equador/Peru

Tendo em vista a Declaração de Paz entre o Peru e o Equador em função da Guerra do Cenepa, assinada no Itamaraty em Brasília a 17 Fev 95, e sendo o Brasil um dos países garantes¹⁷ da cessação de hostilidades, esta missão partiu de Brasília em 11 Mar 95 instalando-se na área no dia seguinte.

A missão brasileira era integrada por 11 oficiais, incluindo o general e coordenador geral, Gen Div Cândido Vargas de Freire. A base de apoio dos observadores militares que atuaram no Equador ficou instalada em Patuca, deslocando-se mais tarde para o porto de Coangos. Os observadores militares enviados ao Peru permaneceram de início em EI Milagro, deslocando-se posteriormente para o Posto de Observação PV-1, sede da 6ª Região Militar Peruana.

A missão atuou na área denominada Alto Cenepa. Ultrapassada a fase preparatória e a de cessar-fogo, incumbiu-se da separação de forças para atingir a desmilitarização e desmobilização. Assinale-se que a área dos enfrentamentos se apresentava bastante inóspita, com a selva cobrindo paredões de grande vulto.

Em junho de 1995, o Gen Freire foi substituído pelo Gen Div Francisco Stuart Campbell Pamplona, quando então tiveram início as negociações com as autoridades militares dos dois países. Em setembro, o Gen Pamplona foi substituído pelo Gen Div Marcello Rufino dos Santos.

¹⁷ Mais os EUA, Argentina e Chile (Protocolo de Paz, Amizade e Limites, de 1942).

Os primeiros Ch EM foram o Cel Carlos Alberto e o então Cel Art EM Sérgio Luiz Vaz da Silva.

COBRAMOZ – Moçambique

O COBRAMOZ (Contingente Brasileiro em Moçambique) formou-se, em 1994, a partir do pedido formalizado pela ONU de acordo com as "Diretrizes de Emprego de Forças de Paz da ONU". Os militares, todos voluntários, passaram por acurada seleção para o cumprimento da missão a cargo da 1ª Cia do 26º Btl Inf Pqdt. Várias palestras ocorreram previamente visando ao preparo do pessoal selecionado, ao mesmo tempo em que medidas administrativas iam sendo feitas. A instrução exigiu amplo e diversificado campo de conhecimentos, envolvendo não só assuntos militares específicos mas também noções da história de Moçambique. Houve, também, um intenso preparo psicológico da tropa.

A missão da COBRAMOZ residia em participar da desmobilização das forças oponentes: governo (Frente para a Libertação de Moçambique – FRELIMO) e a resistência (Resistência Nacional de Moçambique – RENAMO). Foram então criadas as novas Forças Armadas de Moçambique: FARM.

Uma das finalidades do COBRAMOZ era garantir a segurança dos observadores militares internacionais, durante o processo de desmobilização. O COBRAMOZ, nos quase cinco meses de missão, apreendeu cerca de 6.500 armas e 150 mil cartuchos e granadas, além de seis toneladas de explosivos que foram detonados.

A base foi instalada em Mocuba, Província de Zambézia, sob o comando do Maj Inf Franklimberg Ribeiro de Freitas. O nosso contingente enfrentou várias dificuldades, salientando-se o péssimo estado das estradas, falta de recursos locais, presença da malária (que atingiu 14 homens logo na chegada), subindo para 37 casos no decorrer da missão. Não obstante, o estado de saúde da tropa manteve-se em nível elevado.

Deve-se ressaltar que a desmobilização nem sempre se mostrava pacífica; nas zonas de reunião, onde deveria se processar, havia dificuldades oriundas das políticas locais, com amotinamentos e mesmo aprisionamento dos observadores militares, exigindo pronta intervenção da COBRAMOZ. A Província de Zambézia revelava-se uma área particularmente crítica. A presença brasileira foi sempre muito apreciada, servindo como experiência para a participação em futuras missões dessa natureza.

O primeiro comandante da Força Militar da ONU em Moçambique entre Fev 93 a Fev 94 foi o Gen Div Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva.

Assim, em terras distantes, sob climas adversos e debaixo do fogo cruzado dos enfrentamentos raciais, políticos e religiosos, nossos militares têm elevado o prestígio internacional do Brasil.

MINURSO – Saara Ocidental

Em 29 Abr 91 a ONU criou a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental, com a missão de preparar um referendo sobre a autodeterminação do Saara Ocidental. O Exército Brasileiro participou dessa missão com um grupo de observadores.

UNMIL – Libéria

Em 2003 a ONU estabeleceu a Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), com a missão de pacificar a Libéria, que estava sendo assolada por guerras civis. O contingente empregado, majoritariamente de nações africanas, desde seu início contou com a participação de oficiais do EB integrando seu Estado Maior.

UNOCI – Costa do Marfim

Em 2004 a ONU criou a Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim, com a missão de complementar as operações de tropas francesas e da Comunidade Econômica da África Ocidental (CE-DEAO) para um acordo de paz entre facções que entraram em luta nesse país africano. O EB passou a integrar essa Operação através da participação de oficiais de Estado Maior e de observadores militares.

GRUPO DE MONITORES INTERAMERICANOS – Colômbia

Um Grupo de Monitores Interamericanos integrou a Missão de Assistência da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao Plano Nacional de Desminagem na Colômbia. O EB participou dessa Missão, que foi criada em 2006, sob a égide da Organização dos Estados Americanos, desde março de 2007, com dois militares. Estes, atuaram em conjunto com as Forças Militares da Colômbia, realizando o treinamento dos pelotões de desminagem, contribuindo assim para a destruição de mais de 3400 minas terrestres e 326 artefatos explosivos improvisados, desde o início do projeto em 2005.

UNCRO – Croácia

Acrônimo em inglês para a Operação das Nações Unidas para a Restauração da Confiança na Croácia, a UNCRO teve a colaboração de observadores do EB de maio de 1995 a janeiro de 1996.

UNMOP – Prevlaka

A Missão das Nações Unidas de Observadores em Prevlaka (UNMOP) foi criada em 1996 para assumir as responsabilidades até então a cargo da UNCRO na supervisão e desmilitarização da Península de Prevlaka, ponto estratégico disputado pela Croácia e pela República Federal da Iugoslávia. Ao completar com êxito seu mandato, a Missão foi encerrada em dezembro de 2002. Os observadores do Exército Brasileiro participaram dessa Missão de 1996 até o seu final.

UNPREDEP – Macedônia

A UNDEPRED, acrônimo de Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas foi desdobrada para vigiar a faixa de fronteira, reportando todos os acontecimentos que pudessem desestabilizar a ex-República Iugoslava da Macedônia e ameaçar seu território. O componente militar da Missão cooperou com organismos internacionais e prestou assistência humanitária à população local. O Brasil contribuiu com observadores militares, enviados entre 1995 e 1999.

UNSCOB – Balcãs

O Brasil participou do Comitê Especial das Nações Unidas para os Balcãs (UNSCOB), criado em Out 47 por Resolução da Assembleia-Geral da ONU, para cooperar com as autoridades regionais no problema dos refugiados e monitorar a situação na fronteira entre a Grécia - em guerra civil - e a Albânia, a Bulgária e a Iugoslávia. A UNSCOB possuía as características das missões de observação, contudo, seus integrantes eram considerados representantes de seus respectivos países de origem, reportando-se diretamente à Assembleia Geral e não ao Secretário-Geral. O Brasil contribuiu com dois oficiais (um Cap-Ten da Marinha do Brasil e um Cap do Exército Brasileiro) no

período de 1948 a 1949. O Gen Anor Teixeira dos Santos integrou a Comissão de Investigação da ONU que avaliou os motivos do conflito.

UNTAES – Eslavônia Oriental

O Exército Brasileiro contribuiu de janeiro de 1996 a janeiro de 1998, com observadores para a manutenção da paz na região da Eslavônia Oriental, na fronteira da Croácia.

MINURCAT – República Centro Africana

MINURCAT, acrônimo para missão das Nações Unidas no Chade e República Centro Africana teve a participação de dois integrantes do Exército Brasileiro com a missão de observadores.

UNOMUR – Uganda/Ruanda

UNOMUR, acrônimo para Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda- Ruanda, estabelecida em 1993 para supervisionar a fronteira entre Uganda e Ruanda e verificar que nenhum tipo de material militar transitasse por ela teve a participação de um contingente de militares do Exército Brasileiro constituído por observadores militares e uma equipe médica.

UNSCOM – Oriente Médio

Terminada a Guerra do Golfo em 1991, foi criada a UNSCOM (Comissão Especial das Nações Unidas) que tinha a finalidade de eliminar as armas de destruição em massa dos arsenais do Iraque. Entre 1997 e 1998 o Brasil atendeu à uma solicitação da ONU para enviar pessoal técnico qualificado para compor as equipes de inspeção da UNISCOM. Quase a totalidade do contingente brasileiro era constituída por integrantes do EB.

TIMOR LESTE - UNAMET

O Timor Leste ocupa cerca de metade da ilha de Timor localizada no sudeste da Ásia. Foi colônia portuguesa até 1975, mas logo após a concessão da sua independência por parte de Portugal, tropas da Indonésia, a quem pertence o restante da ilha, invadiram o

novo país que então se constituía, resultando num conflito que durou 25 anos, o que levou a ONU a, em 1999, com consentimento dos governos de Portugal e da Indonésia, a estabelecer a UNAMET, acrônimo para Missão das Nações Unidas para o Timor Leste, com a missão de promover um plebiscito para definir o futuro político da ex-colônia.

Como o plebiscito mostrou que expressiva maioria de seus habitantes ansiavam pela independência, a ONU enviou 900 soldados para, sob a liderança da Austrália, constituírem a INTERFET (Força Internacional para o Timor Leste), para intervir militarmente nos conflitos que ocorriam entre milicianos pró Indonésia e os nacionalistas timorenses.

A chegada da INTERFET ao Timor Leste fez com que as milícias pró Indonésia retraíssem para o lado ocidental da ilha, permitindo que a ONU transformasse a UNAMET em UNTAET (Administração de Transição das nações Unidas no Timor Leste), chefiada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Em 2002 foi reconhecida pela ONU a independência do Timor Leste e, para substituir a UNTAET, foi criada a UNMISSET (Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste), com o objetivo de auxiliar na consolidação da independência do novo país e proporcionar a necessária segurança para esse propósito.

O Brasil participou de todas as fases da intervenção da ONU no Timor Leste, através da atuação de seus diplomatas e do envio de pelotões de Polícia do Exército, com efetivos variáveis, segundo a conjuntura, de 50 a 90 homens.

Como reconhecimento à atuação dos soldados brasileiros no seu processo de independência, o governo do Timor Leste deu o nome de DUQUE DE CAXIAS a uma de suas escolas.

MONUSCO– Congo

Em 2010 a ONU decidiu rebatizar a MONUC como MONUSCO, sigla em francês da Missão das Nações Unidas para a estabilização da República Democrática do Congo e em 2013 escolheu o Gen Div brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz para suceder um general indiano no comando da missão.

Em 2018 o general brasileiro Elias Rodrigues Martins Filho foi nomeado como sucessor de um general da África do Sul para comandante da missão. Em 2019 o Brasil enviou um contingente de instrutores e monitores (oficiais e sargentos) para colaborar na instrução das tropas da África do Sul, Tanzânia e Malawi que compõem a Brigada de Intervenção que integra a MONUSCO.

Missão de Paz da ONU na Guiné-Bissau

A UNOGBIS (Gabinete das Nações Unidas de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau) foi criada em 25 de junho de 1999, logo após a assinatura do Cessar Fogo pelo Acordo de Abuja, com o objetivo de fiscalizar e acompanhar a implementação desse Acordo - que restabeleceu a paz depois de 25 anos de lutas internas desde que o país conquistou sua independência - e para facilitar a eleição geral.

A participação brasileira se concretizou quatro anos depois, em novembro de 2003, quando o Brasil recebeu da ONU a solicitação para indicar um coronel habilitado nos idiomas Inglês, Francês e Português para ocupar o cargo de Assessor para Assuntos Militares do Representante do Secretário-Geral da ONU na Guiné-Bissau.

O primeiro oficial brasileiro dessa missão foi o Cel Inf QEMA Fernando Luiz Menna Barreto, que desembarcou em Bissau em fevereiro de 2004. A sua missão era atuar como oficial de ligação entre as Nações Unidas (UNOGBIS) e as Forças Armadas da Guiné-Bissau.

A partir de 2010, em uma segunda fase, o mandato foi adaptado e com o nome alterado para UNIOGBIS (Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau), permanecendo o objetivo de estabelecimento de um ambiente favorável à democracia e à boa governança.

A principal tarefa foi trabalhar com o governo, a sociedade e demais partes interessadas para implementar soluções para o problema da instabilidade política, com especial atenção para a dinâmica político-militar, as instituições estatais ineficazes, o estado de direito, a impunidade à violações aos direitos humanos, a pobreza e a falta de acesso aos serviços básicos.

A UNIOGBIS foi concluída e encerrada em 31 de dezembro de 2020.

A participação brasileira contribuiu para reforçar a ótima imagem que o povo de Bissau tem do Brasil.

Atualmente, Cadetes da Guiné-Bissau realizam curso de formação de oficiais na AMAN.

Abaixo, o Cel Menna Barreto junto a integrantes das Forças Armadas e das diversas etnias da Guiné-Bissau.



TRÊS MISSÕES DE PAZ DE ELEVADO RISCO

ONU – Oriente Médio

O conflito secular entre árabes e judeus, os interesses econômicos das potências europeias, as ambições políticas e o jogo estratégico das superpotências, com o passar do tempo, faziam crescer os antagonismos no Oriente Médio.

O Presidente Gamal Abdel Nasser, em julho de 1956, anunciou a nacionalização da Companhia do Canal de Suez, provocando o aumento de tensões na região.

A 29 Out 56, Israel invadiu a faixa de Gaza e a península do Sinai, avançando em direção ao Canal, a pretexto de eliminar as bases dos guerrilheiros palestinos (fedayns) que faziam incursões em seu território. No dia seguinte, a França e a Grã-Bretanha apresentavam ao Egito e a Israel um ultimato estipulando o prazo de 12 horas para a cessação da luta e exigindo o recuo das tropas para uma linha a 15 quilômetros do Canal de Suez.

O Egito não aceitou as exigências formuladas, considerando-as como violação da carta da ONU. Diante da recusa, o comando franco-britânico desembarcou tropas em Porto Said e Porto Fuad. A situação tornou-se extremamente grave. Na ONU, percebeu-se que só com o término da luta armada e a retirada das tropas atacantes do solo egípcio poderia ser afastada a ameaça à paz mundial. A Assembleia Geral recebeu a incumbência de apresentar as recomendações apropriadas à solução da crise. Agindo com rapidez, aprovou uma resolução para a imediata cessação da luta. Mas logo se tornou evidente que faltava apoio para fazer respeitar essa decisão. Começaram então as gestões para estabelecer uma força internacional capaz de, sem uso da violência, garantir o cessar-fogo e o respeito às resoluções da Assembleia Geral. No dia 5 de novembro, o Secretário-Geral Dag Hammarskjöld propôs a criação de um comando das Nações Unidas para uma força internacional de emergência; a proposta foi imediatamente aprovada. Assentaram-se no dia seguinte os princípios norteadores da sua organização, efetivo, missão, recrutamento e recursos financeiros. A partir daí as negociações decorreram mais facilmente. Os beligerantes confiavam na imparcialidade da Força. Egito e Israel concordaram com o cessar-fogo, o mesmo ocorrendo logo depois com a França e a Inglaterra. No dia 7 de novembro cessava a luta no Egito.

Designou-se para o comando da força internacional o General E. L. M. Burns, do Canadá, que já se encontrava no Oriente Médio a serviço

da ONU. Logo a seguir vieram as providências para a organização da tropa. Por satisfazer a uma série de condições, o Brasil figurou entre os 10 países membros convidados a contribuir com contingentes militares para a manutenção da paz.

As primeiras unidades da Força de Emergência das Nações Unidas (FENU) chegaram ao Egito a 15 de novembro de 1956. Uma semana depois os franceses e ingleses deixaram Porto Said. No entanto, a saída dos israelenses da Faixa de Gaza e do golfo de Ácaba se processava lentamente. Após longos debates, resolveu a Assembleia Geral, em 02 Fev 57, solicitar a Israel que completasse a retirada de suas tropas, o que só viria a ocorrer entre 4 e 7 de março, quando foram substituídas por soldados da FENU.

Participação do Brasil

Formalizado o convite pela ONU para que o Brasil contribuísse com um contingente militar, o governo brasileiro tomou as providências cabíveis. Submeteu ao Congresso, a 8 de novembro de 1956, uma Exposição de Motivos tratando da resolução da Assembleia Geral da ONU, criadora da força internacional.

A 17 de novembro, foi sancionada a Lei nº 2.953, fixando que a

"remessa de Força Armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil"

só seria feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso. Pelo Decreto Legislativo nº 61, de 22 de novembro, foi o Presidente da República autorizado a enviar um contingente de valor batalhão para integrar a Força Internacional de Emergência, instituída com o objetivo de manter a paz e a segurança na região compreendida entre o Canal de Suez e a linha de armistício entre Israel e Egito.

Enquanto isto, o Ministro da Guerra, Gen Henrique Lott, determinava que o comandante da 1ª Divisão de Infantaria ativasse o III/2º Regimento de Infantaria, à época só com dois batalhões incorporados, e o aprestasse a fim de embarcar para Suez. Foi nomeado comandante da unidade o Tenente-Coronel de Infantaria Iracílio Ivo de Figueiredo Pessoa. A autonomia administrativa foi concedida pela Port. 197, de 20 de novembro de 1956, tornada efetiva em 15 de dezembro, data do desligamento do pessoal do 2º RI. Somente após a chegada de nossa tropa ao Egito começou-se a usar a expressão Batalhão Suez, nome pelo qual ficou conhecido o nosso contingente. Ele enquadrava três companhias

de fuzileiros, a 7ª, a 8ª e a 9ª, uma subunidade de comando e serviços, um destacamento de polícia do Exército e um depósito misto absorvido no Egito pela companhia de comando e serviços.

O adestramento do pessoal centrou-se em um programa para o nivelamento da instrução, no aquartelamento do 2º Regimento de Infantaria e no Campo de Instrução de Gericinó. O batalhão recebeu dotação completa de material, despertando grande entusiasmo o equipamento motorizado e as viaturas fabricadas no Brasil.

Precedido por um destacamento precursor, constituído de 50 homens transportados por via aérea, embarcou o III/2º RI a 09 Jan 57. Antes do embarque, o Presidente da Petrobrás ofereceu ao RI uma bandeira nacional, que foi incorporada à unidade. À tarde desfilou em frente ao Palácio do Catete, dali se deslocando para o pier da Praça Mauá. Na noite de 11, depois de receber a visita do Ministro da Guerra e do Presidente da República, o navio-transporte Custódio de Mello, conduzindo o comando, oficiais e praças, zarpou do porto do Rio de Janeiro com destino ao Egito. Após navegar 6.136 milhas marítimas, chegou a Porto Said a 2 de fevereiro.

Incorporado à Força de Emergência, o batalhão desembarcou no dia 8 e deslocou-se em viaturas para a localidade de El Ballah, à margem do Canal, ficando em condições de prosseguir para a Faixa de Gaza. Com o reatamento dos israelenses, a Força Internacional foi ocupando as posições abandonadas. O III/2º Regimento de Infantaria deslocou-se para EI Arish e, em seguida, para Rafah, onde ficou localizado seu posto de comando recuado, até o término da missão.

Cabia à FENU, na Faixa de Gaza, vigiar a Linha de Demarcação de Armistício e registrar as violações que ocorressem, tanto por israelenses quanto por egípcios. Ela não estava preparada, entretanto, para impedir em força essas violações, dada a exiguidade de seu efetivo e armamento. Além de brasileiros havia na Força contingentes nacionais do Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia. A Força manteve-se na região por 10 anos, a partir de 1957, e seu quartel-general ficava na cidade de Gaza. Com o tempo retiraram-se alguns componentes, por motivos diversos (Colômbia, Finlândia e Indonésia).

A Missão

A Assembleia Geral das Nações Unidas, a 7 de novembro, autorizou o Secretário-Geral "a prosseguir as discussões com os go-

vernos dos países membros relativamente às ofertas de participação na Força" e assim corporificou a velha ideia de criar um instrumento militar internacional para preservação da paz. A missão que a Assembleia Geral atribuiu à FENU foi "garantir e supervisionar a cessação das hostilidades". Poderiam ser consideradas ações deduzidas da missão atribuída: assegurar o cumprimento das resoluções das Nações Unidas; supervisionar e garantir a retirada das tropas que operavam em solo egípcio; e interpor-se entre os beligerantes, na linha da fronteira, a fim de impedir choques armados.

A Atuação

Para bem cumprir sua missão, após a retirada de ingleses, franceses e israelenses do território egípcio, a FENU articulou o grosso de sua tropa ao longo da ADL (Armistice Demarcation Line) e da fronteira internacional, pelo lado egípcio, pois Israel não permitiu a entrada da Força em seu território.

Ao batalhão brasileiro coube a vigilância de um setor da ADL que se estendia por 50 quilômetros, sendo que a linha de demarcação era assinalada no terreno por um fosso de 60 x 60 cm. Ao longo da ADL instalaram-se postos de observação guarnecidos em geral por dois homens. Os postos mantinham ligação entre si pela vista, nos trechos de maior densidade demográfica dentro da Faixa.

Nosso batalhão, normalmente, mantinha duas subunidades desdobradas ao longo da fronteira; outra permanecia acampada na área do posto de comando recuado, empenhado em atividades de vigilância e segurança. No início da missão, o batalhão manteve pelotões destacados em El Kuntila e Sharm El Sheik, no Sinai, e em Porto Fuad, defronte a Porto Said. A companhia de comando e serviço mantinha-se junto ao posto de comando. À noite os postos de observação eram desocupados, executando-se patrulhamento a pé entre eles.

No setor brasileiro, houve poucos incidentes e sem maiores consequências. Nosso contingente se entendia bem com os árabes, assim como com os contingentes dos outros países. Os brasileiros suportaram bem o clima, o terreno do tipo deserto e os riscos inerentes à missão. Por mais de 10 anos o Brasil esteve presente no Oriente Médio.

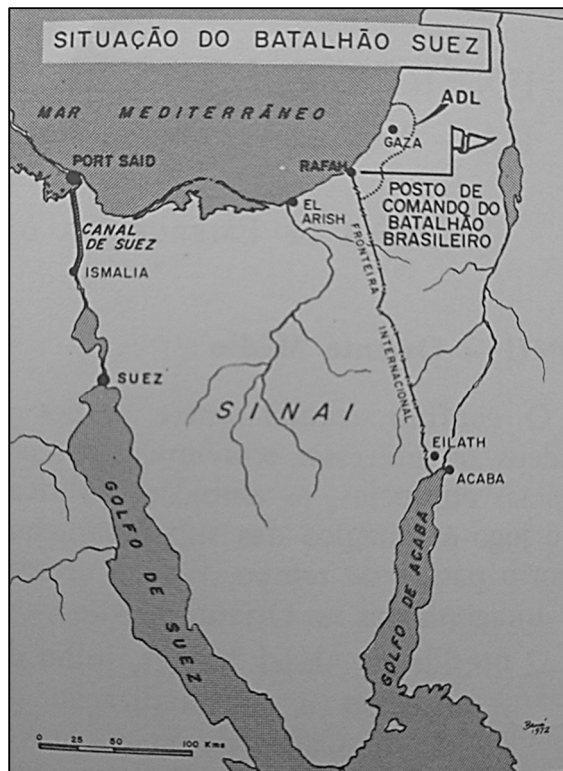
O primeiro contingente foi formado por soldados já incorporados que prestavam serviço normalmente. Passados os seis primeiros meses houve rodízio e adotou-se o sistema de convocação de reservistas por um ano. Os efetivos, no princípio, eram concentrados e treinados no 2º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro. Com o passar do tempo esse

encargo tornou-se rotativo e passaram-se a organizar contingentes nas sedes de alguns grandes comandos, como São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte. A substituição semestral do pessoal correspondia à metade do efetivo, o que permitia que cada turma permanecesse um ano na área, sem quebra do padrão de eficiência da tropa. O transporte dos contingentes, de início, foi realizado pelos navios de transporte da Marinha, mas passou depois a ser feito pela Força Aérea Brasileira.

Em duas oportunidades coube a generais brasileiros o comando da Força de Emergência: Carlos Flores de Paiva Chaves, em 1964, e Syzzeno Sarmiento, em 1965. O Brasil também fornecia oficiais para integrarem o estado-maior da Força.

O Regresso

Em 1967, agravou-se a tensão política entre Israel e o Egito, já existente desde 1956. O Presidente Nasser exigiu do Secretário-Geral da ONU U-Thant a retirada da Força de Paz de toda a fronteira. Face ao agravamento da crise e sem consultar a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança U-Thant determinou que a FENU seria evacuada como um todo. Acertada a retirada da Força, só restava recolher os contingentes nacionais que a compunham. Era preciso, com presteza, concentrar o pessoal e reunir o material. Nesse ínterim irrompeu a guerra. Nosso batalhão tinha sua sede a cavaleiro da principal via de acesso dos israelenses sobre El Arish. O avanço israelense foi violento. O cabo brasileiro Carlos Adalberto Ilha de Macedo, natural de Dom Pedrito, RS, perdeu a vida em Rafah. Conforme o relato de uma testemunha, o cabo estava se preparando para ser evacuado. Naquela madrugada (05 Jun 67), os brasileiros foram surpreendidos pelo ataque de tropas de Israel que, antecipando-se a um cerco das forças árabes, deu início à Guerra dos Seis Dias. No fogo cruzado, os israelenses acabaram abatendo, acidentalmente, vários "capacetes azuis". Um deles foi o cabo Ilha. Por segurança, os brasileiros foram desarmados pelos israelenses e mantidos em separado por toda a noite. É voz comum entre os veteranos que os israelenses, na verdade, protegeram os brasileiros das investidas egípcias. Com o fim da guerra, que durou escassos seis dias, os remanescentes brasileiros completaram a sua saída em 12 Jun 67. O comandante do último contingente foi o Cel Wilson Figueroa Nepomuceno da Silva. O Brasil contribuiu com 20 contingentes, empenhando um efetivo total de 6.300 homens ao longo de 10 anos, de 1956 a 1967. Abaixo, um mapa da região.



O Btl Suez em Gaza (Fonte: EME, 1972, 3º vol., p. 870)



O cabo Carlos Adalberto Ilha de Macedo, morto em Rafah, na Guerra dos Seis Dias (Fonte: www.batalhaosuez.com.br)

A OEA na República Dominicana

A República Dominicana ocupa dois terços da ilha Espanhola, e o Haiti, o terço ocidental restante. Este último e Cuba são separados pelo Canal do Vento. Porto Rico, mais a leste, e Jamaica, a sudoeste, completam as chamadas Grandes Antilhas.

O generalíssimo Rafael Leônidas Trujillo exerceu o poder na República Dominicana por 31 anos (1930-1961). O país viveu momentos de dificuldade no governo de Joaquim Balaguer, que acabou renunciando. Juan Bosch, empossado em fevereiro de 1963, foi acusado de permitir infiltração comunista e acabou deposto, substituído por um triunvirato. A agitação política que se seguiu deu lugar ao surgimento de dois grupos, um favorável e outro contrário ao regresso de Bosch.

Os militares aquartelados em San Isidro atacaram a capital (Santo Domingo) em 25 de abril de 1965, onde ativistas comunistas entregavam a populares armas retiradas dos quartéis, organizando comandos para a luta. Houve pilhagens e incêndios – instaurou-se o caos. O chefe da junta militar, Cel Pedro Benoit, pediu a intervenção temporária dos Estados Unidos. À tarde, fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram e estabeleceram uma zona de segurança em torno das embaixadas, ao mesmo tempo em que iniciavam a retirada de civis.

A 27 de abril, o Comitê de Paz da OEA ouviu um relato do embaixador dominicano sobre a situação em seu país. Dois dias depois, diante da reação provocada pelo desembarque norte-americano, o Conselho aprovou um pedido de convocação da X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.

Na primeira sessão plenária, estabeleceu-se uma comissão especial, que se deslocou imediatamente para Santo Domingo onde conseguiu a concordância dos dois grupos em assinar a Ata de São Domingos, que ratificava a cessação de fogo e aceitava medidas gerais de segurança, assim como o trabalho da Cruz Vermelha.

A 6 de maio, a X Reunião encontrou uma solução que se transformou numa das mais eficientes providências para debelar a crise dominicana – a criação de uma força que, absorvendo as tropas norte-americanas desembarcadas, haveria de transformá-las "em outra força que não seria de um Estado, nem de um grupo de Estados, mas de um organismo interestatal, como é a OEA". Em consequência, solicitou aos governos americanos contingentes terrestres, navais, aéreos ou policiais para constituir a Força Interamericana, estruturada com o objetivo de "cola-

borar, dentro de um espírito de imparcialidade democrática, na restauração da normalidade na República Dominicana, na garantia da segurança de seus habitantes, na inviolabilidade dos direitos humanos e no estabelecimento de um clima de paz e de conciliação que permita o funcionamento das instituições democráticas na referida República". Coube ao Secretário-Geral da OEA, José Mora, a incumbência de organizar com os comandantes de contingentes um comando unificado para a eficiente e coordenada ação da tropa que deveria tender para a paridade dos contingentes nacionais. Ao Brasil, a X Reunião de Consulta solicitou também que designasse um general para comandar a força.

A 23 de maio, foi assinada em Santo Domingo a Ata da Criação da Força Interamericana, posteriormente denominada Força Interamericana de Paz – FIP – constituída por um comando unificado ou interaliado, que enquadrava os contingentes do Brasil, Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Nicarágua e Paraguai. Para comandá-la foi indicado o General do EB Hugo Panasco Alvim, que assumiu a função no dia 29.

Finalmente, a fim de dar continuidade ao trabalho iniciado pela Comissão Especial e proporcionar diretrizes à Força Interamericana, decidiu a X Reunião de Consulta nomear uma comissão ad hoc, constituída pelos Embaixadores Ilmar Penna Marinho (Brasil), Ellsworth Bunker (EUA) e Ramón Dueñas (El Salvador), a qual coube a delicada tarefa de estabelecer negociações com os grupos em litígio.

Participação do Brasil

Diante do apelo da Organização dos Estados Americanos, através da Reunião de Consulta, o Presidente da República levou o assunto à consideração do Congresso que, pelo Decreto Legislativo nº 38, de 20 de maio de 1965, autorizou o envio de um

"contingente militar das Forças Armadas, que não exceda em valor a um grupamento tático, com elementos de comando, bem como de apoio logístico e de forças aéreas e navais indispensáveis para, na forma da Resolução adotada, em 6 de maio, pela X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, integrar a Força Interamericana na República Dominicana".

onde deveria permanecer pelo tempo que a OEA julgasse

"necessário à normalização da vida institucional daquela República e à restauração do ambiente de paz social e dos direitos humanos, mediante entendimento das facções em litígio e a livre

constituição de um governo rigorosamente fiel aos postulados da democracia representativa".

Definindo a posição de seu governo, dizia o Presidente Humberto Castello Branco, em discurso proferido a 28 de maio de 1965, em Teresina, Piauí:

"Em boa hora tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados, por expressiva maioria de seus membros, compreendeu não somente a obrigação internacional assumida mas também a necessidade de assegurarmos a sobrevivência da democracia naquela República. (...) a uma grande nação como o Brasil assistem também grandes responsabilidades na preservação do Continente, na luta insidiosa e implacável do comunismo que disfarçado sob mil faces tenta subverter as liberdades democráticas. Já não podemos ser indiferentes à sorte de nossos vizinhos, nem cruzar os braços ante a violência das agressões externas por via interna. Cada frente de subversão é ameaça à nossa retaguarda e põe em jogo a liberdade de todos os povos. Hoje ela se abre no Caribe. E ninguém duvida de que se lograsse firmar-se aí, não tardaria em escolher e atacar uma nova vítima".

Criação da FAIBRÁS

Autorizada a participação brasileira, o Decreto nº 56.308, de 21 de maio de 1965, criou o destacamento brasileiro da Força Armada Interamericana – FAIBRÁS – cuja composição foi fixada por instruções baixadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas, "encarregado de todos os assuntos relativos ao FAIBRÁS, em entendimento com os ministros militares".

O 1º Batalhão do Regimento Escola de Infantaria, I/RESI, e uma companhia do Corpo de Fuzileiros Navais passaram a constituir o FAIBRÁS, e seu deslocamento para a República Dominicana, distante mais de seis mil Km, se fez por via aérea. A FAB, em 22 de maio, transportou 21 homens do destacamento precursor e, logo depois, mais 188. A 26, 27 e 28, aviões da Força Aérea dos Estados Unidos conduziram 922 homens. Assim, sob o comando do Cel de Infantaria Carlos de Meira Mattos, a 28 de maio, terminava o transporte e concentração do FAIBRÁS com seu armamento e cerca de 30% das viaturas, cujo grosso seguiu pelo navio Custódio de Mello, da Marinha.

O comando da FIP para melhor combinar os meios, organizou a Brigada Latino-Americana, integrada pelo I/RESI e pelo Batalhão Fraternidade, constituído pela companhia de Fuzileiros Navais do Brasil e pelas companhias de infantaria de Honduras e Nicarágua. Mais tarde a companhia do Paraguai viria incorporar-se a esse batalhão. Os comandos da Brigada e do Batalhão Fraternidade foram constituídos com elementos que integravam os quadros do FAIBRÁS.

O Brasil enviou também oficiais do Exército, da Marinha e da Força Aérea para os trabalhos nas seções do estado-maior unificado da FIP assim como uma missão médica, com cirurgiões da Marinha e do Exército para atendimento aos civis.

A Comissão Especial do FAIBRÁS, trabalhando junto ao EMFA, atuava de modo objetivo, tomando a tempo as providências necessárias à boa representação de nossas Forças Armadas em missão no exterior.

Missão

Ajustando-se ao propósito de sua criação, "dentro de um espírito de imparcialidade democrática, colaborar na restauração da normalidade na República Dominicana", atribuiu-se à FIP a missão de: cooperar na restauração da normalidade institucional na República Dominicana; manter a segurança dos habitantes e a inviolabilidade dos direitos humanos; e estabelecer uma atmosfera de paz e conciliação que permitisse o funcionamento das instituições democráticas.

A missão era coincidente com a diretriz política da comissão ad hoc de embaixadores. A Força atuava sob a autoridade da Reunião de Consulta que, ao nomear a comissão, deu-lhe poderes para em seu nome traçar "as diretrizes necessárias ao cumprimento efetivo do único objetivo da aludida Força".

Não há dúvida de que a ideia foi entregar à comissão ad hoc a responsabilidade pelo comportamento político, mas dispondo dos instrumentos e meios necessários para complementar seus esforços nos campos militar, econômico e psicossocial. De fato, além dos embaixadores e da FIP atuavam em Santo Domingo a comissão de direitos humanos, a missão técnica de criminologistas, o grupo de assistentes sociais, a missão médica brasileira, a Voz da OEA e o grupo de economistas.

(continua)

Atuação do FAIBRÁS

Organizada com as forças norte-americanas e a Brigada Latino-Americana, passou a FIP a cumprir a sua missão. A estrada principal de suprimentos – EPS – ligando o porto de Jaina ao aeroporto de San Izidro, cruzava o centro da cidade de Santo Domingo através de um corredor que servia também para separar os combatentes, já que os partidários do Cel Francisco Caamano Deno se refugiaram no canto sudeste da capital, na chamada Cidade Nova.

A FIP mantinha-se como verdadeira cunha entre os dois grupos, a fim de evitar o contato entre os seus partidários. Mesmo assim eram frequentes os atritos. Um dos pontos de maior fricção era a área do Palácio Nacional, símbolo do poder. Conseguiu o Secretário-Geral da OEA, José Mora, um acordo entre os litigantes, visando à desmilitarização dessa zona. Dessa delicada missão foi encarregado o batalhão brasileiro. A operação, pela maneira como foi executada, foi considerada "padrão de operação de uma força de paz". Consistiu em isolar e bloquear a área do Palácio e retirar a tropa do Governo de Reconstrução Nacional que ali se encontrava. O FAIBRÁS, pela rapidez e precisão com que realizou as determinações, conquistou a confiança dos chefes, adquirindo prestígio e respeito.

Enquanto o I/RESI assegurava a neutralização da área do Palácio Nacional, a Cia de Fuzileiros Navais substituía a tropa NA, encarregando-se da vigilância e segurança do setor oeste da extensa linha em torno da Cidade Nova. Nessas posições, os fuzileiros se mantiveram até o mês de setembro. Estabeleceram postos de controle por onde se processava todo o movimento dos que passavam de um para outro lado da cidade, revistando pessoas e veículos com a finalidade de evitar o tráfico de armas, munições e explosivos. À noite era frequente o desassossego provocado pelos disparos sobre nossas posições.

O clima de ordem criado pela Força de Paz possibilitou à comissão de embaixadores realizar o seu trabalho e conseguir a concordância do nome de Hector Garcia Godoy para a presidência de um governo provisório que deveria preparar o país para as eleições.

Coube ao I/RESI assegurar os atos da posse, que se realizou a 3 de setembro, com enorme massa popular querendo penetrar no Palácio. Nossa tropa, resistindo à pressão e ao alarido, com serenidade e paciência evitou as desordens, estabelecendo um clima de tranquilidade na cerimônia.

No dia seguinte, teve início a retirada das tropas da FIP com suas armas pesadas e a remoção dos sacos de areia, permanecendo apenas sentinelas e postos de controle.

Controlar demonstrações de estudantes, sindicatos e agitadores nas imediações do Palácio passou a ser pesado encargo para o I/RESI, já que era impossível fugir aos choques entre manifestantes e soldados encarregados de manter a ordem.

Só a 15 de outubro nossa tropa completou a retirada, recolhendo-se aos acampamentos nas imediações da cidade. Não obstante, para o governo provisório, a situação continuava difícil e as crises sucediam-se, ora com um, ora com outro dos grupos, ocasionando greves, manifestações populares e banimento de militares e civis. E como ainda não se concretizara em fins de outubro a desmilitarização da zona que fora ocupada pelos caamanistas, decidiu o Presidente Godoy solicitar por intermédio da comissão ad hoc de embaixadores da OEA a colaboração da FIP no sentido de ocupar a Cidade Nova, o que foi feito com rapidez e sem nenhum incidente.

A Praça Independência e a zona de praia ficaram sob a responsabilidade do I/RESI e dos fuzileiros navais, respectivamente. A rapidez e a surpresa foram os fatores do sucesso e permitiram que a praça, considerada reduto sagrado, fosse ocupada sem resistência dos grupos que ali se mantinham.

A presença dos soldados da paz restabeleceu a vida naquele local, com a abertura do comércio, dos bancos e dos lugares de diversão. Não obstante, as agitações não cessavam e as atividades terroristas aumentavam. Na Praça Independência os soldados brasileiros muitas vezes foram obrigados a dissolver distúrbios e seguidamente se defrontavam com manifestações hostis.

O Gen Ex Hugo Panasco Alvim passou o comando da FIP ao Gen Div Álvaro Alves da Silva Braga a 17 Jan 66, regressando ao Brasil depois de receber expressiva homenagem da tropa que comandara. Ao novo comandante coube a incumbência de levar a bom termo a nova parte da missão da FIP o que fez com o mesmo brilho de seu antecessor.

O governo provisório, sentindo a dificuldade de normalizar a vida do país, decidiu mandar para o exterior alguns militares radicais dos grupos em litígio, ainda esperançosos de compensações políticas. A situação começou a melhorar. Pôde assim a FIP, em abril, entregar à responsabilidade das Forças Armadas dominicanas o controle e segurança da Santo Domingo, retornando aos seus acampamentos.

Acalmados os espíritos, passou o governo provisório a cuidar das eleições que foram realizadas a 1º de junho, tendo o Presidente Joaquim Balaguer tomado posse a 1º de julho. Terminara a missão da FIP.

Regresso

As características peculiares à atuação do FAIBRÁS aconselhavam um rodízio das tropas brasileiras depois de certo tempo de permanência na República Dominicana. A substituição do pessoal realizou-se em duas oportunidades, utilizando aviões da FAB.

A eleição de 1º de junho correria normalmente. Por isso as representações dos países participantes da FIP apresentaram à X Reunião de Consulta proposta para a retirada da FIP. A 24 de junho a Reunião resolveu fazê-la no prazo máximo de 90 dias, iniciando antes de 1º de julho, dia da posse de Joaquim Balaguer.

Dando cumprimento à resolução, a Força iniciou a retirada de suas tropas no dia 28, fazendo regressar aos Estados Unidos o 320º Grupo de Artilharia.

O governo brasileiro atribuiu ao então EMFA a missão de coordenar através da Comissão Especial do FAIBRÁS as medidas para a volta do destacamento. Depois, considerando que a X Reunião de Consulta decidira retirar a FIP em virtude de haverem sido alcançados os objetivos que motivaram sua criação, baixou o Decreto nº 59, de 25 de setembro de 1966, extinguindo o FAIBRÁS a partir de 30 de setembro.

A operação de transporte para o Rio de Janeiro, em aviões da FAB e navios da Marinha processou-se em quatro escalões, de agosto a setembro. Retornava o FAIBRÁS ao Brasil depois de cumprir durante quase 16 meses a missão que lhe fora imposta, com algumas baixas. Graças aos revezamentos, mais de três mil militares do Exército e do Corpo de Fuzileiros serviram na Força Interamericana de Paz. O soldado brasileiro deu provas de excelente preparação militar, serenidade e disposição para o cumprimento das missões recebidas.

MINUSTAH – Haiti

A Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro de 2004, para restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminaram com a partida do então presidente Jean Bertrand Aristide para o exílio.

O Brasil sempre comandou o componente militar da Missão (2004-2017), que teve a participação de tropas de outros 15 países, além do efetivo brasileiro de capacetes azuis da Marinha do Exército e da Força Aérea.

Ao longo dos 13 anos de atuação das Forças Armadas brasileiras, a população haitiana foi apoiada pela Missão na ocasião de duas catástrofes naturais que atingiram o país. No dia 12 de janeiro de 2010, um terremoto causou a morte de mais de 200 mil pessoas. Em 4 de outubro de 2016, o furacão Matthew causou inundações e deixou milhares de sabrigados.

O contingente militar brasileiro era integrado por três unidades: um Batalhão de Infantaria (Brabat), um grupamento operativo de fuzileiros navais (Bramar) e uma companhia de engenharia militar (Braengcoy).

Desde a chegada da MINUSTAH ao Haiti até seu término em 2017, o país realizou três eleições presidenciais democráticas. Do ponto de vista da segurança interna, a missão foi muito bem-sucedida em conter a ação de grupos criminosos que atuavam na capital, Porto Príncipe, sobretudo nos bairros de Belair, Cité Soleil e Cité Militaire.

A Cia de Engenharia empreendeu projetos de impacto rápido, que incluíram a perfuração de poços artesianos, construção de pontes e açudes, contenção de encostas e construção e reparação de estradas.

Ao longo de treze anos, 26 contingentes e 37,5 mil soldados brasileiros passaram pelo Haiti. Durante a missão, morreram 26 brasileiros, a maioria por causa do terremoto de 1910.

A MINUSTAH se constituiu em verdadeiro marco da participação brasileira em operações de paz.

MINUSCA – República Centro Africana

Conforme a ONU, esta é a Missão de Estabilização Multidimensional Integrada das Nações Unidas na República Centro-Africana, estabelecida em 2014 para proteger os civis e apoiar os processos de transição na República Centro-Africana. Preocupado com a segurança, a crise humanitária, de direitos humanos e política na República Centro-Africana e suas implicações regionais, o Conselho de Segurança autorizou em 10 Abr 14 a implantação dessa operação. Suas outras tarefas foram o processo de transição; assistência humanitária; direitos humanos; justiça e Estado de Direito; e desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação. Em 2018, o país com o maior contingente de militares na MINUSCA era o Paquistão, seguido de Bangladesh e do Egito. O Brasil conta com apenas sete militares.

AVIAÇÃO DO EXÉRCITO - HISTÓRICO

A pesar de Caxias ter empregado balões para observação na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a primeira notícia sobre a atividade aérea militar no Brasil remonta a 1907, quando o Exército deliberou instalar um Núcleo de Aerostação (instalação que deu origem aos atuais aeroportos). Para essa missão encarregou o Tenente de Cavalaria Juventino Fernandes da Fonseca. Mas esse oficial morreu em 1908, vítima da queda em sua primeira ascensão com um balão militar, a 20 de maio, na Serra do Barata, no Realengo, Rio de Janeiro. Em 1911, o Ch do EME, General José Caetano de Faria, apresentou ao Ministro da Guerra uma proposta para enviar um grupo de oficiais à Europa, a fim de estudar Aviação Militar em escolas militares de aviação. Essa sugestão foi reiterada em 1912 e 1913.

Um acordo entre o Ministério da Guerra e aviadores italianos (Gian Felice Gino, Vittorio Bucelli, Eduino Orione e Arturo Jona) chegados ao Rio de Janeiro, permitiu o funcionamento da Escola Brasileira de Aviação a partir de 02 Fev 14, instalada no Campo dos Afonsos, para qualificar militares do Exército e da Marinha. Empregavam três biplanos Farman, um monoplano Aerotorpedo e cinco monoplanos Blériot. Essa Escola, porém, teve vida curta, fechando suas portas em 18 de junho desse mesmo ano.

Vindo a ocupar a Pasta da Guerra a convite do presidente Wenceslau Brás, o General Caetano de Faria retomou a sua ideia anterior. O Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, tratava da Aviação Militar em seu artigo 14, quando previa a implantação de um Parque da Aeronáutica. Nesse ano, o Exército contava com um único avião militar brevetado na França, na École d'Aviation Farman em 22 Out 12, o Primeiro Tenente Ricardo Kirk, que dirigiu o Aero-Clube Brasileiro e morreu em ação no Contestado a 1º de março de 1915.

O ministro voltou a insistir, no ano de 1916, junto ao Presidente da República, em enviar uma missão a Europa para organizar a Escola de Aviação. As verbas para a Aviação foram finalmente liberadas em 1917. Em julho, três oficiais aviadores dirigiram-se para a França. Eram eles o Primeiro-Tenente Alzir Mendes Rodrigues Lima e os segundos-tenentes Bento Ribeiro Carneiro Monteiro e Mário Barbedo, que ficou paraplégico em consequência de um acidente sofrido em 1919.

Importa registrar a tentativa do Capitão do Exército Marcos Evangelista da Costa Villela Júnior que, entre 1917 e 1918, construiu dois aviões, por ele pilotados. O primeiro foi batizado com o nome de Aribu e o segundo chamou-se Alagoas.

O Decreto nº 12.167, de 23 de agosto de 1916, criou a Escola de Aviação Naval, frequentada também por oficiais do Exército. Em 1917, foram diplomados os Tenentes Raul Vieira de Mello, Anor Teixeira dos Santos, Mário Barbedo e Aroldo Borges Leitão.

Para lutar na Europa durante a I Guerra Mundial, o governo brasileiro enviou à Inglaterra oito oficiais da Marinha e um do Exército – o Segundo-Tenente Aliatar de Araújo Martins.

A Guerra Mundial que se travava principalmente na Europa, concorreu para que a ideia de criação da Aviação do Exército se materializasse em 1918. Em meados desse ano chegaram ao Brasil alguns oficiais franceses incumbidos de ministrar instrução de voo. O polígono de tiro do Realengo foi preparado para servir como campo de aviação. O Tenente-Coronel Alfredo Malan d'Angrogne, Adido Militar na França, contratou os oficiais franceses Coronel Etienne Magnin, Capitães Louis Etienne Lafay e Edouard Verdier. Trinta aviões foram adquiridos.

A Escola de Aviação Militar foi inaugurada a 10 de julho de 1919 pelo Ministro da Guerra General Alberto Cardoso de Aguiar. A primeira turma graduou-se em 22 de janeiro de 1920. Ainda em dezembro de 1921, o Presidente Epitácio Pessoa e o seu diligente Ministro da Guerra Pandiá Calógeras, estabeleceram campos de aviação e instalações no Rio Grande do Sul (Santa Maria e Alegrete). O Capitão Alzir Rodrigues e o Segundo Tenente Ivan Carpenter Ferreira receberam a missão de organizar essas unidades. Nessa oportunidade, a Escola de Aviação ampliou a sua área, graças à cessão de pedaço de terreno pertencente à internada da Polícia Militar do Distrito Federal.

Em 1927, foi criada a Arma de Aviação (Lei nº 5168 de 13 de janeiro de 1927) sendo, na ocasião, adquiridos aviões e farto material. Uma águia dourada de grandes asas abertas representava o "brevet" usado pelos aviadores dessa "Quinta Arma". Em seguida, organizou-se a Diretoria de Aviação Militar, que teve como sede o prédio da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, sendo seu primeiro Diretor o General Álvaro Guilherme Mariante.

O interesse do Exército pela "Quinta Arma" manifestou-se com a contratação da Missão Militar Francesa de Aviação, chefiada pelo Tenente-Coronel Henri Jeaneaud composta de mais sete oficiais, cujo objetivo residia em melhorar os conhecimentos de nossos pilotos. As-

sim, novas turmas puderam ser formadas sob a inspiração dos regulamentos franceses. Em 28 de janeiro de 1928, foram declarados aspirantes-a-oficial os cadetes da primeira turma da Arma de Aviação. A segunda turma formou-se em 19 Jan do ano seguinte. Depois da Revolução de 1930, a Missão Militar Francesa de Aviação regressou à França.

Merece destaque, em 1931, a operação de busca e salvamento do Tenente italiano Conde Edmundo Di Robilant, que desapareceu em abril de 1931 quando realizava um raid aéreo de São Paulo a Mato Grosso. Participaram dessa missão quatro jovens aviadores do Exército: o Capitão Henrique Raymundo Dyott Fontenelle e os Tenentes Francisco de Assis Corrêa de Mello, Joelmir Campos de Araripe Macedo e Nelson Freire Lavenère-Wanderley. Após localizarem o avião em uma clareira, o piloto e o mecânico de voo, foram, em seguida, encontrados com vida.

Em maio de 1931, surgiu o Grupo Misto de Aviação, comandado pelo Major Eduardo Gomes, contando com sete aviões Curtiss Fledgling, muito desgastados. A 12 de junho, começava a ser executado um serviço pioneiro intitulado Serviço Postal Aéreo Militar, transportando mala postal do RJ para SP. O sucesso da operação provocou a ampliação dos serviços pelos seus idealizadores, incluindo Goiás e outras cidades. Não foram poucas as comunidades que conheceram o avião antes de outro meio de transporte. A partir de 1933, passaram a voar para o Nordeste. Em 1934, atingiram o Rio Grande do Sul. Novas linhas foram criadas. Em 1937, começou a penetração na Amazônia. Já estavam em uso aviões da família Waco que permitiam maior autonomia.

O Correio Aéreo Militar continuou prestando valioso serviço até 1941 quando, fundido com o Correio Aéreo Naval, passou a denominar-se Correio Aéreo Nacional, subordinado ao recém-criado Ministério da Aeronáutica.

Atestando a importância da Arma de Aviação, o Dec. nº 22.591, de 29 Mar 33 estabeleceu a organização das unidades aéreas, que se dividiam em Aviação Militar, Aerostação Militar e Artilharia Antiaérea. Administrativamente, compreendia uma Diretoria, as Inspetorias da Arma de Aviação, os Serviços e os Institutos de Ensino (artigo 2º). O Dec. nº 22.735, de 19 Mai 33, ampliou o quadro de oficiais da Arma de Aviação.

Seguiu-se um período de ativação das unidades de aviação e dos órgãos de serviços, sendo Diretor da Aviação Militar, a partir de 4 de julho de 1933, o General-de-Brigada Eurico Gaspar Dutra, que exerceu essa comissão até abril do ano seguinte.

Com a reorganização do Exército promovida pelo Decreto-Lei nº 279, de 16 de fevereiro de 1938, a Diretoria de Aviação Militar passou

a ser denominada Diretoria de Aeronáutica do Exército. A Escola de Aviação Militar mudou o seu nome para Escola de Aeronáutica Militar e, em 1940, para Escola de Aeronáutica do Exército.

O último evento importante da Aviação Militar foi a presença da Missão Norte-Americana, entre 1940 e 1941, encarregada de ministrar cursos de atualização. Era chefiada pelo Major Thomas D. White (mais tarde atingiu o posto de Tenente-General e foi Chefe do Estado-Maior da Força Aérea Norte-Americana).

Pouco depois, consumava-se o desaparecimento da Aviação Militar do Exército, com a transferência de seu acervo (27 de janeiro de 1941) para o recém-criado Ministério da Aeronáutica, que recebeu a exclusividade das operações aéreas militares. Alguns oficiais do Exército, com essa especialidade, optaram pela incorporação na nova Força.

Durante a II Guerra Mundial, oficiais de artilharia especializados em observação aérea cumpriram missões de condução de tiro e reconhecimento, a bordo de aeronaves leves da 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação – ELO – da FAB, nos céus da Itália. Posteriormente, foi criado na Escola de Instrução Especializada, Realengo, RJ, o Curso de Formação de Observadores Aéreos.

As guerras ocorridas na Argélia, Coréia e Vietnã demonstraram a necessidade de aviação de asa rotativa para as operações terrestres. Esses ensinamentos já encontravam guarida em muitos de nossos oficiais que anteviam a validade da aviação na faixa inferior do espaço aéreo. O ponto de partida foi a Instrução nº 040/77, de 04 Abr 77, do Gen Ex Fritz de Azevedo Manso, Ch do EME, que determinava ao seu Vice-Chefe a apresentação de um estudo da adoção de aeronaves pelo Exército. Essa Instrução provocou o Estudo de Estado-Maior nº 3/3ª SCh, de 31 Mai 77, sem alcançar efeito prático. Haveria ainda a necessidade de mais tempo para que maturasse a ideia.

A Memória nº 005/85 da 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército, datada de 13 Fev 85, reavivou a ideia da recriação da aviação do Exército. Nela, o Coronel Rubem Murilo da Silva propunha a nomeação de uma comissão que planejasse as diversas etapas de implantação do projeto. A Port nº 060-EME, de 25 Set 85, do Gen Ex Jorge de Sá Freire de Pinho, nomeou a comissão destinada a estudar a implantação da Aviação do Exército, sob a chefia do Gen Div Ângelo Baratta Filho.

O resultado dos estudos dessa comissão foi o Plano de Implantação da Aviação do Exército aprovada pelo Ministro do Exército, General-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves, em 27 Nov 85. Em seguida, o Ministro expediu a Portaria nº 078-EME, de 9 de dezembro de 1985,

pela qual instituiu a Comissão de Implantação da Aviação do Exército. Essa Comissão transformou-se, em 1986, em Seção de Aviação do EME.

O Decreto nº 93.206, de 3 de setembro de 1986, assinado pelo Presidente José Sarney criou, oficialmente, a Aviação do Exército.

O Plano de Implantação de Aviação do Exército (PIAvEx) previu, inicialmente, a criação de uma Diretoria de Material, de um Batalhão de Helicópteros e do Centro de Instrução, além da formação de pessoal e aquisição de aeronaves. Formulou, ainda, objetivos a médio e longo prazos como resultado da criação e articulação das unidades de aviação previstas no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX).

Apoiando-se na FAB e na Aviação Naval, o Exército enviou para as respectivas Escolas (Escola de Especialistas de Guaratinguetá e São Pedro d'Aldeia) praças, voluntárias, nas quais, a partir de 1987, qualificaram-se os primeiros mecânicos, controladores de tráfego, bombeiros e outros especialistas. Os oficiais do Quadro de Engenheiros Militares especializaram-se no Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos; outros, pertencentes aos Quadros de Material Bélico, Comunicações e Intendência adquiriram conhecimentos em Gerência de Aviação em organizações da Marinha, da FAB e civis; e os jovens tenentes oriundos da AMAN tornaram-se pilotos na Base de São Pedro d'Aldeia, treinando nos Bell 206 ou velhos OH-13. Em 1988, já havia pessoal qualificado; parte estagiava em unidades das outras Forças.

O passo seguinte residiu em promover intercâmbios com os Exércitos francês e norte-americano, objetivando o domínio do emprego de uma força aérea de acordo com as modernas concepções da Força Terrestre. Tratava-se especialmente do "voo desenhado" que os norte-americanos denominam, de NOE (Nap-of-the-Earth), aquele que utiliza o terreno para a sua proteção, podendo ser realizado com mais de uma aeronave, em formação tática.

As instalações também constituíram preocupação do PIAvEx. A Diretoria de Material da Aviação do Exército (DMAvEx), subordinada à Diretoria do Material Bélico, estabeleceu-se no Quartel-General do Exército, em Brasília. O Primeiro Batalhão de Aviação, criado em 1986, ocupou uma área de propriedade do Exército, em Taubaté, onde foram construídas as dependências físicas e um aeródromo, prontos em 1988.

Tendo em vista a necessidade de unificar a política de Aviação e gerenciar o programa, aliviando, com isso, o Estado-Maior do Exército, foi proposta a criação, em agosto de 1989, de um Comando de Aviação, previsto no Sistema de Planejamento do Exército, instituído em julho de 1993, por transformação da Brigada de Aviação do Exército.

Na Base de Aviação de Taubaté (BAvT) ficaram instalados o Comando, o Centro de Instrução e o 1º Grupo de Aviação do Exército. Os 2º e 3º, iniciaram suas atividades em fevereiro de 1994. No final de 1993, foi criado e instalado em Manaus o 1º Esquadrão de Aviação do Exército do 2º Grupo de Aviação, subordinado ao Comando Militar da Amazônia. Em 31 de maio de 1995, o Comando de Aviação do Exército recebeu a última unidade dos helicópteros Esquilo AS 550 A2 FENNEC, de uma série de 36 unidades, além de igual número do modelo Panther.

Em 2008, o 3º BAvEx, até então com sede em Taubaté, SP, foi transferido para Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Assim, a Aviação do Exército, possuidora de helicópteros de última geração e integrada por pessoal altamente especializado, encontra-se apta a estar presente em eventual teatro de operações, com atribuições táticas, operacionais e logísticas. Seu objetivo geral é proporcionar aeromobilidade às forças terrestres integrando-a à terceira dimensão do campo de batalha.



Hangar da Base de Aviação de Taubaté
Fonte: BIBLIEx, 1998, p. 249)

Evolução e inovações no EB nos últimos anos

Além da criação do Ministério da Defesa através da Lei Complementar nº 97, de 10 Jun 1999, muitas outras inovações e melhoramentos foram implementados. A seguir, estaremos somente citando os principais, sempre baseados em informações oficiais e, inclusive, no que consta do livro do Gen Ex Eduardo Dias da Costa Villas Boas, ex-Cmt EB¹⁸. Foi executado um processo de transformação do EB tendo em vista que, até então (década de 2000/2010) o nosso Exército mantinha muita coisa ainda da II GM.

- Adoção do Sistema Astros, da Avibrás, desenvolvido em 1981 e encomendado pelo EB a partir de 1983. Atualmente, o sistema faz parte do Comando de Artilharia do Exército e está sendo incorporado, além dos foguetes, um sistema de mísseis.

- O projeto FT-90: em meados da década de 1980 o governo implementou o projeto de reestruturação do Exército – o Força Terrestre-1990. Na evolução, foram adotados os projetos FT 2000 e FT 21. Tudo para diminuir a defasagem tecnológica através da aquisição de novos meios e equipamentos militares, visando novas capacidades. Foi nesse projeto que surgiram a aviação do EB e o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica – CIGE.

- Ingresso de mulheres no EB: deu-se a partir de 1992 com a primeira turma da Escola de Administração do Exército (EsAEx, Salvador, BA). Antes disso, tivemos a pioneira - Maria Quitéria (1823) e as enfermeiras da FEB na Itália em 1944/45. Em 1996, foi introduzido o Serviço Militar Feminino de Médicas, Farmacêuticas, Veterinárias e Dentistas. Em 1998, foi instituído o Estágio de Serviços Técnicos para atender às necessidades de Oficiais Técnico Temporários (OTT) da instituição. Em 2021, a AMAN formou a primeira turma feminina de Asp Of em número de 23, sendo 13 de Intendência e 10 de Material Bélico.

- Criação do Comando de Operações Terrestres (COTER) pelo Decreto nº 99.699, de 06 Nov 1990, responsável por orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre, de acordo com as diretrizes do Cmt do EB e do EME.

- Importante medida: a reversão da decrescente série orçamentária, o que resultou na disponibilidade de mais recursos.

- Aquisição de mais de 14 mil viaturas para um Exército desprovido de meios de transporte em um país em que as distâncias são colossais.

¹⁸ CASTRO, Celso (Org.); VILLAS BOAS, Eduardo Dias da Costa, General. Conversa com o Comandante. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

- Inclusão dos assuntos de Defesa na Agenda Nacional.
- Elaboração da Estratégia Nacional de Defesa, fazendo com que o poder político passasse a orientar os militares sobre os parâmetros para condução das atividades castrenses (estrutura, missões e perspectivas de evolução). Exemplo: estratégia da presença.
- Reunião e integração do Centro de Estudos Estratégicos para estabelecimento dos cenários nacionais e internacionais.
- Reativação da Secção de Planejamento Estratégico, onde é elaborado o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), documento por meio do qual o EME traça e detalha as políticas e as diretrizes a serem cumpridas pelos subsistemas da Força. Sistema acompanhado pela Secção de Acompanhamento para retroalimentação do sistema.
- Assimilação do Conceito de Transformação, ou seja, a discussão sobre o que significa Evolução em Assuntos Militares (EAM) e Revolução em Assuntos Militares (RAM), combinando dinâmica e rompimento de paradigmas.
- Adoção de novas tecnologias de informática, robótica e do sistema de armas, tudo dentro da tecnologia da informação, cibernética, nanotecnologia, etc.
- Adoção da tese do pensador militar chileno Brigadeiro Julio Jaime Garcia Covarrubias sobre os três pilares de uma transformação militar: adaptação (ajuste), modernização (otimização) e transformação (desenvolvimento de novas capacidades). Por exemplo, a blitzkrieg foi uma “transformação” (novas capacidades para novas missões).
- Modernização das aeronaves do Exército com a inserção do voo noturno com óculos de visão noturna.
- Aquisição das viaturas blindadas Guarani, em andamento.
- Desenvolvimento dos Centros de Instrução com modernos equipamentos de simulação, em especial o CI Art Msl Fgt e do CIBld.
- Seleção da cidade de Recife como sede do projeto Nova EsSA.
- Mudança de sede do Cmdo Art Ex de Porto Alegre para Formosa, GO, juntamente com a Bia Cmdo Art Ex e a transformação e transferência do 16º GAC AP de São Leopoldo, RS, em 16º GMF também em Formosa.
- Na área dos Carros de Combate, após o M60, o EB adquiriu na Alemanha a família Leopard. Foram adquiridos, em 2009, 250 unidades do CC, para o Emprego da Força Terrestre – Doutrina Delta. O modelo mais completo é o Leopard 1 A5 BR.
- Na área do armamento individual, a Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL produz, para substituir o FAL no EB, os fuzis IMBEL IA2, calibres 7,62 e 5,56 mm. No calibre 5,56, o objetivo é substituir o FAL na Marinha e os fuzis SIG 550 e HK 33 na FAB. É o primeiro fuzil 100%

produzido no Brasil. No que se refere às pistolas, o EB ainda utiliza as pistolas modelo Beretta fabricadas pela Taurus. Recentemente, a IMBEL recebeu do Exército Brasileiro a autorização para a produção de pistolas calibre 9 mm da indústria Sig Sauer/USA em três versões.

- Finalmente, temos o desenvolvimento dos Centros de Instrução com modernos equipamentos de simulação, em especial o CI Art Msl Fgt e do CIBld e, ainda na área de ensino, a escolha de Recife para a construção da nova Escola de Sargentos das Armas – a EsSA.

FINAL

Chegamos ao final de O Exército na História do Brasil. Ao longo do texto percorrido, em todos os capítulos da nossa História, na guerra e na paz, vamos encontrar o soldado, homem do povo, identificado com os seus anseios, lutando pela conquista e pela defesa do território nacional, desde os primórdios da Terra de Santa Cruz.

Comprovado está o que foi dito na apresentação desta obra. A história do Exército Brasileiro se confunde com a própria História do Brasil, tornando-se uma indissociável da outra. Eis aqui condensados 500 anos da vida de um povo, de seus desacertos e de suas realizações, de suas lutas externas e internas, do caminho palmilhado por ele em busca da autodeterminação, da liberdade e do desenvolvimento.

O nascimento do Exército como instrumento da aglutinação de três etnias na luta contra o invasor, precede a sua criação institucional após a Independência. O reconhecimento de 19 de abril, data da Primeira Batalha de Guararapes, como Dia do Exército, atesta esse fato.

O perfil do soldado desse Exército, cuja grandeza d'alma se inspira nos valores maiores herdados de seus antepassados, identifica-se com os bravos, que nos Montes dos Guararapes, lançaram os alicerces sobre os quais se constituiria a grande Pátria brasileira (BIBLIEx, 1998, p. 251).

*Sob a direção de um forte general, não haverá jamais
soldados fracos.*

(Sócrates)

Cadete! Ides comandar, aprendei a obedecer!

Exército Brasileiro!

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Manual Escolar de História Militar do Brasil. Resende: AMAN, 2011.
- AFONSO, Eduardo. O Contestado. Rio de Janeiro: Ática, 1994.
- ALMEIDA, Antônio da Rocha, Gen. História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 1959.
- BARONE, João. 1942 - O Brasil e sua guerra quase desconhecida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- BARSA ENCICLOPÉDIA. Rio de Janeiro: Barsa, vol 1, p. 50.
- BELTRÃO, Ápio Cláudio. Marajó - um navio de paz e de guerra. In: RIHGRGS, Porto Alegre, n° 157, p. 201-222, dezembro de 2019.
- BENTO, Claudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. A 3ª RM e a Guerra de Canudos. In: BENTO, C. M.; GIORGIS, L. E. C. História da 3ª Região Militar 1889-1953. Porto Alegre: 3ª RM, vol. 2, 2ª ed.
- _____. _____. Brasil – Lutas contra Invasões, Ameaças e Pressões externas. Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2014, p. 339/398.
- _____. Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial. Volta Redonda: Gazetilha, 1995.
- _____. _____. Brasil – Lutas Internas (1500-1916). Resende/Barra Mansa: FAHIMTB/IHTRGS, 2016.
- _____. (org.); _____. História da 3ª Região Militar 1889-1953. Porto Alegre: 3ª RM, vol. II, 2ª ed.
- _____. O massacre federalista do rio Negro em Bagé, em 28 de novembro de 1893. In: RIHGB, Rio de Janeiro, n° 378/379, 1993.
- _____. A Revolta do Contestado (1912-1916) nas memórias e nos Ensinamentos Militares de seu Pacificador. Resende, RJ: FAHIMTB/IHTRGS, 2013.
- _____. 2004 – Os 100 anos da Revolta Militar da Vacina Obrigatória – 1904. In: Informativo O Guararapes, FAHIMTB, Resende, RJ, 2004.
- _____. Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro. Brasília: EME/ EGGCF, 1979 e 1999, 2 ed.
- _____. As Manobras de Saicã. In: História da 3ª Região Militar 1989/1953. Porto Alegre: Pallotti, 1995, p.324/346.
- _____. Reflexos do suicídio do Presidente Vargas no CMS. In: Comando Militar do Sul – 4 décadas de História 1953/1995. Porto Alegre: Pallotti, 1995, p.83/84.
- BLAJBERG, Israel. 1942 – Um Ano Singular - Os 70 anos dos torpedeamentos e da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Niterói: UFF, 2012.
- BRAYNER, Floriano de Lima, Coronel. A Verdade sobre a FEB. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo. O Levante precipitado. In: AXT, Gunter. Porto Alegre, Nova Prova, 2008, p. 329/333.
- _____. Levantes Tenentistas 1924-1926 – Uma abordagem. In: AXT, Gunter (Org.). As Guerras dos Gaúchos. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

- _____. In: Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1993, p. 155/160.
- _____. Considerações em torno da Batalha de Passo Fundo. In: RIHGRGS, n° 139, 2004, p. 09/26.
- CALAZA, Claudio Passos. Ricardo Kirk - A trajetória de um pioneiro. In: Águia - Informativo da Aviação do Exército, ano XXI, n° 237, Taubaté, maio de 2014.
- CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, vol. 6, p. 2044/2045.
- CAMBESES Jr. O Emprego do Avião na Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: INCAER, 2000.
- CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965, 1° vol.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. Memórias de um Soldado Legalista. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2016.
- CARVALHO, Ferdinando de, General. Lembrai-vos de 35! Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1981.
- CASTELLO BRANCO, Manuel Thomaz. O Brasil na II Grande Guerra. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960.
- DONATO, Hernani. Dicionário das Batalhas Brasileiras. São Paulo: IBRASA, 1996, 2ª ed.
- DUARTE, Paulo de Queiroz, General. O nordeste na II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- EME. História do Exército Brasileiro. Brasília: IBGE, 1972, vol 2.
- FAHIMTB. Cinquentenário do desaparecimento do Presidente Getúlio Vargas. In: Informativo O Guararapes n° 42, Resende, Jul/Set 2004.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da USP, 2002.
- FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul 1503-1960. Porto Alegre: Globo, 1960.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner; FLORES, Moacyr. Revolução Federalista. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2016.
- FLORES, Moacyr (org.). 1893-95 A Revolução dos Maragatos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- FORTES, Telmo, Dr. Glória até o fim – Espionagem Militar na Guerra do Contestado. Florianópolis: Insular, 1998.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul 1821-1937. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.
- GARCIA, Eugênio Vargas. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005.
- GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. In: Informativo O Guararapes/FAHIMTB, Resende, 2013.
- GUASINA, Luiz de Senna. Diário da Revolução Federalista. Porto Alegre: Arquivo Histórico do RS/EST Edições, 1999.
- LATFALLA, Giovanni. O General Góes Monteiro e as negociações militares Brasil/Estados Unidos - 1938-1942. Vassouras, RJ: USS, 2011, Dissertação de Mestrado.
- LEITE, Mauro Renault; NOVELLI JÚNIOR, Luiz Gonzaga (Orgs.). Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

- LEMOS, Juvencio Saldanha, Coronel. A modernização do Exército Brasileiro no início do século XX. Porto Alegre: Edigal, 2021.
- _____. Juvêncio Saldanha. As duas revoltas que abalaram o Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Porto Alegre: Edigal, 2019.
- LIMA, Claudio de Araújo. Plácido de Castro – Um caudilho contra o imperialismo. São Paulo: Cia. Editora Nacional – Coleção Brasileira, 1952, 2ª ed.
- LITRENTO, Oliveiros. Canudos: Visões e Revisões. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- LOBATO FILHO, General. A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992.
- LUPCHINSKI, Evandro Itamar; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha; FIGUEIREDO, Osório Santana. 9º RCB – Regimento João Propício. Porto Alegre: Evangraf, 2016.
- MAGALHÃES, João Batista, Coronel. A evolução militar do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2001, 3. ed.
- MARCUSSO, Marcus Fernandes. A Escola Militar e a Formação do Oficial do Exército Brasileiro (1904-1929). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- MARTINS, Hélio Leôncio. A Revolta da Armada. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997.
- _____. Hélio Leôncio, Almirante. A Revolta dos Marinheiros, 1910. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988, Brasileira, v. 384.
- McCANN, Frank D. Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937). Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2009.
- _____. Frank D. Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1995.
- MEIRA, Antônio Gonçalves; CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Nossas Guerras. Porto Alegre: Edigal, 2009.
- MEIRA MATTOS, Carlos de, General. O General Mascarenhas de Moraes e sua época. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1983, 2 volumes.
- MEIRELLES, Domingos. A Grande Marcha 1924. In: AXT, Gunter. As Guerras do Gaúchos, Porto Alegre, Nova Prova, 2008, p. 335/357.
- MILTON, Aristides. A Campanha de Canudos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Anais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1938-40.
- _____. Relatório dos Ministros da Guerra – 1930-45 (Coleção BIBLIEx).
- MORAES, João Baptista Mascarenhas de, Marechal. A FEB pelo seu comandante. São Paulo: Progresso Editorial, 1947.
- _____. Memórias. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1969, 2 vol.
- MOTTA, Jehovah, Gen Bda. Formação do Oficial do Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- MOURA, Aureliano Pinto de, General. Campanha de Canudos (1896-97). In: Universidade do Sul de Santa Catarina. História Militar Brasileira II. Palhoça, SC: UniSulVirtual, 2010, p. 64-90.

- _____. Aureliano Pinto de. Campanha do Contestado. In: História Militar Brasileira II, UnisulVirtual, Palhoça, SC, 2010.
- MÜLLER, Eduardo Cunha. Marechal Salvador Cesar Obino – O idealizador da Escola Superior de Guerra. Porto Alegre: Metrópole, 2003.
- NABUCO, Joaquim. A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2010, 2ª impressão.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A oficialização do aniversário da Batalha do Tuiuti como o dia mais importante do calendário comemorativo do Exército Brasileiro: a vitória de um projeto simbólico civil para a memória militar (1894-1901). In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- PEIXOTO, João Batista, Major. Segunda Grande Guerra – Síntese das Campanhas e mapas ilustrativos. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1951.
- PEREIRA, Durval Lourenço. Operação Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. História Administrativa do Brasil – Organização e Administração do Ministério do Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1994.
- RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. Uma História Diplomática do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 241/248.
- RIGONI, Carmen Lúcia. Bravos combatentes da FEB. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- _____. 1944-1945 – A saga dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Multidea, 2016.
- RIO BRANCO, Barão do. Obras do Barão do Rio Branco – Questões de limites: exposições de motivos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 117.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. In: UFRJ/IFCS, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 2008.
- ROSTY, Cláudio Skora. Batismo de Fogo. In: Revista do Exército Brasileiro, BIBLIEx/CEPHiMEx, 2015, p. 38/50.
- SILVA, Hélio. 1935 – A Revolta Vermelha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Os presidentes. São Paulo: Grupo de Comunicações Três, 1983.
- SILVA, Ernani Ayrosa da, General. Memórias de um soldado. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985.
- SIMÕES, Raul Mattos, Ten Cel. A presença do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1967.
- SOUZA PINTO, Paulo Brossard de, Dr. A Revolução de 1923. In: AXT, Gunter. As Guerras dos Gaúchos, Porto Alegre, Nova prova, 2008, p. 273. www.claudemirpereira.com.br/2020/06/artigo-ricardo-ritzel.
- TEIXEIRA, Julio Cezar Benites; PINHEIRO, Marco Elias Danguí; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. A História da Liga da Defesa Nacional no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: LDN, 2016.
- UZEDA, Olívio Gondim de. Crônicas de Guerra. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1952.

WAACK, William. *As duas faces da glória*. São Paulo: Planeta, 2015.

Fontes eletrônicas:

CALASANS, José. A VIDA DE ANTONIO VICENTE MENDES MACIEL 1830 – 1897. Disponível em <<http://josecalasans.com/downloads/artigos/44.pdf>>. Acesso em 14 Jan 2021.

GASPAR, Lúcia. Sebastianismo no Nordeste brasileiro. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em 20 Jan 2021.

www.fgv.br - Fundação Getúlio Vargas – CPDOC

www.riomemorias.com.br/memoria/revolta-da-escola-militar-da-praia-vermelha/ (acesso em 24 Fev 2021)

www.ultimosegundo.ig.com.br/policia/2018-08-16/revolucao-de-1932-pm.html file:///C:/Users/LUIZ/Downloads/120-Texto%20do%20Artigo-355-1-10-20170602.pdf